



UnB

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL**

PAULO WESCLEY MAIA PINHEIRO

**ENTRE OS RIOS QUE TUDO ARRASTAM E AS MARGENS QUE OS OPRIMEM:
AS DETERMINAÇÕES ONTOLÓGICAS DA UNIDADE EXPLORAÇÃO-
OPRESSÃO**

BRASÍLIA (DF)

2022

PAULO WESCLEY MAIA PINHEIRO

ENTRE O RIOS QUE TUDO ARRASTAM E AS MARGENS QUE OS OPRIMEM: AS
DETERMINAÇÕES ONTOLÓGICAS DA UNIDADE EXPLORAÇÃO-OPRESSÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Doutor em Política Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ivanete Salette Boschetti.

Brasília (DF)

2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

PP654 Pinheiro, Paulo Wescley Maia
Entre os rios que tudo arrastam e as margens que os
oprimem: as determinações ontológicas da unidade exploração
opressão / Paulo Wescley Maia Pinheiro; orientador Ivanete
Salette Boschetti . -- Brasília, 2022.
409 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Política Social) --
Universidade de Brasília, 2022.

1. Exploração-opressão. 2. Ontologia do ser social. 3.
Alienação. I. Boschetti , Ivanete Salette , orient. II.
Titulo.

PAULO WESCLEY MAIA PINHEIRO

ENTRE O RIOS QUE TUDO ARRASTAM E AS MARGENS QUE OS OPRIMEM: AS
DETERMINAÇÕES ONTOLÓGICAS DA UNIDADE EXPLORAÇÃO-OPRESSÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Doutor em Política Social.

Orientadora: Profa. Dra. Ivanete Salete Boschetti.

Aprovada em: 21/ 07/2022.

BANCA EXAMINADORA

Ivanete Salete Boschetti (Orientadora)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Evilásio da Silva Salvador
Universidade de Brasília (UnB)

Edson Marcelo Hungaro
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Silvana Mara de Moraes dos Santos
Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN)

Sandra Oliveira Teixeira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Para minha camarada e amiga Marylucia Mesquita, para Marielle Franco; para Lindomar Maia e José Luiz Furtado; para Mário Duayer e todas as vítimas do genocídio pandêmico; pela memória, pela luta, por tudo que viveram.

Para Elis e sua geração, por tudo que vivem e viverão!

AGRADECIMENTOS

No Livro dos Abraços, nosso Eduardo Galeano nos conta a história de um menino que sonhava ver o mar. O escritor diz que quando o pai atravessou imensas dunas para realizar o seu desejo, após a longa viagem, a criança ficou assustada diante da imensidão das águas, então, maravilhado, após um silêncio de perplexidade, gaguejando disse: “pai, me ajuda a olhar”.

Eu também gaguejei quando vi o mar. E quando ele de novo virou sertão (e cerrado), emudeci. Por isso, esta tese foi escrita em alguns meses de trabalho intenso e em trinta e seis anos de vida. Os meses foram diluídos, intercalados e interrompidos em quatro anos e meio de viagens de “bate-e-volta” entre Cuiabá-MT e Brasília-DF, entre moradias e mudanças Centro-Oeste – Nordeste, entre casas em Natal-RN, Jaguaratama-CE e, de novo, Cuiabá-MT, vivenciando adoecimentos, perdas de pessoas queridas, rupturas políticas, isolamento social, a escalada do autoritarismo conjuntural, o desmantelamento e o desinvestimento nas pesquisas no Brasil, a vivência contínua da paternidade, do trabalho doméstico, do ensino e do trabalho remoto, etc. Sem as mais de três décadas de aprendizado, sem as leituras de tantas pensadoras/es fundamentais, sem a colaboração coletiva, este texto não existiria. Tem sido um tempo de dores, desencanto e sobrevivência. Realizar esta pesquisa no meio da pandemia de Covid-19 só foi possível pelas pessoas que ao longo da minha vida de militância, estudo e trabalho comigo nadaram na contracorrente do *status quo*, arrastando o fluxo da luta social, buscando os oceanos de uma vida com sentido.

Começo agradecendo à minha mãe, Lídia Maia, mulher, sertaneja, mãe e professora, que desde cedo enfrentou com a força necessária as determinações da unidade exploração-opressão, vivenciando as vicissitudes das secas e das cercas, o trabalho no campo e na casa, a labuta até chegar ao giz e à lousa, sempre buscando demonstrar a educação como uma práxis fundamental. Ao meu pai, Paulo Roberto, Betão da Codagro, do feijão, da Casa do Agricultor, homem com sua identidade marcada pelo trabalho, enxergando a terra e o labor em sua substância. Nenhuma palavra é suficiente para agradecer vocês, sertanejos que sempre viram o trabalho e o estudo como pilares para um presente mais digno e um futuro melhor, atravessando todos esses anos sem medirem esforços para que tivéssemos as alternativas que a vocês foram negadas. Ao meu irmão Paulo Ricardo, o terceiro Paulo da família, o que eu batizei, o primeiro amigo, aquele que testemunhou todo esse percurso desde a graduação, sendo sinônimo de amizade, torcendo por dias tranquilos e pelo sucesso no fim.

Agradeço à Vanessa Furtado, mulher que conheci na luta, que virou camarada,

companheira de vida, parceira intelectual, condiscípula teórica em estudos sobre subjetividade pela perspectiva onto-histórica e, sobretudo, quinhoeira dos descaminhos entre cerrados, litorais e sertões da vida, a aventura onde regamos o amor-camarada, fortalecendo a nossa jangada mambembe na luta contra a desumanização, podendo realizar diariamente sonhos concretos, como nossa Elis. Obrigado pela colaboração teórica neste trabalho, pelas sugestões e críticas, por enxugar lágrimas, pelo acolhimento, por vivenciar comigo uma construção sem as amarras dos vícios e competições das performances do academicismo.

Agradeço à Elis, minha revolução diária, por me manter em pé a cada manhã, pelas tardes, noites e madrugadas dormindo em meu peito, por sonhar enquanto eu tentava escrever esta tese, por contagiar a vida com sua vontade de viver; por me oferecer ajuda para “digitar letrinhas”. Sua chegada revelou determinações que jamais poderia enxergar sozinho. Obrigado por me fazer não aceitar nenhum lócus de exploração-opressão mascarado de espaço emancipatório; por me fazer perceber que os lugares onde eu não posso ser realmente pai, não são, e nem podem ser, espaços revolucionários.

A Maelison Silva, pela camaradagem mais presente em nossas vidas desde a chegada em Cuiabá, pelos debates teóricos, pela permanência quando tantos por aqui passaram, por se empenhar em diminuir as imprecisões normativas na formatação deste texto, uma tarefa extenuante pela pressa do momento. Ao querido Fábio Mazotti, pelo amigo que é, pelo abrigo que deu no momento decisivo desta tese, pelo acolhimento de sempre, por me oferecer o que eu precisava para finalizar esse texto, uma rede e uma sombra de jabuticabeira; obrigado, sobretudo, por viver conosco diante de tantas coisas que passou, por você e Mael serem nossa família.

Aos familiares que juntos sobrevivemos à pandemia em curso, cultivando uma atmosfera de solidariedade no terreno da barbárie brasileira. Meus avós Laerte e Adália, Neide, Fabiana e Elinete, tia Alaide e Chico Antônio, Sara Pinheiro, tia Geilha e Silvestre, tia Lindinalva, Samylla, Sabrina, Tomás, Luís Gabriel e Luís Benício, Jocélio e Fátima, Rosilma, Cleucia e Ico, Rejane Pinheiro, tia Eleuda e tio Cledivar e todos/as aqueles/as que fizeram da nossa vida e da Elis menos espinhosa nos dois anos de quarentena. Àqueles que estiveram comigo nesse tempo e para sempre, Bezerra Neto e Danilo Pinheiro, amigos-irmãos, uma preciosidade que preciso, por tantas conversas e inventividades que nenhuma distância pode enfraquecer.

Aos/às queridos/as amigas/os que tanto me dão carinho, mesmo nas raras ocasiões em que eu reapareço, Priscila Mendes, Marília Cordeiro, Mariana Rodrigues, Sebastião Luque, Cida, Élvio Franklin, Samuel Germano, Erlenía Sobral, Edson Sant’Ana,

Bruna Maciel, Álvaro Tavares, Breno Santos, Tati, Epitácio Macário, obrigado pelas mensagens, convites, lembranças e toda forma de cuidado. As violências vividas me fizeram um ser defensivo nos últimos anos, obrigado por não esquecerem e nem desistirem de mim, um amigo ressabiado por tantas experiências de desafetos, mas que encontra em vocês confiança e luz. Ao camarada e amigo de décadas, Leonardo Santos, obrigado, você e Raquel Brito, pelo cuidado com nossa Lucy.

Todos os passos até aqui também foram forjados em espaços de militância e trabalho essenciais na aproximação sucessiva com o real e é preciso agradecer os sujeitos que os formaram, ajudando a construir minha leitura e, principalmente, a me construir como ser político. Falo desde a infância e juventude, em Jaguaratama-CE, no MAC (Movimento de Adolescentes e Crianças), na Pastoral da Juventude, construindo nas Comunidades Eclesiais de Base e, ao lado do MAB (Movimento de Atingidos por Barragens), a resistência popular diante da construção da Barragem do Castanhão, quando nosso sertão virou mar; aos amigos do movimento estudantil secundarista no Instituto Imaculada Conceição e, depois, em Fortaleza/CE, já na universidade, no CALSS (Centro Acadêmico Livre de Serviço Social) da UECE, lugares de amadurecimento e formações políticas marcantes e especiais.

Agradeço também ao Núcleo de Pesquisas Sociais (NUPES) e ao Centro de Estudos sobre Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS) da UECE, lócus promotor da iniciação científica, da extensão, dos estudos sobre marxismo e da inspiração para uma carreira docente socialmente referenciada. Sou muito grato também às ONG's e projetos onde trabalhei como arte-educador e educador popular, especialmente ao Protejo à Comunicação & Cultura e à Fábrica de Imagens, viver aquelas experiências profissionais trouxeram momentos que guardo com saudade e expectativa de reproduzir um dia toda a potência de suas realizações.

Agradeço às pessoas que construíram os espaços de trabalho e estudo na UFMT, sendo essenciais na maturação das reflexões aqui presentes. O Grupo *ETHOS*, Estudos e Extensão sobre Trabalho, Historicidade, Opressões e Ontologia do Ser Social, que coordenei durante anos e que tive a sorte de ter tantos/as parceiros/as para dialogar, alunas/os, colegas assistentes sociais e camaradas de luta como foram Kader Assad, Ádria Lourena, Cássyo Ander, Iohana Santos, Yan Nogueira, Glauber Franco, Elizabeth Oliveira, Adriana Edna, Letícia, Thainara e tantas/os outras/os que colaboraram com reflexões sobre esta temática.

Às/aos colegas que construíram a pesquisa “Fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural para a práxis em Saúde Mental”, coordenada por Vanessa Furtado, onde pude, ao seu lado e de Maelison Silva, Naiana Marinho e Rúzia Chauchar, dialogar com tantas

questões, sendo um momento instigante para os aprofundamentos aqui expostos. Ao projeto de extensão “Ultraliberalismo e Conservadorismo no Brasil Atual”, coordenado pelo professor Leonardo Santos, marcando a retomada do trabalho na UFMT, espaço de sistematização das reflexões sobre a formação sócio-histórica do Brasil.

Agradeço especialmente à professora Ivanete Boschetti, pela orientação cheia de compromisso, densidade, confiança e afeto, marcando em mim um aprendizado decisivo como pesquisador e docente. Nossos diálogos sempre foram momentos transformadores e contar com sua parceria tornou esse processo mais instigante mesmo num momento particular cheio de intempéries.

Às professoras Silvana Mara e Sandra Teixeira e aos professores Marcelo Hungaro e Evilásio Salvador, pelas sugestões e críticas tão pertinentes no exame de qualificação desta pesquisa e por aceitarem participar da defesa, possibilitando novamente a oportunidade para que eu possa aprender e apreender elementos fundamentais para o avanço deste estudo.

Ao Colegiado do Departamento de Serviço Social da UFMT pelas ações enfrentadas para possibilitar o processo de afastamento no momento que seria de escrita da tese. Agradeço especialmente à professora Liliane Capilé, pela coordenação e, principalmente, por todo o esforço despendido para fazer o DINTER acontecer e nos permitir as melhores condições possíveis para sua realização. Agradeço também às colegas que estiveram na Direção do ICBS, na Chefia de Departamento e na Coordenação de Ensino nos períodos de finalização de escrita, Marluce Silva, Eva Emília, Erivã Velasco, Betina Ahlert, Leana Freitas e Imar Domingos, a solidariedade foi fundamental para ultrapassar os problemas vivenciados. Minha gratidão ao técnico-administrativo do nosso departamento, Cledson Silva, por todo o trabalho organizativo nas questões burocráticas da coordenação, facilitando as atividades didáticas e os processos administrativos no exercício da docência.

Ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB, pelo compromisso de realizar o DINTER com a UFMT durante a escalada de ataques sofridos pela ciência no país. Agradeço o empenho de todas/os que estiveram em Cuiabá e por construir conhecimento de forma rigorosa e crítica. Agradeço especialmente à servidora Domingas Carneiro pela presteza e atenção nos trabalhos da secretaria da pós.

À Débora Linhares, pela sensibilidade e compromisso como psicóloga, pela escuta, pela partilha, por me ajudar a sair dos buracos da ansiedade, da desconfiança, do fatalismo e da intensidade dos sofrimentos psíquicos vividos no mundo da unidade exploração-opressão e dos traumas com a universidade.

À todas/os aquelas/os que inspiraram momentos de reflexão e que instigaram

experiências que mantiveram acesa a vontade de permanecer na práxis educativa e no aprofundando do conhecimento crítico. Aos militantes, intelectuais, artistas, comunicadores populares que estiveram comigo neste período, seja no podcast Miolo de Pod, em espaços acadêmicos ou informais, como Padre Júlio Lancelotti, Thiago Ávila, Paulo Galo, Mirla Cisne, Bráulio Bessa, Jr Black, Mabel Rocha, Leila Germano, Valéria Pinheiro, Fagner Torres, Pedro Che, Herculano Campos, Tanto Tupiassu, os/as amigas da Torcida antifascista Resistência Tricolor e da Rede Nordestina de Estudos em Mídia e Esporte. Agradeço ainda às vozes e pessoas que encontrei na *podosfera*, companhia diária nos meus ouvidos, como o Budejo Podcast (Luan, Pedro, Aninha, Vamille e budelovers), SMUC (Elvio, Mila e cia), Gugacast (Mariana Mafra, Rafael, Bia e cia), Chá com Rapadura, Lado B do Rio, Baião de Dois, Elas Pesquisam, As Cunhãs e todos que foram presentes em momentos de solidão, alguns ultrapassando os fones e se tornando amigos.

Às bênçãos do rezador jaguaretamense Diego Pimenta, pelas boas energias e preces oriundas da cultura popular e de nossa ancestralidade, uma tradição que atravessa o espírito do tempo e caminha na concretude da resistência do povo nordestino.

À Marylucia Mesquita, por me ensinar, me inspirar e me instrumentalizar com seu debate teórico e sua prática política. Sua partida não impediu de conversar com o seu legado. Não teve um só dia de trabalho que eu não dialogasse com suas posições teórico-metodológicas e opiniões que tanto adorávamos discutir.

À todas/os alunas/os que construíram comigo espaços de resistência e colaboração nas universidades em Fortaleza-CE, Miracema do Tocantins-TO e Cuiabá-MT.

Diante de um oceano repleto de humanidade, no meio do cerrado, bem no centro da América do Sul, este sertanejo agradece por me ajudarem a olhar, por me ajudarem a remar, por estarem aqui. Todas que olharam comigo o horizonte da transformação social são, de algum modo, co-navegantes deste texto.

*A árvore que não dá fruto
É xingada de estéril.
Quem examinou o solo?*

*O galho que quebra
É xingado de podre, mas
Não haveria neve sobre ele?*

*Do rio que tudo arrasta
Se diz que é violento
Ninguém diz violentas
Às margens que o oprimem*

(Bertold Brecht)

RESUMO

O presente texto apresenta a síntese do estudo sobre a pertinência dos fundamentos da ontologia do ser social para desvendamento da unidade exploração-opressão. Articulado criticamente os acúmulos teóricos de Marx e Lukács, do feminismo marxista e do marxismo antirracista e anticolonial, adensamos a complexidade da Teoria da Reprodução Social para pensar as questões de classe, raça/etnia, gênero/sexo e sexualidade, demonstrando que estas reflexões desvendam determinações com ênfases metodológicas diversas, se aproximando sucessivamente de sua essência quanto mais estruturam as análises por uma síntese unitária que articula os fundamentos da alienação do trabalho, da alienação colonial e da alienação sexual. Em nosso estudo, demonstramos que, assim como o trabalho é a categoria fundante do ser social, a alienação é a categoria ontológica da unidade exploração-opressão, enquanto a primeira é a fonte de humanização do mundo e da diversidade humana, a alienação é o postulado para a desefetivação do ser e da produção social das desigualdades e de suas naturalizações pautadas na dominação, desumanização, coisificação, hierarquização e apropriação. No amadurecimento do capitalismo e de sua base racista e heterocispatriarcal, mais que uma funcionalidade, a opressão se realiza em unidade com a exploração como um elemento constitutivo de sua substância alienada. A reprodução social ampliada subjetiva formas de alienação que hipertrofiaram o *ethos* do tipo humano burguês, ou seja, do detentor dos meios de produção, homem, branco, cis, heterossexual, europeu, judaico-cristão, liberal, defensor da razão formal-abstrata e familista. Dos preconceitos cotidianos às violências estruturais e desigualdades no mundo do trabalho, o racismo, o machismo e a lgbtqiafobia materializam as expressões reprodutivas da unidade exploração-opressão. A expropriação contínua potencializa a exploração da força de trabalho, ao passo que também aprofunda a dinâmica das opressões e seus rebatimentos no interior da classe explorada, amplificando estranhamentos entre os sujeitos, diversificando a massa populacional de reserva como uma mercadoria com distintos valores de troca, a saber, pelo tempo socialmente necessário para sua produção e reprodução onde, a depender dos seus corpos, identidades, territórios e relações, esta dimensão eleva ou rebaixa sua carga valorativa, a sua precificação salarial e sua relevância, visibilidade, possibilidade de existir ou autorização para sua descartabilidade e extermínio.

Palavras-chave: exploração-opressão; ontologia do ser social; alienação

ABSTRACT

The present text presents the synthesis of the study on the relevance of the foundations of the ontology of the social being for the unveiling of the exploitation-oppression unit. Critically articulating the theoretical accumulations of Marx and Lukács, of Marxist feminism and of the anti-racist and anti-colonial Marxism, we deepen the complexity of the Theory of Social Reproduction to think about the issues of class, race/ethnicity, gender/sex and sexuality, demonstrating that these reflections reveal determinations with different methodological emphases, successively approaching their essence the more they structure the analyzes by a unitary synthesis that articulates the foundations of work alienation, colonial alienation and sexual alienation. In our study, we demonstrate that, just as work is the founding category of the social being, alienation is the ontological category of the exploitation-oppression unit, while the former is the source of humanization of the world and human diversity, alienation is the postulate for the de-effectiveness of being and the social production of inequalities and their naturalizations based on domination, dehumanization, objectification, hierarchy and appropriation. In the maturation of capitalism and its racist and *heterocispatriarchal* base, more than a functionality, oppression takes place in unity with exploitation as a constitutive element of its alienated substance. Extended social reproduction subjects forms of alienation that hypertrophy the *ethos* of the bourgeois human type, that is, of the holder of the means of production, male, white, cis, heterosexual, European, Judeo-Christian, liberal, defender of formal-abstract and familiar From everyday prejudices to structural violence and inequalities in the world of work, racism, machismo and lgbtqiaphobia materialize the reproductive expressions of the exploitation-oppression unit. Continuous expropriation enhances the exploitation of the workforce, while it also deepens the dynamics of oppression and its repercussions within the exploited class, amplifying estrangement between subjects, diversifying the reserve population mass as a commodity with different exchange values, namely, for the socially necessary time for its production and reproduction where, depending on their bodies, identities, territories and relationships, this dimension raises or lowers its value load, its salary pricing and its relevance, visibility, possibility of existing or authorization for its disposability and extermination.

Keywords: exploitation-oppression; ontology of the social being; alienation

RESUMEN

El presente texto presenta la síntesis del estudio sobre la pertinencia de los fundamentos de la ontología del ser social para el desvelamiento de la unidad explotación-opresión. Articulando críticamente los cúmulos teóricos de Marx y Lukács, del feminismo marxista y del marxismo antirracista y anticolonial, profundizamos la complejidad de la Teoría de la Reproducción Social para pensar las cuestiones de clase, raza/etnia, género/sexo, y la sexualidad, demostrando que estas reflexiones revelan determinaciones con diferentes énfasis metodológicos, acercándose sucesivamente a su esencia cuanto más estructuran los análisis mediante una síntesis unitaria que articula los fundamentos de la alienación del trabajo, la alienación colonial y la alienación sexual. En nuestro estudio demostramos que, así como el trabajo es la categoría fundante del ser social, la alienación es la categoría ontológica de la unidad explotación-opresión, mientras que el primero es la fuente de humanización del mundo y de la diversidad humana, la alienación es la postulado para la desefectividad del ser y la producción social de desigualdades y sus naturalizaciones a partir de la dominación, la deshumanización, la objetivación, la jerarquización y la apropiación. En la maduración del capitalismo y su base racista y heterocispatriarcal, más que una funcionalidad, la opresión se da en unidad con la explotación como elemento constitutivo de su sustancia enajenada. La reproducción social extendida sujeta formas de alienación que hipertrofian el *ethos* del tipo humano burgués, es decir, del poseedor de los medios de producción, varón, blanco, cis, heterosexual, europeo, judeocristiano, liberal, defensor de lo formal-abstracto, y familiar. Desde los prejuicios cotidianos hasta las violencias estructurales y las desigualdades en el mundo del trabajo, el racismo, el machismo y la lgbtqiafobia materializan las expresiones reproductivas de la unidad explotación-opresión. La expropiación continua potencia la explotación de la fuerza de trabajo, al mismo tiempo que profundiza la dinámica de la opresión y sus repercusiones dentro de la clase explotada, amplifica el distanciamiento entre sujetos, diversifica la masa poblacional de reserva como una mercancía con distintos valores de cambio, es decir, por el tiempo socialmente necesario para su producción y reproducción donde, según sus cuerpos, identidades, territorios y relaciones, esta dimensión eleva o disminuye su carga de valor, su tasación salarial y su relevancia, visibilidad, posibilidad de existencia o autorización para su enajenación y exterminio.

Palabras clave: explotación-opresión; ontología del ser social; alienación

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO	16
II. AS MARGENS DO CAPITAL: CLASSE, RAÇA/ETNIA, GÊNERO/SEXO E A CONCRETUDE DA EXPLORAÇÃO-OPRESSÃO	24
2.1. Os inumeráveis e a unidade exploração-opressão na barbárie conjuntural	26
2.2. Na contracorrente: feminismo marxista e antirracismo revolucionário na luta pela emancipação humana	48
2.2.1. A revolução dentro da revolução: a luta das comunistas contra as opressões	55
2.2.2. Anticolonialismo revolucionário, feminismo marxista e o debate classe-raça/etnia-gênero/sexo	71
2.3. Rios de sangue, suor e resistência: o desvendamento da questão social no Brasil e a unidade Exploração-Opressão	92
2.3.1. Do agregado ao operário: formação sócio-histórica e a unidade da questão social do Brasil	99
2.3.2. Brasil, o velho dentro do novo, o universal no particular e a unidade da desigualdade	109
III. DESCONFIANDO DO MAIS TRIVIAL: ONTOLOGIA DO SER SOCIAL E A DESNATURALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO-OPRESSÃO	117
3.1. Desnaturalizando a humanidade desumanizada pela ontologia do ser social	120
3.1.1. Decifrando o chão da histórica: trabalho como categoria fundante, reprodução social e o tornar-se humano	127
3.1.2. Reprodução social, individuação e formação da consciência: a primeira e profunda pessoa do plural	144
3.2. Das Margens que oprimem aos seres marginais: Alienação, propriedade privada e a ontologia da exploração-opressão	168
3.2.1. Alienação, estranhamento e exteriorização: navegando em águas turvas	174
3.2.2. Alienação socialmente construída e o advento da propriedade privada	184
3.2.3. A alienação burguesa como essência da unidade exploração-opressão	198
IV. CHAMARAM DE ONDA, O OCEANO: EXPLORAÇÃO-OPRESSÃO, UNIDADE DIALÉTICA E COMPLEXIDADE ALIENADA	219
4.1. Tudo é rio: dialética da alienação, totalidade e a unidade dos contrários	223
4.1.1. Desaguando em mar aberto: dialética da unidade, ênfase metodológica e a ortodoxia renovada	240
4.2. Muitos barcos, um só mar: decifrando a unidade exploração-opressão como complexidade alienada	257
4.2.1. “Auri sacra fames” ou Para a crítica da economia política da exploração-opressão	274
4.2.1.2. Fome de tudo: reprodução social alienada, expropriação permanente e a unidade exploração-opressão	290
4.2.2. A natureza cuspada e escarrada: desigualdade diversa e diversidade desigual	314
4.2.2.1. Um mergulho no rio raso: exploração-opressão na vida cotidiana	345
4.2.3. Rompendo margens forjando mares: notas sobre a luta social e a superação do	

ser desumanizado	363
CONSIDERAÇÕES FINAIS	379
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	386

I. INTRODUÇÃO

Este texto apresenta a síntese teórica do estudo que objetivou desvendar os fundamentos ontológicos da unidade exploração-opressão, articulando criticamente os acúmulos teóricos sobre a ontologia do ser social, em diálogo com o feminismo marxista e o marxismo antirracista e anticolonial, adensando a complexidade da Teoria da Reprodução Social para pensar as questões de classe, raça/etnia, gênero/sexo e sexualidade.

O processo que se iniciou em indagações sobre a suficiência do marxismo para o desvendamento das desigualdades socialmente produzidas, resulta nesta tese que demonstra que as reflexões teóricas analisam as determinações da unidade exploração-opressão com ênfases metodológicas diversas, se aproximando sucessivamente de sua essência quanto mais estruturam suas apreciações por uma síntese unitária.

Neste sentido, buscamos demonstrar a pertinência do debate sobre as questões da exploração, das opressões e da diversidade humana à luz da Ontologia do Ser Social, baseada nos princípios marxianos e desenvolvida por Gyorgy Lukács, articulando essas formulações com diversas análises do materialismo histórico e dialético que adensam as reflexões sobre esses temas por uma perspectiva de unidade e de totalidade.

Foi com essa base teórica que, no ano de 2013, tratamos do tema do “neoconservadorismo” religioso em pesquisa acadêmica sobre a formação profissional de Serviço Social¹. Naquele estudo, desvendamos as mediações do fenômeno como um processo materializado no cotidiano dos sujeitos, oriundo do complexo da reprodução social e que, em última instância, se desenvolveu sobre a base material e histórica, se complexificando no conjunto de ideias, de valores e de instituições que reproduzem a desefetivação humana. Nessa trajetória de pesquisa, encontramos as primeiras mediações do estranhamento religioso e, para além dele, das opressões. Ali realizamos os princípios do debate que agora aprofundamos, tratando a categoria alienação como dimensão ontológica dos processos de exploração-opressão, pela naturalização dos elementos historicamente alicerçados no advento da propriedade privada e complexificados na sociedade do capital.

De lá para cá, o aprofundamento teórico sobre as opressões numa perspectiva crítica, materialista e radical avançou substancialmente no Brasil. Este movimento se deu em um paralelo contraditório e resistente ao avanço das manifestações mais explícitas daquilo que chamamos de unidade exploração-opressão, com a agudização da crise do capital, com a

1A pesquisa “Serviço Social e neoconservadorismo religioso: a percepção dos/as estudantes e os desafios para o projeto ético-político” foi realizada no Programa de Pós-graduação de “Serviço Social, Trabalho e Questão Social” da Universidade Estadual do Ceará, concluída em 2013.

decadência ideológica da burguesia mundial e o aquecimento conjuntural brasileiro permeado pelas particularidades históricas de nossa formação.

O aumento das pesquisas comprometidas com a realidade concreta das pessoas exploradas e oprimidas no Brasil e em toda América Latina lança luz sobre uma classe trabalhadora não abstrata, com diversas características e determinações históricas que aprofundam a transmutação da diversidade em desigualdades, ampliando expressões de alienação no interior das relações entre sujeitos da mesma classe.

Esse processo ocorre em conjunto com a visibilidade do debate crítico realizado em outras partes do mundo que chega em língua portuguesa com conteúdo, qualidade e momento oportuno. Isto tem garantido possibilidades mais rigorosas de desvendamento dos fenômenos em sua essência histórica, retroalimentando os setores de organização política que buscam a emancipação humana sob uma práxis materialmente ancorada na vida social, sem recair nos desvios e supostos atalhos do esfarelamento culturalista e da rigidez tradicional do estruturalismo.

As recentes traduções de *Para a Ontologia do Ser Social* (2010, 2012, 2013 e 2018), de Lukács, assim como de suas obras de juventude, as novas traduções das obras e manuscritos de Marx, a chegada ou ampliação dos trabalhos de Ângela Davis, Silva Federicci, Cinzia Arruzza, Danielli Kergoat, Frantz Fanon e tantos outros na última década, tem potencializado as reflexões realizadas no Brasil sobre a unidade exploração-opressão.

Esse crescimento é ainda mais fértil com a retomada de estudos sobre nossa formação sócio-histórica, sobre questões como o heterocispatriarcado, o racismo, o capitalismo dependente e tantas outras questões que perpassam intelectuais e militantes como Caio Prado Jr, Lélia Gonzales, Clovis Moura, Heleieth Saffioti, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Paulo Freire entre outros que demarcaremos ao longo das próximas seções deste texto.

As formulações intelectuais comprometidas com a percepção concreta dos fenômenos por uma perspectiva de totalidade ganham corpo em novas pesquisas acadêmicas e na práxis militante. Isto promove a afirmação crítica de que há um debate vivo e obstinado no interior do materialismo histórico e dialético sobre a realidade em suas diversas mediações.

Sabemos que esta tarefa coletiva não é simples, pois, diante desse esforço de entendimento teórico que mira a transformação da realidade, há uma estrutura social em permanente contradição, experimentando sua crise estrutural, ao mesmo tempo que expressa seu maior grau de complexidade, ao garantir meios sofisticados de permanência de sua hegemonia, de manutenção de poder, de ampliação da riqueza e de constituições de relações e subjetividades desumanizadas.

O tempo histórico de formulação desse estudo deixa evidente os processos da unidade exploração-opressão que materializam o aumento da exploração da classe trabalhadora, do racismo, do machismo, da LGBTQIAfobia², da xenofobia e outras manifestações de desumanização. A mão visível do capital via a abstração do mercado, do Estado burguês, dos complexos ideológicos e de seus aparelhos e das vivências cotidianas pelo senso comum, vai realizando formas cada vez mais duras das expressões da questão social³.

Impossível não mencionar em nossas reflexões que o momento de produção deste trabalho acontece no meio da pandemia de Covid-19 que, do final de 2019 até 2022, infectou e matou milhões de pessoas ao redor do mundo. A pandemia evidenciou a descartabilidade de parcelas da classe trabalhadora, o papel dos estados nacionais e das prioridades socialmente construídas pelo mercado, imprimindo a manutenção da centralidade da forma mercadoria para tudo e todas as relações sociais.

As formas de lidar com a propagação e a circulação do “novo corona vírus” (nCoV-2019), além dos empecilhos para ações preventivas e de combate efetivo, são fatores que explicitam o protagonismo do lucro em detrimento da vida humana. As contradições apresentadas entre a dimensão mercadológica e sua capacidade de agir na busca por vacinas e a dificuldade de seu acesso em caráter universal denunciam as barreiras desumanizadoras do modo de vida burguês.

Nessa esteira, as impossibilidades de atingir condições de vida digna para as pessoas da classe trabalhadora exige a superação da estrutura dessa sociedade como uma tarefa urgente. Esse processo só poderá existir pela ação coletiva promovida com base no conhecimento da realidade atual, da construção histórica de sua estrutura e de tudo aquilo que unifica em essência todas as formas de expressões de desigualdade e relações de desumanização.

2A sigla LGBTQIA+ corresponde às Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Travestis, Queer's, Intersexuais, Assexuais, Não binários, Pansexuais e demais formas de construção, expressão, identidades e orientações não-hegemônicas do heterocispatriarcado. Utilizamos o termo “LGBTQIAfobia” para conceituar todo o processo preconceituoso, discriminatório e violento que se realiza nas desigualdades promovidas pelo heterocispatriarcado frente à população LGBTQIA+. Portanto, há uma superação do entendimento restrito que coloca a “fobia” como medo, sendo aqui entendida como uma repulsividade desumanizadora, socialmente construída e vivenciada material e simbolicamente em dimensões objetivas e subjetivas que se estruturam e se realizam em processos de coisificação, apropriação, hierarquização e dominação.

3Sobre a questão social, Iamamoto a define como o conjunto das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposta à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2001, p. 16, 17).

A pretensão inicial dessa pesquisa, que era discorrer sobre as opressões e a categoria alienação, apresentando as mais importantes leituras sobre a temática no marxismo, foi amadurecida diante da construção substantiva dos debates recentes sobre classe-raça/etnia-gênero/sexo e sexualidade. Observamos que seria contraproducente nos concentrarmos em somente apresentar autoras/es e suas leituras, posto que o trabalho de visibilidade, tanto desses debates quanto dos sujeitos que foram historicamente apagados, tem sido objeto de pesquisas com notória qualidade, parte delas citamos aqui, deixando evidente a preocupação com as opressões e com a subjetividade, avançando nas análises da unidade exploração-opressão e suas mediações na contemporaneidade.

No entanto, observamos que, não obstante tenhamos esta robusta carga teórica sobre as opressões, há muitos estudos e análises comparativas, críticas e/ou sintéticas dessas leituras, persistindo ainda a necessidade de trabalhar um passo constitutivo preliminar pouco examinado. É preciso ainda traçar os elementos da identidade teórico-política, por via da demonstração dos princípios metodológicos que revelam os elos entre estas leituras, sem apagar suas diferenças, mas destacando seus fundamentos materialistas, sua historicidade, radicalidade e complexidade.

Se estudos marxistas sobre as opressões não são novidades, raramente há neles uma definição objetiva e evidente sobre o que é opressão. Enquanto a categoria exploração tem seu conceito francamente desenvolvido nas obras de Marx e, a partir delas, autores/as desenvolvem debates de cada particularidade histórica, costumeiramente o conceito de opressão é tratado como um pressuposto genérico e, por isso, é pouco refletido, mesmo que ainda não tenha se constituído grande desenvolvimento teórico sobre ele. Essa questão faz com que tais estudos partam para a análise mais direta dos sujeitos oprimidos sem uma definição conceitual precisa.

Nesse sentido, objetivamos especificamente em avançar no processo de conceituação, concepção e desvendamento da categoria opressão em unidade inevitável com a categoria exploração na sociabilidade capitalista. Essa dimensão só é visível numa leitura dos fundamentos da teoria social, constituída nas bases ortodoxas da tradição que busca a superação revolucionária dos complexos sociais alienados e alienantes. Por tudo isso, é preciso desnaturalizar as desigualdades, o seu cerne, suas formas de expressões nas particularidades históricas e nas relações cotidianas. Assim, é preciso analisá-las não numa mera relação, intersecção ou nó, mas na unidade da exploração e das opressões.

Isto posto, o desafio aqui enfrentado não é o de compilar as contribuições teóricas sobre o tema, ou tão somente sublinhar às críticas justas e aprofundadas ao “economicismo”

e/ou ao “identitarismo”. Também não é somente reafirmar a importância desse conjunto de estudos, mas sim, demonstrar a base ontológica e o fio teórico-metodológico desse construto e, assim, constatar a sua potencialidade inexorável para o avanço de tais construções e da luta socialmente referenciada.

As chaves para essa formulação estão no aprofundamento sobre dimensões do método, especialmente a questão da unidade dialética, da suprassunção, da totalidade, da mediação e da ênfase metodológica em determinados fenômenos da realidade; da potencialidade ontológica da diversidade humana como elemento substantivo do ser social; da necessidade de uma conceituação realmente estruturada da categoria opressão em unidade com a categoria exploração; do desenvolvimento de uma análise que demonstre o protagonismo da alienação para a realização social de tais processos de desigualdades.

Na particularidade dessa formulação teórica, a técnica basilar de nossos procedimentos metodológicos foi a pesquisa bibliográfica⁴. O processo de investigação e formulação se deu fazendo leituras imanentes, lançando mão de recursos como resumos, resenhas, fichamentos e sínteses críticas que articularam diferentes autores/as e suas leituras da realidade, utilizando dados oriundos de outras pesquisas, de publicações na imprensa e de documentos oficiais de órgãos governamentais como questões ilustrativas das dimensões concretas, para realização da tessitura entre a realidade contemporânea da temática e aquilo que está sendo apreendido nas obras estudadas.

Logo, asseguramos a noção de que a centralidade do levantamento e o estudo bibliográfico⁵ como técnicas não resultam num estudo que se limita na descrição dos pensamentos das/dos autoras/es trabalhadas/os, mas sim de um processo que busca observar e dialogar com as determinações contemporâneas do tema e objeto estudados. Esses procedimentos têm a finalidade de desenvolver uma construção teórica que colabore na síntese coletiva de um processo de aproximações sucessivas com o real, analisando as categorias teóricas e elementos concretos da realidade.

Estamos, portanto, nos distanciando da falsa dicotomia, corriqueiramente reproduzida,

⁴Sobre o debate de método, além dos princípios marxianos e lukacsianos, tomamos como base as reflexões sintéticas de Netto (2009; 2011), Tonet (2013) e de Barata-Moura (1994, 2015), além das contribuições de Martins (2005) sobre as polêmicas entre o materialismo histórico e dialético e as abordagens qualitativas e, por fim, de Gamboa (2003), que busca debater e criticar o falso dualismo tecnicista que tende a se concentrar na descrição das técnicas de pesquisa frente ao método e sua realização no estudo. Sobre a questão do método e a unidade exploração-opressão, tratamos em Pinheiro e Boschetti (2021) e aprofundaremos no último capítulo deste texto.

⁵Especificamente nas questões dos procedimentos metodológicos nos atentamos criticamente às formulações de autores/as com obras reconhecidas sobre processos metodológicos como Eco (2001), Salvador (1986), Gil (1999), e Minayo (2007) e, principalmente, nas elaborações de Lima e Miotto (2007), mesmo com diferenças entre si, são convergentes em buscar definições e atribuições pormenorizadas do processo de pesquisa bibliográfica.

de que existem “pesquisas teóricas” – que seriam aquelas onde não se realiza “pesquisa de campo” – e as demais pesquisas que, obviamente, não são adjetivadas de “não-teóricas”, mas que, por via de uma tradição tecnicista, tem sido a elas atribuído o *status* de uma proximidade maior com a realidade, devido à ideia de recurso empírico. É preciso reconhecer a importância dessas pesquisas sem, no entanto, desconsiderar que algumas têm circunscrito seus debates metodológicos aos aspectos quantitativos ou qualitativos, sublinhando as formas como se buscaram dados imediatos e se limitando ao relato e à descrição dos mesmos, o que se torna, também e por sua vez, um reducionismo epistemológico.

Dito isto, em uma fase do estudo, lançamos mão dos textos com vistas a buscar um panorama da tematização das opressões, sobretudo em gênero/sexo e raça/etnia na tradição marxista como Alexandra Kollontai (1978, 1982, 2017), Krupskaya (2017), Ângela Davis (2016), anotando também o contemporâneo do feminismo materialista de Danièle Kergoat (2010), Falquet (2008, 2012), do feminismo marxista de Federici (2017, 2019), de Arruzza (2010, 2015), Bhattacharya (2013) e o debate brasileiro de Safiotti (2004, 2013, 2015), Lélia Gonzalez (2018), Hirata (2009), de Cisne (2014), de Santos (2005, 2010, 2017,) e Cisne e Santos (2018), abordando ainda o debate de raça e etnia em produções do anticolonialismo e panafricanismo marxista de Frantz Fanon (1968, 2010) e mais recentes como de Almeida (2018).

Em seguida, esmiuçamos a dimensão histórica e material das categorias trabalho, exploração, opressão e alienação. Retomamos a leitura marxiana e lukacsiana da categoria trabalho e da ontologia do ser social, fazendo um percurso teórico sobre a relação entre produção e reprodução social, o advento da propriedade privada, da exploração do trabalho e das opressões socialmente construídas. Realizamos, assim, uma reflexão sobre o processo de desumanização, coisificação e fetichização do ser humano, da sua produção social, dos seus valores e de suas relações.

Nesse sentido, trabalhamos com as obras de Marx (1989, 2010, 2011, 2013), Engels (2006) e Lukács (2012, 2013, 2018), fizemos uso de outras fontes que tematizam a dimensão da reprodução social, da subjetividade e as dimensões culturais, a saber, Vygotski (1996, 2011, 2015), Luria (1979), Leontiev (1978) e Mészáros (2006, 2011, 2013) no debate da alienação e ideologia.

Destacamos ainda o estudo de obras brasileiras sobre a particularidade da formação sócio-histórica da sociedade capitalista no país e na América Latina, como a contribuição de Fernandes (1987, 2006), Ianni (1989, 2004), Moura (1988 e 1994) e Fontes (2010), além de aprofundar o debate realizado por autores/as brasileiros sobre a perspectiva ontológica, a

formação da consciência, os processos de subjetividade como Lessa (2002, 2012, 2007), Konder (2000, 2009, 2020), Netto (2011, 2020), Iasi (2002, 2011, 2017), Freire (1987, 1996), Costa (2006, 2012), Fortes (2016, 2017), entre outros.

Frisamos ainda que, neste estudo, eventualmente lançamos mão de documentos históricos, textos artísticos e histórias vindas da oralidade da cultura popular. Se assim o fizemos, não foi com a defesa de serem obras com equivalência teórica das produções científicas aqui utilizadas, mas sim tratando-as como tipos específicos de dados da realidade social, produtos da práxis humana e, por isso, formas distintas de expressar as determinações sociais que analisamos.

Essa constituição teórica pode ser perigosa quando não realizada com rigor metodológico e, sabendo disso, temos a convicção de que tudo aqui apresentado teve a finalidade de evidenciar os achados teóricos, com objetividade e compromisso científico sem, no entanto, nos perdermos no formalismo tecnicista conservador e seu caráter antipedagógico. Defendemos aqui uma dimensão estética de exposição textual que, sem nos afastar do rigor científico, permite apontar recursos expositivos dialógicos que evidenciem a síntese da pesquisa, demonstrando também que sempre que a objetividade científica se confunde com o mito da neutralidade, a ciência burguesa regozija de seu distanciamento da crítica radical e enfraquece as possibilidades de um conhecimento socialmente referenciado.

Assim sendo, o primeiro capítulo apresenta um panorama da unidade exploração-opressão e do debate crítico na atual conjuntura, partindo de questões concretas do objeto de estudo e de dimensões fenomênicas, perpassando pela contribuição histórica dos debates marxistas e sua incidência sobre a particularidade brasileira.

No segundo capítulo, apresentamos e refletimos sobre o debate da ontologia do ser social, discorrendo sobre a contradição do processo de humanização e da formação de sua própria desumanização socialmente produzida. A partir da evidência do ser social como um ser da práxis, fundado no trabalho, discorremos sobre reprodução social e alienação. Constatamos, por fim, a desnaturalização essencial de todas as desigualdades sociais e demonstramos que a diversidade é uma potencialidade ontológica do ser social e a desigualdade social uma condição ontológica da alienação.

Por isso, finalizamos com a última seção lançando luz no debate da unidade exploração-opressão no capitalismo, para promover a apresentação do conceito de exploração e para aprofundar o conceito de opressão que, como já adiantamos, ainda é pouco detalhado em análises marxistas. Para isso, enfrentamos primeiramente o debate sobre o método materialista, histórico e dialético, a fim de desenvolver questões sobre a totalidade, as suas

mediações e o processo de suprassunção, onde buscamos esmiuçar as determinações da unidade exploração-opressão como um complexo categorial da alienação.

Por último, refletimos sobre a unidade exploração-opressão nos diversos níveis de sociabilidade e complexos sociais da sociedade capitalista, dialogando sobre categorias e fenômenos que atravessam a reprodução social ampliada do capital, descortinando a construção material de desvalorização da força de trabalho, suas desigualdades internalizadas e a reprodução da alienação na vida cotidiana entre os sujeitos da classe trabalhadora.

Destacando a vitalidade e universalização contínua dos processos violentos descritos na “Assim chamada acumulação primitiva” em *O Capital* de Marx, constatamos os processos de permanência da expropriação como dimensão permanente da dominação capitalista. Tal fenômeno aprofunda a dinâmica das opressões e seus rebatimentos no interior da classe explorada, ampliando estranhamentos entre os sujeitos, complexificando a massa populacional de reserva no mundo do trabalho, que se revela como uma mercadoria com distintos valores de troca.

Partindo de questões da aparência conjuntural, recuperando o debate histórico do campo marxista, demonstrando o caráter radicalmente histórico das desigualdades pela ontologia do ser social e desenvolvendo o debate sobre a unidade dialética, o conceito de opressão e sua dimensão materialista, chegamos a concretude do nosso tema: desvendando a unidade exploração-opressão como um elemento histórico, complexo, contraditório, materialmente ancorado e possível de ser superado pelo gênero humano.

Por fim, certa feita nos disseram, não sem razão, que estilisticamente esse tipo de construção textual teria um caráter ensaístico e se assemelhava a um furacão. Sabendo dessas questões, procuramos produzir uma análise organizada, buscamos diminuir os riscos de desentendimento durante os eventuais espirais, caminhos de ida e de volta no método de exposição dialeticamente e esteticamente pensado. Esperamos ter tido sucesso, embora, em se tratando do nosso tema, admitimos que não há qualquer intenção de que o texto seja apenas uma brisa. O tempo histórico não permite sopros.

II. AS MARGENS DO CAPITAL: CLASSE, RAÇA/ETNIA, GÊNERO/SEXO E A CONCRETUDE DA EXPLORAÇÃO-OPRESSÃO

*“Decifra-me enquanto te devoro”
(A questão da ideologia - Leandro Konder)*

Enquanto buscamos desvendar a essência da unidade exploração-opressão, suas manifestações pululam na vida das pessoas por todo o planeta. O atual momento histórico potencializa questionamentos e contradições, pressionando o entendimento de fenômenos que têm sido a causa do aumento das desigualdades, da naturalização da barbárie, da devastação ambiental planetária, da normalização da descartabilidade de grande parcela da humanidade.

A questão central está expressa em um grande bloco de essência concreta, repleto de abstrações, criado pelos seres humanos, mas que assume dimensões sobre-humanas, comandando direções e sentidos enquanto impulsiona mortes, medos e fenômenos enigmáticos. Poderíamos estar falando do antigo mito da Esfinge, mas a resposta está no presente, é uma construção histórica e se trata do Capital, esse complexo materialmente ancorado, expresso em abstrações gigantescas, que é fruto das relações sociais, mas que determina suas leis e condições desumanizadas sobre os mesmos seres humanos que o sustentam.

A Esfinge mitológica mais conhecida fica em Gizé, no Egito, localizada na margem oeste do rio Nilo, foi construída muito antes dos europeus dilapidarem os povos e territórios africanos em busca de sedimentar as bases para a sociabilidade burguesa. A lenda atribuída aos gregos diz do monumento com rosto humano, corpo de leão e rabo de cobra que jogava aos viajantes o seguinte enigma: qual o ser que pela manhã anda com quatro patas, ao meio-dia usa duas e à noite utiliza três? Segundo o mito, aqueles que não soubessem eram sumariamente devorados.

A resposta era o próprio ser humano, que engatinha na primeira infância, que aprende a caminhar com as pernas e que utiliza a bengala como instrumento para auxiliar os seus passos na velhice. A Esfinge procurava a resposta no ser da práxis, ser capaz de satisfazer suas necessidades transformando a natureza, modificando o meio e a si mesmo. Um ser que foi capaz, inclusive, de coletivamente criar necessidades inéditas e novas formas de satisfazê-las. Ser apto de, nesse processo, produzir desigualdades não naturais, decifrando o mundo, enquanto é devorado em sua própria construção.

Revelando a complexidade do construto do modo de vida burguês e suas

contradições, Leandro Konder (2020) recupera o “decifra-me ou te devoro” para tratar da ideologia, reformulando a frase para “decifra-me, enquanto te devoro”. O autor reflete sobre o complexo de ideias, valores e instituições que promovem o

[...] funcionamento do “mundo invertido” [verkehrte Welt] que embaralha a nossa consciência, trocando valores intrinsecamente qualitativos – valores absolutos fundamentais para as convicções duradouras que nos permitem orientar nossas vidas – por valores quantificados, sempre relativos e conjunturais. (KONDER, 2020, p. 44).

Para além de uma inversão do mundo, a ideologia e seus complexos realizam processos fundamentais de reprodução da estrutura do capital, com funções sociais de classe, desenvolvendo e propagando o *ethos* hegemônico enquanto expressa também as frestas de suas contradições, antagonismos e dinamicidade (LUKÁCS, 2018). Retomando o chão da história, sob a égide do “enigma do capital”⁶, a pergunta sobre o que nos faz humanos está diretamente ligada ao questionamento sobre o que nos desumaniza. O que faz com que nós, seres humanos, criemos relações sociais que determinem e mantenham processos de exploração e opressão.

Enquanto muitos procuram decifrar as desigualdades como aspectos meramente particulares, culturais e subjetivos ou, ainda, como uma estrutura fatalista sem mediações, a esfinge capitalista sintetiza opressões históricas, mercantiliza violências, naturaliza a coisificação, devorando territórios, corpos, subjetividades, valores e formas de existir.

A conjuntura atual nos devora em diversas formas de opressões, em distintos meios de exploração, expressando a destrutividade da lógica do Capital, que se aprofunda nos últimos anos na radicalidade política do autoritarismo burguês, condicionando uma coalizão ultraneoliberal e conservadora nas dimensões da reprodução para garantir as taxas de lucro, rebaixando o valor da força de trabalho e agudizando o preconceito e a discriminação.

Nessa direção, a hegemonia capitalista empreende sua força repressiva nos sujeitos historicamente oprimidos e permanece garantindo a naturalização histórica da política de violência, encarceramento, patologização, moralização e extermínio de parcelas da classe trabalhadora, mediatamente implicadas nas dimensões mais desumanizadas do capitalismo imperialista, racista e heterocispatriarcal.

As questões imediatas que estão expressas nas condições de vida e nos dados

⁶Harvey (2011) utiliza esse termo quando vai analisar a crise do capital disparada em 2006 e potencializada em 2008, a partir das hipotecas *super prime* e do setor imobiliário nos EUA, chegando ao sistema financeiro, atingindo todo o mundo e tendo os estados nacionais como salvaguarda da manutenção dos lucros e do amortecimento dos impactos para a burguesia, enquanto se aprofundava o abismo social e a incidência da crise nos diferentes territórios.

estatísticos das diversas formas de desigualdades sociais nessa quadra histórica não são compostas por um conjunto de sujeitos aleatórios, mas revelam a concretude da unidade exploração-opressão, esta, desnaturalizada pelo acúmulo diverso do debate teórico-crítico marxista desde o século XIX até a barbárie atual.

Essa expressão política acompanha a manutenção e complexificação basilar do processo de exploração produtiva, que sempre se apropriou das condições historicamente construídas das opressões. As manifestações conjunturais são, portanto, a evidência presente de uma estrutura alicerçada nos últimos séculos.

Tais condições desumanizadas não existem por escolha individual de um administrador do Estado, de um burguês isolado ou por julgamento moral entre alternativas distintas para materializar o projeto do capital. Elas são, na realidade, posições de questões estruturais, processos basilares para possibilidade de advento, manutenção e estruturação da exploração da classe trabalhadora.

A nossa Esfinge é material, socialmente construída e desumanizadora. Ela tem cabeça do tipo “humano burguês” (KONDER, 2000), que é construído coletivamente enquanto é individualista; que é alienado e alienante; que nos desumaniza, nos objetifica e se apropria de nossa dimensão ontológica. Nossa Esfinge engole as subjetividades e tem suas patas forjadas na exploração da força de trabalho, no heterocispatriarcado, no racismo e na reprodução social alienada, exposta culturalmente nos valores liberal-burgueses e seus teores eurocentrados, judaico-cristãos e da racionalidade formal-abstrata.

Nesse sentido, várias/os as/os autoras/es e militantes já apresentaram tanto as dimensões históricas, quanto as questões materiais que revelam a dimensão imbricada do racismo e do heterocispatriarcado ao processo de exploração do trabalho na sociedade de classes. As contradições desse complexo da unidade exploração-opressão nos desafiam a decifrar sua essência para além de suas manifestações imediatas, mas tendo-as como ponto de partida.

2.1. Os inumeráveis e a unidade exploração-opressão na barbárie conjuntural

*André Cavalcante era professor
Amigo de todos e pai do Pedrinho
O Bruno Campelo seguiu seu caminho
Tornou-se enfermeiro por puro amor
Já Carlos Antônio, era cobrador
Estava ansioso pra se aposentar
A Diva Thereza amava tocar*

*Seu belo piano de forma eloquente
Se números frios não tocam a gente
Espero que nomes consigam tocar(...)
(Inumeráveis - Bráulio Bessa)*

No dia 25 de julho de 2021, o *Fantástico*, programa de jornalismo e entretenimento da Rede Globo de Televisão, repercutia uma fila de pessoas famintas nos fundos de um açougue em Cuiabá-MT. A matéria mostrava uma multidão, a maioria formada por mulheres negras, buscando ossos que seriam descartados para, assim, terem algum ingrediente para uma refeição. A imagem chocante retratava a situação de mais de dezenove milhões de pessoas que não sabiam o que comeriam naquele dia no país:

Dezenove milhões de brasileiros acordam atualmente sem saber se vão conseguir alguma refeição para o dia. Dois anos atrás, eram 10 milhões. [...] Em Cuiabá, uma cena chama atenção: a distribuição de pedaços de ossos com retalhos de carne tem formado filas. O açougue, que distribui os ossos há dez anos, diz que isso acontecia antes apenas uma vez por semana e, agora, são três. A crise provocada pela pandemia só fez a fila crescer (FANTÁSTICO, 2021, *Online*).

Na mesma semana em que as imagens ganharam repercussão nacional, o *Portal Mato Grosso Econômico* publicou a manchete: “MATO GROSSO LIDERA PROJEÇÃO ECONÔMICA DO PAÍS COM PREVISÃO DE CRESCIMENTO DE 4,97% NO PIB EM 2021”. No texto, economistas exaltavam o agronegócio como a ponta de lança da retomada econômica brasileira, articulando seu otimismo com a confiança do mercado diante da agenda econômica do então Governo Federal e com dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que indicava que “o principal fator desta liderança é o agronegócio mato-grossense, já que o estado é o maior produtor de grãos do país. Mato Grosso deve ser o responsável por quase 30% da safra nacional de 2021” (MT ECONÔMICO, 2021, *Online*).

As direções diametralmente opostas das duas reportagens têm conexões além da aparência. A miséria de pessoas convive com a opulência de grandes corporações numa conjuntura onde, ao mesmo tempo, há recordes em colheita e em número de famintos. Essa contradição não é um fato isolado da região do cerrado brasileiro, o Mapa da Desigualdade de 2022 (CHANCEL *et al.*, 2021) demonstra que os 10% mais ricos do planeta capturaram 78% da riqueza produzida. Em contrapartida, o estudo aponta que mais da metade da população mundial fica com apenas 2%. Os pesquisadores demonstraram ainda que o continente africano é o mais desigual, em oposição à Europa, onde o índice de desigualdade é o menor. Na América Latina os 10% mais ricos ficam com 55% da riqueza.

Em 2022 são 33,1 milhões de brasileiros em situação de fome e cerca 58,7% da

população do país convive com a insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2022). As contradições evidentes nas estatísticas são inumeráveis no cotidiano dos explorados e oprimidos. Fruto de um processo histórico das contradições do capital, a atual conjuntura revela o apogeu da barbárie em suas nuances materiais e ideológicas.

As transformações do capitalismo, sua capacidade de reinvenção diante das crises⁷ e seus sustentáculos de hegemonia, criam novas tendências para manter sua universalidade: a exploração da força de trabalho. Na atualidade, existem dados inexoráveis para a percepção da presença permanente das opressões no aprofundamento e manutenção da sociabilidade alienada e no processo de destrutividade do capital.

A necessidade de manutenção da lei geral de acumulação e seu irremediável pilar de ampliação do lucro aponta para alternativas de aprofundamento da exploração pela composição orgânica do capital, sofisticando o processo produtivo em tempos de alta tecnologia, pelo fortalecimento do caráter destrutivo do meio ambiente globalizado e pela necessidade de os Estados assumirem suas tarefas mais evidentes de coerção e consenso para a manutenção da hegemonia burguesa.

O fortalecimento de uma cultura política autoritária⁸, explicitamente intolerante e comprometida com os interesses do capital é marca mundializada que se agudizou nos últimos anos. A coalizão de setores ultraneoliberais, moralistas e extremistas de direita, realiza o processo de minimização do Estado para os direitos da classe trabalhadora, maximizando uma lente apontada para o interesse do capital, especialmente o financeiro, para a repressão das lutas sociais e para a instrumentalização do aparato do Estado para discursos e práticas irracionais, preconceituosas e discriminatórias.

⁷Entendemos que o quadro conjuntural não se configura como uma crise cíclica tradicional, mas expressa o conteúdo do que Mézáros (2011, p. 100) chamou de crise estrutural onde “seus constituintes destrutivos avançam com força extrema, ativando o espectro da incontrolabilidade total numa forma que faz prever a autodestruição, tanto para este sistema reprodutivo social excepcional, em si, como para a humanidade em geral”. O autor não falava de um derretimento sistêmico pró-emancipatório, mas do avanço da barbárie, onde “a atual crise estrutural do capital afeta em profundidade todas as instituições do Estado e os métodos organizacionais correspondentes. Junto com essa crise, vem a crise política em geral, sob todos os seus aspectos, e não somente sob os diretamente preocupados com a legitimação ideológica de qualquer sistema particular de Estado” (MÉSZÁROS, 2011, p. 107).

⁸Sobre essa escalada conservadora, reacionária e protofascista, Lowi (2019, p. 1-2 *Online*) sintetiza: “Trump (USA), Modi (Índia), Urban (Hungria), Erdogan (Turquia), ISIS (o Estado Islâmico), Duterte (Filipinas), e agora Bolsonaro (Brasil). Mas em vários outros países temos governos próximos desta tendência, mesmo que sem uma definição tão explícita: Rússia (Putin), Israel (Netanyahu), Japão, (Shinzo Abe), Áustria, Polônia, Birmânia, Colômbia etc. (...) cada país esta extrema direita tem características próprias: em muitos países (Europa, Estados Unidos, Índia, Birmânia) o “inimigo” – isto é, o bode expiatório – são os muçulmanos e os imigrantes; em certos países muçulmanos são minorias religiosas (cristãos, judeus, yezhidis). Em alguns casos, predomina o nacionalismo xenofóbico e o racismo, em outros, o fundamentalismo religioso, ou então o ódio à esquerda, ao feminismo, aos homossexuais. Apesar dessa diversidade, há alguns traços comuns à maioria, senão a todos: o autoritarismo, o nacionalismo integral – “Deutschandüberalles” e suas variantes locais: “America First”, “O Brasil acima de tudo”, etc. – a intolerância religiosa ou étnica (racista) contra o “Outro”, a violência policial/militar como única resposta aos problemas sociais e à criminalidade.”.

O rebaixamento de horizonte das lutas coletivas permite ainda que os setores críticos e de oposição se concentrem, majoritariamente, na ampliação de discursos centrados na inclusão via mercado, nas análises possibilistas e nos processos minimalistas diante da situação naturalizada pelas manifestações de violência e ampliação das desigualdades. O reformismo rasteiro se articula com leituras culturalistas das expressões da barbárie contemporânea, numa adesão política por discursos novos e práticas reativas dentro da ordem, atuação própria de lógica individualista, particularista e pós-moderna que

[...] opera apagando as pistas que seriam necessárias para compreender o mundo contemporâneo, ao mesmo tempo em que o suposto fim do trabalho e das classes sociais apaga a necessária reflexão sobre a constituição de um sujeito histórico capaz de mudar esta sociedade e apontar para uma alternativa histórica. Da mesma forma, o mito da economia de mercado e do Estado liberal democrático obscurece os caminhos necessários de uma ruptura política que materialize essa mudança societária urgente e necessária (IASI, 2017, p. 38).

Na particularidade brasileira, as eleições de 2018 consolidaram a sintonia do descompasso anti-emancipatório, acelerando elementos que vinham se constituindo na articulação entre medidas econômicas regressivas para a classe trabalhadora, valores conservadores e enfraquecimento das instituições democráticas. A potencialização das opressões vem instrumentalizada por setores que buscam a manutenção da concentração de riqueza, articulando os interesses imperialistas e se baseando nas raízes materiais e históricas coloniais, racistas, heterocispatriarcais e dependentes.

A eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da república, sua plataforma de governo comprometida com o ataque aos direitos humanos e a materialização de seu projeto anti-povo, além do fortalecimento desses setores políticos em espaços dos poderes legislativo e judiciário e nos âmbitos estaduais e municipais, demonstram que a articulação entre a gestão do Estado, os valores interpostos no cotidiano dos sujeitos e a hegemonia do capital, são uma unidade inerente.

A “miséria da razão” (COUTINHO, 2010) eleva a dimensão mais desumanizada dos construtos ideológicos para reproduzir, sob todas as dimensões do irracionalismo burguês, a promoção de qualquer medida que mantenha a estrutura social da exploração em pé, mesmo em tempos de crise.

A “destruição da razão” (LUKÁCS, 2020) não é a superação do racionalismo burguês, mas sua distensão, a frigidez de sua faceta supostamente civilizatória, sendo aprofundada em suas mais agudas formas de alienação. Sendo o irracionalismo uma forma particular de ideologia reacionária, não é uma surpresa que o negacionismo, a intolerância, os processos de

violência que saltam ao cotidiano conjuntural constituam expressões significativas do complexo da barbárie do capital em crise. Lukács (2010b, p. 68) sintetiza teoricamente que

[...] o irracionalismo como concepção do mundo fixa este esvaziamento da alma humana de qualquer conteúdo social, contrapondo-o rígida e exclusivamente ao esvaziamento igualmente mistificado, do mundo do intelecto. Assim, o irracionalismo não se limita a ser a expressão filosófica da barbárie que cada vez mais intensamente domina a vida sentimental do homem, mas a promove diretamente. Paralelamente à decadência do capitalismo e o aguçamento das lutas de classes em decorrência de sua crise, o irracionalismo apela – sempre mais intensamente – aos piores instintos humanos; as reservas de animalidade e de bestialidade que necessariamente se acumulam no homem em regime capitalista. Se as mentirosas fórmulas demagógicas do fascismo, invocadoras do “sangue do solo”, puderem encontrar uma tão rápida difusão nas massas pequenas-burguesas seduzidas pelo fascismo, é grande a responsabilidade que recai objetivamente sobre a filosofia e a literatura da decadência, que evocam estes instintos embora, na maioria dos casos, não pensassem que deles faria o fascismo, e até mesmo, muito frequentemente, as condenassem com indignação.

Para entendermos como tais ideias ganharam força na sociedade civil brasileira, sobretudo em parcelas dos setores populares, e de como isso tem fortalecido opressões históricas, é preciso refletir sobre a estrutura da hegemonia e sua retroalimentação ideológica para além da política formal, perpassando a mídia, a religião, a ciência, ou seja, os diversos complexos ideológicos, instituições e ambientes importantes para a propagação e reprodução da cultura e valores do *status quo*.

Isso significa, também, desvelar as diversas particularidades e recortes existentes no interior das classes sociais e como tem se processado a reprodução de opressões, as estratégias de enfrentamento, a compreensão de sua existência pelos setores organizados politicamente e como o capital tem absorvido essas contradições.

Pesquisas apontam que movimentos organizados de propagação de discursos intolerantes, crimes de ódio e outras práticas violentas e preconceituosas cresceram substancialmente ao longo das últimas décadas. A antropóloga Adriana Dias (2005, 2008) realizou um estudo contínuo desde os anos 2000 demonstrando a elevação da força quantitativa de grupos que promovem preconceito e a defesa da lógica neofascista/neonazista, realizando uma miscelânea de práticas e discursos sobre as opressões, conteúdo discriminatório, ao mesmo tempo que articulam ideias econômicas neoliberais. Em matéria jornalística de 17 de janeiro de 2022, dados atualizados revelam esse apogeu:

Um mapa elaborado pela antropóloga Adriana Dias, que se dedica a pesquisar o neonazismo no Brasil desde 2002, mostra que existem pelo menos 530 núcleos extremistas, um universo que pode chegar a 10 mil pessoas. Isso representa um crescimento de 270,6% de janeiro de 2019 a maio de 2021. Entre os grupos

extremistas, os neonazistas são a maioria. Adriana explica que eles têm semelhanças entre si: “Eles começam sempre com o masculinismo, ou seja, eles têm um ódio ao feminino e por isso uma masculinidade tóxica. Eles têm antissemitismo, eles têm ódio a negro, eles têm ódio a LGBTQIA+, ódio a nordestinos, ódio a imigrantes, negação do holocausto”, enumera. (O SUL, 2022, *Online*).

A promoção de cunho protofascista também se articula com bandeiras defendidas por organizações liberais que se estabeleceram na década de 2010 no Brasil, assumindo protagonismo nas ações de mobilização nas ruas, na internet e na política formal nos últimos anos. Esse processo fica mais evidente na guinada à direita em meio às manifestações conhecidas como *Jornadas de Junho de 2013* e nas mobilizações pelo processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, desembocando nas manobras golpistas de cunho midiático, jurídico e legislativo de 2016.

Tais organizações (como Movimento Brasil Livre, Vem pra Rua, Instituto Millenium e outros) usam os preceitos de autores do (neo)liberalismo do século XX, articulando sua agitação política com valores moralistas, sensacionalistas, sintonizados com a intolerância e potencialização das opressões. Segundo Santos (2018, p.15-16)

O fortalecimento das ideias de von Mises está inscrito no avanço do conservadorismo no Brasil. O momento de recessão econômica e de crise política abre margem para o ideário desse liberalismo “puro”, militante, como contraponto à política petista da primeira década do século XXI. Ou seja, do fortalecimento do pensamento conservador, como forma de preparar ideologicamente a população para um processo mais intenso e explícito de retirada de direitos e arrocho salarial. (...) Além do já mencionado processo de *impeachment*, outras pautas desse conservadorismo são: pedidos de intervenção militar na política institucional; declarações de ódio a comunistas, que aqui são sinônimos de repúdio a qualquer organização minimamente identificada com o pensamento de esquerda e de repúdio ao reconhecimento de direitos dos movimentos sociais, tais como da população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), do movimento feminista, de negros e de negras, de índios, dentre outros.

Esse recrudescimento do pensamento e das práticas conservadoras⁹ (e reacionárias) no Brasil e no mundo, em diversos âmbitos da vida social, tem colocado em xeque conquistas históricas da classe trabalhadora¹⁰ e dos setores historicamente oprimidos. O processo se evidencia em perdas legais, materiais e simbólicas, além de ameaçar acúmulos teóricos e

⁹Escorsim Netto (2011) fala do surgimento do pensamento conservador como resposta dos valores remanescentes do feudalismo diante da ascensão capitalista. No entanto, com a burguesia madura e consolidada no poder, o conservadorismo passa a ser o conjunto de ideias que defendem, reforçam ou mistificam a sociedade da exploração do trabalho livre e todo o seu processo de produção e reprodução social.

¹⁰Inúmeras perdas têm se apresentado na atual conjuntura como a Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016, que congela o financiamento das políticas sociais por vinte anos, passando ainda pela “contrarreforma trabalhista”, de 2016, transformada em Lei Ordinária nº 13.467/2017, de 13 de julho de 2017. Outras tantas medidas apontam para a regressividade das condições de vida e trabalho dos sujeitos explorados e oprimidos com medidas e publicações específicas na seguridade social, nas políticas sociais e na segurança pública.

políticos na ampliação de reflexões coletivas acerca do combate às opressões e fortalecimento dos direitos humanos. Deslindando esse fenômeno numa perspectiva mais ampla, Iasi (2017, p. 380) salienta que:

O conservadorismo não pode ser entendido em si mesmo, ele é expressão de algo mais profundo que o determina. Estamos convencidos que ele é uma expressão da luta de classes, isto é, que manifesta em sua aparência a dinâmica de luta entre interesses antagônicos que formam a sociabilidade burguesa. Nesta direção, é importante que comecemos por delinear o cenário no qual o conservadorismo se apresenta.

Assim, o conservadorismo revela um abissal constructo ideológico que promulga a permanência daquilo que é basilar para a manutenção da hegemonia dos privilégios cotidianos de determinados setores da sociedade, isto é “o conservadorismo é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, e por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor” (BOSCHETTI, 2015, p. 639).

Para isso, as táticas e estratégias utilizadas são as mais variadas e vão desde o discurso nostálgico de um suposto passado de mais coesão social, pautado na repressão e na defesa dos “bons costumes”, até a reprodução de um viés conformista que assevera os limites contemporâneos, colocando que tudo o que é possível já foi ou está sendo feito, numa perspectiva de combate às opressões por um cunho liberal e pragmático.

Esse processo é materializado na desigualdade social, expresso pela pobreza e pelo desemprego, assim como pela violência, tanto em nível estrutural, como cultural e social, atingindo sujeitos historicamente oprimidos, como mulheres, negros(as), população LGBTQIA+. Esse conjunto de medidas amplia as possibilidades de aprofundamento da exploração do trabalho desses sujeitos, corroborando com o foco na mais-valia absoluta e revitalizando as tendências do capitalismo dependente e sua formatação diante das possibilidades de produtividade e relações de trabalho.

Os ataques às condições de vida, trabalho e consumo não são meras condições de moralismo e nem fatos isolados. Sobre o dimensionamento da exploração no capitalismo dependente, a lógica de ataque aos direitos, a ampliação de uma perspectiva repressiva por via do Estado e a afirmação fatalista diante das condições de vida da classe trabalhadora, são elementos funcionais às tarefas impostas para a manutenção da hegemonia burguesa. Por isso, no plano político e ideológico, a luta contra as opressões se depara com o fortalecimento dos setores mais conservadores nos âmbitos econômico, moral e da política formal que visam

minar quaisquer das intenções de superação, sejam das consequências coevas, sejam das opressões mais arcaicas.

O conservadorismo não é um desvio cognitivo ou moral, não é fruto de uma educação mal feita ou de preconceitos vazios de significado. O conservadorismo é uma das expressões da consciência reificada, nos termos de Lukács, ou do chamado senso comum, nas palavras de Gramsci, isto é, é uma expressão da consciência imediata que prevalece em uma certa sociedade e que manifesta, ainda que de forma desordenada e bizarra, os valores determinantes que têm por fundamento as relações sociais determinantes. (IASI, 2017, p. 382).

Dessa forma, o apelo do capital e dos setores médios para a administração estatal por vias políticas conservadoras e reacionárias, expressas no Brasil e no mundo, atacando direitos sociais e as liberdades democráticas, atinge o cotidiano de trabalhadores/as que tem cor, etnia, identidade de gênero, orientação sexual, origem geográfica e culturas particulares. Articulando uma reflexão sobre a conjuntura brasileira e europeia, Löwy (2015, p. 662-663) coloca que:

o que é comparável na extrema-direita francesa e brasileira são dois temas de agitação sociocultural do conservadorismo mais reacionário: I) A ideologia repressiva, o culto da violência policial, o chamado a reestabelecer a pena de morte: é o caso na Europa da extrema direita e no Brasil da “bancada da bala”, fortemente representada no Congresso. II) A intolerância com as minorias sexuais, em particular os homossexuais. É um tema agitado, com certo sucesso, por setores religiosos, com referência católica (*Opus Dei, Civitas* etc.) na França e evangélica neopentecostal no Brasil.

Não por acaso a ideologia burguesa lança mão de análises moralistas para a manutenção das taxas do lucro e amortecimento organizativo do processo de resistência popular. A decadência ideológica e a contração das manobras possíveis no arco da emancipação política, contornam os limites das lutas sociais circunscritas às táticas imediatas e com estratégias embarreiradas pela ordem social do capital.

Dos púlpitos das cátedras ou das catedrais, dos bancos ou das bancadas, das piadas infames ao relativismo das desigualdades, impera a explosão de violações fantasiadas de neutralidade, boa vontade ou explicitamente agressivas. Entre a patologização da questão social, a normalização da exploração e das opressões, a medicalização da vida, a moralização da barbárie, a criminalização da divergência e a política de extermínio de setores oprimidos, caminham as alternativas hegemônicas do bloco histórico estabelecido.

O fortalecimento de uma lógica militarizada no cotidiano, o espraiamento do fundamentalismo religioso marcadamente neopentecostal e o descrédito na política formal,

são fenômenos acompanhados pela esterilidade de diversos sindicatos, centrais sindicais, movimentos sociais e partidos políticos no enraizamento das massas e na construção de uma outra cultura no seio das classes subalternas.

Vale frisar que, em que pese as características de nossa elite e da revolução burguesa brasileira, abordadas de forma rigorosa por Fernandes (2006), o autoritarismo burguês não é somente uma particularidade brasileira ou latino-americana. Como já apontamos, na crise estrutural do capital, a tendência de universalização das práticas fascizantes se afiançam por diversas nações.

Isso revela que a ideia de uma característica antidemocrática como exceção na sociedade capitalista reproduz a visão dualista entre democracia-ditadura, coerção-consenso quando, na verdade, dentro da história, o processo elástico da emancipação política conflui num processo de unidade de contrários, de continuidade na descontinuidade e no processo de pressão de classe que esbarra em limites estruturais dessa sociedade. A dimensão autoritária da burguesia faz parte do seu amadurecimento político oriundo de sua consolidação com seu projeto de sociedade e sua hegemonia política.

O fascismo clássico¹¹, radicalização do poder do estado burguês como alternativa violenta, explícita e evidente às crises do capital da época – primeiras décadas do século XX – foi articulado por uma necessidade histórica que perdeu hegemonia frente ao keynesianismo-fordismo. Essa possibilidade adormecida nunca morreu enquanto possibilidade, muito menos sufocou seus elementos ideológicos e, por fim, não impediu que o autoritarismo e a agressividade com os oprimidos permanecessem nos países democráticos no pós-guerra e reavivasse novas manifestações de seus princípios após o apogeu neoliberal.

O profascismo contemporâneo revela nuances importantes que manifestam a agudização do papel do Estado para o capitalismo destrutivo, que consolida a minimização para os direitos e políticas sociais e a maximização para a repressão à resistência coletiva e estruturação do lucro do capital, seja pelo financiamento direto com o fundo público, seja como base estruturada para ampliação da mais valia absoluta e relativa.

O binômio força-consenso (GRAMSCI, 2000) se faz presente no cotidiano. Ele se

11“O fascismo alemão, assim como o italiano, se ergueu ao poder nas costas da pequena-burguesia, que foi tornada bode expiatório contra as organizações da classe trabalhadora e as instituições democráticas. Mas o fascismo no poder é tudo menos o governo da pequena burguesia. Pelo contrário, ele é a ditadura mais impositiva do capital monopolista. Mussolini tem razão: as classes médias são incapazes de políticas independentes. Durante os períodos de grande crise, são invocadas a seguir aos absurdos das políticas de uma das duas classes fundamentais. O fascismo conseguiu colocá-los a serviço do capital. *Slogans* como o controle estatal dos fundos financeiros e a supressão de lucros não oriundos do trabalho foram abandonados assim que se chegou ao poder. Pelo contrário, o particularismo da pequena burguesia deu lugar ao centralismo policial capitalista. Cada sucesso interno e externo das políticas do nazismo significará inevitavelmente o sufocamento do pequeno capital pelo grande”. (TROTSKY, 2018, p. 227).

espalha na violência autorizada contra a diferença e a divergência. A trágica forma limitada da democracia representativa e as distorções potencializadas pela mídia, pelo fundamentalismo religioso e pelo mercado, carregam de bandeja uma consciência reificada que legitima as opressões, caçam direitos, dilapidam políticas sociais.

Quando a conjuntura promove riscos à hegemonia burguesa cabe ao Estado aprofundar medidas rumo à manutenção da ordem. Assim, o complexo estatal pode sobressair dos limites democráticos, trajetória autoritária já anunciada em meados do século XIX, *no 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 2011b), mas amortecida pela luta de classe no apogeu do Estado Social Europeu nos pós-guerras do século XX. Na atual conjuntura brasileira, a defesa e propagação de sua característica autocrática não passa pelas estruturas clássicas, mas por mecanismos de hegemonia contemporâneos como a mídia, a internet, e em outros elementos do cotidiano.

A hipertrofia dos aparatos coercitivos do Estado também compõe a natureza da blindagem contemporânea da democracia liberal brasileira com a intensificação de ações coercitivas e repressoras, que tomam forma na criminalização dos movimentos sociais (criminalização das manifestações e organizações da classe trabalhadora por meio da repressão, da prisão arbitrária de dirigentes, da ilegalidade das lutas). (DURIGUETTO; DEMIER, 2017, p.15).

O complexo estatal, nada obsoleto e muito mais estratégico, constitui seu alicerce na valorização ideológica de minimização das políticas sociais, de militarização da vida, de profusão (neo)conservadora e reacionária como expressões de um projeto de sobrevivência do capital. Neste sentido, na crise iniciada nos anos 1970 há uma ampliação do caráter ideológico com o neoliberalismo, que buscará privilegiar a “cultura da crise” como campo de hegemonização da necessidade de “enxugamento” do Estado.

Mota (2012, p. 2) destaca:

Evidente que esses movimentos na Europa e na América Latina comportam propósitos imediatos distintos, porém, não revelam nenhum antagonismo, por possuírem uma unidade subjacente: a precarização do trabalho, a reiteração das desigualdades sociais e a manutenção da mundialização financeira (Chesnais, 1996), sob os auspícios da reforma do Estado em prol dos interesses do grande capital. Assim, sou instigada a pensar que, em face das medidas de enfrentamento da crise capitalista, as vias da austeridade e do crescimento econômico materializam “modelos” desenvolvidos em conjunturas particulares, mas determinados pela hegemonia das finanças e pelas estratégias de restauração da dinâmica capitalista.

Atravessando particularidades regionais, amortecendo possibilidades organizativas e reativas da classe trabalhadora, chocando valores individualistas e uma pulsão violenta, o

Estado capitalista contemporâneo vai se solidificando na disputa da parcela da riqueza socialmente produzida absorvida pelo fundo público para a aplicação direta no capital financeirizado e na catalisação da exploração do trabalho.

Assim, a tendência geral é a de redução dos direitos, sob o argumento da crise fiscal, transformando-se as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da seguridade social nos países – em ações pontuais e compensatórias daqueles efeitos mais perversos da crise – “a política econômica produz mortos e feridos, e a política social é uma frágil ambulância que vai recolhendo os mortos e feridos que a política econômica vai continuamente produzindo”. (BEHRING, 2008, p. 248).

A reprodução das diversas opressões absorve um caráter capilarizado e complexo que entremeia os aspectos mais triviais até as condições estruturais da vida dos indivíduos, se materializando em papéis distintos e com diferentes modos de relação. Não é uma surpresa que os recortes de gênero/sexo e de raça/etnia revelem importantes cisões dentro das mesmas classes sociais, nem é desconhecido que, mesmo entre os sujeitos explorados e oprimidos, haja reprodução de valores discriminatórios e posições de reafirmação de desigualdades.

Trabalhadoras mulheres, negras e negros, população LGBTQIA+ e imigrantes são a ponta de lança da ampliação das condições de pauperismo da classe que vive da venda de sua força de trabalho. Tal constatação permanece atual, ao passo que também ocorre uma progressiva universalização das condições precarizadas de exploração de todos os outros setores assalariados, característica comum desde o processo de “acumulação primitiva do capital” para aqueles que estiveram às margens dos países centrais do capitalismo.

No campo imediato, as expressões da questão social vão tomando o cotidiano dos sujeitos explorados e oprimidos, onde a recessão econômica, a pandemia de Covid-19, a ampliação de medidas de austeridade pelos Estados atingem as condições de vida e trabalho da maior parcela da população mundial.

Realizando uma demonstração panorâmica do quadro da classe trabalhadora brasileira percebemos que, embora todos os sujeitos estejam em condições formais de venda da sua força de trabalho para sobreviver, há elementos historicamente construídos que direcionam desigualdades estruturais para o rebaixamento da “mercadoria força de trabalho”. Nesse sentido:

Aportar dados empíricos à análise e mostrar as diferenciações a partir das mediações de raça e/ou gênero não tem um objetivo comparacionista ou de métrica dos miseráveis, antes, são esses dados que, analisados numa perspectiva histórica e dialética, expressam a complexidade do real, seu movimento concreto e as múltiplas determinações que o constitui. A partir das mediações propostas, os dados

analisados, longe de serem apenas conjunturais, revelam a dinâmica das relações sociais sob o capitalismo dependente. Portanto, as expressões da questão social, em relação dialética com a estrutura dessa sociedade. (SOUZA; TELES, 2021, p. 56-57).

Essas desigualdades se realizam na forma como se extrai o mais valor e nas atividades invisibilizadas da reprodução social que não se estabelecem sequer como trabalho abstrato, dado o caráter de não remuneração. Esse processo de desigualdade se amplia para além do trabalho, objetivando corpos, relações, subjetividades, gerando processos de violência, apropriação¹² e dominação.

Mesmo antes da pandemia e do governo Bolsonaro, os processos de desigualdades se perpetuavam no interior da classe trabalhadora. Segundo Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio Contínua, realizada em 2016 pelo IBGE, no Brasil “as mulheres trabalham, em média, três horas por semana a mais do que os homens, combinando trabalhos remunerados, afazeres domésticos e cuidados de pessoas. Mesmo assim, e ainda contando com um nível educacional mais alto, elas ganham, em média, 76,5% do rendimento dos homens” (PERET, 2018 *online*).

Há mais de uma década, a pesquisa “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - IPEA (2011)” apontava que a renda média de uma mulher negra correspondia a 30,5% da renda de um homem branco. O mesmo estudo apontava que apenas 1% dos empregos domésticos eram ocupados por homens, sendo que 21,8% das empregadas domésticas eram formadas por mulheres negras (apenas 24,6% delas com carteira assinada), enquanto 12,6% eram mulheres brancas. No mesmo estudo, consta que trinta mil mulheres que exerciam essa atividade não tinham renda própria, o que, segundo o mesmo relatório, sugeria condições análogas ao trabalho escravo, asseverando que:

Nesse sentido, percebe-se que a inserção das mulheres nesta realidade é, no entanto, marcada por diferenças de gênero e raça. Além de estarem menos presentes do que os homens no mercado de trabalho, ocupam espaços diferenciados, estando sobrerrepresentadas nos trabalhos precários. Ademais, a trajetória feminina rumo ao mercado de trabalho não significou a redivisão dos cuidados entre homens e

12A categoria apropriação, especificamente nos estudos das relações de gênero, foi desenvolvida por Guillaumin em 1978 (1992) e avança para o entendimento dos processos de servidão e escravidão contemporâneas. A apropriação engloba a exploração e a opressão. “Por meio da sexagem as mulheres são resumidas ao sexo, sendo apropriadas não apenas no que diz respeito à sua força de trabalho, mas também ao seu corpo e à sua vida”. Em outras palavras, a sexagem denota a apropriação material concreta da individualidade corporal das mulheres, em um processo que as tira da condição de sujeito e as tornam “coisas” (GUILLAUMIN, 1978, p. 146). Para Cisne (2013, p. 150), as expressões particulares dessas relações de sexagem que provocam a apropriação do conjunto das mulheres, bem como do corpo individual de cada uma delas são, de acordo com Guillaumin: “a) a apropriação do tempo; b) a apropriação dos produtos do corpo; c) a obrigação sexual; d) a carga física dos membros inválidos do grupo (inválidos por idade, bebês, crianças, idosos ou doentes e deficientes), assim como os membros válidos do sexo masculino”.

mulheres, mesmo quando se trata de atividades remuneradas, o que pode ser percebido pela concentração de mulheres, especialmente negras, nos serviços sociais e domésticos. (IPEA, 2011, p. 27).

Dados do IBGE sobre “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” apontaram que em 2018 pretos e pardos eram 54,9% da força de trabalho do país, sendo que 64,2% estavam desempregados. Nas atividades informais a desigualdade persiste, com negros ocupando 47,3% do quadro, enquanto entre os brancos o número cai para 34,6%.

A realidade dos postos de trabalho se reflete também em que tipo de atividade estão e qual a renda, onde apenas 4,9% de cadeiras nos Conselhos Administrativos das empresas de maior faturamento do país são ocupados por negros. Sobre renda, enquanto um trabalhador branco tinha uma média de R\$ 1.846,00, a média de um trabalhador negro caía quase pela metade, no ano de 2018, ganhando cerca de R\$ 934,00. Entre os 10% que têm os maiores rendimentos do país, mais de dois terços são de pessoas brancas.

Além disso, as taxas de pobreza e miséria são maiores entre a população negra. Em 2018, 15,4% dos brancos viviam com menos de US\$ 5,50 por dia no Brasil. Entre a população negra (pretos e pardos), o percentual chegava a 32,9% da população. Segundo o IBGE (2018) a pobreza extrema atinge 8,8% da população negra no Brasil e 3,6% da população branca.

A natureza e o valor das atividades remuneradas para mulheres (brancas e negras) e negros no Brasil demarcam a diferença dentro da classe trabalhadora ativa economicamente e revela que o mais valor relativo e absoluto sofre interferências para além da formalidade econômica de demanda e oferta abstrata dos setores que precisam do trabalho assalariado. O heterocispatriarcado e o racismo aprofundam a desvalorização da mercadoria força de trabalho geral, mas para isso, impõe um aprofundamento ainda maior entre os sujeitos oprimidos pelas suas dimensões estruturais.

A igualdade formal dos indivíduos não se materializa nem em igualdade salarial para os sujeitos da classe e nem na materialização de ocupação de funções em outros complexos e atividades, definindo, também, as posições hegemônicas no Estado; o acesso aos direitos legalmente instituídos; a garantia e a qualidade do tempo livre e o foco dos aparelhos de repressão das forças coercitivas. As expressões de desigualdade não se reduzem ao mundo do trabalho, espraiam-se em todas as dimensões da questão social, atingindo as ações e omissões dos complexos sociais de manutenção do capital e alicerçando como diferentes sujeitos materializam a subjetividade jurídica do modo de vida burguês.

O levantamento dos dados do IBGE e do Instituto *Ethos* apontados na reportagem da

Agência Lupa seguem explicitando essas diferenças ao expor que os negros representam a marca de 24,4% entre os deputados federais e de 28,9% entre os deputados estaduais eleitos em 2018 (AFONSO, 2019 *online*).

No poder judiciário, espaço onde o acesso é mais difícil, a marca é mais indigna: apenas 1,3% que se declaram pretos e 7,6%, pardos ocupam cadeiras nos tribunais superiores, retrato que é emblemático quando apenas três homens negros ocuparam uma cadeira no STF e nenhuma mulher negra chegou a esse patamar. O número reduzido demonstra o fosso social se contrastado com os dados de violência em que os negros são vitimados, com a taxa de homicídios crescendo 33% em dez anos:

Negros são as maiores vítimas de homicídios no Brasil. Segundo o Atlas da Violência, em 2017, 75,5% das pessoas assassinadas no país eram pretas ou pardas – o equivalente a 49.524 vítimas. A chance de um jovem negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,5 vezes maior do que a de um jovem branco (AFONSO, 2019, *Online*)

O feminicídio também tem sua marca racial expressiva. O número de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9% de 2007 a 2017, enquanto entre mulheres não-negras cresceu 4,5%. Classe, raça/etnia e gênero/sexo e sexualidade vão determinando possibilidades de vivência e sobrevivência dos indivíduos inseridos na sociedade capitalista, racista e heterocispatriarcal.

A expressividade demonstrada nos dados até aqui apresentados é referendada também com o aumento das expressões de preconceito e discriminação. O racismo, ora naturalizado e subnotificado, é desvelado pelas ações do Estado policial e ultraliberal. O machismo também vai se perpetuando na violência doméstica, no mercado de trabalho, na cultura do estupro, no silenciamento das mulheres. A LGBTQIAfobia ganha força no moralismo que imprime o fundamentalismo religioso, espalha sua força nas mortes violentas e no ódio à diversidade de identidade de gênero e expressões homoafetivas, marginalizando grande parcela da população nos espaços de trabalho e socialização.

Nesta última parcela de sujeitos oprimidos, a maior marca de sua invisibilidade é revelada pela falta de banco de dados de órgãos oficiais do governo sobre a condição de desigualdade. As denúncias obtidas pela plataforma do Governo Federal contra violações dos Direitos Humanos totalizaram 2608 denúncias no ano de 2017, a maioria tratando de violência psicológica (35,2%), discriminação (35,1%) e violência física (20,9%). O quadro de violência se alastra, como demonstram os dados da organização Grupo Gay da Bahia (GGB):

A cada 20 horas, um(a) LGBT morre no Brasil por serem LGBT's – ou seja, por conta da LGBTfobia. O grupo também registrou um aumento de 30% nas mortes de LGBT's em 2017, quando 445 pessoas foram mortas, em relação a 2016, ano em que 343 mortes foram motivadas por LGBTfobia. Já em 2018, esse número caiu, mas ainda se manteve alto, com 420 mortes.

Dentre as 445 vítimas de 2017, 387 foram assassinadas e 58 cometeram suicídio. A maior parte dos assassinatos aconteceu em via pública (56%), mas uma grande parte (37%) ocorreu na casa das vítimas, detalhe que indica que o crime teria sido realizado por conhecidos.

Das 445 vítimas de LGBTfobia registradas em 2017, 194 eram gays (43,6%), 191 trans (42,9%), 43 lésbicas (9,7%), 5 bissexuais (1,1%) e 12 heterossexuais (2,7%). MORAES, 2018, *Online*).

Realizar uma articulação crítica das condições expressas por esses diferentes dados, ajuda-nos a elucidar que os processos vividos no cotidiano dos diferentes sujeitos da classe trabalhadora, as reproduções de discriminação no interior da mesma classe, o desmonte de direitos e políticas sociais, são substâncias de uma desigualdade que não se constitui por acaso, ou por mera incompetência de gestão estatal ou escolhas dos indivíduos.

Em suas diferentes maneiras de se manifestar, a desigualdade não é um desvio, mas resultado do projeto estrutural de manutenção sistêmica. O pauperismo que rebaixa o valor da força de trabalho de parcelas significativas da classe trabalhadora, que encarcera grupos, que expressa a descartabilidade de seus corpos, que aponta subempregos, condições de precariedade, marginalização e invisibilidade, reforçam e são reforçados pela estrutura racista e heterocispatrilial que é estruturante, constitutiva e funcional à manutenção do processo de exploração do trabalho.

Em pesquisa realizada sobre os centros urbanos latino-americanos, os resultados demonstraram em estudo que a expectativa de vida está proporcionalmente identificada com as desigualdades territoriais em grandes cidades da América Latina como Cidade do México e Buenos Aires. Em Santiago, capital chilena, uma mulher da periferia tem 18 anos a menos de expectativa de vida do que uma mulher de um bairro nobre (BILAL et. al., 2019).

Num exemplo básico: as condições de vida, os espaços de moradia, oferta de emprego (ou atividade precarizada de trabalho), as condições de trabalho, o acesso às políticas sociais, os riscos de violência, a apropriação não remunerada e de sua liberdade sexual vivenciados por uma mulher negra e lésbica da periferia de um país da América Latina é muito distinto de um trabalhador europeu, branco, cis, heterossexual. Ambos vendem sua força de trabalho, sofrem o processo de exploração e estão conectados nas contradições de classe, mas as determinações da unidade exploração-opressão expressam sua força na primeira – mulher negra e lésbica da periferia – com intensidade, forma e mecanismos muito distintos para a

manutenção da ordem do capital.

A humanidade coletivamente desenvolveu essa forma de sociabilidade de maneira concreta, em dimensões estruturais e superestruturais, um complexo de relações que, embora seja uma criação histórica e social, absorve os indivíduos, grupos e classes numa condição contraditória de grande desenvolvimento de capacidades humanas e desumanização socialmente estruturada, que não permite a efetivação das possibilidades para todos.

É essa espécie também que, embora realize toda essa potencialidade em conhecimento e ação, se vê, por exemplo, submersa numa pandemia viral no século XXI, onde se manifestam todas as determinações de uma “pandemia de classe, de gênero e de raça. Embora os esforços de mitigação estejam convenientemente camuflados na retórica de que ‘estamos todos juntos nisto’, as práticas, particularmente por parte dos governos nacionais, sugerem motivações mais sinistras” (HARVEY, 2020, p. 21).

Do conhecimento do novo coronavírus, no fim de 2019, passando pelo reconhecimento oficial da gravidade da doença, em março de 2020, pela Organização Mundial de Saúde, até o atual momento, a Covid-19 atravessou diversos Estados nacionais, atingindo aparentemente todos, mas desenvolvendo suas marcas de desigualdades sobre o chão da estrutura do capital. Passam-se mais de dois anos e, entre tantos motivos, importa anotar a dimensão econômica protagonizando as determinações sociais.

O acirramento das expressões da questão social na pandemia de Covid-19 não só ocorreu por uma condição excepcional em intensidade e expressividade, mas são demonstrações da forma mercadológica em que estamos mergulhados em todas as dimensões da vida, onde a destrutividade caminha em unidade com a produtividade de mercadoria e necessidade de consumo.

O que esta pandemia nos lembra, mais do que nos ensina, é o que muitos outros estudos epidemiológicos anteriores nos ensinaram nas décadas anteriores, e que foram negligenciados por aqueles que a deveriam ter levado em conta em primeiro lugar, os irresponsáveis que nos governam: o tributo pago anualmente pelos trabalhadores devido às condições de trabalho perigosas, insalubres e desgastantes, por doenças crônicas ou graves e anos de expectativa de vida [2]; o tributo pago não menos regularmente pelas populações humanas, particularmente urbanas, devido às múltiplas formas de poluição (ar, água, etc.), geradas pelo produtivismo capitalista [3]; o terrível recorde de décadas de *junk food*, pelo qual a indústria agro-alimentar capitalista também é responsável [4]; e assim por diante. (BIHR, 2020, p. 26).

O negacionismo e o irracionalismo assumidos na retórica de parte dos governantes, como no Brasil pelo presidente Jair Bolsonaro, ou do ex-presidente estadunidense Donald Trump, não são uma construção dada por ignorância, desinformação ou incompetência. O

apelo ao senso comum é tão somente a lógica formal-abstrata promovida pela decadência ideológica da hegemonia que se apegua nas dimensões mais imediatamente eficazes para referendar a necropolítica e às determinações da unidade exploração-opressão nas raízes do Estado Burguês.

Martins (2020, p. 1-2) expôs dados de abril de 2020 que já escancaravam os marcadores sociais da pandemia:

As maiores vítimas da pandemia são, inegavelmente, os trabalhadores temporários e sub-remunerados, os que vivem de atividades informais, os desempregados e os sem teto por habitarem as áreas mais precárias das grandes cidades brasileiras. No Ceará, os dados mostram que na capital Fortaleza, a taxa de mortalidade apresenta variações decorrentes das desigualdades socioeconômicas e de moradia, sendo relativamente baixa nos casos do Meirelles (5%) e Fátima (11,9%) e bastante elevada na Barra do Ceará (28,57%) e Jangurussu (21,42%). [...] observamos o mesmo fenômeno da desigualdade na capital paulista: no Morumbi, bairro nobre da burguesia, foram registrados 297 casos positivos e 7 mortes, ao passo que em Brasilândia, bairro de operários e imigrantes, os infectados somavam 89 e os mortos 54 pessoas. Na grande potência mundial, os EUA, está comprovada a alta incidência da COVID-19 entre fro-americanos, conforme artigo recente de Jamelle Bouie, publicado no New York Times.

Batista *et al* (2020), em Nota Técnica do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da PUC-RJ, analisaram 29.933 casos de Covid-19 entre pessoas que tiveram internação e constataram que, desse universo, 54,8% de pessoas negras foram a óbito, enquanto a letalidade dos brancos chegou a 37,9%. A análise foi realizada com os dados até o dia 18 de maio de 2020. Na mesma pesquisa foi relatado que dos 54 indígenas em internação, 38 morreram. Nesses dados, 10,6 mil pessoas tiveram a raça ignorada no momento da internação.

As análises evidenciaram discrepâncias entre as características reportadas nas notificações de SRAG para a COVID-19 dos pacientes de raça branca para aqueles de raça preta e parda. Verificou-se que a proporção de óbitos em pacientes pretos e pardos foi maior do que a de brancos, mesmo por faixa etária, por nível de escolaridade, e em municípios de IDHM elevado. As chances de mortes de um paciente preto ou pardo analfabeto (76%) são 3,8 vezes maiores que um paciente branco com nível superior (19,6%), confirmando as enormes disparidades no acesso e qualidade do tratamento no Brasil. (BATISTA *et al.*, 2020, p.11).

O processo de adoecimento não é condicionado por elementos isolados do mundo orgânico e nem um fator aleatório que é analisado em um conjunto estatístico padronizado à posteriori. Aprofundando o debate sobre epidemiologia crítica, Breilh (2006) destaca:

A equidade/iniquidade de que um grupo desfruta/padece em um determinado momento histórico resulta das relações de classe, de sua situação histórico-etnocultural e das características de suas condições de gênero. Todas essas relações

constituem o contexto dentro do qual pode mover-se o livre arbítrio de uma família e de seu cotidiano, e constituem também as barreiras que essa família e as pessoas em geral podem desafiar com sua prática e contradizer com seu discurso (BREILH, 2006, p. 46)

As condições socialmente construídas, a base estrutural como uma sociedade se produz e reproduz em suas relações e seus impactos na vida dos indivíduos são elementos cruciais para perceber o que leva ao maior ou menor risco de adoecimento, gravidade, condições de prevenção e tratamento.

A atividade da sociedade humana molda sua própria geoeologia, e esta, por sua vez, reverte seu efeito sobre as condições do ser humano. Assim, a geografia e suas condições ecológicas não são, em relação à saúde, um simples reservatório estático de climas, fatores de contaminação, parasitas, vetores de transmissão infecciosa etc., mas um espaço historicamente estruturado, no qual também se expressam as consequências benéficas e destrutivas da organização social. (BREILH, 2006, p. 143- 144).

As determinações sociais da saúde se realizam no cotidiano de sujeitos que têm determinadas condições por sua classe social, raça/etnia, gênero/sexo e sexualidade, numa sociedade marcada pela exploração do trabalho, pelo racismo, pelo machismo e LGBTQIAfobia. A forma como os povos, dentro de suas lutas particulares, sob hegemonia do modo de vida burguês, assim como os diferentes estados nacionais, via suas políticas sociais, tratarão, não somente a saúde, mas todas essas questões, são fundamentos para analisarmos os impactos dos processos de adoecimento e acesso à saúde.

Souza (2020) destaca que recuperando o debate ontológico marxiano-lukacsiano, a leitura das dimensões sociais da saúde desvela suas determinações materiais calcadas no movimento real promovido pela unidade produção e reprodução social e suas contradições:

No caso da dimensão social da saúde, isso resulta nas mais sofisticadas quantificações dos supostos fatores sociais, seguidas de correlações estatísticas, tentando provar o quanto eles (os fatores) interferem (mais ou menos) na saúde. Em que pese essas investigações possuírem alguma importância, elas por si só não são capazes de apreender o movimento dialético por trás dos supostos fatores; ou seja, os conflitos, as contradições e, em última instância, o antagonismo fundamental do qual se constitui qualquer sociedade de classes. (2020, p. 187).

Os números expostos nos quadros estáticos não seguem uma tendência obtusa por fatores de riscos circunscritos às questões genéticas ou de um ambiente amorfo às determinantes naturais. As particularidades contraditórias se apresentam e se materializam em todas as práxis da vida e, no processo saúde-adoecimento, também se manifestam como elementos sintéticos da lógica da sociabilidade hegemônica.

A intercorrência do projeto do capital demonstra sua vitalidade diante do adoecimento e da morte da classe trabalhadora. De março de 2020 até novembro de 2021, a riqueza dos dez homens mais ricos do planeta dobrou. Os dados são do Relatório Desigualdade Mata (AHMED *et al*, 2022) revela que um novo bilionário surge a cada 26 horas.

1. A riqueza dos dez homens mais ricos dobrou, enquanto a renda de 99% da humanidade decaiu, em razão da Covid-19.
2. O patrimônio dos 10 homens mais ricos do mundo é maior do que o dos 3,1 bilhões de pessoas mais pobres.
3. Se os 10 homens mais ricos gastassem um milhão de dólares cada um por dia, seriam necessários 414 anos para gastar suas fortunas combinadas.
4. Se os 10 bilionários mais ricos se sentassem no topo de suas fortunas combinadas empilhadas em notas de dólares norte-americanos, eles chegariam quase na metade do caminho para a Lua.
5. Um imposto único de 99% sobre o aumento repentino nos lucros decorrentes da Covid-19 obtidos pelos 10 homens mais ricos do mundo poderia pagar vacinas suficientes para todo o mundo e preencher as lacunas de financiamento em medidas climáticas, de saúde universal e proteção social e nos esforços para combater a violência de gênero em mais de 80 países, enquanto ainda deixaria esses homens com US\$ 8 bilhões a mais do que tinham antes da pandemia. (AHMED *et al*, 2022, p.10)

Articulando informações e dados estatísticos sobre territorialidade, classe, raça/etnia e gênero, o estudo revela o aumento da violência de gênero, classificada como “pandemia dentro da pandemia”, e as determinações de desigualdade raça/etnia no acesso à saúde, condição existente no período anterior à pandemia, mas fundamental para a amplitude dos casos e da mortalidade. O estudo concluiu que uma pessoa de Bangladesh tem cinco vezes mais chance de ser uma vítima de Covid-19 do que um homem branco da Inglaterra.

As determinações do mercado, diante da vida e da morte das populações, tornam-se ainda mais visíveis diante do acesso à imunização. O estudo coloca a prevalência do poder dos monopólios da indústria farmacêutica e do poder decisório geopolítico concentrado nos países ricos, promovendo o que chamam de “racismo científico”, quando “Especialistas identificaram mais de 100 empresas na África, Ásia e América Latina que têm capacidade para produzir vacinas de mRNA contra a Covid-19” (AHMED *et al*, 2022, p.24).

Sobre o fosso social na pandemia, pesquisadores definiram o ano de 2021 como o período de visualização do “*apartheid* vacinal” e concluíram que:

Quando algumas empresas poderosas conseguem monopolizar a produção de vacinas e tratamentos que salvam vidas em uma pandemia, o *apartheid* vacinal resultante é letal: para aqueles não estão vacinados, mas também para aqueles que estão vacinados, devido ao aumento no risco de surgimento de novas variantes que podem tornar as vacinas pré-existentes ineficazes. (AHMED *et al*, 2022, p. 21).

Os entraves no processo de imunização vacinal também têm impactos singulares no Brasil, onde a propagação de teorias conspiratórias por agentes do governo questiona a efetividade dos imunizantes, espalhando desconfiança e desinformação, além de incidir em atrasos logísticos do próprio Ministério da Saúde¹³.

A persistência da pandemia de Covid-19 em junho de 2022 chegou à marca de mais de 669 mil mortos no Brasil, número ainda em crescimento no período de escrita deste trabalho. O precário e desigual processo de vacinação em curso expressa a particularidade e a intensidade de um processo de extermínio de setores da população marcados pelas contradições sociais da unidade exploração-opressão. Durante a pandemia, a pressão governamental contra as medidas preventivas como o distanciamento social, além da propaganda mercadológica de fármacos não comprovados cientificamente para o tratamento da Covid-19, expuseram, ainda mais, os interesses essenciais do modo de produção capitalista e sobretudo dos corpos e das vidas dos milhares de sujeitos da classe trabalhadora¹⁴.

Ailton Krenak (2020) fala sobre o momento pandêmico refletindo acerca da necessidade de isolamento e distanciamento social, em detrimento da imposição do mercado. Em seu ensaio, o líder indígena amplia o debate sobre cuidado, adoecimento e luto, destacando o processo de sociabilidade hegemônica. Em reflexão sobre o processo de isolamento vivenciado pelo seu povo diante dos impactos da devastação ambiental no território das comunidades indígenas, Krenak chega às mediações destrutivas do capital que incidem em todos os espaços, territórios e temas:

A verdade é que vivemos encurralados e refugiados no nosso próprio território há muito tempo, numa reserva de 4 mil hectares – que deveria ser muito maior se a justiça fosse feita –, e esse confinamento involuntário nos deu resiliência, nos fez mais resistentes. Como posso explicar a uma pessoa que está fechada há um mês

13Além de diversas declarações negacionistas do presidente Jair Bolsonaro, no dia 21 de janeiro de 2022, o Ministério da Saúde voltou a insistir no uso de substâncias não indicadas pela comunidade científica, promovendo também propaganda antivacinal, como demonstra matéria do G1, de 22 de janeiro de 2022: “Ministério da Saúde diz que hidroxicloroquina é segura, mas vacinas não; nota técnica contraria OMS e cientistas. Todas as vacinas em aplicação no Brasil obtiveram resultados em pesquisas científicas que comprovaram a segurança e eficácia contra a Covid-19” (G1, 2022). A Nota Técnica foi retirada do ar quatro dias depois.

14No dia 27 de abril de 2021, o Senado Federal instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de apurar ações e omissões do Governo Federal no agravamento da crise sanitária no Brasil. Após 90 dias de trabalho, em 26 de outubro de 2021, foi aprovado o relatório final que pediu o indiciamento de duas empresas e 78 pessoas, inclusive do presidente da república, Jair Bolsonaro, que foi denunciado nos “art. 267, § 1º (epidemia com resultado morte); art. 268, *caput* (infração de medida sanitária preventiva); art. 283 (charlatanismo); art. 286 (incitação ao crime); art. 298 (falsificação de documento particular); art. 315 (emprego irregular de verbas públicas); art. 319 (prevaricação), todos do Código Penal; art. 7º, parágrafo 1, b, h e k, e parágrafo 2, b e g (crimes contra a humanidade, nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos), do Tratado de Roma (Decreto nº 4.388, de 2002); e arts. 7º, item 9 (violação de direito social) e 9º, item 7 (incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo), crimes de responsabilidade previstos na Lei no 1.079, de 10 de abril de 1950”. (BRASIL, Senado Federal, 2021, p.1112).

num apartamento numa grande metrópole o que é o meu isolamento? [...] Faz algum tempo que nós, na aldeia Krenak, já estávamos de luto pelo nosso rio Doce. Não imaginava que o mundo nos traria esse outro luto. Está todo mundo parado. Quando engenheiros me disseram que iriam usar a tecnologia para recuperar o rio Doce, perguntaram a minha opinião. Eu respondi: “A minha sugestão é muito difícil de colocar em prática. Pois teríamos de parar todas as atividades humanas que incidem sobre o corpo do rio, a cem quilômetros nas margens direita e esquerda, até que ele voltasse a ter vida”. Então um deles me disse: “Mas isso é impossível”. O mundo não pode parar. E o mundo parou (KRENAK, 2020, *E-book*).

Nessa esteira, esse período marca como a lógica do capital impulsiona o valor de troca sobreposto ao valor de uso em qualquer condição. Seja às margens do Rio Nilo ou do Rio Doce, para a classe trabalhadora, sobretudo nos países dependentes, não basta o desenvolvimento das forças produtivas se as relações de produção são alienadas; onde o papel dos Estados nacionais privilegia a defesa do capital em detrimento da vida da classe trabalhadora. Numa pandemia, não basta a existência de vacinas se elas são mercadorias, isto é, se há o impedimento material e ideológico a grandes parcelas de pessoas.

Num tempo histórico de naturalização das condições da sociabilidade burguesa constituindo as saídas mistificadoras e/ou individualistas, questões de classe, raça/etnia e gênero/sexualidade determinam também o índice de contaminação e mortalidade, mesmo numa enfermidade viral que ataca toda a espécie.

Na sociabilidade capitalista as individualidades, assim como as forças produtivas, atingiram um grau de complexidade inegavelmente superior às formas de sociabilidade que a antecederam. Tal devir humano, como a análise marxiana esclarece, é um movimento de autoprodução instaurado na lógica imanente à atividade vital humana, ao trabalho, cujo cerne dessa processualidade autoconstitutiva é a dinâmica atividade-carecimento. No entanto, se, por um lado, na sociabilidade capitalista as objetivações positivas criaram riquezas materiais e espirituais num patamar inegavelmente superior, por outro lado, criam objetivações negativas que hodiernamente colocam a vida de toda a humanidade em risco. Tal fenômeno tem como ontogênese o fato de que os atos humanos, ou, conforme Lukács (1981), as escolhas entre alternativas, geram um período de consequências que terminam por se transformar em obstáculos ao desenvolvimento humano, ao invés de impulsioná-lo. Contemporaneamente, não é demais repetir, as objetivações negativas atingiram um patamar que coloca em risco a vida humana. Noutras palavras, o capitalismo passa atualmente por uma crise em sua estrutura que difere substancialmente de suas crises cíclicas anteriores. Esta atinge diretamente toda a sociedade humana, pois ela é contínua, intensiva, rastejante, global e universal. (MORAES, 2007, p. 18).

Os dados expostos até aqui são apenas parte de um panorama inesgotável que expressa o quadro das desigualdades da sociabilidade capitalista. Essas condições concretas imediatamente dadas materializam um processo muito mais complexo desenvolvido historicamente. Todo esse processo de diferentes desigualdades não são dimensões imutáveis, determinações metafísicas ou fundamentadas em capacidades distintas nos seres humanos a

partir de condições fisiológicas. Não são também fruto somente de valores morais ou dimensões culturais.

A capacidade do gênero humano de ser automegador para satisfação de suas necessidades está em sua dimensão ontológica de, partindo das condições objetivas, realizar conscientemente sua ação no mundo e objetivá-la. O princípio do ser social determina sua potencialidade de complexificação eminentemente social, agindo coletivamente, humanizando aquilo que o determina, se afastando cada vez mais das barreiras naturais, criando novas capacidades e necessidades. Os limites atuais são radicalmente sociais, construídos no modo de produção e reprodução que a própria humanidade desenvolveu.

Se na atual sociabilidade o processo de alienação distancia os seres humanos de reconhecimento na condição do outro, isso se dá pela ampliação de uma formação estrutural que coisifica relações, corpos e subjetividades. Se tudo isso é potencializado por projetos políticos conjunturais explicitamente violentos, tais condições são historicamente construídas. Essa é a lógica que nos joga no limbo pendular entre o individualismo burguês e o combate fragmentado (e ineficaz) do ser hegemônico universal desse tempo histórico.

Desta forma, universalização, hegemonização e complexificação dessa lógica privada assumem nossas relações objetivas e nossa formação subjetiva, objetificando tudo, inclusive nossos pares, assumindo um caráter alienado (desumanizado e coisificado) e expressando valores que materializam, no campo das relações interpessoais, a transmutação da nossa capacidade de sermos “seres diversos” para a condição de “seres desiguais”.

As condições tão agudas do antagonismo capitalista e das expressões do heterocispatriarcado e do racismo na atual conjuntura são a materialização daquilo que foi desvendado teoricamente pelas pensadoras e militantes comunistas, pelo feminismo materialista e marxista, pelos autores e militantes que pensaram a questão racial por uma perspectiva revolucionária e pela luta radical anticolonialista.

Com caminhos diversos e ênfases políticas e metodológicas distintas, em suas divergências e diferenças, em seus avanços e limites, as contribuições críticas no interior do marxismo sobre as opressões resguardam uma dimensão ontológica que pode ser desvendada no princípio comum de entendimento da necessária superação material de todas as formas de desigualdades da unidade exploração-opressão.

Para isso, não basta somente reconhecer o debate de gênero/sexo (incluindo sexualidade) e raça/etnia como questões fundamentais, nem as afirmar estruturantes sem argumentos consistentes. É preciso demonstrar teoricamente suas determinações ontológicas explicitando que, mais que uma questão de absorção política, a necessidade de refletir sobre

essas questões advém da constatação de que são determinações fundamentais para destrinchar a essência da sociedade do capital.

2.2. Na contracorrente: feminismo marxista e antirracismo revolucionário na luta pela emancipação humana

*Mil nações
Moldaram minha cara
Minha voz
Uso pra dizer o que se cala
O meu país
É meu lugar de fala
(O que se cala – Douglas Germano / Elza Soares)*

Diante do histórico rebaixamento promovido pelo chamado “marxismo oficial”, na maior parte do século XX prevaleceu a tendência de invisibilizar debates sobre opressões com esse prisma. Por dentro e por fora deste arcabouço teórico, o revisionismo hegemoneizou a compreensão de suposta incompatibilidade entre o debate de classes sociais e um desenvolvimento de reflexões que enfatizassem processos de desigualdades de gênero/sexo, raça/etnia, além de outras questões correlatas como do campo da sexualidade, da afetividade até o debate geracional, de territorialidade, de opressão animal, dentre outros.

Na contracorrente desse processo, uma série de reflexões teóricas foram desenvolvidas ao longo do tempo e, com diferenças importantes e divergências consideráveis, constituem um bojo comum para uma perspectiva de totalidade desses fenômenos. Refletir sobre classe, raça/etnia, gênero/sexo e sexualidade não é somente desenvolver conceitos amplos, frios e distantes, mas tratar daquilo que incide nos limites e possibilidades das relações cotidianas e na formação subjetiva das pessoas da classe trabalhadora. Questões materiais, históricas, socialmente construídas, que se expressam na vida de mulheres e homens reais, trabalhadoras e trabalhadores, filhas e filhos, pais e mães.

“Ninguém lamenta as mães” pensava Pélagué, protagonista do romance *A Mãe* (1925 *E-book Kindle*)¹⁵, de Máximo Gorki, que nos conta a história de uma mulher que vivera numa Rússia miserável, hostil e autoritária, tendo um cotidiano repleto de privações, violência doméstica e cansaço naturalizado pelas condições socioeconômicas vivenciadas por todos da

¹⁵Todos os livros eletrônicos referenciados no texto estão indicados como *E-book*, com sua citação seguida em sequência pela respectiva editora eletrônica de sua publicação. Aqueles que tiverem manutenção do número de páginas ou de posição textual fixa, terão a informação indicada; quando o arquivo não preservar essa informação, deixaremos somente as informações de autor e formato de publicação para evitar imprecisões. As referências completas estão na seção a elas destinadas seguindo as normas da ABNT.

região.

[...] quando penso na minha vida!... Ah! Meu Deus! Para que tenho eu vivido? Para trabalhar e levar pancada! Não via mais ninguém senão o meu marido; não conhecia mais nada senão o medo. Não vi como o Pavel cresceu... Nem mesmo sei se o amava enquanto meu marido era deste mundo. Todos os meus pensamentos, todos os meus cuidados, pertenciam a uma coisa única: alimentar aquele animal selvagem, para que andasse satisfeito e cheio, para que não se zangasse e me poupasse à pancada, uma vez ao menos. Mas não me recordo de que ele compreendesse isto. Batia-me com tal violência, que parecia estar castigando não a sua mulher, mas sim aqueles com quem andava irritado. (...) O meu marido me bateu tanto que arrancou de mim todas as recordações. A minha alma era completamente fechada; tornou-se depois cega e muda. (GORKI, 1925, p.90-91 *E-book Kindle*).

Analfabeta, consumida pelos afazeres em casa e os cuidados com o filho Pavel, após a morte do marido violento, a vida da mulher passa a se transformar quando adentra no mundo militante de seu filho, conhecendo a política e, buscando proteger Pavel, encontra companheiros na luta para transformar o mundo e acaba metamorfoseando o seu próprio ser:

— Sim, mãezinha! — exclamou ele. — O mundo é nosso! O mundo é dos operários! Para nós não há nações, nem raças! Há somente companheiros e... inimigos. Todos os operários são nossos amigos; todos os ricos, todos os que têm autoridade, são nossos inimigos. Quando se olha para a terra com bons olhos, quando se vê quanto nós, os operários, somos numerosos, que poder espiritual representamos, sente-se o coração invadido pela alegria e pela felicidade, como na celebração de uma festa solene. O francês e o alemão têm o mesmo sentimento, os italianos também se rejubilam. Somos todos nascidos da mesma mãe, da grande, da invencível fraternidade. (GORKI, 1925, p. 42. *E-book Kindle*).

Encontrando na solidariedade do projeto coletivo o instrumento para mover-se dentro de um país envolto de desigualdades, autoritarismo e indignação popular reprimida. Pélagé nos conta sua história agora como uma personagem ativa na estória e na história. A mãe que naturaliza suas funções sociais é a mesma que vai ampliando sua humanidade na medida que se move naquele mundo, encontrando possibilidades coletivas no interior de suas possibilidades individuais.

— Agora, posso falar um pouco de mim própria e dos meus... porque já compreendo a vida, e comecei a conhecê-la quando pude comparar. Antes, não tinha pontos de referência. Na nossa classe, todos levam vida igual. Hoje, que vejo como vivem os outros, lembro-me de como eu vivi e custa-me muito recordá-lo... Enfim, é impossível voltar atrás; e mesmo se o pudéssemos fazer, não encontraríamos uma nova mocidade. (p.185. *E-book Kindle*).

Num tempo em que as possibilidades pareciam ser menores que a vontade política das lideranças comunistas, Gorki descreve uma personagem que resguarda uma personalidade

embrenhada de questões do patriarcado e que na luta organizada vai reconhecendo não somente o potencial individual, mas da própria humanidade.

O romance político e panfletário fala de medo, de prisões, de mortes, mas principalmente da construção da atmosfera social e política que descambaria na revolução soviética de 1917. O autor da obra constrói sua ficção inspirada nos acontecidos das manifestações de 1902, no dia dos trabalhadores, relatando a repressão ostensiva do Estado diante das mobilizações.

Os policiais, os agentes, os espões são nossos inimigos e, entretanto, são gente como nós; também são explorados, também não são considerados homens. E, assim, opõem uns homens contra os outros; cegam-nos pela ignorância e pelo medo; ataram-lhes as mãos e os pés; são oprimidos e explorados, apagados e esmagados em meio aos outros. Transformaram os homens em armas, em porretes, em pedras, e chamamos a isso civilização. É o governo, o Estado. (GÓRKI, 133-134. *E-book Kindle*).

O autor faz de seus personagens o símbolo das vítimas da opressão do Estado czarino e os arquétipos da força constitutiva da chama revolucionária que se acendiam naqueles anos. A protagonista do romance germina sua consciência política naquele tempo histórico onde estiveram tantas mulheres reais na construção coletiva daquelas décadas intensas em possibilidades emancipatórias. Mulheres que lutaram e formularam teoricamente sobre aquele lugar e sobre o mundo e que, por tantas vezes, foram esquecidas pelos livros de história, silenciadas e obscurecidas para além do cotidiano.

Gerações de mulheres trabalhadoras constroem seu cotidiano entre a violência e a necessidade de força para resistir, buscando outras condições de vida numa base histórica opressora que ultrapassa os séculos e os limites espaciais. Em um lugar completamente diferente de onde vivia a personagem Pélagé, mas provavelmente no mesmo tempo histórico, nascia Donana, personagem de uma outra história, o romance brasileiro *Torto Arado* (2019), de Itamar Vieira Junior. Donana, uma mulher negra, filha de pessoas escravizadas, habitante de terras quilombolas, idosa, avó de Bibiana e Belonísia, representação complexa da subjetividade de um ser humano imerso na formação sócio-histórica do Brasil.

A narrativa de Vieira Junior nos apresenta Donana no final de sua vida, dona de uma mala onde guardava suas misteriosas lembranças do passado, entre elas, uma faca que, num momento de calma da casa, as duas netas mais novas pegaram por curiosidade e, com cabo de marfim nas mãos e metal resplandecente refletindo suas figuras, transformaram suas vidas para sempre.

O encantamento inocente pela lâmina do objeto foi interrompido com o sangue de

Belonísia escorrendo pela boca, num acidente que terminaria a deixando sem fala. A partir daí, os elos com sua irmã Bibiana se tornaram ainda mais intensos e aquele corte foi apenas o ponto de partida para uma história que atravessou décadas relatando as construções e os dilemas sob os olhares de mulheres sobreviventes em tempos de desumanização.

Em *Torto Arado*, as mulheres negras do interior da Bahia, com vidas atravessadas pelas questões estruturais que perfuram corpos e identidades, são personagens que trespassam esta estrutura com sua cultura e ancestralidade, cultivando na terra os processos de resistência e persistência diante do racismo e do patriarcado.

Vieira Junior nos remete à uma história de expropriação, silenciamentos, medo e coragem. A Fazenda Água Negra da família Peixoto é o chão da história de uma narrativa de mulheres que se entrelaçam e contam as suas vidas e de seus familiares, com a sabedoria popular de Zeca Chapéu Grande, com a coragem de Severo, lutando pelos direitos com a construção coletiva diante das condições particulares de um capitalismo forjado na unidade exploração-opressão.

Se nosso senhor fosse desafeto de “tal” coronel, os que ali viviam também corriam risco de se tornarem vítimas da violência. Era o que nos contavam. O medo atravessou o tempo e fez parte de nossa história desde sempre. Era o medo de quem foi arrancado do seu chão. Medo de não resistir à travessia por mar e terra. Medo dos castigos, dos trabalhos, do sol escaldante, dos espíritos daquela gente. Medo de andar, medo de desagradar, medo de existir. Medo de que não gostassem de você, do que fazia, que não gostassem do seu cheiro, do seu cabelo, de sua cor. Que não gostassem de seus filhos, das cantigas, da nossa irmandade. Aonde quer que fôssemos, encontrávamos um parente, nunca estávamos sós. Quando não éramos parentes, nos fazíamos parentes. Foi a nossa valência poder se adaptar, poder construir essa irmandade, mesmo sendo alvos da vigilância dos que queriam nos enfraquecer. Por isso espalhavam o medo. (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 157. *E-book Kindle*).

Assim como em *A Mãe*, em *Torto Arado* a trajetória das personagens é marcada pela exploração do trabalho, repressão do Estado, agressões físicas e outras formas de violências. Mulheres vivenciando a particularidade da objetificação patriarcal, mulheres e homens, negras e negros, desumanizados por uma estrutura racista, pessoas que trabalham tendo todas as particularidades de suas vidas, suas identidades e seus corpos subsumidos ao processo exploração que metamorfoseia as formas de alienação.

Meu povo seguiu rumando de um canto para outro, procurando trabalho. Buscando terra e morada. Um lugar onde pudesse plantar e colher. Onde tivesse uma tapera para chamar de casa. Os donos já não podiam ter mais escravos, por causa da lei, mas precisavam deles. Então, foi assim que passaram a chamar os escravos de trabalhadores e moradores. Não poderiam arriscar, fingindo que nada mudou, porque os homens da lei poderiam criar caso. Passaram a lembrar para seus

trabalhadores como eram bons, porque davam abrigo aos pretos sem casa, que andavam de terra em terra procurando onde morar. Como eram bons, porque não havia mais chicote para castigar o povo. Como eram bons, por permitirem que plantassem seu próprio arroz e feijão, o quiabo e a abóbora. A batata-doce do café da manhã. “Mas vocês precisam pagar esse pedaço de chão onde plantam seu sustento, o prato que comem, porque saco vazio não fica em pé. Então, vocês trabalham nas minhas roças e, com o tempo que sobrar, cuidam do que é de vocês. (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 178. *E-book Kindle*).

Sobrevivem atingidos por agressões sistêmicas do mundo do capital que aparecem cotidianamente, ora em ameaças e atitudes de sujeitos não oficiais, ora diretamente explícitas pelo braço repressor do Estado burguês, a polícia, além das bençãos institucionais do sistema judiciário. Se na vida de Pélagé essas questões surgiam por um sistema de poder traduzido como antigo, imperial e antidemocrático, na vida de Belonísia e Bibiana, a luta por sobrevivência e dignidade expõe os limites de uma liberdade burguesa que nunca chegou em todos os cantos e que finca suas raízes em opressões históricas. Uma liberdade fictícia, incapaz de impedir a morte de Severo, companheiro de Bibiana, assassinado por expor a essência do conflito agrário promovido por seus patrões, conectando sua história à daquelas correntes que Donana ainda teve chance de enxergar em sua vida, as correntes da escravidão.

A fonte do rio era Severo, o senhor que mobilizava os trabalhadores de Água Negra, caído na terra com oito furos feitos à bala. O grito era de Bibiana, prostrada no chão com a cabeça do marido no colo. O rio era sangue e lágrima, caudaloso e lento, como uma corrente de lama avançando pelas casas e chamando o povo para se unir ou fugir da fazenda. (VIEIRA JUNIOR, 2019, p. 180. *E-book Kindle*).

A vitalidade do heterocispatriarcado e o racismo persistente apresentam elementos constitutivos das desigualdades cotidianas das experiências de mulheres e homens na sociabilidade do capital em diferentes particularidades e com níveis diversos. A verossimilhança das obras artísticas em seus processos violentos não são características aleatórias. A fidedignidade só é possível porque a realidade é muito mais dura, ou, como disse o compositor Belchior (1976), “ao vivo realmente é diferente, ao vivo é muito pior”.

Fora dos livros, mas dentro da história, na práxis real de construção da vida, Marielle Franco teve seu corpo alvejado por quatro tiros no dia 14 de março de 2018. Após realizar um debate sobre a vida das mulheres negras, a militante socialista teve seu carro atingido por atiradores que mataram também o seu motorista, Anderson Pedro Mathias Gomes. Marielle Franco¹⁶ foi uma lutadora incansável contra o racismo, ecoando sua voz por todos os cantos

¹⁶Franco (2014) debateu teoricamente a categoria ideologia pelas formulações marxianas quando pesquisou as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) no Rio de Janeiro. Dissertando sobre classe, raça/etnia e a violência, disse: “A forma como a polícia militarizada do Brasil trata jovens negros, pobres, como inimigos em potencial do Estado de Direito precisa produzir uma impressão, na população, de que está em jogo a defesa de todos. Ou

até ser calada criminosamente: “Falar de raça é falar da dominação e escravização de um povo. O apagamento, silenciamento e retirada da sua humanidade. Falar sobre raça é falar sobre a desigualdade que estrutura nossa sociedade até hoje. E é preciso que a gente fale sobre o sempre” (FRANCO, 2017. *Online*).

A mulher negra, bissexual, mãe, favelada, socialista, socióloga e vereadora do Rio de Janeiro, foi assassinada quando saía da Casa das Pretas, na rua dos Inválidos, no bairro da Lapa. A mulher que disse que começou sua militância após perder uma amiga por bala perdida, teve sua vida interrompida por balas que encontraram seu corpo, não por acidente, mas para silenciar uma voz contra o racismo, o patriarcado, o capitalismo e suas formas de expressões de desumanização. Dias antes do atentado, no dia 21 de fevereiro de 2018, Marielle Franco (2018, *Online*) lembrara de outros assassinatos históricos:

Na noite de 21 de fevereiro de 1965, no teatro Audubon Ballroom, Malcolm estava prestes a realizar um discurso quando três homens invadiram o palco e atiraram à queima-roupa. Ele tinha apenas 39 anos quando foi assassinado. Articulado, apaixonado e um orador nato, Malcolm X incentivou os negros a se livrarem das algemas do racismo. Malcolm X foi um ativista pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos. Seu pai, ativista, foi assassinado em 1931 por membros da Ku Klux Klan. Sua mãe, depois de sofrer inúmeras pressões para entregar seus oito filhos a centros de adoção, foi internada num hospital psiquiátrico. Malcolm foi morar com amigos da família.

O sangue e o suor, historicamente derramados, têm classe, cor, gênero/sexo e, por muitas vezes, tem direção política e mira o falecimento do horizonte emancipatório. Números oficiais, exemplos singulares, expressões artísticas não se conectam por coincidência, mas pelas dimensões realmente ancoradas em estruturas desumanizadoras. Fred Hampton, liderança dos Panteras Negras, morto pela polícia estadunidense em quatro de dezembro de 1969, discursara um ano antes em Illinois¹⁷:

Eu não acredito que vou morrer escorregando num cubo de gelo. Eu não acredito que vou morrer por infarto. Eu não acredito que vou morrer por câncer de pulmão. [...] Eu acredito que vou morrer enquanto um revolucionário na luta proletária revolucionária internacional. [...] Por que você não vive pelo povo? Por que você não luta pelo povo? Por que você não morre pelo povo?

seja, produz no imaginário social a diferenciação de classe e a diferenciação racial, uma vez que são justificadas as incursões que vitimam o público descrito acima” (2014, p.41). A autora concluiu que “A política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro mantém as características de Estado Penal segundo Loïc Wacquant. Os elementos centrais dessa constatação estão nas bases da ação militarizada da polícia, na repressão dos moradores, na inexistência da constituição de direitos e nas remoções para territórios periféricos da cidade (o que acontece em vários casos). Ou seja, a continuidade de uma lógica racista de ocupação dos presídios por negros e pobres, adicionada do elemento de descartar uma parte da população ao direito da cidade, continua marcando a segurança pública com o advento das UPP’s”. (FRANCO, 2014. p.127).

¹⁷O trecho do discurso foi retirado do documentário “The Murder of Fred Hampton” (O Assassinato de Fred Hampton). EUA, 1971, 88 min. Direção de Alk, Howard.

Embora o militante tenha indagado sobre o “por que não morrer pelo povo”, o seu horizonte era que todos pudessem viver sendo povo. Em vida, Hampton buscou sua construção política na promoção de alianças amplas na luta contra a unidade exploração-opressão. A denominada "Coalizão Arco-Íris" incluía os *Young Lords*, formado por ativistas porto-riquenhos, e os *Young Patriots* que eram militantes trabalhadores brancos do sul estadunidense (CORREA, 2021). Lutando organizadamente ou apenas buscando sobreviver, as estatísticas históricas e atuais do genocídio preto revelam em quais corpos chegam as balas.

A fala de Hampton não é uma profecia, mas a constatação de um risco processualmente elevado por sua cor, por sua classe e por sua consciência de classe. Mulheres e homens alvos do sistema, com a mira potencializada por uma lente que leva em conta raça/etnia, gênero/sexo e, também, o potencial de mobilização contra o *status quo*. Da polaco-alemã Rosa Luxemburgo (1871-1919), passando pelo guineense Amílcar Cabral (1924-1973) até Marielle Franco, muitas vidas se perderam denunciando a descartabilidade sistêmica da vida das mulheres, dos negros, dos LGBTQIA+, do povo trabalhador.

Nem os números de mortes apresentados neste texto, nem a vida (e a morte) de Marielle, nem o racismo e o heterocispatriarcado são ficções. Nada desses elementos podem também ser reduzidos apenas à ideologia. O fio da navalha que corta a língua das mulheres, que as separa e que as impõe, não somente diferenças, mas desigualdades, tem a lâmina de questões de classe, raça/etnia, gênero/sexo e sexualidade e o seu cabo tem forjado os nomes do heterocispatriarcado, do racismo e do capitalismo. Já o que une a todas elas é o fio da história comum, marcadas pela força coletiva e a construção de um mundo novo.

Da Rússia do final do século XIX até o Brasil do século XXI, intelectuais e militantes persistem no desvendamento das raízes das opressões, no entranhamento dos debates por uma lente da totalidade e pela construção coletiva para a superação dos fundamentos que impõem processos de desigualdades.

As contribuições acerca das particularidades da classe trabalhadora chegam em diferentes direções, instigam novas posturas e impõem respostas para as tarefas transformadoras no interior da classe trabalhadora. Nesse sentido, a produção teórica da luta comunista internacional, o feminismo marxista e os movimentos de luta antirracista e anticolonialista por vias revolucionárias são as expressões sintéticas da substância teórico-metodológica do materialismo histórico e dialético.

Essa construção intelectual e militante apresenta a dinamicidade do real em sua concretude, sob um duplo movimento: primeiro, de desvendamento crítico das condições

objetivas e subjetivas da superação das desigualdades socialmente existentes; segundo, da autocrítica enquanto práxis para o avanço dos processos de transformação, refletindo questões estratégicas e táticas sob o arco da pluralidade e da ortodoxia como rigor metodológico.

2.2.1. A revolução dentro da revolução: a luta das comunistas contra as opressões

*A mulher dentro de cada um
Não quer mais silêncio, psiu
A mulher de dentro de mim cansou de pretexto
A mulher de dentro de casa fugiu do seu texto
E vai sair de dentro de cada um
A mulher vai sair
E vai sair de dentro de quem for
A mulher é você
(Dentro de cada um - Elza Soares)*

Mesmo quando não se estabelecia na ordem do dia a expressão adjetivada de “pauta feminista”, os debates e a práxis das militantes comunistas foram espaço para a realização de reflexões radicais sobre a condição da mulher trabalhadora. Essa luta política iniciou a exposição de questões do heterocispatriarcado como a invisibilidade das tarefas reprodutivas da mulher, os impedimentos para a participação política até às dimensões da sexualidade pela moral burguesa.

A luta pela participação feminina nos espaços da democracia liberal na Europa e as lutas abolicionistas no continente americano são iniciativas que tomam corpo na medida em que as contradições do capitalismo mundial no século XIX ficam mais evidentes. As empreitadas em busca de independência nas colônias, pelo direito ao voto feminino, pelo fim da escravatura e as lutas sindicais por condições de trabalho, foram lócus de manifestações relevantes para sublinhar estratificações persistentes na modernidade para além da estrutura precedida na formalidade liberal. Esse momento histórico de fagulhas efervescentes possibilita pensar política e teoricamente as raízes e interlocuções do que chamamos de unidade exploração-opressão.

Na passagem do século XIX e primeiras décadas do século XX, o movimento comunista internacional impulsionou demandas para além da imediatividade econômica, realizando questionamentos que punham em xeque complexos do modo de vida burguês e suas expressões. Desde as tarefas do Estado até questões como a família mononuclear ou as relações entre homens e mulheres nos mais diferentes espaços, seja no âmbito doméstico ou na participação nos espaços públicos da política, foram questões que ganharam paulatina

notoriedade.

Numa práxis naturalizada pelo patriarcado como algo do homem, o processo de luta política, participação ativa, formulação teórica e enfrentamento cotidiano das mulheres surgiu como um marco fundamental (TOLEDO, 2012). Tais ações expressaram demandas da estrutura unitária da exploração do trabalho e dos complexos das opressões, ainda que não houvessem grandes formulações e nem a expressão de uma identidade feminista.

Entre tantos quadros fundamentais, destacamos algumas como as alemãs Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo e as russas Nadezhda Krupskaya e Alexandra Kollontai como nomes importantes que realizaram reflexões, ações e legados para a libertação humana das formas sociais pautadas nos processos de desumanização socialmente construído.

Rosa Luxemburgo (1871-1919) foi uma revolucionária comunista com uma atuação que destoava da imposição patriarcal naturalizada da época e vinculava a situação da mulher com a dimensão intrinsecamente ligada à luta de classes. Nascida na Polônia, de origem judaica, adotou a cidadania alemã e lutou incansavelmente por uma perspectiva radical até seu assassinato.

Teoricamente, ela previu a derrota da insurreição de janeiro muitos anos antes de seu acontecimento; taticamente ela a previu no instante da ação. O fato de ter apoiado as massas e partilhado de sua sorte nessas condições é uma consequência totalmente lógica da unidade da teoria e da práxis na sua ação, tanto quanto o ódio que lhe havia declarado a justo título seus assassinos, os oportunistas da socialdemocracia. (LUKÁCS, 2003, p. 132).

Rosa lidou com uma estrutura desigual e firmou um debate sério e corajoso no interior do movimento internacional da classe trabalhadora, questionando com rigor crítico e sendo uma interlocutora de peso com o movimento bolchevique. Tratava com ironia as pautas de feministas burguesas e defendia a tese do avanço das mulheres pela condição de assalariamento, raciocínio que desde as reflexões de Engels permaneceu no escopo da parcialidade analítica da estrutura exploração-opressão capitalista. Se o debate de Luxemburgo era imaturo e parcial no que tange à opressão da mulher, a sua práxis foi de uma profundidade enorme na construção da luta e a evidência da possibilidade de superação das desigualdades de gênero e das relações sociais de sexo.

Clara Zetkin foi uma comunista alemã, nascida em 1857, falecida em 1933 na URSS, tendo uma vida atravessada pela luta revolucionária, promovendo reflexões basilares para a expressão da condição da mulher no capitalismo, além de ter uma práxis militante substantiva na luta antifascista internacional (ZEITKIN, 2019). Com um debate inovador e na

contracorrente da marginalização da temática da mulher ainda persistente pela naturalização patriarcal, mesmo no cerne do debate revolucionário, Zeitkin promove reflexões e defesas de um processo de unidade entre a libertação da mulher e a luta comunista:

É preciso analisar a fundo a questão da ligação indissociável entre a situação da mulher, enquanto ser humano e enquanto membro da sociedade, e a propriedade privada dos meios de produção. Deste modo, demarcamo-nos com segurança do movimento burguês pela «emancipação da mulher». Isso também nos dá fundamento para examinar a questão feminina como parte da questão social, operária, e desse modo, permite-nos ligá-la solidamente à luta de classe do proletariado e à revolução. O movimento comunista feminino deve ser de massas, deve ser parte do movimento geral das massas, e não só do movimento dos proletários, mas de todos os explorados e oprimidos, de todas as vítimas do capitalismo. É nisto que consiste a importância do movimento feminino para a luta de classe do proletariado e para a sua missão histórica criadora: a criação da sociedade comunista. (ZETKIN, 1920. *Online*).

Sua atuação no comunismo internacional teve um papel fundamental para instigar as defesas mais marcantes de outras/os comunistas nos processos políticos da luta proletária, inclusive influenciando o debate de Lenin sobre a condição da mulher e o seu papel no processo revolucionário.

As mulheres do movimento comunista russo constituíram uma práxis coerente, rebelde e criativa dentro dos limites e possibilidades históricas, atravessando avanços e contradições próprias do processo de construção real. Por isso, também foram importantes em suas expressões subjetivas, com características de força e obstinação diante da naturalização machista, seja da estrutura heterocispatriarcal capitalista como um todo, seja das relações familiares e afetivo-sexuais e, não menos importante, na atuação da política.

Nadezhda Konstantinovna Krupskaya viveu de 1869 a 1939 sendo partícipe do processo revolucionário soviético. Conhecida na historiografia por ser companheira de Lenin, a pedagoga russa tem uma substantiva colaboração política e intelectual própria e uma parceria de construção mútua com o líder soviético, quando viveram os anos de construção e vitória da revolução e, após o falecimento de Lenin, onde permaneceu formulando teoricamente e trabalhando no campo da educação.

É justamente pela preocupação pedagógica que suas reflexões se direcionam criticamente sobre as instituições e valores do modo de vida burguês, onde busca enfrentar a questão da necessidade de uma educação crítica para a efetivação de uma sociedade emancipada. Apontando para a construção de um pensamento pedagógico comprometido com o processo de formação da consciência da classe trabalhadora, Krupyskaia desvela o caráter ideológico da burguesia e a quem serve o apelo tecnicista da educação formal:

A burguesia britânica pensa assim: o objetivo do ensino médio é formar um quadro de criados inteligentes para o Estado Burguês. A classe operária, como tal, composta de operários braçais, não pode educar em massa as suas crianças em escolas que as desacostumem ao trabalho físico; apenas alguns escolhidos podem ingressar na escola média, assim, eles saem de sua classe e entram numa classe privilegiada de funcionários do Estado. Se os mais talentosos, mais dotados deixam o meio operário, isso é mais vantajoso para a burguesia; a classe operária está perdendo seus líderes, fica enfraquecida, despersonalizada, e o quadro de servidores do Estado fica reforçado. Assim, soluciona-se a questão do acesso à escola média. (KRUPSKAYA, 2017, p. 69).

Por buscar interferir criticamente no processo educacional, Krupskaya reflete sobre questões referentes à família, à questão da mulher, à infância e ao papel da coletividade nos processos pedagógicos e nas tarefas de produção social para a realização da libertação humana.

Aqui se apresenta uma formulação mais complexa de reprodução social, onde a obrigatoriedade do ensino formal não está ligado a um processo de emancipação humana, mas sim, na necessidade de desenvolvimento produtivo e ideológico, massificado entre os sujeitos da classe explorada, onde, “a burguesia deseja tomar a educação dos filhos dos proletários inteiramente em suas mãos [...] governar massas alfabetizadas é mais fácil do que lidar com pessoas que não são capazes de ler os regulamentos internos ou ordens do governo” (KRUPSKAYA, 2017, p. 67).

A autora demonstra que o processo da educação conservadora tanto colabora para criar condições mais amplas de exploração, num capitalismo com um processo produtivo cada vez mais complexificado, quanto cria possibilidades efetivas de naturalização dessa mesma lógica, onde arrebatou: “Em poucas palavras, a tarefa da escola pública é manter estudantes com a moral burguesa, diminuir sua consciência de classe, fazer deles um rebanho obediente” (KRUPSKAYA, 2017, p.68).

Em contraposição a essa estrutura, o processo educacional de uma lógica revolucionária precisa mirar a liberdade, buscando ensino universal, que desenvolva unitariamente uma formação para questões práticas e para a criação de valores emancipatórios:

A escola livre luta contra todos os preconceitos que arruinam a vida das pessoas. O preconceito de que a tarefa doméstica é digna apenas de seres com necessidades menores abala a relação entre homens e mulheres, introduzindo nela um princípio de desigualdade. Tal preconceito não martirizou apenas uma mulher, não gerou alienação e discórdia em apenas uma família. A escola livre é uma ardente defensora da educação conjunta, uma vez que considera que o trabalho coletivo e as condições iguais de desenvolvimento favorecem a compreensão mútua e a aproximação

espiritual dos jovens de ambos os sexos e, assim, servem de garantia para relações saudáveis entre homens e mulheres. A partir desse ponto de vista, a escola livre, ao ensinar trabalhos manuais, não deve diferenciar crianças de sexos distintos. É preciso que meninos e meninas aprendam da mesma forma a fazer todo o necessário no trabalho doméstico e não se considerem indignos de realizá-lo. (KRUPSKAYA, 2017b, p. 90).

A omnilateralidade é o fundamento da ideia de Escola Livre, um princípio da dimensão ontológica do ser social. Afinal, esta é uma percepção de que não há desconexão entre os processos de ação e reflexão, entre a formação da individualidade e da coletividade, onde uma educação libertadora precisa levar em consideração todas as questões concretas da vida humana. O conceito de omnilateralidade imprime sua substância numa perspectiva de totalidade na formação da consciência, da subjetividade e das relações sociais cotidianas.

Krupskaya sublinha questões concretas do processo de desenvolvimento emancipatório e da necessidade do debate de valores e da condição da mulher. Entre seus diversos textos, há, por exemplo, uma reflexão entre os anos 1909 e 1910 sobre a questão do papel da mulher, do trabalho doméstico e dos filhos, onde critica a reprodução machista da atribuição de “coisas de mulher” na esfera do cuidado.

Quando Krupskaya provoca-nos se devemos “ensinar coisas de meninas aos meninos”, existe aí um precedente de desnaturalização tanto do que é considerado algo feminino, quanto do que é considerado masculino. Nessa direção, a militante comunista destaca o caráter socialmente construído das questões de gênero/sexo e passa a demonstrar o papel da família e do trabalho doméstico na forma hegemônica de dominação:

Em essência, não há nada no trabalho doméstico que faça com que ele seja uma ocupação mais adequada para a individualidade da mulher do que para a do homem. Certos trabalhos que exigem grande força física estão acima da capacidade das mulheres, mas por que o homem não pode realizar afazeres domésticos junto com a esposa? A questão não é que esse trabalho seja inerente à esfera das mulheres, mas sim que o marido precisa trabalhar durante a maior parte do tempo fora de casa para garantir o sustento. Enquanto isso acontecer, haverá algum fundamento para que as tarefas de casa sejam realizadas exclusivamente pelas forças femininas. Mas, à medida que a mulher é cada vez mais forçada a também se dedicar a assegurar seu ganha-pão, os afazeres domésticos tomam um tempo adicional, e não é justo que os homens não contribuam para a sua realização. Da mesma forma, se a profissão do marido permite que ele tenha muito tempo livre, não é justo que ele considere indigno se dedicar ao trabalho doméstico em pé de igualdade com a esposa (KRUPSKAYA, 2017b, p.89-90).

A responsabilização reprodutiva da mulher e o desvendamento de sua não libertação quando esta adentra aos espaços de trabalho assalariado aparecem em suas reflexões, denunciando que o processo básico de reprodução social da força de trabalho impõe ao

trabalho feminino uma jornada contínua de atividades. Esse é um princípio importante para as discussões que futuramente viriam a ser elaboradas sobre a teoria da reprodução social e sobre o não avanço emancipatório, inclusive do trabalho doméstico remunerado, posto a determinação de classe como questão determinante.

Nas famílias que possuem meios, esse trabalho cabe a uma empregada contratada: cozinheira, faxineira, babá. A mulher de posses liberta-se de tais tarefas, encarregando outra mulher que não tem, ela mesma, chance de se libertar. De uma forma ou de outra, todo o trabalho doméstico recai exclusivamente sobre a mulher. No meio operário, o marido às vezes contribui com a esposa nos afazeres. A necessidade o obriga. Ao retornar do trabalho, nos feriados, nos dias de folga, o trabalhador por vezes vai até a mercearia, varre o chão e cuida das crianças. É claro, nem sempre e nem todos fazem isso; além do mais, muitos nem sequer sabem fazê-lo (costurar, lavar), e a esposa, que às vezes também passa o dia trabalhando fora de casa, quando volta, põe-se a lavar roupa, a limpar o chão e fica até tarde da noite costurando, quando o marido há muito está dormindo. Mas se entre os trabalhadores às vezes ocorre de o marido ajudar a esposa com o trabalho doméstico, nas assim chamadas famílias da *intelligentsia*, por mais desprovidas que sejam, o homem nunca participa desse serviço, deixando que a esposa faça suas “coisas de mulher” da maneira como ela sabe. Um “*intelligent*” limpando o chão ou remendando a roupa branca seria alvo de gozação de todos à sua volta. (KRUPSKAYA, 2017, p. 88-89).

O rebaixamento de uma atividade historicamente imputada à mulher está intrinsecamente ligado ao processo de coisificação feminina. A lógica patriarcal de divisão sexual do trabalho, oriunda desde o processo de advento da propriedade privada, promove desigualdades que não permitem o desenvolvimento da individualidade. Sobre limites e possibilidades dos processos de individuação da mulher e o trabalho doméstico na sociedade de classes, Krupskaya nos diz que:

A pessoa só cria algo verdadeiramente grandioso atuando na esfera que melhor corresponde à sua individualidade, e os pequenos cuidados domésticos são os mais apropriados à individualidade da mulher. Ela deve se preocupar em ser uma dona de casa exemplar, e não se esforçar para deixar a vida familiar nem concorrer com o homem no campo do trabalho intelectual. Não se trata de desprezar a função de tirar o pó e remendar meias-calças; são tarefas que merecem todo respeito e de forma alguma desprezo. A hipocrisia desse discurso é evidente, uma vez que os homens que saem por aí anunciando seu grande respeito pelo trabalho doméstico jamais se rebaixam a efetivamente realizá-lo. Por quê? Pois, no fundo de sua alma, desprezam essa tarefa, consideram-na coisa de seres menos evoluídos, possuidores de necessidades mais simplórias (KRUPSKAYA, 2017, p.89)

Nesse sentido, Krupskaya avança nas concepções trazidas por Engels (2007) na *Origem da Família, Estado e da Propriedade Privada*, posto que demonstra que não basta que haja condições das mulheres estarem incorporadas ao processo produtivo como os homens do proletariado, mas sim, que haja uma ruptura da lógica que se desenvolve na

imposição de determinadas práxis naturalizadas como próprias das mulheres. A militante comunista demonstra ainda que o processo de educação para um novo tipo humano está conectado com conteúdos pedagógicos que estejam em unidade com mudanças efetivas nas possibilidades produtivas e reprodutivas coletivas que intervenham nos papéis sociais e nas condições de libertar os seres humanos.

A preocupação pedagógica de Krupskaya por uma educação socialmente referenciada buscava a construção de um novo tipo humano, um ser que não se pautasse pela competitividade e, por isso, a prática pedagógica para o trabalho socialmente útil e colaborativo seria um elemento fundamental. Esse desenvolvimento multifacetado, não sendo individualista, tinha por objetivo a formação da personalidade como uma responsabilidade ampla, para além das relações familiares.

Por isso, ao pensar a educação, Krupskaya pensou também os valores hegemônicos, as relações que prevalecem na sociedade alienada pelo modo de vida burguês, tangenciando elementos críticos para além do processo de exploração do trabalho imediatamente dado e explicitando questões das opressões naturalizadas num tempo histórico onde o movimento feminista organizado ainda estava longe de se estabelecer como conhecemos hoje.

O debate dos valores socialmente construídos e de sua importância cotidiana no desenvolvimento de uma sociabilidade sem exploração esteve sempre no centro do pensamento da autora. A construção de um novo tipo humano com valores e práticas igualitárias coerentes com a sociedade socialista direcionava o debate sobre educação como um princípio que envolvia a estratégia revolucionária soviética:

Krupskaia figura como uma das precursoras da educação comunista e, já no final do século XIX, relacionava o materialismo histórico às questões educacionais para construir uma nova forma de educação. A aplicação do materialismo histórico à educação também foi base para a construção das “Escolas-Comunas”, ou “Escola Única do Trabalho”, do NarKomPros e suas deliberações, mas ela já trabalhava essa aplicação mesmo antes da Revolução de Outubro. [...]A concepção apresentada por Krupskaia e outros autores comunistas envolve a chamada “Pedagogia do meio”, que considera a formação do sujeito possível em sua interação com o meio social, ou ambiente, no qual está inserido. Vigotski trabalhou isso do ponto de vista intelectual em seu A formação social da mente. (LODI-CORRÊA, 2016. p. 225).

Como já apontamos, não raramente, seu legado político e militante é obscurecido nos debates teóricos que a reduzem diante da figura de Lenin, personagem de inegável importância histórica, de fundamentação teórica e influência profunda em todo o movimento de trabalhadores do mundo, mas que, sem nenhuma dúvida, tanto foi um interlocutor para Krupskaya, quanto ela o influenciou, não somente do convencimento sobre a centralidade da

educação, quanto, junto com outras camaradas contemporâneas, sobre a relação entre a desigualdade sexual e a questão de classe:

Todas vós sabeis que, mesmo quando existe plena igualdade de direitos, essa opressão da mulher continua de fato a subsistir, porque sobre ela cai todo o peso do trabalho doméstico que, na maior parte dos casos, é o trabalho menos produtivo, mais pesado, mais bárbaro. É um trabalho extremamente mesquinho que não pode contribuir, no mínimo que seja, para o desenvolvimento da mulher. (LENIN, 1919a, *Online*).

Inspirado pelos debates de suas camaradas, Lenin (2019b), por diversas vezes destacou o “sexo oprimido” e sua impossibilidade de superação numa sociedade centrada na exploração e na propriedade privada, fundamentos de permanência da construção histórica da divisão sexual do trabalho, complexificada em desigualdade e impossível de ser ultrapassada pela igualdade formal jurídica:

A verdadeira emancipação da mulher, o verdadeiro comunismo, só começará onde e quando comece a luta das massas (dirigida pelo proletariado, que detém o poder do Estado), contra a pequena economia doméstica, ou melhor, onde comece a transformação em massa dessa economia na grande economia socialista. (LENIN, 1919b, *Online*).

Assim, o horizonte revolucionário provoca possibilidades de ações e reflexões numa direção emancipatória que transcende as bandeiras de lutas imediatamente evidentes e instigam rupturas de limites naturalizados pelo *ethos* constituído a partir da lógica da propriedade privada. Por isso a trajetória das mulheres comunistas é marcada pelas contradições entre a base material que, durante os processos revolucionários em curso, permanece essencialmente burguesa e patriarcal.

No caso de Krupskaya e Lenin, há ainda polêmicas pessoais em suas biografias enviesadas pelos olhares do moralismo da ordem burguesa, com presença de Inessa Armand, socialista francesa que, em determinado momento, também viveu uma relação com o comunista russo. Tal episódio é utilizado para, novamente, apagar a atuação revolucionária das duas mulheres, desconsiderando os seus debates políticos de Inessa e, inclusive, sua parceria com Krupskaya em tarefas militantes.

Inessa foi casada com um rico industrial russo, Alexandre Armand e se transformou em uma militante revolucionária junto de seu cunhado Vladimir Armand, vivendo com ele até sua morte em 1908 e retornando a Paris com os filhos em 1910, onde passou a conviver com Krupskaya e Lenin no ano de 1911, tendo com o líder Bolchevique um relacionamento amoroso. Sobre essa relação e a suposição de uma rivalidade entre as duas militantes, Lodi-

Corrêa (2018, p. 37) coloca que:

Ducret (2011) que em sua obra parece empenhada em destruir – ou desconstruir na linguagem em voga – Krupskaya, coloca-a como submissa e deixada de lado nesse momento. Também se preocupa muito em ressaltar toda a beleza e inteligência de Inessa, depreciando tudo que fosse relacionado às ações de Krupskaya, como se para afirmar a força de uma fosse necessário rebaixar a outra.

As concepções de alguns comunistas da época era simplesmente que casamento não implicava propriedade privada, como desejavam as famílias burguesas. E depreciar uma pessoa para ressaltar outra não funciona academicamente. Acredita-se que Lênin teve sim envolvimento nesse período com duas importantes e fortes mulheres militantes. Alguns textos sobre a vida de Inessa sugerem que Krupskaya tinha em si como causa maior a revolução comunista e, por isso, teria deixado para trás qualquer coisa de ordem pessoal para ressaltar a necessidade da revolução.

Inessa, Krupskaya e Lenin fundaram nos arredores de Paris uma escola livre para trabalhadores. Esse foi um espaço de convivência ampla entre alunos e professores, onde aconteciam também articulações políticas e formação de militantes de toda a Europa. No ano de 1912, Lenin e Krupskaya partiram para a Cracóvia e Inessa, junto com o militante comunista Safarov, foi para São Petersburgo, permanecendo em contato por correspondência e realizando articulações para o avanço político do processo que viria a ser a destruição definitiva do regime vigente na Rússia. Mais tarde, Armand e Krupskaya realizaram publicações em conjunto, onde compartilhavam posições sobre o debate conjuntural, as dimensões pedagógicas e a condição das mulheres trabalhadoras.

O debate em torno da condição feminina tem um campo fértil no movimento revolucionário russo, principalmente no período que se estendeu de 1905 a 1917. A ação das mulheres foi fundamental tanto nas greves quanto no próprio movimento em curso, mobilizando trabalhadores e soldados para a luta que elas sentiam não poder mais ser adiada. Entendemos que o verdadeiro feminismo tem que ser revolucionário. E na atividade de Inessa Armand, que abandonou os privilégios da vida burguesa para mergulhar na luta política pela revolução comunista, a militância teve uma dimensão pedagógica, entendendo-se educação no sentido amplo de formação para a vida social. Dedicou-se principalmente ao processo de alfabetização e formação das mulheres. (SCHLESENER; MASSON, 2020, p. 96-97).

Inessa Armand construiu sua trajetória convicta de que o comunismo era a base material para possibilitar a emancipação da mulher. Sua agitação política buscava formar outras mulheres e homens pela pedagogia, escrita em revistas e organização partidária, para denunciar a desigualdade produzida e reproduzida pela lógica e instituições burguesas:

O poder soviético foi o primeiro a criar as condições em que as mulheres seriam capazes de coroar, finalmente, a obra de sua própria emancipação. Ao longo dos séculos, ela foi uma escrava. No início, sob o reinado da pequena produção, era da família; mais tarde, com o desenvolvimento do capitalismo, tornou-se assim

triplicado: no Estado, na fábrica, na família. Este tem sido o caso não apenas sob o regime czarista, bárbaro e subdesenvolvido, mas também nas “democracias” “civilizadas” na Europa Ocidental e na América. Sob o regime burguês, as trabalhadoras são privadas dos poucos direitos políticos que são dados ao trabalhador. Na fábrica, na oficina, é ainda mais oprimida, mais explorada do que o trabalhador, porque o patrão usa seu poder para oprimi-la não só na qualidade de proletária, mas também infligir todos os tipos de ultrajes e violência a ela como mulher. (ARMAND, 1920, p.1, tradução nossa).

O apagamento das mulheres na história é uma característica da permanência patriarcal na forma como se entendem os processos sociais até hoje. A dificuldade de acesso às suas produções e aos documentos que demonstram suas atividades políticas é a dificuldade da própria realidade que permanecia (e permanece) determinando o espaço público e decisório para os homens, além de moralizar as escolhas e formas de viver para rebaixar a atuação feminina.

Desenvolver reflexões que não caíam em reducionismos que, ora romantizam as relações, ora diminuem as mulheres, é um desafio dialético. Analisar tais experiências políticas desvenda avanços pela práxis e concepção militante e, ao mesmo tempo, limites e contradições pela manutenção das dimensões pela não ruptura da unidade exploração-opressão em sua radicalidade.

A construção do novo ser humano numa sociedade que buscava superar a exploração perpassava por novas relações em todas as esferas da vida. A “nova mulher”,¹⁸ com uma subjetividade emancipada, só poderia existir em relações sociais que realizassem valores emancipatórios. Assim sendo, construir uma nova moralidade afetivo-sexual, repensar as estruturas dos arranjos familiares e das relações amorosas e desnaturalizar dimensões moralistas e individualistas, eram questões que deveriam estar intrinsecamente ligadas à luta de classes e ao movimento revolucionário.

Ao mesmo tempo que o modo de produção capitalista foi proclamado forma definitiva e eterna da vida econômica da humanidade, o casamento monogâmico foi declarado instituição social permanente e intangível. Qualquer ponto de vista evolucionista sobre o casamento foi perseguido e condenado com a mesma fúria empregada para contestar e negar o evolucionismo na vida econômica da sociedade. A propriedade e a família estão demasiadamente ligadas: se um desses pilares do mundo burguês se vê abalado, a solidez do outro torna-se questionável. Aí está porque a burguesia sempre defendeu tão cuidadosamente suas bases familiares;

¹⁸Haraway (2004, p. 214) nos diz que “A ‘questão da mulher’ foi amplamente debatida em muitos dos partidos marxistas europeus no final do século dezenove e início do século vinte. No contexto do Partido Social Democrático Alemão, foi escrita a outra das duas mais influentes abordagens marxistas sobre a posição das mulheres: a de August Bebel – *Woman under Socialism* [As mulheres sob o socialismo]. Alexandra Kollontai inspirou-se em Bebel nas suas lutas pela emancipação da mulher na Rússia e na União Soviética; e, no interior da democracia social alemã, Clara Zetkin, líder do Movimento das Mulheres na Internacional Socialista, levou adiante a posição de Bebel no seu “*The Question of Women Workers and Women at the Present Times*” [“A questão das mulheres trabalhadoras e das mulheres no presente”], de 1889.”.

porque sempre defendeu e continua a defender com tal ardor as vetustas formas da estrutura matrimonial de hoje. (KOLLONTAI, 1982, p. 17).

Foi nessa perspectiva que Alexandra Kollontai (1872-1952), numa jornada que articulou de modo pujante a atividade política e a construção teórica, destacou a particularidade feminina no processo de articulação de hegemonia do capital:

As relações de produção, que durante tantos anos mantiveram a mulher fechada em casa e submetida ao marido, que a sustentava, são as mesmas que, ao arrancar as correntes enferrujadas que aprisionavam, impelem a mulher frágil e inadaptada à luta do quotidiano e a submetem à dependência do capital. (KOLLONTAI, 1978, p. 14).

Em sua reflexão, a autora é uma das precursoras em destacar de modo mais aprofundado o papel do trabalho feminino na reprodução social do capital. Nessa esteira, a autora sublinha as características patriarcais permanentes no processo de exploração. Kollontai estava ciente do processo dialético entre as condições materiais e a reprodução dos valores culturais que subsumiam a condição feminina em todas as esferas da vida, como coloca:

A trabalhadora curva-se sob o peso da família, esgota-se sob a tripla jornada: trabalhadora profissional, dona de casa e mãe. E o que lhe propõem as feministas? Que saída, que alívio buscam para ela? ‘Joguem fora antigos preceitos morais’, sugerem elas à irmã mais nova, ‘torne-se uma amante livre e uma mãe livre. Adote nosso bordão – amor livre, liberdade de amar e direito à maternidade’. Como se há muito tempo esses bordões não tivessem se tornado demasiados reais para a mulher da classe trabalhadora! Como se, por força das condições sociais que a cercam, em que todo o fardo da maternidade recaí sobre os ombros enfraquecidos da proletária ‘trabalhadora autônoma’, o amor livre, a liberdade de amar e a maternidade não fossem para ela fonte inexplicável de novos sofrimentos, preocupações, dissabores! Como se toda a questão estivesse nas formas ritualísticas externas, e não nas relações socioeconômicas da sociedade, que determinam as complexas obrigações familiares da mulher proletária! A questão matrimonial e familiar, não importa se sacramentada pela igreja, oficializada pelo juiz ou construída com base em um acordo informal, só deixaria de ser crucial para a maioria das mulheres se, e apenas se, a sociedade retirasse de suas costas todas as minuciosas tarefas domésticas (inevitáveis, em virtude da existência de lares individualizados e desarticulados), se a sociedade tomasse para si as preocupações com a nova geração, se protegesse a maternidade e devolvesse a mãe à criança em seus primeiros meses de vida. (KOLLONTAI, 2017, p. 154).

O desenvolvimento da naturalização da condição da mulher estava imbricado ao processo de naturalização de toda forma de desigualdade e das instituições sociais que retroalimentavam essa condição. A modificação da base social e de suas práticas e valores não se constituíam como algo mecânico ou abstrato, por isso, havia sempre uma preocupação com o processo político de ampliação de direitos e de efetivas ações. O combate à opressão

não poderia se dar em discussões abstratas ou num horizonte futuro, mas com desenvolvimento de ações promotoras de possibilidade de atuação das mulheres na esfera pública:

A motivação principal de toda esta atividade era implementar, de fato, direitos iguais para mulheres como unidade de trabalho na economia nacional e como cidadã na esfera política e, é claro, com uma ressalva especial: a maternidade devia ser considerada uma função social e, conseqüentemente, ser protegida e garantida pelo estado. (KOLLONTAI, 2007, p. 72).

Numa formulação teórico-política em sintonia com a estratégia revolucionária, Kollontai articulava táticas imediatas e construções mais complexas de transformação estrutural. Defendia a organização estatal da produção como um elemento urgente que necessitava de políticas para resolver as condições para homens e mulheres do proletariado. A militante tratava da necessidade da reformulação da organização familiar como um todo, mas principalmente apontando para a necessidade da liberação da mulher das obrigações patriarcais, incluindo o cuidado dos/as filhos/as como uma obrigatoriedade privada e feminina.

Assim, ela direciona como atribuição do Estado (num processo transitório) a garantia do suprimento das necessidades de sobrevivência e de educação das crianças para o pleno desenvolvimento humano. Com um caráter comunal e de responsabilidade coletiva, o cuidado e desenvolvimento das crianças deixa de ser um problema privado e restrito à família, tornando-se uma responsabilidade social. Desta forma, Kollontai (1982, p. 92) avalia:

A Rússia soviética abordou o problema da proteção da maternidade partindo do ponto de vista da tarefa fundamental da república dos trabalhadores: o desenvolvimento das forças produtivas do país, o reerguimento e o impulso da produção. Para realizar esta tarefa, é preciso em primeiro lugar libertar o maior número possível de forças trabalhadoras de um labor improdutivo, utilizar racionalmente todos os braços disponíveis para garantir a reprodução econômica e, em segundo lugar, garantir à república dos trabalhadores um fluxo constante de forças operárias novas para o futuro, ou seja, o crescimento da população.

Portanto, a autora defende que gerar uma criança transcende o desejo individual da mulher, mas é de interesse coletivo para garantia da manutenção da vida e da produção econômica do Estado Comunista, que deve, então, garantir e proteger a maternidade.

Kollontai aponta a questão na organização familiar burguesa como uma condição de aprisionamento da mulher à economia doméstica, ou seja, o dispêndio das forças intelectuais e laborais da mulher restritos ao espaço doméstico e ao cuidado com a prole. De acordo com a

autora, disso se desdobra em duas condições: a primeira, relacionada intrinsecamente à condição da mulher na sociedade, ao seu rebaixamento e estado de dominação e dependência do homem; a segunda condição está diretamente ligada à forma de consumo que, na família burguesa, configura-se por meio do consumo individual restrito àquela família em seu espaço privado.

Em dimensões táticas, a comunista trata da família como unidade consumidora do processo produtivo centrado na exploração, colocando, na nossa interpretação, além do processo reprodutivo da força de trabalho, uma função de realização final da forma mercadoria. Kollontai demonstra como a destituição da família burguesa como modelo normativo e organizacional da reprodução seria uma tarefa necessária para a liberação da mulher para seu desenvolvimento igualitário ao dos homens.

A experiência de nossa revolução confirma que os edifícios comuns são, não apenas a solução mais racional, do ponto de vista da economia urbana, para o problema da habitação, mas também facilitam incontestavelmente a vida das mulheres que trabalham, criando condições tais que a mulher pode, no atual período de transição, conciliar a família e o trabalho profissional. (...) Deixando de ser *uma unidade consumidora*, a família já não poderá existir em sua forma atual. Vai se desagregar, desvanecer-se (KOLLONTAI, 1982, p. 91. Grifo nosso).

A análise expressa acima se refere às íntimas relações que as instituições sociais assumem com a manutenção de uma sociabilidade centrada no lucro do capital, articulando o cerne produtivo pela exploração, uma reprodução social que complexifica suas possibilidades e suas diferentes formas de estimulação do consumo de mercadorias. São formulações advindas de instituições reprodutivas que ajudam a moldar as configurações de outros complexos sociais e garantem a reprodução no âmbito individual de valores e crenças da classe dominante.

O protagonismo de uma forma social que tem a apropriação de tudo que é humano para a condição da exploração é elemento central na análise da autora, posto que a instituição familiar burguesa, seus valores e os papéis sociais dos indivíduos constitutivos desse complexo objetivam relações que naturalizam a lógica da posse, da desigualdade e, portanto, da não-emancipação humana.

Neste sentido, é imprescindível o entendimento de que o ser humano é essencialmente um ser social, que nossa constituição subjetiva e nosso desenvolvimento psicológico se dá a partir da relação que estabelecemos com o meio à nossa volta e que este, por sua vez, é expressão particular da realidade social materialmente ancorada. Para a comunista, é fundamental a compreensão de que as condições sociais e o desenvolvimento cultural, para

indivíduos da espécie humana, são preponderantes em relação às leis biológicas.

São os valores, regras, hábitos, ou seja, todo o conjunto da cultura na qual estamos inseridos que, ao nos relacionarmos com ela, criamos também as condições de desenvolvimento de nossa subjetividade. Por isso, Kollontai (2017b) aponta, então, para a necessidade de “uma reforma radical da psique humana”, para superação da crise sexual e avanços no processo de liberação da mulher. Contudo, garante que “essa reforma psíquica depende completamente da reconstrução radical das relações socioeconômicas nas bases do comunismo. Fora dessa ‘velha verdade’ não há saída.” (p. 181).

Diante de todo o exposto, fica evidente que as comunistas do início do século XX identificaram elementos basilares da dimensão de gênero/sexo e seu papel na sociedade do capital. Sem anacronismos, podemos perceber que os princípios temáticos que doravante foram desenvolvidos por outros sujeitos cumpriram um papel fundamental para o desvendamento da unidade exploração-opressão.

Neste breve recorte, já destacamos a atenção dessas formulações sobre dimensões corriqueiramente vilipendiadas. O equivocado rebaixamento do debate das opressões não ocorreu somente no marxismo oficial, a partir do processo de degeneração revolucionária na União Soviética¹⁹. Tal perspectiva foi parceira de um apagamento político das reflexões do campo revolucionário por parte dos setores liberais e anticomunistas.

Se o movimento calcado por leituras pós-modernas acusa o marxismo de não ter dado ênfase às opressões e silenciado sujeitos historicamente oprimidos e, em larga medida, isso é uma crítica real ao marxismo vulgar/mecanicista, é também verdade que os teóricos anti-marxistas desvanecem a práxis daquelas/es que tentaram fazer tal articulação com o viés classista. Muito brevemente poderíamos apontar como tais processos foram retroalimentados nas diversas concepções teóricas e políticas.

Poderíamos lembrar movimentos, teóricos ou militantes, que pouco são retomados justamente por sua filiação revolucionária. Falando especificamente da questão racial, percebamos o quão pouco sabemos da vanguardista revolução haitiana (Revolta de Santo Domingo, de 1804) e do protagonismo do povo negro nesse processo (JAMES, 2007). É

19“É na época do estalinismo que se verifica, definitivamente, uma primeira ruptura: Clara Zetkin, Alexandra Kollontai e Inessa Armand tinham criado o secretariado feminino internacional, afecto à III Internacional, mas em 1926 (já depois da morte de Lenine), o comité executivo da Internacional dissolve-o, porque a separação sectorial da intervenção política, supostamente, ameaçava a coesão e a força do movimento organizado dos trabalhadores. Em 1929, o Zenotdel (grupo de trabalho das mulheres do partido bolchevique, fundado em 1917 por Kollontai) foi extinto porque, alegadamente, um movimento independente de mulheres já não se justificava. A homossexualidade volta a ser considerada crime no período estalinista, tal como o aborto voltou a ser criminalizado, em 1944. A burocracia e o totalitarismo precisavam da família tradicional de volta, e ela voltou, depois de ser amplamente denunciada e recusada pelos bolcheviques que viam nela um dos principais pilares da opressão social (Trotsky aponta este retrocesso n’A Revolução Traída)”. (ROQUE, 2010, p. 12).

revelador como os movimentos sociais esquecem dos militantes e teóricos que buscam uma perspectiva de totalidade e de radicalidade para além do capital e que fazem na teoria e na prática um debate anticolonial e anti-imperialista.

Um outro exemplo que podemos recuperar pode ser o corriqueiro esquecimento de Claudia Jones²⁰, ex-militante do Partido Comunista dos Estados Unidos, que militou e escreveu sobre a luta das trabalhadoras negras e está sepultada à esquerda do túmulo de Marx em Londres, mas que pouco é retomada seja pelos movimentos sociais ou pelo campo teórico.

É emblemático o caso do brasileiro, comunista e primeiro candidato negro à presidência no País em 1929, Minervino de Oliveira²¹, também pouco lembrado, assim como muitos outros, como àqueles que lutaram e/ou escreveram na África numa perspectiva marxista para o pan-africanismo²² e a luta anticolonial como Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Thomas Sankara, Samora Machel, entre tantos outros. Sobre este resgate necessário, Manoel (2020, p. 65) destaca que

Após décadas de hegemonia de estudos culturais numa perspectiva pós-estruturalista com efeito prático-político de emancipação quase nulo, – sem desprezar suas contribuições teóricas – muitos lutadores/as sociais se voltam para o legado dos líderes clássicos da Revolução Africana. Nomes como Frantz Fanon e Thomas Sankara, por exemplo, voltam a ser estudados em massa por muitas organizações populares. No século XXI, na época da reconstrução do movimento comunista, uma das tarefas centrais da luta de classes na teoria é estudar, valorizar, aprender e criticar os limites da produção clássica do marxismo africano para avançar na indispensável luta pela emancipação dos condenados da terra. E não existirá emancipação sem colocar no centro da nossa atenção teórico-política a virada anticolonial promovida e estimulada por Lênin no movimento comunista.

A retirada da perspectiva revolucionária é uma tônica presente até em casos

20 Nas palavras de Davis (2016, p. 164) Cláudia Jones era “uma comunista dedicada, que acreditava que o socialismo guardava a única esperança de libertação para as mulheres negras, para o povo negro como um todo e, na verdade, para a classe trabalhadora multirracial. Por isso, sua crítica era motivada por um desejo construtivo de encorajar suas colegas e camaradas brancas a se livrarem das próprias atitudes racistas e sexista”.

21 Domingues (2017, p. 43-44) destaca que: “quando Minervino de Oliveira candidatou-se à presidência da República em 1929, o PCB desinteressava-se pelos problemas específicos do afro-brasileiro ou mesmo subestimava a existência do racismo na comunidade nacional. Por isso não é de estranhar que ele – um operário militante fiel e devotado ao programa “revolucionário” do partido – tenha negligenciado as questões de raça durante a campanha. Sua condição de negro era vista como secundária em relação à sua condição de classe. Isso não impediu que, depois de ter caído no ostracismo, Minervino de Oliveira tenha sido revalorizado por uma memória negra comunista. Em 2014, um grupo de negros ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) fundou no Rio de Janeiro o Coletivo Minervino de Oliveira. [...] Eis uma narrativa típica da politização da memória, facilitada graças às idealizações e reinterpretções dos fatos da história. De símbolo operário e comunista, Minervino de Oliveira passa agora a ser apropriado e celebrado como ícone negro, uma espécie de herói da luta antirracista”.

22 A coletânea “Revolução Africana – Uma antologia do pensamento marxista” (FAZZIO; MANOEL, 2019) traz Frantz Fanon, Kwame Nkrumah, Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, Samora Machel, Agostinho Neto, Thomas Sankara e Samir Amin com textos que apresentam uma variação de questões, mas constituídos de um interesse inequívoco pela práxis revolucionária, sintetizando formulações radicalmente de posições antirracistas, anticolonialistas e anti-imperialistas como uma unidade necessária.

explicitamente postos e muito conhecidos como no caso do Partido Panteras Negras²³ nos EUA. De Fred Hampton – que já citamos aqui - até o fatiamento da produção teórica de Angela Davis, a tentativa de suavização do horizonte emancipatório, da identidade com a teoria marxista e da histórica luta por uma perspectiva de totalidade, não é um empreendimento gratuito, mas a persistência de uma leitura oportunamente estimulada que aparta a materialidade da luta de classes das questões das opressões.

Não obstante, na dinamicidade do real, os debates continuaram acontecendo dentro do movimento revolucionário internacional, além da ampliação dos estudos acadêmicos marxistas por tantos países. As particularidades políticas, os dilemas regionais, o amadurecimento do tema e o desenvolvimento intelectual dos sujeitos que permaneceram realizando essa síntese coletiva em permanente transformação, adensou questões fundamentais.

2.2.2. Anticolonialismo revolucionário, feminismo marxista e o debate classe-raça/etnia-gênero/sexo

*Negro que já foi escravo
 Negro é a voz da verdade
 Negro é destino, é amor
 Negro também é saudade
 Um sorriso negro
 Um abraço negro
 Traz felicidade
 Negro sem emprego
 Fica sem sossego
 Negro é a raiz da liberdade
 (Sorriso Negro - Dona Ivone Lara)*

No interior das diferenças teóricas, o esforço intelectual de articulação entre o processo de exploração do trabalho e as opressões acompanha polêmicas, divergências e um leque de possibilidades de trabalhos ainda a serem aprofundados. Intelectuais formulam suas teses com ênfases metodológicas distintas, algumas focando em gênero/sexo e classe, outras no debate racial e a luta classista e, mais algumas, realizando o esforço de uma tessitura das

23Segundo Wood e Rajguru (2008, p.12-13) “A ideologia dos Panteras Negras era uma amálgama de nacionalismo e um marxismo-leninismo muito peculiar. [...] os princípios ideológicos da Organização se manifestam nas páginas do seu órgão Oficial; The Black Panther, semanário de Bekerley, em cujos primeiros editoriais, redigidos por Newton antes de sua prisão, se mostra a influência de Fanon, Malcolm X, Mao Tse-Tung e Fidel Castro. [...] O lado nacionalista dos Panteras Negras faz que se destaque a unidade negra, sendo que o lado marxista-leninista os faz abordar uma revolução social, tanto para brancos como para negros. Ao contrário de outros grupos nacionalistas, os Panteras Negras não acreditam que a “colônia negra” pode libertar-se por si mesma. Se dão conta de que não podiam destruir o capitalismo e instaurar o socialismo na comunidade negra sem fazer o próprio na comunidade branca”.

três dimensões. Diferenças conceituais e categoriais são constituídas de um interesse pela transformação radical da sociedade e são apresentadas à medida que se amadurece o debate em torno da concretude do real.

O debate da articulação classe-raça/etnia-gênero/sexo explicita as diversas contribuições que vêm sendo construídas pensando a relação capital-trabalho e suas expressões. O capital-imperialismo e seu desenvolvimento histórico no processo de expropriação e constituição de exploração intensa dessas parcelas da classe trabalhadora vão sendo desvendadas em suas particularidades, atravessamentos e composições essenciais com as opressões.

Já nas primeiras décadas do século XX, o marxismo latino-americano revelava a proeminência de José Carlos Mariátegui (1894-1930), intelectual que aliou o compromisso com as questões locais sem recair em bandeiras nacionalistas que dissolvem os processos de exploração em ideologias ufanistas. Como teórico, Mariátegui foi um proponente criativo e comprometido com as reflexões disponíveis do marxismo de sua época. Como militante, foi um agitador de uma mobilização que lançasse mão do pertencimento, da emoção e da crença revolucionária atrelada à história do seu povo.

Os indigenistas revolucionários, em vez de um amor platônico pelo passado inca, manifestam uma solidariedade ativa e concreta com o índio de hoje. Esse indigenismo não sonha com restaurações utópicas. Sinta o passado como raiz, mas não como programa. Sua concepção da história e de seus fenômenos é realista e moderna. Não ignora ou esquece nenhum dos fatos históricos que, nestes quatro séculos, modificaram, com a realidade do Peru, a realidade do mundo. (MARIÁTEGUI, 1986, p. 99-100, tradução nossa).

Num processo complexo que olhava para a tradição e a cultura popular não como sinônimo de conservadorismo, mas elucidando suas contradições e disputas, além de sua potencialidade orgânica e mobilizadora, o marxista peruano demonstrou que a construção do novo e superação das desigualdades não reflete em um afogamento das identidades e questões particulares.

Assim, sua vida curta foi preenchida da política e da formulação teórica comprometida com a emancipação humana. Sem perder de vista a particularidade, Mariátegui lançou seus olhos sobre o imperialismo burguês com os pés no chão de uma América Latina composta por raízes indígenas e sobrevivendo numa exploração atualizada e não somente página do passado.

Somos anti-imperialistas porque somos marxistas, porque somos revolucionários,

porque contrapomos ao capitalismo o socialismo como sistema antagônico, chamado a sucedê-lo, porque na luta contra os imperialismos estrangeiros cumprimos nossos deveres de solidariedade com as massas revolucionárias da Europa. (MARIÁTEGUI, 2021, *online*).

Essa constatação colocava a luta contra o imperialismo em unidade com o processo revolucionário e como postulado fundamental da superação das opressões. Seu foco diante da situação concreta do Peru e do seu povo faz do marxismo indo-americano de Mariátegui uma construção que vai de encontro com as leituras hegemônicas das proposições teóricas da época.

O teórico demonstrava que o cerne do capitalismo latino-americano não permitia uma concepção desenvolvimentista e etapista para o amadurecimento da luta de classes. Essa constatação vinha da análise de que a desigualdade de desenvolvimento dos países coloniais era um instrumento para o alto desenvolvimento do imperialismo sendo, portanto, uma condição irremediável nos marcos do capital.

Seguindo as formulações periféricas e fundamentais sobre as particularidades, Jean-Jacques Cadet (2022) assevera que sempre se destaca a importância do conceito de alienação para o “marxismo ocidental”, mas que pouco se reconhece a sua importância para o desvendamento das opressões nas lutas anti-imperialistas. Considerando uma superação do que ele chamou de “ortodoxia das II e III internacional comunista”, o autor destaca que foi o marxismo haitiano²⁴ responsável pela retomada da categoria alienação nos anos 1930 e 1940, considerando-a como um elemento fundamental para uma leitura marxista e, em especial, para o desvendamento da questão colonial.

Todos eram, como dizíamos, marxistas, na medida em que articularam uma crítica ao capitalismo através do prisma do trabalho alienado. Também o eram porque definiam os grandes momentos da história da sociedade haitiana através de múltiplas formas de produção. Por fim, são marxistas na medida em que preconizam o desaparecimento do Estado mediante a conquista do poder por parte do proletariado. Entende-se então que todos foram fundadores e dirigentes de partidos políticos. (CADET, 2022, *Online*).

Sobre a proeminência da alienação nas desigualdades sociais, não por acaso coube aos marxistas anticolonialistas formularem leituras que buscaram atravessar a essência capitalista e sua expressão particular em territórios dominados pelo imperialismo. Lançando mão do

²⁴Cadet (2022) coloca que a retomada dos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de Marx e a contribuição de Lenin sobre o debate da luta contra o imperialismo foram influências importantes para a leitura da realidade haitiana sobre a articulação de modos de produção e a unidade da luta anticolonial e anticapitalista. Intelectuais orgânicos da luta anticolonial como Chaterine Benoît, Gérard Pierre-Charles e Aimé Césaire destacaram a alienação como das questões centrais do debate sobre os negros.

conceito de “alienação colonial” eles decifraram a composição complexa da exploração burguesa e do racismo.

Tais estudos, fruto e retroalimentação das lutas sociais em seus territórios, explicitaram a ampliação da expropriação como fenômeno universal da história do capitalismo que conviveu (e convive) com a defesa romântica do projeto civilizatório burguês europeu de emancipação política, ao mesmo tempo que promove políticas de extermínio, reproduz relações cotidianas fundadas na unidade exploração-opressão.

Fanon²⁵ articulou as determinações particulares dos países colonizados com a estrutura social capitalista, além de desenvolver reflexões sobre as dimensões subjetivas e o racismo, afirmando que “a alienação do negro não é apenas questão individual. Ao lado da filogenia e da ontogenia há a sociogenia”. (FANON, 2008, p. 28).

Faustino (2018) coloca que o conceito de sociogenia é o fio condutor do jovem Fanon, de “Peles Negras, máscaras brancas” – debatendo racismo com ênfase metodológica em princípios da psicanálise – para o Fanon maduro, de “Os Condenados da Terra”, onde realiza uma reflexão direcionada ao processo revolucionário de libertação colonial. Profundamente comprometido com o desvendamento crítico da essência do racismo e a busca de uma práxis radical para sua superação, o autor realiza reflexões que direcionam à constituição de sua síntese dialética das dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais da alienação colonial e sua incidência na subjetividade (FANON, 2008).

A ênfase fanoniana nas dimensões do racismo é justamente um dos elementos que afirma sua capacidade metodológica de “análise concreta de situação concreta” (nos termos de Lenin). O autor desvenda uma determinação fundamental do capitalismo, partindo de elementos concretos, analisando a particularidade do processo de hegemonia burguesa, identificando suas questões regionais e demonstrando sua importância para a totalidade do modo de produção e reprodução.

Quando se percebe na sua imediatez o contexto colonial, é patente de que aquilo que fragmenta o mundo é primeiro o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias, a infraestrutura econômica é também uma superestrutura. A causa é consequência: alguém é rico porque é branco, alguém é branco porque é rico. É por isso que as análises marxistas devem ser ligeiramente estendidas, a cada vez que se aborda o problema colonial. (FANON, 2010, p. 56).

Sua práxis revolucionária o coloca organicamente vinculado ao processo de superação

²⁵Frantz Fanon, médico psiquiatra e militante comunista e anticolonialista, nasceu na Martinica, morou na França onde se formou e foi para a Argélia em 1953, onde virou diretor do Hospital Psiquiátrico e liderança revolucionária pela libertação anticolonial do país.

radical da unidade exploração-opressão. Fanon revela o racismo e a racialização das questões como elementos constitutivos da dominação colonial. O autor entende essa dominação como um sistema que impacta as identidades humanas, forjando o processo de desumanização e fazendo com estes busquem atuar uma pseudohumanização sob o prisma do dominador. Assim, busca uma análise psicológica da consciência da alienação que desvende a base econômica, a interiorização/epidermização da inferiorização socialmente construída.

Embora o branco goze de privilégios de toda ordem, não está isento às reificações racializadas, pois ao atribuir ao “Outro” elementos humanos que também são seus, aliena-se da própria humanidade. O “complexo de inferioridade” infringido ao negro é proporcionalmente acompanhado por um “complexo de superioridade” por parte do branco, mas este complexo é marcado por um sentimento de castração (FANON, 2008, p. 147). Este “Outro”, amaldiçoado e inferiorizado, assombra e atrai, com seus atributos “sobre-humanos” – exatamente àqueles que o Branco deixa de ver em si –, exageradamente mistificados e animalizados. (FAUSTINO, 2018, p. 154).

Nessa direção, é apresentado um processo de hierarquização e dominação que expressa em sentido relacional e não unilateral da desumanização das subjetividades. A diferença fundamental é que, embora haja subjetividades desumanizadas em todos os sujeitos, a posição de dominador resguarda poder, proteção, função social e política estrutural, enquanto o lugar do dominado, imposto à violência, se expressa numa desumanização direta com manifestações de animalização e coisificação.

A alienação colonial produz identidades distorcidas, onde a epidermização das posições sociais define oportunidades e barreiras aos indivíduos e grupos que internalizam uma autoimagem desumanizada.

Um ser enclausurado em seu corpo, tido quase sempre como bruto, rústico e emocionalmente instável, em contraposição ao europeu, apresentado sempre como expressão universal das qualidades úteis ao controle do mundo. Tanto a pretensa europeização da razão ou do sujeito, quanto a objetificação reificada do negro – ou não branco/ocidental/europeu –, são expressões deste mesmo processo de racialização. (FAUSTINO, 2018, p. 154).

Esse é um processo de universalização compulsória dos pressupostos éticos e estéticos do colonizador, isto é, do branco europeu e, por fim, do burguês. Com consciência disso, a leitura madura de Fanon em “Os Condenados da Terra” realiza o processo mais consistente de aproximação materialista, numa perspectiva revolucionária para superação do racismo e das determinações da lógica colonial. O autor fala em um “marxismo estendido” para desvendar a questão colonial, enfatizando a questão do imperialismo, do colonialismo e

da estrutura racista para a realização da lógica do capital, pois se

No interior de uma nação, é clássico e banal identificar duas forças antagônicas: a classe operária e o capitalismo burguês. No país colonial esta distinção revela-se totalmente inadequada. O que define a situação colonial é bem mais o caráter indiferenciado que a dominação estrangeira apresenta. (FANON, 2021. *Online*).

Sob influência da leitura fanoniana, o atravessamento cotidiano do racismo nas relações sociais é tematizado por Lélia Gonzalez que observa e interpreta a realidade brasileira e latino-americana. A autora expressa o protagonismo da lógica racista para a realização do capitalismo como um modo de produção universal pois o racismo

Denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. (GONZÁLEZ, 2018, p. 98).

Na leitura fanoniana, o racismo é parte constitutiva de um sistema que expressa uma lógica particular para explorar e para universalizar a dominação. Sua função é enfraquecer e desarticular os sujeitos dominados no processo de desumanização destes. Segundo Faustino:

O racismo é apropriado, na sociedade moderna, como elemento que torna possível o empreendimento colonial, tão vital, num primeiro momento, à acumulação primitiva de capitais e, num segundo momento, à exportação desigual e combinada das contradições implícitas ao sistema para a sua periferia global. A posição de Fanon permite perceber o quanto essa prática de negação da humanidade não apenas se restringiu aos territórios colonialmente ocupados, mas também se configurou como eixo estruturante da própria modernidade. (FAUSTINO, 2018, p. 153).

Avançando nessa direção, o trabalho intelectual de Angela Davis perpassa por um panorama histórico das lutas antirracistas estadunidenses. A autora vai perceber pontos de intersecção nas lutas feministas e contra o racismo, ao mesmo tempo que demonstra os pontos de contradições, disputas e reproduções discriminatórias nos episódios históricos onde a adesão tática não atingiu as raízes da unidade das opressões e nem percebia suas particularidades.

Davis desenvolve seu debate combatendo ideias de unicausalidade, se distanciando da concepção de classe como sinônimo de renda, se afastando também das perspectivas de um feminismo culturalista e de uma luta antirracista isolada:

Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. (DAVIS, 2011, *Online*).

A desigualdade entre homens e mulheres, das mulheres brancas e das mulheres negras, os processos de violência e objetificação históricas servem à manutenção e ao desenvolvimento do capitalismo. Esse processo se realiza nas particularidades regionais, mas são interligados ao projeto de dominação internacional. Davis, dialogando com Hilda Bernstein²⁶, relata esse nexos com a realidade das mulheres, realizando assim a visibilidade da questão de gênero/sexo e, mais uma vez, do papel dela na reprodução social capitalista e seu conteúdo complexificado na dimensão racista:

Na sociedade sul-africana, onde o racismo levou a exploração econômica a seus limites mais brutais, a economia capitalista distorce sua separação estrutural em relação à vida doméstica de um modo tipicamente violento. Os arquitetos sociais do *apartheid* simplesmente determinaram que a mão de obra negra rende lucros mais altos quando a vida doméstica é descartada por completo. Os homens negros são vistos como unidades de trabalho cujo potencial produtivo os torna valiosos para a classe capitalista. Mas sua esposa e suas crianças “são apêndices supérfluos, improdutivos, de modo que as mulheres não são nada além de acessórios para a capacidade de procriação da unidade de trabalho negra masculina”. Essa caracterização das mulheres sul-africanas como “apêndices supérfluos” está longe de ser uma metáfora. De acordo com a lei local, mulheres negras desempregadas são banidas das áreas brancas (87% do país!) e mesmo, na maioria dos casos, das cidades em que seus maridos moram e trabalham. (DAVIS, 2016, p. 247).

O recorte classista que percebe as particularidades do povo negro busca evidenciar especificidades importantes para a luta de classes, explicitando a necessidade de a luta antirracista tratar dos elementos estruturais do modo de vida burguês. O mesmo acontece em relação ao feminismo e à necessidade de enfrentar a hipertrofia de questões do machismo que se articula com a opressão racial.

O interesse em evidenciar a construção desumanizada e objetificada das mulheres demonstra que os fenômenos violentos que aparecem isolados no campo da aparência estão ligados no ponto de vista essencial à ideia de posse, própria da ideologia burguesa, e que se realiza em relações de dominação:

Homens da classe trabalhadora, seja qual for sua etnia, podem ser motivados a estuprar pela crença de que sua masculinidade lhes concede o privilégio de dominar

²⁶Hilda Bernstein (1915-2006) foi uma escritora britânica que morou na África do Sul e foi uma ativista contra o *apartheid* e pelos direitos das mulheres. O debate de Davis cita seu texto: *For Their Triumphs and For Their Tears: Women in Apartheid South Africa* (Londres, International Defence and Aid Fund, 1975, p. 13).

as mulheres. Ainda assim, como eles não possuem a autoridade social ou econômica – exceto quando um homem branco estupra uma mulher de minorias étnicas – que garanta imunidade a processos judiciais, o incentivo não é nem de perto tão poderoso quanto o é para os homens da classe capitalista. Quando homens da classe trabalhadora aceitam o convite ao estupro que lhes é estendido pela ideologia da supremacia masculina, eles estão aceitando um suborno, uma compensação ilusória à sua falta de poder. A estrutura de classe do capitalismo encoraja homens que detêm poder econômico e político a se tornarem agentes cotidianos da exploração sexual. A presente epidemia de estupros ocorre em um momento em que a classe capitalista está furiosamente reafirmando sua autoridade em face de desafios globais e nacionais. Tanto o racismo quanto o sexismo, centrais para a estratégia doméstica de aumentar a exploração econômica, têm recebido um encorajamento sem precedentes. Não é mera coincidência que, à medida que a incidência de casos de estupro tem aumentado, a posição das trabalhadoras tem piorado de modo visível. (DAVIS, 2016, p. 212).

A hipersexualização das mulheres negras e a criminalização dos homens negros têm origens históricas que fazem o fio de corte ideológico da burguesia contornar pesos e medidas diferentes para a naturalização das opressões. Se as relações desumanizantes atravessam a construção subjetiva de todos os sujeitos da sociedade, o aumento das possibilidades de sofrer violência é determinado pelas condições socialmente construídas.

A ideia de periculosidade é determinada por essas mesmas bases históricas dos processos de exploração-opressão que determinam a licença estrutural de violação de corpos e identidades desumanizadas. Não é aleatório o fato de que, em que pese seja uma condição universal do machismo a ideia de objetificação das mulheres, seja imposto aos homens negros a representação social de promotores de risco. A sociabilidade que constrói e potencializa violências também instrumentaliza essa condição para a perpetuação da dominação racial.

Em sua leitura sobre as dimensões do mundo do trabalho, as transformações ao longo da luta contra a escravidão nos EUA e os processos de manutenção e complexificação do racismo e da desigualdade de gênero/sexo, Davis vai articulando o papel da ideologia burguesa e promovendo um debate que identifica questões ainda mais aprofundadas para as mulheres negras dentro do capitalismo racista e patriarcal.

Davis também contribui na análise coletiva acumulada pelo debate marxista sobre reprodução social e o apagamento das mulheres da história. Nessa direção, buscando dimensões concretas, a autora converge com debates históricos sobre o trabalho doméstico, afinal, “como as tarefas domésticas não geram lucro, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho, em comparação com a atividade assalariada capitalista” (DAVIS, 2016, p. 241).

A partir de categorias da crítica da economia política, a autora analisa como o papel do sufocamento da produção doméstica em detrimento da produção fabril vai sedimentando a

lógica da mercadoria como centralidade e invisibilizando outras tarefas. A autora aponta ainda elementos da unidade entre questões ideológicas, tarefas da reprodução social e do sistema produtivo, destacando que a subalternização das mulheres, do trabalho doméstico e das práxis que não estão centralizadas no lucro estão relacionadas e não podem ser tratadas como pautas isoladas ou pela perspectiva de mercado. A autora provoca que:

A insuficiência, se não a ausência, de uma discussão pública sobre a viabilidade de transformar as tarefas domésticas em algo socialmente possível é um testemunho dos poderes ofuscantes da ideologia burguesa. O caso não é que o papel doméstico das mulheres não tem recebido nenhuma atenção. Pelo contrário, o movimento de mulheres contemporâneo tem representado as tarefas domésticas como elementos essenciais da opressão feminina. (DAVIS, 2016, p. 245).

A argumentação que desvela contradições nas relações interiores da mesma classe social e a relevância das atividades vinculadas à esfera da reprodução são um ponto convergente em diversas feministas e, no caso das marxistas, tal constatação objetiva os sustentáculos da conformidade do modo de produção capitalista com os processos de opressão.

Em que pese Davis ser costumeiramente tratada como uma autora interseccional, seu histórico de luta comunista e debate marxista colocam a centralidade de sua interpretação na necessidade incontornável de perceber a articulação das três dimensões na unidade da luta radical dentro de um projeto emancipatório de totalidade.

Nessa direção, a ideia de interseccionalidade²⁷ pode ser uma das mediações explicativas dessa unidade e não uma epistemologia distinta e divergente do materialismo histórico e dialético. A concepção interseccional trata de um conceito explicativo sem ser, no entanto, uma filiação teórico-metodológica como interpretações não marxistas passaram a defender. Maciel (2019, p. 147) diz que:

Kimberlé Crenshaw cunha a expressão interseccionalidade para se referir a fenômenos que não conseguiam ser adequadamente explicados pelas teorias feministas e antirracistas até então, as quais perdiam de vista a opressão da mulher negra. A teoria interseccional vem resolver tal insuficiência ao afirmar as sobreposições entre raça e gênero sem as quais não se compreendem certas formas de discriminação. As teorias feministas e antirracistas eram incapazes de explicar a especificidade da opressão da mulher negra. Como vimos, elas tratavam as opressões de gênero e raça, respectivamente, como esferas independentes, diante das quais cada indivíduo somente somaria as opressões de que sofre.

No entanto, o autor demonstra que há leituras que alargam o conceito para uma

²⁷Em sua obra “Mulheres, raça e classe”, por exemplo, o termo interseccionalidade aparece apenas no prefácio de Djamila Ribeiro e num comentário de Judith Butler.

centralidade analítica como uma “desobediência epistemológica”²⁸ diante das visões coloniais e eurocêntricas das opressões. Tal análise descamba na reprodução de que as leituras marxistas seriam necessariamente economicistas ou autocentradas na realidade da classe trabalhadora europeia, desconsiderando o acúmulo teórico acerca das opressões e realizando um apartamento das intelectuais e militantes de suas próprias concepções políticas.

Na esteira da interseccionalidade distanciada do materialismo histórico e dialético, leituras antimarxistas não dimensionam uma superação revolucionária por via da luta da classe trabalhadora organizada, enfrentando a unidade exploração-opressão. Embora reconheçam que não se pode analisar as categorias isoladamente, acabam dissolvendo o debate em particularismos sob a égide concorrencial das pautas ou num esquema equivalente de suas determinações que torna as reflexões imprecisas. Ribeiro (2014) dialoga com Eagleton (1998) sobre os problemas teóricos da percepção de tríade por uma perspectiva pós-moderna:

Essa lógica de um encadeamento triplo, por certo, leva ao fato de que a negatividade dos termos racismo, sexismo, também seria atribuída a algo chamado ‘classismo’. Nessa analogia, ‘classismo’ ganha uma dimensão em que se correria o risco de estereotipar as pessoas ao considerá-las a partir de sua classe social”. (RIBEIRO, 2014, p. 113-114).

Aqui percebemos o quão é necessário pormenorizar os conceitos de exploração e opressão como pontos basilares do debate. Evidenciar a diferença entre manifestações discriminatórias no campo dos valores e a desigualdade material oriunda da exploração perpassa por desvendar a dimensão essencial que conecta os dois fenômenos sem, no entanto, desatar suas particularidades, caindo em equivalências culturalistas.

Assim, o debate sobre interseccionalidade ocorre com polêmicas teóricas no campo da crítica do feminismo materialista francês que busca dialogar com a ideia mais ampla de consubstancialidade. Sobre a crítica do conceito de interseccionalidade, Cisne sintetiza (2017, p. 1):

A despeito dessa importância, é preciso problematizar a incorporação da perspectiva da interseccionalidade, com o intuito de alguns de seus limites que, por vezes, passam despercebidos. Todavia, não intenciono, de maneira alguma, negar a

28Maciel (2019, p. 148) trata criticamente da obra da autora brasileira Akotirene (2018) “O que é interseccionalidade”. Contra-argumentando, a partir de Marx, Lukács e Chasin (2009), defende que o marxismo “está completamente ciente da impossibilidade de entender a realidade social sem que se admita o caráter relacional do ser, ou seja, que as diferentes esferas da vida humana só existem em relação umas com as outras. A objetividade implica, para Marx, simultaneamente, o caráter relacional do ser. (...) Nesse sentido, as diferentes esferas da vida social só existem em relação umas com as outras, de forma que se tem uma unidade, mas tal unidade é a unidade da diversidade”.

interseccionalidade, tampouco, o trabalho de muitas feministas que a incorporam. Há, entretanto, uma outra perspectiva de análise, que se distingue da interseccionalidade. Refiro-me a consubstancialidade e a coextensividade das relações sociais de sexo, raça e classe.

É fundamental superar a ideia de diferentes seções de desigualdades que se conectam em contextos históricos específicos e buscar alcançar o núcleo que atravessa todas as expressões fundadas na alienação. No processo de diálogo referente às construções intelectuais sobre a exploração e as opressões estruturantes, Hirata (2014) resgata o debate materialista, sublinhando as reflexões de Daniele Kergoat que coloca que:

Essa crítica é aprofundada na introdução do seu recente livro, *Se battre, disent-elles* (2012), pelos seguintes pontos: 1) a multiplicidade de pontos de entrada (casta, religião, região, etnia, nação etc., e não apenas raça, gênero, classe) leva a um perigo de fragmentação das práticas sociais e à dissolução da violência das relações sociais, com o risco de contribuir à sua reprodução; 2) não é certo que todos esses pontos remetam a relações sociais e talvez não seja o caso de colocá-los todos num mesmo plano; 3) os teóricos da interseccionalidade continuam a raciocinar em termos de categorias e não de relações sociais, privilegiando uma ou outra categoria, como por exemplo a nação, a classe, a religião, o sexo, a casta etc., sem historicizá-las e por vezes não levando em conta as dimensões materiais da dominação (cf. Kergoat, 2012, pp. 21-22). (HIRATA, 2014, p. 65).

Desenvolvendo a dinâmica das reflexões de classe, raça/etnia e gênero/sexo, Barroso (2018) afirma a questão indissociável das categorias exploração e opressão. Embora destaque como um aspecto relacional, utiliza tal termo como sinônimo de unidade, explicitando a imbricação entre patriarcado, racismo e capitalismo. Nessa direção, pensando as divergências sobre essa relação entre diversas pensadoras do feminismo materialista e marxista ela sintetiza:

A partir de um ponto de vista materialista, histórico e dinâmico, Kergoat (2010) defende a consubstancialidade e a coextensividade como uma lente ou possibilidade de apreender a relação entre exploração e opressão ou as relações sociais a partir de “unidade de substância”. Ao que parece, sua discordância principal com Arruzza localiza-se na importância que atribui à diferenciação analítica ou autonomia relativa dos tipos de relações sociais, “operação por vezes necessária à sociologia, mas que é analítica e não pode ser aplicada inadvertidamente à análise das práticas sociais concretas” (Kergoat, 2010, p. 93). Dessa análise, é possível apreender as relações patriarcais, mesmo que elas não funcionem sozinhas. São práticas que não se permitem apreender por noções geométricas como adição, intersecção e multiposicionalidade, uma vez que são móveis, ambíguas e ambivalentes. Assim, o ponto de vista de Kergoat (2010), também defendido por Saffioti (1987 e 2004), Silva (1992) e Cisne (2014), é que as relações sociais são consubstanciais. (BARROSO, 2017, p. 452).

A autora segue dialogando com a leitura de um nó, onde a consubstancialidade e a

coextensividade se realizam nas relações capitalistas. Barroso destaca o pensamento de Cisne (2014) e a dimensão ontológica da questão de classe envolvendo os outros tecidos desse nó e afirma que “não se trata de hierarquizar exploração e opressão, mas de conferir à classe uma prioridade ontológica ao considerar que apenas a classe possibilita a articulação das demais contradições.” (2017, p.452). Por fim, a autora se atenta ao aprofundamento das formulações de Heleieth Saffioti, que apresenta essa concepção unitária como uma simbiose que transmuta o processo de dominação do capital, destacando que a separação entre exploração e opressão só pode ocorrer para fins analíticos e em caráter momentâneo, sendo a opressão um veículo da exploração capitalista:

Defende-se a unidade dialética entre opressão e exploração na medida em que a opressão é veículo/motor para a exploração. Em outras palavras, através da opressão/dominação naturalizam-se relações, comportamentos, mentalidades, que se convertem em privilégios e desigualdades, os quais favorecem a exploração. Tais privilégios e desigualdades não se limitam ao sexo, mas abarcam as relações étnico-raciais. (BARROSO, 2017, p. 458).

Nessa síntese, a contribuição de Saffioti é decisiva ao esmiuçar a categoria patriarcado e sua manutenção de dominação sobre as mulheres na lógica burguesa, elaborando seis motivações:

1) não se trata de uma relação privada, mas civil; 2) dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição; 3) configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4) tem uma base material; 5) corporifica-se; 6) representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. Para a referida autora, isso implica reconhecer que as mulheres ainda são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Essa “soma/mescla de dominação e exploração é entendida como opressão”. (SAFFIOTI, 2004, p. 105).

Entrelaçando o conjunto de desigualdades presentes no capitalismo nas questões de classe, raça/etnia e gênero, Saffioti (1984, 1987) realiza uma leitura do patriarcado presente nas relações sociais da modernidade e sua vivacidade para o projeto burguês. Temos nesta passagem uma rara e tímida tentativa de conceituação de opressão como sendo a soma de dominação e exploração. Em que pese tal definição apressada resguardar problemas, obviamente, carecendo de suas devidas mediações, os postulados da autora são caracterizados em dimensões concretas de uma realidade capitalista, patriarcal e racista, onde o:

Nó formado por estas três contradições apresenta uma qualidade distinta das determinações que o integram. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa fusão. (...)

Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente, uma mulher não é duplamente discriminada, porque, além de mulher, é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa. (SAFFIOTI, 2004, p. 115).

Entendemos que as reflexões sobre patriarcado, relações sociais de sexo e racismo que dialogam com pressupostos de autoras aqui citadas, como Kergoat e Saffioti, são adensados pela construção ontológica, instigando uma concepção muito mais complexa (e completa) das opressões na sociabilidade capitalista e sua constituição unitária, se distanciando de esquemas de hierarquia e sem perder a dimensão da classe social.

Em suas formulações sobre a formação da consciência e as determinações do capitalismo e do heterocispatriarcado, Cisne (2014) retoma as contribuições de Daniele Kergoat e Jules Falquet, adensando elaborações mais firmes ao debate marxista, apresentando as questões das relações sociais de sexo imbricadas em dimensões étnico-raciais fincadas nas bases alienadas da exploração do trabalho na sociedade de classes:

O sentido de uma luta revolucionária, portanto, deve estar atento para a desalienação das relações sociais ao passo que luta pelo humano e sua humanização. Logo, a luta pelo fim das relações que tornam a mulher objeto de exploração, inclusive sexual, enfim, a luta pela emancipação das mulheres está associada à luta pela emancipação humana. (CISNE, 2014, p. 115).

Investindo percepções mais consistentes sobre esse processo, Cisne e Santos (2018) partem da realidade concreta para tratar do feminismo e da diversidade sexual, mas com pressupostos que dão conta da constituição da sociabilidade capitalista, da dimensão ontológica do ser social e, assim, da formação da individualidade e da personalidade. Nesse sentido, as autoras demonstram a centralidade ontológica do trabalho como ponto de partida da humanização do ser social, perpassam a concepção de “complexos de complexos” que constituem a totalidade histórica e destacam três estruturas da sociedade hetero-patriarcal-racista:

a) a divisão social, fundada nas relações entre classes sociais; b) a divisão racial, fundada nas relações de raça; c) a divisão sexual, fundada nas relações sociais de sexo. As relações sociais são perpassadas pela apropriação do trabalho de um grupo ou classe sobre outro. São essas relações sociais, mediadas por antagonismos e hierarquias, que processam a produção e a reprodução sociais, permeadas pela exploração da força de trabalho e pelas opressões a elas vinculadas. (2018, p. 25).

Argumentando sobre a síntese de dominação e exploração com raízes no escravismo, colonialismo e patriarcalismo, Cisne e Santos vão concretizando sua leitura ao apresentarem a

constituição histórica, os debates teóricos e os dados da realidade brasileira e suas expressões da questão social. Realizam essa exposição com as manifestações de desigualdades atravessadas em seu cerne por esses elementos estruturantes, posto o entendimento de classe como “uma totalidade conformada em relações sociais concretas (incluindo sexo e raça)” (2018, p.88).

Assim, as autoras desvendam a relação capital x trabalho e suas manifestações contraditórias numa percepção profunda e articulada com as determinações das opressões em sua historicidade, sublinhando também a dimensão de diversidade sexual nas reflexões às questões patriarcais:

O patriarcado não surgiu espontaneamente do mundo das ideias ou da cultura, mas possui uma base material e sócio-histórica. Isso significa que as ideias e a cultura patriarcais são socialmente determinadas, com base em relações concretas. Dentre essas relações que dão base à estruturação do patriarcado, destacamos: 1) as relações sociais de sexo/sexualidade; 2) a constituição da família heteropatriarcal-monogâmica associada ao controle sobre a subjetividade e o corpo (e seus produtos como o controle da procriação e a criminalização do aborto) da mulher e do que é associado ao feminino em toda sua heterogeneidade de expressão; 3) a divisão sexual e racial do trabalho; 4) a violência contra a mulher e a população LGBT. (CISNE; SANTOS, 2018, p.41).

As autoras realizam um panorama analítico sobre a temática, há nessa leitura um enriquecimento conceitual e categorial rumo à tese de unidade e para além da dimensão relacional da exploração e opressão, quando o debate de diversidade humana toma o horizonte teórico sobre as bases da ontologia do ser social lukacsiana.

Nosso entendimento de que os indivíduos, no processo de individuação, se constroem de forma diversa mediante a existência de um conjunto heterogêneo de atos que o pulsiona no processo reprodutivo mediante o decurso histórico-social e leva ao desenvolvimento da sociabilidade e da individuação, tendo lugar decisivo a formação da personalidade e o papel da consciência na vida cotidiana. A diversidade humana brota, portanto, de um movimento histórico permanente desencadeado, na sua raiz, no ato do trabalho e que assume características mais sofisticadas no campo mais amplo das diferentes modalidades de práxis social. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 39-40).

A visibilidade das questões de orientação sexual e identidade de gênero/sexo no contexto das desigualdades do capitalismo, em sua unidade com as questões patriarcais e racistas, é um ponto fundamental a ser realçado. Perceber a LGBTQIAfobia para além de condutas individuais e episódicas de intolerância, deslindando seu caráter estrutural, sob o apogeu da categoria heteropatriarcado, apontando o sufocamento alienado das possibilidades de diversidade humana, elenca reflexões mais satisfatórias das nuances e violências das

desigualdades contemporâneas.

Em “Relações de opressão-exploração da modernidade colonial: notas sobre cidadania trans e emancipação”, Silvana Marinho (2021) afirma que o debate da unidade exploração-opressão ainda ocupa um lugar periférico nas análises e aponta os principais pressupostos quando vai à ontologia do ser social e direciona sua reflexão na categoria alienação como um ponto chave de desvendamento desse processo:

Assim, a alienação na teoria social de Marx tem um lugar central na explicação da realidade, capturada como processo inerente à relação capital-trabalho em quatro dimensões essenciais: em relação ao produto do trabalho, em relação à atividade vital, em relação ao seu ser genérico e em relação à socialidade. Quando as necessidades humanas são artificialmente produzidas pela racionalidade capitalista como necessidades de mercado, ocorre o processo de desumanização/alienação: a perda do sentido do ser genérico. [...] Isso posto, há que se considerar que as relações de gênero e raça estão inscritas nessas relações sociais desumanizadas. É no seio de uma sociabilidade burguesa racista patriarcal, na qual a engrenagem das relações é pela exploração-opressão, que é possível colocar-se em contato com a tematização identidades trans e cidadania (2021, p. 255).

Marinho reflete sobre a identidade de gênero à luz do materialismo histórico e dialético e do feminismo marxista e, para isso, desenvolve reflexões sobre o que também denomina de “relação exploração-opressão”. A autora coloca que: “há que se destacar que não apenas a categoria classe social obstaculiza a universalização da cidadania, mas a simbiose entre capitalismo, patriarcado e racismo torna a cidadania plena irrealizável” (2021, p. 250). Na sua interpretação, a autora precisa o potencial revolucionários das pessoas trans, quando põem em xeque as determinações do sistema cis-hetero-patriarcal, descortinando os limites da cidadania sintonizada com a modernidade burguesa.

Por fim, a autora sublinha o protagonismo da alienação, como ponto nevrálgico dos complexos que se realizam nas estruturas e expressões de exploração e opressão, a análise da unidade desse processo alça um novo patamar. O fio ontológico da desumanização via constituição social da alienação nos permite buscar, ao mesmo tempo, a raiz desses processos para além do capitalismo, chegando ao advento da propriedade privada, ao passo que também atinge o âmago da sociabilidade contemporânea, talhando as condições para descortinar os diferentes modos de exploração da força de trabalho nas distintas conjunturas desses últimos séculos.

Os conceitos e categorias que estamos sublinhando detém a processualidade das dimensões fundamentais que regem a sociedade capitalista. O processo de reflexão sobre as classes sociais e as questões do racismo, do machismo e da LGBTQIAfobia não são temas marginais, mas constitutivos de leituras que buscam a totalidade de uma realidade complexa,

contraditória e historicamente construída.

O debate das opressões no interior do movimento revolucionário e na construção teórica marxista caminha tanto por afirmar que “a classe operária tem dois sexos”(SOUZA-LOBO, 2010) concretizando a diversidade humana na realidade histórica e sua subsunção à desigualdade material capitalista; demonstrando também, que, para a mulheres, o gênero/sexo as une, mas as classes as dividem (TOLEDO, 2000), evidenciando os aspectos estruturais do modo de produção centrado na exploração da força de trabalho e nas determinações do racismo que constitui as desigualdades estruturais e cotidianas, inclusive, nos processos de formulação teórica e no âmbito da política (DAVIS, 2016).

Por fim, demonstra que, no processo de luta emancipatória, o “feminismo é para todo mundo” (HOOKS, 2018) ou, pelo menos, na luta contra a ordem burguesa, o “feminismo é para os 99% das/dos oprimida/os e exploradas/os”, pois

[...] abarca a luta de classes e o combate ao racismo institucional. Concentra os interesses das mulheres da classe trabalhadora de todos os tipos: racializadas, migrantes ou brancas; cis, trans ou não alinhadas à conformidade de gênero; que se ocupam da casa ou são trabalhadoras sexuais; remuneradas por hora, semana, mês ou nunca remuneradas; desempregadas ou subempregadas; jovens ou idosas. [...] não é apenas antineoliberal, mas também anticapitalista. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 44).

Para Arruzza (2010), a união tensionada entre marxismo e feminismo (poderíamos incluir os movimentos antirracistas, em que pese suas particularidades) amadurece quando se referencia para além de questões táticas, se estabelecendo no aprofundamento da práxis política que busca a unidade concreta do que produz as diferentes desigualdades:

Hoje, mais do que nunca, é urgente pensar teoricamente a relação entre opressão de gênero e exploração e, sobretudo, a forma como o capitalismo integrou e modificou profundamente as estruturas patriarcais. De facto, por um lado, a opressão das mulheres é um elemento estruturante da divisão do trabalho, e está entre os fatores através dos quais o capitalismo não só reforça o seu domínio ideológico como também organiza continuamente a exploração do trabalho vivo e a sua reprodução. Por outro lado, a subsunção das lógicas patriarcais pelo capitalismo levou à sua profunda transformação, desde a família à posição da mulher em relação à produção, as relações entre os sexos, a identidade sexual. (ARRUZZA, 2010, p. 20).

A solidez analítica vai sendo desenvolvida à medida que conseguimos apreender a dimensão de unidade, apresentando sua essência, descrevendo suas mediações e suas manifestações. Por isso, Reprodução Social é uma categoria determinante para o desvencilhamento das opressões, aparecendo em várias contribuições teóricas aqui recuperadas.

O debate mais amplo da Reprodução Social traduz a sociedade burguesa em sua complexidade. A construção social formada por “complexos de complexos” não permite ser traduzida pelo divisionismo estruturalista que reduz às relações em hierarquias estereis e contraproducentes. Assim, para autoras do feminismo marxista, como Arruzza e Bhattacharya, as determinações de classes são cruciais, mas a concepção mais importante para o desvendamento das opressões é que o capitalismo é um sistema unitário, conjugando, ainda que de maneira desigual, à produção e à reprodução social.

É reducionista dizer que as batalhas de gênero na nossa sociedade são as mesmas que as de classe. Mas é correto dizer: 1) seguindo Lise Vogel, que a luta de classes representa a “dinâmica central” do desenvolvimento social; e 2) que é do interesse do capitalismo, como sistema, prevenir qualquer mudança ampla nas relações de gênero, porque mudanças reais vão, em última instância, afetar os lucros [...] Nós: 1) fazemos a conexão analítica entre as “duas esferas” do sistema único através da teoria marxista e 2) atuamos como uma tribuna das oprimidas e oprimidos, particularmente quando a luta não se generalizou até o local de trabalho. Porque não é verdade que a classe trabalhadora não pode lutar na esfera da reprodução. Mas é verdade, no entanto, que ela só pode vencer o sistema na esfera da produção. Algumas das maiores lutas da história da classe trabalhadora começaram fora da esfera da produção. As duas revoluções mais significativas do mundo moderno, a francesa e a russa, começaram como revoltas por pão, lideradas por mulheres. (BHATTACHARYA, 2019, p. 110).

Tithi Bhattacharya vai tratar da reprodução social como o espaço de constituição da sociedade em sua completude, percebendo que todos os sujeitos detêm funções para a produção e reprodução do capitalismo. Sendo impossível realizar o processo de exploração sem a existência dos outros complexos sociais, qualquer cisão teórico-metodológica expressa também uma compreensão residual dos fenômenos sociais, das suas contradições e dinamicidade. Assim, a interpretação não perde a dimensão da exploração do mais-valor, mas vai para além do trabalho assalariado²⁹. Esta é, portanto, uma análise de totalidade, posto que não secundariza nenhuma práxis que serve à manutenção da alienação.

Sinteticamente, a autora coloca que a reprodução social são as atividades de “produção da vida”. Todo o conjunto de relações e ações para gerar e manter a vida faz parte da reprodução social. Numa sociabilidade onde essa reprodução está centrada na produção do lucro, a dimensão reprodutiva envolverá todos os seus meios para a garantia da realização do

²⁹Particularmente sobre a reprodução da força de trabalho, Bhattacharya (2019, p. 103,) resume: “A força de trabalho, em grande parte, é reproduzida por três processos interconectados:1. Atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra. 2. Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção - isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego.3. Reprodução de trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz”.

interesse essencial desta forma organizativa.

A reprodução social, portanto, tem uma dimensão inerentemente histórica. A forma como coletivamente existimos foi construída por processos sociais que apontaram para essa direção. A construção da classe trabalhadora, seus sujeitos e suas formas de existir também. É nesse sentido que Federici vai esmiuçar as determinações históricas do nascedouro do capitalismo:

Na Europa Ocidental, ocorreram os cercamentos, a caça às bruxas, as marcações a fogo, os açoites e o encarceramento de vagabundos e mendigos em *workhouses* e em casas correccionais recém-construídas, modelos para o futuro sistema carcerário. No horizonte, temos o surgimento do tráfico de escravos, enquanto nos mares os barcos já transportavam *indentured servants* (servos contratados) e criminosos condenados da Europa para a América, um fator que permitiu ao capitalismo se reproduzir até os nossos dias foi precisamente sua capacidade de mobilizar setores do proletariado como instrumentos de políticas racistas, machistas e favoráveis aos avanços da colonização. Aliás, ao lado da discriminação racial, a habilidade dos homens de recuperar a força perdida no local de trabalho à custa das mulheres, provavelmente evitou revoluções. (FEDERICI, 2017, p. 120-121).

A autora demonstra que a desigualdade da mulher não é um mero resquício de sociedades pré-modernas, mas parte fundacional do capitalismo. A subalternização das mulheres, o sequestro, escravização e apropriação dos povos africanos, a dilapidação ambiental e o genocídio dos povos da América pré-colombiana e usurpação dos camponeses na Europa formataram as bases estruturais para a constituição das possibilidades da compra e venda da força de trabalho, da produção de mercadoria, da emancipação política burguesa e sua subjetividade jurídica.

A análise da sociedade capitalista, a partir da consolidação da relação capital x trabalho em sua maturidade, traduz uma classe trabalhadora abstrata sem revelar as determinações patriarcais de sua síntese histórica:

A imagem de um trabalhador que vende livremente seu trabalho, ou que entende seu corpo como um capital que deva ser entregue a quem oferecer o melhor preço, se refere a uma classe trabalhadora já moldada pela disciplina do trabalho capitalista. Contudo, é apenas na segunda metade do século XIX que se pode vislumbrar um trabalhador como este — moderado, prudente, responsável, orgulhoso de possuir um relógio (Thompson, 1964), e que considera as condições impostas pelo modo de produção capitalista como “leis da natureza” (Marx, 1909, t. i, p. 809) —, um tipo que personifica a utopia capitalista e que é ponto de referência para Marx. (FEDERICI, 2017, p. 243-244).

Para Federici (2017), Marx perde as dimensões da acumulação primitiva do capital quando se concentra na esfera da produção na Europa. Para ela, essa lente secundariza o

rebaixamento das mulheres que ocorreu paulatinamente no processo histórico, desmantelando a reprodução social em formas sociais anteriormente existentes e construindo bases violentas para nascer a sociedade burguesa quando

[...] o desencadeamento de uma campanha de terror contra as mulheres, não igualada por nenhuma outra perseguição, debilitou a capacidade de resistência do campesinato europeu frente ao ataque lançado pela aristocracia latifundiária e pelo Estado, em uma época na qual a comunidade camponesa já começava a se desintegrar sob o impacto combinado da privatização da terra, do aumento dos impostos e da extensão do controle estatal sobre todos os aspectos da vida social. (FEDERICI, 2017, p. 294).

A autora demonstra que as questões apontadas nos escritos marxianos não foram nem fatos episódicos e nem somente centralizados no domínio das propriedades agrárias e organizações das produções camponesas. A expropriação que separou o ser humano dos meios de produção e que constituiu relações sociais de exploração teve um caráter de supressão do papel das mulheres nas comunidades. Separando os espaços em público e privado, produtivo e reprodutivo, masculino e feminino, houve um apartamento de saberes populares e de capacidades organizativas das mulheres e um complexo e violento processo histórico de disciplinamento nos moldes do ideário burguês para formatar os arranjos familiares na perpetuação daquilo que viria a ser o operariado europeu.

A desigualdade de homens e mulheres, brancos e negros, povos europeus e demais povos, realiza nesse processo histórico a substância da desigualdade capital e trabalho, sendo adensadas dentro dela e promovendo um *ethos* da unidade exploração-opressão, que se estabelece para além da lógica produtiva, imprimindo valores e normas. Sobre tal fenômeno que conjuga as opressões historicamente construídas em modelos coercitivos de produção da nova ordem social nascente, Federici (2017, p. 216) lembra que:

Assim como o sexismo, o racismo teve que ser legislado e imposto. Dentre as proibições mais reveladoras, devemos, mais uma vez, levar em conta que o casamento e as relações sexuais entre negros e brancos foram proibidos. As mulheres brancas que se casaram com escravos negros foram condenadas e os filhos gerados desses casamentos foram escravizados pelo resto de suas vidas. Estas leis, aprovadas em Maryland e na Virgínia, na década de 1660, são provas da criação de cima para baixo de uma sociedade segregada e racista, e de que as relações íntimas entre “negros” e “brancos” deveriam ser, efetivamente, muito comuns, se para acabar com elas considerou-se necessário recorrer à escravidão perpétua.

Por tudo isso, o descortinamento de mediações e particularidades não são um mero detalhe, mas tarefa central. Alicerces que originaram a fortaleza da estrutura social burguesa

constituem a naturalização de práxis sociais como o trabalho doméstico, de violências como o estupro, de precarização e esgotamento como a jornada contínua de trabalho, da marginalização de arranjos familiares e relações afetivo-sexuais fora do modelo nuclear hétero-burguês. A objetificação das mulheres e o racismo são construções que existem não pela permanência de um modelo arcaico incompatível como a modernidade. É a modernidade que tem seus pés em cima dos corpos e mentes negras e das mulheres.

A modelagem das teorias da reprodução social aponta para uma tese robusta que indica que nos países capitalistas não existe um sistema patriarcal autônomo do capitalismo. Cinzia Arruzza em “Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo” abarca polêmicas do debate marxista e enfrenta as lacunas para afirmar a unidade da exploração-opressão. Para além de uma ideia meramente relacional não-hierarquizada, a autora percebe a totalidade complexa e contraditória do “capitalismo não como um conjunto de leis puramente econômicas, mas antes como uma complexa e articulada ordem social, uma ordem que tem seu núcleo constituído de relações de exploração, dominação e alienação” (ARRUZZA, 2015, p. 38).

Assim, amplifica a complexidade das relações sociais capitalistas e enfrenta polêmicas diante do que ela classifica como três teses sobre a dominação e exploração: “Teoria dos sistemas duplos ou triplos”, “Capitalismo indiferente” e a “Tese unitária”. Arruzza (2015) apresenta argumentos de articulação entre classe-raça-gênero em suas distintas explicações e classificações afirmando que não basta pensar a relação das dimensões, seja descrevendo como interseccional ou como consubstancialidade:

Estas teses eventualmente tomaram o nome de “Teoria dos Sistemas Duplos”. Em *Theorizing Patriarchy* [Teorizando o patriarcado], Sylvia Walby reformulou os sistemas duplos ao adicionar um terceiro, o sistema racial, e também procurou entender o patriarcado como um sistema variável de relações sociais composto de seis estruturas: o modo de produção patriarcal, relações patriarcais no trabalho remunerado e assalariado, relações patriarcais no Estado, violência masculina, relações patriarcais na esfera da sexualidade e relações patriarcais em instituições culturais (WALBY, 1990). Estas seis estruturas se condicionam reciprocamente, ao mesmo tempo em que permanecem autônomas: elas também podem ser públicas ou privadas. Mais recentemente, Danièle Kergoat (2009) teorizou a “consubstancialidade” das relações patriarcais, raciais e de classe; estes são três sistemas de relações baseados na exploração e dominação que se interseccionam e são da mesma substância (exploração e dominação), ao mesmo tempo em que são distintos, como as três pessoas da Santíssima Trindade. (p. 38-39).

A contundência da autora é ainda mais forte diante da ideia de indiferença capitalista sobre a questão de gênero, frente a desculpa de sua centralidade formal na exploração da classe trabalhadora. A autora volta-se para as posições de Hellen Wood e outros marxistas

contrapondo a ideia genérica de classe trabalhadora e o reducionismo funcional da opressão das mulheres, colocando que a suposta possibilidade teórica de emancipação feminina sobre a lógica do capital (e seu ideário liberal) deve buscar “resposta no nível da análise histórica concreta, não a nível da análise abstrata do capital” (ARRUZA, 2015, p.52).

Recuperando o debate histórico que aqui já tratamos, ela demonstra que não se trata somente de uma absorção oportunista do capitalismo e nem de mera tarefa reprodutiva da força de trabalho. A separação do núcleo familiar do processo produtivo³⁰, âmbito constitutivo da expropriação na acumulação primitiva do capital, realiza uma complexificação nos arranjos familiares heteromononucleares, onde se expressa a lógica de reprodução social, seja na forma estrita de produção da mercadoria força de trabalho, seja na sua concepção mais ampla de constituição de valores e organização do consumo.

Pensando em dimensões concretas, a autora recorda que jamais existiu capitalismo sem opressão de gênero e a dimensão meramente funcional de opressões pré-existentes foi circunstancial, sendo o imperialismo e o colonialismo contributivos para a universalização da hierarquia de gênero em territórios e culturas antes não existentes. A autora distingue o que é meramente funcional do que é uma consequência necessária:

É de fato aqui onde podemos encontrar não apenas o deslize de Wood, mas também o erro de muitos teóricos marxistas que permanecem fortemente ligados à ideia de hierarquia entre exploração (principal) e opressão (secundária). Se queremos colocar o aspecto político da questão e também estar na posição de respondê-la, devemos ter uma concepção histórica do que é o capitalismo hoje e do que tem sido historicamente. Este é um dos pontos de partida para um feminismo marxista no qual a noção de reprodução social ocupa um papel central. (ARUZZA, 2015, p. 52).

Isto posto, Aruzza avança para a tese unitária entendendo o capitalismo como “uma totalidade articulada e contraditória de relações de exploração, dominação, e alienação” (p.55). Colocando a esfera da reprodução social como determinante na formação subjetiva e nas relações de poder, a autora destaca sua fundamentação para o desvendamento da unidade com o aspecto produtivo de uma sociedade com uma divisão só sendo aceitável para fins meramente metodológicos.

Finalmente, e este é um ponto crucial, a forma como a reprodução social opera

³⁰Mattos (2017, p. 1), “em modos de produção anteriores ao capitalismo, especialmente nas relações de produção baseadas na unidade familiar, voltadas prioritariamente para a subsistência, a subordinação da mulher (e das crianças) ao poder patriarcal organizava em grande medida o processo produtivo. A acumulação primitiva de capital, um processo de expropriação que marcou a separação dos agora proletários e proletárias dos meios de produção necessários a suprir sua subsistência lançando-os ao mercado, consistiu, em grande medida, na quebra dessas relações de produção organizadas nas unidades familiares. No entanto, o patriarcado sobreviveu, transformado e incorporado pelo capitalismo”.

dentro de uma formação social dada tem uma relação intrínseca com a forma em que a produção e reprodução de sociedades são organizadas em sua totalidade e, portanto, com as relações de classe. Mais uma vez, estas relações não podem ser concebidas como puramente intersecções acidentais e contingentes: vê-las pelas lentes da reprodução social nos permite identificar a lógica organizacional destas intersecções sem por isso excluir o papel desempenhado pela luta, ou desconsiderar a existência de fenômenos contingentes e práticas em geral (ARUZZA, p.56, 2015).

Portanto, o processo multidimensional de poder no capitalismo não pode ser entendido automaticamente, posto que, é um complexo de relações sociais. No interior dessas diferentes argumentações estruturadas no campo crítico, percebemos convergências, complementaridades, divergências e espaços a serem aprofundados, mas, em todo esse painel aqui exposto, há a incontestável direção que busca a raiz das relações sociais. A tematização da consubstancialidade, coextensividade, do heterocispatriarcado, da alienação colonial, da formação da consciência, da ontologia do ser social e da reprodução social compõem um arcabouço teórico substancial para esmiuçar a essência histórica da unidade exploração-opressão.

Do compromisso precursor das comunistas, da construção antirracista e anticolonial, do feminismo materialista e marxista emergem os meios para chegar na síntese de leituras decisivas sobre as particularidades da relação capital x trabalho em todas as esferas do mundo burguês.

No silêncio das naturalizações alienadas permanecem vivas as perguntas cantadas pela voz imortal de Elza Soares, mulher negra e de luta que entoou “O que se cala”, música colocada como epígrafe deste tópico: “Pra que explorar? Pra que destruir? Por que obrigar? Por que coagir? Pra que abusar? Pra que iludir? E violentar, pra nos oprimir? Pra que sujar o chão da própria sala?”. Se o nosso país é nosso lugar de fala, é preciso ouvir as expressões dessa essência em nossa particularidade.

2.3. Rios de sangue, suor e resistência: o desvendamento da questão social no Brasil e a unidade Exploração-Opressão

Assim como chegou de repente, todo o peso se dissipou com o sopro da terra, como um rasgo afastando a vileza que havia deixado o ar dilatado e opressivo. Um grito atravessou o espaço como um sabre afiado. Tudo foi se tingindo de vermelho e segui o rastro do rio de sangue que corria, não se sabia de onde. (Torto Arado – Itamar Vieira Junior).

Diferentes leituras marcaram as interpretações da formação do país no pensamento

social brasileiro, sendo ele construído a partir de variadas correntes filosóficas e das ciências humanas e sociais. Essas reflexões quando foram desenvolvidas por lentes críticas possibilitaram apreender elementos essenciais que mediatizam particularidades da questão social no Brasil.

O processo de unidade exploração-opressão não é um conjunto que paira sobre a realidade. Ele é a própria realidade histórica da sociabilidade capitalista e de suas realizações particulares em territórios diversos, forjando desigualdades, determinando relações sociais, construindo identidades e subjetividades, com seus limites e suas possibilidades cotidianamente postas à prova³¹.

Aprofundando a complexidade da relação capital x trabalho com os pressupostos que apresentamos sobre o debate das opressões, a construção teórica crítica sobre a formação social do Brasil vai esmiuçando a questão social em sua complexidade. Das megalópolis às vilas, dos conglomerados urbanos à zona rural, dos problemas do presente às suas raízes históricas, das dimensões objetivas à formação da personalidade individual, perseveram as dimensões de classe-raça/etnia-gênero/sexo e sexualidade como postulados incontornáveis.

A mundialização do capital processa a universalização da lógica burguesa em todos os espaços. Os complexos alienados estão em todos os lugares, mas só existem se realizando em cada lugar específico, não porque a particularidade seja um reflexo do universal, mas por ser “a existência do geral mais rica de determinações que o próprio geral” (GORENDER, 2016, p. 77).

Jaguaretama³² é um município do sertão nordestino, distante 240km de Fortaleza, capital do estado do Ceará, de clima quente e seco, com a vegetação de caatinga em pleno processo de desertificação. A etimologia da palavra Jaguaretama, oriunda da língua da família tupi-guarani, significa *Morada das Onças*. Antes de ser Jaguaretama, a pequena cidade foi chamada de Frade, por causa de uma marcante liderança religiosa, demonstrando a imensa tradição católica da cidade e o apego aos seus costumes.

Mas, antes de ser Frade, Jaguaretama foi Riacho do Sangue, um vilarejo de trabalhadores rurais, com acesso difícil, com a maioria das pessoas habitando em terras alheias como meeiros, vivendo da agricultura de subsistência e sobrevivendo na beira de um

31Como nos lembram Marx e Engels, (2002, p. 22): “Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias etc., mas os homens reais, ativos, como eles são condicionados por um desenvolvimento determinado de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a eles corresponde até chegar às suas formações mais amplas. A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida.”

32Obviamente a escolha pelo exemplo de Jaguaretama não é aleatória. Ela é a minha cidade natal e o lugar de onde escrevo esse texto ao som ensurdecido dos alto-falantes externos da Igreja Matriz e de sua histórica radiadora entoando cânticos católicos compulsoriamente para todos os ouvidos.

pequeno riacho onde, segundo conta a oralidade local, houvera uma disputa - massacre - entre brancos e indígenas e, por isso, as águas ficaram vermelhas. Atualmente, tanto os indígenas, quanto as onças só estão em seu nome e na história quase esquecida da cidade. Já o sangue continua a correr naquele intermitente “riachuelo”, como assim foi chamado primeiramente.

Jaguaretama é uma cidade conhecida por três motivos. O mais recente deles está relacionado à construção de um imenso açude nas décadas de 1990/2000. A luta dos habitantes do município e da região do Vale do Jaguaribe ganhou os noticiários³³ por ter parte de seu espaço atingido na construção do maior reservatório de águas do Ceará. A barragem do Castanhão, um empreendimento que levou quase um século para ser efetivamente realizado, com a promessa de resolver o problema da seca, gerou um processo de desapropriação e retirada de moradores da zona rural e urbana, inundando parte do território e cobrindo por completo a cidade vizinha. A antiga Jaguaribara foi submersa e, em troca, construíram a planejada e moderna “Nova Jaguaribara”.

Tempos passaram, o Castanhão foi inaugurado, encheu, quase secou novamente e voltou a ter um volume consistente de água, tudo à mercê das chuvas e da espera pela transposição do Rio São Francisco. Hoje, com parte do reservatório cheio, um canal com ligação direta leva suas águas para o Porto do Pecém, na região metropolitana de Fortaleza-Ce, através do “Eixão das Águas”, irrigando grandes corporações e empreendimentos industriais. Em Jaguaretama ainda falta água e o Riacho do Sangue represa no Castanhão.

O segundo motivo histórico de fama da cidade é pelo “banditismo”. A região jaguaribana foi um espaço marcado historicamente por violência rural, sendo Jaguaretama o lugar com a alcunha de “Terra dos Pistoleiros”, por ser reconhecida como antigo celeiro de “matadores de aluguel”. Contam os habitantes do lugar que a maioria desses sujeitos foram executores de tarefas de políticos e grandes proprietários rurais de todo o estado e ficaram afamados por preservarem o anonimato de seus clientes.

A pistolagem também é coisa do passado na cidade de dezessete mil habitantes, mas os jornais, quando lembram da existência do município, a chamam de “Terra do Medo”³⁴, pois o “banditismo” permanece por ali com roupagens mais atuais. Agora, os crimes mais comuns

33O Jornal Diário do Nordeste (2002) resumiu a trajetória em matéria no dia da inauguração da Barragem, em 23 de dezembro, que contou com a presença do então presidente Fernando Henrique Cardoso. A cronologia da reportagem fala que o projeto começou a ser discutido em 1911, teve as primeiras desapropriações em 1986 e vários momentos de tensão diante da mobilização popular, como em 1996, no plebiscito nos municípios de Morada Nova, Jaguaretama e Alto Santo sobre desmembramento das áreas, e nos anos 1999/2000, quando moradores de Jaguaribara cobraram o pagamento de indenizações atrasadas decidindo embargar a obra até terem as reivindicações aceitas.

34No dia 18 de março de 2008, a manchete do jornal Diário do Nordeste era “Jaguaretama: a terra do medo” e dizia que “A impunidade de que desfruta um grupo de assassinos provocou um rastro de mortes em Jaguaretama (a 284 quilômetros de Fortaleza), e transformou o Município num dos mais violentos do Estado”.

estão ligados ao tráfico de droga, às disputas de facções organizadas nacionalmente e aos grupos de estelionatários e criminosos virtuais.

O terceiro motivo do reconhecimento de Jaguaretama é por um conterrâneo ilustre. O município foi o berço de Adolfo Bezerra de Menezes, nome importante da doutrina espírita no Brasil, sendo conhecido pelos religiosos como o “Médico dos Pobres”, respeitado dentro dos pressupostos da doutrina, gerando comoção e visitas dos adeptos na cidade.

Historicamente falando, quando “encarnado”, Bezerra de Menezes foi parlamentar na época do Brasil Império. Foi deputado e vereador, um conhecido promotor da caridade, político abolicionista, defendendo um processo gradual do fim da escravidão. Ainda muito jovem saiu da vila do Frade, passou pelo Rio Grande do Norte e foi para a capital do país, o Rio de Janeiro, onde, primeiramente, se elegeu em 1867, tendo seu mandato interrompido com a dissolução da câmara pelos conservadores, assumindo um novo cargo legislativo em 1873.

Bezerra de Menezes nasceu em Jaguaretama, mas nem a seca (e a indústria da seca), a pobreza, a violência, nem o “desenvolvimentismo” que relatamos por aqui nasceram em Jaguaretama. A questão social no Brasil é resultado da construção histórica de uma formação social capitalista dependente, de origem colonial, que se estruturou no racismo e no heterocispatriarcado, potencializando a concentração de riqueza, se desenvolvendo local e globalmente em manutenções históricas, transformações determinantes, aprofundamentos e contradições emblemáticas (SILVA, 2014).

Bezerra de Menezes foi um exemplar típico do político liberal brasileiro. Afeito à discussão, buscando o progresso, mas sempre com o ritmo e o olhar singular do tradicional metamorfoseado, da conjugação moralista que adensa o freio diante de rupturas dos processos de desigualdades. Em seu texto “A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-la sem dano à nação” (1869) o médico coloca elementos importantes para pensarmos as opressões e como a questão social foi tratada no Brasil.

A argumentação é reveladora. O autor coloca aspectos econômicos e morais para defender a abolição gradual da escravatura. Começando com pressupostos do iluminismo, da defesa da liberdade e da dignidade humana, o deputado expõe a necessidade de superar o atraso brasileiro. Menezes admite que “no seio da sociedade brasileira, tem penetrado raízes malditas do cancro da escravidão” (1869, p.6), por isso, sua luta pelos “princípios de cristãos e de 1789” buscam mediar a situação. A boa vontade e seus princípios, no entanto, eram insuficientes para desvendar essas raízes e sua própria reprodução de opressão.

Defendendo um processo lento de libertação, o autor fala do prejuízo econômico em

ter que lidar com uma estrutura da reprodução da força de trabalho escravizada, tendo que cumprir com todos os gastos de manutenção como habitação, alimentação e vestimentas, quando numa forma de assalariamento, a responsabilidade passaria a ser do empregado, dando ao patrão menos gastos, podendo aumentar a produtividade e o investimento.

Condenada, finalmente, pela economia política, que demonstra como o braço livre produz mais e é mais eficaz a industria do que o braço escravo: essa lamentável aberração do espirito humano ainda é condenada pela moral, cujas leis não se compadecem com os sentimentos depravados de uma raça embrutecida; e reclamão em nome da família e da sociedade a sua reabilitação pela pureza dos costumes e pela pratica do bem. (BEZERRA DE MENEZES, 1869, p. 6).

O pragmatismo do argumento liberal, no entanto, não exclui elementos do moralismo discriminatório que articula as questões do patriarcado e do racismo. Para fortalecer sua posição, Menezes fala do prejuízo que é a convivência das “famílias educadas” com presença dos negros escravizados. Para o deputado, as pessoas escravizadas não tinham acesso à educação moral adequada, com os preceitos cristãos bem estabelecidos e, além disso, cultivavam ódio dos brancos. Esse quadro criava uma influência negativa para as crianças que conviviam com essas pessoas nas fazendas e nas cidades.

O escravo embrutecido pela educação que recebe e pela vida que leva, não conhece o que seja honra, nem o que seja dever; não conhece a repressão moral, só obedece a repressão material. Resulta daí que a prostituição, com todo o cortejo de vícios humanos, é a condição da mulher escrava; e que o odio e o desejo ardente, insaciável de vingança, é o sentimento mais forte do coração do negro para com a raça branca em geral, e para com seu senhor em particular. [...] E que futuro se pôde esperar de um povo, onde meninos nascem, crescem e vivem no mais intimo contacto com essa raça prostituída; participando da vida e dos costumes de seus paes, ao mesmo tempo que dos costumes e da vida. (1869, p. 6).

Todas essas “razões”, muito emblemáticas da profundidade do racismo brasileiro, não são suficientes para uma ruptura imediata da escravidão, na opinião de Menezes. Para o autor é preciso administrar a forma da libertação para que os proprietários não caiam em prejuízo, o que geraria um problema econômico, e para que os negros libertos recebam uma forma de educação adequada, não gerando também um problema social. A parcimônia e sobriedade do gradualismo frente ao “sectarismo” que exige “pressa” na libertação das pessoas escravizadas se explicita em sua real questão aqui:

Póde haver perigo maior para a nação, quer no sentido moral, quer no sentido social, do que esse projecto de soltar no meio da população, homens até aqui dominados pelo jugo da escravidão, agora armados com o poder, e até certo ponto com o direito de saciarem todas as paixões ruins que sua primitiva condição excitava e reprimia ao

mesmo tempo? Se o simples bom senso não fosse mais que suficiente para nos levar a repellar tão perigosa idéia, os factos que se estão dando nos Estados-Unidos da America do Norte, e os que se derão em S. Domingos do Hayti, onde; de repente, se concedeu a liberdade e os foros de cidadão a todos os escravos, seriam uma lição proveitosa, que não devemos perder de memoria na solução dessa importantíssima questão. (BEZERRA DE MENEZES, 1868 p.15-16).

O tempo histórico do abolicionista gradual retrata o momento que Clóvis Moura (1994) chamou de “Escravidão Tardio”, quadro evidente a partir dos anos 1850, que sucede o período ascendente de “Escravidão Pleno” e traduz um processo transitório para a organização do trabalho assalariado. Aqui os limites políticos e reproduções do jaguaretamense Bezerra de Menezes encontram muitas das questões naturalizadas pela alienação colonial e enfrentadas pelos haitianos citados na seção anterior deste capítulo. Nesta passagem se materializa a dimensão limitada do projeto oficial de libertação racial brasileira em choque com lutas recuperadas por Ângela Davis (2016) na particularidade estadunidense, como também já apontamos neste texto.

Neste depoimento também se descortina o sufocamento histórico da resistência negra no Brasil e a luta por libertação como uma questão urgente desde que as correntes surgiram. O processo de apagamento de tantas construções coletivas de luta, como as lideradas por Zumbi dos Palmares no Nordeste ou por Tereza de Benguela na região do estado de Mato Grosso, fazem parte de um dado histórico da unidade exploração-opressão que, não somente invisibilizou a resistência, como fragmentou essas lutas como episódicas, quando elas eclodiam em vários territórios do mundo que se aburguesava pela expropriação derramando suor e sangue em riachos e mares da história.

O processo de escravização constituiu dimensão decisiva daquilo que viria a ser a classe trabalhadora brasileira do século XX. Não somente em termos quantitativos, mas qualitativamente falando, pois, as raízes da escravidão e a forma como ela foi abolida, sem qualquer interesse na integração efetiva dos sujeitos no centro da lógica produtiva do capital, compõe determinações materiais no rebaixamento do valor-trabalho. E dentro desta desvalorização há também a substância de uma violência histórica que posiciona valores sociais alienantes, potencializadores de subalternização subjetiva, simbólica e cultural. Moura (2014, p.175.) destaca que o processo de escravização colonial foi um

Complicador étnico porque introduziu compulsoriamente nas áreas colonizadas [...] o componente africano [...] que veio consolidar com o seu trabalho, o escravismo nessas colônias. Mutilador e estrangulador porque impôs pela violência, direta ou indireta, os seus padrões culturais e valores sociais usando para isto desde a morte a tortura até a catequese refinada chamada de evangelização para dominar os povos escravizados.

A constituição da *questão social latente* – nos termos de Octavio Ianni (1989, 1996) – produzindo a *franja marginal* dos negros oriundos do escravismo tardio, como coloca Clóvis Moura (2014), conduz a formação do trabalho livre brasileiro para a complexificação da opressão racial que vai abarcar os valores socialmente construídos, a falta de condição de vida dos trabalhadores marginalizados na estrutura produtiva e nas pífias políticas do Estado nacional, formatando aquilo que Almeida (2018) chama de racismo estrutural. Souza e Teles (2021, p. 50) sintetizam:

A transição do modo de produção escravista colonial para o capitalismo dependente. Moura (2014) denomina de escravismo tardio (1850 a 1888), demarca-se: a) as transformações na organização da produção, que deram as bases para o domínio do capital sobre o conjunto das relações sociais no Brasil, num processo complexo de ruptura que, ao mesmo tempo, institui a manutenção das bases fundamentais à produção da riqueza nos moldes capitalistas; b) as transformações que instituem, no contexto da Independência formal, as bases da dependência estrutural da nossa economia, calcada na economia escravista, subordinada aos interesses externos e base para a expansão do capital, tendo o recente Estado nacional como garantidor fundamental da subordinação econômica ao capital estrangeiro; c) o caráter agrário-exportador da inserção da nossa economia na divisão internacional do trabalho e se criam as correspondentes condições da sua existência: a ratificação da propriedade privada mercantil da terra (Lei da Terra, de 1850) e a elaboração de um complexo processo de criação de força de trabalho livre, destituída de propriedade de qualquer riqueza e da terra; d) a elaboração de mecanismos ideológicos de dominação compatíveis com as novas formas de organização do trabalho e da exploração, para tanto, o racismo, com a construção da inferioridade do negro e do indígena, e da superioridade do branco foi reelaborado no marco da pseudocientificidade, como mediação fundamental das relações contraditórias, criadas na base do capitalismo dependente.

A narrativa de abrandamento gradativo dos processos de escravização perseverou na política formal brasileira na fase imperial e transcendeu para outros meios de manifestação do racismo na fase republicana. Isso marginalizou possibilidades de enfrentamento na essência da questão, se espraiando na construção material e cultural. Esse discurso do século XIX encontra suas nuances presentes por todo o país, no Rio de Janeiro ou na Jaguaretama do século XXI, as expressões da questão social são compostas por dimensões do racismo.

A mediação do racismo estrutural é fundamental, pois se constitui como um organizador necessário para as relações desiguais. Além disso, naturaliza a brutalidade da sociedade burguesa como normalidade, sendo o fornecedor das justificativas ideológicas necessárias à subordinação da classe trabalhadora, hierarquizando-a a partir do preconceito territorial e de cor. O sexismo também é produto da reelaboração das relações patriarcais, sob o capitalismo (GONZALEZ, 1984; CISNE; SANTOS, 2018), constitui-se como engrenagem fundamental para a organização da desigualdade, fundada pela propriedade privada da terra e da superexploração da força de trabalho. Com isso, revelamos as conexões histórico-estruturais da opressão e da dominação de raça e gênero/sexo. (SOUZA; TELES,

2021, p. 54)

Obviamente, sem cair em julgamentos anacrônicos, mas, somente pelo discurso apresentado do parlamentar do período imperial, prospectamos o tamanho atraso do debate racial no país e a herança ainda viva de concepções ecleticamente produzidas pelo liberal-conservadorismo brasileiro referente à sua forma atenuante de lidar com as opressões. Afinal, sendo Bezerra de Menezes um abolicionista e sendo esse um dos pensamentos avançados na sociedade civil brasileira do século XIX, pensemos o quão duras eram as manifestações conservadoras ali naturalizadas.

Bezerra de Menezes morreu dois anos após a promulgação da *Lei Áurea* e um ano após a queda do Império. As ideias moralistas que têm como base a lógica de embranquecimento racial permanecem vivas. Elas e sua estrutura racista passeiam em qualquer lugar do capitalismo dependente brasileiro e são traduzidas nos dados estatísticos apresentados nas seções anteriores deste texto e desvendadas nas reflexões teóricas críticas sobre a questão social no país. É essa história apagada que está por trás da falta de memória de pequenas cidades, das grandes metrópoles, do Estado e do sistema forjado na exploração-opressão.

2.3.1. Do agregado ao operário: formação sócio-histórica e a unidade da questão social do Brasil

*Sou poeta agricultor
do interior do Ceará
a desdita, o pranto e a dor
canto aqui e canto acolá
sou amigo do operário
que ganha um pobre salário
e do mendigo indigente
e canto com emoção
o meu querido sertão
e a vida de sua gente*

(O agregado e o operário - Patativa do Assaré)

Jaguetama é um típico lugar do interior do Brasil. Faltam políticas sociais e o Estado existe mais com facetas coercitivas e assistencialistas. Lá não tem museu, nem teatro, nem aulas de história local. Pouco se fala, mas o Riacho do Sangue e a Vila do Frade ainda são muito presentes nela. E ao contrário do que ocorre em outras regiões do país, os jaguetamenses não falam de sua ascendência familiar como algo distante dali, com enredos

migratórios e raízes intercontinentais.

Não há a ideia de pessoas descendentes de imigrantes italianos, como no Sudeste, alemães, com no Sul, portugueses como em todas as partes. Não há, também, a percepção crítica mais atual e tão importante das origens africanas. Os indígenas também foram esquecidos. Para os jaguaretamenses, eles sempre estiveram no mesmo lugar e daquela mesma forma: filhos, pais, avós, bisavós são do mesmo espaço. Já os netos, acostumaram-se a deixar a terra natal, rumando para capital Fortaleza-CE ou para São Paulo-SP, sempre em busca de emprego e estudo, mas quase sempre encontrando desemprego e trabalhos informais precarizados.

A pele queimada do sol, o trabalho rural secular e a escassez naturalizada, acompanham fases políticas distintas do Brasil em Jaguaratama. Os de pele escura geralmente preferem ser chamados de pardos e reproduzem discursos hegemônicos do embranquecimento racista promovido no país³⁵. Dos indígenas pouco se sabe, embora a cultura cotidiana esteja repleta de seu legado. O apagamento dos povos originários, inclusive em seus descendentes, em seu próprio sangue, em suas próprias águas, foi e é ainda instrumento de apropriação, expropriação e sufocamento de sua vivência contemporânea. É também expressão da permanente política de supressão das comunidades indígenas remanescentes em todo o Brasil.

Embora distante, Jaguaratama não está isolada. Nunca esteve. A falta de empregos formais, a manutenção patriarcal da organização produtiva, a tradição judaico-cristã, a manutenção da agricultura de subsistência sem assistência e incentivo adequado, a falta de água, a desertificação da sua vegetação e de seu solo, a violência e o tráfico de drogas, as desapropriações, o apagamento das identidades, a migração para as capitais, tudo foi construído numa dimensão mais profunda do que forjou a questão social brasileira e que são, portanto, expressões da mesma.

Não é por acaso que os indígenas estão apenas no nome, no sangue e no riacho. O não reconhecimento das identidades, da ancestralidade e das discriminações não são fenômenos isolados. A naturalização da violência não é uma característica casual de uma região. Nem

350 processo político e ideológico de embranquecimento do país perpassa por uma ideia de mestiçagem para suavizar a violência do passado e sufocar o racismo do presente. Esse revisionismo se insere tanto pelo apagamento da ancestralidade africana e/ou ameríndia, quanto pela defesa da miscigenação como superação das identidades, realizando o mascaramento da existência dos negros (entre eles os quilombolas) e das comunidades indígenas na atualidade. Barbosa e Mariz (2021) lembram que esse processo está imbricado com o mito da democracia racial de Freyre (2004) e, na particularidade do Ceará, está expresso em documentos históricos como o discurso para o Decreto de Extinção dos indígenas no período Imperial (CUNHA; FIGUEIREDO JUNIOR, 1983), na obra literária *Iracema*, de José de Alencar (1865), romaneando um fim idílico dos indígenas, nos livros de Antônio Bezerra (1906) (com a teoria das três raças "Branços, índios e ciganos"), na obra do ex-governador Passifal Barroso (1969) e, recentemente, na defesa de uma genética ancestral de origem nórdica, realizada por Santos (2020).

foram aleatórios os argumentos utilizados pelo parlamentar abolicionista do século XIX. A seca também não é natural, assim como as águas que correm para o litoral e matam a sede do grande capital.

A escravidão, o modelo familiar patriarcal, o desenvolvimento desigual, o autoritarismo e dependência econômica do país são elementos históricos do Brasil que fazem a história particular de uma Jaguaretama ser fundamentada nos processos de esgotamento dos territórios, no racismo, no patriarcado, na violência, nos processos migratórios em busca de sobrevivência, na intensificação da exploração, na falta de reconhecimento da história e de suas contradições.

As estatísticas, a história e a realidade encontram nos debates marxistas sobre as opressões, pela e nas formulações sobre nossa história e sobre a questão social, a unidade que, ao mesmo tempo, revela nossas particularidades, enquanto costumam as mediações destas com a ordem social que universaliza a forma mercadoria.

Por isso, a recuperação do debate de intérpretes críticos da realidade brasileira como Clóvis Moura, Florestan Fernandes, Lélia Gonzales, Octávio Ianni e tantos outros vai desenredando as mistificações, tanto estruturalistas, quanto particularistas da constituição específica do modo de produção burguês.

Nessa esteira, a unidade produzida pela colonização; escravidão dos negros africanos; dilapidação dos povos originários; organização reprodutiva patriarcal; dependência e submissão ao imperialismo e o desenvolvimento desigual e combinado³⁶; produção de um fluxo migratório interno diante da desigualdade regional; desenvolvimentismo predatório e crescimento urbano desordenado, são os elementos que constituem as raízes da vitalidade do racismo, do machismo, da LGBTQIAfobia, da xenofobia, do familismo e da naturalização do autoritarismo no Brasil.

A essência do capitalismo crava os seus limites na emancipação política, impossibilitando dentro dessa ordem societária o desenvolvimento emancipatório do gênero humano, devido ao âmago do processo de exploração do trabalho e da apropriação no plano

36A teoria do desenvolvimento desigual e combinado foi formulada por Trotsky e influenciou substantivamente os marxistas da Teoria da Dependência. Demier (2017, p.4-5) coloca que "Por conta da desigualdade de ritmo do desenvolvimento do capitalismo no plano internacional (lei do desenvolvimento desigual, de Lênin), os países atrasados, segundo Trotsky, acabavam por possuir uma historicidade própria no que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo no seu interior, marcada pela assimilação dos elementos mais modernos das nações avançadas e sua adaptação a condições materiais e culturais arcaicas. Esta superposição dialética entre inovações tecnológicas, políticas e culturais produzidas pelos países avançados e relações sociais, muitas vezes pré-capitalistas, presentes nos ambientes atrasados, se constituiria na essência combinada do desenvolvimento capitalista realizado pelos países retardatários, especialmente pelos "coloniais" e "semicoloniais". Na concepção de Trotsky, essa forma particular de desenvolvimento do capitalismo determinaria diretamente a formação e a relação entre as classes sociais, o que, consequentemente, acabaria por definir quais as classes que poderiam ou não realizar as chamadas tarefas "democráticas".

da superestrutura das diversas formas de dominação e reprodução das opressões. No Brasil, esse processo se consolida com particular forma, tornando ainda mais complexas essas expressões, desafiando e distanciando inclusive a materialização da própria emancipação política moderna nos marcos dos valores liberais e/ou do romantismo burguês. Moura é taxativo ao afirmar que

O dinamismo da sociedade brasileira, visto do ângulo de devir, teve a grande contribuição do quilombola, dos escravos que se marginalizavam do processo produtivo e se incorporavam às forças negativas do sistema. Desta forma, o escravo fugido ou ativamente rebelde desempenhava um papel que lhe escapava completamente, mas que funcionava como fator de dinamização da sociedade. As formas ‘extralegais’ ou ‘patológicas’ de comportamento do escravo, segundo a sociologia acadêmica, serviram para impulsionar a sociedade brasileira em direção a um estágio superior de organização do trabalho. O quilombola era o elemento que, como sujeito do próprio regime escravocrata, negava-o materialmente e socialmente, solapando o tipo de trabalho que existia e dinamizava a estratificação social existente. (MOURA, 2014, p. 397-398).

As raízes racistas são também patriarcais e, sendo familistas em seus valores, são necessariamente centradas na “heteronormatividade”. A construção dos valores moralistas não é uma obra recente e nem uma empreitada meramente tática, mas resultado da organização social hegemônica na reprodução social da sociedade brasileira. Como colônia de Portugal, o Brasil teve seu desenvolvimento econômico, social, político e cultural particularizado por essa condição de domínio essencialmente voltado para a exploração de matérias-primas. O desenvolvimento concentrado no âmbito rural e um projeto de colonização aperiódico promoveram também a possibilidade de construção de características como a legitimação do patriarca, a reprodução do coronelismo político e o conflito entre aquilo que são direitos sociais e o que são benesses de tom assistencialista para a população.

Esse domínio econômico e político se estabelece como síntese do poder público e privado. Os grandes latifundiários no Brasil Colônia recebiam da metrópole portuguesa a legitimidade para governar o país. Essa afirmação é a raiz cultural do posicionamento oligárquico onde, atrelado a isso, concentravam na figura masculina o poder sobre a região, sobre a entidade familiar, seus membros e organizações. Essa foi uma dinâmica, como afirma Silva (2004, p. 14), que possibilitava que o senhor rural “[...] confundisse seus interesses particulares/privados com os interesses da municipalidade, uma vez que a ele eram atribuídos os encaminhamentos, os investimentos e a defesa da região”.

Nesse sentido, cultura e valores estão profundamente atrelados à dimensão material e aos aspectos políticos da formação e do modo como se estabeleceu a colônia. De acordo com Silva (2004) toda essa estrutura socioeconômica e cultural presente no Brasil no século XVI

possibilitou a constituição, no século XVII, de um grupo familiar patriarcal ancorado no latifúndio e na escravidão. Essa organização econômica estava atrelada com um teor valorativo e se caracterizava num processo:

[...] cujo chefe de família é proprietário de uma grande quantidade de terras e de pessoas. A política local, portanto, sustentou-se basicamente na liderança exercida por grandes grupos familiares que viabilizavam seu poder através de seu representante maior, o pai, e impunham seu poderio econômico a partir do latifúndio e do trabalho escravo. (SILVA, 2004, p. 14).

Esse é um fenômeno emblemático e de forte influência no processo de formação, mas que não se procede como uma característica mecânica para explicar todo o conteúdo cultural. Os arranjos patriarcais foram protagonistas fazendo a síntese do poder econômico, político, social e familiar do período, trazendo determinantes que ainda se fazem presentes na contemporaneidade brasileira em formas de opressão, exploração e desigualdade de classe, gênero/sexo, raça/etnia e orientação sexual, onde:

[...] todo o poderio sócio, cultural e econômico dos senhores rurais, e a base patriarcal fundamentada no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo, se insere e compõe a conjuntura mundial da época, marcada pela expansão e a acumulação de capitais que se sustentavam na colonização europeia de terras e sua expropriação. A história colonial brasileira faz parte da própria consolidação do modo de produção capitalista – o mercantilismo sustentado nas grandes navegações e na exploração das colônias -, surgido, solidificando-se e desenvolvendo-se a partir desse sistema (SILVA, 2004, p.14-15)

A espada militar e a cruz judaico-cristã foram os instrumentos para despedaçar valores, organizações e culturas que fugissem da formatação inerente ao modelo socialmente hegemônico centrado na família nuclear. A catequização dos indígenas e sua conversão compulsória ao catolicismo arranjou a face etnocida do genocídio colonizador. Aos negros africanos essa dilapidação violenta se explicitou na escravização, mas também na demonização de sua cultura, valores e crenças.

Para os brancos, a simbiose de patriarcalismo e coronelismo ratificava um poder privado que se manifestava na esfera pública. Costa (1989) nos conta que a família colonial hegemônica era caracterizada por uma relação não intimista, de isolamento da figura feminina e escasso desenvolvimento econômico e social, tinha sua residência de grandes dimensões, escura, úmida e sem ventilação, ausência de esgotos e água encanada, enfeitada com pequena quantidade de móveis e outros utensílios domésticos, os quais não se faziam necessários, pois o lugar de estar de uma casa grande era a varanda, construída na parte de trás da casa para

proporcionar melhores condições de isolamento.

O casamento de razão ou interesse; a inexistência de sentimento de amor entre os cônjuges; a inferioridade da raça ou espécie que lhe foi tributada, a dependência econômica para com o homem (pai, irmão, tio, tutor) e a rígida divisão do trabalho social compunham a moldura do confinamento da mulher. A permanência da mulher no interior da casa devia-se, antes de mais nada, à sua função econômica. Ela era o capitão-do-mato, o gerente e o caixeiro do marido. (COSTA, 1989, p. 102).

A constância de hábitos rudimentares foi necessária à manutenção da ideologia que regulava a moral da classe dominante europeia. A relação de compadrio trazia seus subordinados a participarem do status do patriarcado, colocando-os supostamente como seus iguais. A simplicidade cotidiana encobria a exploração econômica e os preconceitos que separavam os senhores de seus agregados e subordinados imediatos. Aos escravizados a estrutura desumanizadora tratava de explicitar a cisão.

No entanto, essa simplicidade niveladora só era mantida no universo da residência, pois quando exposta ao mundo, a “família dominante” sabia ostentar os sinais de seu poder. Os senhores não apresentavam nenhuma preocupação com o pudor diante de seus serviçais, sendo este outro motivo determinante no desleixo quanto ao modo de estar, pois “as barreiras de sangue eram tão fortes que nenhum tipo de proximidade, nenhuma conduta fazia com que os primeiros [senhores] corressem o risco de terem o prestígio ou posição social postos em risco pelos segundos [escravos]” (COSTA, 1989, p 93).

O rígido quadro colonial e imperial que busca a conservação da estrutura política vigente, com o protagonismo do ambiente rural tradicionalista, tem paulatina alteração em meados do século XIX, quando a modernização e a ideologia higienista começam a influenciar no cotidiano social sustentando novas regras para o casamento.

A chegada dos anos republicanos do século XX superam o conteúdo centrado no patriarcado rural sem perder a construção do moralismo e de ataque às construções sociais fora do escopo das classes dominantes. Há um fio condutor na essência do modelo familiar arcaico para a construção familiar moderna, urbana, mas também centrada na organização produtiva, do trabalho assalariado, da obediência ao Estado, da reprodução dos valores hegemônicos.

A política de embranquecimento, de apagamento da cultura dos “sobrantes”, da coerção diante da questão social solidifica uma ideia de família desajustadas para a imposição dos valores do heteropatriarcado em sua versão mais imediata para políticas do Estado. Os costumes e crenças de outrora vão sincretizando com as estruturas modernas, se embrenhando

da ideologia burguesa numa versão dependente, temperando as políticas para os trabalhadores com suas raízes racistas e heterocispatriarcais, conduzindo um discurso rebuscado para promoção de novas roupagens das desigualdades.

Todo esse emaranhado de reflexões sobre os elementos que foram evidenciando a formação da concepção de família tornam incontestável a constituição de um modelo calcado no racismo e no heterocispatriarcado, modelo complexificado e requalificado e que vem atravessando as particularidades de cada lugar e conjuntura, servindo de base para perpetuação de papéis sociais e anacronismos que tem funções sociais nada ingênuas na ratificação de diversas opressões.

Esse entendimento precisa dar vazão às características da família moderna voltada para os indivíduos, seu aspecto relacional, sua marcha entre o público e o privado e as distintas significações de casamento, de amor, dos papéis de pais, mães e filhos e o evidente nó entre a permanência do passado e a possibilidade do novo surgindo nos grupos familiares.

Nessa mesma direção, elementos históricos do plano da cultura se encaixam de modo proeminente, como o estabelecimento religioso oficial da Igreja Católica na colônia portuguesa e no posterior Império, num momento de dissidência e do fortalecimento de correntes protestantes ganhando fôlego no velho continente.

Essa afirmação parte da constatação de que a burguesia brasileira tem suas raízes profundamente imbricadas junto ao poder oligárquico, o que derruba a tese de que o início da modernização no Brasil demarca o fim do domínio arcaico. Essas relações e disputas são elementos fundamentais para apresar os limites e as direções das interpretações teóricas sobre a formação cultural do país e da manutenção de valores conservadores e mais agudos dos processos de discriminação.

Já nos anos de república, sobre a marginalização dos negros e negras dentro do processo modernizador desse “novo” Brasil, Moura retrata que:

Se analisarmos mais detidamente não apenas esta passagem do poder decisório sobre a aquisição da terra, mas o seu significado sociológico mais importante ao propiciar possibilidades de contratos àquelas camadas que poderiam adquiri-la através da compra - populações livres -, poderemos concluir que à medida que se afastou o poder público do dever social de doar aos ex-escravos (quando saíssem do cativeiro) parcelas de terras às quais tinham o direito “por serviços prestados” e nas quais pudessem integrar-se, como proprietários, na conclusão do processo abolicionista, criaram-se as premissas da sua marginalização social. (MOURA, 2014, p. 109-110).

O ideário imaturo da ideologia burguesa influenciada pelo iluminismo, chega à sua

parcela brasileira sob aspecto fragmentado e até caricatural. Os conchavos entre conservadores e liberais no Império é fato emblemático de como diferentes setores da elite moldaram o formato de disputa, consensos e negociações para a manutenção do poder e para amortecimento das lutas populares.

Martins (1994) faz uma provocação com o que denomina de “sociologia da história lenta”, sendo aquilo que permite entender o papel dessa formação supostamente atrasada, com expressões aparentemente feudais internalizadas à ascensão do liberalismo ocidental, arquitetando com um modo de produção escravocrata no seio de uma hegemonia cultural europeia que construía ideias de liberdade.

Seja na proclamação da república, em seus primeiros anos com a fase militar, na subsequente aliança “café com leite” de manutenção da hegemonia sudestina ou ainda pós “revolução” de 1930 e o estabelecimento protofascista do Estado Novo de Getúlio Vargas, o estabelecimento gradual de uma burguesia atrelada aos mecanismos internacionais, a formação política, econômica e cultural do país ofusca e esmaga a luta dos povos indígenas, a resistência dos negros escravizados até o século XIX e durante o século posterior, a pressão do novo operariado nas primeiras décadas do século XX, a luta das mulheres e a manutenção de um caráter opressor nos âmbitos privado e público e as dezenas de revoltas e organizações populares duramente reprimidas ou sorrateiramente cooptadas na organização da política formal, sob a face do Estado na manutenção do *status quo*.

O processo de constituição burguesa no Brasil se revela particular, pois não lança mão de modo rigoroso de ideários idênticos ao que foi estabelecido na Europa em sua fase revolucionária. A estruturação da burguesia brasileira finca suas bases exatamente num elo de dependência econômica com essa burguesia internacional já madura e consolidada e se ratifica politicamente, não a partir das transformações equivalentes e radicais no advento da modernidade, mas com o que Fernandes (2008) denomina de “revolução pelo alto”.

Essa característica é o que estabelece o processo de modernização conservadora, as táticas de alianças para arrefecer as pautas populares, refletindo no anacronismo nas transformações sociopolíticas do país, não como uma defasagem gestacional, ao contrário, como tática elementar e funcional à acumulação do capital internacional. Por isso, para se analisar os dilemas no plano da cultura e dos valores é preciso apreender essas relações que ligam o arcaico ao moderno.

Esses são fundamentos importantes para desvendar que a situação brasileira não se trata de um mero caráter atrasado no âmbito dos direitos civis e políticos no arco da emancipação política burguesa. Tais determinações constataam que, além de terem sido

desnecessárias reformas de base para o estabelecimento do capital no país, a manutenção e metamorfose das opressões foram e são fundacionais e funcionais para a ampliação e apropriação econômica e política das elites do país. Em síntese:

A revolução brasileira no País nasce marcada com o selo do mundo rural, sendo a classe dos proprietários de terra um de seus protagonistas. Foi a agricultura que viabilizou historicamente a acumulação de capital de âmbito do comércio e das indústrias. Aos fazendeiros, juntaram-se os imigrantes que vinham cobrir as necessidades de suprimentos de mão-de-obra no campo e na cidade. Uma vez desfeitas as ilusões do enriquecimento rápido e do sonho de retorno às regiões de origem, os imigrantes deslocam-se do meio rural, mas levam consigo concepções rurais de organização da vida. Assim, as origens e o desenvolvimento da revolução burguesa explicam a persistência e tenacidade de um horizonte que colide com as formas de concepção do mundo e organização de vida inerente à uma sociedade capitalista, verificando-se uma combinação entre a ordem tradicionalista e as concepções de cunho liberal que sustentam, no nível ideológico, o ordenamento competitivo da economia. A burguesia brasileira aceita o princípio da livre concorrência nas relações econômicas estratégicas, todavia, repele, na prática, a igualdade jurídico-política, tal como proclamada nas cartas constitucionais. Apega-se às formas tradicionais de mandonismo, recurso para preservar suas posições na estrutura de poder no nível nacional. Estabelece-se, pois, uma estranha articulação entre o forte conservadorismo no plano político – do qual o mandonismo oligárquico é expressão – e a incorporação do ideário liberal e sua defesa no campo de seus interesses econômicos. (IAMAMOTO, 2011, p. 136).

As cisões historicamente determinadas que se evidenciaram na simbiose do latifúndio escravocrata patriarcal do Brasil Colônia se misturam ao processo de metamorfose sem rupturas essenciais de uma elite tradicional com as parcelas urbanas em ascensão que almejam aceleração do crescimento urbano, da indústria e da sua participação política. Para Ianni:

Há processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. Dentre esses processos, alguns podem ser lembrados agora. O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, na cidade e no campo, provoca os mais diversos movimentos de trabalhadores, compreendendo indivíduos, famílias, grupos e amplos contingentes. As migrações internas atravessam os campos e as cidades, as regiões e as nações. Movimentam trabalhadores em busca de terra, trabalho, condições de vida, garantias, direitos. A industrialização e a urbanização expandem-se de modo contínuo, por fluxos e refluxos, ou surtos. Assim como ocorre a metropolização dos maiores centros urbano-industriais, também ocorre a abertura e reabertura das fronteiras. Os surtos de atividades agrícolas, pecuárias, extrativas, mineradoras e industriais, ao longo das várias repúblicas, assinalam os mais diversos movimentos de populações e negócios, de fatores econômicos ou forças produtivas. As crescentes diversidades sociais estão acompanhadas de crescentes desigualdades sociais. Criam-se e recriam-se as condições de mobilidade social horizontal e vertical, simultaneamente às desigualdades e aos antagonismos. (IANNI, 1989, p. 192).

Assim, Ianni visa superar um caráter abstrato da questão social, analisando para além da universalização abrupta das características burgo-eurocêntricas de desenvolvimento das

forças produtivas, mas explicitando a latência originária das características coloniais que vão alicerçar o entesouramento dessas mesmas metrópoles. Esse processo será responsável pela disparidade, tanto temporal do trabalho assalariado no Brasil, como da formação de outros determinantes na seara de um país forjado na escravização e no genocídio e que tratará a questão social com assistencialismo, moralismo, violência e autoritarismo.

Ianni (1996) busca aprofundar as mediações fundamentais para a compreensão da questão social no Brasil e destaca esses elementos a partir de características já presentes na formação social brasileira. Sem perder a centralidade dialética, o autor desenvolve uma reflexão sobre como as particularidades da formação estão atreladas ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e, por outro lado, como essas mesmas particularidades desenvolvem características peculiares, tanto na classe trabalhadora, como da revolução burguesa brasileira.

Essas condições estão presentes nos principais episódios e processos históricos do país, marcando a colonização, a fase do Império, a República Velha, o estabelecimento do Estado Novo, a rápida volta da democracia em suas fases desenvolvimentistas, os levantes populares por reformas de base no início dos anos 1960, o duro golpe empresarial-militar e as duas décadas de ditadura a partir de 1964, a luta e ratificação da redemocratização do país nos anos 1980 e o estabelecimento do neoliberalismo em nossa estrutura estatal nos 1990, passando pela faceta social-liberal dos anos 2000 e 2010 até o golpe parlamentar-jurídico e midiático para a retomada do neoliberalismo radical em 2016/2018.

As contradições desse país “ornitorrinco” - alusão do sociólogo Francisco de Oliveira (2003) - comparando as particularidades do trato político, econômico e cultural do Brasil com um animal estranho que é uma mistura de muitas dimensões - reflete a formação e seu estabelecimento da nação na miscelânea entre o velho e o novo, com amortecimento das lutas populares, invisibilidade dos sujeitos e naturalização de opressões, constituindo um processo com mais conciliações que rupturas, como Ianni provocou “talvez se possa dizer que esse desencontro entre a sociedade e a economia seja um dos segredos da prosperidade dos negócios. As expansões do capital beneficiam-se das condições adversas sob as quais os trabalhadores são obrigados a produzir, no campo e na cidade” (IANNI, 1989, p. 201).

A modernização conservadora brasileira como um projeto de “unidade de contrários” sufoca as identidades diversas do ser social para aquém de sua condição de explorado e oprimido. No Brasil, a eugenia, a “higiene social”³⁷, o moralismo judaico-cristão e o

37“Construída epistemologicamente sobre o terreno das ciências naturais, apoiando suas bases nos estudos de Darwin (mais precisamente, nos desdobramentos do darwinismo social), nas descobertas da Biologia e aqui estamos nos referindo mais precisamente às revolucionárias contribuições de Greogor Mendel e sua nova

autoritarismo caminharam por décadas buscando a “europeização”, num processo à brasileira, sem realização de reformas estruturais do liberalismo romântico, mas adequando a manutenção das raízes coloniais para a economia de mercado, mantendo o patrimonialismo, o racismo e o machismo sempre no centro das possibilidades de manutenção e ampliação da exploração.

O *ethos* do povo trabalhador, do povo preto, das mulheres, da população LGBTQIA+ e da classe trabalhadora foi patologizado, moralizado, criminalizado, existindo um processo de higienização discriminatória por décadas, que se traduziu nas periferias, nos manicômios, nas penitenciárias e na vida cotidiana.

2.3.2. Brasil, o velho dentro do novo, o universal no particular e a unidade da desigualdade

Ah! Caicó arcaico

Em meu peito catolaico

Tudo é descrença e fé

Ah! Caicó arcaico

Meu cashcouer mallarmaico

Tudo rejeita e quer

(A Prosa Impúrpura do Caicó - Chico César)

As reflexões mais precisas sobre a questão social fundamentam os elementos da relação capital-trabalho sem cair numa perspectiva abstrata de suas expressões. A percepção das contradições sistêmicas e os diferentes estágios e facetas da organização do capital são elementos basilares para o desvendamento de sua essência, sem mergulhar em visões incongruentes que, por vezes, distorcem a conjuntura atual, ora naturalizando ou fragmentando as desigualdades, ora assumindo um caráter reformista ou, ainda, estruturalista e esquemático.

Em “Cinco Notas a Propósito da ‘Questão Social’”, Netto (2001) ratifica a gênese dessa expressão no meio do processo de maturação da sociedade capitalista no século XIX, com o processo de consolidação da hegemonia burguesa, do acirramento da luta de classes e

concepção de hereditariedade e, principalmente, na Biometria de Francis Galton, a Eugenia tinha como meta a melhoria e a regeneração racial ou a ‘higiene da semente germinal’. Tal objetivo justificava-se pela crescente degradação dos povos em geral, do qual o Brasil não estava isento. Assim, para Kehl (1935), a pretensão da Eugenia era ‘regenerar os indivíduos para melhorar a sociedade’. Sob esta ótica, o controle sobre a constituição biológica através do controle de sua reprodução é a marca registrada das propostas eugenistas. [...] Embora alicerçados em circunstâncias históricas e proposições teóricas, de certa forma, os movimentos eugenistas e higienistas aproximam-se através de suas preocupações e determinações de tornar o Brasil uma grande nação”. (BOARINI; YAMAMOTO, 2007, p.68).

do inevitável aumento das contradições e desigualdade sociais.

A análise de conjunto que Marx oferece n'O Capital revela, luminosamente, que a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho - a exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da “questão social”; na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc. Sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda a luta contra as suas manifestações sociopolíticas e humanas (precisamente o que se designa por “questão social”) está condenada a enfrentar sintomas, consequências e efeitos. (NETTO, 2001, p. 45-46).

Essa constatação não se completa se não percebemos a totalidade da ascensão capitalista e suas particularidades diante da estruturação originária de seus moldes, dando conta das mediações que se articularam com a dimensão das classes sociais, mas que se produziram e se reproduziram como as opressões compondo sua substância.

Como já apontamos em Federici (2017), a “acumulação primitiva” que alicerça a possibilidade de consolidação do Estado moderno, da estruturação da futura hegemonia burguesa e desenvolvimento das forças produtivas no processo industrial, se arregimenta na opressão das mulheres, na violência contra camponeses, no entesouramento a partir do processo violento nas colônias de exploração, na escravização dos povos africanos, no genocídio e etnocídio de outros povos como os indígenas e comunidades da América pré-colombiana.

Esse processo determina as particularidades históricas do capitalismo em cada território, além de fortalecer a tessitura de uma estrutura heterocispatriarcal e racista dentro do modo de produção calcado no trabalho livre. Por fim, perpetua uma dinâmica de luta de classes muito mais complexa nos países forjados na estrutura colonial.

Fontes (2010) também aponta para a universalização histórica das características “primitivas do capital”, desvelando o caráter violento do imperialismo maduro. Observando o desenrolar do capitalismo desde o século XIX e as movimentações dos países centrais, aquilo que Marx sublinhou como a etapa anterior necessária para a afirmação e amadurecimento da sociabilidade do capital é, na verdade, a condição permanente do capitalismo dependente. Recuperando leituras do imperialismo em Lenin (2008, 2010) e da dependência em Rui Mauro Marini (2000, 2005), Fontes retrata a unidade do capital-imperialismo em seu processo econômico, de dominação política e de desumanização cotidiana.

Como percebemos, o modelo colonial promovido no Brasil faz parte de um processo mais amplo de estruturação da acumulação originária do capital internacional que particulariza um movimento fundacional de subsunção ao imperialismo desde seus

primórdios. Essa característica vai sendo constituída de diferentes elementos que permitem um processo de desenvolvimento dependente, com formas rebaixadas aos interesses europeus que, entre tantas questões, fortalece uma estrutura de rebaixamento do valor da força de trabalho quando se hegemoniza uma estrutura de trabalho assalariado nos anos da República.

Portanto, entendemos que a ampliação da definição trazida por Yamamoto (2001; 2011) sobre a questão social é fundamental para assimilar as suas expressões mais diversas como a estruturação capitalista na reprodução do racismo e do machismo tão presente no capitalismo brasileiro, assim como na percepção da moralização e do moralismo com relação às desigualdades. Yamamoto define *questão social* com todas as características oriundas ou reforçadas a partir da relação capital-trabalho e dos antagonismos de classes, mas fermentada em novos processos ainda mais complexos e desafiadores, ou seja, seria o conjunto das:

[...] desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. [...] Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos de cada um e de todos os indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2011, p. 160).

É fundamental determinar a superação do olhar raso que, porventura, desconsidere as mudanças conjunturais ou especificidades, colocando suas diversas manifestações como problemas sociais isolados ou ainda partindo para o polo oposto, com uma visão genérica apresentando a questão social “[...] esvaziada de suas particularidades históricas, perdendo o movimento e a riqueza da vida, ao se desconsiderar em suas expressões específicas que desafiam a “pesquisa concreta de situações concretas (como a violência, o trabalho infantil, a violação dos direitos humanos, os massacres indígenas etc.)” (IAMAMOTO, 2011, p. 164).

Isso denota que o sistema capitalista em sua raiz contraditória, ampliada nas transformações com o advento do estado neoliberal, com o ataque aos direitos sociais, o crescente apelo pelo trabalho informal, o crescimento tecnológico sob uma ótica mercadológica e o protagonismo do mercado financeiro estrangulando o setor produtivo, determina condições sociais para o agravamento de diversas expressões desse conjunto de elementos que acirram as desigualdades sistêmicas.

Entre diferentes formas de existir no tramitar histórico dos anos de Colônia, de Império e de modernização conservadora republicana, há um nó do tradicional metamorfoseado que referenda o trabalho não remunerado, a violência nos espaços produtivos e uma cultura de desumanização das pessoas que foi construída e reproduzida na

instrumentalização forçada via escravidão da população negra, no acobertamento da importância das atividades realizadas pelas mulheres no processo de reprodução social e no rebaixamento do valor da força de trabalho do povo nordestino.

A amplitude trazida pelos autores referendando as dimensões particulares e os impactos subjetivos das expressões da *questão social* tem cada vez mais avançado para além de frases genéricas, buscando a percepção real dos fenômenos e suas raízes sócio-históricas. Em “Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil”, Souza e Teles (2021) destacam o acúmulo do debate que ganha profundidade quando consideramos as categorias “terra, trabalho, Estado, luta de classes, racismo estrutural e sexismo”. Segundo as autoras, o avanço das análises da particularidade da exploração-opressão precisa considerar distintas formas, ritmos, temporalidades e espaços, esmiuçando as questões particulares e sua conexão com o universal.

Compreendemos que buscar as conexões histórico-estruturais das manifestações cotidianas das expressões da questão social é o que possibilita uma compreensão das mesmas para além da aparência e da fragmentação com que se apresentam no seu movimento concreto imediato. As elaborações clássicas sobre a questão social (NETTO, 2001; 2012; IAMAMOTO, 2001; YAZBEK, 2001, dentre outras) dão conta de explicitar a essência desse fenômeno numa dimensão mais generalista. Todavia, a apropriação da dinâmica particular dos seus elementos constitutivos requer entender o movimento das contradições sociais, a partir de cada território circunscrito nesse processo violento, destrutivo e brutal, que é a acumulação de capital. (SOUZA; TELES, 2021, p. 48).

Nessa perspectiva, vemos como essas características vêm desvendando questões de diferentes planos da sociedade, ao passo que valores e costumes mudam numa relação direta com a realidade objetiva, buscando dar sentido a ela, mas também possibilitando modificá-la. O impacto entre um modelo tradicional, as mudanças consolidadas e a busca por novos avanços é algo que persiste e que necessita de um largo entendimento de como se consolidou essa categoria e sua relação intrínseca com a formação sócio-histórica do país.

Absorvendo esse quadro de composições analíticas sobre as opressões e sobre a formação sócio-histórica do país, Ferreira e Fagundes (2021), em “Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça”, realizam uma síntese rigorosa dessa complexidade, ao tratar da expropriação como a retirada dos meios de vida, corpos e saberes para a constituição do capital, analisando o valor histórico e moral da força de trabalho e sua composição de gênero e raça. Os autores trabalham o racismo estrutural e o moderno heteropatriarcado como estruturantes de uma divisão sexual e racial do trabalho, constituindo elemento estratégico de revestimento do trabalho expropriado, precarização e de rebaixamento do preço do trabalho

para abaixo do valor da força de trabalho em escala global. Assim:

Constituem relações de expropriação e alienação que participam da determinação histórica e moral do valor da força de trabalho, estruturando o caráter racista e heteropatriarcal do próprio modo de produção capitalista, portanto, suas relações de reprodução e acumulação, sem eliminar a distinção entre trabalho produtivo (aquele que produz mais valor diretamente) e improdutivo (aquele que não produz mais valor diretamente), mas articulando-os dialeticamente. (FERREIRA; FAGUNDES, 2021, p. 69).

Compondo as transformações, reinvenções e incorporações no interior da formação social do Brasil, a questão social assume contornos diferenciados³⁸. Não por acaso o caráter moralista e familista das diversas políticas sociais se perpetuou ao longo da história. As expressões da questão social no Brasil foram historicamente tratadas não somente de forma fragmentada, mas com um forte cunho de disciplinamento da classe trabalhadora e discriminação das parcelas oprimidas.

Nesse contexto, a família se reproduz como uma instituição social orbitando as dimensões da conjugalidade, da parentalidade, da divisão sociossexual do trabalho, cerne elementar que vai de encontro com diversas lutas de superação de desigualdades e modelos que permitem ofuscar outras formas de relações e acabam por se estabelecer como um elemento padrão que orbitou a forma como se tratou a questão social no Brasil.

Na contemporaneidade, de um lado temos os movimentos sociais por décadas buscando a garantia de direitos de grupos historicamente vilipendiados; do outro lado, permanece sob formas mais sofisticadas, uma reação conservadora calcada nos planos coletivos e individuais em busca da cristalização das cisões existentes. O reacionarismo busca não somente propagar o moralismo como razão em si, mas também encobrir a essência da relação capital-trabalho em tempos de crise do capital e da necessidade do estado neoliberal.

Elencar a família nesse debate sobre a formação sócio-histórica do Brasil é fundamental, posto que esta categoria foi um aspecto importante na construção do poder político e econômico do país, bem como, pela maneira que se constituiu e se institucionalizou elemento justificador de discriminações, opressões e preconceitos e tudo aquilo que tornou

³⁸Com todas essas questões dispostas, acrescentamos destaque às dimensões da formação regional do país como componente desse "preço relativo". Refletir sobre a processualidade da precarização da classe trabalhadora nordestina é um elemento central para o desvendamento da luta de classes no Brasil, além de suas expressões de discriminação e preconceito. No ensaio "Nordestino, o povo que virou suco: ensaio sobre o nordeste e o preconceito regional como expressão do ódio de classe no Brasil" (PINHEIRO, 2021 *Online*) tratamos do tema: "O ódio ao povo nordestino e a sua forma de existir no mundo é, na verdade, o ódio ao trabalhador, sua própria desumanização, a expressão da alienação promovida de cima para baixo pela cultura burguesa, pelas raízes aristocráticas do Brasil e também promovida entre os de baixo, no não reconhecimento da diversidade e na tentativa de sobreposição ideológica frente às questões estruturais".

possível compreender às expressões da questão social a partir de um caráter moralista.

Os fundamentos clássicos do modo de produção capitalista se revitalizam e se complexificam a partir do desenvolvimento da sociabilidade mundializada sob centralidade econômica da produção e circulação de mercadorias, metamorfoseando a dinâmica geopolítica, a partir do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Isso ocorre também influenciando as questões nacionais e internacionais que envolvem os impactos econômicos, políticos, culturais de um novo estágio do capitalismo imperialista que se amplia sob moldes mais agressivos para garantir o aprofundamento da exploração do trabalho.

Conjuntura e estrutura, produção e reprodução social, objetividade e subjetividade, passado, presente e perspectiva de futuro fazem parte da processualidade histórica. Por isso, falar de questão social é tratar essencialmente da relação capital x trabalho, mas com todas as suas mediações e determinações. O “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” da década de vinte do século XXI dialoga com a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” de 1960, capitaneada por Plínio Correia de Oliveira. Ela também conversa com o integralismo de Plínio Salgado, entusiasta do viés totalitário com o lema “Deus, Pátria e Família”, nos anos 1930.

Os dados apresentados da atualidade dialogam com o racismo e o heterocispatriarcado moderno e suas formas de se realizar na sociedade de classes. Os valores e costumes dominantes constituídos ao longo da história no Brasil se apresentam como derivações que são influenciados pelo modelo heterocispatriarcal, naturalizando a heterossexualidade como única forma de orientação sexual socialmente aceita, a branquitude como modelo e a família nuclear como possibilidade exclusiva. Tais dimensões são determinantes para o entendimento da particularidade das realizações desiguais do capitalismo brasileiro.

A estrutura heterocispatriarcal, machista e racista que compõe a questão social no Brasil perpetua uma dimensão de classe muito mais complexa. É essa lógica que moraliza a questão social e marginaliza comportamentos contra hegemônicos, justificando o encarceramento e o extermínio de uma parcela da classe trabalhadora, objetificando corpos, naturalizando violências e mercantilizando tudo, tanto os sujeitos historicamente oprimidos, quanto suas resistências coletivas e individuais.

Isso pode ser observado nos elementos da conjuntura atual referente à luta pelos direitos de mulheres, homossexuais, lésbicas, transexuais, travestis e transgêneros, de negras e negros, dos povos indígenas e tantos outros setores da sociedade, assim como na abordagem de temas correlatos que ainda se estabelecem como polêmicas, num arco de ações que orbitam

as disputas, sob o crivo do conservadorismo, do tradicionalismo, do patriarcalismo, como partes de um construto ideológico que se manifesta aprofundando os processos da unidade exploração-opressão. Esse conjunto contraditório frente à resistência dos explorados e oprimidos no Brasil está sintetizada nas ações do Estado, via políticas sociais, com natureza costumeiramente residual, fragilizada e moralista.

Famosos versos de um poeta nordestino da atualidade nos lembram de que “quem esquece de onde veio não sabe pra onde vai”³⁹. Não esquecer é mais do que lembrar. Não esquecer é rememorar a história, enfrentá-la criticamente percebendo sua vivacidade. O desvendamento do presente e a perspectiva de futuro perpassam pelo reconhecimento dos caminhos percorridos por nossa sociedade. Se é autêntico que o poema do artista do vale jaguaribano cearense nos fala de orgulho e da resiliência do povo diante das dificuldades, é também verdade que essa vivência foi e é marcada pelas desigualdades estruturais que trabalhamos teoricamente.

Na sociedade de classes, onde a questão social foi convencionada pela relação “capital x trabalho”, o heterocispatriarcado e o racismo fazem parte do passado e do presente. O rio de sangue do curso da história brasileira tem nas margens da exploração-opressão o contorno que direciona seu sentido. As relações sociais de alienação reproduzidas no Brasil e no mundo e seus dimensionamentos econômicos, culturais e políticos compõem as expressões da questão social.

Mas a história não é formada somente por águas passadas e nem é uma correnteza desgovernada que nos afoga sem chance de resistência. Como práxis humana, a história é uma construção permanente, socialmente desenvolvida sobre bases materiais, sintetizando o conjunto de contradições coletivas e produzindo novos fenômenos que são, ao mesmo tempo, fruto das “velhas determinações” e algo objetivamente novo, ou seja, a continuidade na descontinuidade.

Por isso, antes de continuar a navegar pelas determinações do presente é preciso buscar o seu chão, mergulhar em sua essência, desnaturalizar a sua nascente e as suas margens para, por fim, entender a direção atualmente desumanizada. Para voltarmos ao debate histórico das questões de classe, raça-etnia e gênero/sexo e sexualidade, as dimensões de expropriação, a permanência e a universalização das condições da “assim chamada acumulação primitiva do capital” e as determinações do racismo e do heterocispatriarcado, é preciso buscar a ontologia do ser social.

39Trecho de poema de Bráulio Bessa no livro “Poesia com Rapadura” (2017).

III. DESCONFIANDO DO MAIS TRIVIAL: ONTOLOGIA DO SER SOCIAL E A DESNATURALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO-OPRESSÃO

*Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa
natural,
pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada,
de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.
(Bertolt Brecht)*

Apontamos até esse momento três postulados fundamentais para nossa análise: 1. A unidade exploração-opressão não é um conceito abstrato, mas um complexo categórico real, suas manifestações se materializam cotidianamente e podem ser visualizadas em dimensões quantitativas e qualitativas; 2. O debate teórico marxista desvenda suas determinações e, nesse arcabouço, muitas análises buscaram sintetizar distintas formas de desigualdades, ora enfatizando um elemento mais que outro, mas se aproximando de sua essência quanto mais se estruturou buscando uma síntese unitária; 3. O aprofundamento da processualidade histórica e das diferentes particularidades da sociabilidade capitalista demonstra os elementos da unidade exploração-opressão, permitindo sua análise na base da realidade socialmente realizada para além de questões genéricas.

Todos os/as autores/as aqui retratados nos ajudam a desvelar as questões da unidade exploração-opressão. Destarte, diante de um arco gigante de reflexões, fica evidente que alguns intelectuais e militantes destacam determinações decisivas para nosso estudo ao buscarem o debate da alienação e por desenvolverem formulações que buscam dar conta de questões particulares numa perspectiva de totalidade.

Kollontai (1982, 2000), com seu debate sobre as dimensões afetivo-sexuais e a questão da família burguesa realiza reflexões daquilo que Lukács (2018) vai recuperar como apontamentos sobre alienação sexual; Fanon (2008, 2010) com o debate de alienação colonial avança de uma forma preciosa sobre os fundamentos do racismo na lógica imperialista do capital; Cisne e Santos (2018) são autoras que nos trazem elementos importantes sobre o heteropatriarcado, a formação da consciência e a questão da diversidade humana; Cinzia Arruzza (2010, 2015) adensa os fundamentos da reprodução social numa formulação mais complexa; Fontes (2010) desvenda a permanência das determinações da expropriação capitalista na atual quadra histórica e seu aspecto constitutivo da ordem sócio metabólica do capital; Clóvis Moura (1994, 1994b) com sua contribuição acerca do racismo e da escravidão

na formação sócio-histórica do Brasil.

Até aqui, observamos a unidade exploração-opressão em suas formas concretas, no cotidiano dos sujeitos, em seus valores, relações e condições de vida. Demonstramos a atualidade dessa questão como um elemento central da realidade contemporânea e nos debates teóricos do campo crítico. Recuperamos dados estatísticos de expressão das mediações sobre a condição de vida (e de morte) de parcelas oprimidas e exploradas, questões decisivas das estruturadas que proporcionam as desigualdades e se alimentam delas. Analisamos, por fim, que estes dados, embora incisivos, são apenas a parte aparente do debate da unidade exploração-opressão.

Dessa forma, discutimos os processos de materialização da unidade exploração-opressão pelas desigualdades promovidas pelo capital e como as questões de classe se processam em suas diferenças marcadas pelas questões de raça/etnia e gênero/sexo (e sexualidade). Estes se constituem como elementos centrais para estruturar as dimensões de alienação racista e heterocispatriarcal, sufocando o potencial da diversidade humana, sob o projeto desumanizador de coisificação, apropriação, hierarquização e dominação presentes na alienação.

Buscamos reflexões teóricas que reconhecem as particularidades da classe trabalhadora e a reprodução interna de lógicas desumanizadoras. Assim, pensamos a complexidade da alienação, questionando a construção histórica desse processo e aprofundando as percepções de como uma lógica material determina desigualdades que extrapolam a dimensão econômica e complexifica a relação capital-trabalho. Com essa base recuperamos aspectos *sui generis* dessas desigualdades, particulares da questão social e a formação sócio-histórica do Brasil.

A unidade exploração-opressão descrita e esmiuçada em questões do nó, da imbricação, da apreensão interseccional-marxista, da consubstancialidade e coextensividade, da alienação colonial e da teoria da reprodução social ganham um nível de maior complexidade quando baseadas por uma lente da ontologia do ser social. Por essa concepção, as reflexões sobre tais proposições podem chegar ao definitivo debate da unidade, superando a ideia de relação ou outras qualificações colocadas.

Assim, o quadro constituído nesse conjunto de análises expressa a eclosão teórica que sedimenta um passo para a leitura complexa do caráter da unidade exploração-opressão no capitalismo. Nessa direção, buscamos as mediações dos pressupostos que avançam nas particularidades de classe-raça/etnia-gênero/sexo; das transformações complexas das raízes coloniais e do imperialismo; da importância crítica da categoria patriarcado; do avanço da

barbárie nos setores da classe trabalhadora nos países centrais do capitalismo em sua crise estrutural; dos processos de reprodução de relações desumanizadas na particularidade dos setores das mesmas classes sociais.

Observamos que a superação desses processos desumanizadores exige a destruição da base estrutural que permite sua existência, sua manutenção e sua complexificação. Nessa direção, exige que se construam processos de organização, desenvolvimento e promoção de resistência da classe explorada em sua diversidade, realizando atividades e relações com sentido emancipatório, isto é, com direção para um projeto de sociedade radicalmente distinto de todas as formas humanas centradas na propriedade privada e em seus valores.

Em suma, para continuar avançando estrategicamente e taticamente no processo coletivo de transformação da realidade, é preciso desvendar suas determinações e, em se tratando das opressões, é imprescindível que os acúmulos do feminismo e do antirracismo marxistas e sua construção anticolonial, anti-imperialista e incontornavelmente classista, estejam embasados pela ontologia do ser social e adensados em suas conclusões que elucidam a complexidade histórica do gênero humano, suas transformações, suas potencialidades e suas possibilidades.

A essência da unidade exploração-opressão perpassa por evidenciar sua base material, fundada nos processos de alienação socialmente construídos, pressupondo sempre, seja por manifestações mais diretas, seja por expressões constituídas com mais mediações e complexidades, relações do campo da produção e da reprodução social que consolidam dominação, apropriação e desigualdade pela dimensão da desumanização, coisificação e estranhamento da potencialidade da diversidade humana como uma dimensão ontológica do ser social.

Para isso precisamos imergir teoricamente na complexa relação entre os planos da universalidade-particularidade-singularidade, a partir da teoria marxiana e lukacsiana. Desenvolvemos uma tessitura sobre a categoria alienação e seus dimensionamentos no campo da produção e reprodução social. A partir daí, buscamos as mediações e complexos que determinam a essência da exploração, o surgimento, a manutenção e a reprodução das mais diversas opressões, por fim, investigando as determinações ontológicas do eixo estruturante da tríade classe-gênero/sexo-raça/etnia.

A volta ao debate ontológico não é gratuita, pois as opressões que surgem muito antes do capitalismo, a partir do advento da propriedade privada, expressam sua funcionalidade à acumulação do capital, complexificando os processos de desumanização e atingindo particularmente as mulheres, os povos não-europeus, sobretudo, os africanos e aqueles

originários do continente americano. A construção de uma ideologia que produza valores de rebaixamento desses setores amplia, reforça e espraia uma construção cotidiana das relações que demarcam a manutenção patriarcal e racista do capitalismo.

Após essa jornada pelas expressões da unidade exploração-opressão e, também, por parte significativa das leituras críticas do campo marxista sobre essa questão, fica ainda mais explícito que a Esfinge capitalista devora a humanização do próprio ser social para coisificá-lo, não somente na produção de mercadorias, mas na constituição de subjetividades desumanizadas. A indagação sobre nossas potencialidades ontológicas grita aos ouvidos ensurdecidos pela naturalização centrada na apropriação das coisas e das pessoas.

Todos os dias a humanidade cria novas formas de desenvolver meios de abundância produtiva que não realizam igualdade substantiva e nem relações emancipatórias. Ao contrário, tem seu progresso articulado com a promoção da barbárie que está nos números estatísticos anteriormente expostos e, principalmente, na normalização de uma vida sem sentido.

O caudaloso rio da unidade exploração-opressão tem sua nascente na própria humanidade. Nadar contra as correntes hegemônicas da fragmentação e/ou do estruturalismo é uma tarefa incontornável. Por isso, a dimensão de totalidade é central para aprofundarmos a análise. Quando a busca pelo deciframento daquilo que nos devora permanece apenas em campos aparentes ou subsumidos às táticas de enfrentamento reativo de suas manifestações prosaicas, a tendência é que sejamos abocanhados enquanto fincamos nossa leitura em partes do complexo e não em sua integralidade.

É preciso, pois, demonstrar a radicalidade histórica do ser humano. Recuperando os princípios marxianos e o desenvolvimento de Lukács sobre a ontologia do ser social, evidenciamos a materialidade social das opressões, sua dimensão ontológica com a categoria trabalho, sua unidade complexa, repleta de mediações e transformações nos momentos históricos particulares.

Portanto, neste capítulo tratamos do trabalho como categoria fundante do ser social, do processo de constituição da individualidade e da formação da consciência e do desenvolvimento social da alienação como os princípios explicativos elementares da unidade exploração-opressão.

3.1. Desnaturalizando a humanidade desumanizada pela ontologia do ser social

“Os cientistas dizem que somos feitos de átomos,

mas um passarinho me contou que somos feitos de histórias.” (Eduardo Galeano - Os filhos dos dias)

Numa análise apressada, parece uma obviedade dizer que nada que existe na sociedade deve parecer natural, ou seja, que tudo que o ser humano constrói é social, portanto, radicalmente humano. No entanto, quando aprofundamos o debate dos argumentos conservadores sobre as opressões, essa redundância colide com as mais persistentes defesas de que existem desigualdades insuperáveis para a humanidade. Seja por uma defesa de determinações sobrenaturais, seja pela perpetuação de argumentos fisiológicos como reflexos da natureza, há sempre elucubrações que identificam um essencialismo naturalizador da alienação.

É verdade que há correntes teóricas que reconhecem as desigualdades sociais como dimensões historicamente construídas, outras tantas percebem suas manifestações contemporâneas, analisando articulações e atravessamentos entre distintas opressões. No entanto, tais constatações não necessariamente realizam um percurso ontológico que busca os processos originários dessas desigualdades e os motivos de suas superações, perpetuações e/ou complexificações.

É comum que nos debates referentes às opressões os argumentos se concentrem em questões da subjetividade, focando na cultura e reprodução dos valores. No entanto, para além da aparente liquidez promovida pela ideologia do projeto civilizatório burguês há questões concretas, firmadas na historicidade, com bases materiais e que se desenvolveram coletivamente, expressando contradições, limites e potencialidades.

Marx e Engels (2008) já asseguravam que no processo de constituição da sociedade burguesa, “tudo que é sólido se desmancha no ar”, por isso, o desvendamento ontológico da unidade exploração-opressão precisa que tal poeira seja reagrupada no chão da história. É por essa direção que buscamos um panorama das dimensões constitutivas da ontologia do ser social, para pensarmos a substância da dimensão de unidade que evidencia questões de suprassunção, contradição e continuidade na descontinuidade entre exploração e opressão. Sendo base fundamental para o entendimento crítico dos processos de formação de consciência e relações de estranhamento na formação da particularidade por uma análise onto-histórica.

Ao abordarmos as questões das opressões, estamos diretamente tratando das expressões construídas pela produção material e sua esfera ideológica, produzida particularmente em cada momento histórico, forjadas sob bases sociais alienadas. Esse

encadeamento faz parte do complexo da reprodução social.

Se no campo artístico, para Brecht, o poeta e dramaturgo alemão citado na epígrafe deste capítulo, a arte era instrumento direto, esteticamente visceral, centrado no cognitivo e buscando um sentido didático para vituperar o *status quo* e reverberar a revolução, e, para Lukács⁴⁰, a arte era entendida como práxis que expressa o movimento do real por mediações esteticamente sensíveis, onde o ponto de retorno é a particularidade, produzindo momentos de catarse pelas dimensões afetivas, ambos⁴¹, o poeta e o teórico, convergiam na convicção da possibilidade de que a teoria, como síntese ideal da dinâmica contraditória do real, pode retratar criticamente as determinações sociais da desumanização capitalista.

Questionar se há uma essência natural, onde instintos determinam sensações e sentimentos ao ponto de direcionar os seres sociais para relações de poder, desigualdade, hierarquia, apropriação e dominação é, em suma, enfrentar os elementos primários do fatalismo burguês. Da mesma forma, indagar uma suposta essência metafísica, que crava no espírito um conjunto de valores imutáveis e impossíveis de serem explicados, é desvendar o caráter irracionalista dessa forma social alienada.

Pensar os primórdios da humanidade, se há e qual é a essência dos valores humanos e de como nos comportamos em sociedade, não é um principismo abstrato da filosofia, mas sim, a atitude necessária de reflexão sobre o que determina nossas relações, quais princípios fundamentam aquilo que construímos e o que, a partir de pressupostos sociais, se coloca como elemento aparentemente imutável ou apenas parcialmente modificável no campo dos valores, das simbologias, dos significantes e significados.

Se tomamos como real o princípio de uma ontologia natural do ser humano, ou seja, se tivermos valores naturalmente essenciais, a ideia de que somos uma reprodução da lógica da

40 Segundo OLDRINI (2013, p. 17) Lukács "[...] aborda a questão da autonomia da estética segundo o princípio de que ela não pode ser resolvida cedendo aos pressupostos da estética idealista ("autonomia idealisticamente inflada da arte e da literatura") ou aos do sociologismo ("identificação vulgar e mecânica de literatura e propaganda política"); ao contrário, ela apenas poderia ser resolvida graças ao *tertium datur* da solução dialético-materialista."

41 Não é o tema de nosso estudo, portanto, apenas *en passant*, destacamos que a arte de Brecht e as formulações de Lukács constituem possibilidades de convergência e, não por acaso, ambos figuram nesta pesquisa com as suas qualidades em cada práxis. As posições estéticas de ambos são objeto de análises, polêmicas e críticas que consideramos importantes, por ora, ficamos com a reflexão de Kiralyfalvi (1985): "no final, não existe um abismo gigantesco entre as teorias de Brecht e Lukács. Não é necessário escolher entre as posições dos dois. São essencialmente compatíveis. Em parte, porque as ideias e práticas artísticas de Brecht mudam consideravelmente entre as décadas de 1930 e 1950. Ele se torna menos didático diretamente e muito mais sutil no retrato e na retórica. As diferenças são significativamente ultrapassadas também porque no seu último trabalho escrito nos anos 60, Lukács é capaz de avaliar Brecht na perspectiva completa do seu trabalho de vida. E Lukács também muda, se não na substância das suas teorias fundamentais, certamente por meio de um tom menos dogmático que entra na sua crítica. Mas o ponto mais importante a notar é que nunca existiu um desacordo entre eles sobre os fundamentos da sua epistemologia e sobre a importância central que atribuem ao realismo. As discordâncias tiveram sempre a ver com a linguagem da arte e certas técnicas específicas utilizadas na reflexão e expressão artística".

natureza também pode se estabelecer. A compreensão rebaixada e ideologicamente instrumentalizada do evolucionismo, conhecido como *darwinismo social*, aparece nessa formulação como característica que fundamenta a compreensão de que há características imutáveis na espécie humana e que, por via da disputa pela sobrevivência, tal e qual na cadeia alimentar da natureza, os seres humanos lutam entre si e trazem, por via desse processo, a ampliação de sua condição social humanizadora. Essa lógica, constitutiva dos princípios liberais, naturaliza desigualdades e valores egoístas e individualistas.

Por outro lado, se o debate ontológico se concentrar em elementos ideais e os tomamos como verdadeiros, outras direções apontam determinadas conclusões. A primeira delas pode ser uma essência metafísica, seja religiosa, a partir de um ser sobrenatural que condiciona as práticas sociais, seja por um conjunto inexplicável de valores que se encontram em uma superestrutura atemporal.

Nessa seara, outra conclusão possível pode ser determinada na centralidade da linguagem e da cultura, observando-as como os elementos essenciais. Nesse sentido, a concentração em aspectos culturais conclui que as mudanças neste plano determinam a realidade, sendo a percepção relativa da particularidade o seu estágio fundamental, posto que, modificando a forma como se compreende algo, esta percepção também modificaria o seu conteúdo, ou seja, nesta interpretação, a “compreensão” e a “realidade” teriam uma relação de identidade.

Estas formas de analisar o essencial humano a partir de sua superfície, ou ainda, de partes de sua essência, revelam uma pseudoconcreticidade, onde, ainda no campo da aparência, parecem dar conta da essência do humano, mas na práxis cotidiana se desmancham no ar e sua poeira se dissipa na apropriação pelo discurso liberal. É preciso transpassar a aparência em todas as suas camadas que revelam e escondem a essência do fenômeno para apreender a realidade e analisar sua dinâmica, pois "no mundo da pseudoconcreticidade o aspecto fenomênico da coisa, em que a coisa se manifesta e se esconde, é considerado essência mesma, e a diferença entre o fenômeno e a coisa desaparecem. (...) A realidade é a unidade do fenômeno e da essência." (KOSIK, 1976, p. 16).

Neste sentido, o materialismo histórico e dialético observa o que possibilita a sociabilidade humana, com o seu conjunto de realizações, apreendendo a suprassunção do ser biológico pelo ser social, da capacidade humana de criar o novo⁴², de apreender sua condição

⁴²Neste sentido, vale destacar que, para Vygotski (2011), a atividade criadora humana é também atividade de criar objetos externos como a si próprio: "Chamamos atividade criadora a toda realização humana criadora de algo novo, já se trate de reflexos de algum objeto do mundo exterior, já de determinadas construções do cérebro ou do sentimento que vivem e se manifestam só no próprio ser humano." (p. 07). Esta capacidade modifica, inclusive, suas condições orgânicas de base, como já apontava Engels (1876) quando discorre sobre

e elevá-la em níveis distintos da natureza orgânica e, por isso, ser eminentemente histórico, com suas relações, culturas, limites e possibilidades gestadas na materialidade da vida. Assim, MARX (2004) define a natureza humana:

Mas o homem não é apenas ser natural, mas ser natural humano, isto é, ser existente para si mesmo (für sich selbst seiendes Wesen), por isso, ser genérico, que, enquanto tal, tem de atuar e confirmar-se tanto em seu ser quanto em seu saber. Consequentemente, nem os objetos humanos são os objetos naturais assim como estes se oferecem imediatamente, nem o sentido humano, tal como é imediata e objetivamente, é sensibilidade humana, objetividade. (p. 148).

Por isso, demonstrar as determinações da unidade exploração-opressão, perpassa por evidenciar as determinações que fazem do ser humano um ser social, tendo o trabalho como categoria fundante e a história como sua natureza. Tal construto teórico pressuposto por Marx e Engels perpassa diversos sujeitos da tradição marxista e tem na obra de maturidade de Lukács a sua forma mais aprofundada, desenvolvendo as mediações e determinações definitivas dessa condição.

O construto desenvolvido em Marx e em Engels⁴³, nas suas jornadas em busca do âmago da sociedade burguesa e suas possibilidades de superação, instaurou a base do excipiente teórico para a dimensão da ontologia do ser social. O jovem Marx, em seu diálogo crítico com a dialética hegeliana, absorveu a dinamicidade contraditória do movimento do real, pondo-a com os pés na materialidade. Já Engels, sinalizando os enxertos críticos e materialistas da economia política clássica, converteu análises da primazia ontológica do trabalho para o entendimento do processo de humanização.

Marx e Engels construíram um arcabouço que descortinou os limites da filosofia alemã, da social-democracia e do socialismo francês e da ciência burguesa em seu processo de amadurecimento. Por isso, direcionaram as análises para a raiz dos fenômenos e dos pensamentos teóricos hegemônicos com os olhos voltados para a realidade e com a intenção da transformação do mundo.

Até a síntese de *O Capital*, Marx (e Engels) operaram as determinações de suas

as transformações do macaco em ser humano em: "Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem".

43Além das reflexões da maturidade sobre trabalho concreto e abstrato em *O Capital*, esse debate atravessa as formulações marxianas em todo seu percurso intelectual, sendo imprescindível resgatar pressupostos e construções contidas em textos como *A Questão Judaica*, e o debate emancipação política e emancipação humana, além das inflexões sobre ideologia, alienação e questões do método nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, na *Ideologia Alemã* (1846/2007), no *Prefácio para a Crítica da Economia Política* e por firmes análises trabalhadas nos *Grundrisses* (2011) acerca das questões do indivíduo e da reprodução social, além da unidade produção-circulação-consumo. Em Engels, textos como "O Papel do Trabalho na Transformação do macaco em homem" (1876/2004) e *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884/2010).

aproximações sucessivas observando a complexidade do seu presente para iluminar as condições originárias que possibilitaram os seres humanos desenvolverem toda a sorte de produção material e de contradições e desigualdades sociais.

Já a jornada teórica de Gyorgy Lukács, até os fundamentos ontológicos e seu tecido de mediações e aprofundamentos, ocorreu no capitalismo maduro do século XX, com suas contradições em plena fase de mundialização e com a vivência de processos revolucionários emblemáticos para a luta emancipatória. O processo intelectual de Lukács⁴⁴ se deu numa passarela de superações dialéticas promovidas por seu interesse rigoroso pela descoberta das determinações da realidade e pelo seu compromisso revolucionário.

Dos primeiros estudos literários e filosóficos na Hungria, passando pelos avanços e críticas de *História e Consciência de Classes* (1923/2003), caminhando nas inspirações leninistas e no movimento revolucionário soviético pós 1917, até o aprofundamento e autocrítica nos anos 1940 e 1950, marcando o amadurecimento do desenvolvimento da sua *Estética* (1962), o autor foi produzindo um debate de continuidade na descontinuidade, com diferenças qualitativas, novas formulações e um fio condutor inexorável: a realidade como fator determinante.

A virada em direção à ontologia deu-se, portanto, em Lukács, com fundamento em uma dupla reação. Diante do neopositivismo - que tendia a reduzir a realidade à sua compreensão cognitiva, àquilo que é nela mensurável e redutível a termos lógicos, enquanto se libertava dos problemas ontológicos atribuindo-os à esfera da "metafísica" - ele pretendia restabelecer a autonomia ontológica do real, a sua totalidade intensiva e a sua irredutibilidade à pura manipulação. A complementaridade entre hegemonia do positivismo e ressurreição das ideologias religiosas era ilustrada por ele ao afirmar, provocativamente, que o pensamento de Carnap tem hoje a mesma função que o pensamento de Tomás de Aquino teve na Idade Média. Por outro lado, a tendência do marxismo dogmático em privilegiar a categoria da necessidade, tomando hipertrófico seu papel na história, levava Lukács a refletir a fundo sobre as relações entre as categorias modais (possibilidade, necessidade, casualidade) e a reexaminar criticamente os próprios fundamentos do pensamento de Marx. (TERTULIAN, 1995, p.61).

A intencionalidade do desenvolvimento de uma ética marxista coloca Lukács à frente

⁴⁴Em um conjunto de ensaios críticos sobre a obra de Lukács, Mészáros sintetiza “Sendo assim, na concepção de Lukács, o papel da economia, longe de ser mecânico e unilateralmente determinista, é dialeticamente ativo: é-lhe conferido o papel de sistema de referência estrutural e metodologicamente último. Isso não significa, é claro, que adquirimos uma “varinha de condão” na forma de um “denominador comum” mecânico. Ao contrário, a afirmação sobre a importância da economia torna-se significativa apenas se formos capazes de apreender as mediações multiformes específicas nos mais variados campos da atividade humana, que, além de serem “baseadas” em uma “realidade econômica”, também estruturam ativamente essa realidade por meio de sua estrutura própria, extremamente complexa e relativamente autônoma. Apenas se apreendemos dialeticamente a multiplicidade das mediações específicas é que podemos entender a noção marxiana de economia. Pois se a economia é o “determinante último”, também é um “determinante determinado”: não existe fora do complexo sempre concreto e historicamente mutável das mediações concretas, mesmo as mais “espirituais” (MÉSZÁROS, E-book Kindle b).

de uma tarefa extenuante e fundamental: recobrar as dimensões ontológicas do ser social, tecendo suas determinações, restaurando a vivacidade do materialismo dialético na sua leitura da complexidade do real, para além das formulações deterministas, tão em voga no movimento revolucionário oficial de meados do século XX. Se uma obra específica sobre ética não chegou à sua publicação sistematizada, a *Ontologia do Ser Social* (e seus *Prolegômenos*) é a coluna que esteia a precisão de uma reflexão sobre o ser humano em seu sentido genérico, sem recair na ontologia mistificadora e/ou naturalizadora das desigualdades burguesas.

As determinações tecidas por Lukács são de cunho ontológico, o que o coloca em uma posição radicalmente distinta das tendências filosóficas atuais, que no geral condenam toda reflexão ontológica como anacronismo metafísico. Tal condenação procede tanto do marxismo quanto de outras escolas da filosofia (como, por exemplo, o neopositivismo, o pensamento pós-moderno e outras). Não é simples, portanto, a empreitada que o pensador magiar pretende trilhar em sua última grande obra. Escrever uma ontologia materialista é se voltar contra mais de dois mil anos de tradição filosófica. Quando Lukács inicia pelo complexo trabalho, quer trazer os elementos fundantes do ser social, demonstrar como as categorias desta forma do ser não são elementos transcendentais que pressupõem a mundanidade, mas atributos oriundos do decurso histórico da autoprodução humana. (FORTES, 2016, p. 47).

A empreitada intelectual de Lukács resulta em uma profunda crítica ao neopositivismo e ao existencialismo, passando também pela análise e diálogo com Nicolai Hartmann e os processos contraditórios da ontologia hegeliana até desenvolver sua argumentação nos fundamentos marxianos, concentrando sua argumentação no trabalho como categoria fundante e desenvolvendo reflexões decisivas sobre a reprodução social, ideologia e alienação.

Tal síntese proporciona uma análise que é capaz de desenvolver o caráter especial do ser social, sem perder de vista sua necessária unidade com o ser inorgânico e com o ser orgânico. Promove também o acerto teórico com a busca originária da especificidade humana, fugindo de abstrações filosóficas estereis, procurando este objetivo com interesse evidente de pensar os problemas estruturais da sociabilidade do capital.

Por isso, o autor desenvolve formulações sobre as objetividades e as subjetividades alienadas pela lógica da propriedade privada dos meios de produção e pela centralidade da exploração da força de trabalho, detalhando os nexos interiores dos processos das práxis humanas em suas distintas particularidades históricas com a finalidade de descortinar a forma mais complexa da alienação na sociabilidade do capital.

Para aprofundar estas reflexões no campo da singularidade, dialogamos criticamente com os debates de Vygotski, Luria e Leontiev, a conhecida *troika* da psicologia soviética,

destacando algumas de suas proposições acerca da dimensão material da formação da consciência como partes descritivas de momentos fundamentais da realização do ser social em seu sentido ontológico, como Lukács assim demonstra.

Desnaturalizar a humanidade desumanizada é, sobretudo, esmiuçar o processo da dimensão ontológica, da complexificação e do afastamento das barreiras naturais até a construção de barreiras estranhadas pela estrutura alienada e alienante que determina o modo de vida atual e, assim, ilumina o entendimento tanto da realização das opressões quanto de como tem se processado a formação da consciência e da individualidade humana na ordem do capital, analisando a vida cotidiana e suas mediações ontológicas do processo de reprodução social.

3.1.1. Decifrando o chão da histórica: trabalho como categoria fundante, reprodução social e o tornar-se humano

*Crescer para entregar
na distância calada
um poder de canção,
como o rio decifra
o segredo do chão
(Como um rio - Thiago de Mello)*

Entre os mais de oitocentos sítios com pinturas rupestres no maior conjunto arqueológico do planeta, o Parque Nacional da Serra da Capivara, no estado Piauí, Nordeste brasileiro, figura numa das estruturas rochosas a imagem de duas pessoas se beijando. A arte conhecida como "O Beijo" representa um nível de complexidade subjetiva nas relações sociais de um tempo histórico de milhares de anos passados, expressando uma relação de afeto, com um grau de sofisticação peculiar da nossa sociabilidade.

Aquelas pinturas, chamadas pela cultura colonial de primitivas, retratam um passo superior da condição humana diante da sua interação com o meio natural para satisfação de suas necessidades. Não somente o beijo, mas outros tantos costumes, além das suas práticas produtivas, estão documentadas nessas realizações artísticas preciosas que atravessaram milênios. Tais expressões são frutos de possibilidades da capacidade produtiva e reprodutiva do ser social sendo, ao mesmo tempo, expressão do pensamento mágico como práxis privilegiada da reprodução social daquele estágio produtivo, sendo também retrato do sensível, ato comunicacional e conhecimento acumulado só realizável e realizado nas relações sociais.

O que levou àquele patamar de relações, de possibilidades de retratação delas, assim como o que nos leva a termos a capacidade de identificar ali parte da nossa humanidade, reconhecendo uma parcela dos nossos valores construídos, é o fato do gênero humano resguardar sua universalidade na construção das possibilidades de ser diverso.

O ser individual que conhecemos hoje – o tipo humano burguês – como discorreu Konder (2000), é um ser complexo, com sensações, sentimentos e valores que, embora pareçam resguardar identidade com o ser humano genérico é, sobretudo, uma forma particular de existência, marcada pela construção histórica e pelas condições materiais produtivas e reprodutivas hegemônicas e suas contradições.

Deste chão concreto discorre a potencialidade única de criar o novo. Este ser particularmente existente, complexo e alienado, só existe porque é humano e só é humano por um plano superior aos limites orgânicos e inorgânicos: a dimensão social. A exuberância de alternativas humanas em seu grau subjetivo não nasceu por um aforismo individual e nem como produto meritocrático da sociabilidade burguesa. Decifrar o “segredo do chão” da história é mergulhar até o ponto central do que potencializa este conjunto de complexidade das relações humanas, percebendo suas possibilidades e as motivações que levaram aos limites hegemônicos da atual quadra histórica.

O atravessamento do tempo faz com que muitos de nossos comportamentos, práticas, capacidades e relações socialmente desenvolvidas sejam percebidas como parte inerente de nós mesmos. No entanto, tanto o trabalho quanto os valores, sentimentos e sensações, ou mesmo a arte e a possibilidade da relação particular entre dois indivíduos, são construções sociais.

Essas construções não se deram, e nem se dão, por uma dádiva sobrenatural, pela capacidade fisiológica ou por condição aleatória. O trabalho, a linguagem ou a cultura não partiram de uma potencialidade abstrata dos indivíduos. Os rios das particularidades históricas da humanidade têm as rochas essenciais por debaixo de suas águas, nelas figuram as tintas diversas e contraditórias do ser social. A história é sedimentada no chão da práxis social como a cifra angular da humanização do mundo.

Por isso, o ser um humano como automediador de sua existência, pensado em sua dimensão coletiva, mas também em sua singularidade, conduz o centro da análise da ontologia do ser social.

A capacidade de transformar a natureza de forma consciente, através do trabalho, criando a possibilidade e a realização da sociabilidade humana, com todas as suas potencialidades, traduz o conjunto complexo de mediações necessárias para analisar a

essência da humanidade e sua particularidade histórica na sociedade do capital, pensando, inclusive os valores socialmente produzidos. Como disse Lukács (2013, p. 52):

[...] é preciso entender que o mais alto grau do ser que conhecemos, o social, se constitui como grau específico, se eleva a partir do grau em que está baseada a sua existência, o da vida orgânica, e se torna um novo tipo autônomo de ser, somente porque há nele esse operar real do ato teleológico. Só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu tornar-se autônomo baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização de pores teleológicos.

Se conseguirmos demonstrar objetivamente que as mais diversas condições de desigualdades que hoje estão naturalizadas foram construídas a partir de determinadas condições sociais historicamente determinadas poderemos aprofundar também o debate sobre as possibilidades emancipatórias. Esta condição pressupõe a unidade das questões espirituais com a materialidade da vida.

Na vida em sociedade nos deparamos com pensamentos, costumes e práticas diversas. Nessa pluralidade, existem aqueles pensamentos que são seguidos por um grupo maior de pessoas e que atravessam um longo período histórico, chegando a um *status* de “naturalidade” no cotidiano, passando nessa esfera imanente a serem reproduzidos e manifestados sem muita necessidade de problematização quanto às suas origens e motivações. Esse quadro valorativo hegemônico na cotidianidade não é um aspecto fortuito, mas expressão da sua funcionalidade para a manutenção da sociabilidade em suas condições estruturais estabelecidas.

A vida cotidiana é repleta de naturalizações, automações e ultrageneralizações (LUKÁCS, 2018). Logo, práticas como cozinhar, organizar o ambiente doméstico ou estudar têm significados e motivações relativamente óbvias: cozinhamos porque precisamos comer; limpamos a casa para nos sentirmos bem; estudamos para aprender novos conhecimentos, para nos qualificarmos profissionalmente, para entendermos melhor algum assunto.

No entanto, há algo muito mais complexo nessas atitudes e justificativas tão triviais. Quando percebemos que essas práticas nem sempre existiram, e, mesmo sendo para suprir necessidades corriqueiras, são frutos da criação humana, passamos a refletir sobre as determinações que fazem com que sejamos uma espécie tão singular dentro do universo de seres vivos.

Alimentar-se é uma necessidade orgânica, mas cozinhar é uma prática aprendida na esfera da sociabilidade. O indivíduo que cozinha, além de ter essa habilidade, planeja a cocção de um determinado alimento, pensando em seu gosto, sua textura, até mesmo em sua composição. A depender do tempo histórico e das condições sociais, pensa também questões

pragmáticas para o obter, seja pelas condições da natureza ou, no capitalismo, pelo seu valor de troca. Neste projeto trivial, o sujeito julga suas condições, busca conhecimento, escolhe entre alternativas, ampliando ou diminuindo as possibilidades do seu preparo a partir das causalidades que encontra.

Nesse processo, esse sujeito também fará uso de instrumentos que possivelmente não fabricou com suas mãos, muito menos que um dia foram projeções de sua cabeça. Vai utilizar o fogão e o fósforo para acender o fogo, terá em mãos panelas e outros utensílios. Ele pensará nos temperos que, provavelmente, também não foi ele quem plantou, colheu e processou, por último, possivelmente não comerá de qualquer forma, mas utilizará um prato e talheres para cortar e levar até à boca os seus alimentos.

Assim, a necessidade de se alimentar é igual à de qualquer outro ser vivo, mas tudo para além disto é diferente⁴⁵, ou seja, “aqui é claramente enunciado o duplo aspecto da determinabilidade: o inexorável caráter ontológico da fome e sua satisfação, ao mesmo tempo, que todas as formas concretas desta última são, por último, funções do desenvolvimento socioeconômico” (LUKÁCS, 2018, p. 129).

Essas particularidades, por fim, colaboram também no impulso das potencialidades primariamente tidas como naturais, como aponta Engels (1876): “Em uma palavra, a alimentação, cada vez mais variada, oferecida ao organismo novas e novas substâncias, com o que foram criadas as condições químicas para a transformação desses macacos em seres humanos” (localização Kindle: 74). Afinal, a manipulação dos alimentos, o conhecimento de suas riquezas ou prejuízos para a saúde e a apropriação deles na melhor forma de consumo transformam o organismo, antes visto em sua natureza, agora, tendo esta, modificada socialmente.

Esse exemplo pueril demonstra que o ser humano é um ser vivo com especificidades: planeja, age e transforma as coisas conscientemente. Ele é um ser que julga, sente determinados gostos, deseja algo, muda seu desejo, imagina, aprende, executa, aperfeiçoa, constrói e destrói com determinada finalidade – como coloca Lukács (2018) - é um ser que responde. Suas respostas estão diretamente ligadas às questões do mundo material e relação com seus limites e possibilidades para satisfação de suas necessidades. Como Marx coloca:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este

⁴⁵ Mesmo o horário de sentir fome é condicionado socialmente. Uma necessidade primária não ocorre aleatoriamente, mas articulando as determinações fisiológicas inelimináveis com as práticas vividas em sociedade que, em larga medida, vão nos direcionando para um cotidiano com uma cultura de reprodução social específica. Veremos que o exemplo da fome como expressão da questão social atravessa toda a nossa argumentação como uma provocação emblemática das determinações sociais frente às dimensões fisiológicas.

em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2013, p. 326-327).

Identificando no ser humano “sua própria natureza social” Marx vai desenvolver a argumentação basilar da desnaturalização de todas as práxis humanas. O processo de trabalho é o movimento de humanização do próprio ser, corporificando sua socialização, desenvolvendo o seu afastamento das barreiras naturais, tornando-se um ser social, pois

[...] a influência duradoura dos animais sobre a natureza que os rodeia é inteiramente involuntária e constitui, no que se refere aos animais, um fato acidental. Mas, quanto mais os homens se afastam dos animais, mais sua influência sobre a natureza adquire um caráter de uma ação intencional e planejada, cujo fim é alcançar objetivos projetados de antemão. (ENGELS, 2004, p. 26).

Os arranjos sociais mais rudimentares pela cronologia histórica da humanidade e as relações sociais mais primárias tiveram esta práxis como elemento fundamental. As respostas humanas não partiram do nada, não foram inspirações, nem somente elementos instintivos. Nem nos períodos chamados de primitivos se estabeleceram meras respostas aos estímulos do meio, apresentando de forma mecânica as repetições a partir do reforço imediato.

No ser social há, portanto, mesmo nessa capacidade reativa rudimentar diante do mundo, uma característica singular de possibilidade de projeção, aprendizado e acumulação de conhecimento coletivo que é potencializado na experiência com suas causalidades, se transformado a partir do mesmo. Engels destaca:

Em resumo, os homens em formação chegaram a um ponto em que tiveram a necessidade de dizer algo uns aos outros. [...] Primeiro o trabalho e, depois dele e com ele, a palavra articulada, foram os dois estímulos principais sob cuja influência o cérebro do *macaco* foi se transformando gradualmente em cérebro humano – que apesar de toda sua semelhança, supera-o consideravelmente em tamanho e perfeição. É à medida em que ele desenvolvia o cérebro, desenvolvia-se também seus instrumentos imediatos: os órgãos do sentido. (ENGELS, 2004, p. 15-16, grifo nosso).

A capacidade teleológica do ser humano e sua práxis vivenciada dentro de suas condições materiais é o que determina o ineditismo das relações sociais frente às formas de interações de outros seres da natureza. A natureza social do ser humano executa a iminência da transformação dialética como constitutiva de sua história coletiva, ao mesmo tempo em

que se realiza também nas expressões singulares.

O primeiro pressuposto de toda história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos(as). O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza. Naturalmente não podemos abordar, aqui, nem a constituição física dos homens nem as condições naturais, geológicas, hidrográficas, climáticas e outras condições já encontradas pelos homens. Toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história. (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Esta constatação supera a vulgarização materialista centrada na experiência imediata, ultrapassando também abstrações idealistas, apresentando uma argumentação que demonstra que a essência humana se constitui na capacidade de satisfazer suas necessidades a partir da práxis, formulando de modo consciente, criando sociabilidade e desenvolvendo valores sociais.

Dessa ineliminável condição do homem que vive em sociedade, podemos fazer derivar todos os problemas reais – naturalmente levando em conta que esses são mais complicados em situações mais complicadas – daquele complexo que costumamos chamar de liberdade. Sem ir além da região do trabalho em sentido estrito, podemos nos deter sobre as categorias de valor e de dever-ser. A natureza não conhece nenhuma das duas categorias. Na natureza inorgânica, as mudanças de um modo de ser para outro não têm, é claro, nada a ver com os valores. Na natureza orgânica, onde o processo de reprodução significa ontologicamente adaptação ao ambiente, pode-se já falar de êxito ou de fracasso; mas também essa oposição não ultrapassa – precisamente do ponto de vista ontológico – os limites de um mero ser-de-outro-modo. Completamente diversa é a situação quando nos deparamos com o trabalho. O conhecimento em geral distingue bastante nitidamente entre o ser-em-si, objetivamente existente, dos objetos, por um lado, e, por outro, o ser-para-nós, meramente pensado, que tais objetos adquirem no processo cognoscitivo. (LUKÁCS, 1978, p. 7).

O potencial humano de transformar o meio onde vive, de modificar a si mesmo e aos seus pares está estreitamente ligado às suas particularidades privilegiadas de sociabilidade e da inerente capacidade de projetar idealmente uma ação, concretizá-la materialmente e, nesse processo, construir relações sociais que permitam novas condições de sobrevivência e de convivência.

Por meio do trabalho manual de intercâmbio com a natureza, o ser coloca em movimento sua base biológica, mas ultrapassa essa condição, transcendendo uma atividade coletiva que cria e recria condições históricas, modificando também o próprio ser. Esta interação permite a transformação consciente como tônica central, a partir de sua capacidade teleológica, para objetivar produtos em prol de sua sobrevivência, exteriorizando o novo, fruto de sua própria ação.

A ultrapassagem da animalidade através do salto para o tornar-se-humano no trabalho, a ultrapassagem do epifenomenal da mera determinabilidade biológica da consciência alcança, portanto, através do desenvolvimento do trabalho, um inexorável incremento, uma tendência para a universalidade dominante. Também aqui se mostra que as novas formas de ser podem apenas em seu gradual desdobramento elevar sua própria esfera a determinações universais realmente dominantes. No salto da transição e, ainda, por muito tempo, estão elas em constante competição com as formas de ser inferiores das quais brotam e que — inexoravelmente — constituem sua base material, mesmo quando o processo de transformação já alcançou seus níveis mais elevados. (LUKÁCS, 2018, p. 37).

Num processo histórico complexo, o salto ontológico do ser orgânico para o ser social alavanca a potência prática individual e coletiva para determinações radicalmente outras das naturalmente existentes. Neste patamar, os sujeitos criam suas possibilidades de satisfação das necessidades, instituem novas necessidades e aperfeiçoam suas jornadas objetivamente, onde

[...] No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera, ele imprime ao material o projeto conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem que subordinar sua vontade. (MARX, 2013, p. 327).

Portanto, o trabalho como elemento fundante é também princípio de outras práxis. É através dele que o indivíduo domina as forças naturais, desenvolvendo condições de ampliação de sua capacidade de projeção teleológica, modificando sua forma de ser no mundo e ampliando sua capacidade de humanização. Em cada processo de afastamento das barreiras naturais se estabelece oportunidade e preeminência de novas práxis em estágios outros, realizados sem desconectar da materialidade:

O espírito sofre, desde o início, a maldição de estar — contaminado pela matéria, que, aqui, se manifesta sob a forma de camadas de ar em movimento, de sons, em suma, sob a forma de linguagem. A linguagem é tão antiga quanto a própria consciência — a linguagem é a consciência real, prática, que existe para os outros homens e que, portanto, também existe para mim mesmo; e a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens (...). Onde existe uma relação ela existe para mim: o animal não se relaciona com nada, simplesmente não se relaciona. Para o animal, sua relação com os outros não existe como relação (...). A consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem os homens. (MARX; ENGELS, 2007, p. 35).

Nesse sentido, a partir do trabalho, os sujeitos produzem alternativas novas, que os afastam das condições anteriormente dadas, mas não rompem com elas, pois partem dessa relação com a natureza (inorgânica e orgânica) para a produção de toda existência humana. Numa conhecida passagem Marx assiná-la:

[...] Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. (MARX, 2013, p. 255-256).

Esse processo de transformação ocorre por meio de objetivações e exteriorizações, o momento prático, ou seja, onde a finalidade deixa de ser mera consciência e se torna uma realidade objetiva e exterior, revelando a ocasião de transformação de sua subjetividade, sempre associada ao processo de transformação da causalidade – entendida como o conjunto da matéria dada pela natureza e o conjunto das objetivações dos seres humanos na sua ação sobre a natureza e em sociedade, realizados como recursos e alternativas nas novas práxis. Como uma condição em processo, as causalidades estão em movimento, sendo transformadas nos processos de trabalho e ampliando novas formas e meios desses processos:

Se considerarmos o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, tanto o meio como o objeto do trabalho aparecem como meios de produção, e o próprio trabalho aparece como trabalho produtivo. Quando um valor de uso resulta do processo de trabalho como produto, nele estão incorporados, como meios de produção, outros valores de uso, produtos de processos de trabalho anteriores. O mesmo valor de uso que é produto desse trabalho constitui o meio de produção de um trabalho ulterior, de modo que os produtos são não apenas resultado, mas também condição do processo de trabalho. (MARX, 2013, p. 331).

O ato de metamorfose das causalidades pela ação humana, com a ideação prévia de sua intenção, buscando a objetivação de algo útil e exteriorizando este ser novo, proporciona ao ser humano uma carga qualitativa na sua interação material. A objetivação e a exteriorização, nesse sentido, possibilitam, e são em si mesmas, a criação do novo, de novas alternativas, de desenvolvimento da humanidade fora do ser. Vygotski (2011) assevera:

Se a atividade do ser humano se reduzisse a repetir o passado, o ser humano seria um ser que se voltaria exclusivamente para o ontem e incapaz de se adaptar ao amanhã diferente. É precisamente a atividade criadora do ser humano que o faz um ser projetado para o futuro, um ser que contribui a criar e modificar seu presente. (p. 09).

O objeto da exteriorização não tem identidade com o sujeito realizador, é algo independente, existente por determinada finalidade, mas resguardando uma condição em si mesma. A força de trabalho, ou seja “a capacidade de trabalho entendemos o complexo

[*Inbegriff*] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo (MARX, 2013, p. 312), conecta o ser individual ao mundo natural e social, humaniza a busca da satisfação das necessidades à medida que a realização do produto tem a intencionalidade, sendo momento de transformação de todos os sujeitos e objetos envolvidos.

No processo de humanização do mundo, as causalidades postas articulam o meio natural humanizado, junto às objetivações anteriores, como os instrumentos e as técnicas adquiridas socialmente. Esse movimento vai impulsionar realizações aprimoradas quantitativamente e qualitativamente.

A realização do novo é uma síntese dialética que na unidade de contrários teleologia-causalidades, conduz o processo de continuidade na descontinuidade. O novo produto humano tem sua base na construção histórica, nasce de condições já existentes, é objetivado como algo radicalmente distinto do sujeito, embora resguarde em sua essência o trabalho ali procedido, além daqueles outros que promoveram antes os instrumentos utilizados e, por fim, as matérias-primas transformadas e realizadas em nova condição ontológica.

Sociabilidade e historicidade são, portanto, as bases constitutivas da reprodução do ser social. A suprassunção de uma necessidade pela síntese da práxis que cria novos processos sob as bases daquilo que humanamente se faz presente. Por isso, a percepção de história é mais do que o conhecimento e acúmulo dos saberes passados, mas uma práxis coletiva presente, que mantém, supera e possibilita a transformação atuante na vida social.

Engels (1876) aponta que:

Assim, a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada (localização Kindle: 137-139).

O trabalho como fundamento do ser social é o ponto de partida dos aspectos das relações humanas, pois é a gênese de uma nova esfera de ser. Desta afirmação não se deriva um nucleamento categorial estritamente ligado por mecanismos de causa e efeito com todas as práxis humanas, mas a observação de que há um salto qualitativo radical que revela uma condição essencialmente nova no mundo.

Assim como as interações naturais materializadas em milhões de anos nas diversas

fases do planeta Terra realizaram um salto do ser inorgânico para o ser orgânico, caracterizando uma esfera nova no mundo, um outro salto ontológico aconteceu quando, na continuidade das transformações dessa nova esfera, há uma distinção ontológica para um patamar social.

O primeiro ato histórico é a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (LUKÁCS, 2018b, p. 150).

Assim sendo, o patamar de desvendamento do trabalho como práxis fundamental é o reconhecimento da história e da sociabilidade humana em si mesma, dotada de base material, de possibilidades concretas de existência, manutenção e/ou transformação das condições sociais construídas e da forma de se relacionar com a natureza. A humanização do mundo, isto é, a complexificação do ser social, é a elevação deste para além do trabalho, da superação não de seu fundamento, mas da confirmação do usufruto e de sua potencialidade para atingir patamares muito maiores nas relações sociais. Engels (2004, p. 20) afirma:

Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a propor-se a alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez mais as novas atividades. (...) Aparecem o direito e a política, e com eles o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião.

Sem o trabalho, não há vida social, não há sociedade – no entanto, ele também não a estabelece sozinho. O desenvolvimento de possibilidades e alternativas vão igualmente processando novas demandas, construindo, além de objetos, as objetivações e os seus meios produtivos e reprodutivos de criar o novo. A atividade, de acordo com Engels (1876), só é trabalho a partir da construção e introdução dos instrumentos, os quais, por sua vez, vão mediar a relação do ser humano com a natureza e entre outros seres humanos ou não da natureza. “O trabalho começa com a elaboração de instrumentos.” (localização Kindle: 72)

Marx (2011) assim descreve este processo:

Ele (o trabalhador/ser humano) utiliza as propriedades mecânicas, químicas e físicas das coisas para fazê-las atuar sobre outras coisas, de acordo com seu propósito. O objeto de que o trabalhador se apodera imediatamente - desconsiderando-se os meios de subsistência encontrados prontos na natureza, como as frutas, por exemplo, em cuja coleta seus órgãos corporais servem como únicos meios de trabalho - é não o objeto do trabalho, mas o meio de trabalho. É assim que o próprio meio natural se

converte em órgão de sua atividade, um órgão que ele acrescenta a seus próprios órgãos corporais, prolongando sua forma natural, apesar daquilo que diz a Bíblia. Do mesmo modo como a terra é seu armazém original de meios de subsistência, ela é também seu arsenal originário de meios de trabalho. (p. 329).

O trabalho, portanto, exige um conjunto de atividades que não se refere somente a esse postulado mátrio, indo além desse fenômeno e originando inúmeras atividades que não se configuram mais como o referido postulado:

Portanto, mesmo o mais primitivo dos patamares do ser social representa um complexo de complexos, no qual tanto os complexos parciais um com o outro, quanto o complexo como um todo com suas partes, estão em ininterruptas inter-relações. Destas desdobra-se o processo de reprodução do complexo como um todo em questão e, de fato, de maneira a que também os complexos parciais — claro, apenas relativamente — se reproduzem independentemente, contudo, em todos esses processos a reprodução do todo em questão constitui o momento predominante nesse sistema multifacético. (LUKÁCS, 2018, p. 119-120)

É por isso que o trabalho não se limita à mera ação individual de transformação da natureza, apesar de este constituir um momento crucial para o desenvolvimento de outras possibilidades. O ato individual é apenas uma parte de uma construção coletiva que se dá num paulatino desenvolvimento.

O trabalho em sua essência ontológica é a primazia da liberdade humana da condição determinada por causas naturais, por isso, se realiza transcendendo sua relação para além do ser biológico no processo de formação de consciência, sendo:

A alternativa, igualmente um ato de consciência, é, portanto, a categoria mediadora, com a ajuda da qual o reflexo da realidade se torna o veículo do pôr de um existente. Com isto é salientado que, no trabalho, esse existente é sempre algo natural e essa qualidade natural jamais pode ser completamente superada. Por maiores que possam ser os efeitos transformadores do pôr teleológico das causalidades no processo de trabalho, a barreira natural pode apenas recuar, mas, jamais, desaparecer completamente; isto se aplica tanto ao reator atômico quanto ao machado de pedra. Pois, apenas para mencionar uma das possibilidades que aqui aparecem, as causalidades naturais são de fato submetidas às causalidades postas de acordo com o trabalho, contudo jamais deixam de operar completamente, já que todo objeto natural compreende, em si uma intensiva infinidade de propriedades como possibilidades. Já que sua operatividade está em completa heterogeneidade para com a posição teleológica, deve em muitos casos produzir consequências que se opõem à posição teleológica, ocasionalmente mesmo a destroem (corrosão do ferro etc.). Isto tem por consequência que a alternativa tem de permanecer em função mesmo com a completação do respectivo processo de trabalho, como supervisão, controle, reparação etc., e que têm de aumentar ininterruptamente tais preventivas posições de alternativas na posição de finalidade e sua realização. O desenvolvimento do trabalho leva a que, por isso, o caráter de alternativa da práxis humana, do comportamento do ser humano para com seu entorno e para consigo mesmo, se baseie cada vez mais intensamente em decisões alternativas. (LUKÁCS, 2018, p. 36-37).

Essa processualidade nos faz desvelar o desenvolvimento da sociabilidade humana e sua materialidade constituída para além de decisões singulares e da causalidade imediata. A capacidade de criar o novo, inclusive novas necessidades, amplia também uma esfera do campo reprodutivo e de complexidade subjetiva, potencializando possibilidades de formulações mais complexas de interações entre os sujeitos, novos significados, possibilidades de percepção do mundo, busca de entendimento e atenção na articulação do conhecimento e de sua reprodução. Esse processo, por sua vez, estimula e possibilita novas ações mais ricas em determinações.

Assim sendo, a ideia (prévia ideação) é resposta a uma necessidade material. A partir disto, a ideia antecede o objeto e este, ao ser exteriorizado, é a ideia objetivada. Esta distinção entre os dois conceitos se materializa no processo de objetivação, onde acontece a metamorfose tanto da natureza como da subjetividade do sujeito, e, por fim, das relações com seus pares. Em resumo, a partir das causalidades e da teleologia se dão os mecanismos para a produção e reprodução, concretizados na objetivação do inteligível, que por sua vez se exterioriza do seu criador, sendo independente, influenciando este e as relações sociais.

Lukács mostra o quão é fundamental entender a relação que se desencadeia de forma dialética deste processo de formação dos produtos pela relação da prévia-ideação e os nexos causais. O autor chama de *intentio recta* a necessidade de análise e captura do real pela consciência, chegando às formas e técnicas para objetivar de forma produtiva aquilo que se pretende, ou seja, dando ênfase ao poder do conhecimento coletivo (que é acumulativo) para a transformação da natureza em produtos socialmente necessários e que, por sua vez, transformam também as necessidades antigas e criam novas demandas.

Da complexidade reprodutiva desses processos surge a *intentio obliqua*, o conceito que fundamenta a reprodução mais sofisticada no campo das ideias, pois é a partir dela que se tem no interior das relações sociais a fundamentação dos processos vividos no cotidiano, dando sentido às complexas relações que ultrapassam a simples labuta e o suprimento das necessidades elementares. É neste quadro que se exige uma sociabilidade cotidiana mais organizada, com patamares de explicação, fundamentação ou legitimação das práticas corriqueiras, criando novas demandas e dando sentido à vida social do exemplar individual diante da lógica do ser social. Este conjunto ideológico pode, inclusive, ser uma ontologia fictícia, tendo como características a generalização e a universalização dos valores particularmente construídos como realidade natural.

Lukács (2018) vai circunscrever na *intentio recta* quando há uma correspondência entre a intencionalidade que promove a práxis imediata e àquilo que esta objetiva. Já as

dimensões sintéticas ocorridas nas mediações superiores estão na esfera da *intentio obliqua*, quando a relação entre finalidade e objetivação proporcionam também objetivações distintas do planejado, criando um conjunto de aprendizados antes não imaginados, realizando um conjunto de conhecimentos diversos e acionando complexos sociais diferentes com finalidades e utilidades distintas.

A complexidade das práxis do campo da ideologia e sua relação com a materialidade da vida constitui um complexo de complexos surgido do trabalho como a protoforma que disparou a transformação física da matéria socialmente consciente principiando o ser social. Desvendar o trabalho como uma práxis ineliminável não significa dizer que ela é a forma superior de realização da sociabilidade humana, mas sim, a sua base. Sua complexificação significa a ampliação e enriquecimento de práxis diversas com diferentes potencialidades, com características próprias, autonomia relativa e sentidos múltiplos.

Fortes (2016) polemiza a interpretação que identifica o fundamento do trabalho como centralidade, criticando o que chama de exageros vulgarizantes que computam a função estruturante do trabalho como espelhamento para toda e qualquer práxis social, transferindo seus processos como um modelo e imputando uma nuclearização orbital determinista.

Tal consideração tem seu grau de justiça se considerarmos resoluções esquemáticas que abstraem as determinações reais da complexidade entre o trabalho e as diversas práxis sociais. O processo de complexificação do ser social realiza a totalidade como o aspecto fundamental de sua análise. Nela, as mediações e determinações entre universalidade, particularidade e singularidade só podem existir no âmbito da reprodução ampliada do ser.

Apenas em dimensões essenciais - e buscando seu conjunto de mediações - é que é possível realizar a conexão do trabalho em sentido universal. Concretamente há práxis que estão medianamente próximas ao trabalho em seu sentido ontológico, algumas que tomam forma de trabalho abstrato na particularidade capitalista. Porém, existem outras tantas que não necessariamente tem uma ligação abrupta com uma estrutura espelhada no processo descrito como transformação da natureza.

Iniciar pela análise do trabalho se justifica por ser este complexo o primeiro lugar em que podemos encontrar de maneira clara e evidente o pôr teleológico. Ele nos permite vislumbrar a forma mais geral de toda atividade do homem, seja junto à natureza, seja nas formas superiores da práxis social. Em linhas gerais, a política, a arte, a filosofia etc. são formas particulares do pôr teleológico, porém somente podem ser entendidas a partir da especificidade de suas categorias e dinâmicas. A análise do trabalho permite compreender a forma mais geral dessa atividade, a identidade que esta guarda com as formas superiores. Cada uma dessas formas somente pode ser devidamente compreendida quando se explicita a diferença específica, ou seja, as categorias e dinâmicas próprias de cada práxis social.

(FORTES, 2016, p. 49)

Em nossa análise, consideramos que o desvendamento do trabalho como fundamento do ser social é a constatação do momento predominante da dimensão material na história humana. Tal afirmação difere de uma construção estruturalista de identidade entre fundamento-centralidade. Afirmar a centralidade da materialidade (categoria mais ampla do que o trabalho) da vida social, é também afirmar o seu momento predominante, o trabalho. Isso não significa negar ou rebaixar os aspectos da reprodução social e de suas práxis que, em suma, no nosso entendimento, compõem um aspecto particular desta materialidade em sentido amplo⁴⁶.

Dito isto, Fortes (2016, p. 53) sintetiza elementos constitutivos da análise da categoria trabalho de modo muito preciso, ao destacar o protagonismo do pôr teleológico em sua constituição.

Em suma, para Lukács, trata-se de demonstrar a relação ineliminável entre os dois planos das atividades humanas, ou seja, a relação dialética entre o real e o ideal. O que não é, de modo algum, explicado por meio de uma aplicação direta e imediatista do trabalho como a fonte da qual derivam as formas superiores da prática social; diferentemente de tal tese, o trabalho contém em termos gerais o modelo por meio do qual podemos vislumbrar a mesma relação entre o real e o ideal nas formas superiores da prática social.

Descortinar o significado do fundamento eleva o pressuposto de uma concepção de reprodução social mais ampla para o entendimento da unidade exploração-opressão. As formas superiores, ou as mediações de segunda ordem, como coloca Mészáros (2011), constituem, com o trabalho, o complexo de realização do ser social em condições mais mediadas de sociabilidade. O trabalho não é eliminado, posto ser condição fundamental da humanidade e o elemento predominante da materialidade, mas a vida humana perpassa por outras práxis com autonomia relativa, posições teleológicas particulares e determinações específicas.

Junto ao correto e sóbrio aproximar-se aos problemas ontológicos deve-se sempre

⁴⁶É preciso ainda, analisar com cuidado as posições de intérpretes como Lessa (2012) que defende a centralidade do proletariado e seu protagonismo como sujeito revolucionário, a partir da leitura da centralidade do trabalho, pois, apesar de princípios certos, por vezes, os processos reflexivos tomam abstrações que recaem em derivações conjunturais empobrecedoras de suas mediações reais. No entanto, o mesmo cuidado é decisivo diante da consideração que conclui o apagamento das especificidades fundamentais para a produção de estratos da classe trabalhadora, descaracterizando sua importância na estratégia de transformação da realidade e/ou manutenção da sociedade da exploração. Esta última tendência mergulha nos princípios táticos da imediatividade da forma contemporânea do capital, sem conseguir chegar até a sua essência. No próximo capítulo retomaremos esta polêmica do sujeito revolucionário.

ter em vista que todo salto significa uma mudança qualitativa e estrutural no ser, pelo qual o patamar inicial contém em si, de fato, determinados pressupostos e possibilidades do posterior e mais elevado; estes, todavia, não podem ser desenvolvidos daquele em uma simples continuidade retilínea. Esta ruptura com a continuidade normal do desenvolvimento constitui a essência do salto, não o temporalmente súbito ou gradativo nascimento de uma nova forma de ser. (LUKÁCS, 2018, p.11).

Para a particularidade de nosso estudo, este posicionamento eleva nossa reflexão para alcançar a materialização das desigualdades e opressões no interior dos processos de exploração da força de trabalho, mas também para descortinar os complexos sociais alienados que realizam a unidade exploração-opressão em esferas mediadamente distantes do mundo do trabalho.

O núcleo da forma historicamente particular do trabalho numa sociedade – no caso do capitalismo, o trabalho abstrato - sem as devidas mediações e determinações interiores de cada práxis, arregimenta o risco de análises de sínteses esquemáticas que atropelam a diversidade de meios, formas e expressões das práxis necessárias para manutenção dos complexos da produção e reprodução social que, na realidade concreta, se realizam como unidade.

Desta constatação não se sugere que alguma sociabilidade humana possa ultrapassar a predominância do trabalho como realização primária de sua existência, pois “as novas categorias, leis, etc. da esfera de ser dependente mostram-se como novas e independentes ante as suas fundantes; sempre pressupõem, contudo, precisamente em sua novidade e independência, estas como base de seu ser” (LUKÁCS, 2018, p.146).

O trabalho como prioridade ontológica na formação do ser social constitui um elemento fundamental de um conjunto de práxis que vai se desenvolver ao longo da história, reafirmando a impossibilidade de repartir em sua essência matéria e ideia, objetividade e subjetividade.

Guardadas as devidas diferenças – de extrema importância, vale reenfatar –, a mesma relação geral entre o ideal e o real se encontra presente nesse campo mais complexo da práxis humana. Neste último, contudo, ocorre a elevação da complexidade, surgem modificações importantes e decisivas, tornando a práxis política algo fundamentalmente distinto da forma originária. Desse modo, as categorias do complexo trabalho são incapazes de, por si só, explicar a política. Esta deve ser entendida pelas diferenças em relação à forma originária. Basta referir as categorias eficácia e duração como princípios decisivos da prática política, além das importantes considerações feitas por Lukács em sua Ontologia sobre a presença preponderante do fator subjetivo nesse campo. Ainda aqui, o trânsito entre subjetividade e objetividade se coloca, porém, a relação dialética entre as duas dimensões assume ares de maior complexidade, tornando a análise da política um campo de reflexões próprias, já que, em sua estrutura mais específica, são de natureza essencialmente distinta do trabalho. (FORTES, 2016, p. 53).

A constituição e realização histórica do ser social, portanto, precisa ser percebida na apreensão dos nexos causais e na atuação que constitui um auto movimento potente e ativo, onde, processualmente, sua práxis primária, os novos aprendizados e as novas práxis superam o caráter necessariamente reativo. O ser social vai tornando-se consciente quando constrói uma consciência histórica, superando o mero *dever ser* numa complexidade possível para vislumbrar o *vir a ser*.

Os processos das unidades produção-reprodução, objetividade-subjetividade, de prévia-ideação e de objetivação, são progressivamente mais complexos e impossíveis de serem apartados numa análise aprofundada. Quanto mais houver o afastamento das barreiras naturais, mais a construção de alternativas e a produção potencial se expressará em suas contradições sociais.

Isto significa dizer que a reprodução social atual tem a sua base produtiva como elemento constitutivo interno à sua estrutura, expressando uma sociabilidade que é muito mais ampla e sofisticada em seus modos de realização.

Assim entendido, o trabalho mostra ontologicamente uma dupla face: por um lado, esclarece nessa sua generalidade que uma práxis apenas é possível como consequência de uma posição teleológica de um sujeito, que, contudo, uma tal posição encerra em si um conhecimento e um pôr de processos causal-naturais como posições. Por outro lado, trata-se aqui de uma inter-relação tão dominante entre ser humano e natureza, que se tem o direito de, na análise da posição, apenas se considerar as categorias que dela brotam. Veremos em seguida que, mesmo quando nos voltamos às mudanças que o trabalho causa no seu sujeito, à qualidade dessas relações, percebemos que esse tipo de essência domina as novas categorias que assim brotam, portanto, que as outras mudanças extremamente importantes no sujeito já são produtos mais desenvolvidos, de estágios mais elevados do ponto de vista social, as quais, contudo, têm de ter por pressuposto ontológico sua forma originária no mero trabalho. (LUKÁCS, 2018, p. 41-42).

Por isso, o debate da superação emancipatória da unidade exploração-opressão, desnaturalizada, conhecendo sua base social, perpassa no reconhecimento da liberdade substantiva em unidade com o reino das necessidades humanas historicamente determinadas. Estas, precisamente conectadas à práxis social ontológica e presentes em todas as outras de dimensões espiritualizadas.

Cada patamar de humanização/socialização, sendo a ampliação de alternativas do ser social, é potencialmente um processo de ampliação da liberdade. Se esta potência não se realiza em ato, é preciso investigar como tal processo constitutivo foi sendo desenvolvido no advento, manutenção e transformação de determinações alienadas, isto é, como se constituiu o

rebaixamento estrutural das possibilidades de liberdade e humanização em processos de apropriação e desumanização socialmente construídas.

A capacidade de conhecer a realidade só é expressão de liberdade quando significa a possibilidade de transformação desta em sentido humano-genérico. O processo de necessidade-conhecimento-intervenção na materialidade que, ora se limita ao reconhecimento das necessidades, ora transforma tais processos em materialização circunscrita à singularidade, desenvolve os processos de metamorfose em condições de alienação. Tal desenvolvimento aparece quando a construção produtiva da humanidade esbarra seu poder de possibilidade de abundância na apropriação privada, centralizando a produção e a reprodução social em sociabilidades que alienam a história humana à naturalização das desigualdades inerentes de cada particularidade histórica.

O rebaixamento do trabalho e de todas as práxis humanas aos processos de alienação empobrecem as condições transformadoras do ser social, esvaindo as alternativas em barreiras de nexos causais postos pela própria humanidade. Se o ser social é capaz de se afastar de suas barreiras naturais, por via da centralidade social na apropriação privada das coisas, pessoas e relações, há a construção de barreiras sociais em sentido e direção convergentes à desumanização socialmente construída.

Nessa esfera alienada, universalizada para todas as práxis e se realizando distintamente em suas particularidades autônomas, o ser social vai construindo seus valores e práticas cotidianas. Vamos aprendendo, replicando e reconstruindo o que somos, como somos e por que devemos ser.

Aprendemos, apreendemos e construímos identidades e relações, naturalizando o que é ser homem, o que é ser mulher, o que é ser criança, jovem, adulto, idoso, o que é uma família, o que é o Estado, ou seja, tudo que faz parte de um bojo cultural que foi construído coletivamente pela humanidade. Do trabalho ontológico ao beijo entre dois sujeitos da espécie humana, e sua retratação artística nas paredes milenares, há um conjunto de processos de relações sociais contraditórias. Essa construção também não é edificada espontaneamente e seus limites e possibilidades não se elaboram por meras escolhas individuais.

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais de consciência. (MARX, 2008, p. 47).

Trazendo essas construções para “o mundo dos seres humanos” e não refletidas em algo transcendente, natural ou determinado por qualquer outro aspecto distante da própria sociabilidade humana, evidenciamos as características de como é fundamental para a compreensão das opressões, dos valores e dos preconceitos, a abordagem que perceba o caráter dialético e a materialidade histórica desses fenômenos. Com essas constatações, avançamos no entendimento da relação entre trabalho, reprodução social e individualidade, uma conexão pautada no real e composta por diferenças e aderências inerentes.

3.1.2. Reprodução social, individuação e formação da consciência: a primeira e profunda pessoa do plural

*[...] Sou simplesmente um homem
para quem já a primeira
e desolada pessoa
do singular - foi deixando,
devagar, sofredamente
de ser, para transformar-se
- muito mais sofredamente -
na primeira e profunda pessoa
do plural. [...]
(Para os que virão - Thiago de Mello)*

O processo de desnaturalização, desmistificação e historicização da unidade exploração-opressão perpassa necessariamente pelo mesmo processo de elucidação das determinações da formação da reprodução social, da subjetividade e da individualidade do ser social.

Isto porque, se há formulações importantes sobre os processos de produção e reprodução social como cernes dessa unidade, além de gozarem da funcionalidade de suas manifestações, é preciso esmiuçar a constituição das condições de materialização particular desses processos.

É por isso que os princípios de Marx, Engels e Lukács sobre a ontologia do ser social nos trazem argumentos sobre a materialidade dos valores sociais e a complexidade das mediações particulares entre os planos das singularidades e das universalidades, da formação subjetiva e das determinações objetivas da sociedade, pois:

Em Marx, o ponto de partida não é dado nem pelo átomo (como nos velhos materialistas), nem pelo simples ser abstrato (como em Hegel). Aqui, no plano ontológico, não existe nada análogo. Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto [...]. Em

primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo, as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: "formas do existir, determinações da existência". (LUKÁCS, 1978, p. 2-3).

Se nos termos marxianos o mundo que determina a consciência, os processos dos seres individuais e coletivos de lidarem com esse mundo são determinados pela relação entre suas práxis e as causalidades. No mundo humano, arredado dos limites da natureza, o tornar-se humano se realiza na sociabilidade e em suas formas de constituição. O desenvolvimento do trabalho e demais práxis complexifica o ser social, construindo novos complexos no âmbito da reprodução. Assim:

[...] a reprodução social, de fato, por último, se realiza nas ações dos seres humanos singulares — imediatamente, a realidade do ser social aparece nos seres humanos singulares —; estas, contudo, para se realizarem, inevitavelmente se articulam em complexos de relação de seres humanos, os quais, uma vez surgidos, possuem uma determinada dinâmica própria, não apenas se tornam, se reproduzem e operam independentemente da consciência dos seres humanos singulares, mas também dão impulsos mais ou menos decisivos, diretos ou indiretos, às decisões alternativas. Os mútuos contato e influência de tais complexos têm de, portanto, sempre ter uma determinada ambiguidade, mesmo que suas tendências principais dependam das legalidades mais gerais da reprodução como um todo da formação concernente, de sua estrutura, de sua direção de desenvolvimento, de seu patamar de desenvolvimento etc. (LUKÁCS, 2018, p. 136).

Como afirma Barroco (2007, p. 168), dentro da leitura marxista-lukacsiana, pelo trabalho o ser humano “amplia sua natureza social e consciente, estabelece a possibilidade de uma existência social aberta para o novo, para o diverso, para o amanhã, instaurando objetivações que permitem autoconstrução do ser social como um ser livre e universal”. Nesse processo, desenvolvem-se os mecanismos de distanciamento e superação de muitos desses limites, criam-se novos complexos, novos conhecimentos e novas necessidades. Mesmo em fases primárias:

Tão-somente o carecimento material, enquanto motor do processo de reprodução individual ou social põe efetivamente em movimento o complexo do trabalho; e todas as mediações existem ontologicamente apenas em função da sua satisfação. O que não desmente o fato de que tal satisfação só possa ter lugar com a ajuda de uma cadeia de mediações, as quais transformam ininterruptamente tanto a natureza que circunda a sociedade, quanto os homens que nela atuam, as suas relações recíprocas etc.; e isso porque elas tornam praticamente eficientes forças, relações, qualidades etc., da natureza que, de outro modo, não poderiam exercer essa ação, ao mesmo tempo em que o homem liberando e dominando essas forças – põe em ser um processo de desenvolvimento das próprias capacidades no sentido de níveis mais altos. (LUKÁCS, 1978, p. 6).

Com o que vimos até o momento, podemos afirmar, por meio das definições de

objetivação e exteriorização, que o ser humano possui a capacidade de transformar a natureza e a sociedade de acordo com as suas finalidades, sejam individuais ou coletivas, todas construídas socialmente. A capacidade teleológica de projeção e ação consciente, postulado da sociabilidade humana, vai perpassar as outras práxis que se estabelecem no desenvolvimento da sociedade:

Como o trabalho – base fundadora de toda sociabilização humana, mesmo da mais primitiva – destaca tendencialmente o ser humano da esfera das necessidades biológicas mais puramente espontâneas e de sua satisfação apenas biológica, tornando determinantes, em seu lugar, os pores teleológicos, que, por sua natureza, assumem de imediato um caráter alternativo, são necessários desde o primeiro instante reguladores sociais que regulamentem as decisões alternativas que estabelecem os conteúdos da teleologia conforme as necessidades sociais vitais. (LUKÁCS, 2010, p. 46).

Os objetos de ação nesse processo são processualmente construídos na esfera social e constituem um potencial exclusivo de transformação para a humanidade. Essa capacidade, no entanto, é limitada pela concretude material e seu contexto econômico, social e político de uma determinada sociedade. Isso denota a fundamental importância da construção coletiva em seus limites e possibilidades estruturais e conjunturais.

Fazer a devida mediação entre trabalho e demais práxis sociais é fundamental, pois podemos perceber o lugar e a forma pela qual os chamados valores espirituais (morais, éticos, estéticos, religiosos, entre outros) se engendram nas visões de mundo, escolhas e ainda nas possibilidades de ação, com potencial dependente das condições sócio-históricas, para a transformação individual e coletiva desses valores.

Se por meio do trabalho o ser humano cria objetivações que possuem valor na medida de sua utilidade, a construção histórica dos valores hegemônicos de uma sociedade segue o mesmo pressuposto. São esses valores e seus complexos sociais que fundamentam a organização reprodutiva que mantém as possibilidades de realização de sua lógica estrutural.

A divisão de trabalho tem, contudo, consequências que produzem ações e reações ainda mais amplas, tornadas puramente sociais. [...] Por causa disto, para poderem funcionar com sucesso, já no estágio primitivo, requerem igualmente o conhecimento dos seres humanos concernentes, nos quais essas vontades devem ser despertadas, tal como as posições do trabalho requerem em um sentido mais estrito o conhecimento dos objetos, forças naturais etc. que entram em consideração. Esse conhecimento, naturalmente, vai para além do meramente biológico. Os valores que com isso emergem, como conhecimento dos seres humanos, arte da persuasão, destreza, astúcia etc. alargam, por sua vez, o círculo dos valores e valorações — sempre mais puramente sociais. Se o grupo concernente já é tão desenvolvido que reconhece um tipo de disciplina, recebe então esta socialidade um caráter mais ou menos institucional, mais incisivamente social. (LUKÁCS, 2018, p.119-120).

Nesse sentido, a reprodução social é considerada uma dinâmica de vários complexos (economia, educação, linguagem, moral, ética, política etc.). É essa múltipla interação nesse “complexo de complexos” que movimenta o que chamamos de “sociedade”. É também nessa vertente onde se arregimentam tanto os preconceitos como a dimensão ética de criticidade, transformação e sentido coletivo.

As alternativas surgem na esteira das contradições e nas particularidades da formação da personalidade dos indivíduos e tal processo constitui os complexos que buscam a continuidade da vida social ali estabelecida.

O ser humano tem de, sob pena de ruína, a elas reagir com decisões alternativas ativas, com novas posições teleológicas. Na sua execução prática são (no já anteriormente exposto sentido da *dynamis* aristotélica) nele liberadas e atualizadas possibilidades. Assim, na medida em que as alternativas corretamente postas e respondidas — corretamente no sentido de que correspondem às »exigências do dia« — são inseridas, socialmente fixadas na reprodução social dos seres humanos, tornam-se partes integrantes do continuum da reprodução dos seres humanos singulares e da sociedade, consolidam-se ao mesmo tempo como crescimento da capacidade de vida da sociedade em sua totalidade (*Ganzheit*) e como expansão e aprofundamento das capacidades individuais dos seres humanos singulares. (LUKÁCS, 2018, p. 160).

Do ponto de vista da análise da reprodução social, é a totalidade a categoria fundamental de Lukács. Não só o ato de trabalho estrito é norteado por valores, outras práxis sociais também o são; tal como o trabalho engendra valores de uso, a práxis social também gera valores em planos distintos, estes se condensam no costume, na tradição, na moral, na vida cotidiana, com suas utilidades específicas, com seus interesses e direções historicamente determinadas. Os valores ditos espirituais e que aparentemente estão apenas no plano da singularidade não estão desprovidos de objetividade, eles se sedimentam e tomam a forma de existência social.

Se essas condições contraditórias se estabelecem na formação de complexos de complexos, evidenciando avanços e recuos das práxis sociais, o entendimento das condições materiais é imperativo. Quando nos concentramos na compreensão de valores, a ligação com a ideologia é também *sine qua non* para a efetividade desse processo. As condições materiais e históricas do conjunto de ideias que são hegemônicas em uma determinada sociedade estão imbricadas na forma de produção e reprodução dela, dando sentido a elas e fomentando a conservação de sua organicidade. Para Lukács, a ideologia

[...] é antes de tudo uma forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar

a práxis social dos homens consciente e operativa. [...] Somente depois de se tornar veículo teórico ou prático para combater conflitos sociais, quaisquer que sejam, grandes ou pequenos, episódicos ou decisivos para o destino da sociedade, eles são ideologia. (LUKÁCS, 2010, p. 38).

Já vimos que o constructo das ideias acontece a partir da concretude das relações humanas, mas não sucede de uma única maneira, nem se processa mecanicamente. Lukács caracteriza a amplitude do construto ideológico, a partir da concepção marxiana, aprofundando a complexidade dela, como destaca Costa (2006, p. 2-3):

A concepção de ideologia elaborada por Georg Lukács em *Para a Ontologia do Ser Social* subverte, a nosso ver, o conceito de ideologia habitualmente presente em outras obras de tradição marxista, em dois aspectos essenciais. Em primeiro lugar, por identificar no trabalho a base ontológica da ideologia, demonstrando-lhe um sentido mais amplo que o conceito a ela atribuído. Em segundo lugar, por fazer a distinção entre a ideologia e a falsa consciência, definindo-a como função na reprodução social, enquanto ato humano efetivamente existente e operante sobre os conflitos do cotidiano, que pode se expressar na forma de ideia ou mesmo de atividade prática.

A posição lukacsiana sobre a função social da ideologia e sua formação e realização complexa, distancia sua síntese, tanto do estruturalismo, que torna mecânico o entendimento do campo das ideias, num reducionismo dotado de limites interpretativos, como supera a mera reflexão culturalista, que superdimensiona o caráter valorativo suspenso de seus fundamentos materiais. A dupla dimensão da ideologia, seu caráter contraditório, sua função social e a não necessária ligação com um conjunto de ideias falsas, evidenciam a magnitude desse conceito.

A adoção de uma percepção materialmente ancorada na complexa forma de reprodução social dimensiona a necessidade de pensar o sentido dos construtos ideológicos, buscando o desvendamento de sua natureza social, suas finalidades e seu espraiamento nos diferentes complexos da sociabilidade. Como o autor assevera em seus escritos:

[...] Se agora e mais tarde falarmos de ideologias em contextos mais amplos, estas não devem ser entendidas no enganoso uso atual da palavra (como uma consciência antecipadamente falsa da realidade), mas, assim como Marx as determinou no prefácio *Para a crítica da economia política*, como formas ‘nas quais os seres humanos se conscientizam desse conflito’ (isto é, daquele que emerge dos fundamentos do ser social)’ e o combatem. (LUKÁCS, 2010, p. 38).

O conjunto de ideias determinantes de um processo de reprodução social é produto, reforço e ao mesmo tempo possibilidade de disputa nos processos de formação da consciência. Ela se estabelece não como um mero conjunto de ideias, nem a partir de um simples e arbitrário falseamento das relações, mas sim como algo dotado de função social,

contradições e embates inerentes ao seu tempo histórico e a dinâmica dele, como esclarece Mészáros (2004, p. 65):

A ideologia não é ilusão nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, não pode ser superada nas sociedades de classe. Sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente (e constantemente reconstituída) como consciência prática inevitável das sociedades de classe, relacionada com a articulação de conjuntos de valores e estratégias rivais que tentam controlar o metabolismo social em todos os seus principais aspectos. Os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente autônomos (mas, é claro, de modo algum independente), que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social.

O embate do campo das ideias e da cultura tem uma conexão intrínseca com as tensões e cisões do campo da produção social. Essas tensões se desenvolvem numa interação dialética de fomentos e supressões dos elementos desses planos que se complementam em uma teia imanente. Por isso, é fundamental entender o que Lukács coloca como a “ontologia da vida cotidiana” para perceber a construção, o reforço e a função dos mais diversos valores sociais, tanto no plano imediato como em sua essência, pois

Já que a vida de toda sociedade consoma uma — por última — realidade unitária, já que a essência de todo ser humano singular constitui nela um ser unitário, emerge em geral com necessidade o que anteriormente denominamos de ontologia da vida cotidiana, na qual todas as tendências praticamente necessárias para a reprodução da vida do ser humano singular, bem como de suas associações, se resumem em uma unidade emotivo-intelectual imediatamente inseparável. (LUKÁCS, 2018, p. 409).

Se não se podem apartar as questões da cultura e dos valores da materialidade da vida social e, se o espraiamento dessas questões se reforça desde as grandes instituições sociais até o cotidiano dos indivíduos, o entendimento das opressões revela-se como um elemento desse complexo. Esse entendimento faz com que centremos as discussões da formação individual, dos valores sociais e dos costumes morais de qualquer época como construções humanas, não como algo dado nem metafisicamente, por condições fisiológicas ou formação singularista, haja vista que

[...] não se deve jamais esquecer que mesmo as decisões imediatamente puramente pessoais ocorrem sob condições sociais concretas, são respostas a questões que delas emergem. Por toda essa entrelaçabilidade indissolúvel do social com o pessoal, o fato de se uma resolução alternativa imediatamente brota de motivos pessoais, ou é já imediatamente determinada socialmente, se é intencionalmente determinada, tem um significado objetivo também para a sua apreciação social. Disso segue-se a

exigência de considerar essas questões em sua complexidade concreta. A contradição dialética entre o desenvolvimento da capacidade e o desenvolvimento da personalidade, portanto a alienação, por toda a sua importância, jamais abarca a completa totalidade do ser social dos seres humanos; por outro lado, jamais se deixa (quando muito em desfiguração subjetivista) ser reduzida a uma contraposição abstrata de subjetividade e objetividade, a uma contraposição de ser humano singular e sociedade, de individualidade e socialidade. Não há nenhuma espécie de subjetividade que, nas raízes e determinações mais profundas de seu ser, não seja social. A mais simples análise do ser humano, do trabalho e da práxis, mostra isto em um modo irrefutável. (LUKÁCS, 2018, p. 510).

Daí a construção e exposição de sua evidente e fundamentada tese materialista da ontologia do ser social ante as naturalizações de outras correntes filosófico-científicas, como aquelas criticadas pelo autor, no campo idealista, ou, ainda, no simples abandono do pragmatismo burguês da busca dessa essência social, como no neopositivismo. Nesse sentido, Lukács (2018) problematiza e desconstrói essas proposições enquanto historiciza a essência da subjetividade, da ontologia da vida cotidiana e de sua metamorfose social.

O fundamento desta análise enfrenta também as raízes de teorias do campo da subjetividade que sintetizam a formação da individualidade em estruturas internas à mente humana, procedendo sua análise na relação estrita às dimensões de percepção individual de sentidos e significados singulares. Supera também o reducionismo comportamentalista, que se limita ao processo descritivo e reativo imediato como constituição possível de reconhecimento da subjetividade.

Por fim, a confirmação da formação de complexos sociais da dinâmica entre produção e reprodução social, esclarece a distância que há no constructo teórico lukacsiano de uma abordagem meramente economicista. Reivindicando uma lente crítico-dialética a partir do materialismo, não há a defesa de uma relação simplista e mecânica da estrutura sobre as condições culturais, mas sim uma relação mútua, ou, como mesmo se coloca, por “complexos”:

É verdade que a diferença entre a finalidade e seus efeitos se expressa como preponderância de fato dos elementos e tendências materiais no processo de reprodução da sociedade. Isso não significa, todavia, que esse processo consiga afirmar-se sempre de modo necessário, sem ser abalado por nenhuma resistência. O fator subjetivo, resultante da reação humana a tais tendências de movimento, conserva-se sempre, em muitos campos, como um fator por vezes modificador e, por vezes, até mesmo decisivo. (LUKÁCS, 1978, p. 12-13).

O entendimento da contundência da sociabilidade para a construção social humana, com sua inerência ao trabalho e ao desenvolvimento das forças produtivas, não implica a superestimação da economia ante a subestimação da cultura e da subjetividade. Essa dinâmica

evidencia a sua relação, visto que cada reação pessoal possui uma base social que condiciona suas alternativas.

Essas considerações permitem adentrarmos numa esfera de férteis elementos para a percepção da materialidade dos valores sociais, da sua reprodução e da possibilidade de superação e criação de outros valores em esferas e direções distintas. A complexa dinâmica da sociabilidade humana se revela justamente num movimento envolto de mediações de vários níveis onde:

[...] as necessárias posições teleológicas tomam, como vimos, duas formas: posições que aspiram a uma transformação de objetos naturais (no sentido mais amplo da palavra, portanto também inclusa a força da natureza) para realizar uma finalidade humana, e aquelas que desejam atuar sobre a consciência de outros seres humanos para os induzir a posições desejadas. Quanto mais se desenvolve o trabalho e, com ele, a divisão de trabalho, quanto mais independência obtêm as posições teleológicas do segundo tipo, tanto mais podem elas se desenvolver como um complexo próprio da divisão de trabalho. Essa tendência de desenvolvimento da divisão de trabalho necessariamente se cruza socialmente com o surgimento das classes; posições teleológicas desse tipo podem ser, espontânea ou institucionalmente, colocadas a serviço de um domínio sobre aqueles a ele subjugados, daí o tão frequente enlace do trabalho intelectual tornado independente com os sistemas de dominação de classe, ainda que seus inícios sejam antigos, ainda que no curso da luta de classes, como já comenta o «Manifesto Comunista», até mesmo uma parte dos representantes do trabalho intelectual, com uma dada necessidade social, passe para o lado dos oprimidos que se rebelam. (LUKÁCS, 2018, p. 136).

A constatação desse bojo valorativo em formas e planos distintos que se retroalimentam é o cerne para a percepção da disputa cultural ideológica que se expressa em diferentes complexos e instituições, buscando condicionar, direcionar e até limitar ou ampliar as alternativas individuais com finalidades e naturezas socialmente referenciadas.

O que se busca, sem a proposição vulgar que descarta os elementos individuais, as particularidades culturais e valorativas, é entender como o aspecto particular, em suas especificidades, pode identificar expressões de um fenômeno social mais amplo, já que a individualidade não é uma característica inata do sujeito, mas formada pelos processos de socialização.

A articulação ontogenética e filogenética potencializa o ser humano que, por via de sua atividade prática diante do mundo, sofisticada sua atuação e alternativas, afinal “a posição teleológica no processo de trabalho, a necessidade de o resultado do trabalho dever ser já antecipado no pensamento antes de sua execução, significa uma transformação de todo do ser humano, mesmo de sua sensibilidade originária, biologicamente surgida. (LUKÁCS, 2018, p. 515).

As funções psicológicas superiores são potencializadas no desenvolvimento da

atividade humana e seu desenvolvimento coletivo, a complexificação dos reflexos (pensamento, memória, imaginação) se espriam por via da construção de intencionalidade, de processualidade e de materialização historicamente construída.

Sob pressão imediata das condições externas, o homem, em sua luta ativa com o mundo exterior, aprendeu a não usar diretamente suas capacidades naturais na luta pela existência, mas a desenvolver primeiro métodos mais ou menos complexos para ajudá-lo nessa luta. No processo da evolução, o homem inventou ferramentas e criou um ambiente industrial cultural, mas esse ambiente alterou o próprio homem; suscitou formas culturais complexas de comportamento, que tomaram o lugar das formas primitivas. Gradativamente, o ser humano aprende a usar racionalmente as capacidades naturais. A influência do ambiente resulta no surgimento de novos mecanismos sem precedentes no animal; por assim dizer, o ambiente se torna interiorizado [internalizado]; o comportamento torna-se social e cultural não só em seu conteúdo, mas também em seus mecanismos, em seus meios. Ao invés de memorizar imediatamente algo de particular importância, o ser humano desenvolve um sistema de memória associativa e estrutural, desenvolvem-se a linguagem e o pensamento, surgem as ideias abstratas e criam-se inúmeras habilidades culturais e meios de adaptação – em consequência do que o adulto cultural surge em lugar do adulto primitivo. Muito embora as funções naturais, inatas, sejam semelhantes no homem primitivo e no homem cultural ou, em alguns casos, possam até deteriorar-se no correr da evolução, o homem cultural difere enormemente do homem primitivo pelo fato de que um enorme repertório de mecanismos psicológicos – habilidades, formas de comportamento, signos e dispositivos culturais – evoluíram no correr do processo de desenvolvimento cultural, como também pelo fato de que toda a sua mente se alterou sob a influência das condições complexas que o criaram. (VYGOTSKI; LURIA, 1996, p.179-180).

Portanto, o ser da práxis transforma o mundo, se modifica, constitui coletivamente história, cultura e subjetividade. O processo de práxis social constituída no pôr teleológico e na ação material diante de seus nexos causais é a chave para o desvendamento dos processos internos da consciência do ser social. Assim, Luria (1979) afirma: “Torna-se claro que a *atividade consciente do homem não é produto do desenvolvimento natural de propriedades jacentes no organismo*, mas o resultado de novas formas histórico-sociais de atividade-trabalho.” (p. 77).

Leontiev (1978) desenvolve a ideia de diferentes estágios do psiquismo que se processam historicamente. O autor conceitua esses níveis como “psiquismo sensorial”, passando pelo “psiquismo perceptivo” até o “psiquismo intelectual”. Numa análise ontológica da teoria da atividade, tal complexificação da formação da consciência fundamenta sua realização na relação do ser com o mundo, primeiro, numa escala sensorial da matéria, depois numa percepção reativa desta até a capacidade ativa desenvolvida no intelecto como característica eminentemente humana. O autor destaca que “consciência do homem é a forma histórica concreta de seu psiquismo” (LEONTIEV, 1978, p. 88), onde o processo de desenvolvimento internalizado pelo exemplar individual do ser social não pode ser dissociado

de suas relações concretas.

Na processualidade histórica, o salto do ser humano da mera singularidade para a individualidade, a partir da construção da personalidade, caracteriza um dado essencial para a apreensão da reprodução social e das alternativas componentes dela, pois:

[...] a determinação social das circunstâncias não pode ser absoluta no desenvolvimento interno dos sujeitos individuais. Na trama de demandas e respostas às alternativas socialmente criadas, o comportamento dos indivíduos implica atos de consciência a partir de um variado campo de possibilidades que pode ir além de suas escolhas impostas simplesmente pelas condições de classe etc. Portanto, a decisão entre alternativas não significa nem uma expressão de liberdade puramente individual, nem meramente uma determinação fixa socialmente de uma vez por todas. Ao indivíduo resta sempre a possibilidade de uma escolha avaliada segundo a sua consciência ante as condições de uma situação concreta. (COSTA, 2012, p. 55-56).

A tessitura que supera a apartação entre objetividade e subjetividade demonstra a predominância das dimensões sociais sem, no entanto, caracterizá-las como algo absoluto e mecânico. O desdobramento social do “tornar-se humano” se revela muito mais complexo do que qualquer fórmula de compreensão estática e esquemática.

Não existe um ser subjetivo abstrato, cindido das relações que regem a sociedade. As manobras das alternativas singulares precisam ser analisadas em suas determinações objetivas, afinal, os seres humanos “fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram (MARX, 2011b, p. 25).

O indivíduo é socialmente existente em todas as formas da sociabilidade humana, mas se realiza particularmente pelas possibilidades relacionais e suas condições produtivas e reprodutivas material e historicamente postas. Quanto mais complexo é o conjunto de processos capazes de ampliar as alternativas coletivas, maior é o potencial de construção individual de um determinado tempo histórico. As condições produtivas são a base dessa formatação não por decreto economicista, mas porque as relações sociais ganham ou diminuem vastidão e delineamento diante do que se pode construir. Desta forma, “Torna-se claro que a *atividade consciente do homem não é produto do desenvolvimento natural de propriedades jacentes no organismo*, mas o resultado de novas formas histórico-sociais de atividade-trabalho” (LURIA, 1979, p. 77).

Como percebemos, a práxis como momento predominante rebusca a formação do ser social numa complexidade radicalmente distinta dos seres das esferas orgânica e inorgânica,

processando uma síntese onde, ao mesmo tempo, o ser humano tem sua base natural como um fato ineliminável, ao passo que não pode ser reduzido a esta.

Se se quer, portanto, realmente compreender o fenômeno da alienação, sem ingredientes ou distorções mitológicas, jamais se deve ignorar que a personalidade, com toda sua problemática, é uma categoria social. Evidente que o ser humano é, imediatamente, de modo inexorável, um ser vivo, como todos os produtos da natureza orgânica. Nascimento, crescimento e morte são e permanecem momentos inexoráveis de todo o processo biológico de vida. Todavia, o afastamento — afastamento inexorável, mas jamais desaparecimento — da barreira natural é um traço essencial não apenas de todo o processo de reprodução da sociedade, mas inseparável também da vida individual. As suas expressões fundamentais, como os atos de nutrição e reprodução podem se socializar, causando alterações muito amplas, qualitativas; os motivos da socialização podem nele desempenhar um papel sempre mais dominante; seu solo biológico, contudo, jamais pode ser completamente abandonado. Uma valoração incorreta das proporções dos momentos aqui operantes — indiferente se como sobrestimação ou subestimação do biológico — deve igualmente conduzir a uma falsa visão da alienação. (LUKÁCS, 2018, p. 513-514).

Qualquer expressão vital se realiza a partir do salto da dimensão inorgânica para a orgânica, mas a vitalidade social só se concretiza por um patamar qualitativamente outro, ao desenvolver uma capacidade de transformação que não pode ser explicada por elementos restritos às outras esferas, a dimensão de sociabilidade suplanta fronteiras inatas.

Desta forma, é imprescindível admitir a supressão desses elementos e analisá-los a partir de sua unidade, que ao mesmo tempo que nega esses elementos em suas características individuais, enquanto incorpora-os em um conjunto, uma unidade superando as propriedades de cada elemento e gerando um algo novo, que não pode ser explicado a partir da decomposição de suas partes, pois, suprassume-as no movimento de superação dialética (MÉSZÁROS, 2013).

As inflexões da práxis humana diante do mundo remetem à natureza social deste ser que interage em busca dos seus interesses imediatos mas que, pelas características essenciais internas ao processo de ação-reflexão, constitui uma tendência à generalização, universalização e ampliação das características de sociabilidade.

A complexidade do processo de trabalho direciona a análise sobre o ser social ao reconhecimento da importância do pôr teleológico sem recair no idealismo, desvendando o protagonismo da ação material sem uma delimitação vulgar.

Fixando no "pôr teleológico" a célula geradora (*Urphänomen*, o "fenômeno originário") da vida social e na proliferação das "posições teleológicas" o seu conteúdo dinâmico, Lukács toma impossível a confusão entre a vida da natureza e a vida da sociedade: a primeira é dominada pela causalidade espontânea, não teleológica por definição, enquanto a segunda é constituída através dos atos

finalísticos dos indivíduos. Mas a conexão indissolúvel entre finalismo e causalidade lhe permite demonstrar tanto o caráter de irreducibilidade do mundo dos valores, que é produto da consciência "ponente" (os fins nunca são apenas epifenômenos da causalidade natural) como o necessário enraizamento dos valores na rede das cadeias causais, objetivas e subjetivas. Deste modo, sua ontologia do ser social tem como fundamento uma teoria dialética da gênese dos valores. (TERTULIAN, 1995, p. 63).

Do processo praxiológico fundante procede uma constituição de movimentos internos à sua realização necessariamente relacional entre ser social e o meio natural, entre este ser e o meio social, que ele também constitui e que por ele é constituído. Por fim, não menos importante, esta relação se dá entre o ser individual e a elevação de patamar que seu ato singular galga quando percebido em sua relação coletiva.

Assim, o exemplar singular da espécie só pode existir como indivíduo em relação social. A condição de ser humano se concretiza na atividade de humanizar a vida, de materializar uma potencialidade teleológica que existe singularmente, mas que só se materializa em toda a sua dimensão na sociabilidade, sendo esta, portanto, construção histórica, os trilhos basilares onde se percorre, fundamentalmente o trabalho, e complexificadamente todas as outras práxis.

Da necessidade material primária, imediatamente similar àquela de outros seres vivos até sua satisfação peculiar, há um conjunto de processos precedentes à síntese concreta. A intencionalidade do ser social é um princípio de complexidade particular que instala os procedimentos teleológicos diante das causalidades.

A objetivação é, portanto, também um processo de subjetivação, posto que a criação do novo objetivamente dado, é idealizado previamente com direção e sentido específicos. Neste momento há um conteúdo interno ao sujeito que só existe por sua capacidade especial enquanto ser social, possibilitando o juízo, a escolha e o seu planejamento diante das possibilidades ali dadas.

O conhecimento correto da causalidade, seu correto pôr, apenas pode ser determinadamente compreendido a partir da finalidade; uma observação apropriada e sua aplicação que, digamos, é muitíssimo adequada para afiar uma pedra, pode levar a perder todo o trabalho de raspá-la. O reflexo correto da realidade é, naturalmente, inexoravelmente o pressuposto de um dever que funciona corretamente; esse reflexo correto apenas pode ser efetivo se ele realmente promove a realização do devido. Aqui não se trata, simplesmente, de um reflexo correto da realidade em geral, de um adequado a ela reagir em geral, ao contrário, toda correção ou falsidade, portanto toda decisão de uma alternativa no processo de trabalho, pode ser avaliada exclusivamente a partir da finalidade, de sua realização. Portanto, também aqui é falada de uma inexorável inter-relação entre dever e reflexo da realidade (entre teleologia e causalidade posta), em que ao dever cabe a função de momento predominante. O separar-se das formas anteriores, o tornar-se autóctone do ser social, expressa-se precisamente nesse predomínio daquelas categorias nas

quais o novo, desenvolvido, caráter desse novo tipo de ser alcança expressão em contraposição às que o fundam. (LUKÁCS, 2018, p.62).

A materialização do novo é a realização objetiva do ser social em sua dimensão exterior, enquanto a subjetivação se complexa internamente a cada processo socialmente construído. Este processo é elevado pela capacidade de aprendizado experimental do indivíduo e de sua potencialidade também adquirida pela vivência do outro, coletivamente percebida, atuando num processo transcendente ao imediatamente dado e à sua intencionalidade primária. Desde o momento de prévia-ideação (teleologia) passando pelas causalidades (condições externas) até a objetivação (trabalho objetivado) e a exteriorização (exterior ao ser social) a práxis produz e reproduz individualidade.

A prévia-ideação, julgamento, projeção e conhecimento em nível inteligível, ou seja, dentro da consciência, fazendo parte da teleologia, é o momento de abstração que constitui a realidade enquanto potência, já que tem como finalidade ser objetivada. Concretizar-se, transformando a natureza, é a realização da subjetivação, síntese onde a projeção influenciou diretamente o ser objetivo e pode se dirigir aos atos posteriores em conjunto com a causalidade.

Assim como exteriorização é um momento do processo de objetivação, a vivência é uma dimensão do processo da práxis que perpassa a relação do sujeito com as causalidades, para a construção do pôr teleológico nas escolhas das alternativas materialmente construídas e suas possibilidades de constituição do novo.

Apenas através da exteriorização objetivam-se todas as manifestações de vida para o próprio ser humano que as vive, bem como para seus semelhantes. Apenas através dessa objetivação obtêm ambos uma continuidade humano-social, tanto para o ser humano que a executa, quanto para aquele que entra em contato com ela; apenas nessa continuidade surge a personalidade do ser humano como portadora substancial desses atos, novamente, tanto para si próprio quanto para outros. As complicações que com isso surgem não podem ser aqui descritas detalhadamente; elas pertencem à ética. Resumindo de todo em geral: por um lado, cada ser humano singular considera determinadas posições próprias como reveladoras de seu caráter, outras, como reações casuais a circunstâncias externas, como indesejadas, impostas etc.; por outro lado, os outros seres humanos, que têm a ver com ele, executam em suas manifestações uma escolha semelhante. (LUKÁCS, 2018, p. 367-368).

Só para fins teóricos é possível pormenorizar o processo de unidade objetividade e subjetividade e não sem cair num risco descritivo-cronológico do processo. Só é possível realizar uma tergiversação nesses termos se fizermos um recorte pela abstração racional, um retrato de algo que é necessariamente muito mais dinâmico e autocomplexificador. A capacidade teleológica e o pôr teleológico, as causalidades postas e as dimensões externas

impulsionam limites e possibilidades imediatas e mediatas do ser social e de sua subjetividade.

Devemos acrescentar que a teleologia é um construto da consciência, existe "idealmente" na "imaginação do trabalhador" – é, portanto, um ato consciente dos indivíduos. Sem em nada alterar esse fato, a teleologia sempre se refere às necessidades e possibilidades (objetivas e subjetivas) com as quais os indivíduos se confrontam, a "existência determina a consciência". Nessa relação que estamos examinando, a atividade da consciência que produz a teleologia apenas é possível se a consciência for a consciência do mundo em que vive o indivíduo, se a consciência refletir as necessidades e possibilidades das suas condições de vida. Uma ideia, para cumprir a função social de teleologia, deve, entre outras coisas, ser também o reflexo do mundo objetivo na consciência. A origem, o fundamento da teleologia é, portanto, a reprodução social em que incessantemente são produzidas novas necessidades e possibilidades, – e, nesse contexto mais geral, na relação entre objetividade e teleologia, cabe à primeira o momento predominante sem que isso cancele o papel ativo da consciência ao produzir a segunda. (LESSA, 2018, p. 16).

Sendo um processo de retroalimentação e suprassunção, sua realização sintética produz um grau superior de interação individual e coletiva, seja para a intenção primária de objetivação, seja para intenções outras que tal experiência particular possa construir aprendizados ou/e novas capacidades de ação.

O sentido individual e o coletivo não são idênticos, mas permanecem em unidade (LESSA, 1995). Eles estão conectados ontologicamente pela materialidade da vida socialmente construída e só existem na medida em que as práxis humanas se realizam no chão da história. Por isso, esse é um processo de mediação existente tanto no aspecto procedimental da práxis específica quanto numa perspectiva mais ampla de desvendamento dos complexos da reprodução social.

Quanto mais se desenvolvem as possibilidades sociais e sua complexidade, mais é definido o elemento predominante das práxis sociais, inclusive como ponto de modificação das características e condições corpóreas a cada passo de afastamento das barreiras naturais, em caráter de autonomia relativa, desenvolvendo uma atividade sociocultural ativa em questões dos organismos humanos e às respostas interativas diante das questões naturais e sociais.

O desejo de realização é uma característica sofisticada deste ser, sua motivação não se esgota num estímulo orgânico. As respostas socialmente postas impulsionam os estímulos socialmente postos, estes, processam quererem em estágios humanamente precisos.

Salientamos: do ser humano singular como ser genérico, pois a satisfação dos desejos do indivíduo meramente particular (*partikularen*) é tão condicionada por acentos pessoais, por acasos felizes e malévolos, que nenhuma sociedade é capaz de

oferecer plenas garantias para isto. O ser humano singular como ser genérico apenas pode objetivar suas paixões como membro da sociedade à qual pertence. Essa necessidade, todavia, é tanto mais plena de contradições e mais rica em conflitos, quanto mais desenvolvida e por isso mais intrincada é a sociedade e, com ela, a generidade realizada através da objetivação das posições, quanto mais as relações sociais que se tornam sempre mais multifacéticas, tornam os seres humanos singulares em individualidades. (LUKÁCS, 2018, p.472).

A capacidade de práxis do ser social se depara com suas necessidades dadas naturalmente e postas socialmente no processo de suas satisfações e transformações, elaborando um conjunto complexo de possibilidades de planejamento e julgamento diante do mundo que constitui a formação da consciência. Consciência, portanto, não é algo estruturalmente estabelecido, mas um processo:

[...] o fenômeno da consciência como um movimento e não como algo dado. Sabemos que só é possível conhecer algo se o inserirmos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ela se tornou o que é, assim é também com a consciência, ela não "é", "se torna". Amadurece por fases distintas que superam-se, através de formas que se rompem, gerando novas que já indicam elementos de seus futuros impasses e superações. Longe de qualquer linearidade, a consciência se movimenta trazendo consigo elementos de fases superadas, retomando aparentemente, as formas que abandonou. (IASI, 1999, p. 14).

O processo contraditório e de perene construção das relações evidencia os desafios, as possibilidades e os limites dos indivíduos dentro da sociedade. Sujeitos capazes de escolher, mas apenas entre as alternativas existentes; de contribuir com a busca de outras possibilidades, mas a partir de uma edificação coletiva; indivíduos com o potencial para o novo, porém condicionados aos meios que estão ao seu redor em determinado momento histórico.

[...] Aqui, como em toda parte, contudo, vale que as posições teleológicas dos seres humanos singulares, por mais intensamente que suas bases sejam determinadas sócio-economicamente, em seu ser imediato sempre, por assim dizer, iniciam do zero e apenas em suas bases objetivas decisivas se atam à continuidade objetiva. As posições se referem apenas no sentido o mais objetivo a esses momentos concernentes subjetiva e diretamente à imediata vida pessoal vivida dos respectivos seres humanos. Elas dividem essa espécie de essência com muitas outras decisões alternativas que imediatamente influenciam essas formas de ser, p. ex., com aquelas da ética, em oposição àquelas outras posições, p. ex., aquelas da política, em que a socialidade objetiva e sua continuidade determinam mais intensamente, já no imediato, as posições. (LUKÁCS, 2018, p. 530).

O tratamento analítico desse processo tem o justo caráter precedente da formação da individualidade como uma dimensão ontológica do ser social, processando personalidades com autonomia relativa diante das condições sócio-históricas materialmente ancoradas,

tangenciando a unidade objetividade-subjetividade, produção-reprodução social. Se o indivíduo social só o é em relação, as constituições do ser social se materializam nas relações particulares, evidenciando os limites e as possibilidades determinadas pelas contradições do tempo histórico estruturado sobre condições específicas de existência.

Pensar as questões das relações particulares, das características individuais, dos sentimentos, desejos, prazeres e dos elementos psíquicos, é refletir sobre o ser social, sobre o seu chão histórico e sobre a concretude de sua subjetividade auto mediada por sua práxis e pela práxis coletiva. Numa sociedade complexa, portanto, formada por seres complexos, os afetos são constitutivos do cotidiano e construídos com os pés no terreno social. Desejos e sentimentos, idem. Numa sociedade da alienação, os sofrimentos e dilemas subjetivos são substantivamente formados pela humanização desumanizada individualmente objetivada.

Tertulian (2013, p. 55) defende que a ontologia do ser social fundamenta a teoria “[...] da gênese dos afetos, perseguindo a fenomenologia da subjetividade até uma teoria da gênese dos valores, com o intuito de circunscrever a especificidade da atividade ética, cuja vocação, a seus olhos, é organizar o mundo dos afetos, hierarquizá-lo e dar-lhe coerência.”. O ser social individualmente existe é um ser que afeta e é afetado nas suas relações sociais e, numa sociabilidade desumanizada é, essencialmente, uma sociedade do desafeto, da objetivação singular da não realização do ser genérico enquanto perspectiva emancipatória.

O ser humano é mais que um ser sensível, capaz de dar sentido. A percepção e sensação são dimensões do afeto imediato, produzido socialmente, mas realizado particularmente. O sentimento e a emoção já é afeto concreto, a complexidade do afeto, o processo uno da objetividade-subjetividade individualmente existente das questões gestadas na sociabilidade humana em um dado momento histórico.

Ser (*sein*) sensível, isto é, ser efetivo, é ser objeto sensível, e, portanto, ter objetos sensíveis fora de si, ter objetos de sua sensibilidade. Ser sensível é ser *padecente*. O homem enquanto *ser objeto sensível* é, por conseguinte, um *padecedor*, e, porque é um ser que sente o seu tormento, um ser *apaixonado*. A paixão (*Leindenschaft, Passion*) é a força humana essencial que caminha energicamente em direção ao seu objeto. (MARX, 2004, p. 148.).

A possibilidade de relações cotidianas naturalizadas, mas socialmente construídas e realizadas com tal nível de complexidade, existe pelo espaço particular ser também locus sintético de múltiplas determinações. O indivíduo tem seu conjunto de experiências e sua vivência consigo e com o outro, tem percepção/sensação como afeto imediato e seus sentimentos e emoções como afeto concreto, uma complexidade fruto da elaboração mediada

socialmente. Sua capacidade individual só se realiza socialmente, sua potencialidade singular só é concreta na particularidade porque existem dimensões universais atuando de forma múltipla.

A partir de condições reais, a formação da consciência do sujeito, numa conjunção mundo-sujeito-mundo, matéria-ideia-matéria, ação-reflexão-ação, sintetiza a relação entre necessidade, intencionalidade, planejamento e objetivação, ganhando um patamar que supera a condição pragmática.

A curva teleológica do indivíduo supera dimensões pragmáticas e imediatas de sua experiência. O caráter oblíquo da complexidade do ser social possibilita sobrepujar o experimento circunstancial corpóreo, transcendendo o pôr teleológico constituído da capacidade criativa e imaginativa como habilidades e nexos internos processuais de apreensão de prévia-ideações dos outros sujeitos. O recurso da intencionalidade, embora crucial, como nexos constitutivo da práxis, é transcendido pela própria capacidade do ser de idear novas possibilidades para tantos outros atos e práxis distintas daquela circunstancial.

Em tudo isso, o objetivo primeiro é transformar a realidade para satisfazer as necessidades humanas. Mas é alcançado também outro resultado, não necessariamente almejado no início do processo, qual seja, a transformação dos próprios seres humanos. O ser humano não criou a lança para desenvolver suas habilidades e fazer disputas de lançamento de dardos. Mas o uso da lança desenvolveu as habilidades humanas o que, com o desenrolar histórico-social, acabou tornando-se um fim em si mesmo. É por isso que Marx (2004) escreveu nos Manuscritos Econômico-Filosóficos que os cinco sentidos são um produto da história social. Em ambos os processos, o de transformação da natureza e do próprio ser humano, o desenvolvimento pode ser caracterizado como um movimento no qual as transformações ocorrem de início na forma do em si, passando depois a se realizarem como transformações para si. A astúcia da razão não consiste, portanto, em se adaptar à realidade tal como ela se apresenta, nem em tentar construir um mundo a partir da fantasia sem vínculos com o real, mas em analisar o movimento e as contradições da realidade de maneira a conhecer as possibilidades de transformação e estabelecer estratégias de condução dessa transformação em direção à concretização daquela que, entre as alternativas possíveis, seja a melhor para os seres humanos. (DUARTE, 2013, p. 25).

A construção de alternativas como resposta na interação com o meio material para satisfação de suas necessidades é desenvolvimento produtivo e também espiritual. Sentidos e significados fazem parte de uma teia dinâmica onde a práxis se detalha na prévia-ideação diante daquilo que existe no mundo – as causalidades – a necessidade ali existente e os meios para realizar sua satisfação, promovendo uma ação no real, transcendendo o campo das ideias ao mesmo tempo que o eleva a um novo patamar, posto que ação-reflexão é um processo de exteriorização e de objetivação, mas também de subjetivação de aprendizados, aperfeiçoamentos, complexificação das possibilidades e alternativas.

Para permanecer também aqui nos fenômenos fundamentais, podemos reconhecer no próprio trabalho material, começando por épocas muito remotas até nossos dias, nos mais simples produtos do trabalho, com frequência »a mão« (a personalidade) de seu produtor. Apenas a desantropomorfização do trabalho, que começa de uma forma não ainda consistente com a divisão do trabalho na manufatura, deixa desaparecer o momento da exteriorização em tais objetivações. Claro que também aqui apenas tendencialmente, já que, ainda que também a porção objetiva da exteriorização costume desvanecer nas últimas execuções feitas por trabalhadores singulares, o plano geral de um modelo de produto, seu »estilo«, pode sim trazer, para a concepção, a marca da exteriorização. Também na linguagem se expressa a desigualdade desse desenvolvimento, claro que em um modo muito diferenciado. O tornar-se-mais-social, a crescente integração não produz aqui imediatamente nenhuma uniformização desantropomorfizadora; contudo, a crescente socialização cria com frequência padrões linguísticos de todo despersonalizados etc.; ao mesmo tempo, contudo, também aumenta o caráter de exteriorização individual da linguagem. Torna-se cada vez mais facilmente possível reconhecer seres humanos, apreender suas individualidades nas suas escolhas de palavras, nos seus vocabulários, nas suas expressões sintáticas etc. do que em patamares anteriores. (LUKÁCS, 2018, p. 360).

O enfrentamento do debate da formação da consciência e o foco no caráter subjetivo sem o rebaixamento fisiológico-biologicista e nem as mistificações sócio-culturalistas e ideal-psicanalíticas, promovem uma complexa evidência da dialética do ser social que tem a base natural ineliminável, mas uma essência eminentemente social onde sua própria humanização é também o processual afastamento das barreiras naturais, a complexificação das relações coletivas e da formação individual, ampliando possibilidades e alternativas, desenvolvendo nossas necessidades e habilidades, objetivando o mundo humano enquanto subjetiva sua condição particular.

Até hoje, toda psicologia (inclusa a freudiana) sofre por conceber o seu método a partir do ser humano artificialmente insulado, isolado da sociedade capitalista e de seu modo de produção. Trata de suas peculiaridades, assim como o efeito do capitalismo, enquanto qualidades permanentes que são imanentes ao 'homem', que são 'prescritas pela Natureza'. Semelhante à economia, à jurisprudência burguesa etc., fixa-se nas formas superficiais produzidas pela sociedade capitalista; não percebe que está somente aceitando as formas de sociedade capitalista e que, em consequência, não pode emancipar-se dela. (LUKÁCS, 2009, p. 220).

A complexidade do ser social em sua dimensão singular só pode ser desvendada por uma teoria da subjetividade que persiga o caráter monista do processo de individuação. Vygotski (1991) destaca que:

A psicologia dialética parte, antes de tudo, da unidade dos processos psíquicos e fisiológicos. Para a psicologia dialética a psique não é, como expressará Spinoza, algo que se faz além da natureza, um Estado dentro de outro, se não uma parte da própria natureza, ligada diretamente às funções da matéria altamente organizada do

nosso cérebro. [...] A psicologia não deve ser considerada como uma série de processos especiais que existem em algum lugar em qualidade de complementos por cima e a parte dos cerebrais, se não como expressão subjetiva desses mesmos processos, como uma faceta especial, uma característica qualitativa especial das funções superiores do cérebro. (p. 100).

No desvendamento dos nexos causais particulares da formação da consciência do ser social, o debate de Vygotski ilumina o desencadeamento de fatores substantivos da individuação, refletindo sobre a origem de comportamentos e como as questões estruturantes da sociedade atravessam os sujeitos. Como destacamos em Furtado e Pinheiro (2021, p. 37-38):

Olhar os fundamentos da psicologia histórico-cultural de Vygotski pela lente da construção da ontologia do ser social de Lukács revela as determinações mais rigorosas do método marxiano e da tradição marxista, que busca compreender as determinações entre sujeito e objeto para além de questões epistemológicas, aprofundando a dimensão ontológica na tessitura dialética entre objetividade e subjetividade, no desvendamento das determinações, por uma perspectiva de totalidade que busca as mediações entre universalidade-particularidade-singularidade.

A lente crítica na construção de uma teoria da subjetividade, a partir de uma vivência historicamente determinada e materialmente ancorada, realiza uma síntese crucial que busca uma Psicologia Geral para a apreensão da genericidade humana. Vygotski defende uma ciência para desenvolver o problema da consciência racional do ser humano, traçando os caminhos de seus estudos a fim de uma constituição materialista e histórica da consciência e dos comportamentos como sua realização.

Embora o autor não se atenha a uma discussão explícita sobre ontologia, sua apropriação do método materialista histórico e dialético e, por isso, a posição sobre a radicalidade do fazer-se humano no fundamento do trabalho se evidencia na forma de construção, exposição e análises que faz acerca da constituição da consciência.

Através do mecanismo do reflexo condicionado a natureza maneja o homem, mas as ligações naturais podem condicionar quaisquer e todas as ligações possíveis da conduta, exceto a mudança da própria natureza. Nas ligações naturais não está incluída a necessidade do trabalho e atividade do trabalho” (VYGOTSKI, 2000 p. 31).

Desta forma, diante do objeto deste trabalho, a categoria vygotiskiana traduzida para o português como “vivência”, mas que na obra do autor é encontrada grafada no termo russo *perejivanie*, auxilia na tarefa de decifrar os caminhos pelos quais se realiza individualmente os fundamentos da reprodução social e os limites e possibilidades do indivíduo diante da

estrutura social vigente.

No texto assim traduzido “Quarta aula: a questão do meio na pedologia”, Vygotski (2010) desenvolve teoricamente a categoria para uma superação crítica da influência de posições teóricas de reprodução determinista em relação ao desenvolvimento da criança. O autor apresenta a importância desta influência ser apreendida a partir da relação que a criança (os seres humanos de modo geral) estabelece com o meio.

Em primeiro lugar, gostaria de colocar algo que foi observado de maneira superficial: que para compreender corretamente o papel do meio no desenvolvimento da criança é sempre necessário abordá-lo não a partir de, creio ser possível formular desta maneira, parâmetros absolutos, mas, sim, a partir de parâmetros relativos. Além disso, deve-se considerar o meio não como uma circunstância do desenvolvimento, por encerrar em si certas qualidades ou determinadas características que já propiciam, por si próprias, o desenvolvimento da criança, mas é sempre necessário abordá-lo a partir da perspectiva de qual relação existe entre a criança e o meio em dada etapa de seu desenvolvimento. (...) é necessário migrar dos indicadores absolutos do meio, para os indicadores relativos, ou seja, para esses mesmos indicadores, mas tomados no que concerne à criança. (VIGOTSKI, 2010, p.682).

Nesse sentido, Vygotski afirma que não apenas o meio social é importante no desenvolvimento, mas também a forma como a criança vai estabelecer esta relação a partir de características próprias que são construídas social e historicamente no decorrer de seu desenvolvimento.

De forma mais precisa, mais exata, o que nós podemos dizer a respeito dos exemplos que vimos quando discutimos as crianças é que os elementos existentes para determinar a influência do meio no desenvolvimento psicológico, no desenvolvimento de sua personalidade consciente é a vivência. A vivência de uma situação qualquer, a vivência de um componente qualquer do meio determina qual influência essa situação ou esse meio exercerá na criança. Dessa forma, não é esse ou aquele elemento tomado independentemente da criança, mas, sim, o elemento interpretado pela criança que pode determinar sua influência no decorrer de seu desenvolvimento futuro. (VIGOTSKI, 2010, p. 683-683).

A questão levantada por Vygotski aqui está radicalmente fundada no método materialista histórico e dialético e a tecitura de sua crítica às ciências vigentes são, portanto, analisadas a partir do método, como o próprio autor analisa:

[...] eu tentei defender a ideia de que, na ciência, a análise que se ocupa dos elementos deve ser substituída pela análise que funde unidades num todo complexo. Além disso, dissemos que as unidades representam, à diferença dos elementos, aqueles produtos de análise que não perdem as propriedades inerentes ao conjunto, mas que preservam, de forma primária, essas propriedades próprias do conjunto. [...] A vivência é uma unidade na qual, por um lado, de modo indivisível, o meio, aquilo que se vivencia está representado – a vivência sempre se liga àquilo que está

localizado fora da pessoa – e, por outro lado, está representado como eu vivencio isso, ou seja, todas as particularidades da personalidade e todas as particularidades do meio são representadas na vivência, tanto aquilo que é retirado do meio, todos os elementos que possuem relação com dada personalidade, como aquilo que é retirado da personalidade, todos os traços de seu caráter, traços constitutivos que possuem relação com dado acontecimento. Desta forma, na vivência, nós sempre lidamos com a união indivisível das particularidades da personalidade e das particularidades da situação representada na vivência. (VYGOTSKI, 2010 p. 686).

A vivência individual é a condição elevada da experiência sobre o chão da particularidade histórica que complexifica a imediaticidade, determinada por causalidades postas, em seus elementos constituídos da realidade social mais ampla. Aprofundando as determinações sociais sobre aquilo que se realiza fenomenicamente, a vivência é muito mais que a percepção do imediatamente dado, mas sim, a síntese deste e neste, das mediações sociais e históricas que impulsionam as determinações da vida cotidiana.

O ser que experiencia sua singularidade o faz em condições possíveis pela construção social. Estas condições ampliam ou diminuem suas possibilidades de humanização, de satisfação de necessidades, de elevação das suas capacidades, fazendo, portanto, que o exemplar individual do ser social tenha, ao mesmo tempo, possibilidades de resistência, criatividade e formulação do novo dentro de uma estrutura. No entanto, esta capacidade só pode ser realizada em toda a sua potencialidade transformadora quando acionada em dimensões coletivas.

Luria (1979) aponta como uma das características essenciais humanas exatamente a capacidade humana de aprender com o processo histórico e coletivo, ou seja, do sujeito individual aprender a partir das experiências coletivas:

A grande maioria dos conhecimentos, habilidades e procedimentos dos comportamentos que dispõe não são o resultado de sua experiência própria, mas adquiridos pela assimilação da experiência histórico-social de gerações. Este traço diferencia radicalmente a atividade consciente do homem do comportamento animal. (LURIA, 1979 p. 73).

Assim, a formação individual também não é delimitada somente por seus experimentos imediatos com o meio. O materialismo que ultrapassa o fisiologismo, mas permanece vulgar, ao limitar a análise ao reforço por estímulos-respostas, superdimensiona as análises descritivas dos aspectos contextuais que são partes da realidade, mas apenas suas primeiras dimensões de uma complexidade muito maior. O recurso analítico do contexto individual e grupal e a estruturação de causas, efeitos, padrões de comportamentos e suas variáveis se transforma num fetiche tecnicista que esbarra nas muralhas da naturalização das

conformações ideológicas da reprodução social hegemônica.

Já indicamos anteriormente como o tipo das posições teleológicas retroage nas pessoas que as põem. Contudo, não se pode, com isso, fixar-se no ser humano singular artificialmente isolado. Pois, ontologicamente visto, tal como aquele, »o« ser humano da psicologia, é, por último, o produto de uma abstração. Visto concretamente, trabalha em algum lugar, seus atos de trabalho pressupõem um coletivo e deságuam na vida desse coletivo; como membro de uma família, vive e opera ele nessa comunidade, não importa se educa ou se é educado e assim por diante. A vida real dos seres humanos não acontece apenas em geral, na maioria das vezes mais ou menos mediada, na sociedade como totalidade (*Ganzheit*); sua vida imediata tem como terreno um grupo de tais pequenas comunidades. Todavia seria parcial e desfiguraria os fatos essenciais isolar, de agora em diante, esse tipo de conexidade dos seres humanos da vida do todo, como acontece ocasionalmente em investigações sociológicas singulares. (LUKÁCS, 2018, p. 373).

A relação indivíduo e seu espaço contextual, tal e qual como indivíduo-indivíduo ou sua própria dimensão subjetiva, é marcada pela capacidade ontológica do ser social e por sua inerência histórica. Essas duas questões são decisivas pois, primeiro, como ser da práxis, sua capacidade teleológica permite uma condição complexa de intervenção no mundo, mas também de pré-intervenção, realizando um processo complexo singular em sua subjetividade que se depara com a realidade material até chegar a sua síntese, objetividade do seu ato.

A experiência individual existe a partir de sua condição frente à realidade material, mas já inicia os procedimentos de sua realização em processos teleológicos antes do ato de exteriorização em si. Esta dimensão anterior é atravessada pelas causalidades postas historicamente. O ser individual constrói sua prévia-ideação singular existindo numa sociedade particular, tendo sua socialização processada por interesses, direções e sentidos específicos.

O próprio espaço e contexto tem sua complexidade particular realizada numa base material e histórica coletivamente construída e estruturada em determinações que ampliam ou reduzem potencialidades, a partir da forma como se constitui as dimensões produtivas e reprodutivas da sociedade. Assim, a mudança contextual ou apenas o remanejamento de estímulos tem um caráter residual em dimensões mais profundas que constituem, tanto a formação da subjetividade, quanto às possibilidades de realização da individualidade dos sujeitos históricos que estão inseridos em determinadas relações produtivas e reprodutivas como no caso da sociabilidade capitalista.

Em análises subjetivas singularistas⁴⁷ ocorre o mesmo rebaixamento reflexivo, pois

47Dito isto, é problemático quando se recupera interpretações centradas em dimensões mentalistas, apostando num protagonismo singularista e mistificador dos valores individuais como a explicação possível do campo da singularidade. Autores de insuspeita colaboração acabam por utilizar esse recurso, como Iasi (1999, 2006), Fontes (2005) e, em escala mais complexa, pelo seu tempo histórico e formação acadêmica, Fanon (2008),

não há um universo autônomo interno aos sujeitos que condiciona valores, símbolos e sentidos a partir de espaços de uma mente individual apartada das relações sociais. As naturalizações existentes não são também uma formação inconsciente, internalizada pelo indivíduo e reagindo ao mundo a partir de uma estrutura de personalidade preestabelecida.

Em suma, não há também uma cultura que se imponha sem conexão com a materialidade das contradições sociais. Se nem as questões biológicas, nem o contexto imediato, nem a cultura isolada podem ser consideradas determinantes, não é, no entanto, verdadeiro pormenorizar a importância desses elementos constitutivos em relação à determinação da práxis.

Por isso que o desvendamento da unidade objetividade-subjetividade é também historicização e materialização da unidade entre individualidade, subjetividade, personalidade e formação de consciência, onde o ser social não pode ser reduzido à sua biologia, embora ela não seja ineliminável; onde esse ser não pode ser entendido como um indivíduo isolado, embora sua individualidade seja uma dimensão de uma condição ontológica; onde esse ser não pode ser desvendado somente pela cultura, simbologias e jogos de linguagem, posto que estas são construções calcadas na materialidade histórica. A unidade de todas estas questões é a síntese dialética da formação subjetiva do ser social.

A constituição do ser humano enquanto ser social se processa por um desenvolvimento de salto ontológico que não são apartações da base natural, ao contrário, o desenvolvimento do salto ontológico da matéria inorgânica à matéria orgânica e, posteriormente, o salto desta para o ser social, se evidencia na característica dialética de continuidade na descontinuidade, do desenvolvimento de um elemento inteiramente novo que resguarda a base material anterior e dela necessita para se ampliar.

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura

além dos intelectuais da Escola de Frankfurt como Horkheimer (2006), Benjamin (1995) e Marcuse (1968). Ainda que seja um recurso criticamente abarcado, a escolha por um caminho psicanalítico pormenoriza a divergência radical de uma perspectiva ontológica do ser social, enquanto marginaliza caminhos realizados nos achados teóricos que se direcionam coerentemente com uma perspectiva dialética, tal como a dimensão histórico cultural de Vygotsky, a teoria do desenvolvimento de Leontiev, o debate sobre questões da neurociência de Luria, além, obviamente, do potencial construtivo sobre subjetividade fundamento no debate de Lukács. Reconhecer na teoria freudiana e/ou lacaniana, e em suas derivações, uma análise parcial de dimensões singulares de como a ideologia burguesa opera no âmbito da subjetividade é tão importante quanto fez Marx com Adam Smith e David Ricardo no campo da economia política. No entanto, estudar e recuperar dados e formulações fazem parte de um ponto de um estudo mais profundo e que precisa superar as bases dessa reflexão singular e demarcar as diferenças basilares, as divergências metodológicas e suas consequências sintéticas.

jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 2008, p. 47).

O ser humano, sujeito de sua própria história, mas subsumido às condições da história humana, portanto, não a realizando por pura vontade singular, tem os interesses sociais, seus conflitos e contradições atravessando sua formação e sua existência. Se ser um ser da práxis é a condição para ser indivíduo, diverso e livre, o potencial ontológico da liberdade humana e sua realização individual é subsumida à liberdade formal na sociedade burguesa e está reduzida à fetichização mercantil pela subjetividade jurídica e espiritualmente miserável, pelo individualismo como expressão ideológica da alienação. A liberdade numa sociedade desigual é a escolha entre alternativas desiguais.

A condição do indivíduo só existe no ser social e sua condição ontológica de liberdade está na capacidade de escolher conscientemente entre alternativas socialmente existentes e na possibilidade de construir, transformar e ampliar estas e outras alternativas. O ser social também não existe sem a individualidade, sem a realização cotidiana das suas capacidades produtivas e da sua forma de organização reprodutiva historicamente construída.

A consciência humana é a consciência socialmente existente, a consciência individual é uma forma particular dela se realizar. Buscar a essência da alienação é delinear a chave ontológica da desumanização e da subjetividade desumanizada.

Isso não se conduz mecanicamente e nem por construções teleologicamente desenvolvidas pela classe hegemônica como um plano ideológico interessado no falseamento do real. Trata-se muito mais de uma complexidade que se espalha pelas relações sociais e nelas compõem contradições próprias, numa tensão entre os limites materiais e históricos do ser social e sua capacidade teleológica criativa, reativa e ativa também existente enquanto indivíduo.

Assim, para entendermos as mediações entre a unidade do processo de exploração do trabalho e das diversas opressões, além de construir uma arquitetura teórica sobre a dimensão universal do modo de produção capitalista, precisamos mergulhar nas determinações das particularidades, absorvendo o caráter materialista dessas formas de desigualdades, demonstrando suas interconexões históricas no processo de desumanização, a partir do advento da propriedade privada e da alienação.

3.2. Das Margens que oprimem aos seres marginais: Alienação, propriedade privada e a ontologia da exploração-opressão

*Nós somos pobres, viemos para as margens do rio.
As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais.
Gente da favela é considerado marginais.
Não mais se vê os corvos voando às margens do rio, perto do lixo.
Os homens desempregados substituíram os corvos.
(Maria Carolina de Jesus - *Quarto de Despejo*)*

As formulações marxianas sobre alienação no processo produtivo do capitalismo são bastante conhecidas. Longe de ser um debate esgotado, a importância destas constatações pode ser ampliada e complexificada. Particularmente nos interessa aqui entender esta dimensão da alienação, mas também e, principalmente, desvendar seus dimensionamentos na reprodução social mais ampla, sua realização nas mais diversas práxis e complexos sociais, seus impactos cotidianos e sua incidência na formação da individuação e da consciência.

A unidade exploração-opressão, como um complexo alienado, produz processos de desumanização, coisificação e naturalização de relações, condições e formas de existência do ser social, constituindo expressões de hierarquia, dominação, apropriação e desigualdades.

A alienação da condição humana está na esfera produtiva, promovendo antagonismos e desigualdades materiais, e também nas práxis espiritualizadas, fundamentando valores, condutas, condições e identidades como *status* de modelo, normalização e normatização em detrimento da animalização, objetificação e fetichização de outras formas de existência.

[...] as alienações também podem receber formas, bem como conteúdos altamente distintos nos diferentes patamares. Disso importa apenas que a oposição fundamental entre desenvolvimento da capacidade e desdobramento da personalidade está na base dos seus diferentes modos fenomênicos. (LUKÁCS, 2018, p. 505).

Esse é um processo que determina invisibilidades, silenciamentos, violências, criminalização, patologização e tantas outras formas de rebaixar a construção humana, marginalizando sua condição ontológica de ser diverso na transformação reificada de ser desigual. O resultado de práxis e relações alienadas aparece na unidade objetividade-subjetividade, indivíduo-sociedade, produção-reprodução, exploração-opressão.

Na crônica-ensaio *Nó na Garganta*, Furtado (2021, *Online*) retrata a história contada por uma psicóloga de um equipamento do Sistema Único de Saúde que atende uma mulher supostamente em surto. A história real, diz que a paciente, trazida por enfermeiras de um hospital, estava cambaleante, assustada e silenciosa, enquanto as enfermeiras relatavam os

seus sintomas: ideação suicida, pensamento desconexo, labilidade emocional, alucinação auditiva. Após o fim do diagnóstico compulsório e apressado, agora, estando à sós com a psicóloga, a paciente pode falar:

[...] que era mãe de três crianças, um bebê de apenas 4 quatro meses (que estava com a vizinha) e duas meninas de quatro e sete anos de idade (que estavam na escola). Disse que tinha sido casada por quase dez anos, mas seu marido havia ido embora e ela não tinha contato com ele há cerca de 1 mês. Apertando os olhos um pouco e um tom de voz relutante, disse ainda que ele largou seus filhos e ela, deixando-a com bebê praticamente recém-nascido e não voltou mais, nem disse para onde estava indo, simplesmente, foi. Sua família morava em outra cidade, eles haviam se mudado para ali por causa do emprego do marido, ali ela conhecia poucas pessoas e não tinha a quem pedir ajuda, então, aproveitou as meninas mais velhas na escola e a oferta da vizinha para cuidar do bebê e foi até o hospital, porque não aguentava mais aquela situação. Ela estava com medo de cometer um crime, as vozes em sua cabeça não paravam de dizer a ela para jogar os filhos no poço e se jogar em seguida. Naquela manhã, seu bebê estava mais irritado que antes, não parava de chorar, não pegava o peito e com aquele choro incessante ela se aproximou do poço e ouviu as vozes que pediam que ela o jogasse e, em seguida, também se jogasse. Ela parou ali. Depois, quando se deu conta, estava relatando para a enfermeira no hospital aquela cena e contou tudo o que as vozes a mandaram fazer.

A autora nos conta que o atendimento continuou, o diálogo foi se aprofundando, até que a profissional percebeu algo para além do que se pode enxergar, seja pelo modelo medicalizante da biomedicina, que ainda hegemoniza a saúde mental, seja pela ótica dos sintomas prescritos e das estruturas de personalidade presentes nos discursos psicanalíticos. Para além da descrição sintomática, havia um quadro mais urgente: a mulher tinha fome.

O delírio ora descrito desconsiderou que ali estava alguém há dias sem comer. A naturalização de sua condição fez os primeiros olhares atingi-la com superficialidade, em sua condição fenomênica. Tal lente alienada instrumentalizou saberes na reprodução da patologização mental de questões materiais tão candentes. Viram uma louca onde havia uma mulher numa sociedade heterocispatrilial e capitalista⁴⁸, ultrarresponsabilizada por sua condição e pela de seus filhos, vivendo em condições de miséria⁴⁹, provavelmente adoecida, mas não necessariamente em surto psicótico.

48Pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional mostra que, no Brasil, no ano de 2020, 11,1% dos domicílios chefiados por mulheres os habitantes estavam passando fome, contra 7,7% quando a pessoa de referência era homem. Das residências habitadas por pessoas pretas e pardas, a fome esteve em 10,7%. Entre pessoas de cor/raça branca, esse percentual foi de 7,5% (REDE PENSSAN, 2021).

49Sobre o caso, Furtado (2021, *Online*) conta que “O desenrolar da história que ilustra este texto, seu desfecho felizmente, foi a imediata inclusão daquela família nos serviços emergenciais da Secretaria de Assistência Social - pois eles existiam na época -, ela saiu do ambulatório com uma cesta básica nos braços. Uma semana depois, no horário agendado de sua psicoterapia, ela retornou. Os braços que saíram carregando alguns alimentos básicos voltaram trazendo seu bebê, um sorriso no rosto, o sentimento de gratidão e a notícia de que não seria mais preciso retornar àquele consultório, pois seus "sintomas" tinham ido embora. Ela agradeceu por ter sido ouvida, por eu ter conseguido enxergá-la como uma mulher, uma mãe desesperada para alimentar seus filhos e ter condições de criá-los com dignidade e, a partir disso, ter atuado na raiz do seu problema”.

A fome aqui relatada não é uma fome abstrata, mas concreta. É a fome de uma mulher, negra, da classe trabalhadora. A fome de um ser vivente numa sociedade onde os alimentos são mercadorias, um ser sobrevivente nos processos de desumanização que sufocam as expressões de seus sofrimentos, estes que são impossíveis de serem dissociados em dimensões fisiológicas e psíquicas. Não se conhece essa fome, nem esse sofrimento mental, sem desvendar as determinações da sociabilidade do capital.

Em sua exposição e análise, Furtado (2021) ultrapassa a aparência do caso e expõe que o medicamento antipsicótico anteriormente aplicado naquela mulher jamais seria capaz de alimentá-la, portanto, de tratar, ainda que imediatamente, o “sintoma” que descarrilhara toda a situação ali exposta.

A desumanização vivenciada individualmente, subjetivamente experimentada na inanição, como condição material, e no silenciamento e patologização, como condição espiritual, realizam aspectos da alienação socialmente construída que produzem a desigualdade na dimensão produtiva da sociabilidade do capital, mas também que se expressam na coisificação de identidades, sujeitos e corpos historicamente oprimidos.

Particularmente neste exemplo, a provocação da autora do texto vai incidir em dimensões da patologização da questão social e de suas expressões particulares. Numa síntese dialética, se percebe como questões subjetivas tratadas estritamente numa forma mentalista conduzem práticas que fetichizam a psiquê, rebaixando a individuação em estruturas de personalidades, sem perceber que os aspectos internalizados no sujeito individual, inclusive em suas construções de sentido e significado, tem relação com questões materiais, isto posto, imediatamente corpórea e mediamente sociais. Reflete ainda sobre como questões tidas como fisiológicas são atravessadas e determinadas socialmente e como não devem ser apartadas dos processos de entendimento da individuação. Por fim, conclui que não pode ser aceitável que a condição individual seja abstraída das questões da sociedade, a ponto de não se perceber que os processos estabelecidos não podem ser superados na singularidade.

A essência de nossa humanidade, portanto, não está só, pura e simplesmente, na capacidade imaginativa e criativa - como acreditou Castoriadis - mas é esta capacidade também parte da atividade: trabalho, como a capacidade humana de, a partir de uma necessidade, imaginar e criar, primeiro idealmente em seu pensamento, formas de sanar esta necessidade e a partir daí agir intencionalmente na natureza, na realidade concreta transformando-a e, conseqüentemente, transformando a si próprio. (...) não se pode descartar a pessoa que vivencia a experiência psicótica nem seus conteúdos, tão pouco, seus afetos. Só que, por outro lado, não se trata de fetichizar seu discurso e compreender essas pessoas como figuras de linguagem. Porque a pessoa que delira é uma complexa, multideterminada totalidade e seus delírios, seus sintomas, sua linguagem são apenas partes dessa nossa totalidade humana. (FURTADO, 2021, *Online*).

Como já tratamos aqui, a condição fisiológica de necessidade de alimentos e, sobretudo, a ausência de sua satisfação, não é algo da condição natural, ao contrário disso, esse é um processo cercado de dimensões objetivas, baseado pelas condições sociais de trabalho e produção de um tempo histórico particular. Do mesmo modo os impactos subjetivos dessa condição. É também historicamente determinada a forma como esta condição é reportada pela sociedade, neste caso, ignorando, naturalizando e alienando para um plano patológico e mentalista. Como nos lembra Marx:

Fome é fome, mas a fome que se sacia com carne cozida, comida com garfo e faca, é uma fome diversa da fome que devora carne crua com mão, unha e dente. Por essa razão, não é somente o objeto do consumo que é produzido pela produção, mas também o modo do consumo, não apenas objetiva, mas também subjetivamente. (MARX, 2011, p. 47).

O nó na garganta individual que silencia subjetivamente tem determinações diversas, aparecem ineditamente em determinada condição social, tem em seus fios a formação histórica e material, atinge o espírito, a representação social, o corpo singular e sujeitos coletivos. As condições materiais arrematam a particularidade e suas possibilidades de realização individual.

Este exemplo nos leva à síntese da seção anterior deste capítulo, quando demonstramos os aspectos constitutivos da formação do ser social, de sua individuação e da consciência. Neste processo, sublinhamos a impossibilidade de apartação de ontogênese-filogênese, indivíduo-sociedade, produção-reprodução, objetividade-subjetividade, corporemente. Qualquer análise da alienação que realize uma leitura teórica cindida de suas determinações é reprodução da mesma alienação.

A naturalização da condição desumanizante de um indivíduo humano é uma realização particular da alienação socialmente construída, hegemônica e reproduzida nas diversas práxis e sujeitos que materializam a sociabilidade do capital. A dimensão produtiva do ser humano explorado trazida por Marx (2010, 2011, 2013), que não se reconhece no ato de trabalho, naquilo que produz, nas relações produtivas, nas relações sociais e nos outros indivíduos humanos em sua volta, é uma constatação complexa do aspecto prioritário da coisificação, apropriação e desumanização humana em voga na sociedade de classes.

A condição de alienação (ou estranhamento) é realizada como relação social materialmente ancorada e historicamente determinada pelos seres humanos no não

reconhecimento de sua própria humanidade, na não identidade com aquilo que é construído socialmente, subsumindo sua existência às condições de desigualdade e mistificação da vida, do mundo social e do próprio ser.

Para realizar uma leitura sobre as determinações do trabalho alienado no capitalismo, além da análise das condições materiais imediatas, Marx questiona também as formulações dos valores sociais hegemônicos na sociedade, buscando entender as formações socioprodutivas mais simples, até a complexidade da sociedade burguesa. Por isso, busca o entendimento das determinações do ser social, suas condições de existência e a formação da consciência, lembrando que:

Não é a unidade do ser humano vivo e ativo com as condições naturais, inorgânicas do seu metabolismo com a natureza e, em consequência, a sua apropriação da natureza que precisa de explicação ou é resultado de um processo histórico, mas separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e essa existência ativa, uma separação que só está posta por completo na relação entre o trabalho-assalariado e o capital. (MARX, 2011, p. 401).

Se é possível dizer que, em algum momento histórico, a escassez humana esteve diretamente ligada com suas barreiras naturais e limitada às possibilidades instantâneas de interação com o meio, determinando assim um processo desumano não produzido pelos elementos sociais, essa premissa cai por terra com a capacidade ontológica de transformação por via da práxis e com as condições materiais produzidas na ordem do capital e socializadas pela lógica da desigualdade.

É preciso, pois, analisar os processos concretos, os que existiram e os que agora prevalecem. E é nesse sentido que, contraditoriamente, os processos de desenvolvimento centrados na propriedade privada constituíram incongruamente as formas hegemônicas de ampliação das capacidades produtivas e reprodutivas da humanidade, complexificando nossa sociabilidade e nossas alternativas, como indivíduos e enquanto gênero, ao mesmo passo que construiu os processos de desumanização e desefetivação do ser social.

O motor do desenvolvimento abastecido pelo excedente econômico foi se processando em particularidades históricas, formando valores, relações, construções sociais de *ethos* diferentes, que em cada nível mais complexo realizou a supressão de formas mais simples, até a lógica burguesa realizar o nível mais contraditório e universalizante de um sentido inédito da materialidade da propriedade privada.

Isso firmou no solo da humanidade a capacidade da abundância, a noção de história humana, as possibilidades de desvendamento da realidade, a complexificação das questões da individualidade, na medida em que ampliava sua lógica irremediavelmente exploratória, portanto, desigual, necessariamente ampliada e, sendo assim, imperialista e violenta, precisamente complexa em sua reprodução, exigindo complexos muito mais desenvolvidos para sua manutenção.

Por isso, torna-se indispensável o entendimento do conceito de alienação, de como a partir do advento da propriedade privada se realiza a maturidade da complexidade alienada que forja a unidade exploração-opressão. Esta é uma reflexão decisiva para revelar onde opressões e suas expressões preconceitos e discriminações efetivamente são una em sua essência com as desigualdades de classe, mostrando a natureza do viés político do discurso moralista e conservador de defesa da família tradicional e sua inerente base heterocispatriarcal e racista que compõem a estrutura da alienação da classe trabalhadora no capitalismo, se realizando no ser social em todas as outras práxis e estágios da vida cotidiana.

3.2.1 Alienação, estranhamento e exteriorização: navegando em águas turvas

*O inferno não são os outros, pequena Halla.
Eles são o paraíso, porque um homem sozinho é apenas um animal.
A humanidade começa nos que te rodeiam, e não exatamente em ti.
Ser-se a pessoa implica a tua mãe, as nossas pessoas, um desconhecido ou a sua expectativa.
Sem ninguém no presente nem no futuro, o indivíduo pensa tão sem razão quanto pensam os peixes.
Dura pelo engenho que tiver e parece como um atributo indiferenciado do planeta.
Parece como uma coisa qualquer.*

*Valter Hugo Mãe -
A Desumanização*

A complexidade da categoria alienação é exemplar na pertinência das exposições convergentes, complementares e divergentes na tradição marxista. Esse espinhoso debate se aprofunda na medida em que estudamos as articulações, divergências, superações e persistentes sínteses contrastantes entre as formulações em torno das obras de Marx e de Lukács.

Por isso, não é possível realizar uma exposição sobre alienação sem antes limpar o terreno analítico e apontar as questões de tradução e interpretações diferentes, realizando reflexões sem cair no arriscado caminho de que essas formulações privilegiarem atenção demasiada em dimensões semânticas e menos na substância daquilo que se apresenta

nos autores e, em última e principal instância, na realidade.

Pela lente materialista as categorias que são apresentadas em um estudo teórico não são escolhas subjetivas ou desenvolvidas por dimensões ideais, mas expressões de elementos objetivos da realidade, portanto, suas denominações e caracterizações não são algo fortuito, sendo o rigor na demonstração elemento fundamental.

Por isso, questões de traduções de termos e suas derivações nas formulações não são necessariamente meras abstrações academicistas, envolvendo processos críticos para construir sínteses mais precisas nos desvendamentos do real. É verdade que tais debates teóricos resguardam o risco de reflexões pertinentes e materialmente ancoradas nas relações sociais acabarem se perdendo na disputa conceitual desconectada do chão histórico. Para se distanciar disso, é mister que o rigor ontológico permaneça na direção do debate.

As obras de Marx e Lukács (e poderíamos também incluir Mészáros) além da complexidade usual acabam abrindo um leque de discussões sobre a forma como são expressas algumas das suas principais categorias e conceitos, entre elas *Entäusserung* comumente traduzidas como alienação e/ou exteriorização e *Entfremdung* como estranhamento e/ou alienação.

Além da natural dificuldade de sintetizar questões em idiomas tão distintos, quanto são o alemão e português, o debate em questão se aquece por principais diferenças nos termos estarem presentes em manuscritos marxianos - como os Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844 (MARX, 2010) e os Grundrisse de 1857/1858 (MARX, 2011) - além de, não menos importante, estas categorias serem oriundas de uma recuperação crítica das obras hegelianas, mesmo que tenham conteúdos radicalmente distintos em Marx e Lukács.

Na esteira dessas polêmicas, Jesus Ranieri (2000, 2006) tece argumentos sobre as questões entre alienação e estranhamento em Marx demonstrando as diferenças das categorias:

[...] existe uma distinção entre alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*): enquanto alienação tem o significado de algo ineliminável do homem, uma exteriorização que o autoproduz e forma no interior de sua sociabilidade, estranhamento é designação para as insuficiências de realização do gênero humano decorrentes das formas históricas de apropriação do trabalho, incluindo a própria personalidade humana, assim como as condições objetivas engendradas pela produção e reprodução do homem. (RANIERI, 2006, p. 1).

Ranieri repercute a importância dessa diferenciação para o desvendamento da

teoria de Marx e seu processo de construção e amadurecimento sucessivo, superando interpretações que colocam com o mesmo significado os momentos de exteriorização no processo de trabalho – elemento ontológico do ser social – e os processos históricos de desefetivação humana. O autor reafirma:

[...] de maneira geral, o conceito de alienação é tratado pela bibliografia remetendo-o, quase sempre e invariavelmente, à negatividade de um estado que teria uma necessária contrapartida positiva, de emancipação, cujo alcance depende da supressão do estágio alienado, que é compreendido como aglutinador tanto de *Entaussernung* como de *Entfremdung*. Rigorosamente, esses dois conceitos pertenceriam à esfera única da caracterização da desigualdade social, posto que responsáveis pela determinação tanto material quanto espiritual da vida do homem sob o capitalismo. Pensamos que, na reflexão levada a efeito por Marx, esse pressuposto não é necessariamente verdadeiro, pois os referidos conceitos podem aparecer com conteúdos potencialmente distintos, na medida em que são distintos também etimologicamente: *Entaussernung* tem o significado de remeter para fora, extrusar, da passagem de um estado a outro qualitativamente diferente, despojamento, realização de uma ação de transferência. Nesse sentido, carrega o significado de exteriorização, um dos momentos da objetivação do homem que se realiza através do trabalho num produto de sua criação. Por outro lado, *Entfremdung* tem o significado de real objeção social à realização humana, na medida em que historicamente veio a determinar o conteúdo das exteriorizações por meio tanto da apropriação do trabalho como da determinação dessa apropriação pelo surgimento da propriedade privada. Além disso, *Entfremdung* sempre remeteu a essa afirmação da negatividade também do ponto de vista histórico. (2006, p. 79).

O que parece apenas uma disputa conceitual tem como pano de fundo as discussões sobre idealismo e materialismo, continuidade na descontinuidade no “jovem Marx” e no “Marx da maturidade”, além dos processos de autocrítica contínua exercido por Lukács ao longo de sua trajetória intelectual.

Lessa (2018), por exemplo, critica essa formatação argumentando que tal perspectiva focaliza exposições marxianas da juventude e que, quando no sentido de “desefetivação humana”, as supostas diferenciações entre alienação e estranhamento desaparecem ao longo de sua ruptura com o idealismo. No entanto, o mesmo autor atenta criticamente para quando a exposição dos conceitos ontológicos no processo de trabalho são constituídos de uma identidade entre exteriorização e alienação:

[...] como todo ato humano é mediado pela objetivação e exteriorização, todos os processos de alienação envolvem objetivações e interferem nos processos de exteriorização. O inverso, contudo, não é verdadeiro. A maior parte dos processos de objetivação e de exteriorização ao longo dos tempos não cumpriu a função social de desumanidades socialmente postas – caso contrário os humanos já teriam desaparecido há muito da face da Terra. Se não há alienação sem a objetivação de teleologias e sem a exteriorização das individualidades, certamente há objetivações e

exteriorizações que não são alienadas. Identificar em Marx objetivação, exteriorização e alienação é um equívoco, quase sempre originado por uma interpretação hegelianizante de seu pensamento. (LESSA, 2018, p. 27).

O autor afirma que, na medida de suas superações sucessivas quanto à perspectiva hegeliana, Marx utiliza *Entäusserung* como significado de exteriorização no processo de objetivação em determinados momentos de sua exposição e que o uso diferenciado entre alienação e estranhamento, como defendido por Ranieri (2000), é um procedimento que causa mais confusões teóricas do que a suposta clareza de uma tradução ortodoxa. Para Lessa (2018, p. 29):

Traduzir *Entfremdung* por alienação, ao contrário, preserva essa essência objetiva dos complexos alienantes e possibilita um tratamento adequado, do ponto de vista ontológico, da relação muito variada de cada um desses complexos com a consciência. Esse fato é demonstrado pelas décadas de tradução de *Entfremdung* por alienação e, inversamente, pelos inúmeros problemas gerados pela sua tradução por estranhamento. Já há experiência acumulada com ambas as alternativas para podermos, com segurança, afirmar a superioridade da tradução de *Entfremdung* por alienação.

As polêmicas permanecem no debate sobre Lukács e a construção da *Ontologia do Ser Social*. Na tradução organizada por Nélcio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Fortes e publicada pela editora Boitempo (2012/2013), *Entäusserung* aparece como alienação e *Entfremdung* como estranhamento. Já na tradução organizada por Lessa (2018), o mesmo persevera a crítica da “hegelianização” de Marx, Engels e Lukács, retomando os argumentos que usou em sua autocrítica em outras publicações onde modificou o uso dos termos, optando por:

[...] traduzir o binômio *Entäusserung/Entfremdung* por exteriorização/alienação. Os anos vão comprovando o quanto é injustificada a escolha de alienação como tradução de *Entäusserung* para expressar o caráter positivo, no sentido da autoconstrução humana, do trabalho. Alienação como positividade provoca uma confusão desnecessária e dificulta a compreensão da estrutura categorial da ontologia de Lukács; além disso, alienação como tradução de *Entäusserung* expressa mal o momento pelo qual a substância do sujeito enquanto tal participa no processo de objetivação. Hoje, considero muito melhor a opção, sugerida já em 1965 por Leandro Konder em sua obra *Marxismo e Alienação* (2010), e utilizada por Nicolas Tertulian, de traduzir *Entäusserung* por exteriorização e, *Entfremdung*, por alienação. Nos meus primeiros trabalhos, utilizei alienação/estranhamento para a tradução de *Entäusserung/Entfremdung*, na esteira do meu mestrado (Lessa, 1995). Na edição de 2002 deste livro, como já estava na gráfica quando me dei conta do equívoco, fui forçado a um compromisso: exteriorização para *Entäusserung* e manter estranhamento para *Entfremdung*. A possibilidade de uma nova edição nos

possibilita corrigir definitivamente as versões anteriores. Nesta terceira edição, *Entfremdung* será traduzido por alienação e *Entäusserung*, por exteriorização. (LESSA, 2012b, p. 8-9).

Como podemos notar, os argumentos distintos impõem questões que são pertinentes e, pelo menos até então, inesgotáveis. Observamos aqui que as divergências sobre as traduções de alienação, exteriorização e estranhamento, polemizando onde os determinados termos são sinônimos, derivações ou coisas radicalmente distintas, são discussões que resguardam o duplo caráter de pertinência e busca pelo rigor, mas também o risco supracitado de nos perdermos entre atalhos de exposição e/ou preciosismos de tradução.

Seja qual for a tradução alternativa para cada categoria, nenhuma das escolhas parece errada ou suficiente para expressar, sem possibilidades de perdas de exatidão em nosso idioma, os termos precisos da capacidade humana de, no processo de práxis, em uma síntese objetiva do novo, haver um momento de externalizar algo teleologicamente formulado. É também complexo fechar questão sobre a nomenclatura categorial dos processos de desfetivação/desumanização socialmente construídos.

Entendemos que a melhor forma de superar tal problema é partindo da realidade, ou seja, buscando tratar diretamente das duas questões concretas. Nesse sentido, é correto perceber que para Lukács, em determinadas passagens de sua teoria, *Entäusserung* não resguarda uma característica necessariamente negativa, expressando também uma dimensão própria do trabalho (e de toda atividade humana) pelo qual o ser torna externo uma dimensão da individualidade. Nesse sentido, pensamos que, quando “alienação”/*Entäusserung* é descrita tão somente neste formato restrito ao nexos constitutivo de uma práxis, temos um sinônimo de exteriorização. Neste caso, não estamos falando necessariamente do processo de desumanização socialmente construído e, para fins de melhor entendimento, é pertinente a utilização da terminologia exteriorização.

Basta lembrar que processo de criação de um novo objeto exterioriza algo de nós, mas não é um objeto exteriorizado, e sim objetivado, uma síntese concreta de continuidade na descontinuidade. O que é exterior não tem identidade com o pôr teleológico, sendo uma síntese entre este e as causalidades. No momento de objetivação, portanto, a não-identidade presente quando ocorre a síntese das dimensões exteriorizadas pelo indivíduo em unidade com as “matérias-primas” e instrumentos, realizando uma objetivação, objeto exterior/alienado ao sujeito, com história própria e podendo ter funções, valor social e ser apropriado para além da vontade do criador.

Assim, nesse formato, nem toda exteriorização/externalização é um estranhamento/alienação, sendo um momento do ato de objetivação. Trata-se de uma síntese fora do ser que não é idêntica ao seu pôr teleológico, ainda que seja um momento decisivo dessa construção. Expor esse processo como alienação ou como exteriorização não está semanticamente ou etimologicamente equivocado, mas a utilização do segundo termo pode diminuir imprecisões interpretativas.

Dito isto, se sob os argumentos de Lessa percebemos a procedência do uso da Exteriorização, não podemos dizer o mesmo sobre sua crítica ao termo Estranhamento. Em nossa análise, a posição do autor de que tal palavra sugere uma confusão sobre a desefetivação/desumanização como uma questão da consciência é inconsistente. Para Lessa:

Em outras palavras, um complexo social não deixa de ser alienado, nem tem a intensidade da alienação acrescida ou diminuída, pela qualidade da relação da consciência para com ele. O fato de a consciência se perceber (ou sentir) mais ou menos estranha, estranhada, pode ser um dado significativo do processo em análise, mas jamais é fundante dos processos alienantes eventualmente em curso. O inverso também é correto. [...] O estranhamento ou o estado de estranhado requer uma consciência que ponha esta relação de “ser estranho”, requer uma relação entre uma consciência que “estranha” e o que não lhe é confortável, familiar, acolhedor ou aconchegante – não é aqui que as alienações encontram seu fundamento ontológico. (2018, p. 28).

É improcedente afirmar que o uso do termo estranhamento seria inválido por não existir o ato de “estranhar” a não-identidade. Toda alienação/estranhamento existe hegemonicamente de modo naturalizado em cada sociabilidade, a tomada de consciência é uma potencialidade ontológica e é verdade que havendo esta “conscientização”, ela não elimina a alienação/estranhamento.

Além disso, não é porque os sujeitos não têm em seu horizonte histórico imediato um processo de “estranhar” a alienação que ela não é uma relação estranhada no sentido de materializar e produzir impossibilidades de relações humanas emancipadas. Toda relação social de desumanização é uma relação de estranhamento com a dimensão ontológica do ser social, ou seja, todo processo de alienação é um ato estranho às possibilidades substantivas do ser humano.

Numa anedota dialética poderíamos dizer que nesse debate há mais “certo-e-errado” do que “certo-ou-errado”. Percebendo esse impasse, o mais importante é esclarecer, por tudo que foi exposto, que chamamos de exteriorização (*Entäusserung*) o momento constitutivo da práxis no processo de objetivação, que ocorre em todo ato da criação humana de não-identidade com aquilo que foi criado, posto que é exterior a ele e algo radicalmente

novo e não aquilo que está no seu pôr teleológico, ainda que ele esteja no interior dessa unidade sintética. Por fim, chamamos de alienação e/ou estranhamento (*Entäusserung* e/ou *Entfremdung*) a construção social, historicamente determinada, materialmente ancorada na vida social que produz, reproduz e complexifica desumanização, apropriações e coisificação.

O ponto crucial dessa discussão reside no fato de que o desvendamento da categoria alienação como momento predominante da unidade exploração-opressão perpassa pela elucidação da ontologia do ser social, do entendimento da história e das relações sociais por uma perspectiva de totalidade, portanto, de complexos de complexos, evidenciando a unidade entre produção e reprodução social, objetividade e subjetividade, universalidade-particularidade-singularidade.

Desvendar os processos de alienação como dimensão ontológica da unidade exploração-opressão é desnaturalizá-la e afirmar a possibilidade de sua superação. É perceber que todas as relações sociais são frutos dos processos de constituição histórica da própria humanidade e que as desigualdades persistentes entre os seres humanos se fundam no momento predominante das alienações promovidas no advento e centralidade da propriedade privada.

Mészáros produz uma síntese do sucessivo processo de adensamento categorial da alienação em Marx, alçando um caráter distinto de todos os tratos do termo na filosofia e formulações anteriores, seja no pensamento aristotélico, na ontologia religiosa, no pensamento de Rousseau e mesmo nos avanços substantivos da teoria hegeliana e dos aforismos feuerbachianos.

A alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, significa perda de controle: sua corporificação numa força externa que confronta os indivíduos como um poder hostil e potencialmente destrutivo. Quando Marx analisou a alienação em seus Manuscritos econômico-filosóficos de 1844, indicou os seus quatro principais aspectos: a alienação dos seres humanos em relação à natureza; à sua própria atividade produtiva; à sua espécie, como espécie humana; e de uns em relação aos outros. E afirmou enfaticamente que isso não é uma “fatalidade da natureza”, mas uma forma de autoalienação. (MÉSZÁROS, 2006, posição 14-18).

Dissecando as reflexões dos Manuscritos Econômicos Filosóficos, Mészáros diz que o interesse de Marx é desenvolver um sistema explicativo da alienação em sua historicidade e dimensões onto-estruturais. Numa reflexão ainda em processo de amadurecimento, Marx vai construindo suas sínteses primárias sobre dimensões de totalidade:

1) as manifestações da autoalienação do trabalho na realidade, junto com as várias institucionalizações, reificações e mediações envolvidas em tal autoalienação prática, isto é, trabalho assalariado, propriedade privada, troca, dinheiro, renda, lucro, valor etc. etc.; 2) os reflexos dessas alienações por meio da religião, da filosofia, do direito, da economia política, da arte, da ciência “abstratamente material” etc.; 3) os intercâmbios e as reciprocidades entre (1) e (2); porque “os deuses são, originariamente, não a causa, mas o efeito do erro do entendimento humano. Mais tarde esta relação se transforma em ação recíproca” (80 [87-8]); 4) o dinamismo inerente a todo fenômeno particular ou a todo campo de investigação em seu desenvolvimento de uma complexidade menor para uma complexidade maior; 5) as inter-relações estruturais dos vários fenômenos sociais uns com os outros (das quais a reciprocidade entre (1) e (2) é apenas um tipo específico), bem como a gênese histórica e a transformação dialética renovada de todo esse sistema de inter-relações múltiplas. 6) Uma complicação adicional consiste no fato de que Marx analisa as teorias particulares em sua inserção histórica concreta, além de investigar suas inter-relações estruturais em um dado período de tempo (por exemplo, Adam Smith enquanto economista político comparado com Adam Smith enquanto filósofo moral; ao mesmo tempo, os tipos de respostas dadas por Adam Smith – tanto como economista quanto como moralista – são historicamente situados em relação ao desenvolvimento do capitalismo em geral). (MÉSZÁROS, *E-book Kindle*).

Segundo Mézáros (2017), partindo de um caráter ontonegativo, Marx reage às formas explicativas da alienação humana que circunscrevem sua essência ao idealismo ou ao materialismo vulgar. Suas proposições têm a finalidade de combater a naturalização e mistificação das dimensões concretas que dificultam a emancipação humana, por isso, o autor vai desenvolvendo sua sistemática no choque crítico-analítico com as produções ontologicamente distintas e desvendando os seus limites e interesses de classe.

Se, ao longo da história o conceito de alienação ganha contornos diversos, como aponta Musto (2021), quando diz que:

O significado do termo mudou várias vezes ao longo dos séculos. No discurso teológico, referia-se à distância entre o homem e Deus; nas teorias do contrato social, à perda da liberdade original do indivíduo; e na economia política inglesa, à transferência de propriedade. O primeiro relato filosófico sistemático da alienação foi no trabalho de G.W.F. Hegel (1770-1831), que em *A Fenomenologia do Espírito* (1807) adotou os termos *Entäusserung* (literalmente auto-externalização ou renúncia) e *Entfremdung* (alienação) para denotar o espírito tornando-se diferente de si mesmo no reino da objetividade. Toda a questão ainda aparecia com destaque nos escritos da esquerda hegeliana e na teoria da alienação religiosa de Ludwig Feuerbach (1804-1872) – isto é, da projeção do homem de sua própria essência sobre uma divindade imaginária – elaborada no livro *The Essence of Christianity (A Essência do Cristianismo)* (1841), contribuiu significativamente para o desenvolvimento do conceito. (p. 3-4, tradução nossa).

Em Marx, seja no processo sucessivo posto nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, seja nos textos da maturidade, de um Marx mais apropriado das determinações

econômicas (o caso dos Grundrisses) o termo “alienação” ganha significado categorial, relacionado diretamente com o modo de produção capitalista, a forma “trabalho assalariado”, exploração e dispêndio de horas de trabalho exclusivamente para a produção de mais-valia e, conseqüentemente, com a propriedade privada. Dessa forma, Musto (2021) enfatiza:

Para Marx, em contraste com Hegel, a alienação não era coincidente com a objetivação como tal, mas sim com um fenômeno particular dentro de uma forma precisa de economia: isto é, o trabalho assalariado e a transformação dos produtos do trabalho em objetos opostos aos produtores. A diferença política entre essas duas posições é enorme. Enquanto Hegel apresentava a alienação como manifestação ontológica do trabalho, **Marx a concebia como característica de uma época de produção particular, capitalista, e pensava que seria possível superá-la através da “emancipação da sociedade da propriedade privada”**. (p. 7. Grifo nosso. Tradução nossa).

O desvendamento marxiano se contrapõe às leituras idealistas e singularistas que disputam o conceito de alienação dentro das ciências burguesas, abstraindo de suas relações concretas e jogando luz às suas manifestações aparentes. A naturalização da alienação moderna vem em leituras idealistas que são determinadas pela sua condição fenomênica, mascarada centralmente na ideologia que reproduz a lógica da exploração, aparecendo como fenômeno individual.

Para Musto (2021), esta naturalização da alienação retoma, em partes, às raízes hegelianas do conceito, muito influenciada, neste momento histórico, pelo movimento neo-hegeliano europeu na esteira de Alexander Kojève (1920 - 1968), numa leitura que ganha contorno genéricos radicalmente distintos aos de Marx. Nessa esteira, Musto destaca o caso também da forma como Jean-Paul Sartre (1905-1980) trabalhou o termo, procedendo formulações que remetem às condições de uma essência ideal.

O autor coloca que a partir do período histórico da Segunda Guerra Mundial, o conceito adentra ao campo da psicanálise, quando se adensam as interpretações de que existem alienações restritas ao campo da individualidade, sendo utilizado na Psicologia para se referir às psicoses, por exemplo. Mesmo em Erich Fromm (1900 - 1980), que tenta conciliar marxismo e psicanálise pela via, justamente, do processo de alienação, o subjetivismo é preponderante para a explicação do fenômeno.

Tais análises, ao perderem suas determinações ontológicas acabam por pulverizar as contradições da desumanização nas experiências dos indivíduos, instalando uma percepção

descritiva das relações coisificadas sem fincar suas expressões naquilo que a torna possível de se realizar. Os limites das formulações no campo das práxis sociais da ordem burguesa se impõem:

Visto que nem a economia política nem a filosofia especulativa possuem consciência real do dinamismo social inerente ao antagonismo entre propriedade privada e trabalho – e precisamente por não serem capazes de reconhecer o caráter objetivo desse antagonismo como um antagonismo “que apressa a sua anulação” –, seus sistemas têm de permanecer estáticos, correspondendo ao ponto de vista necessariamente a-histórico da propriedade privada que direta ou indiretamente representam. A partir dessa perspectiva, elas só podem perceber – na melhor das hipóteses – o aspecto subjetivo de tal contradição básica: o choque direto dos indivíduos por “bens” ou “propriedade”, mas não são capazes de apreender a necessidade social desses choques. Em vez disso, ou elas os interpretam como manifestações da “natureza humana egoísta” – o que equivale a uma defesa real da posição da propriedade privada sob a aparência de uma “condenação moral” do “egoísmo humano” –, ou, mais recentemente, tratam esses choques como problemas de “falta de comunicação”, como tarefas para uma “engenharia humana”, visando conceber métodos de minimização dos “conflitos em torno da propriedade”, a fim de assegurar a existência continuada das relações sociais de produção alienadas. (MÉSZÁROS, E-book Kindle).

Diante desses limites, cabe ao desvendamento das dimensões materiais, numa perspectiva dialética, a análise complexa que revela o processo de desnaturalização, desmistificação e historicização da alienação como substância da unidade exploração-opressão, perpassando necessariamente pelo mesmo processo que elucidamos nas determinações da formação da subjetividade e da individualidade do ser social, dentro da totalidade complexa de relações sociais, onde a particularidade media a relação entre o sujeito singular e a universalidade. Isso significa analisar suas expressões singulares e os arranjos e mediações cotidianas que elevam as contradições a uma complexidade especialmente poderosa de formatos de dominação, apropriação, violências simbólicas, psicológicas, físicas e materiais.

Portanto, apreender os nexos internos da unidade exploração-opressão, cuja essência é a alienação como fenômeno historicamente datado, trata-se, em última instância, de dissecar as determinações subjetivas da reprodução social capitalista, não retratando como fenômeno ideal, mas material, pois:

Na sociedade burguesa, as qualidades e relações humanas se transformam em qualidades e relações entre as coisas. Essa teoria do que Lukács chamaria de reificação ilustrava a alienação do ponto de vista das relações humanas, enquanto o conceito de fetichismo a tratava em relação às mercadorias. Ao passo daqueles que negam que uma teoria da alienação esteja presente na obra madura de Marx, devemos enfatizar que o fetichismo da mercadoria não substituiu a alienação, mas

foi apenas um aspecto dela. (MUSTO, 2021 p. 34. Tradução nossa).

Nessa direção, é preciso perceber as dimensões da alienação em sua fase mais complexa, ou seja, na sociabilidade capitalista, mas desvendar seu atravessamento na história humana no plano da produção e da reprodução social, seu advento na propriedade privada e as consequências desse processo.

Se alienação e estranhamento podem ser considerados sinônimos sem prejuízos teóricos fundamentais, é preciso pensar os diversos estágios e planos de desumanização e destacar a coisificação, a naturalização e a desefetivação como processos inseridos em sua constituição. Alienar é separar, desviar da essência, qualificar o domínio de algo para um patamar estranho à sua organicidade. A alienação se processa no não reconhecimento com aquilo que é construção humana no nível mais amplo, mas também é apartação desefetivada de sentido nas condições particulares do ser social. Alienar é estranhar sua própria produção e realização individual e coletiva; é o não reconhecimento social da própria organização humana; é a mistificação ou naturalização da história e, também, do cotidiano.

Se a desumanização da humanidade é uma construção histórica, a alienação é onde ela se realiza objetivamente e subjetivamente. A desumanização ocorre em direções diversas. Ela desumaniza pela coisificação de pessoas, relações e complexos, seja na capacidade de instrumentalizar, seja na transformação em mercadoria; ela também desumaniza pelas naturalizações de características, sentimentos, percepções, posições e relações humanas como algo instintivo, reflexos da natureza, espelhamentos de espécies ontologicamente distintas, tomando o ser social e suas expressões como formas animais. Se no primeiro estágio, o de coisificação, há o espaço para a exploração e o fetichismo da mercadoria, no segundo, o de animalização, a subjetivação alienada promove a sedimentação de violências cotidianas, hierarquizações, preconceitos e discriminações.

A alienação, por fim, também auto aliena os seres sociais, posto que o estranhamento do outro é o não reconhecimento da humanidade genérica e, por fim, a realização de patamares diversos de identidade e não identidades desumanizadas, reconhecendo a humanidade como sinônimo da sua particularidade histórica forjada na apropriação privada e, por conseguinte, escalonando o caráter de menos humano, desumano e não humano àquilo que se distancia desta centralidade.

3.2.2. *Alienação socialmente construída e o advento da propriedade privada*

*“Começarei morrendo pelo coração.
Gostarei sempre dele, como se gosta do que está extinto,
sejam os dragões, os anjos ou as distâncias. Histórias de coisas que não voltam.
O meu coração sem visitas perderá a memória
e, quando nos separarmos de vez, certamente será mais feliz.
Se me perguntarem, direi que nasci sem ele. Jurarei e mentirei sempre.”*

*Valter Hugo Mãe
A Desumanização*

Vivemos o estágio mais sofisticado da produção material da humanidade. Esta afirmação não tem nenhum juízo de valor, é um fato facilmente observado quando se analisa a quantidade de produtos e capacidade tecnológica atual, posições confirmadas nos números econômicos do Produto Interno Bruto das nações e em estudos e projeções dos organismos internacionais do trabalho e do capital financeiro. Sabemos também que a capacidade produtiva não tem realizado um processo de superação das desigualdades existentes. Muito ao contrário disso, produzem uma vida de maior exploração da humanidade e da natureza.

Há milhares de anos as protoformas do ser social produziam relações limitadas pelas barreiras naturais, determinando que os sujeitos viventes num tempo histórico de baixo desenvolvimento das forças produtivas precisassem garantir sua sobrevivência. Na atualidade, são as condições sociais que, ainda que produzam um excedente monumental, não se convertem em tempo livre, abundância e liberdade para os seres humanos.

O retorno às condições originárias do ser social nos coloca em uma realidade de escassez por falta de possibilidades imediatas de lidar com as causalidades naturais para satisfação das necessidades primárias sem grandes riscos e dispêndio de energia. O que Marx chama de “comunismo primitivo” é uma forma muito simplória de relação com o meio natural e uma necessidade protooperativa de subsistência com teleologia muito rústica, afinal, os indivíduos compartilhavam os espaços e se relacionavam com uma imposição inerente à sobrevivência imediata.

O nomadismo e a aleatoriedade em busca de alimentos, a proteção corpórea do calor ou do frio, da chuva ou da seca, de predadores, de acidentes e todas as possibilidades arriscadas de uma vida na natureza, impunham impossibilidades de relações mais complexas, direcionando os sujeitos a processos sociais autocentrados em práticas comuns e de poucas mediações reprodutivas.

No longa-metragem de animação *Os Croods* (MICC; SANDERS, 2013), uma família pré-histórica vive uma trama com inspirações da *Alegoria da caverna* de Platão, buscando,

através de costumes rudimentares e de um cuidado mútuo (e exagerado) protegerem seus pares dos riscos da natureza. As experiências vivenciadas por aquele grupo de pessoas e seu acúmulo de aprendizados proporcionado pelas histórias de seus antepassados colocam o “medo do novo” como força motriz da sobrevivência humana. Os mitos contados pelos mais velhos servem para dar sentido à vida na caverna, garantindo a existência diária para continuar a busca por alimentos e qualquer forma de manutenção da vida diante da precariedade e dos perigos cotidianos.

As condições precárias fazem com que *Grug*, o patriarca da família, lidere as ações e conduza o cotidiano de todos, buscando centralizar suas vidas em torno da caverna, saindo apenas para regiões mais próximas durante o dia e tendo a noite como o sinônimo do perigo e da morte. Por tudo isso, a conclusão do personagem é de que o conhecimento precisa ser evitado. Para *Grug*, conhecer significa arriscar e o risco proporciona a possibilidade da finitude.

O conflito do enredo aparece com *Eep*, a jovem personagem que enfrenta seu pai e os tais costumes de conservação da família, instigando ao processo de enfrentamento dessas barreiras e conduzindo suas ações para o enfrentamento do medo e para a busca do novo como a verdadeira condição de sobrevivência.

O enredo supera o idealismo e ganha materialidade no surgimento de *Guy*, um jovem andarilho que sabe manipular o fogo, utiliza-se de instrumentos para satisfazer suas necessidades e busca ampliar suas vivências diante da hostilidade natural do “mundo primitivo”. É a astúcia e a coragem de *Eep* e de *Guy* que, junto com seus instrumentos e técnicas, promovem a possibilidade de o grupo sair dos espaços das cavernas e se salvarem da erupção vulcânica que progressivamente destrói todo o território.

A criatividade e a inventividade diante da escassez material, a nova geração impulsionando o movimento coletivo, a busca por alternativas, a necessidade de sentido e significado diante da materialidade da vida, a realização individual e social como unidade, tudo isso são elementos que aparecem na aventura lúdica cinematográfica representando expressões de humanidade.

Os personagens vão sugerindo a convivência transitória entre *neandertais* e *homo sapiens*, enquanto apresenta o elemento fundamental para a complexidade humana: a sociabilidade materialmente ancorada e sua construção histórica. O enfrentamento do medo do mundo exterior aparece na necessidade material de sobrevivência, instigando a necessidade de ter ideias, de planejar formas de realizar ações transformadoras,

demonstrando que buscar/criar o novo é a condução para a existência humana no binômio necessidade-liberdade.

Fora da metáfora ficcional, estudos das ciências naturais e sociais produzem dados científicos e sínteses histórico-antropológicas que afirmam os processos ontológicos, seus saltos e particularidades. Do aparecimento da matéria inorgânica até a realização do ser social, as determinações reais vão demonstrando, primeiro, o conjunto de relações naturais, segundo, as formas de relação comunitária em diversos grupos e sociedades antigas por todo o planeta Terra. Milhares de anos e uma diversidade de experiências ocorreram na relação coletiva do ser social. Arranjos grupais maiores e menores, mais simples e mais complexos, centrados em práticas e costumes distintos foram se realizando até chegarmos na sociabilidade mundializada que hoje vivenciamos.

Em “Análise das determinações histórico-sociais do antagonismo entre indivíduo e gênero humano na sociedade burguesa”, Prado Evangelista (2019) apresenta os fundamentos do reflexo desantropomorfizador e do reflexo antropomorfizador e sua incidência cotidiana, percebendo os princípios do trabalho e da linguagem na suprassunção da singularidade natural para a singularidade social, onde “por vias heterogêneas de avanços e retrocessos é possível apreender os princípios gerais desta historicidade, fundadas na cooperação e dependência destes homens singulares entre si no processo de produção material de existência humana” (p.11). Para chegar à complexidade dos polos da individualidade e da reprodução social e do antagonismo capitalista entre indivíduo e sociedade, o autor expõe a jornada da historiografia humana de diversos arranjos societários forjados na propriedade privada.

Dos processos transitórios e bastante diversos do “comunismo primitivo” até a hegemonia da materialidade da Antiguidade Clássica e suas condições de guerra e de escravismo, passando pela Feudalidade Europeia e a acumulação primitiva do capital, há uma coleção de relações sociais não-lineares e muito distintas de processos de construção da contradição entre o avanço da complexidade humana e da alienação socialmente produzida na centralidade da propriedade privada.

A jornada duradoura, não linear, repleta de experimentos individuais e coletivos, tentativas e erros, avanços e retrocessos, proporcionaram ao ser social o desenvolvimento de condições, descobertas, aprendizados e relações que foram construindo as habilidades produtivas, descobrindo a agricultura, a caça, a pesca, o domínio do fogo, as possibilidades de fixação espacial, a conjugação de relações mais profundas. Esse desenvolvimento amplia a capacidade do ser social em sua sociabilidade e transforma seus corpos, leis de atuação e

percepções de mundo.

Até este momento histórico originário, não havia desigualdade social. As intempéries vivenciadas pelo ser social primitivo em seus arranjos comunais era resultado de suas baixas condições produtivas. Em suma, ao mesmo tempo que o reconhecimento da existência deste período histórico proporciona o argumento norteador de desnaturalização das condições atuais de desigualdades, também aponta para o fato de que a produção destas só foi possível pela capacidade de práxis do ser social. É a capacidade de superar o estado básico absente e naturalmente dado que conduz o processo de realização das complexidades que fundam as desigualdades humanas e suas causalidades socialmente postas.

No quadro aqui descrito, o ser humano historicamente existente estava submerso em condições que ele não tinha como controlar e enfrentar, portanto, na iminência dos processos originários do ser social, este, vivia “alienado às condições naturais”. Esta “alienação”, no entanto, é um caráter circunstancial, concernente à relação imediata de repertório rebaixado para lidar com a satisfação das necessidades.

Este processo é, então, desumano e não desumanizado, pois resguarda um caminho paulatino nas formulações da complexidade do ser social quase em condições imediatamente dadas com a natureza. É justamente na suprassunção deste processo que as relações sociais construídas pelos seres em suas práxis proporcionam níveis mais avançados de respostas sociais que colocam as possibilidades de humanização e, portanto, de desumanização socialmente produzida. Por isso,

[...] consideramos a alienação como um fenômeno exclusivamente histórico-social, que emerge em determinados níveis do desenvolvimento existente, tomando desde então formas historicamente sempre diferentes, sempre mais incisivas. Sua qualidade, portanto, nada tem a ver com uma »*condition humaine*« geral, muito menos que ela possuiria uma generalidade cósmica. (LUKÁCS, 2018, p. 501).

Se nos estágios de escassez as diferenças fisiológicas, territoriais e as condições casuais tinham determinações precisas na vida humana, este processo vai sendo suprassumindo à medida que o ser social constitui sua complexidade produtiva e reprodutiva.

As primeiras formas de alienação socialmente construída vão nascendo a partir destes níveis, posto que a produção subsistente impulsionava disputas, as desigualdades corpóreas ampliavam ou diminuían o poder de satisfação das necessidades de alimentação, as condições espaciais determinavam o sucesso ou o fracasso de indivíduos e grupos, a depender do clima, solo, vegetação, fauna e outros fatores externos.

Com isso, contudo, circunscrevemos apenas a esfera de ser de nosso fenômeno, a alienação. O próprio fenômeno, nos comentários de Marx por nós citados, pode-se formular assim: o desenvolvimento das forças produtivas é ao mesmo tempo, de modo necessário, o das capacidades humanas. Todavia — e aqui o problema da alienação adentra plasticamente à luz do dia — o desenvolvimento das capacidades humanas deve, não necessariamente, levar a um desenvolvimento da personalidade humana. Ao contrário: precisamente por esse desdobramento ascendente das capacidades singulares ele pode distorcer, degradar a personalidade humana. (Basta pensar quando, em muitos especialistas de equipes do presente, nos quais as habilidades especiais cultivadas refinadamente se tornam em altíssimo grau destruidoras da personalidade). (LUKÁCS, 2018, p. 504).

No entanto, ainda neste quadro, a construção de sentido no plano de reprodução social que, por exemplo, buscava no pensamento mágico os meios de compreensão e organização das relações, já realiza a conjunção com o baixo desenvolvimento produtivo da alienação propriamente dita, isto é, da desumanização socialmente produzida. Este é a materialização do processo contraditório da ontonegatividade e ontopositividade desta construção.

A mistificação do mundo é uma forma de humanização dele, ainda que desumanizada, posto que, com um caráter “desantropomorfizador” coloca em signos as explicações primárias de condições da natureza e da ação humana, justificando parcialmente fenômenos que só milhares de anos depois poderiam ser explicados em sua essência pela práxis científica. O mesmo ocorre com os rituais que direcionavam os planejamentos dos grupos, preenchendo de significado o processo vital coletivo, vivenciado na luta pela sobrevivência comunitária diante de riscos reais.

Esta processualidade alienada vai se constituindo qualitativamente no interior da sociabilidade e da historicidade, realizando seu fundamento maduro somente quando o estágio produtivo do ser social consegue, ainda que em dimensões de comunidades particulares, produzir excedente econômico. Este novo momento já conduz um grau de complexidade social qualitativamente distinto, uma reprodução social muito mais rica em possibilidades e, não menos importante, a construção de necessidades sociais elevadamente mais polidas.

A produção de excedente não é necessariamente a realização da abundância. No caso das sociedades pós-comunismo primitivo é muito longe disso, pois seu caráter superavitário é relativo à conjuntura dos grupos ali relacionados. Isso é suficiente para que o quadro da alienação amadureça, pois é neste processo que se funda a égide da propriedade privada, inaugurando um formato radicalmente novo de produção e reprodução humana, formulando relações sociais organicamente orientadas em todos os planos da vida, para edificar uma lógica permissiva de desigualdade socialmente construída, apropriação humana e dominação. Aqui, a alienação garante sua primeira forma amadurecida de se realizar por inteira.

Em sociedades de baixas possibilidades de produção material, o subsídio de condições mínimas ou até precárias de existência não pode existir apenas por uma teleologia individual ou coletiva que procedesse em desigualdades socialmente construídas. As condições de existência têm um grau menor de possibilidades pela falta de condições desenvolvidas coletivamente. Isso exige dos seres sociais um conjunto de relações mais ou menos cooperativas para a manutenção de sobrevivência.

Por isso, o comunismo primitivo, por exemplo, é um fato histórico que ajuda no contra-argumento contra a naturalização das desigualdades, mas não que existiu por qualquer superioridade ética ou por uma adesão delineada pela sociedade daqueles indivíduos. Como já demonstramos, tal condição se processou diante da escassez e da incapacidade do ser social dar respostas imediatas e sofisticadas diante dela.

Essa constatação é importante para não derivar da preexistência da propriedade privada um caráter emancipatório abstrato e voluntarista. A escassez produtiva é necessariamente a escassez existencial do ser humano, pois diminui, a priori, suas capacidades sociais e suas possibilidades de construir alternativas. O contrário, no entanto, não é necessariamente verdade: a abundância produtiva só é base para abundância de possibilidades da existência humana se for realizada numa forma produtiva e reprodutiva socializada, ao contrário disso, se for determinada pela acumulação privada é, em seu patamar mais complexo, o próprio capitalismo.

Se a escassez é uma condição primária ao ser social em baixo nível de forças produtivas, a sua superação é uma condição ontológica expressa pelo trabalho e pelas relações de produção, determinando a possibilidade da realização da abundância numa escala complexa de produtividade, sendo, em última instância, o argumento racional e concreto da possibilidade de emancipação do ser social.

Isto posto, se a práxis coletiva do trabalho não se materializa sem o complexo da reprodução social em nenhum momento histórico, a condição de realização de seu caráter emancipatório também não pode existir sem a construção coletiva de outras práxis e complexos sociais que possibilitem sua efetivação.

Isso significa que um processo de construção de relações sociais emancipadas precisaria desenvolver, em unidade, processos de objetivação e subjetivação para além da alienação. Aqui, mais uma vez, se estabelece a constatação da noção ampliada do conceito de reprodução social, onde, ao mesmo tempo, o trabalho e as outras práxis espirituais estão conectadas para manutenção ou ruptura de sociabilidades existentes.

No advento das opressões, a ontogênese da propriedade privada, constituída no salto

qualitativo de relações sociais, baseadas numa capacidade produtiva mais avançada que, em suma, permite um excedente produtivo particular, possibilita a superação do nomadismo e formula uma sociabilidade mais complexa, num caráter contraditório que precisa ser destacado.

Os processos desumanos anteriormente existentes pela incapacidade dos seres humanos em detrimento das barreiras naturais vão sendo superados, a partir do trabalho e demais práxis sociais, constituindo a humanização do mundo e, a partir das relações sociais mais complexas, no advento da propriedade privada, a constituição da alienação, ou se preferimos denominar, do processo social de desumanização socialmente construído.

A proximidade entre o trabalho realizado e a apropriação do produto objetivado tem uma consonância social nas formas comunitárias dos períodos históricos de procedimentos produtivos rudimentares.

A propriedade significa, portanto, pertencer a uma tribo (comunidade) (ter existência subjetiva-objetiva dentro dela) e, por mediação do comportamento dessa comunidade em relação ao território, à terra como seu corpo inorgânico, [significa também] comportamento do indivíduo em relação ao território, à condição originária exterior de produção – porque a terra é, a um só tempo, matéria-prima, instrumento e fruto – como pressupostos pertencentes à sua individualidade; como modos de existência da individualidade. (MARX, 2011, p. 403-404).

Prado Evangelista (2019) demonstra que as formas precedentes de propriedade privada trabalhadas em Marx não correspondem à identidade de todos os modos existentes na história da humanidade. No entanto, o destaque dado às formas evidenciadas em suas obras interessa especialmente para desvendar a complexidade de sua realização particular na sociedade do capital. O autor destaca que:

A primeira forma de propriedade é a forma tribal ou apropriação tribal que evidencia dois momentos históricos da humanidade: a) a associação ou a conexão tribal entre os homens singulares; b) a mobilidade ou deslocamento territorial. Estes dois momentos históricos não se separam, mas se unificam numa aparente identidade. Pertencer à família, ao conjunto de família em clãs ou numa tribo é o pressuposto para a apropriação das condições objetivas de produção, que especificamente, se refere à natureza encontrada nos frutos, raízes, animais etc.; por isso migratório, mais tarde, encontramos o desenvolvimento da domesticação de animais num aspecto pastoril. (p. 43).

Uma relação comunal/comunitária estabelece um princípio de singularidade com muita identidade com os complexos primários de reprodução social como a família, os clãs

ou "tribos" (chamaremos de comunidades), conectando o trabalho individual e seu ato singular imerso na totalidade social, num momento que resguarda um espaço de distinção de um e do outro, ao mesmo tempo onde permanece uma expressão dessa unidade com uma percepção muito evidente, posto existir com menores mediações.

O produto do trabalho excedente possibilitou a duplicidade do movimento histórico no processo de individuação social: de um lado, a polarização do homem singular e da comunidade, na “*polis*” e na “*res publica*”; por outro lado, a elevação da singularidade dos homens para a forma particular de proprietário privado de terras. A propriedade comunitária se transforma na “*ager publicus*” e a singularidade dos homens se diferencia e adquire uma forma específica de proprietário privado de terras. A gênese da esfera do direito e da política está conectada com esta separação entre o conjunto da sociedade e o homem singular, assim como, na separação entre propriedade e trabalho, especificamente na não-propriedade do trabalho escravo e propriedade privada de terras. [...]. Esta transposição propiciou a diferenciação do homem singular na forma particular de indivíduo na condição de proprietário de terra como membro singular da propriedade comunitária que torna-se algo exterior aos próprios homens. Nesta externalidade e separação entre a particularidade histórico-social do indivíduo e o conjunto da sociedade, as forças sociais do trabalho excedente se descaracterizam para ganhar uma aparente forma de automovimento das forças políticas. Em outros termos, as forças políticas se apresentam como protagonistas da história humana, ocupando paulatinamente, uma expressão de autosustentação e determinação na vida dos indivíduos na condição de cidadãos. E a organização jurídica e política se apresenta como expressão da generidade humana. (PRADO EVANGELISTA, 2019, p. 93).

Aqui, o trabalho produtivo é condição de pertencimento. O apartamento do exemplar singular e as condições objetivas de produção se processam em consonância com o aditamento das relações de produção e seus meios. A complexidade produtiva, transpassada na divisão social do trabalho, vai abrindo o caminho para alternativas de maior desenvolvimento e também para processos de dominação.

Em *A origem do Estado, da Família e da Propriedade Privada*, Engels (2006) consegue descrever os processos da unidade produção e reprodução social de modo muito satisfatório para o desvendamento de como os processos de alienação social são constituídos pelas primeiras formas de produção e apropriação privada, dimensionando a formação de complexos sociais reprodutivos tão emblemáticos como a família mononuclear e o Estado.

Em suas análises é caro perceber que a legitimação oriunda de uma necessidade social, a partir de determinações materiais, e de uma condução teleológica que passa a direcionar o processo de divisão sexual do trabalho, direciona processos qualitativamente distintos na diferenciação pela função prática na comunidade, produzindo desigualdades sociais, promovendo também a necessidade de regulação política e ideológica. O autor parte da esfera

material para o entendimento da formação da família e do Estado, concentrando-se no desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção e da consequente complexidade organizativa desse processo com o advento do excedente econômico no declínio do comunismo primitivo.

Ao salientar a formação das *Gens*, Engels observa que com a valorização da riqueza produzida, tornando-se um bem de suma importância, as antigas comunidades gentílicas já não davam conta da organização complexa entre a produção e reprodução que iam se gestando ao longo do desenvolvimento econômico. Fez-se necessário um ente que protegesse as riquezas individuais acumuladas em contraposição às tradições gentílicas, ou seja, uma instituição que “[...] não só perpetuasse a nascente divisão da sociedade em classes, mas também o direito de a classe possuidora explorar aquela que pouco ou nada possuía e a dominação da primeira sobre a segunda. E essa instituição nasceu. Foi inventado o Estado.” (ENGELS, 2006, p. 120).

O surgimento e fortalecimento da propriedade privada, visando primordialmente assegurar acumulação de excedente particular, proporciona a necessidade organizativa de dominação de seres humanos sobre outros como um fenômeno social articulado. Assim, “[...] o primeiro sintoma de formação do Estado consiste na destruição das *gens*, dividindo os membros de cada uma em privilegiados e preteridos e dividindo estes últimos em duas classes, segundo seus ofícios, e opondo-as assim uma à outra (ENGELS, 2006, p. 123).

Dessa maneira, as antigas organizações gentílicas, distribuídas segundo o território e baseadas em laços de sangue, tornam-se insuficientes para dar conta da mobilidade que os sujeitos ganhavam, deixando de lado a ligação intrínseca com a comunidade. Os indivíduos gozando de direitos e deveres, desvencilhavam das *gens*, fortalecendo uma noção de Estado que se configura como um ente que reflete interesses na organização das relações políticas, econômicas e culturais.

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da ideia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 2006, p. 184).

Com essa assertiva, verificamos o caráter histórico da formação do Estado. Por isso, devem-se salientar as particularidades desse complexo em conformidade com cada período, tomando contornos distintos em sua materialização, já que se reconfigura conforme a realidade social.

[...] na maior parte dos Estados históricos, os direitos concedidos são regulados com a riqueza, ficando evidente que o Estado pode ser dito claramente tratar-se de um organismo para a proteção da classe possuidora para protegê-la contra a não possuidora. Foi assim nas classes atenienses e romanas, classificadas segundo a riqueza. Foi assim no Estado Feudal da Idade Média, onde o poder político era distribuído conforme a importância da propriedade territorial. E é assim no censo eleitoral dos modernos Estados representativos. (ENGELS, 2006, p. 186-187).

Assim, apontando a produção e a reprodução da vida imediata como fator determinante da história, Engels demonstra o estágio humano que corresponde ao advento da propriedade privada dos meios de produção, também plausível à família monogâmica heterossexual.

O autor vai destacando os arranjos matrimoniais anteriormente hegemônicos em particularidades comunitárias, onde grupo de homens e mulheres se relacionavam poligamicamente. Sua análise, a partir de sínteses antropológicas de Lewis Morgan⁵⁰, explicita a dominação dos homens sobre as mulheres como construção social articulada com demandas da produção, fundando a dominação patriarcal e seus processos cotidianos de opressão. Engels destaca que:

[...] a monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Ao contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história. (ENGELS, 2010, p.87).

Essa constatação evidencia a necessidade de perceber a raiz desses elementos que

⁵⁰Lewis Henry Morgan (1818–1881) foi renomado antropólogo estadunidense, tendo como obras marcantes *Systems of Consanguinity and Affinity of the Human Family* (1871) e o estudo sobre a evolução social em *Ancient Society* (1877), onde retrata os estágios de “selvageria, barbárie e civilização” como os níveis fundamentais da história humana. Álvares (2019) conta que *Ancient Society* chegou até Marx em 1879 pelas mãos do sociólogo russo Maksim Kovalevski. Após a morte de Marx em 1883, Engels, tomando notas e organizando a produção do parceiro, desenvolveu o texto que agora conhecemos. Musto (2018, p. 40) diz que “Marx não comungou com os rígidos esquemas sobre a sucessão inelutável de estágios determinados da história humana”, já Álvares (2019) relata que, ao contrário dos enxertos marxianos, Engels trata os esquemas de Morgan de modo acrítico. Assim como outras obras de Engels, precisamos perceber este trabalho com olhar crítico especial, pois a monumental contribuição sobre o advento da dominação masculina pelo patriarcado convive com naturalizações de questões de identidade de gênero e orientação sexual, além dos formatos eurocêntricos e evolucionistas do seu tempo histórico e dos problemas de transposição da ideia de dialética da natureza.

estruturam o modelo de família tradicional calcado no machismo, na monogamia, na heterossexualidade como padrão natural, todos esses elementos com ligação com o fenômeno da alienação, mesmo porque:

As relações primitivas entre os homens e as mulheres, entre os adultos e as crianças, as formas de parentesco etc., por mais distintas ao longo do tempo e entre diferentes civilizações, não exibem qualquer traço das relações de poder que são a essência do casamento monogâmico. A entrada na história da família monogâmica representou a gênese de uma nova relação social, de um novo complexo social – que é fundado pela passagem do trabalho de coleta ao trabalho alienado (explorado). Em todos os casos, sem exceção. (LESSA, 2012, p. 29).

Engels evidencia o processo material da construção social da alienação e, dela, a produção das desigualdades, demonstrando o cerne da opressão quando afirma que “o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino” (ENGELS, 2010, p.87).

É nesse sentido que a percepção dos valores vindouros, a partir das modificações nas relações de produção nas comunidades primitivas, a produção de excedente, a propriedade privada, a divisão sexual do trabalho e, posteriormente, o escravismo são pilares de processos de alienação que têm em si, a essência da categoria do “ter”, ou seja, a coisificação e apropriação como centralidade ontológica no âmago da produção e da reprodução. Esta perspectiva da posse se metamorfoseia, se complexifica e toma formas distintas na história da humanidade, até se expressar na mais complexa sociedade de classes: o capitalismo.

A alienação aqui aparece como algo contraditório, historicamente determinado, com causalidades especiais e que se manifesta de maneira distinta em lócus múltiplos da vida social. A propriedade privada é uma criação humana, socialmente desenvolvida em condições materiais possíveis de ser realizada e só exequível pela capacidade humana de trabalho. É um marco que impulsiona a complexidade das relações sociais, de possibilidade de individuação e de novas alternativas sociais, ao mesmo tempo que funda desigualdades radicalmente novas, com função social específica, dotadas também de simbologia, significantes e significados *sui generis*.

Um ponto laborioso no entendimento da alienação é que o processo de humanização do mundo, não sendo uma dimensão idealista, não pode se constituir apenas pela intencionalidade. As condições materiais sendo determinantes para a realização social (e até para a prévia ideação) faz com que a processualidade histórica esteja orientada num modelo paulatino e inconstante. Isso significa dizer que não houve a menor possibilidade de

ultrapassar a alienação em momentos históricos onde o ser social não tinha capacidade de produzir alternativas de sociabilidade emancipada.

Em circunstâncias de rebaixamento produtivo e reprodutivo, o caminhar social diante das formas particulares de existência da propriedade privada eram situações para além da escolha imediata que pudesse direcionar sua teologia para outra forma de sociabilidade mais avançada. Este é um ponto importante para fugir do idealismo voluntarista que conduz as análises anacrônicas. Isso significa dizer que, tão somente quando há uma construção material onde a forma social de apropriação privada é de fato uma escolha, por existir processos de produção exequíveis para isso, é que, pela alternativa alienada, o ser social se posiciona teleologicamente pela sua manutenção e, portanto, tem também a possibilidade de oposição a esta, sendo concretamente possível sua eliminação numa escala social.

[...] o dinamismo social objetivo da contradição entre propriedade e trabalho. Ele reconhece que a “vida humana necessitou da propriedade privada para a sua efetivação” (134 [156]) porque “só mediante a indústria desenvolvida, ou seja, pela mediação da propriedade privada, vem a existir a essência ontológica da paixão humana, tanto na sua totalidade quanto na sua humanidade” (136 [157 modif.]). A alienação, a reificação e seus reflexos alienados são, por conseguinte, formas de expressão sócio-historicamente necessárias de uma relação ontológica fundamental. Esse é o “aspecto positivo” da autoalienação do trabalho. (MÉSZÁROS, 2017, *Edição Kindle*).

A propriedade privada é, dessa forma, um dado concreto do avanço material do ser social. No entanto, este avanço contraditório produz a realização madura da desumanização do ser e de suas relações. Para acessar o cerne desta unidade de contrários é preciso decifrar criticamente a autotranscendência universal do trabalho. Sua potencialidade oportuniza perceber os limites materiais presentes e as alternativas potenciais futuras.

A intensificação do antagonismo social entre propriedade privada e trabalho evidencia a mais profunda contradição do sistema produtivo dado e contribui muito para sua desintegração. Assim, a auto-objetivação humana na forma da autoalienação perde sua justificação histórica relativa e se torna um anacronismo social indefensável. (MÉSZÁROS, 2017, *Edição Kindle*).

Se a alienação impulsionou processos de ampliação produtiva e reprodutiva do ser social em condições de sociabilidades específicas de um tempo histórico antigo, o próprio desenvolvimento dessas condições vai criando um processo de sua dispensabilidade em um estágio muito mais avançado de reprodução social. A partir daí, a alienação vai deixando de ser também condição dada para ser condição posta, realizada circunstancialmente, teleologicamente orientada para seu automovimento estranhado.

Na sociabilidade capitalista, o trabalho aparece em seu sentido abstrato, aquele que cria valores de troca em prol da acumulação, subsumindo a criação de valores de uso, de objetos para satisfazer as necessidades humanas, manifestando-se sob o jugo do capital que expressa, em sua sociabilidade, o fenômeno da alienação onde

O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta à desvalorização do mundo dos homens. O trabalhador não produz só mercadorias: produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na proporção em que produz mercadorias em geral.” (MARX, 1989, p. 148).

Nesse estágio de desenvolvimento societal, o objeto produzido pelo trabalhador torna-se ainda mais alheio, “um poder independente do produtor” (MARX, 1989, p. 149). Para Marx, nesse estágio econômico e político, essa objetivação aparece como “[...] desefetivação do trabalhador, a objetivação como perda e servidão do objeto, a apropriação como alienação, como exteriorização”.

No caso da alienação do trabalhador, temos que não apenas seu processo de trabalho se torna estranho, o produto do seu trabalho se torna exterior e alienado, passa a existir fora dele, independente a ele, “tornando-se um poder autônomo [...] a vida que ele conferiu ao objeto se lhe defronta inimiga e alheia” (MARX, 1989, p. 151). Ainda segundo Marx, esse processo de alienação não ocorre apenas no processo produtivo, mas em quatro estágios: o sujeito se aliena perante o objeto produzido; no próprio processo de produção; em relação a outros indivíduos; e diante do gênero humano.

As relações interpostas pela sociedade burguesa e sua sociabilidade pautada na propriedade privada dos meios de produção, na divisão em classes sociais e na exploração dos sujeitos, expõem uma estrutura onde a objetivação histórica da ética é limitada e desigual, convivendo com sua negação, “o que evidencia o fenômeno da alienação que expressa o antagonismo entre o desenvolvimento do gênero humano – em termos do que a humanidade produziu material e espiritualmente” (BARROCO, 2009, p. 170-171).

Numa sociedade capitalista com expressões de desigualdades tão complexas e fragmentadas, desenvolver as determinações do conceito de alienação como algo central para essa reflexão e apreender como os complexos sociais perpetuam diversas desigualdades que não se dirigem diretamente ao mundo do trabalho, esquadriham os elementos de mediação para o esclarecimento da dimensão histórico-ontológica de tantos fenômenos distintos.

Portanto, tomando por base essas afirmações, é preciso entender que as desigualdades reproduzidas na esfera ideológica vêm sendo construídas através de uma base material mediatizada, mas implacável, a partir de um dado momento da história da humanidade, adotando contornos específicos em várias sociedades e tendo o advento da propriedade privada como questão basilar.

3.2.3. A alienação burguesa como essência da unidade exploração-opressão

*Viam o Oceano como sangue de cristal. Balanceava diante de nós sinuoso, muito belo,
mas carregava-se de perigos e sonhava com afogar-nos a todos.
O oceano desceu das veias puras de deus. Dizia um velho.
nas veias puras de deus vivem parasitas que são monstros.*

*A Desumanização
Valter Hugo Mãe*

Observamos aqui que os processos que conduzem à reprodução das opressões, e também o advento da alienação, não são demandas exclusivas do modo de produção capitalista. Doravante, esclarecemos que as mediações entre a materialidade da vida social e o plano da reprodução social são repletas de complexos sociais e, nesse sentido, corroboramos o quanto é capcioso o desenvolvimento dos fenômenos ocorridos na imediatez cotidiana individual junto aos alicerces das estruturas sociais.

Nesse sentido, o caminho dialético da processualidade histórica precisa evidenciar a gênese do processo social de desefetivação humana. Isso significa entender que a articulação material das mais diversas opressões perpassa pela apreensão de como a capacidade humana de criar o novo e ampliar suas possibilidades passa, em uma dada complexidade social, a assumir um caráter contraditório e desumanizador. Esse processo é intrínseco aos complexos sociais e valores que expressam diferentes formas de alienação.

Por isso, precisamos entender esse diálogo da reprodução das opressões, da categoria alienação e das particularidades do sistema capitalista, aprofundando as questões para além dele, por meio da perspectiva ontológica:

Para a melhor compreensão de fenômenos como a alienação é incondicionalmente necessário, sempre, manter à vista que eles, se imediatamente se expressam individualmente, se mesmo a decisão alternativa individual pertence à essência de sua dinâmica, o ser-precisamente-assim dessa dinâmica é, mesmo se com frequência amplamente mediada por diversas interações, contudo, ainda, um evento social. Sem levar em conta essas determinações, falsificar-se-ia igualmente esse ser-precisamente-assim, tal como se deve descuidadamente passar ao largo do ser-precisamente-assim, em aparência puramente social, objetivamente necessário, das estruturas socioeconômicas, das transformações estruturais, por um não-tomar

conhecimento das decisões alternativas individuais que ontologicamente — por último, admissivelmente, apenas por último — estão em sua base. (LUKÁCS, 2018, p.508).

Conscientes de que a categoria alienação não é uma criação do pensamento marxiano e de que, além de ser uma determinação real, ela atravessa a história da filosofia e as explicações ontológicas tanto do idealismo quanto do materialismo, urge que a busquemos na realidade e em suas particulares formas de realização concreta em cada momento histórico, com suas leis sociais específicas.

Nessa perspectiva, Mészáros alicerça as manifestações da alienação a partir da capacidade produtiva da sociedade e da forma como esta se organiza na unidade produção e reprodução social, expondo o caráter positivo no aspecto de ampliação da capacidade produtiva e o processual desenvolvimento negativo e contraditório a partir da produção de excedente e da apropriação:

[...] uma contradição que, contudo, não pode ser percebida do ponto de vista da propriedade privada, nem tampouco por aquele decorrente de uma identificação espontânea com o trabalho em sua parcialidade, mas apenas pelo ponto de vista criticamente adotado do trabalho em sua universalidade autotranscendente. Aos olhos de Marx, a evidência crescente de um antagonismo social irreconciliável entre propriedade privada e trabalho é uma prova do fato de que a fase ontologicamente necessária de auto-alienação e automediação reificada do trabalho — “pelo meio da propriedade privada’ etc. — está chegando a seu final. O agravamento da contradição entre propriedade privada e trabalho demonstra a contradição mais interna do sistema produtivo existente, e contribui enormemente para a sua desintegração. Assim a auto-objetivação humana na forma de auto-alienação perde sua justificação histórica relativa e se torna um anacronismo social indefensável. (MÉSZAROS, 2006, p.107).

A caracterização das determinações histórico-ontológica do fenômeno da alienação está encoberta na reprodução da lógica moderna de um estado de coisas e de um constructo político-ideológico que assevera a igualdade formal, a liberdade restrita, instrumental e relativizada e a emancipação política burguesa como um horizonte histórico que perpetua e metamorfoseia um processo de sociabilidade humana voltada para a apropriação do outro, com a desefetivação de suas relações. Este é um quadro que naturaliza os valores burgueses, mascarando que

[...] o ser humano que não é a contrapartida animal de um conjunto de ideais morais abstratos — não é bom nem mau por natureza; nem benevolente nem malevolente; nem altruísta nem egoísta; nem sublime nem bestial etc., mas simplesmente um ser

natural cujo atributo é a “automediação”. Isso significa que ele pode fazer de si mesmo o que ele é a qualquer tempo – de acordo com as circunstâncias predominantes –, seja egoísta ou outra coisa (MÉSZÁROS, 2017, *Edição Kindle*).

O desvendamento da construção desse fenômeno a partir do advento da propriedade privada permite voltarmos às contradições mais precisas dessa questão e evidenciarmos sua incidência em vários planos da vida social, desde a moderna exploração do trabalho até as relações cotidianas entre os indivíduos e sua construção subjetiva, pois é:

[...] a partir do momento em que se constituem as classes sociais, uma vez instruída a propriedade particular e realizada a divisão do trabalho as contradições deixam de se manifestar apenas com caráter contingencial, deixam de ser meramente circunstanciais e episódicas. (KONDER, 2009, p. 68).

O viés limitado e reforçado de uma lógica voltada para a posse, para a desigualdade e para a exploração constrói relações voltadas para essa mesma direção na cultura, na política, na espiritualidade, no cotidiano. O ser humano, eminentemente social, se vê cindido, buscando desenvolver sua sociabilidade e suas expressões de forma limitada e contraditória.

O que Marx combate como alienação não é a mediação em geral, mas uma série de mediações de segunda ordem (propriedade privada - intercâmbio - divisão do trabalho), uma "mediação da mediação", isto é, uma mediação historicamente específica da automediação ontologicamente fundamental do homem com a natureza. Essa “mediação de segunda ordem” só pode nascer com base na ontologicamente necessária "mediação de primeira ordem" - como a forma específica, alienada, desta última. Mas a própria "mediação de primeira ordem" - a atividade produtiva como tal - é um fator ontológico absoluto da condição humana. (MÉSZÁROS, 2006, p. 78)

Por isso, a alienação é um complexo com gumes afiados que atravessam as práxis humanas, cindindo suas inteirezas que permitiram perceber as conexões entre elas, obrigando a achar completude em fragmentos, impondo a desefetivação.

Lembremos que, no desenvolvimento do ser social, questões aparentemente dadas pela natureza, como a alimentação e a sexualidade, são modificadas pela sociabilidade, sem deixar a base natural, mas distanciando-se dela:

Provavelmente não seja necessário continuar a análise para se divisar claramente a condicionalidade social daqueles conteúdos e formas que, nas sociedades desenvolvidas, se sobrepõem, remodelam, modificam socialmente a pura sexualidade biológica. Mantivemo-nos, com isso, nas grandes tendências históricas,

mas não se esqueça que suas formas de manifestação alcançam até o corpóreo e, da vestimenta ao cosmético, os instintos erótico-sexuais em funcionamento influenciam decisivamente, os quais, novamente, ligam-se muito estreitamente com o desenvolvimento de relações humanas altamente importantes. (LUKÁCS, 2018, p. 132).

Por isso, insistimos em destacar que analisamos a alienação dentro dos complexos sociais, a partir da coisificação do ser humano, da relação que se estabelece como de posse, na realização da exploração e da opressão nas mais diferentes esferas, onde o indivíduo não se reconhece no outro, transformando diferenças em desigualdades. Para isso é preciso sublinhar o reflexo material que produz o protagonismo da ideia de posse no plano constitutivo da reprodução social e na subjetivação dos exemplares humanos da lógica burguesa. De formas e com ênfases distintas, esta questão atravessa toda a obra marxiana:

Além disso, a Crítica do Programa de Gotha afirmou que no modo de produção capitalista “as condições materiais de produção estão nas mãos de não trabalhadores na forma de capital e propriedade da terra, enquanto as massas são donas apenas da condição pessoal de produção, da força de trabalho”. Portanto, **era essencial derrubar as relações de propriedade na base do modo de produção burguês**. Nos Grundrisse, Marx lembrou que “as leis da propriedade privada – liberdade, igualdade, propriedade – propriedade do próprio trabalho e livre disposição sobre ele – se transformam na falta de propriedade do trabalhador e na desapropriação de seu trabalho, ou seja, no fato de que ele refere-se a ela como propriedade alheia e vice-versa”. “o poder de viver sem trabalho do trabalho alheio”. na posse dos meios de produção” e que o objetivo da luta proletária deve ser “o retorno de todos os meios de produção à propriedade coletiva” [*grifo nosso*]. (MUSTO, 2021, p. 39, Tradução nossa).

Se há uma inequívoca desigualdade insuperável no modo de produção capitalista, este denota a perpetuação e a radicalização daquilo que se fundou no advento da propriedade privada, agora, sob o véu da igualdade formal e da real condição material, a partir do desenvolvimento das forças produtivas, de uma emancipação humana não efetivada pela conservação da exploração do trabalho e da propagação de desigualdades reprodutivas como expressão e reforço da alienação e ainda como limites e possibilidades a serem disputados nas fronteiras do capitalismo⁵¹.

O desenvolvimento da sociabilidade humana vai se aprofundando por uma 51MACÁRIO (2013, p. 189) destaca: “O progresso feito pela forma social capitalista consiste, neste particular, em ter criado forças produtivas e formas de intercâmbio universais. As primeiras põem a base da diminuição progressiva do trabalho necessário à produção econômica e da conseqüente liberação de tempo para outras atividades. E já que o intercâmbio se realiza no plano mundial lastreado em premissas puramente sociais, abre-se um leque de possibilidades concretas de que ele seja assumido e dirigido conscientemente pelos homens. Para tanto, é necessário superar as mediações alienadas que sustentam o gênero humano, dentre as quais se destacam a propriedade privada, o capital e o Estado”.

contraditória relação de superação das barreiras naturais e ampliação potencial da liberdade, ao passo que o incremento da alienação em seus diversos aspectos limita e metamorfoseia as relações as sufocando nas amarras da apropriação.

No caso da sexualidade, por exemplo, isso é bem peculiar para entendermos a reprodução da dominação masculina e, por consequência, o patriarcado e a heterossexualidade normativa. Essas questões não se esgotam somente pelas reflexões acerca dos processos de alienação, mas perpassam necessariamente por elas:

O matriarcado e seu desaparecimento pertencem aos grandes efeitos aos quais foi submetida a relação do homem e da mulher, e não há nenhum desenvolvimento, nenhum surgir e desaparecer de formações em que essa dinâmica de desenvolvimento não seja operante. As funções socialmente modificadas que surgem através disso na relação de homem e mulher, enquanto momentos da divisão social do trabalho, causam — independentemente das intenções, resoluções dos participantes — novas relações sociais altamente importantes, todavia imediatamente sem com isso ter de inevitavelmente produzir profundas transformações na relação humana de homem e mulher, admissivelmente, também na medida em que repetidamente cria espaços de possibilidade para tanto. (LUKÁCS, 2018, p. 519-520).

Na produção e reprodução de desigualdades, tanto a universalidade quanto a diversidade humana sucumbem às cisões que se alastram e se transformam, seja no plano material, seja nas mediações e complexos na esfera da cultura. Nesse sentido, Lukács assinala que o esgotamento das sociedades matriarcais sucumbiu à condição da mulher e tornou tal opressão como elemento de base duradoura:

O desmoronamento do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de procriação. Essa degradada condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida. «a Não é aqui o lugar para sequer indicar a história desse período de opressão da mulher até hoje não ultrapassado. Enxergado a partir do ponto de vista do nosso problema, é claro que ele, em geral, enxergado como um todo, significa uma alienação de ambos os sexos: pois já sabemos que o alienar ativo de outro ser humano necessariamente conduz consigo também à própria alienação. (LUKÁCS, 2018, p.519).

Nesse aspecto, a “posse” se revela como elemento catalisador interferindo nos mais díspares aspectos da vida social. É por isso que a superação das opressões acaba por perpassar, necessariamente, a superação da alienação, da noção de que “o outro” pode ser

uma propriedade. Sobre essa perspectiva, Lukács afirma que dentro da esfera das questões de gênero e da sexualidade,

[...] uma libertação sexual isolada, por si só, é impossível que traga uma autêntica solução para a questão central, o tornar-se-humano das relações entre os sexos. Ela esconde em si antes de tudo o perigo de que, muito do conquistado no desenvolvimento até agora da humanização social da pura sexualidade (erotismo), com isso perca-se novamente. Apenas quando os seres humanos encontrarem relações mútuas que de modo inseparável os unam como seres naturais (tornados sociais) e, ao mesmo tempo, como personalidades humanas, pode a alienação na vida sexual ser realmente ultrapassada. A ênfase exclusiva no momento puramente sexual nessa luta de libertação — justificada e importante — pode muito facilmente, ao menos temporariamente, substituir as alienações antiquadas por novas alienações em moda. (LUKÁCS, 1018, p.523-533).

Deslindar as conexões tortuosas que ligam fenômenos particulares só é possível quando realizamos as ponderações supracitadas entre a redoma do trabalho – como categoria fundante do ser social – evidenciando a processualidade transformadora da sociabilidade humana, explicitando o desenvolvimento de outras práxis e mediações no inerente exercício de transformar o meio em que vive, a si mesmo e os seus pares nesse processo.

Sobre a igualdade de gênero/sexo, Lukács interroga se a entrada no mercado de trabalho pela mulher e suas conquistas superaram as desigualdades e a alienação dessa natureza. Ele mesmo responde:

[...] de ambos nessa relação, suas mútuas alienações e tornar-se-alienados? Ninguém pode alegar isso; ao contrário, o crítico da situação torna-se sempre mais aparente em amplos círculos. Ocasionalmente, em outros contextos, sobre isso aludimos a que muitos dos movimentos sexuais de hoje são de fato dirigidos para a libertação da mulher de sua alienação na relação com o homem, mas que, contudo, medidos com o critério ideológico do movimento revolucionário dos trabalhadores como luta de libertação contra a alienação socioeconômica, estão meramente ao nível dos ludistas, portanto a um nível de fato altamente inicial. Neles, com razão, é sublinhado que o mero progresso econômico com base para a independência econômica no modo de vida da mulher, como o romper econômico das formas de alienação sociais há muito familiares, contribuiu ainda muito pouco para a real solução do problema, para o impor da igualdade de facto da mulher no trabalho e na vida familiar. (LUKÁCS, 2018, p. 531).

Nesse sentido, o autor ainda assevera a importância dos movimentos de mulheres em suas causas específicas, entendendo-o como um espaço de possibilidades, mas sublinhando a necessidade de uma luta muito mais profunda e que dimensione questões ontológicas:

A submissibilidade sexual da mulher é certamente uma das bases mais fundamentais de sua submissibilidade em geral, tanto mais na medida em que tanto as atitudes humanas que lha correspondem não apenas desempenham um papel significativo na

vida de representação (*Vorstellungs-*) e de afeto do homem, como no curso de milênios gravam-se de todo profundamente na própria psicologia da mulher e nela criaram raízes. A luta de libertação da mulher ante essa sua alienação não é dirigida, ontologicamente, meramente contra esforços de alienação que partem dos homens, mas deve também intencionar a uma própria autolibertação interior. Nesse sentido, o movimento sexual moderno tem um âmagio decisivamente positivo, progressista. Há nele — consciente ou inconsciente — uma declaração de guerra contra aquela ideologia do »ter« que, como vimos em Marx, é uma das bases fundamentais de toda alienação humana, a qual, também nessa esfera, é impossível de ser ultrapassada sem um rompimento radical da submissibilidade sexual da mulher. (LUKÁCS, 2018, p.532).

Quando a conjuntura favorece ao capital, as particularidades diversas das questões envoltas no plano da cultura, tomam contornos distintos. A funcionalidade das desigualdades finca seus alicerces na materialidade, nessa explícita desefetivação humana calcada no não reconhecimento do outro como congênere, na lógica da posse e da coisificação, numa expressão explícita ao modelo de exploração e acumulação capitalista.

Isso acontece tanto como possibilidades funcionais para essa exploração do trabalho na própria esfera da produção, a exemplo da desigualdade salarial das mulheres e negros no mercado de trabalho (que apresentamos dados no capítulo anterior), como na esfera da circulação e do consumo, abarcando as demandas e lutas dos setores historicamente oprimidos numa forma de fetiche da mercadoria.

Essas características têm ainda uma última questão importante. Trata-se do reforço de um viés particularista de que cada demanda social, como a afirmação da luta por direitos de forma fragmentada, reproduz as contradições num nível de alienação sofisticado. Assim, os possíveis avanços na afirmação de direitos desses sujeitos têm sua inequívoca face positiva na disputa social pelo fim das opressões, mas também revela os desafios para a superação efetiva, principalmente quando se perpetua a desarticulação das diferentes bandeiras de lutas e o reforço das disputas numa espécie de viés de concorrência próprio à lógica do capital:

Pois a sexualidade segundo, por exemplo a expressão da comunista Kollontai, enquanto »copo de água«, tem um importante componente que brota amplamente daquela sexualidade masculina com a qual alienaram as mulheres por milênios, ao mesmo tempo, todavia, que alienavam a si próprios. A frequente conversão de tais movimentos ao banal filisteísmo antiquado que, sob o manto de uma excentricidade pornográfica, pode conduzir à glorificação de um masoquismo real, à incondicionada submissão autorrefinada da mulher, demonstra claramente em um exemplo esse perigo, esse limite no processo de libertação. O fator subjetivo dessa esfera de alienação, portanto, está ainda muito longe de poder fazer uso daquele espaço de manobra de possibilidade para a generidade em si que o desenvolvimento econômico já criou socialmente. (LUKÁCS, 2018, p. 533).

A complexidade das relações de poder da sociabilidade contemporânea realimenta

processos de alienação “do outro” e também da autoalienação. O desenvolvimento da lógica de apropriação se constitui numa teia de planos e faces da vida humana que é muito mais complexa do que uma análise direta entre “dominadores e dominados”, onde no cotidiano os diferentes papéis da vida social também colocam diferentes formas de relações de poder:

Pensemos no caso, não raro também no movimento revolucionário dos trabalhadores, de que um bom combatente, disposto ao sacrifício, percebe o estranhamento no trabalho e luta de modo coerente, mas em relação à mulher não lhe ocorre nunca sequer libertá-la de seus grilhões etc. A superação social definitiva do estranhamento, precisamente por isso, só pode se realizar nos atos da vida dos indivíduos, em seu cotidiano. Mas isso em nada muda o caráter primário da sociabilidade; apenas mostra como são complexamente entrelaçados também aqui, propriamente aqui, os momentos do estranhamento que atuam no plano da pessoa singular e no plano da sociedade. (LUKÁCS, 2010, p. 244).

A vida particular é realizada sob bases alienadas, objetivando condições de desigualdades, de subjetividades e identidades que reproduzem a lógica da posse e da coisificação entre os sujeitos explorados e oprimidos. O processo de produção e reprodução de ideias, valores e costumes se referencia num sentido sócio-histórico amplo e eficaz nos diversos espaços, na linguagem, nas instituições sociais e no cotidiano.

Esse processo, contudo, não é dotado de tranquilidade, guardando espaço para diferentes formas de percepção e de respostas da capacidade inerente humana de transformação, mesmo que isso ocorra nas margens dos limites estruturais e da conjuntura histórica:

toda alienação, a partir dessa base, é antes de tudo um fenômeno ideológico cujas consequências cercam de muitos lados e solidamente a vida de cada ser humano participante; que sua superação subjetiva apenas como ato do respectivo indivíduo participante pode ser realizada na prática. É, portanto, absolutamente possível que seres humanos singulares sejam capazes de enxergar através da essência da alienação teoricamente e, todavia, permaneçam alienados em seus modos de vida, até mesmo que, sob circunstâncias, se alienem ainda mais profundamente, pois cada momento subjetivo da alienação pode apenas ser ultrapassado através das posições na prática correta do indivíduo participante, mediante as quais ele altera seu modo de reação aos fatos sociais, seu comportamento para com seu próprio modo de vida, para com seus semelhantes. (LUKÁCS, 2018, p. 551).

Essas ponderações de ordem teórica servem para explicitar a seara de reprodução dos preconceitos e de como o pensamento conservador se dissipa com a finalidade de minar quaisquer grandes transformações na base social e em seus valores, possibilitando a precisão de que buscar entender o plano da ideologia não é nem a deslocar de seu caráter histórico e socialmente referenciado na materialidade, nem propagar um viés reducionista que assimile

uma análise de uma ligação direta e mecânica com ela.

Lukács (2018, p.551) conclui a dimensão histórica da alienação, afirmando que “toda alienação é um fenômeno fundado social-economicamente; sem mudança decisiva da estrutura econômica nenhuma ação individual pode alterar algo essencial nessa base”, assim, não se trata somente de uma expressão falseada da realidade, mas uma constituição que só se realiza em determinações concretas.

Na complexidade da alienação, Lukács (2018, p.552) assevera que “todas as formas de alienação que são operantes em um período são fundadas, por último, na mesma estrutura econômica da sociedade”. Assim sendo, ao debater sobre o advento da propriedade privada como condição histórica do nascimento da alienação e das determinações da exploração e da opressão, não significa uma transposição dogmática daquelas formas anacrônicas de alienação de modos de produção anteriormente existentes. A unidade exploração-opressão é uma condição do capitalismo, assim como a propriedade privada nesta forma de sociabilidade resguarda sua forma radicalmente particular de realização.

Se o protagonismo da posse como condutor universal da sociabilidade centrada na propriedade arranja sua base material no rebaixamento do trabalho ontológico sob sua forma abstrata, injetando uma lógica capilarizada por todas as práxis humanas que, absorvendo o caráter alienado vai assumindo formas desumanizadas de realização, é preciso entendermos a lógica interna desse processo em suas determinações históricas do presente.

O processo de criação humana, para além da práxis fundante, também sucumbe sua pujança de transformação com sentido e ampliação de alternativas efetivas para direcionar sua intencionalidade em valores da apropriação, afogando o potencial de diversidade numa contradição reificada materialmente e espiritualmente colocadas.

Quando a apropriação se converte em centralidade imediata da vida, se transformando no núcleo da intencionalidade teleológica, o processo da práxis deixa de buscar a satisfação de necessidades sociais concretas para assumir a tarefa de acumulação como essência de sua realização humana. Dessa forma, a coisa passa a tomar o protagonismo de sua utilidade, a própria utilidade passa a ser coisificada e, por fim, a reificação vai assumindo a forma hegemônica de relação social.

Assim, a personalidade subjetiva, criação histórica e embasada na constituição da práxis, se realiza reificadamente na não-identidade do sujeito com sua auto desefetivação. Ao assumir subjetivamente a centralidade da propriedade privada, as determinações do ser social passam a ser teleologicamente desfiguradas de suas possibilidades essencialmente coletivas. O ser que buscara realizar a diversidade dentro das alternativas sociais passa a

perseguir o sufocamento da coletividade em busca de uma individualidade autofágica, cindida de uma substância concreta nas relações ontológicas. Assim, as relações sociais se rebaixam em

[...] um mundo de coisas (de vez que as próprias relações inter-humanas, no plano geral da sociedade, assumem a feição de coisas). E as coisas a cujo mundo o homem é assimilado, ao se tornarem diretoras do movimento da história e da atividade humana, se desindividualizam e perdem as suas qualidades concretas ante os olhos dos homens, compondo um mundo desprovido de existências singulares, um mundo indiferenciado, um mundo desumano, onde o humano - especificamente humano - se vê triturar e inapelavelmente diluir. (KONDER, 2009, p. 146).

Realçar o protagonismo da alienação nesse aspecto ilumina o reconhecimento do fio que conduz a essência unitária dos processos de exploração da força de trabalho e de opressão. Suas lógicas fincam os pés no mesmo alicerce: a convicção de que há seres humanos que podem ser desumanizados e coisificados, portanto, apropriados e, conseqüentemente, dominados. Esta posição disparada na propriedade privada chega às relações outras na condição de reprodução social da lógica produtiva, mas não somente isso, desenvolvendo suas próprias dinâmicas particulares.

A intenção de domínio, de apropriação e poder é constitutiva da opressão porque trata o ser que se relaciona como objeto, produto para usufruto, apartando a consciência de uma relação mútua. O ser que busca se apropriar desumaniza não somente o outro, mas também a si mesmo e ao gênero humano, pois arqueia a identidade do ser social para se realizar na alienação. A reprodução social interpela a garantia dos meios de reafirmação desta lógica, os seus valores, a formação subjetiva, as relações cotidianas que sublinham o “ter” em identidade com o “ser”, portanto, a identidade na não-identidade.

Como vimos, não por acaso, as condições históricas do advento da propriedade privada e a realização da alienação comungaram com a divisão sexual do trabalho, com o patriarcado e a família mononuclear. Esta constatação não forjou apenas uma dinâmica produtiva de desigualdade de gênero, mas impulsionou toda uma cadeia valorativa que cria um *ethos* hegemônico de padrão de relações afetivo-sexuais, de naturalização de formas de sentimentos, sensações e afetos.

A histórica preocupação com a herança e o apoderamento masculino no setor produtivo vai desenvolvendo uma fundamentação da heterossexualidade como condição socialmente hegemônica, moralmente necessária para a procriação, garantindo a apropriação da sexualidade em padrões alienados, pois, considerados naturais, quando, na verdade, cumprem uma função social particular, ao mesmo tempo que só existem pela abertura de

alternativas e de complexidade nas relações, fundamento que abre o leque de possibilidades em vários sentidos e direções, mas que, agora, são concretamente sufocados.

Na estrutura burguesa, processos de objetivação e subjetivação marcados pela alienação se multiplicam desde sua fase de acumulação primitiva: um ser que escraviza o outro por desenvolver uma forma produtiva e uma cultura que o instrumentaliza, impondo uma imagem animalesca, uma representação inumana para reproduzir a manutenção da apropriação não somente dos corpos, mas principalmente do que eles produzem; a formulação de sentidos e significados elevados ao domínio ideológico que vão, ao mesmo tempo, identificando diferenças humanas e as transformando em formas de desigualdades; a divisão de tarefas e a complexificação da produção e reprodução ampliando as condições materiais enquanto se transformam em hierarquização pelas funções exercidas; a modificação social das bases biológicas e da própria fisiologia humana sufocadas pela moral e pelo pensamento mágico que naturaliza identidades, orientações e representações em supostas leis da natureza. Cada particularidade realizada como alienação tem função histórica, pois

O caráter tão tipicamente conciso de uma determinada alienação nunca pode, todavia, velar seu devir essencialmente histórico. A alienação é um modo histórico-social da vida humana. Naturalmente aqui é impossível de ser feita a tentativa de expor esse processo, mesmo que apenas muito esquematicamente. Pode, apenas, uma vez mais, sobre isso ser apontado que as duas grandes etapas da socialização da sociedade que nós, após Marx, caracterizamos, têm consequências muito importantes para essa sua qualidade interior. Se recordamos aquelas sociedades nas quais o extrapolar econômico de seu próprio ótimo social deve produzir tendências internas de desagregação (economia escravista do tipo da pólis e, claro, com muitos traços novos, feudalismo), para ambas é característico que a posição dos seres humanos na sociedade permanece determinada natural-socialmente pelo seu nascimento. Isto, para nosso problema, tem a consequência de que, por um lado, a generidade para si é impossível que possa alcançar expressão em uma forma pura, desenvolvida, que a tudo abarca, que, todavia, por outro lado e ao mesmo tempo, sua forma então possível pode possuir um fundamento social — relativamente — sólido. Também isso ocorre no cidadão da pólis em uma forma mais pura que no membro do estamento. O ser dirigido a uma generidade para si é socialmente solidamente fundado, uma realização tacanha, segundo Marx. O ir para além econômico, por parte desse sistema social, dessas condições seguras, plásticas, sólidas, ainda que estreitamente construídas, pode apenas se iniciar com a dissolução da pólis, com o surgir da personalidade como ser humano privado. Toda estratificação estamental tem, por seu lado, esse processo de dissolução como pressuposto; o cristianismo de fato deve seu reconhecimento mundial justamente à sua capacidade de ter encontrado uma resposta satisfatoriamente operante — sem dúvida, renovadamente alienada — à nova alienação do ser humano privado. (LUKÁCS, 2018, p.546).

Deste momento rudimentar até o ápice de realização da alienação na sociedade do capital, há mudanças substantivas nas formas e conteúdos de sua realização, mas o princípio da apropriação vai supressumindo um grau de sofisticação muito mais complexo. Do

nascedouro da propriedade privada moderna, concentrada no valor, produzida na conjunção exploratória da força-de-trabalho livre pelos detentores dos meios de produção, há uma jornada processual de alienações humanas que, ao retirar das mulheres os saberes e o acesso na unidade produção e reprodução social, no tempo histórico de emancipação política aprofunda um caráter contraditório ontologicamente diferente das relações heterocispatriarcais.

Tal constituição foi também pautada numa produção de desigualdade centralizada na realização de uma hierarquização etnico-racial burgo-eurocentrada, instrumentalizando o amadurecimento das condições para a realização capitalista com o racismo que naturalizou e justificou os processos escravagistas partícipes das origens do modo de produção e do *ethos* burguês. A expropriação da terra e dos territórios, dos saberes e dos corpos, das identidades e das subjetividades, são nexos constitutivos no desenvolvimento da reprodução social alienada do modo de produção capitalista.

A complexidade desse processo vai aparecer nas reflexões sobre alienação colonial:

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será. (FANON, 2008, p. 34).

As identidades alienadas resultantes de um processo de opressão corporificam a desumanização, epidermizam a hierarquização, subjetivam a coisificação enquanto objetivam a exploração do trabalho e materializam violências cotidianas, por isso, “O negro quer ser branco, o branco incita-se a assumir a condição de ser humano” (FANON, 2008, p. 27).

Nessa relação, nem dominador e nem dominado constroem identidades diversas em direção ao gênero humano, portanto, ambos aprofundam a subsunção à alienação, realizando suas diferenças em identidades desumanizadas, um, por alçar o arquétipo do privilégio imediato, o outro, por um caráter violento, compulsório, abrupto que o joga em condição de subalternidade.

Na sociedade da alienação as relações interpessoais vão realizando um processo de não reconhecimento das próprias identidades, seja aquela estabelecida como sobre-humana, de um dominador que assume status de poder de um suposto ser humano autêntico, seja na sub-humanidade imposta ao ser dominado, que o faz buscar a identidade do outro para se humanizar. Esse processo o faz renegar uma das consequências da exploração-opressão que

vivência, pois reage sem enfrentar o que faz com que sua identidade real, diversa, múltipla e eminentemente humana, tenha sido sufocada em processos históricos de instrumentalização de seus corpos, de marginalização de seus valores, de apagamento de suas resistências.

Esta busca por pertencimento no *ethos* considerado humano vai desenvolvendo uma identidade alienada, frígida em sua objetivação, desefetivada por princípio, pois não pode atingir sua intencionalidade já que a origem de sua desumanização não está no fato de não ser branco, mas na estrutura social que desumaniza os negros. Fanon também demonstra que

Antes de abrir o dossiê, queremos dizer certas coisas. A análise que empreendemos é psicológica. No entanto, permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais. Só há complexo de inferioridade após um duplo processo: • inicialmente econômico; • em seguida, pela interiorização, ou melhor, epidermização dessa inferioridade. (FANON, 2008, p. 28).

Este processo de conscientização é apenas o momento inicial, particular e momentâneo de uma luta contra esta expressão de alienação. Por isso, Moura vai demonstrar o caminho da construção contraditória de uma identidade que, em busca da afirmação da diversidade, principia processos de avanço particular na desnaturalização de uma estrutura que hegemoniza formas específicas de ser no mundo para subjugar outras tantas maneiras de construção de identidade:

Aqui devemos dizer que entendemos por identidade étnica um nível de consciência individual ou grupal das suas origens ancestrais capaz de determinar a aceitação, reconhecimento e sua auto-afirmação social e cultural a partir desse nível de consciência alcançado. A partir daí o agente conscientizado passa a contrapor-se aos outros indivíduos, grupos ou segmentos que veem na etnia a que pertence uma marca inferiorizadora. Essa identidade possui uma dinâmica sócio-cultural capaz de determinar a organização de grupos ou segmentos dispostos a conservar e desenvolver os seus valores e padrões étnicos entrando em fricção com os grupos etnocêntricos que os marcaram. Mas, numa sociedade poliétnica e ao mesmo tempo organizada em classes e estratos com elementos de diversas etnias em posições diferentes e mesmo antagônicas, essa identidade pode adquirir diversos níveis desde a agressividade até a diluição no corpus da cultura ou da sociedade abrangente. No caso particular brasileiro já estudamos esse fenômeno através dos conceitos de grupos específicos e grupos diferenciados, correspondendo os primeiros aqueles elementos que possuem e desenvolvem a sua identidade étnica e os segundos aqueles nos quais a identidade étnica se diluiu em diversos níveis. (MOURA, 1994 p.156).

A alienação moderna conduz à rejeição do ser social da sua própria humanidade, da humanidade do outro, do reconhecimento da sua universalidade na formação da diferença. A capacidade de socialização, transformação e realização recai numa estrutura desumanizada e de seus valores constitutivos na ótica do capital. Os processos de desefetivação criados pela

própria humanidade fazem os seres humanos objetivarem desigualdades sociais como se fossem condições inatas, enquanto subjetivam repulsa, ódio, medo e sentimentos de apropriação diante do que é socialmente construído como diferente por ser concretamente um objeto de sua dominação, ou possibilidade de ser o sujeito dominador.

Enquanto todas as práxis naturalizam essas condições com seus vieses particulares, autonomia relativa e leis próprias, o mundo do trabalho vai garantindo a materialização do que Marx (2013) chamou de fetichismo da mercadoria. A realização fantasmagórica, que faz com que relações humanas sejam enxergadas como relações entre coisas, vinculada às práxis diversas à lógica da troca, subsumindo a utilidade real, assumindo uma máscara desumanizada no mundo material, na vida cotidiana, nas práxis espirituais.

Em primeiro lugar, Marx concebe o fetichismo não como um problema individual, mas como um fenômeno social, não como uma questão da mente, mas como um poder real, uma forma particular de dominação, que se estabelece na economia de mercado como resultado da transformação de objetos em sujeitos. Por isso, sua análise da alienação não se limita à inquietação de mulheres e homens individuais, mas se estende aos processos sociais e às atividades produtivas subjacentes a ela. Em segundo lugar, para Marx o fetichismo se manifesta em uma realidade histórica precisa da produção, a realidade do trabalho assalariado; não faz parte da relação entre as pessoas e as coisas como tais, mas sim da relação entre o homem e um tipo particular de objetividade: a forma-mercadoria. (MUSTO, 2021 p. 34. Tradução nossa).

Não há como, portanto, desvendar o caráter estrutural da unidade exploração-opressão e nem sua incidência particular na formação subjetiva, sem reafirmar uma concepção de reprodução social pela perspectiva de totalidade, ou seja, como um complexo de complexos que abarca as mediações do universal-particular-singular, direcionando as práxis humanas, desde a dimensão fundamental, o trabalho, até as mais diversas formas de realização do ser social em sua complexidade. Todas elas vão desenvolvendo meios de expressão das contradições:

A resposta a conflitos deste gênero ultrapassa o exercício das atividades do trabalho, por isso emerge a necessidade de normas generalizadoras do comportamento humano que surgem do cotidiano mais imediato da vida social e assumem processualmente a forma de costumes, tradições, normas sociais, convicções religiosas, visões de mundo, expressões artísticas, teorias científicas etc. O que justifica o seu surgimento é o fato de que os homens travam conflitos seja entre indivíduos, seja entre indivíduos e sociedade, seja entre grupos de indivíduos. E esses conflitos precisam ter uma resolução, sob pena de porem em risco a organização social existente. (COSTA, 2009, p. 5).

Após voltar aos princípios da alienação e da opressão, refletir sobre a formação sofisticada de sua materialização é esmiuçar esse conjunto de determinações aqui expostas, agora retratadas nas determinações contemporâneas, demarcadas num estágio elevado de suas contradições, posicionando as suas mediações em níveis de difícil reconhecimento da unidade entre o antagonismo das classes sociais e os processos de opressão. Tratando particularmente da questão LGBTQIA+, Santos argumenta que:

Na sociedade capitalista não há como desvincular formas de opressão e de violação de direitos da natureza da exploração da força de trabalho e da vigência da propriedade privada. Não há como apreender os obstáculos que geram a LGBTfobia sem examinar as relações que se desdobram da instituição do casamento monogâmico/família monogâmica que marca a produção e reprodução social. Não se trata de mera vontade e/ou decisão subjetiva para empreender as conexões entre opressão e exploração. Ainda que o pensamento singular não alcance este entendimento ou dele discorde, estas conexões se materializam e acentuam as práticas de discriminação e de extravio da diversidade humana. (SANTOS, 2017, p.16-17).

A sociabilidade capitalista traz consigo a radicalização das contradições e a fundamentação ideológica ainda mais forte para a reprodução social, fomentando valores e afirmando-se nessa igualdade formal de todos os seres humanos, mas que não é efetivada no cotidiano dos mesmos. Temos que “[...] a grande diferença com a produção, também social, do sistema capitalista, é que neste a associação lhes é imposta por um poder estranho, que não só lhes rouba o domínio, mas também a compreensão sobre as suas relações [...]” (TONET, 2005, p. 135).

Não por acaso, destacando os limites da liberdade e da igualdade na ordem do capital ao tratar do tema da diversidade humana e sua subsunção alienada, Santos (2017) destaca pontos fundamentais para o entendimento das opressões: o trabalho, como fundamento ontológico do ser social, as relações entre Estado, propriedade privada e família monogâmica. Além disso, a autora assevera que a diversidade humana advém do processo de individuação e não como resultado direto dos movimentos reivindicatórios das últimas décadas e, por fim, reflete ainda sobre as particularidades brasileiras nas expressões peculiares das opressões. Na complexidade do atual estágio dos processos de alienação, Santos (2017, p.19) conclui que:

Cada indivíduo carrega em si as determinações das relações sociais a que está inserido. A mercantilização de todas as dimensões da vida social e a desconsideração das reais necessidades dos indivíduos mediante a valorização dos interesses do capital dão o tom do tempo presente, mas também abrem passagem

para as contradições. Para que os indivíduos expressem a sua diversidade e liberdade em toda sua densidade histórica, necessitam de relações sociais fundadas na igualdade substantiva que brota do trabalho associado, necessitam da ruptura com o sistema do capital.

Por isso, a ruptura com a unidade exploração-opressão exige a superação estrutural da centralidade da propriedade privada em sua dimensão ontológica. Isto posto, significa a suprassunção da reprodução social ampliada em seu grau mais sofisticado de realização produtiva pela propriedade dos meios de produção e exploração da força de trabalho, desenvolvendo uma sociabilidade com práxis e relações particulares de afirmação desta lógica em suas dimensões do heterocispatriarcado e do racismo. Marx destaca que:

Com efeito, o reino da liberdade só começa onde cessa o trabalho determinado pela necessidade e pela adequação a finalidades externas; pela própria natureza das coisas, portanto, é algo que transcende a esfera da produção material propriamente dita. Do mesmo modo como o selvagem precisa lutar com a natureza para satisfazer suas necessidades, para conservar e reproduzir sua vida, também tem de fazê-lo o civilizado – e tem de fazê-lo em todas as formas da sociedade e sob todos os modos possíveis de produção. À medida de seu desenvolvimento, amplia-se esse reino da necessidade natural, porquanto se multiplicam as necessidades; ao mesmo tempo, aumentam as forças produtivas que as satisfazem. Aqui, a liberdade não pode ser mais do que fato de que o homem socializado, os produtores associados, regulem racionalmente esse seu metabolismo com a natureza, submetendo-o a seu controle coletivo, em vez de serem dominados por ele como por um poder cego; que o façam com o mínimo emprego de forças possível e sob as condições mais dignas e em conformidade com sua natureza humana. Mas este continua a ser sempre um reino da necessidade. Além dele é que tem início o desenvolvimento das forças humanas, considerado como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, que, no entanto, só pode florescer tendo como base aquele reino da necessidade. A redução da jornada de trabalho é a condição básica. (MARX, 2017, p.883-84).

Se no atual estágio de desenvolvimento produtivo há condições objetivas para um processo de superação da alienação, posto as capacidades materiais de abundância, de libertação do tempo de trabalho e de amplas capacidades no afastamento das barreiras naturais, é preciso, pois, desenvolver as motivações dos entraves permanentes das condições subjetivas que constitui a realização conservadora da estrutura do capital.

A consciência humana como um processo dinâmico, historicamente determinado, posto em desenvolvimento a partir das relações, tem sua plasticidade atuando no reforço cotidiano da naturalização da humanidade desumanizada. Por isso, ela amplia ou retrai em suas possibilidades e alternativas, em seus aprisionamentos ou reificações.

O movimento da consciência se expressa, em um primeiro instante, na consciência dos seres submetidos ao estranhamento [...]. Se a consciência se move é porque há

contradição e a contradição que move a consciência é aquela que se expressa, neste momento do movimento, entre a necessidade da sobrevivência (aqui em um sentido mais amplo que apenas a sobrevivência física do ser social) e a função do organismo humano como parte fragmentada do processo de trabalho do capital na valorização do valor, o que não é senão a mediação prática concreta da contradição entre o avanço das forças produtivas materiais e as relações de produção. (IASI, 2006, p. 116).

Assim, o potencial de consciência genérica para teleologias emancipatórias, em busca da universalidade diversa, da liberdade em unidade com a formação constante de necessidades efetivas, se reduz na consciência alienada, se esvaindo em uma consciência imediatamente interessada na acumulação, conduzindo sua trajetória nos desvalores da apropriação, diminuindo suas alternativas e sucumbindo na mistificação do mundo e no fatalismo diante da desumanização.

Como observamos na leitura marxiana, a categoria alienação não se reflete ao que é comumente reproduzido no senso comum, como algo estreito ao que é falso, alusivo à ignorância, mero desconhecimento ou ainda inerente a um sujeito sem escolha, levado à esmo por algo maior que o engana e não permite resistência. A alienação, aqui, aparece como algo contraditório, historicamente determinado, com causalidades específicas e que se manifesta de maneira distinta em planos distintos da vida social.

Se olharmos para a história da humanidade e identificarmos o advento da propriedade privada como questão fundamental para o atual estado de coisas, é porque temos tal dado histórico concreto como fundamento das estruturas que determinam nossa sociedade, mas é ainda mais porque podemos conhecer a realidade como ela é, como seres da práxis que somos.

Reconhecer as possibilidades históricas como um campo aberto para a construção do amanhã é também o que nos permite olhar para o que nos trouxe até aqui e pensar as possibilidades de outros caminhos que poderiam materializar outros ritmos de desenvolvimento para um patamar material possível à emancipação da humanidade, mas que não fazem parte de uma imaginação voluntarista, mas sim, razoável.

Visto que, de acordo com Marx, tanto a “alienação” quanto a “*Aufhebung*” devem ser entendidas em termos de necessidade ontológica, uma concepção histórica correta depende da interpretação dessa necessidade. O determinismo econômico enquanto hipótese histórica é uma contradição de termos, porque implica a negação última da história. Se história significa alguma coisa, ela deve ser “inconclusa”. Por conseguinte, uma concepção histórica adequada deve estar aberta à ideia de uma ruptura da corrente das determinações econômicas – “reificadas”, “fetichistas”, “cegas” etc. (Na verdade, a transcendência da alienação é inconcebível sem a ruptura dessa corrente.) Desnecessário dizer que tal ideia é inadmissível do ponto de

vista do determinismo econômico, que, por conseguinte, precisa negar a história, tomando como certo seu próprio ponto de vista – a-histórico – e convertendo-o em uma suposta “estrutura permanente”. (MÉSZÁROS, *E-book Kindle*).

A superação da sociabilidade fundada na alienação é a superação da propriedade privada dos meios de produção, mas também daquilo que é sua unidade, a universalização de um complexo de reprodução social centrado na lógica privada, de apropriação, naquilo que permite a reprodução das opressões e que perpassa complexos, instituições até a constituição da subjetividade, como afirma Vygotski (1998):

Ao longo deste processo (da passagem do capitalismo para o socialismo), inevitavelmente deve ter lugar uma mudança na personalidade humana e uma modificação do homem mesmo (...). Com a libertação dos muitos milhões de seres humanos virá a libertação da personalidade humana das cadeias que freiam seu desenvolvimento. A primeira origem, a primeira fonte de modificação dos homens é, então, sua libertação. (p. 118).

Nesse exercício de superação, objetivo e subjetivo, é também desenvolvido o potencial de um patamar produtivo onde a lógica de totalidade supere a universalização de uma forma produtiva desumanizada, promovendo a convivência da materialização de tudo que tem potencial emancipatório na história da humanidade para um trabalho coletivo, potencial sufocado ao longo da vida social moderna pela lógica da exploração. Para Marx, segundo Musto (2021):

Esse sistema de produção pós-capitalista, junto com o progresso científico-tecnológico e a consequente redução da jornada de trabalho, cria a possibilidade de uma nova formação social em que o trabalho coercitivo e alienado imposto pelo capital e sujeito às suas leis é gradualmente substituído por atividade consciente e criativa além do jugo da necessidade, e na qual relações sociais completas substituem a troca aleatória e indiferenciada ditada pelas leis das mercadorias e do dinheiro. Não é mais o reino da liberdade para o capital, mas o reino da genuína liberdade humana. (p. 44. Tradução nossa).

Isso significa que o alto desenvolvimento das forças produtivas subsumido às relações de produção centradas no valor de uso, é base para a transcendência e construção das formas produtivas que resguardam a solidariedade e o bem comum, numa convivência com diversos modos de existir, produzir e se realizar, não somente porque há tolerância com o diferente, mas porque revelam uma unidade como continuidade na descontinuidade, numa instância ética onde a única objeção sejam as possibilidades de desumanização.

A superação da alienação moderna não é, portanto, uma imposição de uma forma de ser universal do modo de vida burguês, agora moldado na socialização igualitária de tudo que se produz. O comunismo é muito mais que isso, é a materialização de uma forma emancipada que não resguarda um modelo ou que o modelo é a diversidade substantiva e não a desigualdade social. Este é um patamar reprodutivo que tem o princípio de uma base material que se realize não somente na produção, mas que seja lócus onde a subjetividade possa se desenvolver de fato e não esteja subsumida às condições impostas por uma lógica coisificada e desumanizadora.

Por tudo que aqui foi descrito e analisado, reafirmamos que as contradições estabelecidas da alienação na sociabilidade do capital exigem que realizemos uma leitura igualmente complexa. Por isso, faz-se necessário que retomemos o debate ontológico para desnaturalizar as condições de opressões e demonstrar seus princípios essenciais centrados na materialidade da vida social. Essa jornada nos trouxe ao desenvolvimento da categoria alienação a partir da propriedade privada, adensando o debate da construção da desumanização pelas relações dos próprios seres humanos e, por fim, pudemos desvendar o princípio dos processos constitutivos da hegemonia dos valores heterocispatriarcais e racistas no capitalismo.

As diferentes formas históricas de opressões aqui descritas, realizadas sobre a vida de diferentes sujeitos, marcam questões particulares, mas experimentam elementos comuns em sua formação articulada nos interesses produtivos e reprodutivos como uma totalidade indissociável, ampliando o conceito de reprodução social como um complexo de complexos, revitalizado numa cooperação alienada entre o processo produtivo, os seus meios de reprodução e a realização cotidiana destes fatores na vida dos indivíduos.

Além disso, as distintas opressões são consuetudinárias de determinações que imputam ao ser oprimido características inumanas e aos processos de opressão condições naturais. A legalidade particular de cada processo de alienação vai construindo uma substância ordinária de coisificação que torna as desigualdades um fenômeno habitual da constituição dos seres sociais e das relações de seus exemplares individuais. Esta conformação sempre tem função social para sociabilidades onde a desigualdade é um ponto central para a permanência de suas estruturas.

Perceber, em suas diferenças e tendências particulares, um nexos de causalidade posta que enlaça questões de gênero/sexo, sexualidade, dimensões étnico-raciais e processos de exploração, é constatar a desnaturalização radical dos processos de hierarquização, dominação, apropriação e objetificação dos seres humanos. Portanto, trata-se de uma busca

das determinações entre o universal, o particular e do singular das formas de alienação e das possibilidades e alternativas de suas superações.

Por isso, o debate ontológico *dessencializa* os processos de exploração e opressão como elementos constitutivos do ser social em todas as suas formas de realização, demonstrando que o elo das diversas formas de desigualdades tem sua condição ontológica na alienação e em como ela se constitui nos momentos históricos concretos.

Assim como o trabalho é o fundamento ontológico do ser social, a alienação é a categoria ontológica da unidade de exploração-opressão. Do mesmo modo que voltarmos às origens do ser social nos ajudou a desvendar as mediações, as transformações e o processamento histórico que desaguou no estágio radical da propriedade privada, é preciso agora mergulhar na vastidão da lógica concreta desta forma realizada na sociedade do capital.

Reconhecer que na classe trabalhadora existe a reprodução de lógicas desumanizadoras é também pensar a complexidade da alienação. E assim, pois, com a dimensão de classe-raça/etnia-gênero/sexo, com o entendimento da ontologia do ser social, e com o aprofundamento sobre as categorias alienação e reprodução social estamos constituindo o complexo básico de análise e categorização da unidade exploração-opressão. Com esses pressupostos, podemos entender a opressão, trabalhando suas particularidades e diferenças conceituais diante da exploração, enfatizando a conexão ontológica de ambas, desvendando sua indissociabilidade na substância de formações sociais desumanizadoras.

Se o ser social contemporâneo, o atual “o tipo humano burguês”, é um exemplar muito mais complexo, radicalmente distinto, marcado por muitas outras determinações do que a forma socialmente existente nos primórdios da humanidade, a alienação também não é a mesma do advento da propriedade privada, posto ser repleta de novas determinações. É preciso aprofundar concretamente as mediações da unidade exploração-opressão e isso só é possível desvendando os aspectos de sua realização na ordem sociometabólica do capital.

As margens que oprimem à dimensão ontológica do ser social, como construtora potente de diversidade, desaguam sua história em mares da sociedade da mercadoria, com ondas conservadoras, mistificadoras e reforçadoras das opressões constitutivas de sua estrutura social. Os monstros desses mares não são seres míticos, lendas que apavoram sem nunca aparecerem, são sim construções reais, questões concretas, produtos desta mesma sociedade, formas monstruosas de transformação de violências, desigualdades e desumanização em lucro. Ultrapassar a maré estrutural para enxergar a vastidão do oceano humano é possível, desde que se quebre os alicerces da desumanização humana que, ainda hoje, parece habitual.

IV. CHAMARAM DE ONDA, O OCEANO: EXPLORAÇÃO-OPRESSÃO, UNIDADE DIALÉTICA E COMPLEXIDADE ALIENADA

*Não enxergando saídas
Só viam paredes
Naquele deserto*

*Sem condições de mergulho
Chamaram de Onda
O oceano*

Banal – Wesley Pinheiro

O ser social alienado, produtor, produto e reproduzidor de uma estrutura e uma sociabilidade desigual, olha para as ondas de desumanização e as enxerga como o oceano da existência possível. No entanto, retomando o reconhecimento da complexidade histórica daquilo que é hábito, revelamos as determinações sociais em sua totalidade concreta e, por isso, as suas possibilidades emancipatórias.

Sem os pressupostos resultantes da ontologia do ser social, as leituras que protagonizam análises circunscritas à ótica burguesa vilipendiam as determinações da materialidade para sucumbir em descrições pragmáticas, fatalistas ou somente equivocadas acerca das opressões no mundo do capital. Tais análises e suas consequências políticas são próximas de uma cosmovisão idealista presente na constituição da decadência ideológica que nega a historicidade e a alternativa revolucionária.

Na direção oposta a isso, no capítulo anterior, espessamos nossa análise da unidade exploração-opressão com determinações fundamentais, pois: 1. Com o debate ontológico do ser social desnaturalizamos a essência humana pondo suas relações, práticas e valores dentro da história, esta, a arena exclusiva de construção de todos os processos sociais; 2. Com a demonstração do fundamento do trabalho como categoria ontológica do ser social desvendamos que esta historicidade é materialmente ancorada, por isso, tem determinações concretas, com suas construções e mediações partindo da realidade socialmente existente e sendo reproduzidas nela; 3. Refletindo sobre a produção e reprodução e seus fundamentos na historicidade e na sociabilidade complexificada pelo desenvolvimento das práxis, apresentamos a categoria da reprodução social como um complexo de complexos, aglutinando os elementos fundamentais de produção material e de construção organizativa desta, dando sentido e direção social na manutenção das determinações vigentes, abarcando desde instituições sociais até as relações mais prosaicas; 4. Nessa análise, aprofundamos as determinações materiais dos processos particulares, da formação da individuação, da

personalidade e da consciência como questões concretas do ser da práxis, desenvolvidas pela condição prioritária do ser na sua capacidade teleológica, objetivando e subjetivando sentidos e significados, complexificando a individualidade e ampliando suas alternativas sociais na história e nas relações da vida cotidiana.

Neste desenvolvimento teórico pudemos sintetizar os pontos prioritários da ontologia da unidade exploração-opressão, pois: 1. Recuperamos o debate do materialismo histórico e dialético que categoriza a alienação no não reconhecimento do ser social no âmbito produtivo, mas também como o processo de desumanização socialmente posto que proporciona a não identidade com aquilo que produz e reproduz coletivamente, estranhando sua essência ontológica, suas relações reprodutivas e rebaixando suas práxis, valores e relações em processos de reificação; 2. Apontamos o advento da propriedade privada como o elemento fundamental da realização da alienação, determinando os processos de desumanização socialmente construídos, sendo um fator predominante na formação de complexos sociais produtivos e reprodutivos promotores das desigualdades materiais e de seus valores, costumes e instituições centradas na lógica da apropriação, coisificação, dominação e hierarquização; 3. Demonstramos que, assim como o trabalho é a categoria fundante do ser social, a alienação é a categoria ontológica da unidade exploração-opressão, sublinhando que, enquanto a primeira é a fonte constitutiva da potencialidade social de criação do novo, da humanização do mundo e da diversidade humana, a alienação é o postulado para a desefetivação do ser, da coisificação, da humanidade desumanizada e da produção social das desigualdades e de suas naturalizações; 4. Aprofundando as dimensões produtivas e reprodutivas da alienação constatamos suas particularidades históricas até a forma mais madura, sofisticada e complexa de sua realização na sociabilidade capitalista, materializando contradições radicalmente distintas, relações qualitativamente mais desumanizadas, socialmente existentes na conjunção das relações de produção e dos complexos de reprodução.

A excisão ontológica que transmuta diversidade em desigualdade e impulsiona as práxis pela ótica da apropriação realiza práticas políticas apartadas da totalidade e, assim, planificam a reação sem um projeto de sociedade substantivo. O divisionismo interpretativo e suas derivações, sejam mecanicistas/estruturalistas, sejam fatalistas/particularistas, as primeiras, presentes nas visões economicistas de interpretações vulgares do marxismo, as segundas, signatárias das constatações pós-modernas, são expressões e reflexos das cisões estruturais dessa sociedade alienada.

Enquanto se aprofunda a barbárie do capital, agudizando as desigualdades,

sofisticando os processos de exploração da força de trabalho, afogando a sociabilidade nas opressões históricas, recrudescendo o individualismo e o moralismo conservador, a pulverização da condição humana no que há de mais raso em seu cotidiano direciona sínteses especulativas sobre os aspectos que reafirmam, em última instância, a manutenção da naturalização do que estrutura a desumanização no capitalismo racista e heterocispatriarcal.

Diante desta complexidade, as teorias pautadas no singularismo e no culturalismo se alimentam da superfície dos fenômenos alienados. Suas sínteses apostam nas ações privadas, constatando a única possibilidade de reação à unidade exploração-opressão. Defendendo a imediatez como fator final, o fatalismo histórico constitui o superdimensionamento dos valores culturais como fins em si mesmos, das relações interpessoais como a instância privilegiada da política e da vida social seccionada.

Assim, os processos da unidade exploração-opressão são entendidos exclusivamente como problemas culturais, subjetivos, de conflito de poder no campo da particularidade ou, no máximo, percebidos como uma causa coletiva específica, interpretada na capacidade ou não de consumir mercadorias, rentabilizada e precificada pelos ditames do mercado, conduzida por percepções de críticas parciais contra a atuação das instâncias alheias aos indivíduos.

Por essa perspectiva, os seres mergulhados na aparência e afirmados em identidades alienadas, leem o combate aos processos da unidade exploração-opressão pelo prisma do senso comum parcialmente esclarecido, capaz de percepções fenomênicas de sua desefetivação, mas não observando suas dimensões estruturais. Tal “olhar” vai impulsionando a tática concentrada na disputa de narrativas, jogos de linguagem, posições sociais culturalmente mais valorizadas, espaços de representação e expressão de poder institucional, catalisação do valor de troca em produtos nichados aos sujeitos desiguais, além da mercadorização das expressões de resistência política.

Descrentes de projeto coletivo e convictos da impossibilidade de mudança na raiz da sociedade, as interpretações orgânicas à naturalização da ordem aceitam o mundo numa desigualdade ontológica, implicando o espaço de resistência individual como o meio possível, sedimentando um vácuo político que abre lócus para o mercado e a retroalimentação de seus valores fetichizados.

A sucumbência individual e cotidiana hipertrofia os casos singulares sem a sua mediação com a universalidade, imputando os processos de dominação, apropriação, hierarquização e coisificação às condições circunstanciais, às escolhas dos sujeitos ali viventes, numa condição de mutualidade alienada e de autofagia dos sujeitos explorados e

oprimidos que reproduzem preconceitos, discriminações, violências e outras formas de desigualdades, acusando a desumanização do outro e a sua própria desumanização.

Na resistência política alienada, os processos da unidade exploração-opressão provocam a concorrência entre oprimidos sob a ótica da exploração, instigando a disputa entre pautas, bandeiras de lutas e de protagonismo e liderança individuais. Os sujeitos políticos perdem a possibilidade de desvendar as mediações comuns e pautar a superação radical de toda forma de desumanização. Esse fenômeno aprofunda os poderes fantasiosos da pequena política e, quando muito, conseguem que tais ações e crenças realizem mudanças na vida de exemplares individuais enquanto a lógica do capital aprofunda a exploração-opressão na totalidade dos seres explorados e oprimidos.

A desumanização essencial da alienação burguesa é o cerne que, ao ser desvelado, ilumina as mediações apartadas nas leituras de realidade que estruturam as interpretações ou sucumbem aos processos ideológicos da hegemonia. Por tudo isso, é decisivo aprofundar e reafirmar o debate sobre a unidade, as dimensões históricas e a materialidade dessas questões, buscando contornar os rebaixamentos instrumentais do amortecimento da resistência contra as expressões de desumanização e a necessidade de um projeto de totalidade concreta pela superação da estrutura social alienada.

O mar agitado da barbárie catalisa a substância histórica de alienação, realizando suas ondas conjunturais sedimentadas pela apropriação das desigualdades da formação social moderna, precisando um caráter de expropriação permanente de territórios, corpos, saberes e identidades. A unidade exploração-opressão estrutura os limites da classe trabalhadora e suas desigualdades internalizadas e, por fim, promove a descartabilidade de sujeitos e a discrepância escalonada do valor de diferentes segmentos da mercadoria força de trabalho, ferindo explicitamente o mito da demanda e oferta e jorrando em seu corte a essência alienada e ontologicamente violenta do capital.

Por isso, para avançarmos na questão central sobre os processos de exploração-opressão, é imprescindível destacar questões teórico-metodológicas basilares e sublinhar elementos constitutivos da dimensão da noção de totalidade e da tríade universal-particular-singular, precisando o debate metodológico sobre “elemento predominante e ênfase metodológica” nas análises sobre alienação do trabalho e sua relação com a alienação colonial e a alienação sexual para, por fim, desvendar as determinações da unidade dialética em toda a sua complexidade.

Com esses fundamentos, podemos aprofundar as determinações da exploração-opressão, entendendo-a como unidade de contrários, adensando seus fundamentos e

realizações no mundo do trabalho e no cotidiano dos sujeitos, explicitando a complexidade alienada materialmente dinâmica e indissociável da reprodução social ampliada da sociedade burguesa e pensando os desafios da luta e da resistência em busca de outra sociabilidade possível.

4.1. Tudo é rio: dialética da alienação, totalidade e a unidade dos contrários

*Um rio largo e farto, manso em seu fluxo, lavando tudo, fertilizando os dias,
umedeando o árido,
enfrentando as quedas, as curvas, as tempestades.
Confiante de um dia ser mar.*

*Carla Madeira,
Tudo é rio*

Numa aula de filosofia, tratando de questões sobre teoria política e dos chamados “novos movimentos sociais”, uma professora utilizava a famosa passagem de Heráclito de Éfeso para demonstrar o esgotamento de análises históricas por uma perspectiva dialética e materialista. Retomando a passagem que diz que “nenhum homem pode banhar-se duas vezes no mesmo rio, pois, na segunda vez, o rio já não é o mesmo, nem tão pouco o homem”, a professora argumentava, sob o véu da pós-modernidade, que a única coisa que se repete no ser humano é a diferença.

Embebida nas formulações de Gilles Deleuze sobre diferença e repetição, a mestra dialogava com princípios de Michel Foucault e posições teóricas de outros autores como Félix Guattari, Jean-François Lyotard e Jacques Derrida para defender o caráter ultrapassado do marxismo e a impossibilidade de uma visão de totalidade do ser social. Sob este aspecto, segundo a docente, as chamadas “metanarrativas” procediam de paradigmas que não percebiam que, na contemporaneidade, o ser humano vivencia a imediaticidade como locus fundamental de sua existência. Por isso, numa trama carregada por atuações momentâneas, conhecer o ser é uma tarefa impossível, afinal, a realidade aparece mascarada e, a cada máscara revelada, uma nova máscara surge⁵², concluindo uma inesgotável produção de signos

⁵²Sobre as máscaras e repetições, curiosamente, Deleuze (2000, p. 19) recupera uma passagem provocativa de Marx sobre a conjuntura conservadora da burguesia francesa no episódio do *XVIII de Brumário de Luis Bonaparte*, na conhecida alegoria sobre “tragédia e farsa”, imputando a ela uma conjunção de importância teórica para a formulação marxiana e, deste equívoco monumental, argumenta sobre a repetição: Quando Marx também critica o falso movimento abstrato ou a mediação dos hegelianos, ele próprio é levado a uma ideia essencialmente “teatral”, ideia que ele mais indica que desenvolve: na medida em que a história é um teatro, a repetição, o trágico e o cômico na repetição formam uma condição do movimento sob a qual os “atores” ou os “heróis” produzem na história algo efetivamente novo. O teatro da repetição opõe-se ao teatro da representação, como o movimento opõe-se ao conceito e à representação que o relaciona ao conceito. No teatro da repetição, experimentamos forças puras, traçados dinâmicos no espaço que, sem intermediário, agem sobre o espírito, unindo-o diretamente à natureza e à história; experimentamos uma linguagem que fala antes das palavras, gestos

e percepções relativas.

Ouvindo o relato, um aluno polemizou sobre aquela argumentação, afirmando que se tratava de uma formulação essencialmente irracionalista, posto considerar a realidade, a história e o próprio conhecimento um processo vinculado às circunstâncias aparentes, supostamente espontâneas e com uma carga de distinção ontológica que, em última instância, defendia a incapacidade do ser humano de fazer a história, de transformar a sociedade, de conhecer e modificar a realidade, cabendo a ele apenas performances e atuações singulares.

Por fim, o discente disse que, para aquela defesa, a frase de Heráclito não era uma boa alegoria, afinal, o auto movimento ali descrito expressava, com toda a sua metáfora, justamente a dinamicidade da dialética. Afinal, o rio e o ser que ali se banhou representavam inexoravelmente a complexidade da noção de “continuidade na descontinuidade” como processualidade histórica, pois, em seu movimento de transformação, ambos são e não são a mesma coisa. Continuando o argumento, ele disse que as águas que ali correram se modificaram enquanto o rio permaneceu sendo um rio; o ser humano que ali entrou para se banhar se transformou a todo momento e, ainda assim, permaneceu um ser humano, aliás, é esta a condição transformadora e de permanência que o fez humano.

Ouvindo isto, a professora contra-argumentou o estudante, adjetivando a dialética como uma herança conservadora da cosmovisão da modernidade e que, de fato, sua argumentação era essencialmente positiva, pós-estruturalista, contrária à ontonegatividade hegeliana e marxista. Arrematou sua defesa confessando uma filosofia, segundo ela, estimulada não pelos argumentos filosóficos do racionalismo, sendo uma filosofia que afirma a singularidade como o espaço de disputa de poder, de criatividade e de transformação, negando qualquer possibilidade de controle do ser.

Assim, para essa visão teórica, o conceito de diferença se sobrepõe à totalidade dialética, como se afirma nas palavras do próprio Deleuze (2000, p. 59-60):

O que a filosofia da diferença recusa: *omnis determinatio negatio*... Recusa a alternativa geral da representação infinita: ou o indeterminado, o indiferente, o indiferenciado, ou então uma diferença já determinada como negação, implicando e envolvendo o negativo (assim, recusa também a alternativa particular: negativo de limitação ou negativo de oposição). Em sua essência, a diferença é objeto de afirmação, ela própria é afirmação. Em sua essência, a afirmação é ela própria diferença.

Se fosse mais maduro teoricamente, aquele aluno talvez ainda incorresse nos riscos do uso de metáforas da dialética da natureza, mas poderia voltar à Heráclito para dizer que se elaboram antes dos corpos organizados, máscaras antes das faces, espectros e fantasmas antes dos personagens todo o aparelho da repetição como “potência terrível”.

“de todas as coisas um, e do uno todas as coisas”, destacando a pujança da unidade para, após isso, retomar o materialismo histórico e dialético, confirmando que não é a ideia de repetição, de estrutura universal ou a mera conservação pela negatividade que demarcam a realidade e, também, portanto, o método marxiano. Arremataria sua defesa na constatação do movimento concreto do real sobre as bases da suprassunção e da unidade na diversidade onde superar significa realizar a diferença numa dimensão de totalidade, ou seja, imbuída processualmente nas mediações do universal, do particular e do singular.

Lukács (2018) já havia contraposto fundamentos teóricos com conclusões próximas às resoluções pós-modernas quando enfrentou as ontologias pré-capitalistas e as da ciência burguesa, demonstrando o abandono filosófico da burguesia na busca ontológica do ser social quando amadurece sua sociabilidade e condiciona a práxis científica em processos pragmáticos centrados na razão formal e abstrata.

A única possibilidade do rio se transformar e se manter, do ser humano se transformar e se manter, é a unidade de contrários sintetizada na permanente transformação onde o novo necessita do velho como antítese de sua construção sintética. Ser, portanto, é movimento, mover-se é suprassunção. Isto posto, dialogando sobre as polêmicas das formulações de Engels sobre a dialética da natureza, Lukács também assevera que há uma distinção ontológica nos dois processos dialéticos, no do rio, a processualidade é natural, em contrapartida, no caso humano, a dialética ali experimentada tem um elemento exclusivo: o pôr teleológico.

Sem as proposições desvendadas pela ontologia do ser social, a vastidão das águas moventes da alienação na sociabilidade capitalista é impossível de ser entendida em sua essência. Isso ocorre pela sua própria complexidade em tantas formas distintas de se processar, seja nos rios da particularidade, com suas curvas e afluentes do ser singular, seja nos mares da estrutura social em suas ondas conjunturais de tamanhos e forças diversas.

Para avançarmos na questão central sobre os processos de exploração-opressão é imprescindível destacar questões teórico-metodológicas⁵³ basilares e sublinhar tópicos especiais como: os fundamentos da postura metodológica de Marx; o que é de fato a ortodoxia marxista; os elementos constitutivos da dimensão de totalidade e da tríade

⁵³É possível que algum leitor mais formalista estranhe um debate sobre método fora do capítulo introdutório de um texto de exposição de pesquisa. No entanto, aqui, não estamos esmiuçando nossos procedimentos de investigação, mas trabalhando a concepção metodológica que expressa a complexidade da unidade exploração-opressão e que fundamenta o descortinamento e limites das interpretações economicistas e singularistas. Por óbvio, tal debate acaba por incidir em algum sentido numa meta-análise do nosso estudo, posto ser o tema tratado, mas isso é uma questão periférica, o que, em suma, pode demonstrar nosso método e nossos procedimentos são os achados da pesquisa que aqui estamos expondo e não uma discussão sobre método, técnicas e instrumentos preliminarmente escritas numa introdução textual.

universal-particular-singular; o debate metodológico sobre “elemento predominante e ênfase metodológica”; a questão da síntese e unidade dialética. Todas essas questões atravessam o fundamento ontológico do materialismo histórico e dialético.

A dimensão da dialética marxiana supera o caráter imediato das investigações acadêmicas e potencializa a construção teórica a partir da noção de totalidade, entendendo a realidade como complexos de complexos, identificando a dinamicidade dos fenômenos materialmente ancorados na vida social, atentando para a necessária unidade entre as dimensões da universalidade e da singularidade, mediada pelas particularidades, evidenciando a historicidade e reconhecendo os processos de contradição - de unidade de contrários - e de continuidade na descontinuidade.

Como já apontamos, a trajetória marxiana, a partir de uma longa jornada teórica de superações dialéticas, caminha em seu percurso para o desvendamento da estrutura da sociedade burguesa apreendendo, criticando e superando elementos da filosofia alemã, sobretudo do idealismo hegeliano e do materialismo feuerbachiano, da construção política do socialismo francês do século XIX e da economia política inglesa, sobretudo, na crítica à Adam Smith e David Ricardo.

Marx realiza um processo de abstração racional para encontrar a essência do capital em seu conteúdo material e histórico, indo do “real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo [...] à reprodução do concreto por meio do pensamento” (MARX, 2011, p. 54). Nesse sentido, como coloca o próprio Marx, na construção de sua teoria social buscou superar

O materialismo tosco dos economistas, de considerar como qualidades naturais das coisas as relações sociais de produção dos seres humanos e as determinações que as coisas recebem, enquanto subsumidas a tais relações, é um idealismo igualmente tosco, um fetichismo que atribui às coisas relações sociais como determinações que lhe são imanentes e, assim, as mistifica. (MARX, 2011, p. 575).

O amadurecimento teórico de Marx é constituído de princípios críticos da dialética hegeliana, da fundamentação da teoria do valor-trabalho e da orientação por uma perspectiva revolucionária. Estes postulados vão adensando na sua formação intelectual e política, suprassumindo as dimensões da realidade social a cada aproximação sucessiva com determinações mais importantes, desvendadas e esmiuçadas para a busca de uma síntese precisa da sociedade moderna.

Essa processualidade inteligível, com intencionalidade de uma intervenção coletiva radical, promove reflexões profundas já em seus primeiros passos de formulação, revelando indicadores substantivos de uma forma de ler as relações sociais que dão conta de

um aprofundamento decisivo na dinâmica contraditória que o tempo histórico estabelecia.

Estas características têm pressupostos e inspirações inegáveis na filosofia de Hegel, legado de orientação crítica que o próprio Marx vai reconhecer e, principalmente, demonstrar ao longo de toda a sua obra. As categorias hegelianas de totalidade, contradição e mediação são pilares incontornáveis do pensamento marxiano que, inspirado na perspectiva histórica do maior filósofo de sua época, encontra no seu interior os seus próprios limites em detrimento das determinações da realidade, estas, decisivas, concretas e essenciais.

Dialeticamente falando, Marx tem Hegel no interior do seu movimento teórico enquanto parte constitutiva de seu processo de suprassunção metodológica. A tese da dialética hegeliana é posta em antítese com a realidade material, esta contradição produz uma síntese dialética de “cabeça para cima”. Como destaca Netto (2020),

[...] a relação de Marx com o pensamento hegeliano foi uma relação profunda e duradoura, concretizando o que o próprio Hegel designava por superação – para o filósofo, superação (*Aufhebung*, que se traduz também por suprassunção) denota um processo que “é ao mesmo tempo um negar e um conservar” (Hegel, 2008, p. 96). Marx, simultaneamente, negou e conservou de modo crítico (elevando-os a outro nível) elementos essenciais da elaboração hegeliana, e a sua própria obra não se torna plenamente inteligível se não se considerar a relevância que a ela ofereceu a incorporação crítica do contributo hegeliano. (NETTO, 2020, p. 47-48 *E-book Kindle*).

A materialidade da vida e o seu compromisso político fazem Marx retomar à dialética hegeliana com os pés no chão e, esta última, possibilita que ele conduza seus passos também superando o materialismo centrado na superfície reativa da imediaticidade. Já no processo crítico ao pensamento de Hegel e dos hegelianos de direita e de esquerda e dos materialistas vulgares, Marx e Engels (2007, p. 533) certificam que “o principal defeito de todo o materialismo existente até agora – o de Feuerbach inclusive – é que o objeto [*Gegenstand*], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [*Objekt*] ou da contemplação; mas não como atividade humana sensível, como prática, não subjetivamente”.

Tal constatação indica o enriquecimento teórico confrontado com o materialismo feuerbachiano, ultrapassando o caráter imediato da realidade:

É certo que Feuerbach tem em relação aos materialistas “puros” a grande vantagem de que ele compreende que o homem é também “objeto sensível”; mas, fora o fato de que ele apreende o homem apenas como “objeto sensível” e não como “atividade sensível” – pois se detém ainda no plano da teoria -, e não concebe os homens em sua conexão social dada, em suas condições de vida existentes, que fizeram deles o que eles são, ele não chega nunca até os homens ativos, realmente existentes, mas permanece na abstração “o homem” e não vai além de reconhecer no plano sentimental o “homem real, individual, corporal” isto é, não conhece quaisquer outras “relações humanas” “do homem com o homem” que não sejam as do amor e

da amizade, e ainda assim idealizadas. Não nos dá nenhuma crítica das condições de vida atuais. Não consegue nunca, portanto, conceber o mundo sensível como atividade sensível, viva e conjunta dos indivíduos que o constituem, e por isso é obrigado, quando vê, por exemplo, em vez de homens sadios um bando de coitados, escrofulosos, depauperados e típicos, a buscar refúgio numa “concepção superior” e na ideal “igualização no gênero”; é obrigado por conseguinte, a recair no idealismo justamente lá onde o materialista comunista vê a necessidade e simultaneamente a condição de uma transformação, tanto da indústria como da estrutura social. Na medida em que Feuerbach é materialista, nele não se encontra a história, e na medida em que toma em consideração a história, ele não é materialista. Nele, materialismo e história divergem completamente. (MARX e ENGELS, 2007, p. 32).

Um materialismo sem historicidade é a expressão alienada do privilégio da imediatividade como momento prioritário da realidade. Tomando a parte como o todo, a constatação superficial que, embora possa alcançar questões concretas, acaba por se perder na crença de resoluções parciais, de respostas pragmáticas e de conclusões do epifenômeno. O reconhecimento da história é um princípio determinante para desvendar a realidade construída socialmente.

Para Hegel, ser é movimento, a processualidade é uma condição do ser. A natureza e a história se movimentam com processos constitutivos em suas dinâmicas próprias. O automovimento do ser dispara e é disparado por contradições. Os pressupostos hegelianos da realidade construída por um ser são moventes, síntese de movimento imanente, potencializa a consciência da historicidade, no entanto, esbarra sua pujança na lógica idealista. Netto (2020), sintetiza que “a contradição da construção hegeliana é inequívoca: se o método é revolucionário, o sistema é conservador” (NETTO, 2020, p. 69. *E-book Kindle*).

O limite hegeliano é o limite da sociedade burguesa, posto considerar a liberdade e a racionalidade marcadas nesta sociedade como a conciliação do espírito com a realidade. A concepção da dialética da história hegeliana tem uma teleologia pressuposta de evolução sob as lentes das promessas da modernidade burguesa, já em Marx, a dinamicidade histórica tem como única pressuposição a plena possibilidade de construção de alternativas sob o chão da materialidade social. Isso significa que a história humana é feita em campo aberto.

O ser advém materialmente como tecido de historicidade, as suas identidades estão perpassadas de diferença e de contradição; o existente sempre projecta adiante de si um leque determinado de possíveis. A negatividade pulsa no corpo e na textura do ser; mesmo quando conduzida e protagonizada por agentes sociais, porque é sempre situada e decorre em condições determinadas nunca vem a resolver-se em mera excrescência ou adjunção exterior. É neste espaço dinâmico e devenida que a racionalidade, humana e historicamente, se inscreve, como procura e esforço de informação/transformação do existente. (BARATA-MOURA, 1994, p. 80).

Constatar a história e seu processo de continuidade na descontinuidade conjuga

as possibilidades reflexivas de desvendamento do que representa a expressão imediata de exploração-opressão não somente em sua carga particular da relação alienada explorador-explorado, opressor-oprimido, dominador-dominado. Cada momento particular de alienação é expressão da vivacidade de uma desumanização histórica, com sua lógica realizada fragmentariamente no cotidiano para confirmar sua função social na essência constitutiva da base social hegemônica.

Da mesma forma, cada processo de resistência nessa relação confirma a capacidade de práxis do ser social, ainda que em condições alienadas, de desenvolvimento de outras formas de existência. Em caráter singular, esta ação pouco tem efetividade e, ainda assim, é um dado elementar da possibilidade de construção de alternativas. No patamar coletivo, estas ações sobressaem de um cotidiano naturalizado, galgando a possibilidade de reconhecimento não somente em sua condição imediata, mas nas experiências vividas pelo outro que, em diferenças e semelhanças, convivem também a condição coisificada e as expressões de desumanização.

Quando este estágio coletivo é condensado de uma perspectiva histórica, a resistência passa a apontar para proposições não somente reativas, mas se fortalecendo da atividade teleologicamente orientada para a construção de projeto social. Nesse quadro, o entendimento e a luta contra unidade exploração-opressão, pela construção de uma teoria social para um projeto de outra sociedade, eleva uma capacidade de vislumbrar à antítese desta unidade, a anti-exploração-opressão, a busca pela superação das alienações e a síntese de uma sociabilidade radicalmente distintas, onde na totalidade, isto é, em seus complexos de produção e reprodução, todas as práxis objetivem e subjetivem alternativas distantes de qualquer possibilidade de desumanização.

Por isso, não há como pensar a unidade exploração-opressão fora da noção de totalidade. A “totalidade é a unidade do real, tendo sua multiplicidade condição ontológica e coextensiva ao ser” (BARATA-MOURA, 2010), sendo complexos formados por outros complexos. Assim, a exploração-opressão é um complexo de complexos dentro de uma totalidade maior, ela em si tem sua própria dinamicidade, cada complexo que a constitui também processa suas particularidades e, assim, uma complexidade alienada vai se capilarizando na vida social.

A síntese da teoria social de Marx se apresenta em sua maturidade quando seus elementos constitutivos demonstram as categorias fundamentais da sociabilidade burguesa. A busca de Marx tem intencionalidade confessa: seus apontamentos teóricos querem entender a realidade como ela é para modificar àquele estado de coisas:

Marx: situando-se numa perspectiva de classe determinada (a do proletariado), ele parte do elenco de categorias já estabelecidas pela economia política e as examina criticamente à luz tanto de um referencial teórico-filosófico (a dialética hegeliana “invertida”, despida do seu “invólucro místico”, recuperada em seu “núcleo racional”) quanto da efetiva dinâmica do modo de produção capitalista – e é desse exame que resulta a sua crítica radical. Nesse complexo movimento, em que consiste a sua pesquisa e no qual se constituem simultaneamente a sua teoria e o seu método, Marx não só redimensiona profundamente categorias já existentes, mas sobretudo descobre novas categorias (reais) e processa o seu tratamento racional-intelectivo. (NETTO, 2020, p. 451 *E-book Kindle*).

O adensamento da dialética materialista da teoria marxiana pressupõe uma realidade possível de ser conhecida, onde as categorias socialmente existentes precisam ser analisadas idealmente num processo de abstração racional a fim de construção de uma síntese que possibilite o conhecimento essencial da realidade e suas mediações, constatando as leis fundamentais do fenômeno estudado para que, imbuído da organização teórica como concreto pensado, a ação nesta mesma realidade seja substantiva, rica em alternativas, teleologicamente constituída de determinações que impulsionem a atuação precisa nas causalidades postas socialmente.

A leitura teórica sobre a unidade exploração-opressão pode ser sintetizada no campo das ideias, mas sua processualidade se materializa socialmente. A busca das mediações e determinações que a realizam é o fundamento que recupera sua essência ontológica, abstraindo para uma esfera reflexiva para esmiuçar suas particularidades.

Essa concepção metodológica busca o desvendamento da realidade percebendo-a como síntese de múltiplas determinações, sintetizando uma postura que ultrapassa falsas dicotomias entre teoria e prática, trazendo a necessidade do conhecimento profundo da realidade como premissa para transformá-la, apresentando as contradições inerentes aos processos históricos e abarcando a complexidade de estudos dos mais diversos fenômenos existentes na sociedade.

Sendo a realidade complexa, o processo de conhecimento exige nível de complexidade. Assim, a formulação do conhecimento parte da realidade imediata, mas busca superar a mera descrição, formulando teoricamente uma síntese que expresse suas mediações e sua essência histórica. Para isso, é preciso se debruçar sobre um objeto de estudo e

[...] expor a estrutura originária que se constitui no ponto de partida para as formas superiores e, simultaneamente, tornar visíveis as diferenças qualitativas que, no curso do desenvolvimento social posterior, se apresentam de maneira espontaneamente inevitável e modificam a estrutura originária do fenômeno de

modo necessário, inclusive de maneira decisiva em algumas determinações importantes. (LUKÁCS, 2013, p. 137).

O método marxiano e a tradição marxista buscam as determinações entre sujeito e objeto para além de questões epistemológicas, aprofundando a dimensão ontológica na tessitura dialética entre objetividade e subjetividade, no desvendamento das determinações, por uma perspectiva de totalidade que busca as mediações entre universalidade-particularidade-singularidade.

[...] nos nexos existentes entre singular -particular- universal reside no fundamento que sustenta uma autêntica e verdadeira aproximação e compreensão da realidade. Em sua expressão singular, o fenômeno revela o que é em sua imediatez (sendo o ponto de partida do conhecimento), em sua expressão universal revela suas complexidades, suas conexões internas, as leis de seu movimento e evolução enfim, a sua totalidade histórico-social. (GAMBOA, 2003, p. 11).

Assim, a noção de unidade, mais ampla do que uma simples relação, denota a complexidade de uma percepção que parte da aparência para uma aproximação sucessiva com sua essência. Neste processo, se desvenda a não ruptura entre os complexos da produção e reprodução social, do sujeito e da sociedade, do indivíduo e da coletividade, da cultura e da história, de método e teoria. A noção de historicidade e desnaturalização do cotidiano são postulados para superação das dimensões fenomênicas e a mediação é o ponto nevrálgico da unidade posto que, do ponto de vista teórico, “por unidade entendemos o resultado da análise que, diferentemente dos elementos, goza de todas as propriedades fundamentais características do conjunto e constitui uma parte viva e indivisível da totalidade.” (VYGOTSKI, 2015, p. 37. Tradução nossa).

Desvendar o aspecto da “unidade” como síntese é fundamental para perceber que é possível se expressar na realidade aspectos e fatos com ênfase em determinada substância de uma “tese” ou de uma “antítese”, mas que sua separação só é possível em caráter superficial ou, no máximo, por escolhas analíticas e descritivas.

Em poucas palavras, a síntese é o conjunto onde o momento ascendente de um complexo - caminho de ida - se une num processo transformador com sua oposição no momento descendente - o caminho de volta - (a ideia, em Hegel, a história concreta, em Marx). Unidade, portanto, é a realização do movimento das relações com suas transformações, multiplicidades e contradições. Numa tentativa simples de resumir, “afirmação”, “negação” e “negação da negação” são as mediações metodológicas da

“unidade”. Dessa forma, o complexo é composto pela multiplicidade, sendo uma unidade de opostos, uma construção de afirmação, negação e negação da negação.

A unidade em Marx não é um guarda-chuva abstrato para ultrapassar determinações que se julguem menores no desvendamento do real, nem se processa como uma algema que prende a dinamicidade histórica, sufocando seus elementos num conjunto amorfo.

O capitalismo é uma totalidade versátil, contraditória, continuamente em movimento, com relações de exploração e alienação que estão constantemente em um processo de transformação. Muito embora possa parecer que Marx tenha atribuído um caráter automático à valorização do valor no primeiro volume do *Capital* – um processo no qual o valor é o sujeito real, enquanto capitalistas e indivíduos são reduzidos ao papel de emissários ou portadores de uma estrutura – “Monsieur le Capital” não existe de fato, exceto como uma categoria lógica. Não é antes do terceiro volume do *Capital* que isso se torna mais claro. O capitalismo não é um Moloch, um Deus escondido, um marionetista ou uma máquina: é uma totalidade viva de relações sociais. Nela, encontramos relações de poder conectadas a gênero, orientação sexual, raça, nacionalidade, e religião, e todas estão a serviço da acumulação de capital e sua reprodução, ainda que frequentemente de formas variadas, imprevisíveis e contraditórias. (ARRUZA, 2015, p. 2015).

Nessa direção, a unidade é a substância da totalidade realizada por mediações como elos constitutivos do imediato ao mediato, um processo que é constituído de nexos causais e determinações dos diferentes níveis do complexo de complexos, por isso, Mészáros afirma que

[...] “totalidade social” sem “mediação” é como “liberdade sem igualdade”: um postulado abstrato – e vazio. A “totalidade social” existe por e nessas mediações multifórmicas – isto é, das quais os complexos específicos – isto é, as “totalidades parciais” – se ligam uns aos outros em um complexo dinâmico geral que se altera e modifica o tempo todo. O culto direto da totalidade, a mistificação da totalidade como imediatividade, a negação das mediações e interconexões complexas de umas com as outras só podem produzir um mito e, como provou o nazismo, um mito perigoso. O outro extremo da separação não dialética, ou seja, o culto da imediatividade e a negação da totalidade, das interconexões objetivas entre os complexos individuais, também é perigoso e produz a desorientação, a defesa da fragmentação, a psicologia da insignificância de nossas ações, a rejeição cínica da atividade inspirada pela moral e a aceitação impotente de nossas condições, por mais inumanas que sejam. (MÉSZÁROS, 2017, Ebook Kindle).

Dessa forma, na constatação da totalidade e da noção de unidade se apresenta justamente o reconhecimento das mediações, de uma realidade que só existe em processo. Um conjunto de relações que não são somente vividas em uma dimensão meramente singular e nem em uma estrutura isoladamente geral. O exemplo desta complexidade pode ser percebido no próprio Marx ao falar das questões econômicas:

O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são momentos de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça. [...] Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como relações determinadas desses diferentes momentos entre si. A produção, por sua vez, certamente é também determinada [...]. Há uma interação entre os diferentes momentos. Esse é o caso em qualquer todo orgânico. (MARX, 2011, p. 53).

A unidade pressupõe uma relação mútua de interdependência e retroalimentação de categorias que não têm uma necessária identidade direta, mas que constituem um complexo fundamental, sendo este como diferentes níveis de atuação, com momentos prioritários de realização e direcionamento, mas sempre precisando de todos os seus diferentes momentos para a continuidade de sua dinâmica.

Arruzza (2015) destaca a insustentabilidade de uma análise circunscrita exclusivamente à economia sob a lente da dialética marxiana. A autora, discorrendo sobre os processos analisados em *O Capital*, quando tratam na reprodução ampliada, das lutas sociais e das condições históricas originárias do modo de produção, demonstra a essência de Marx na defesa de uma totalidade articulada, portanto, complexa, não como um reflexo mecânico entre estrutura e superestrutura, mas como uma indissociabilidade fundamental para a existência social do modo de produção e de sua sociabilidade.

[...] para Marx, produção e reprodução formam uma unidade indivisível. Em outras palavras, enquanto são distintas e apresentam características específicas, produção e reprodução são necessariamente combinadas como momentos concretos de uma totalidade articulada. Reprodução é entendida aqui como o processo de reprodução da sociedade como um todo, ou em termos althusserianos, a reprodução das condições de produção: educação, indústria cultural, Igreja, polícia, exército, sistema de saúde, ciência, discursos de gênero, hábitos de consumo, etc. todos estes aspectos desempenham um papel crucial na reprodução de relações específicas de produção [...]. É essencial, contudo, não entender a relação entre produção e reprodução de uma forma mecanicista ou determinista. De fato, se Marx entende a sociedade capitalista como uma totalidade, não a entende, entretanto, como uma totalidade “expressiva”: colocado de outra forma, não existe uma relação automática ou de “reflexo” direto entre os diferentes momentos desta totalidade ou entre um momento particular e a totalidade como um todo. (ARRUZA, 2015, p. 53-54).

A constatação de uma “reprodução social *latu sensu*”, que reconhece a dimensão predominante da produção sem pormenorizar os complexos da reprodução, realiza o fundamento mais completo da dialética marxiana no atual estágio do capitalismo, especialmente para desvendar a complexidade alienada da unidade exploração-opressão,

pois, como asseverou Mészáros, ao refletir sobre a ontologia lukacsiana:

[...] na concepção de Lukács, o papel da economia, longe de ser mecânico e unilateralmente determinista, é dialeticamente ativo: é-lhe conferido o papel de sistema de referência estrutural e metodologicamente último. Isso não significa, é claro, que adquirimos uma “varinha de condão” na forma de um “denominador comum” mecânico. Ao contrário, a afirmação sobre a importância da economia torna-se significativa apenas se formos capazes de apreender as mediações multiformes específicas nos mais variados campos da atividade humana, que, além de serem “baseadas” em uma “realidade econômica”, também estruturam ativamente essa realidade por meio de sua estrutura própria, extremamente complexa e relativamente autônoma. Apenas se apreendemos dialeticamente a multiplicidade das mediações específicas é que podemos entender a noção marxiana de economia. Pois se a economia é o “determinante último”, também é um “determinante determinado”: não existe fora do complexo sempre concreto e historicamente mutável das mediações concretas, mesmo as mais “espirituais”. (MÉSZÁROS, 2017, Ebook Kindle).

Nas palavras de Marx, a unidade na diversidade pode ser conhecida em sínteses de múltiplas determinações socialmente concretas, por isso, a noção de totalidade não significa uma percepção apenas do geral, de uma amplitude generalista e mecânica que impera sobre o todo, mas sim, um todo composto pelas relações dinâmicas, pelo seu conteúdo processual e pela formação contraditória de suas partes constitutivas. A dinamicidade entre elas é essa condição geral interdependente das dimensões particulares e singulares.

Vê-se que a questão crucial consiste em descobrir as relações entre os processos ocorrentes em cada totalidade constitutiva da sociedade na sua pluralidade/diversidade, entre elas e entre a totalidade inclusiva e macroscópica que é a sociedade burguesa. Tais relações, como indica a pesquisa de Marx, nunca são diretas e unilineares: elas são sempre mediadas quer pelos distintos níveis de complexidade de cada totalidade, quer pelo caráter específico de cada uma. Sem considerar os sistemas de mediações (os imanentes a cada totalidade e os postos na/pela sua interação com as outras), a articulação concreta do que é a moderna sociedade burguesa não se revelaria senão como uma totalidade indiferenciada – indiferenciação que cancelaria a sua concreticidade (já vimos que o concreto é “unidade do diverso”). (NETTO, 2020 p. 450. E-book Kindle).

Entre as questões do fundamento econômico e o conjunto de construções das práxis humanas, um conjunto amplo, complexo, diverso, contraditório, não linear e rico de possibilidades são realizados historicamente, ora relativamente próximos dos fundamentos do trabalho, ora se construindo com profundas camadas de mediações e autonomia relativa de leis particulares próprias:

Se a “desmistificação” da sociedade capitalista, por conta do caráter fetichista de seu

modo de produção e troca, tem de partir da análise da economia, isso não quer dizer que os resultados de tal investigação econômica podem ser simplesmente transferidos para outros níveis e esferas. Mesmo no que se refere à cultura, política, lei, religião, arte, ética etc., da sociedade capitalista, ainda precisamos encontrar essas mediações complexas, nos vários níveis da generalização histórico-filosófica, que nos permitirão chegar a conclusões fidedignas tanto sobre a forma ideológica específica em questão quanto sobre a forma dada, historicamente concreta, da sociedade capitalista como um todo. E isso é ainda mais evidente se tentarmos transferir a investigação para um nível mais geral, como de fato se torna necessário no decorrer da análise estrutural de qualquer forma particular de sociedade ou de qualquer forma específica de atividade humana. Não podemos apreender o “específico” sem identificar suas interconexões multiformes com um dado sistema de mediações complexas. Em outras palavras: é preciso perceber os elementos “atemporais” (sistemáticos) na temporalidade e os elementos temporais nos fatores sistemáticos. (MÉSZÁROS, 2017, Ebook Kindle).

Segundo Mészáros, é na constatação pormenorizada das mediações que Lukács sublinha as análises hegelianas sob uma ótica marxista, buscando em suas formulações alcançar meios de identificar os nexos das práxis espirituais com os complexos essenciais vinculados ao mundo do trabalho.

A complexidade entre os fenômenos e as mediações até sua essência se estabelecem também por sua diferença que só pode ser alcançada quando se percebe o caráter de unidade na diversidade, pois sua síntese

[...] não é imediata; é, sim, a unidade de um processo que se funda materialmente na própria unidade dialética do real. Ora, tal como acontece com qualquer processo, a identidade em que fundamentalmente consiste tem de conter no seu próprio seio – dialeticamente – a diferença que lhe garante devir, a passagem a uma certa alteridade constitutiva do movimento. A identidade determinada de um processo integra necessariamente uma unidade (dialética) do “mesmo” e do “outro”. Temos, assim, não uma identidade abstrata que se contrapõe à “diferença” e a exclui, mas uma identidade concreta que, na e pela diferença, se vai determinando. (BARATA-MOURA, 1997, p. 80-81).

A análise teórica que recupera a unidade dialética pressupõe a crítica imanente como uma construção mais profunda do que comumente se tem reduzido no entendimento do esquema “tese-antítese-síntese”. A constituição da condição de negação/superação/transformação é basilar para o desvendamento da unidade. Assim, a suprassunção é o movimento múltiplo de negação, preservação e elevação do objeto/processo/complexo.

É desnecessário dizer que a continuidade em questão é dialética: “a unidade entre continuidade e descontinuidade”, isto é, a “suprassunção” (*Aufhebung*) de um estágio anterior em uma complexidade cada vez maior. Não obstante, deve-se enfatizar que é impossível haver originalidade sem essa unidade – relativa, dialética – de pensamento no que se refere à sua estrutura geral. Pois a precondição de

qualquer síntese é algum tipo de síntese como princípio ativo de seleção da primeira, mesmo que a nova síntese aparentemente não tenha nada a ver com a síntese inicial. (MÉSZÁROS, 2015, Ebook Kindle).

Na dialética não se trata de uma negação de um fato frente a outro para buscar o novo, mas sim o entendimento de que a contradição faz parte do processo e da coisa-em-si. Pensando a dinamicidade do real, cada dimensão do esquema tese-antítese-síntese é, em si, “constituições sintéticas contraditórias” de outros processos. Assim, embora o processo de investigação sobre as determinações do real e a formulação teórica precise da dissolução dos objetos em seus processos, isto pressupõe a ideia de unidade, seja da coisa-em-si, seja dos processos constituintes e das mediações ali interrelacionadas.

Não há uma oposição abrupta onde algo que era deixa de ser totalmente, a supressão, continuidade na descontinuidade, unidade de contrários, a coisa-em-si objetivamente “é e não é”, ou seja, é algo radicalmente novo, sendo também uma realização sintética das determinações que ali a constituíram no movimento passado e que estão atuando qualitativamente distintas na dinamicidade permanente.

Em suma, a dialética materialista supera uma lógica pendular para pensar o mundo real, pois, um processo histórico presente não é reduzido a uma só coisa, sendo, ao mesmo tempo, algo radicalmente novo e algo que resguarda elementos daquilo que o constituiu pelos processos anteriores. O descortinamento da contradição inerente das determinações sociais amplifica a lente crítica transmutando toda rigidez em processualidade. O real histórico e eminentemente social, é repleto de determinações, onde coexistem elementos predominantes e causalidades constitutivas que objetivam os tensionamentos próprios da dinamicidade.

A inteligibilidade que se procura requer, para que possa produzir-se, uma *reductio ad unum*: uma estrutura, um sistema, uma “razão” – onde a multiplicidade seja compreendida na sua diversidade concreta, nas suas relações e nos seus movimentos, na unidade dinâmica intrínseca que ela constitui, e que sustenta a pluralidade das suas manifestações. (BARATA-MOURA, 2015. p. 94-95).

A realidade é material e não condicionada pela consciência do ser, portanto, ela existe em sua dinamicidade. Tendo substância ontológica, ela pode ser conhecida pelo ser humano, sujeito com capacidade teleológica, ser que age conscientemente e que acumula e complexifica saberes ao produzir sociabilidade e história na sua dimensão coletiva.

Para conhecer, o ser humano precisa de meios e, quanto mais complexo é o conhecimento, mais complexo será o conjunto de técnicas, instrumentos e procedimentos necessários. Por isso, em se tratando do conhecimento científico numa perspectiva crítica - e

de teoria social para transformação política - é preciso pensar as diferentes formas de materializar o método desenvolvido e expresso na teoria marxiana a partir de tripla dimensão, indissociável: ontológica, reflexiva e procedimental.

A convicção de que o ser humano pode conhecer a realidade, buscar suas determinações, organizá-las intelectualmente e formular um acúmulo coletivo de produção de conhecimento de várias dimensões (como o senso comum, a arte, a filosofia e a ciência) advém de nossa condição fundamental como seres eminentemente sociais. Esse pressuposto material conduz o debate teórico superando a razão formal abstrata da ciência burguesa que torna a teoria rígida e não historicamente marcada, superando também o relativismo que supostamente nega esta mesma rigidez para cair num princípio irracionalista.

O reconhecimento ontológico do trabalho como categoria fundante do ser social, possibilidade e potencializador de todas as outras práxis, é o elemento mais substantivo da tradição marxista para evidenciar o caráter essencialmente histórico da formação humana e de nossas alternativas materiais.

A noção de práxis, processo de ação e reflexão, que pormenorizamos no capítulo anterior, revela que para o método materialista histórico e dialético desvendar a realidade perpassa pelas mediações que advém dela mesma. Esta realidade, por sua vez, pode ser transformada se os sujeitos intervirem numa direção que vá à raiz das questões identificadas no processo de interação.

Por isso, para o materialismo histórico e dialético, o exercício teórico resguarda a dimensão ontológica do ser social, posto que a busca pelo conhecimento atravessa a realidade historicamente constituída. A ciência como práxis humana revela a complexidade da forma de sociabilidade atingida pela humanidade e seus desafios materialmente ancorados pelas contradições e antagonismos do modo de produção e seu *ethos* hegemônico.

Essa dimensão reafirma a nossa capacidade de prévia-ideação, nossa possibilidade de planejar intelectualmente, de projetar, de pensar técnicas, procedimentos e intencionalidade ao buscar também a dimensão ontológica de um objeto de estudo, sem esquecer que o

Ponto de vista ontológico é, por sua vez, a abordagem de qualquer objeto tendo como eixo o próprio objeto. Lembrando, porém, que ontologia é apenas a captura das determinações mais gerais e essenciais do ser (geral ou particular) e não, ainda, da sua concretude integral. Deste modo, a captura do próprio objeto implica o pressuposto de que ele não se resume aos elementos empíricos, mas também, e principalmente, àqueles que constituem a sua essência. (TONET, 2013, p.14).

Método e teoria são uma unidade ontológica e não se relacionam como constituição

derivativa. É imerso na dimensão concreta da historicidade que se pode desvendar as determinações das construções inerentes ao ser humano como ser social, não como um conjunto de fatos cronologicamente organizados onde o passado pode iluminar o presente, mas sim, numa compreensão da “continuidade na descontinuidade”, onde os fenômenos mais complexos do presente se constituem tanto de uma processualidade construída dos diversos complexos sociais, tal qual os limites e as possibilidades das particularidades são determinadas pelo chão da história.

Nesta proposição, um princípio básico da dialética sobre as bases da ontologia do ser social é buscar a concretude do objeto, suas leis fundamentais socialmente construídas. Essa é uma característica definidora para pensarmos as leituras teóricas sobre as opressões. Analisar e recuperar as sínteses que realizam o aprofundamento ontológico de uma particularidade é fundamental.

Já observamos que as expressões do heterocispatriarcado e do racismo como estruturantes do capitalismo são questões amplamente trabalhadas pelas pensadoras e militantes comunistas, pelo feminismo marxista e militantes antirracistas por uma perspectiva revolucionária. As divergências teóricas expressam os embates estruturais da forma de sociabilidade hegemônica onde se formula, produz e reproduz distintas teorias que refletem, aprofundam ou questionam direções e interesses socialmente construídos numa sociedade marcada pelo antagonismo capital-trabalho e a unidade exploração-opressão se manifestando, inclusive, no saber científico e nas formas de apreender a questão do método.

O embate entre formulações críticas e a hegemonia da razão formal-abstrata atravessa a história da ciência moderna com contradições demonstradas numa série de manuais metodológicos, de diferentes posições teóricas, níveis e intenções didático-pedagógicas, cumprindo importante tarefa formativa, no entanto, majoritariamente se concentrando em exposições e proposições epistemológicas e gnosiológicas sobre o exercício da ciência.

O arcabouço fundado na tradição marxista sobre teoria, sua unidade dialética com o método e seu fundamento ontológico, direcionam o processo de ação e reflexão teórica por uma perspectiva transformadora que supera a forma conservadora que reproduz na ciência e, em especial, nas reflexões metodológicas.

Como afirmou Lukács (2010, p. 1) “os últimos séculos do pensamento filosófico foram dominados pela teoria do conhecimento, pela lógica e pela metodologia, e esse domínio está longe de ser superado”. A produção de conhecimento científico que busque realizar síntese teórica de determinado objeto de estudo identificando sua dinamicidade

histórica precisa superar as bases estreitas do entendimento dos procedimentos metodológicos e da questão do método.

Por essa razão, a ontologia do ser social pressupõe uma ontologia geral. Porém, essa ontologia não pode ser de novo distorcida em teoria do conhecimento. Não se trata aqui de uma analogia ontológica com relação entre a teoria do conhecimento geral e os métodos específicos das ciências singulares. Trata-se, ao contrário, do fato de que aquilo que é conhecido numa ontologia geral nada mais é do que os fundamentos ontológicos gerais de todo ser. (LUKÁCS, 2012, p. 27-28).

A realização coletiva da práxis científica, inserida no complexo da reprodução social, se processa na capacidade ontológica do ser humano - a partir de necessidades concretas - de planejar, agir conscientemente, satisfazer suas necessidades, transformar o meio e a si mesmo e, nesse processo, complexificar seu conhecimento, suas relações e sua sociabilidade.

Quando atribuímos uma prioridade ontológica a determinada categoria com relação a outra, entendemos simplesmente o seguinte: a primeira pode existir sem a segunda, enquanto o inverso é ontologicamente impossível. É o que ocorre com a tese central de todo materialismo, segundo a qual o ser tem prioridade ontológica com relação à consciência. Do ponto de vista ontológico, isso significa simplesmente que pode haver ser sem consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto, como fundamento, algum ente. Mas disso não deriva nenhuma hierarquia de valor entre ser e consciência. Ao contrário, toda investigação ontológica concreta sobre a relação entre ambos mostra que a consciência só se torna possível num grau relativamente elevado do desenvolvimento da matéria; a biologia moderna está em vias de provar como surgem gradualmente, a partir dos originários modos físico-químicos de reação do organismo ao ambiente, formas cada vez mais explícitas de consciência, que todavia só podem alcançar sua completude no nível do ser social. (LUKÁCS, 2012, p. 307).

O desenvolvimento das dimensões estruturantes da sociabilidade burguesa assume um caráter de continuidade na descontinuidade dos processos de alienação produzidos socialmente em modos de produção anteriores. Essa síntese histórica não advém de uma somatória de fatores acumulados numa linha progressiva. Esse complexo de fenômenos se processa ao ponto que absolvem em caráter de suprassunção as desigualdades fundadas no advento da propriedade privada, constituindo algo ainda mais profundo, resguardando um ineditismo que se materializa não somente por uma absorção circunstancial de características culturais do campo das opressões.

Diferentemente de um processo produtivo onde a relação entre causalidades dadas e postas expressam impossibilidades materiais de uma organização social efetivamente capaz de gerar abundância para todos os seres humanos, a forma de sociabilidade burguesa demarca contraditoriamente sua potencialidade material no desenvolvimento das forças produtivas e

sua impossibilidade estrutural nas suas relações de produção.

Essa constatação denuncia a complexidade para desvendar as leis gerais dessa sociedade, mas também joga a imperatividade de descortinar a complexidade de cada particularidade que realiza suas contradições. Se Marx desenvolveu as determinações prioritárias dessa sociabilidade, é verdade que coube (e cabe) ao conjunto da tradição marxista, composto por mulheres e homens comprometidos com o debate à luta emancipatória, realizar (e continuar realizando) o aprofundamento dessas questões. Por isso, no desvendamento da unidade exploração-opressão é tão fundamental reconhecer as contribuições decisivas entre tantas análises que conseguem enfatizar metodologicamente um complexo social, identificando suas mediações sem perder as determinações predominantes.

4.1.1. Desaguando em mar aberto: dialética da unidade, ênfase metodológica e a ortodoxia renovada

*Cadeiras elétricas da baiana
Sentença que o turista cheire
E os sem amor, os sem teto
Os sem paixão, sem alqueire
No peito dos sem peito uma seta
E a cigana analfabeta
Lendo a mão de Paulo Freire*

*Béradêro
Chico César*

Como as questões da sociabilidade do capital não se limitam à esfera econômica, a realização moderna da unidade exploração-opressão começa a se expressar desde a “formação primitiva” do capitalismo, num processo lento, violento, limiar e não linear que modificou não somente a estrutura produtiva, mas conduziu mudanças valorativas na cultura europeia (e depois mundializou sua lógica), sendo fundamentais no campo do processo reprodutivo sem jamais resguardar possibilidades emancipatórias para além dos marcos do capital.

Os pilares do capitalismo foram construídos com tijolos temperados com o suor e o sangue dos povos africanos escravizados, com os povos originários ameríndios dilapidados, com saques e violência sobre os territórios e riquezas fora da Europa e, dentro dela, realizando a exploração de estrangeiros, das mulheres e das crianças de formas naturalizadas. Tais alicerces que originaram a fortaleza da estrutura social burguesa teve uma pintura ideológica bastante eficiente, fundada na filosofia iluminista, nos princípios do liberalismo e

que permaneceu realizando sua desumanização em toda a jornada histórica da sociedade burguesa.

Em *O Capital*, Marx identificou a essência da sociabilidade mais complexa da alienação humana e, nesse processo, demonstrou suas determinações na dimensão de seu nascedouro, observando sua realização no seu território continental, fincado os elementos fundamentais da constituição do seu *ethos* hegemônico. Nesse sentido, Marx não conseguiu (nem poderia) dar conta de toda a complexidade no que tange à ênfase metodológica em cada particularidade socialmente existente e muito menos caberia a ele vislumbrar profeticamente questões que só se demonstrariam em toda sua maturidade nas fases mais maduras do capitalismo.

Isso não significa que Marx não tenha indicado em suas obras diversas formas de estratificação da classe trabalhadora e como elas estruturaram as possibilidades de ampliação da exploração global e da solidificação da sociedade da mercadoria. No entanto, há nessas demonstrações, como, por exemplo, no caso da diferença entre condições do trabalho masculino e feminino, das questões do trabalho infantil, da comparação entre os embates e repulsa dos trabalhadores ingleses e irlandeses e dos brancos pobres do sul estadunidense frente aos negros escravizados e descendentes (MARX, 2014).

No entanto, além do reconhecimento histórico, o processo de aproximação sucessiva com o real requer a busca das determinações particulares, com o necessário mergulho nas dimensões estruturais desse processo. Como seres da práxis, podemos realizar essa aproximação sucessiva identificando as determinações particulares e a dinamicidade do movimento histórico do capital. A práxis científica por uma lente marxista posiciona seu fazer teórico num princípio de continuidade e dinamicidade que reconhece que a realidade é movimento. Por isso, as maiores complexidades do presente são dados para desvendarmos os processos da história.

Se entendemos que práxis é um processo de ação e reflexão que só existe em unidade podemos evidenciar as minúcias da produção de conhecimento crítico e radical, afirmando a dimensão do ser social, com a ampliação dos processos de humanização e socialização que historicamente permite a sofisticação das relações, demandando novos conhecimentos e acumulando possibilidades de produzi-los de forma cada vez mais elaborada.

O elemento central da proposição materialista de viés emancipatório é demonstrar que para chegar à raiz de um fenômeno e demonstrar todas as suas determinações fundamentais, o processo de construção necessita de uma direção teórico-metodológica que busca a essência do objeto de estudo, evidenciando sua base histórica e material, sua dinamicidade e suas

possibilidades de transformação.

É, portanto, uma abstração grosseira, gnosiológico-formalista, querer separar precisamente, no ser social, os processos materiais dos processos “puramente” intelectuais. Quanto mais a sociedade se socializa, mais inseparáveis, mais imbricados um no outro são os dois processos justamente na produção material. Suas diferenças ontológicas não são, naturalmente, negadas com isso. Mas o fato ontológico primário de seu operar na esfera do ser social (e, fora dessa esfera, não há nem algo espiritual, nem processos colocados em andamento por posições teleológicas) é a sua inseparável coexistência. Questões de prioridade, portanto, só podem realmente ser sensatamente colocadas pelo reconhecimento dessa inseparável coexistência na investigação de grupos de fenômenos. Para a totalidade do ser social, permanece — como aquilo que move historicamente — uma tal coexistência o fator ontológico fundamental. (LUKÁCS, 2018, p. 308).

Por isso, a totalidade é a premissa para uma perspectiva que vise atingir os aspectos mais profundos de um fenômeno, especialmente da unidade que aqui nos concentramos em tratar, visto que ela, ao ser produzida sobre a base da alienação conduz elementos históricos muito específicos e espraia em complexos e níveis de cariz muito capciosa. Mesmo quando num estudo que prima por um plano singular ou particular, o objeto e o fenômeno não poderiam jamais serem encarados de formas puramente isoladas sem uma mistificação de sua essência concreta.

O reconhecimento de elementos predominantes de uma unidade faz parte da busca por sua essência e convive com a necessidade de desenvolver ênfase metodológica neste aspecto, mas também desenvolver as determinações em todos os outros que cumprem papel particular na formulação estrutural de sustentação do objeto.

Para o que nos interessa, esta condição teórico-metodológica, aponta que a exploração e as opressões existem concretamente na realidade, bem como a sua unidade. A categoria alienação não é um conceito criativo de um sujeito que a interpreta, nem uma teleologia individual moralmente escolhida, suas determinações advêm de uma base material socialmente construída. Suas expressões são partes constitutivas de seu conteúdo.

Os limites idealistas do historicismo autocentrado na liberdade da sociedade burguesa, assim como do materialismo que esbarra nas questões do epifenômeno, são pressupostos importantes para nossa crítica aos debates das opressões hegemonizados pelas críticas liberais e pós-modernas. Isto posto, nossa recuperação de autoras/es que realizam uma leitura marxista, dialogando com outras perspectivas, busca perceber em suas sínteses a manutenção de pilares fundamentais que se distanciam do ecletismo: a dimensão da totalidade dialética; o princípio da historicidade; a leitura crítica da economia política; o compromisso revolucionário.

Por isso, a aparente heterodoxia circunstancial, seja pela busca de uma análise sobre subjetividade, ainda que em diálogo com teorias singularistas, não descambam necessariamente numa não coerência revolucionária. Por vezes, estudos que no esforço de buscar “a análise concreta de situações concretas” derraparam em questões conjunturais ou em imprecisões categoriais, revelaram em sua síntese determinações fundamentais que somente uma vulgarização do marxismo seria capaz de desconsiderar.

Tais formulações, inclusive, aprofundaram mais questões do que muitas das análises que estruturam seus estudos no empobrecimento metodológico do recorte procedimental de Stalin (1987) entre o “materialismo histórico” e o “materialismo dialético” e seu enquadramento em leis que, entre tantos problemas, sufocaram a dinamicidade e a criticidade promotora do reconhecimento efetivo do real e da busca pelo novo em sua essência.

Foi por essa influência rasteira que, não raramente, quem debateu as opressões sob a lente do materialismo histórico e dialético foi sumariamente classificado como heterodoxo (e por muitas vezes assumiu esse rótulo). Um pressuposto falso. Esse tipo de adjetivação advém, por dentro e por fora da tradição marxista, trazendo a ideia de ortodoxia compreendida como uma repetição amorfa das palavras de Marx e Engels ou, algo muito mais grave, como um reducionismo explicativo por um viés estruturalista e economicista, elementos muito distantes do que ambos realizaram em sua teoria social.

Essa forma de encarar a ortodoxia marxista é oposta ao que o próprio Marx entendia como pilar para o desvendamento e transformação da realidade:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento. (MARX, 2011, p.54).

Isto posto, “o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos” destacou Engels (2009, s/p), rebatendo os entendimentos de críticos e apoiadores teóricos e políticos que concluíram que a predominância ontológica da produção significaria a condição de uniausalidade no mundo dos seres humanos, afirmando que:

[...] vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. (ENGELS, 2009, *Online*).

Já observamos que as mediações da teoria social marxista que desembocam numa complexa análise do real e na proposição de um projeto de sociedade radicalmente distinto do atual são muito mais complexas do que um esquemático quadro econômico. Nos termos do jovem Lukács (2003), a ortodoxia marxista nunca significou um enquadramento do real à uma teleologia voluntarista, mas na constatação da capacidade de realizar uma leitura da realidade objetiva e de buscar sua transformação. Portanto, ortodoxo é aquele que segue o método marxiano. Isto é, a ortodoxia consiste na capacidade de desenvolver uma postura teórica que busca a essência dos fenômenos reais, em sua dinamicidade e historicidade, fundada na materialidade social, ou, nos termos de Lenin, a análise concreta de situações concretas para sua transformação radical.

Por isso, não basta que determinados autores, correntes ou leituras tenham se considerado marxistas ortodoxos ou tenham se autoproclamado detentores do “marxismo verdadeiro”. Se a concretude das relações sociais se estabelece na unidade entre identidade e práxis é correto afirmar que não basta que sujeitos firmem posições ou que sejam reconhecidos como pertencentes à uma corrente política ou teórica, mas sim que suas produções, ações práticas e realizações concretas estejam coerentes com as direções, sentidos e fundamentos daquilo que se afirma teoricamente, resguardando essa análise aos limites e possibilidades históricas estruturais e conjunturais, para não cair em julgamentos anacrônicos e novamente rasos.

Como a prática é o critério da verdade, em suma, se uma coisa-em-si não se transforma em uma outra apenas pela afirmação identitária abstraída das ações concretas; se a afirmação linguística não modifica a realidade, pois é determinada por sua substância real em uma práxis material; um pesquisador, militante ou intelectual não pode ser considerado um “marxista ortodoxo”, à priori, apenas por sua própria afirmação ou por pertencer (ou ter pertencido) à uma organização formal e, por fim, somente pelo uso de categorias teóricas e chavões políticos tradicionalmente vinculados à tradição teórica e os seus autores de base. É a capacidade de suas formulações teóricas e seu sentido prático no campo da luta de classes que determina o seu eventual grau de rigor e de identidade com o método marxiano.

Isto posto, reconhecemos - e partimos desse princípio- que os sujeitos individuais e

coletivos que constituíram a leitura da realidade e o direcionamento político pautados pelo estruturalismo e economicismo podem, no máximo, serem colocados numa derivação vulgarizada do marxismo.

Em contraposição a isso, reafirmamos o rigor marxista do processo coletivo que buscou aprofundar a construção teórica e política marxiana, não renunciando ao rigor científico e à construção revolucionária, se constituiu necessariamente pela busca das mediações e determinações múltiplas e de suas particularidades na constante complexidade da sociedade burguesa. Nesse sentido, a busca pelas determinações da realidade de forma objetiva, rigorosa, essencialmente radical e crítica, portanto, disciplinada, rebelde e criativa, é detentora legítima da ortodoxia teórico-metodológica e política da tradição marxista.

A contextualização dessa trajetória não é retomada sem polêmicas, divergências e riscos também de reducionismos. O geógrafo Milton Santos, intelectual substancioso nos desvendamentos da violência espacial promovida pelo capital, quando perguntado sobre o seu marxismo, responde ao interlocutor:

O meu gosto pela História, sobretudo pela História do presente, me levou também a valorizar todo o processo contraditório, de modo que não sendo um marxista ortodoxo – eu tenho medo disso, eu tenho medo dos marxistas ortodoxos; eu creio que toda doutrina que não se busca renovar, ela corre o risco de se tornar uma religião, um dogma, por conseguinte te emburrecer e não esclarecer – e desse modo eu me considero um marxista, ou se quiser, um marxisante [...]. Ainda hoje e, sobretudo hoje porque com a globalização, o que sobrou do socialismo fundado em realidades profundas, como no caso da China, por exemplo, o mundo ocidental. (SANTOS *apud* TENDER, 2004).

A correlação entre posições dogmáticas e ortodoxia é algo corriqueiro, inclusive entre aqueles que se esforçaram na permanência pelo diálogo interno ao materialismo histórico e dialético. Nessa seara não foi incomum destacar o “marxismo oficial” chamado rasteiramente de “marxismo-leninismo”, como o representante da ortodoxia e, portanto, como redutor das questões da sociabilidade capitalista à dimensão de desenvolvimento estatal e econômico.

Essa é uma crítica que tem algum acerto e muitos erros. É pertinente apontar que a construção da hegemonia estalinista sufocou uma dimensão fundamental de crítica e autocrítica permanente, pressuposto da pluralidade no debate e da riqueza da unidade de ação revolucionária. É real que nesse processo houve mistificação das bases teórico-metodológicas marxianas, empobrecendo sua potencialidade e convertendo seus fundamentos para a manutenção das tarefas imediatamente dadas no contexto soviético, obscurecendo na obra de Marx a dimensão da dialética e sua influência crítica de Hegel, enquanto se protagonizava

uma forma instrumental e de modo voluntarista nas dimensões da economia política:

O estalinismo iria difamar Hegel como reacionário, mas, ao mesmo tempo, iria fazer uma apropriação do hegelianismo de forma conservadora. Duas tendências convergiam nessa direção: em primeiro lugar, a teoria marxista, segundo a versão estalinista, deixava de ser a reprodução espiritual do movimento da realidade, transformando-se num sistema fechado apoiado numa estrutura categorial abstrata [...] Enquanto a influência de Hegel em Lenin permanecia no plano conceitual, em Stalin, ao contrário, ocorre um deslocamento prático: o Estado hegeliano – a autoconsciência da sociedade civil – encontrou finalmente a sua realização material no Estado-Partido de Stalin, aquele Estado entendido como momento supremo da racionalidade e portador da consciência, da verdade e dos fins dos atomizados interesses da sociedade civil. (FREDERICO, 2013, p. 84).

Num movimento que passou a direcionar o debate marxista de modo manualesco, obtuso e pouco criativo, esse processo retrocedeu reflexões das possibilidades abertas no movimento revolucionário sobre o debate das opressões e foi o principal responsável interno por invisibilizar as discussões, uniformizando a constituição formalista de uma história concentrada em espreitas desenvolvimentistas, retilíneas e economicistas.

Se essa crítica é um acerto decisivo, onde estariam os muitos erros anunciados? Na tendência reducionista que não percebe a síntese contraditória, cheia de avanços e recuos, disputas e divergências, permanências e novidades, presentes na luta política internacional dos trabalhadores no século XX, principalmente no que diz respeito à batalha da revolução soviética em 1917, de suas contradições também resultantes dos ataques imperialistas na Segunda Guerra Mundial e no contexto da Guerra Fria, no sufocamento e apagamento acadêmico da movimentação teórica e militante das disputas internas que sempre se fizeram presentes na afirmação do marxismo, enfrentando perseguições não somente na URSS, mas em todo o resto do planeta autoproclamado livre.

Nessa tentativa de afastamento do dogmatismo e de sua falsa identidade com a ortodoxia, muitos são as/os autoras/es que, sem abandonar o diálogo com marxismo, utilizam sua leitura com discussões categoriais difusas. Há um conjunto de determinações que apontaram para esse fenômeno. Além da degeneração oficial da União Soviética, o processo de vulgarização passa por questões históricas da luta de classes do século XX, no caso do Brasil e da América Latina, o proibicionismo e a censura do poder autocrático comprometido com imperialismo, na segunda metade do século, impediu o acesso às obras marxianas durante as décadas de ditaduras militares, imprimindo uma leitura clandestina de frações de texto de comentadores, manuais partidários, interpretações e traduções apressadas daquilo que no Serviço Social aprendemos a chamar de “marxismo sem Marx”.

Diante das contradições processualmente crescentes, as formulações heterodoxas já ocorreriam há muitas décadas, mas ganharam força com esses desafios e, sem nenhuma dúvida, pela necessidade de dar conta das determinações da realidade que os debates da época escolhiam secundarizar. Por isso, muitos buscavam debates das dimensões subjetivas no diálogo com outras teorias. Isto posto, a influência de Horkheimer, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, com suas diferenças marcantes, são definidoras de uma síntese sociocentrista que articulou formulações marxistas da crítica ao capitalismo assumindo categorias da psicanálise e buscando a centralidade em dimensões do consumo, da cultura e da ideia de democracia.

Ao lado das formulações de Lacan, esse conjunto conhecido por Escola de Frankfurt foi grande influenciador dessa tentativa de composição das dimensões subjetivas e os efeitos deletérios da alienação capitalista. Suas dimensões ontológicas, no entanto, não chegavam às vias das contradições determinantes, pois a base teórica dialogada apontava suas explicações em questões de estruturas de personalidades, de simbologias, sentidos e significados inconscientes (cujo conteúdo essencial é constituído pelo desenvolvimento da sexualidade) e em formas naturalizadas da formação da consciência a partir da sociabilidade burguesa.

Mas a tarefa de um debate renovado passou também por outros campos muito relevantes entre os que vivenciavam as facetas mais duras da dominação do capital. Uma outra tendência se percebe na América Latina partindo de questões concretas dos desafios políticos e conjunturais dos tempos autoritários e da busca por mediações práticas na batalha das ideias da classe trabalhadora em suas particularidades. Essa é uma construção que vai impactar as particularidades dos debates sobre as opressões na América Latina, diferenciando da hegemonia europeia que passava a se concentrar em paradigmas dos chamados “novos movimentos sociais”.

A retomada das ideias de Antonio Gramsci (2000), a forte influência dos setores mais críticos do humanismo cristão católico desenvolvidos na chamada *Teologia da Libertação* e o debate sobre economia e desenvolvimento regional, constroem no chão da realidade uma práxis política de organização da resistência para disputar a batalha das ideias e enfrentar os tentáculos do imperialismo com as dificuldades teóricas daquele tempo histórico.

Há nesse momento, tanto uma produção original e diversa instigante por todo o continente, quanto um esforço de uma difusão do pensamento crítico por uma linguagem mais didática e, por fim, uma evidente miscelânea dessas influências dialogando com as demandas culturais locais, promovendo sínteses contraditórias, pujantes e com imprecisões categoriais que se equilibram entre o pluralismo e o ecletismo.

Das análises das particularidades mais consistentes desse processo, entre aqueles que mais conduziram seu arcabouço em princípios do materialismo histórico e dialético, temos sínteses fundamentais como, por exemplo, as de Ruy Mauro Marini (2000) sobre o capitalismo dependente na América Latina; da Filosofia, de Enrique Dussel⁵⁴(1997), na Argentina; da psicologia de Martin-Baró (2012) em El Salvador; da pedagogia de Paulo Freire (1987) no Brasil. Esses e outros intelectuais construíram contribuições importantes que se juntam ao conjunto de debates sobre as opressões e sobre a formação sócio-histórica que tratamos no primeiro capítulo deste texto.

Assim como o geógrafo Milton Santos, buscando se retirar de proposições dogmáticas, retirava o centro do mundo da Europa, criticando o eurocentrismo, desconstruindo o mito da globalização neoliberal e afirmando a centralidade planetária em todos os territórios, anos antes Dussel, desenvolvendo a ideia de filosofia da libertação, dizia que:

Desde o final da década de 1960, como fruto do surgimento das ciências sociais críticas latino-americanas (especialmente a “teoria da dependência”), como também da obra Totalidade e infinito de Emmanuel Levinas (1988), e principalmente pelos movimentos populares e estudantis de 1968 (no mundo, notadamente na Argentina e América Latina), se produziu no campo da filosofia, portanto na filosofia da cultura, uma ruptura histórica. O que havia sido considerado como mundo metropolitano e mundo colonial agora era classificado (a partir da terminologia, ainda desenvolvimentista, de Raúl Presbisch - Cepal) como “centro” e “periferia”. A isso se deve agregar todo um horizonte categórico proveniente da economia crítica, que exigia a incorporação das classes sociais como atores intersubjetivos a serem integrados a uma definição de cultura. Não se tratava de mera questão terminológica e sim conceitual, que permitia romper com o conceito “substancialista” de cultura, descobrindo suas fraturas internas (dentro de cada cultura) e entre elas (não só como “diálogo” ou “choque intercultural”, mas estritamente como dominação e exploração de uma sobre as demais). A assimetria dos atores deveria ser levada em conta em todos os níveis. A etapa “culturalista” tinha acabado. [...] A filosofia latino-americana como filosofia da libertação descobria seu condicionamento cultural (pensava-se a partir de uma cultura determinada), mas também articulada (explícita ou implicitamente) a partir dos interesses de classes, grupos, sexo, raça etc. determinados. A *location* havia sido descoberta e era a primeira questão filosófica a ser tratada. O diálogo intercultural havia perdido sua ingenuidade e passou a ser compreendido como sobredeterminado por todo o período colonial. De fato, em 1974 iniciamos um “diálogo” intercontinental “Sul-Sul” entre os pensadores da África, Ásia e América Latina, cuja primeira reunião foi realizada em Dar-Es-Salaam (Tanzânia) em 1976. Esses encontros deram-nos um novo panorama sobre as grandes culturas da humanidade. (DUSSEL, 2016, p. 51-52).

⁵⁴Dussel em sua proposição da filosofia da libertação, relata que “A cultura popular latino-americana - escrevíamos no artigo de 1984 - apenas fica clara, decanta, se autentifica no processo de libertação (da libertação econômica do capitalismo, da libertação política da opressão), instaurando um novo modelo democrático, sendo assim libertação cultural, dando um passo criativo na linha da tradição histórico-cultural do povo oprimido e agora protagonista da revolução (DUSSEL, 1997, p. 220-221).

Também nessa perspectiva, em sua formulação teórica, Martín-Baró trabalhou a alienação como "estado que o capitalismo produz no ser humano ao despossuí-lo do produto de seu trabalho, reificar suas relações interpessoais e ocultar as raízes de sua realidade histórica, desintegrando assim sua essência humana" (MARTÍN-BARÓ, 2012, p. 103). Por isso, defendeu que:

A psicologia corresponde desmascarar os vínculos que ligam aos atores sociais com os interesses de classe, por em evidência as mediações através das quais as necessidades de uma classe concreta se tornam imperativos interiorizados pelas pessoas, desarticular o emaranhado de forças objetivadas em uma ordem social que manipula os sujeitos através de mecanismos de falsa consciência" (MARTÍN-BARÓ, 2012, p. 48. Tradução nossa).

Na mesma direção, o debate de Paulo Freire (1987, 1996) sobre liberdade e opressão detém uma substância crítica peculiar, assumindo um caráter prático diante das questões fundamentais da luta de classes na América Latina, buscando dialogar com influências da cultura popular, partindo da realidade vivida dos explorados e oprimidos para uma forma de educação que vivenciasse a práxis emancipatória. Entre avanços criativos e diálogos teóricos plurais, por vezes, atravessando inconsistências categoriais, um campo de análise sobre as opressões produziu sínteses importantes enquanto o marxismo oficial rebaixara sua análise em descaminhos economicistas.

Junto dessas reflexões e do arcabouço que recuperamos no primeiro capítulo, o debate marxista sobre as opressões potencializou o fazer teórico e político como uma práxis orgânica, conectada com a realidade e, por isso, crítica, desvendando não somente elementos essenciais da unidade exploração-opressão, mas expressando a vivacidade do marxismo. Os processos políticos e as pautas concretas se afirmavam frente àqueles que identificavam a insuficiência de uma leitura abstrata das classes sociais e que silenciava sobre as questões da diversidade, da sua realização alienada pelas expressões de desigualdades, naturalizando a alienação colonial racista e a alienação sexual, ou colocando sua superação como um devir estruturalista pela edificação de um modo de produção socialista.

Se formulações consistentes como a de Heleieth Saffioti (1984, 2004) permaneceram muito coerentes com o marxismo e sua demonstração das questões racistas e, especialmente, patriarcais para capitalismo, outros debates teóricos buscaram superar o vácuo analítico com relação às opressões no diálogo com outras teorias que tinham não somente estas questões como ênfases metodológicas, mas que buscavam focar na particularidade e nos temas de forma setorizada.

Por isso, aqui e ali veremos debates sobre as questões das mulheres, dos negros, dos LGBTQIA+, dos indígenas, dos imigrantes e da dependência diante do imperialismo, num esforço de composições teóricas que imprimem o reforço de lutas unificadas, de um só projeto de sociedade e de crítica anticapitalista, enquanto os seus debates teóricos carecem de um fundamento unitário mais consistente. Esse é um dado de uma realidade que denota um processo de construção crítica permanente e a necessidade emergente de aprofundamento teórico e da busca por suas mediações. Por tudo que já apresentamos, destacamos que a renovação do marxismo perpassa pela dimensão da ontologia do ser social como nexo articulador dessas demandas que, quando analisadas com essa base fundamental, elevam seu grau de complexidade, de mediações e de consistência.

Já sabemos que Lukács realizou seu arcabouço teórico em busca de uma ética fundamentada no materialismo histórico e dialético, construindo uma produção que, como demonstramos no capítulo anterior, permite a abertura de flancos diversos para pensarmos a subjetividade, a formação da consciência, as opressões, a alienação e a diversidade humana por uma perspectiva de totalidade, aprofundando mediações e determinações. Por isso que, recuperando todo esse debate diverso sobre as opressões pelo marxismo podemos fundamentar uma síntese consistente que permite continuarmos aprofundando as análises em novos estudos.

Por fim, e não menos importante, ainda debatendo a polêmica "heterodoxia e ortodoxia", a crítica sendo um pressuposto do marxismo, obriga qualquer análise a fugir das imprecisões teóricas, sem recair em espelhamentos e repetições dos autores estudados, sendo as determinações da realidade o interesse fundamental da retomada dos debates ora referenciados.

Por isso, defendemos e demonstramos aqui que há mais ortodoxia marxista em leituras revolucionárias que mantiveram os pilares marxianos em sua radicalidade para sublinhar ênfase metodológica em aspectos que o Marx não realizou, do que naqueles que reduziram o real aos aspectos, sem dúvidas, essenciais do modo de produção capitalista esmiuçados nos textos marxianos, mas com leituras insuficientes por vieses anacrônicos ou manualescos que vulgarizam a base marxista.

É nessa direção que apontamos a contribuição em diversos elementos do campo das opressões sob a ótica marxista. Destacando as comunistas russas, o anticolonialismo africano e caribenho de viés revolucionário, o feminismo marxista e o debate anti-imperialista e antirracista latino-americano e estadunidense pela direção classista. Neles encontramos a possibilidade de diálogo com a substância ontológica da unidade exploração-opressão e, em

suas diferenças e mesmo nas divergências com Marx, há uma identidade teórico-metodológica quando preservada a busca pela revolução enquanto projeto de sociedade e a dimensão de totalidade como premissa histórica.

Os estudos são conclusivos, mas não são absolutos. Como a realidade é síntese de múltiplas determinações, a retratação teórica organiza idealmente elementos históricos que não são estanques. Nesse processo de abstração racional há ênfases metodológicas distintas que, ainda que comunguem da mesma base teórico-metodológica, expõem avanços, limites, divergências, apontamentos passíveis de críticas que são, além de aceitáveis, um princípio fundamental para o rigor científico socialmente referenciado.

A ênfase metodológica em uma determinada opressão ou em setores oprimidos não retira necessariamente a dimensão materialista ou a perspectiva ontológica classista. Ao contrário disso, pode revelar a complexidade do modo de produção burguês, sua forma de reprodução e manutenção, identificando as mediações necessárias para sua superação que ultrapassa sua questão “infraestrutural” e se espalha na lógica desumanizante para todas as relações sociais.

E é com essa premissa da ênfase metodológica que separamos as críticas reducionistas ao pensamento marxiano, que desconsideram seu objetivo fundamental de estudo, dos apontamentos necessários, sem anacronismos, frente às reproduções naturalizadas de elementos culturais da época, destacando a necessidade de aprofundamento de dimensões não suficientemente trabalhadas nas obras de Marx e do desvendamento e complexificação da ordem capitalista que foram se apresentando no desenvolvimento dos séculos XX e XXI.

A crítica interna às construções teóricas nada tem de prejudiciais, são, em suma, a expressão de sua vitalidade frente a dinamicidade do real⁵⁵. Pelo rigor teórico-metodológico cabe buscar em cada análise sua base materialista, histórica e dialética, a perspectiva de totalidade, os pressupostos radicais e o interesse revolucionário como pontos norteadores de sua ortodoxia com a tradição marxista. Por fim, mais que um julgamento de pureza e coerência teórica, a determinação fundamental está na busca pela leitura atual da realidade

⁵⁵Por exemplo, em nosso debate crítico, consideramos as mediações de Frederici (2017) sobre a expropriação das mulheres no advento do capitalismo, enquanto interpretamos, distintamente da autora, que Marx não circunscreveu a violência do capital somente no processo de transição pós-feudal. Em contrapartida, veremos ainda, que, a partir do debate da unidade exploração-opressão, discordamos do reducionismo marxiano no conceito de lumpen-proletariado. Nesse texto ainda discutiremos a inconsistência do conceito de "superexploração" da Teoria Marxista da Dependência para o desvendamento da questão das opressões, ao mesmo tempo que reconhecemos a importância teórica de Rui Mauro Marini (2000, 2005). Por fim, já trouxemos também várias posições divergentes acerca da alienação e da questão do trabalho entre intérpretes de Lukács, buscando apontar nossas concordâncias e dissidências em cada caso. A crítica imanente carrega o rigor metodológico e a maturidade teórica como princípios para o avanço analítico plural, sem recair em ecletismos.

sobre tais postulados.

Toda contribuição que aqui trazemos, inclusive de Marx, precisa ser demonstrada em sua concretude. Vários são os/as autores/as que avançaram em determinados fundamentos sem avançar em outros. O debate fundamental de suas contribuições teóricas se processa na sua capacidade de desvendamento crítico da realidade.

Por exemplo, já retratamos em nosso texto como a ênfase metodológica fanoniana nas dimensões do racismo, algo periférico ou comumente silenciado no marxismo de sua época, é justamente um dos elementos que afirma sua ortodoxia revolucionária na luta pela libertação da Argélia. Primeiro, Fanon (1968) desvenda uma determinação fundamental do capitalismo global, partindo de elementos concretos, analisando a particularidade de como o processo de hegemonia burguesa se realiza e se expressa, identificando suas questões regionais e demonstrando sua importância para a totalidade do modo de produção e reprodução da alienação. Segundo e fundamental, sua práxis revolucionária o coloca organizadamente vinculado ao processo de superação radical da unidade exploração-opressão. A construção teórica e política está em unidade com sua prática e isso é a expressão de uma apreensão marxista.

Pode-se argumentar que os diálogos com o existencialismo e principalmente com a psicanálise, em formulações próprias de sua atividade como médico psiquiátrica, denunciem uma heterodoxia ou mesmo um ecletismo em Fanon. As afirmações são complexas e seria preciso recair num tecnicismo academicista para sustentá-las, posto que, para analisar a obra teórica fanoniana em sua totalidade é preciso aprofundar quais foram os seus elementos fundamentais, sua práxis política e a predominância diante daquilo que o autor buscava realizar.

Ainda que partam do referencial psicanalítico (FANON, 2008), as considerações e consequências materiais do conceito de alienação colonial em Fanon (2010) supressumem as descrições psicológicas para chegar às determinações fundamentais do colonialismo e do racismo a fim de sintetizar uma teoria revolucionária para uma prática revolucionária. Disso não se conclui que não haja imprecisões, incoerências e polêmicas. Estas podem e devem ser discutidas e, não por acaso, são elas que são instrumentalizadas em interpretações pós-modernas, na tentativa de apagamento de sua perspectiva revolucionária, em detrimento do identitarismo hegemônico de nossa época.

Nesse sentido, entendemos que a principal fragilidade teórica em Fanon é a mesma que se repete em muitos marxistas e que persiste até hoje. A busca pela análise da singularidade, da formação subjetiva e de expressões cotidianas que instrumentaliza

criticamente - com todos os seus riscos analíticos - as construções teóricas das ciências burguesas. Assim, por todas as questões que discutimos, os limites teóricos de Fanon nessa seara, em contrapartida com sua práxis revolucionária, dizem menos dos seus problemas teóricos individuais e mais dos problemas gerais do marxismo do século XX.

Para além do exemplo particular de Fanon, enfrentar os limites, contradições e potencialidades metodológicas do debate sobre subjetividade no marxismo é fundamental para o aprofundamento das reflexões sobre a unidade exploração-opressão. É preciso, pois, não repetir os equívocos vulgarizantes que marginalizaram as formulações que dialogaram com outras teorias, ao mesmo tempo que é imprescindível sublinhar o potencial da ortodoxia teórico-metodológica do materialismo histórico e dialético para o desvendamento da subjetivação do ser social.

Nos desafios para abarcar uma visão madura, crítica e ampla das opressões é fundamental cultivar a sua questão unitária com a exploração. Sobre a dimensão de totalidade, Arruzza (2015, p. 57) nos lembra que:

Isso é exatamente o que a “teoria unitária” tenta alcançar: ser capaz de interpretar as relações de poder baseadas no gênero ou orientação sexual como momentos concretos daquela totalidade articulada, complexa e contraditória que é o capitalismo contemporâneo. Deste ponto de vista, estes momentos concretos certamente possuem suas próprias características específicas e devem ser analisadas com ferramentas teóricas adequadas e específicas (da psicanálise à teoria literária...), mas eles também mantêm uma relação interna com esta totalidade maior e com o processo de reprodução societal que prossegue de acordo com a lógica da acumulação capitalista. A tese essencial da “teoria unitária” é a de que o feminismo marxista, a opressão de gênero e a opressão racial não correspondem a dois sistemas autônomos que possuem suas próprias causas particulares: eles passaram a ser uma parte integral da sociedade capitalista através de um longo processo histórico que dissolveu formas de vida social precedentes.

Já apontamos também que marxistas revolucionários insuspeitos de boas intenções e de grande contribuição teórica fizeram uso de teorias essencialmente burguesas e isso não significou uma adesão ao conservadorismo ou mistificação da realidade, mas sim, um dado de realidade circunstancial diante das condições concretas para a análise concreta em seu tempo histórico e que, por sua vez, deve ser estudado enfrentando suas contribuições ante o acúmulo e amadurecimento teórico e político crítico das formulações coletivamente desenvolvidas.

Apontar os limites do diálogo teórico heterodoxo não significa defender que tais pesquisas e suas ciências não encontram elementos importantes da realidade e não possam colaborar com seu entendimento. Relembramos, por exemplo, como as construções de Hegel são fundamentais para Marx ou mesmo como reconhecidamente ele recupera criticamente os

achados de Adam Smith na economia política.

Por isso, desprezar a construção teórica da psicanálise ou de qualquer outra teoria (ou área de conhecimento) seria converter o materialismo histórico e dialético em um purismo equivocado, analiticamente empobrecedor, formatação correspondente às experiências teóricas mais errôneas da tradição marxista. Nenhum dado de realidade ou forma de desvendá-la pode ser rechaçada por princípio, sobretudo quando correntes teóricas conduzem uma jornada mais ampla numa temática ou foco de pesquisa como no caso da subjetividade.

No entanto, não se pode perder de vista que a explicação da subjetividade humana que finca suas bases mistificadoras, seja na naturalização biologicista de cariz positivista ou na observação protagonizada pelas sensações e percepções do indivíduo, descambando em análises hipotéticas de estruturas psicológicas internas da mente, modelos de personalidade e padrões de comportamento, são correntes de um mesmo processo de decadência ideológica, fruto do amadurecimento da modernidade que abandona a busca pela totalidade concreta, apostando na especialização do conhecimento científico, ora pela apelo tecnicista e da razão-formal abstrata, ora pela oposição irracionalista-subjetivista.

O debate de Lukács diante do existencialismo e do neopositivismo, suas reflexões sobre Nicolai Hartman, com Hegel e, sobretudo, os princípios ontológicos apontados na obra de Marx são os pressupostos que revelam, primeiro, os problemas teóricos de uma ciência psicológica burguesa em qualquer uma de suas variações, segundo, as possibilidades constitutivas no materialismo histórico e dialético de construção de uma leitura da subjetividade pelo prisma complexo da totalidade.

O ponto principal é que, ao partir de teorizações centradas no idealismo, no culturalismo e, especificamente, na psicanálise para entender a subjetividade humana, há um vácuo teórico que desconsidera a capacidade dos princípios metodológicos marxistas para o desvendamento das determinações sociais da cultura, da personalidade e da individuação. Por isso, essa recuperação crítica precisa vir adensada de um compromisso teórico-metodológico que enfrente essas contradições com os postulados que apontamos no capítulo anterior. Por tudo que já tratamos, estamos convencidos do potencial ainda a ser trabalhado pela ontologia do ser social para esgotar as determinações subjetivas numa perspectiva da totalidade concreta.

Como demonstramos, a crítica lukacsiana ao neopositivismo, ao irracionalismo filosófico e ao existencialismo na constituição da arquitetura categorial pela ontologia do ser social interligam todas as dimensões do método marxismo, produzindo o sustentáculo cabal para o resgate dos acúmulos da tradição marxista sobre as opressões, num

encadeamento teórico robusto que exaltam o referencial e seu potencial reflexivo, assinalando que uma perspectiva de totalidade pode chegar até as dimensões particulares descritas e pormenorizadas por outras leituras teóricas da dimensão singular sem, no entanto, abandonar suas mediações com o universal, realçando sua precisão diante da realidade e sua base material.

E é com essa constatação e com a convicção da crítica imanente que norteia o itinerário intelectual de toda a diversidade teórica do marxismo que podemos avançar nas distintas mediações que intercompassam ao ser social na sociedade capitalista, seja no mundo do trabalho, seja no cotidiano de outros complexos sociais que experimentam meios, formas e conteúdos diversos dos processos fundados na unidade exploração-opressão.

Se é uma obviedade a impossibilidade de esgotar todas as determinações e mediações do conjunto das distintas desigualdades socialmente existentes na unidade exploração-opressão numa só produção teórica, tal certificação só reforça a necessidade da sedimentação ontológica como um princípio norteador para concatenação inerente à perspectiva de totalidade.

A superação de reducionismos estruturalistas e das apartações particularistas perpassam necessariamente pela complexa unidade do fundamento do elemento predominante e sua conexão com determinantes que precisam ser desvendados por ênfases metodológicas diversas. Quando afirmamos que o trabalho é a categoria ontológica do ser social não estamos, por exemplo, secundarizando a linguagem como uma práxis fundamental para o ser humano. Não há uma concorrência entre ambas. Elas são constitutivas de um mesmo ser, portanto, para vistas de uma análise da formação social, são indissociáveis.

Isso não quer dizer que ambas constituam o elemento predominante, posto que, como já demonstramos em páginas anteriores, as necessidades materiais satisfeitas pela ação humana consciente, interessada, planejada e realizada, capaz de transformar o meio e a si mesmo, se fundamenta numa categoria basilar, a práxis fundante, aquela que vai dialeticamente se complexificando em unidade com outras tantas como, por exemplo, a linguagem. Esta última, dialeticamente, uma práxis determinante para que a potência do trabalho se realize. Portanto, elas se conjugam e se retroalimentam no processo coletivo de acúmulo de saber, necessariamente histórico.

A predominância das classes sociais no modo de produção capitalista se fundamenta na estrutura burguesa e não por uma decisão de uma leitura marxista. No entanto, esse fato predominante também não retira as determinações que constituem a luta de classes nos elementos estruturantes do racismo e do heterocispatriarcado. Não é um jogo de competição,

nem um sistema de pesos e medidas, nem é, por fim, uma média aritmética. A complexidade alienada da exploração-opressão deságua em fenômenos diversos que carecem de mediações igualmente complexas para sua análise.

Reconhecer o caráter predominante longe dos entendimentos deterministas é afirmar a necessidade de descobrir essas mediações, sendo fundamental o desvendamento de seus complexos com ênfases metodológicas distintas, destacando as questões alienantes e alienadoras que estão em toda a sociedade e que, em determinados momentos históricos, tomam o protagonismo funcional, ideológico e material.

As polêmicas divergências, convergências, avanços e sínteses dos debates das opressões no campo marxista e socialista nos últimos cento e cinquenta anos foram resultados de sujeitos ativos na luta e no desvendamento prático, político e teórico de militantes (principalmente mulheres) que se sobressaíram diante da marcha expansionista da unidade exploração-opressão, inclusive no interior dos espaços de organização das lutas sociais.

As premissas sobre a totalidade e sua dinâmica entre o universal-particular-singular, as mediações entre momento predominante e as demais determinações e suas ênfases metodológicas, os fundamentos da historicidade, dinamicidade e sociabilidade, além das reflexões sobre a formação subjetiva pela ontologia do ser social são todas questões incontornáveis para desvendarmos a complexidade alienada da unidade exploração-opressão.

Não basta que se reconheça diferentes desigualdades. É preciso rigorosamente demonstrá-las em suas similitudes e distinções, em seus níveis de atuação conjuntas imediatamente evidentes ou encobertas pelas mediações. É fundamental, portanto, que as resgate dos debates teóricos tenham uma fundamentação preliminar da substância ontológica e categorize expressamente o que se chama de opressão, em sua unidade indissociável com a exploração.

Mais que julgar ortodoxias e heterodoxias, esse rigor conceitual é definidor para direcionar uma análise mais precisa e recuperar esse conjunto diverso de contribuições, sejam elas totalmente vinculadas ao marxismo ou aquelas que buscam dialogar com outras correntes, sem recair em meras formatações de relações interseccionais de distintas expressões de desigualdades, mas pela sua dimensão essencialmente unitária.

4.2. Muitos barcos, um só mar: decifrando a unidade exploração-opressão como complexidade alienada

*Uma a uma, coisas vão sumindo.
 Uma a uma, se desmilinguindo
 Só eu e a ponte velha teimam resistindo
 E a nova jangada de vela
 Pintada de verde e encarnado
 Só meu mote não muda a moda não muda nada...
 E o mar engolindo lindo
 E o mal engolindo rindo*

*Longarinas
 Ednardo*

Munidos de todas as determinações e das constatações teórico-metodológicas que até aqui refletimos, para continuarmos avançando na temática, é mister aprofundar a categorização da unidade exploração-opressão. Esta é uma tarefa ainda em processo se percebermos que a objetividade da exploração foi esmiuçada por Marx, enquanto a maioria dos estudos sobre as opressões particularizam suas análises tratando de suas determinações sem uma definição objetiva do que as constituem em seu patamar ontológico.

Não sendo uma mera conceituação, esse processo se trata do desvendamento da contradição de uma base material e espiritual inédita para humanidade, que edifica possibilidades objetivas de superação da escassez para todos os seres humanos, inaugurando a possibilidade de abundância não como um idealismo, mas como alternativa concreta. Porém, em contrapartida à potência produtiva, se realiza cada dia mais uma complexidade de reprodução de lógicas desumanizadoras por sua forma de organização e de reprodução, devastando as relações humanas, transformando-as em práxis reificadas sobre os ditames do valor de troca.

Marx, nos textos da juventude, por vezes, utilizou a categoria exploração de modo mais abrangente, dando a ela um significado próximo do termo opressão, articulando, nesse sentido, tanto a exploração do trabalho *stricto sensu* com outras formas de expressões de desigualdades vivenciadas por sujeitos da classe trabalhadora.

No *Manifesto Comunista* esse elemento mais amplo do termo exploração fica explícito quando Marx e Engels dizem que “Uma vez terminada a exploração do operário pelo fabricante, isto é, logo que o operário recebe seu salário, caem sobre ele às outras partes da burguesia: o proprietário da casa, o merceeiro (der Krämer), o penhorista” (MARX; ENGELS, 1990, p. 73).

No mesmo texto, os autores utilizam o termo opressão em passagens para tratar das questões de classe, por exemplo, quando vão caracterizar os burgueses e os proletários e iniciam tratando da história da humanidade e seus antagonismos:

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição [...] A moderna sociedade burguesa, que brotou da ruína da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Não fez mais que estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das que existiram no passado (MARX; ENGELS, 2005, p. 40).

Netto (1998) vai destacar que essa forma de utilização das categorias exploração e opressão, quase como sinônimas, demonstra uma característica própria do desenvolvimento do pensamento marxiano e sua processualidade ainda imatura no *Manifesto Comunista*. Essa formulação é importante para a compreensão mais elaborada da crítica da economia política feita posteriormente:

O Manifesto — mesmo considerando o caráter explorador do capital na sua relação com o trabalho — está longe de compreender que o trabalhador não vende ao capitalista o seu trabalho (tal como se afirma nas suas seções I e II), antes a sua força-de-trabalho. Não se trata de uma simples precisão conceitual, introduzida posteriormente por Marx: trata-se do apuramento de uma distinção que permitirá discernir o tempo de trabalho necessário do tempo de trabalho excedente, com o que a teoria do valor-trabalho é recriada por Marx e a modalidade específica da exploração capitalista — com a categoria rigorosa da mais-valia — pode ser apreendida pela teoria (p. 26).

Assim, as similitudes e distinções categoriais se apresentam com o processo de maturidade teórica de Marx, embora isso não tenha sido uma questão metodológica central em sua obra. Em *O Capital*, por exemplo, exploração e opressão caminham sem identidade, onde, a primeira se apresenta em questões próprias do processo de trabalho, enquanto a segunda surge para apresentar o uso da violência ou para explicitar as condições desfavoráveis no processo de maturação da sociedade burguesa, apresentando o processo de expropriação e da universalização da lógica do capital para todos os âmbitos:

Na agricultura, assim como na manufatura, a transformação capitalista do processo de produção aparece a um só tempo como martirológio dos produtores, o meio de trabalho como meio de subjugação, exploração e empobrecimento do trabalhador, a combinação social dos processos de trabalho como opressão organizada de sua vitalidade, liberdade e independência individuais (MARX, 2013, p. 702-703).

A centralidade do debate da exploração da força de trabalho aparece ao mesmo tempo em que o autor não descarta a categoria opressão para destacar essas questões que apontam a absorção pelo Capital dos arranjos da organização do trabalho oriundas de outras formas de produção, condicionando antigos costumes à lógica da centralidade do lucro:

Como a qualidade e a intensidade do trabalho são, aqui, controladas pela própria forma-salário, esta torna supérflua grande parte da supervisão do trabalho. Ela constitui, assim, o fundamento tanto do moderno trabalho domiciliar anteriormente

exposto quanto de um sistema hierarquicamente concatenado de exploração e opressão. Este último possui duas formas básicas (MARX, 2013, p. 702).

Tais elementos ganham contornos explícitos quando o autor revela os processos violentos da “assim chamada acumulação primitiva” do capital, sublinhando as formas de exploração da força de trabalho e suas diferenciações regionais/territoriais, de gênero/sexo, geracionais e o sentido da colonização. O protagonismo da categoria opressão não é gratuito nesta passagem do texto marxiano, assim como também não é mera teimosia, redundância ou aleatoriedade, a nossa insistência em voltarmos ao processo analisado no capítulo XXV de *O Capital*. A cada determinação e diálogo com as/os autoras/es que aqui estamos desenvolvemos se reforça a constatação de que a complexidade dos enxertos ali apresentados são uma das cifras fundamentais da complexidade alienada que é a unidade exploração-opressão

Assim, numa sociedade de classes onde a produção é coletiva, mas a socialização é privada, seu aspecto essencial revela que a exploração da força de trabalho da classe trabalhadora como elemento inerente. O antagonismo de classes sintetiza o conjunto de complexos que coloca a “questão social” e a “questão política” numa unidade, como assim formulou Marx na crítica ao Programa de Gotha:

Depois da “lei de bronze do salário” de Lassalle, temos agora a panaceia do profeta! E ela é “conduzida” de forma digna! O lugar da luta de classes existente é tomado por uma fraseologia de escrevinhador de jornal – “a questão social”, a cuja “solução” se “conduz” (MARX, 2012, p. 40).

[...]A “assistência estatal” em sentido lassalliano é, na melhor das hipóteses, apenas uma medida, entre tantas outras, para atingir o objetivo aqui designado com estas frouxas palavras: “para conduzir à solução da questão social”, como se, para nós, ainda houvesse uma questão social não resolvida na teoria! (MARX, 2012, p. 55)

[...] questão social é, pois, inseparável da questão política: sua solução depende da solução desta última e é possível apenas no Estado democrático.” (MARX, 2012, p. 83)

Em sua maturidade, tendo como objetivo desvendar os fundamentos da sociedade burguesa e suas determinações predominantes, revelando sua lógica e suas leis gerais socialmente construídas, Marx estava convencido de que era necessário demonstrar a prioridade ontológica da exploração da força de trabalho livre. Esse postulado não o fez abandonar as questões da reprodução social, tal e qual, sempre permaneceu atuando na práxis política, mas buscou combater todos os processos de suavização das questões fundamentais quando se instrumentalizou particularidades a fim de conservar os elementos fundamentais da desigualdade moderna. Como destaca Netto (2001, p. 48-49):

Se à "lei geral" opera independentemente de fronteiras políticas e culturais, seus resultantes societários trazem a marca da história que a concretiza. Isto significa que o desafio teórico acima salientado envolve, ainda, a pesquisa das diferencialidades histórico-culturais (que entrelaçam elementos de relações de classe, geracionais, de gênero e de etnia constituídos em formações sociais específicas) que se cruzam e tensionam na efetividade social. Em poucas palavras: a caracterização da "questão social", em suas manifestações já conhecidas e em suas expressões novas, tem de considerar as particularidades histórico-culturais e nacionais.

Para o pensamento marxiano, a exploração, a partir do advento da propriedade privada, é elemento predominante para as possibilidades de opressão dentro do capitalismo. Por isso, em sua obra madura, Marx demonstrou que, nessa sociedade, a classe que detém os meios de produção explora aquela que tem apenas a força de trabalho para vender. Sua realização radical na particularidade da sociedade burguesa se impõe pelas características inéditas de complexidade social: o potencial das forças produtivas de realização de abundância e a exploração encoberta por uma troca econômica; a reprodução social⁵⁶ que necessita de contradições sofisticadas no quadro da emancipação política; as relações de produção que necessariamente desenvolvem uma classe com a possibilidade material de realizar o processo estrutural que dispararia a construção da emancipação humana, o proletariado.

A exploração não é um traço distintivo do regime do capital (sabe-se, de fato, que formas sociais assentadas na exploração precedem largamente a ordem burguesa); o que é distintivo desse regime é que a exploração se efetiva num marco de contradições e antagonismos que a tornam, pela primeira vez na história registrada, suprimível sem a supressão das condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social. Ou seja: a supressão da exploração do trabalho pelo capital, constituída a ordem burguesa e altamente desenvolvidas as forças produtivas, não implica - bem ao contrário! - redução da produção de riquezas. Nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, as privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir (e a que era correlato um componente ideal que legitimava as desigualdades, as privações etc.); na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da

⁵⁶Como estamos demonstrando ao longo deste texto com as citações utilizadas (MARX, 2011), este elemento fica ainda mais evidente se analisarmos os manuscritos chamados de Grundrisse. Duayer (2011, p. 26) destaca que nesta obra: “Pode-se compreender melhor o mais-valor como expressão do estranhamento da produtividade do trabalho social quando se leva em conta que o trabalho, como categoria especificamente humana, diferencia o metabolismo da espécie humana com a natureza. Nos outros animais esse metabolismo é sempre uma adaptação passiva, geneticamente determinada, às mudanças das condições do ambiente, ao passo que no ser humano o metabolismo caracteriza-se por uma adaptação ativa, metabolismo por meio do qual, pelo trabalho, o ser humano cria as condições materiais de sua própria reprodução. Em virtude dessa constituição interna do trabalho, a situação típica no ser humano é a reprodução ampliada [27] . O mais-valor, nesse sentido, é expressão historicamente específica dessa capacidade, dessa potência humana, autonomizada em relação aos seres humanos reduzidos a meros trabalhadores, potência que deveio riqueza que opera como um “sujeito automático” sob a forma de capital. Riqueza sempre crescente e crescentemente estranhada”.

sua destinação) (NETTO, 2001, p. 46).

Nas relações capitalistas os elementos próprios da exploração da força de trabalho estão obscurecidos como um processo de troca equivalente, realizada dentro das regras do mercado como um processo equânime, afinal, o valor de troca da força de trabalho é definido socialmente e realizado financeiramente pelo salário. Marx ultrapassa a constatação abstrata e sua formalidade para desvendar o valor de uso peculiar da mercadoria força de trabalho: produzir mais do que vale, portanto, tendo enquanto utilidade a capacidade de realizar os produtos e, nesse processo, construir o excedente econômico, oriundo da mais-valia e realizado financeiramente no lucro. No fundamento objetivo da exploração Marx destaca a base da sociedade burguesa. Na sociedade da mercadoria, o autor destaca que:

O capitalista não produz a mercadoria por amor a ela, pelo valor-de-uso que encerra, nem para consumi-la pessoalmente. O produto que o interessa efetivamente não é o produto concretamente considerado, mas o valor excedente do produto acima do valor do capital consumido para produzi-lo. O capitalista adianta todo o capital, sem se preocupar com os papéis diversos que seus componentes desempenham na produção da mais-valia. Adianta igualmente esses componentes, não só para reproduzir o capital adiantado, mas também para produzir, acima dele, um valor excedente. Só pode converter em valor maior o valor do capital variável que adianta, trocando-o por trabalho vivo, explorando o trabalho vivo. Mas, só pode explorar o trabalho, adiantando ao mesmo tempo as condições requeridas para se efetivar esse trabalho: meios e objeto de trabalho, maquinaria e matérias-primas, isto é, transformando em condições de produção, soma de valor em seu poder. E só é capitalista, podendo empreender o processo de exploração do trabalho, por ser o dono das condições de trabalho e encontrar o trabalhador que possui apenas a força de trabalho. No Livro Primeiro já vimos que é justamente a propriedade desses meios de produção pelos não-trabalhadores que transforma os trabalhadores em assalariados e os não trabalhadores em capitalistas (MARX, 2010d, p. 59).

Ver-se, portanto, que não há diretamente uma questão moral prioritária no processo de exploração, embora, veremos mais adiante, as questões da cultura e dos valores sejam importantes para sua reprodução, ampliação e complexificação.

Pensando nisso, recuperando o debate da ontologia do ser social e da categoria alienação, desvelamos as particularidades da sociedade burguesa, mas também pudemos observar que os processos das opressões estiveram articulados de forma direta com a dominação exploratória em diversos momentos da humanidade, como nas determinações do modo de produção escravista, onde cultura e coerção sublinhavam as desigualdades diante de estrangeiros, prisioneiros de guerras, etnias ou castas distintas ou mesmo a partir da desigualdade de gênero forjada na divisão sexual do trabalho, elemento fundante da sociedade patriarcal.

Na complexidade moderna, se a exploração é conduzida numa objetividade explícita,

a lógica da opressão permanece fenomenicamente transpassada por uma não linearidade objetiva, interposta na subjetivação do ser social e por sua experiência na vida cotidiana. Em primeira instância, a opressão, portanto, é determinada nos processos de dominação, desigualdades, hierarquizações, violências e suas diversas formas de manifestações naturalizadas com o conjunto de regras, valores e costumes que afirmam as possibilidades de manutenção da estrutura social centrada na exploração. No entanto, esta última, também alimenta sua substância na opressão, constituindo uma complexidade produtiva de alienações autofágicas.

A unidade exploração-opressão na sociedade do capital se estabelece com mediações capciosas, obscurecidas na equivalência do mercado, na emancipação política do projeto burguês e nas determinações ideológicas que amortecem a visibilidade da sua essência, expandindo as nuances dos aspectos valorativos para além da esfera do trabalho e se manifestando também no interior das classes antagônicas.

A sociedade burguesa, que atinge seu apogeu revolucionário imbuído do arcabouço iluminista, centrada na sua visão racionalista, humanista e de ruptura com modelos de conservação de aspectos tidos como “não civilizados”, não foi capaz de superar as opressões e não o fez não por um suposto e eventual erro estratégico, mas por ter em seu cerne a base do processo de exploração. Esta base atinge um patamar mais complexo, capaz de impulsionar possibilidades de produção para toda a humanidade, mas, a partir de sua organização, absorve, aprofunda e metamorfoseia as opressões historicamente construídas para assimilar condições de maiores taxas de lucro.

Em *O Capital*, Marx apresenta os processos de exploração e opressão da classe trabalhadora a partir da forma madura da sociedade burguesa. As tendências pressupostas em Marx, são confirmadas neste modo de produção, sobretudo, partir de sua fase monopolista e imperialista, onde se apresenta a sua hegemonia em todos os espaços da vida social, determinando os processos de exploração da força de trabalho, afirmando os processos de opressão em caráter universal e em suas particularidades, determinando que, no estágio de desenvolvimento dessa forma de produção e reprodução social, a perspectiva revolucionária é a única possibilidade de superação desses processos.

Por tudo isso o debate sobre a unidade exploração-opressão é espinhoso. As reflexões sempre necessitam de atenção para que não se vulgarize duas categorias complexas que se articulam e se entremeiam resguardando sua unidade com diferenças. Nessa tentativa Taddei (2014) busca sintetizar:

No tocante aos mecanismos da exploração e da opressão, pode-se dizer que a exploração é um fenômeno da infraestrutura, ou seja, um fenômeno de ordem econômica, que tem por consequência a divisão da sociedade em classes sociais. Já a opressão, é um fenômeno da superestrutura, de ordem político-cultural, que tem por resultado a negação da vocação ontológica do ser humano de ser mais. Ressalte-se, entretanto, que eles se relacionam e se influenciam reciprocamente, em uma perspectiva de totalidade (p.78).

Embora seja um ponto de partida interessante, tal definição precisa ainda do cuidado com as suas mediações. A separação infraestrutura e superestrutura é reducionista quando percebemos o complexo da reprodução social, sobretudo, quando desvendamos o ser social em suas práxis constitutivas, sendo o trabalho sua dimensão fundante, mas potencializando e sendo potencializada pela complexidade processual, dinâmica, contraditória e histórica de todas as práxis que se realizam. A articulação histórica entre o processo de exploração e as diferentes opressões e suas formas de materialização na sociedade do capital precisam ser demasiadamente aprofundadas para que não caiamos em esparrelas estruturalistas.

Isto posto, na análise específica da categoria opressão pela teoria de Paulo Freire, Taddei recupera as reflexões mais estruturadas sobre o termo. Esse parece um princípio interessante, pois a *heterodoxia* teórica freiriana⁵⁷ produz uma construção centrada na opressão como uma categoria mais ampla, fluida, por vezes, imprecisa em sua definição, mas que explicita uma relação de dominação que se espalha em todos os âmbitos de uma sociedade desigual, conduzindo, inclusive, as determinações materiais. Portanto, essa síntese evidencia o processamento relacional da exploração do trabalho e de sua estrutura que rebaixa a “vocação humana” de uma construção emancipatória:

[...] Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada. A desumanização, que não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do “ser mais”. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a

57“Eu fui, na minha juventude, ao camponês e ao operário da minha cidade, movido pela minha opção cristã. Que eu não renego. Chegando lá, a dramaticidade existencial dos homens e mulheres com quem eu comecei a dialogar me remeteram a Marx. Eu fui a Marx por isso. E, indo a Marx, eu comecei a me surpreender com alegria por ter encontrado Marx entre os camponeses e entre os operários. Comecei a ver uma certa radicalidade original do pensamento marxista lá na área camponesa, de analfabetos. Então comecei, pensei, puxa, esse cara é sério! Não quero dizer que hoje sou um “expert” em Marx, ou que sou um marxista. Por uma questão até de humildade. Eu acho que é muito sério dizer que alguém é marxista. E a mesma coisa em relação à minha opção cristã. Eu sou um homem à procura de tornar-se um cristão. Em última análise, devo dizer que tanto a minha posição cristã quanto a minha aproximação a Marx, ambas jamais se deram ao nível intelectualista, mas sempre referidas ao concreto. Não fui às classes oprimidas por causa de Marx, fui a Marx por causa delas. O meu encontro com ela é que me fez encontrar Marx e não o contrário. (FREIRE, [s.d.] apud LEITE, 1979, p. 74-75).

desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores a esta, o ‘ser menos’ (FREIRE, 1987, p. 30).

Em Freire, a opressão pressupõe dominação, hierarquia e valores desumanizados. Sua superação pressupõe luta social, resistência criativa historicamente marcada pela desnaturalização da desumanização, pela construção popular de novos valores sem o cerne da desigualdade, por uma disputa de consciências que se realize na construção da vida concreta dos oprimidos.

A dialética oprimido-opressor desenvolvida na análise freireana é composta por diversas aspirações constitutivas do materialismo histórico e dialético e do humanismo cristão crítico⁵⁸. Há nessas formulações inegáveis construções voluntaristas em sua busca da prática pedagógica imediata, construída num processo histórico particularmente desafiador do capitalismo brasileiro. Em suas formulações teóricas mais rigorosas, Freire busca entender o processo de formação da consciência do indivíduo, sua relação com a práxis educativa, desvendando as condições materiais determinantes na dinâmica de perpetuação da naturalização das condições sociais ou da construção crítica de uma consciência desveladora da opressão, partindo da vida concreta e, demonstrando a dialética opressão-libertação na práxis educativa como uma totalidade, numa “luta incessante de recuperação de sua humanidade” (1987, p.17).

Por seu interesse transformador, Freire consegue alcançar a dinâmica de desumanização mútua constitutiva das relações de opressão:

A violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, roeste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos. Por isto é que o poder dos opressores, quando se pretende amenizar ante a debilidade dos oprimidos, não apenas quase sempre se expressa em falsa generosidade, como jamais a ultrapassa. Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua ‘generosidade’ continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A ‘ordem’ social injusta é a fonte geradora,

58“*A verdadeira humanização do homem há de ser realizada na história e não na interioridade da consciência. Se a realidade impede o homem de se humanizar, a ele cabe mudar a realidade. Estou convencido da enorme tarefa que nós, cristãos temos para realizar neste campo, desde que sejamos capazes de superar os mitos idealistas e participar na transformação revolucionária em vez de continuar negando a contribuição importante de Marx. Nem Marx, é responsável pela escravidão do homem e nem Cristo é responsável pela nossa covardia*” (FREIRE, TORRES, 1979, p.89).

permanente, desta 'generosidade' que se nutre da morte, do desalento e da miséria (FREIRE, 1987, p. 16-17).

As relações de desumanização presentes numa lógica desumanizada produz no ser social uma consciência reificada, onde, a instância superficial de reação à sua condição desumanizada é a busca da posição do sujeito que o oprime. O autor vai demonstrar que a naturalização da opressão desenvolve uma dinâmica de retroalimentação alienada, atravessando a subjetividade, impulsionando valores sociais do "ser menos", isto é, da desumanização como o modelo de pseudo realização humana de sua identidade genérica.

Na outra ponta da relação, o opressor também se desumaniza, naturalizando a coisificação do outro, rebaixando sua própria humanidade, reificando seus sentimentos, práticas e aspirações. Nessa relação, se a consciência do ser dominador avança numa busca pela desnaturalização de sua condição, este momento só se realiza numa práxis emancipatória que rompa com seu status e aponte para a ruptura estrutural do status quo, sem isso, ela sucumbe em uma constatação frígida e abstrata:

Descobrir-se na posição de opressor, mesmo que sofra por este fato, não é ainda solidarizar-se com os oprimidos. Solidarizar-se com estes é algo mais que prestar assistência a trinta ou a cem, mantendo-os atados, contudo, à mesma posição de dependência. Solidarizar-se não é ter a consciência de que explora e 'racionalizar' sua culpa paternalisticamente. A solidariedade, exigindo de quem se solidariza, que 'assuma' a situação de com quem se solidarizou, é uma atitude radical (...) O opressor só se solidariza com os oprimidos quando o seu gesto deixa de ser um gesto piegas e sentimental, de caráter individual, e passa a ser um ato de amor àqueles. Quando, para ele, os oprimidos deixam de ser uma designação abstrata e passam a ser os homens concretos, injustiçados e roubados. Roubados na sua palavra, por isto no seu trabalho comprado, que significa a sua pessoa vendida. Só na plenitude deste ato de amar, na sua existência, na sua práxis, se constitui a solidariedade verdadeira." (FREIRE, 1987, p. 19-20)

Desvendando o caráter alienado da opressão como uma relação complexa, Freire avança em descrições fundamentais, realizando uma conceituação pouco retomada nos debates sobre as opressões. Reconhecer esses princípios nos ajuda a avançar no debate, entendendo também que o debate freiriano carece de um desenvolvimento mais acurado dos processos materiais que identificam a distinção qualitativa da opressão e da exploração para, por fim, explicitar as condições de unidade dialética, percebendo os nexos causais para seu enfrentamento sem recair em dimensões idealistas, práxis voluntaristas ou somente de resistência particular.

Nesse sentido, sua preciosa construção teórica, por ser difusa, afrouxa a precisão categorial. Freire sempre deixou evidente que sua formulação pedagógica politicamente orientada não subestimava o debate teórico, mas tinha o interesse fundamental

pela objetividade transformadora de um princípio educativo orgânico nas classes populares. A condição eclética florece sua contribuição de potencialidade prática em adjetivos voluntaristas, mas também se expressa em poucas mediações teoricamente estruturadas entre o que se chama de opressão e o que é a categoria exploração.

É preciso aprofundar essa caracterização em sua materialidade, saindo da valoração “do amor, do ódio, da solidariedade ou do egoísmo” em conceitos abstratos, demonstrando o caráter estrutural oriundo da propriedade privada, realizado no antagonismo de classes e estruturado na formação histórica heterocispatriarcal e racista, coloca o debate das opressões com os pés na concretude da sociedade da exploração e o seu enfrentamento por um projeto radical e unitário de ruptura com seus fundamentos predominantes.

A categoria exploração da força de trabalho tem em seu cerne um estágio material ancorado nas relações de produção e na forma como elas expõem suas determinações para os sujeitos que a vivenciam. O processo de exploração resguarda objetividade e identidade com a forma como a sociedade produz e socializa a riqueza social.

A predominância do fator objetivo da categoria exploração não retira dela suas expressões subjetivas e tudo que decorre dessas manifestações no campo das particularidades e nas relações cotidianas.

A produção capitalista, que essencialmente é produção de mais-valia, absorção de trabalho excedente, ao prolongar o dia de trabalho, não causa apenas atrofia da força humana de trabalho, à qual rouba suas condições normais, morais e físicas de atividade e de desenvolvimento. Ela ocasiona o esgotamento prematuro e a morte da própria força de trabalho. Aumenta o tempo de produção do trabalhador num período determinado, encurtando a duração da sua vida (MARX, 2010, p. 307).

Por sua vez, a complexidade do ser social no capitalismo que, paulatinamente cria mediações mais desenvolvidas na dinâmica entre produção material e reprodução social, joga o caráter da opressão privilegiadamente concentrado na esfera da reprodução que, assim sendo, reflete uma dimensão subjetiva pujante. Outrossim, esta dimensão não exclui desta categoria as suas características objetivas, posto que elas incidem também nas alternativas socialmente existentes no processo de exploração.

Na unidade dialética exploração-opressão a prioridade social do modo de vida burguês na subsunção do valor de uso pelo valor de troca é tão somente a condição econômica dessa mesma determinação do trabalho concreto para o trabalho abstrato e, em instâncias mais complexas de análises, a condição material que direciona todas as relações sociais pela via da alienação.

Por isso, enquanto a exploração tem uma conceituação definitiva, ainda que se

expresse com particularidades, a opressão preconiza uma plasticidade singular em sua realização. Se o que encobre a exploração é a equivalência do mercado via trabalho assalariado, a opressão a atravessa e é mascarada por processos de naturalização da desumanização, sufocando a potencialidade ontológica da diversidade humana, conformando aceitação da coisificação do ser numa legalidade abstrata que formaliza a liberdade sem sua materialização. Assim, a alienação é a base constitutiva e também a mediação da dinâmica exploração-opressão, constituindo um complexo alienado.

Como apresentamos no ponto de análise da ontologia do ser social, é possível constatar que a opressão é historicamente anterior à exploração moderna, sendo uma construção lenta e não linear do amadurecimento da alienação socialmente desenvolvida nos marcos históricos de baixo desenvolvimento das forças produtivas em sociabilidades com estágios muito aproximados das barreiras naturais, conduzindo sua realização total no advento da propriedade privada.

Por isso, podemos afirmar que em modos de produção rudimentares de apropriação privada, no advento da exploração de um ser humano por outro, a opressão resguardou um grau de identidade com a exploração, pois produção e reprodução social constituíam uma realidade de poucas mediações. O desenvolvimento histórico processou a opressão como substância da exploração nos moldes da dominação patriarcal e escravista.

Já na sociedade do capital, a unidade exploração-opressão é uma unidade mediada de não-identidade. A conjunção reprodutiva da sociedade burguesa, baseada em suas condições de produção, promove a emancipação política e a subjetividade jurídica⁵⁹ como fios condutores de uma complexidade socialmente necessária que transforma radicalmente a exploração-opressão em unidade de contrários.

A realização de exploração e das opressões caminham em linhas paralelas que diferente da matemática não se encontram apenas no infinito, mas que se processam em trajetórias tortuosas que se inter cruzam, ora sublinhando uma sobre a outra, tomando contornos de destaque, ora se distanciando em espaços enormes no campo da aparência, num processo tão complexo que suas mediações parecerem inexistentes.

59“O capital é historicamente concentrado nas mãos dos homens, cabendo à mulher o papel estrutural de guardadora do núcleo familiar responsável pelas mínimas condições de existência do trabalhador e de reprodução da mão de obra. As relações de gênero são estruturadas pela dinâmica de classes do capital. A homofobia é uma técnica de contenção, controle e direcionamento dos prazeres e de apoderamento relativo de grupos, alimentando ainda o patriarcado. A noção de raça superior está em conexão direta com a posse do capital ou com a depreciação do concorrente. A deficiência é considerada disfuncional e a feiura é indesejada no mercado que permeia os corpos” (MASCARO, 2013, p. 67).

A unidade de contrários, própria de uma reprodução desigual sob o mascaramento da igualdade formal, promove fenômenos diversos de contradições e complexidades que aparentemente destoam da essência unitária, mas que a reafirmam em seus princípios fundamentais. Por exemplo, um homem da classe trabalhadora que reproduz práticas de assédio e é explorado numa empresa que é propriedade de uma mulher da burguesia. Esta relação resguarda o elemento predominante de classe sem excluir fatores subjetivos de possibilidade de reprodução do machismo, por parte do homem. A objetividade da exploração é superficialmente oposta às opressões que, no campo imediato, sugerem sua circuncisão cultural, mas que, na concretude, a objetificação do corpo de uma mulher tem seu fundamento nas particularidades do heterocispatriarcado, ao mesmo tempo que tem determinações ontológicas no âmago da desumanização sobreposta na condição material de exploração.

Na mesma lógica contraditória, um homem negro da classe trabalhadora pode reproduzir práticas machistas, desumanizando o ser mulher no mesmo espaço onde tem sua condição humana desumanizada por sua identidade étnico-racial e por sua posição de classe. Uma mulher burguesa que sofre uma expressão do machismo não deixa de ser da classe dominante e, ser desta classe, no entanto, também não apaga a violência sofrida.

O ponto fundamental é que, a instância particular de realização do processo de dominação, hierarquização, apropriação e violência cumprem ontologicamente a afirmação da alienação, a desumanização do ser humano centrado na forma da posse. Cada ato socialmente construído centrado na forma de desumanização e apropriação do outro realiza a alienação e, assim, reafirma a centralidade reprodutiva na propriedade privada como núcleo moral das relações subjetivas ao mesmo tempo que é o elemento predominante da produção social.

Voltaremos à questões como essas logo mais, porém, desde já, importa frisar que a predominância do trabalho abstrato como momento prioritário da desigualdade do capital define, também, a visibilidade das violências, as condições de enfrentamento particular entre os sujeitos envolvidos imediatamente no fenômeno, além das possibilidades e limites desses indivíduos, ampliando ou diminuindo alternativas, possibilidades de atuação e de desenvolvimento de uma consciência crítica ou naturalizadora da relação alienada.

Entre o sutil e o hostil, entre o moral e o legal, entre o material e o espiritual a desumanização vai atravessando o cotidiano do tipo humano burguês, passando pela subjetivação de todas as classes, criando identidades desumanizadas, rebaixando a diversidade em condições de desigualdade e reafirmando a centralidade do lucro em todas as dimensões da vida na particularidade histórica da sociabilidade da mercadoria. A relação

contraditória capital-trabalho, questão fundamental do capitalismo, forja e é forjada em objetivações e subjetivações alienadas.

Nesse processo, se a objetividade da exploração do trabalho tem mediações explícitas no capitalismo, a opressão é fomentada em um complexo alienado, construído historicamente e quem tem base material onde se promove dominação, apropriação, coisificação e desumanização de seres humanos, estruturando relações interpessoais desiguais, processos de violências em suas diferentes formas, valores sociais desumanizados e desumanizadores que determinam essas expressões, sendo elas fundamentais para as práxis sociais, complexos e instituições dos modos de vidas hegemonzados pela lógica da propriedade privada.

A opressão é, portanto, uma dimensão que tem sua essência ligada à exploração, mas que não necessariamente se manifesta diretamente nesta. Se em sociabilidades distintas a apropriação produtiva e as opressões se realizavam em aspectos mais ou menos diretos, no capitalismo, há um enredamento capcioso, contraditório, dinâmico e flutuante que permite que os processos de exploração e de opressão se manifestem com relativa autonomia. Essa possibilidade permite que, em tempos históricos, territórios, culturas e conjunturas diferentes, o capital promova a quase identidade entre a exploração e algumas das diferentes formas de opressão. Em contrapartida, essa condição propicia que em outras ocasiões, particularidades, espaços e conjunturas, essa unidade fique obscurecida pelas mediações, pela naturalização ideológica, pela funcionalidade material ou pela necessidade de recuo burguês e realização de concessões liberais diante da pressão política dos sujeitos explorados e oprimidos.

Nessa dinâmica plástica das mediações da unidade exploração-opressão, os exemplos sintetizados no processo de alienação colonial são emblemáticos. No processo de colonização há, ao mesmo tempo, a formulação do ideário liberal nas metrópoles e a perpetuação dos complexos que naturalizam a identificação entre a opressão racista e patriarcal com a potencialização da exploração, possibilitando a formação do trabalho livre em um território, enquanto intensifica a exploração forçada e a normalização da violência institucional em outro. O que aparece como uma incoerência liberal é, na verdade, a contradição que a constitui.

Na dinâmica da unidade contraditória, da continuidade na descontinuidade e da retroalimentação da alienação, poderíamos sintetizar características da opressão moderna em cinco pontos:

1. Toda opressão é real e, portanto, não é uma mera percepção dos sujeitos que se relacionam. A constituição das opressões está no conjunto de formas de alienação

socialmente construídas que tornam as diferenças humanas como fatores de desigualdades, alinhando singularidades sobre a base material reproduzida em valores e práticas desumanizadoras para a apropriação privada de sujeitos coletivos e individuais, coisificando corpos, culturas, identidades e suas formas de existir. Por isso, mesmo que ela exista prioritariamente na reprodução social, a opressão é uma categoria real, concreta, socialmente construída, que tem sua essência na base material.

2. Toda opressão é relacional. Uma relação que é coletiva, no complexo de produção e reprodução social, mas que é também interpessoal. Uma relação da estrutura social com os indivíduos, com função social de conservação da sociabilidade existente, realizando complexos que ampliam ou diminuem as possibilidades individuais de existência e, por fim, é uma relação de sujeitos individuais desiguais, forjando identidades desiguais. A opressão pressupõe hierarquização naturalizada, reforçada e estruturada socialmente. Essa naturalização perpassa pelo binômio coerção-consenso, resguardando, ao mesmo tempo, o caráter violento material e a sua substância ideológica.

3. Toda opressão é uma relação de poder. Sendo conduzida por determinações assimétricas, a opressão existe porque tem função social e, por isso, se constitui objetivamente nos complexos e instituições sociais e na formação das subjetividades, desenvolvendo processos de relações de controle que organizam cotidianamente as contradições sociais para uma direção de conservação da estrutura social hegemônica.

4. Toda opressão é uma forma de realização da alienação do ser social. Espalhada por todas as relações, a unidade exploração-opressão, se desenvolve na coisificação, apropriação, dominação, controle, hierarquização e autoridade, atravessando a subjetividade do ser social em sua particularidade burguesa, construindo, inclusive, a ideia naturalizadora da impossibilidade de superação dessas formas de relações alienadas.

5. Por tudo isso, toda opressão é uma expressão do complexo alienado de sua unidade dialética com a exploração. Ainda que sua expressão não esteja imediatamente posta numa hierarquia de classe, a desumanização prática e simbólica de um ser humano é um processo realizador da alienação.

Como exploração-opressão é uma unidade mediada, o não reconhecimento desta essência é também uma expressão de alienação, pois mistifica a realidade, conduzindo enfrentamentos meramente simbólicos ou rasteiramente economicistas. Dessa maneira, qualquer leitura da realidade capitalista somente pelo trabalho assalariado é uma análise também conservadora, posto que resguarda uma percepção diminuta, tanto do que é a luta de classes, quanto da complexidade da reprodução ampliada do capital e da perpetuação dos

seus valores alienados.

O não enfrentamento radical das diversas formas de opressões é o não enfrentamento das diversas formas de alienação. O não enfrentamento da alienação é o não enfrentamento da lógica da propriedade privada e, portanto, é o não enfrentamento do capitalismo. Da mesma forma, o não enfrentamento da estrutura centrada na propriedade privada dos meios de produção é o não enfrentamento da essência das opressões. Por isso, não há enfrentamento radical das opressões sem um projeto social anticapitalista.

O hiperfoco cultural-particularista é a expressão do fetichismo alienador do liberalismo burguês; o hiperfoco economicista é a expressão do pragmatismo racional-abstrato de mesma raiz modernizadora, ambos são reflexos da naturalização do capital e de seu *ethos*. Se a realidade não é um mero conjunto de ideias e significados, o enfrentamento das questões concretas não é o enfrentamento de seus conceitos ideais. O combate à exploração do trabalho é uma dimensão material objetiva, mas não se chega a ela sem dimensões táticas fundamentais que perpassam pela disputa subjetiva da classe trabalhadora, da ampliação das condições de luta e da organização dos sujeitos que a constitui, realizando, sobretudo, a resistência para ampliar suas condições de vida, desnaturalizando sua desumanização que perpassa todas as formas de opressão.

Em suma, não se combate à exploração de mais-valia sem buscar criar condições para combater a lógica da posse que constitui a exploração e os valores que a balizam. Sem a construção de condições objetivas – como alto desenvolvimento das forças produtivas – e das condições subjetivas – consciência de classe para si e a organização política revolucionária - qualquer ideia de superação da exploração é um idealismo abstrato.

Como a construção subjetiva não pode ocorrer com a naturalização de relações desumanizadas, ela precisa necessariamente enfrentar a concretude cotidiana das opressões. Sem a decisão desses sujeitos em agir para a superação estrutural do capital não há condições subjetivas para a revolução e sem subjetividade revolucionária o amadurecimento e sofisticação das forças produtivas não emancipam ninguém, só podem gerar lucro e, portanto, alienação.

Por isso, é uma forma de reprodução alienada abstrair e não reconhecer as expressões de opressão no interior da classe trabalhadora, dos complexos sociais que a atravessam e das instituições que organizam seu processo de reprodução e formação subjetiva. Se é um dado concreto da realidade a estratificação de parcelas da classe, se há um processo de reprodução alienada que desumaniza sujeitos diferentes da mesma classe social, se esses constituem relações de apropriação, dominação e coisificação, reproduzindo em

dimensões particulares a lógica da propriedade privada que fundamenta o capitalismo, combater toda e qualquer expressão de alienação é um enfrentamento político de potencial emancipatório.

Já demonstramos que afirmar a unidade exploração-opressão não sugere um processo de identidade entre exploração e opressão. Tal constatação urge a busca das mediações que se articulam e se apresentam, ora diretamente ligadas, ora constituídas de processos outros não necessariamente da esfera produtiva, mas que reproduzem no campo dos valores e das relações interpessoais uma dimensão de desumanização, de coisificação do outro, um processo de rebaixamento daquele ser humano que é tido como um ser desigual, menos humanos, desumano, coisa.

Colocarmos a materialidade das desigualdades de raça/etnia, gênero/sexo e de sexualidade em unidade com as questões da classe trabalhadora demonstra que o debate das opressões não é algo superado e nem necessariamente centrado no idealismo. Revela desde a funcionalidade produtiva para a sociabilidade burguesa até o seu cerne, a sua dimensão ontológica numa lógica de apropriação, manifesta na reprodução social reforçadora da naturalização das desigualdades.

Como já demonstramos, o fundamento da categoria trabalho não é um sufocamento economicista, mas a identificação da realidade histórica da potencialidade humana que supera as barreiras naturais, promovendo a criação do novo, a realização da diversidade e constatação da capacidade de ultrapassar o que está dado e o que está posto, em novas alternativas sociais. O rebaixamento dessas condições para fins de apropriação privada é a chave para sua transmutação na capacidade de subsunção da criatividade, da inventividade, da coletividade e da diversidade em dominação, desigualdade, coisificação e violência, em suma, exploração-opressão.

Fica evidente que pensar a estrutura do capitalismo, reconhecendo o heterocispatriarcado e o racismo como alicerces para a esteira do que realizou a dominação de classes e o *ethos* produzido no liberalismo e no imperialismo burgo-europeu é uma condição central. Este é o princípio da totalidade que precisa acompanhar os passos constitutivos de uma complexidade maior.

Não basta somente reconhecer que não existiu capitalismo sem racismo, deferir a determinação histórica da escravidão ou demonstrar a funcionalidade da jornada contínua do trabalho feminino para a ordem do capital. É importante, mas não suficiente, admitir e explicar a funcionalidade das opressões para reprodução social do capitalismo. Não basta que critiquemos a ideia estruturalista que reproduz as análises de uma classe social abstrata. Tudo

isso precisa de um fundamento ontológico e é ele que aponta o cerne do processo da desumanização e das relações desumanizadas centradas na alienação.

As particularidades históricas e, sobretudo, a complexidade do ser social, revela que esse debate precisa da análise do seu conjunto unitário. Como já demonstramos, esta constatação sedimenta o fundamento preambular dos argumentos presentes nos diferentes estudos que focam nas opressões existentes na realidade complexa da sociabilidade do capital.

4.2.1. “Auri sacra fames” ou Para a crítica da economia política da exploração-opressão

*O ouro afunda no mar
Madeira fica por cima
Ostra nasce do lodo
Gerando pérolas finas
[...]Auri sacra fames (me contaminou)
Fome do ouro (me contaminou)
Fome do Ouro*

*Don L
Auri sacra fames*

Mulheres, negros, LGBTQIA+, indígenas, imigrantes e toda a classe trabalhadora vivenciam um presente demarcado historicamente por processos que estruturam a complexidade alienada que determinam suas condições de vida, trabalho, resistência e sobrevivência. Não se entende a história do Brasil, da América Latina ou dos explorados e oprimidos do mundo moderno sem a inserção de suas determinações no desenvolvimento da sociabilidade capitalista. As contradições vivenciadas, os limites e as possibilidades, os processos desenvolvidos no passado e as desigualdades e resistências do presente só podem ser reconhecidas em seus fundamentos ontológicos se categorizamos a unidade exploração-opressão e suas complexas formas de seguir no curso da história.

Quando em 1881, Chico da Matilde, um jangadeiro natural de Aracati-CE, liderou seus companheiros numa empreitada que impediria a embarcação de pessoas escravizadas no porto de Fortaleza-CE, encerrando a exportação desumanizada e disparando o movimento que culminou na abolição da escravidão na província, em 1884. Quando então depois seguiu viagem em protesto com a jangada *Liberdade* para a capital Rio de Janeiro-RJ, Chico, o Dragão do Mar, navegava em mares da contradição brasileira que ainda tratava violentamente a resistência dos oprimidos, buscando perpetuar sua lógica de amortecimento das mudanças, mesmo nos marcos constitutivos de uma sociedade fundada para a lógica do

capital.

Aquele ato, indicando um momento emblemático de uma luta social que já se processava há muito tempo e que ainda haveria de permanecer existindo em formas distintas, foi um marco importante, anterior à legalidade do 13 de maio de 1888, e posterior aos séculos de organização da resistência que passaram por nomes como Tereza de Benguela e Zumbi dos Palmeares na luta por sobrevivência dos negros nas terras coloniais.

A modernização brasileira demarcava um processo em que o ser humano que deixava de ser tratado explicitamente como coisa ainda passaria a vivenciar sua desumanização pelo racismo moderno renovado na estrutura assalariada. Uma modernização que nem mesmo buscou absorver a população escravizada em seus moldes do liberalismo clássico e, sobretudo, processou um conjunto de determinações que cotidianamente ainda demonstram que, na universalidade do modo de produção capitalista, se estamos no mesmo mar da unidade exploração-opressão, as embarcações que aqui navegam têm tamanhos e estruturas diversas. Os navios e iates seguem imaculados enquanto os botes e as jangadas, inclusive, a “Liberdade”, permanecem tendo que resistir sobre o agito das conjunturas e as profundezas da estrutura da exploração.

Naquele mesmo ano de 1881, Cândido Mariano da Silva Rondon iniciava sua carreira militar no 3º Regimento de Artilharia à Cavalo de Cuiabá, inaugurando uma jornada que o levaria ao título de Marechal e uma carreira de "desbravador" sertanista do cerrado e da Amazônia, conduzindo um processo de desenvolvimento modernizador pela construção de linhas telegráficas, a mando do governo republicano no início do século XX⁶⁰, edificando uma imagem mitológica de um militar que humanizara o seu tratamento com os indígenas.

As boas intenções do militar, adepto da igreja positivista, em integrar os indígenas à “civilização”, sendo um projeto unilateral, recheava seu humanismo das contradições próprias do desenvolvimentismo burgo-eurocêntrico. Esta última questão ultrapassa a identidade individual, perpassando pela herança colonial, realizando um processo

60Marechal Rondon (Santo Antônio de Leverger, 1865 – Rio de Janeiro, 1958) foi engenheiro militar e sertanista brasileiro, conhecido por dirigir o Serviço de Proteção ao Índio, defendendo a criação do Parque Nacional do Xingu. Inúmeras são as homenagens e reconhecimento dos feitos de Rondón no Brasil e, especialmente, em Mato Grosso: “Em 1907, em reconhecimento ao seu valoroso trabalho, recebeu o convite do então presidente da república Afonso Pena para estender as linhas telegráficas até o Amazonas e o Acre. Foi nomeado chefe da “Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas”, que mais tarde ficou carinhosamente conhecida como “Comissão Rondon”. Mais uma vez adentrou o sertão, tendo agora pela frente uma vasta e quase inexplorada área do Brasil central. Nessa empreitada Rondon acabou encontrando maiores dificuldades, devido às grandes distâncias a serem percorridas e à presença de tribos indígenas ainda hostis e arredias. A Comissão Rondon construiu 2.270km de linhas telegráficas e 28 estações telegráficas, realizou o levantamento de 50 mil quilômetros lineares de terras e de águas, determinou mais de 200 coordenadas geográficas, inscreveu na cartografia brasileira 12 rios, até então desconhecidos, e corrigiu informações sobre o curso de outros tantos” (SEFAZ-MT, 2008). Para conhecer mais os limites, contradições e avanços da atuação de Rondon na política indigenista ver Bigio (1996, 2007)

de rebaixamento do ser indígena que vai se agudizando por todo o século XX, amadurecendo nos anos de ditadura civil-militar após 1964, onde o desenvolvimento da Fundação Nacional do Índio (1967) demarca o fim de qualquer comisseração voluntarista abstrata, estruturando a permanente dilapidação dos povos originários.

Esse processo fica ainda mais evidente quando analisado numa contradição mais ampla da destrutividade orgânica ao capitalismo dependente, sobretudo, quando se busca a reflexão dos oprimidos diante do processo de modernização brasileira:

Se fosse um daqueles mitos antigos, a gente iria dizer: estava programado que um dos três sujeitos fundadores do mito tinha que desaparecer, mas por alguma razão, por algum dispositivo, esse sujeito, o índio, teve uma erupção. E ele apareceu na cena da história política do Brasil só no final do século XX, porque até as décadas de 1950, 1960, esse sujeito estava totalmente sepultado. Tanto que o Darcy Ribeiro (1977), numa prancha do livro *Os índios e a civilização*, diz que os povos Krenak, Aimoré, Tremembé estavam extintos. Durante a colônia inteira ficou aquela ambiguidade, e penso que nem era prioridade naquela hora acabar com os índios. Quando se inaugura a República, todos os bandeirantes, caçadores de índios, vieram para dentro da República e criaram o Serviço de Proteção ao Índio. Apesar de todo o culto que é feito à memória do Marechal Rondon, eles eram exatamente aqueles que trouxeram os índios ao estado de extinção. Quando chegam as décadas de 1930, 1940, 1950, praticamente toda a literatura produzida no Brasil já declarava os índios extintos (KRENAK, 2020, p. 3-4).

Recuperando o debate que realizamos no primeiro capítulo, sabemos que a entrada brasileira nos mares do capitalismo maduro não foi um acidente de percurso. Nossa particularidade realiza os fundamentos da desumanização do capital e pertence à sua essência de alienação. Ainda hoje as canoas da invisibilidade permanecem sobre as águas do Rio Cuiabá e de tantas outras correntes que cortam a Amazônia, o Pantanal e dos mares que testemunham a permanente dilapidação da terra, dos territórios, das comunidades e suas identidades em nome do progresso do capital.

A “*auri sacra fames*” (maldita febre do ouro) materializa uma história de conflitos, de violências e expropriações constitutivas da formação capitalista nos territórios colonizados, mas que tem a essência fundamental do modo universal da estrutura burguesa. O que aparece em valores morais de egoísmo, ganância, perversidade ou qualquer juízo de valor quando olhamos para a violência da formação social do capitalismo dependente são somente a realização explícita da naturalização desumanizada que constitui a ideologia burguesa em seu processo de dominação e na estruturação universal de seu *ethos*. Não se entende a sociabilidade capitalista apartando o seu desenvolvimento clássico dos processos fundamentais construídos nos territórios colonizados, na dominação imperialista e nas condições estruturais da exploração-opressão.

O que nos aparece como valores desumanizados anacrônicos, dimensão do passado, uma circunstância histórica ou como episódios superados são dimensões profundas da condição permanente da unidade exploração-opressão em suas mediações mais agudas, explicitando as contradições civilizatórias da estrutura social do mundo da mercadoria e da composição orgânica da força de trabalho que realiza sua substância.

Desvendar a historicidade, a dinamicidade e as particularidades do capitalismo não é uma tarefa simples. Da passagem do século XIX para o XX até as primeiras décadas do terceiro milênio, um conjunto de complexidades e manutenções enraízam a perseverança da unidade exploração-opressão objetificando pessoas, apagando histórias, alienando a essência do modo de produção que detêm sua centralidade no lucro e, por isso, na posse, na troca, na desigualdade enquanto sua essência alienada.

A história do Brasil e do mundo moderno está para além dos indivíduos, dos mitos, dos heróis e de suas contradições, feitos e desfeitos. Ela é mais complexa, não-linear, superando datas, marcos e análises superficiais. A história é também a práxis realizada no presente. O elemento fundamental da totalidade que coloca as questões particulares na realização do capitalismo internacional é um fundamento importante para ultrapassarmos as questões fenomênicas em busca do que é essencial.

Pensar a economia política e a unidade exploração-opressão é desvendar a lógica da exploração e de como as opressões determinam processos distintos de sua realização no mundo do trabalho. Por isso, pensar os nexos constitutivos da exploração da força de trabalho no mundo do capital é perpassar pelos nexos causais de sua reprodução social.

A unidade alienada que realiza a exploração-opressão é determinada num conjunto indissociável. Ao mesmo tempo que a centralidade da classe se impõe, seja pelo protagonismo produtivo do trabalho em toda forma de vida humana, seja para sua centralidade formal e abstrata no capitalismo, também se conduz um conjunto de fenômenos constitutivos da sua formação que superam a imediaticidade produtiva. A predominância contraditória que advém do trabalho como dimensão fundante e, hoje, de seu caráter abstrato-desumanizador na particularidade capitalista, só pode ser desvendada em sua totalidade na dimensão unitária com as opressões históricas que estiveram e que permaneceram fincadas na estrutura social burguesa.

Frente à equivalência formal da relação de troca que produz a desigualdade do mais valor há um fracionamento da mercadoria força de trabalho com um elemento definidor para além da lei da demanda-e-oferta universal e do que se reconhece superficialmente do “tempo de trabalho socialmente necessário” como unidade de medida abstrata para sua

reprodução.

A constituição histórica da unidade exploração-opressão heterocispatrilial e racista, componentes da complexidade alienada das classes sociais capitalistas se estruturam na dinâmica pós-colonial do capital-imperialismo atuando nas possibilidades mais intensas de obtenção do lucro via amplitude de mais valia relativa e absoluta, concentrando a desvalorização da força de trabalho dos sujeitos historicamente oprimidos pelo aprofundamento reprodutivo da desumanização de suas identidades.

Os dados estatísticos que trouxemos nos capítulos anteriores apresentam uma desigualdade salarial incontestável por questões de raça e etnia, gênero/sexo e sexualidade, além de questões regionais/territoriais. Se a mercadoria força de trabalho equivale ao tempo de trabalho socialmente necessário é preciso, pois, desvendar os processos de desumanização que transformam sujeitos oprimidos numa condição de uma mercadoria ainda mais desvalorizada

[...] mercadorias em que estão contidas quantidades iguais de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho têm a mesma grandeza de valor. O valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra mercadoria assim como o tempo de trabalho necessário para a produção de uma está para o tempo de trabalho necessário para a produção de outra (MARX, 2013, p. 163).

No desenvolvimento histórico e clássico do processo de separação do espaço familiar e do espaço produtivo, a constituição fabril desenvolve maiores possibilidades de exploração. O rebaixamento do salário das mulheres é a realização da mercadoria força de trabalho feminina como uma sub-mercadoria estruturada na naturalização de sua desumanização histórica. Sua desvalorização é absolutamente realizada no aumento quantitativo da oferta de força de trabalho, qualitativamente possível pela disposição heterocispatrilial, primeiramente, colocando-a como um corpo inapto àquele processo e um sujeito inepto para aquele espaço para, posteriormente, absorvê-la uma mercadoria de menor valor.

No processo histórico de feminização do proletariado e de proletarização das mulheres há um rebaixamento do valor trabalho, atingindo o salário menor para as mulheres, historicamente rebaixadas em todos os espaços, processo que pressiona também, ainda que numa escala menor, a redução do salário masculino, devido a injeção de maior número de pessoas no mercado de trabalho oferecendo sua força produtiva.

Na dinâmica da produção e reprodução, Arruzza ilustra a questão ao tratar da dominação das mulheres e sua composição contínua e permanente de trabalho, seja nas tarefas domésticas não remuneradas, seja no mundo do salário, percebendo que “as relações

de opressão e dominação de gênero determinam o modo e a escala nos quais a carga de trabalho será distribuída, dando lugar a uma divisão desigual: mulheres trabalham mais, enquanto homens trabalham menos. Mas não há nenhuma apropriação de um “excedente” (ARRUZZA, 2015, p. 42).

Já demonstramos que a dominação é uma característica constitutiva da unidade exploração-opressão como um complexo alienado. A naturalização de violências simbólicas, morais, físicas, sexuais vivenciadas em outras dimensões da vida também instrumentalizam as possibilidades de reificação no trabalho abstrato. Um ser que vive com menos direitos é um ser com mais possibilidades de ser explorado. A mercadoria força de trabalho feminina tem o heterocispatriarcado acoplado ao seu valor de uso, num quadro que impõe a naturalização da intensidade maior de exploração, da apropriação dos seus corpos, dos riscos de violências que não ocorrem com os homens da mesma classe em seus espaços de trabalho.

Do outro lado, a proletarização das mulheres as leva ao espaço público sem romper com as amarras do processo reprodutivo invisibilizado no âmbito doméstico dentro da modernidade do capital (BHATTACHARYA, 2017). A jornada contínua de exploração-opressão ganha seu maior grau de realização e amadurecimento quando, enquanto potência e ato, as mulheres são objetificadas, apropriadas, dominadas e hierarquizadas na reprodução social “lato sensu”, ou seja, no mercado de trabalho e no “stricto sensu” da tradicional tarefa alienada da reprodução da força de trabalho que remonta às tarefas domésticas, ao “trabalho” sexual, à procriação e criação dos filhos.

Se no campo aparente, a ideia de igualdade formal abstrai a distinção de gênero/sexo (ou de raça/etnia e de sexualidade), supostamente empregando qualquer sujeito que tenha melhor qualificação para efetuar uma tarefa, com o pagamento por seu trabalho efetuado pelo valor da mercadoria força de trabalho, igualmente determinada pela relação demanda-e-oferta, universalmente posta para todas as mercadorias, essa condição é pulverizada na materialidade da unidade exploração-opressão. Esse fracionamento se realiza demonstrando que na prateleira do mercado há diferenças decisivas que compõem as desigualdades dos seus valores da força de trabalho.

Da mesma forma que a exploração da mais valia não pode ser enxergada pelos economistas clássicos e pelos “econometristas” contemporâneos quando analisam somente a troca equivalente da compra da força de trabalho na equação “tempo de trabalho contratado x valor do salário”, perdendo de vista a produção de excedente e identificando todo seu processo na circulação e não na produção, às desigualdades internas ao trabalho, portanto, internas à dinâmica da classe explorada, não podem ser desvendadas sem dimensionar as

particularidades da alienação que incidem em sua (des)valorização.

Na análise absoluta do “tempo de trabalho socialmente necessário” da mercadoria força de trabalho há um condimento da desumanização que transforma em “tempo de trabalho relativamente rebaixado” os processos sociais direcionados para a força de trabalho de sujeitos da classe que vivenciam as opressões, onde há uma carga de alienação particular, presente no âmbito produtivo e que é escalonada historicamente, reforçada cotidianamente, realizando suas expressões em todos os espaços da vida, como no espaço doméstico, nas relações familiares e nos arranjos afetivo-sexuais até conduzir sua estratificação naturalizada e potencializada de volta às cisões no mundo do trabalho.

O ciclo da complexidade alienada da exploração-opressão embasa as possibilidades de aumento de excedente econômico extraído no âmbito da produção. Se na diversidade dos sujeitos da classe trabalhadora há condições sociais de desigualdades que incidem no trabalho e na vida, onde há grupos com superiores condições de existir enquanto outros são inferiorizados, onde grupos sobrevivem com mais ou menos direitos, onde há parcelas com grandes riscos de sofrerem violência e discriminação em detrimento da maior preservação de outros tantos, isso significa que o tempo e a carga de “trabalho socialmente necessária” demanda graus maiores ou menores de investimento social para a existência de determinados grupos que vendem a força de trabalho.

O tempo de trabalho socialmente necessário de produção da força de trabalho é, por óbvio, definido socialmente pela conjunção das causalidades postas e das teleologias existentes com a finalidade de realizar aquela objetivação, sendo esse processo uma relação social, ele também perpassa pelas construções históricas da alienação. Eis aqui um momento fundamental da reprodução social que, utilizando a lógica predominante da produção, volta-se para ela com uma complexidade que só pode ser desvendada em unidade, atingindo diretamente a capacidade de ampliação de produção de excedente econômico com a exploração potencializada pelas opressões.

As estatísticas que apresentamos de desigualdades salariais; de diferenças no acesso aos postos de trabalho em cargos de gerência ou de maior ocupação em espaços precarizados e atividades insalubres; de maior ou menor garantia de direitos sociais; além de maior carga de risco e sofrimento de violências, preconceitos e discriminações, não são números que caminham tendencialmente em direção aos mesmos sujeitos por coincidência. Para os sujeitos oprimidos inseridos na classe trabalhadora não existe uma desvalorização no mundo do trabalho e uma outra desvalorização em distintos espaços da vida.

Mulheres, indígenas, negros e LGBTQIA+ são seres humanos inteiros, a

desvalorização é também inteira, ela se realiza em sua totalidade objetiva e subjetiva e é retroalimentada nos diferentes âmbitos, confirmada numa dinâmica de reprodução social ampliada e funcional para a dinâmica do mercado. A desigualdade mercadológica impulsiona os riscos sociais enquanto as violências cotidianas ampliam as possibilidades de exploração. A relativa autonomia de cada *locus* é real, mas impossível de quebrar sua dimensão unitária.

As contradições estruturais do capitalismo, a inerência por ampliação imposta na lei geral de acumulação e os seus processos de crise, realizam sua capacidade autofágica que, na sua necessidade perene de crescimento, utiliza de todas as condições possíveis e necessárias para ampliar os meios de exploração da força de trabalho, inclusive em seus diferentes valores de troca por recortes de raça/etnia, gênero/sexo e sexualidade. Este caráter distinto incide na possibilidade de elevação da dinâmica da composição orgânica do capital, desvalorizando ainda mais o trabalho vivo.

Esta dinâmica complexa e pouco trabalhada, mesmo na crítica da economia política marxista, tende a ser tratada como uma interferência artificial na lei do valor e não como uma forma de realização dela que é impulsionada pelo aprofundamento da alienação. É nessa condição aparente que se concentram os teóricos que, buscando entender a funcionalidade desse processo para a lógica do capital-imperialismo, acabam por adjetivar o fenômeno com o conceito de “superexploração” e, este, como um dos pilares da dependência (MARINI, 2005). Nessa seara, embora tais análises descrevam elementos importantes da particularidade do capitalismo, há um problema categorial grave que causa distorções importantes no desvelamento das mediações do ponto de vista produtivo.

A remuneração abaixo do “valor real” do trabalho, isto é, o salário abaixo do valor de uso da força de trabalho é uma condição fundamental e geral do capitalismo que se intensifica e particulariza em espaços, relações e complexos particulares com maiores ou menores mediações. Partindo dessa premissa, o que se chama de superexploração não é uma condição de uma remuneração abaixo do valor de troca da mercadoria força-de-trabalho. Tal condição é, na verdade, a explicitação de que há dentro da força de trabalho valores de troca distintos, particularizados pelas condições de alienação que não estão restritas ao cerne imediato da produção, mas sim, que são construídas historicamente no processo de desumanização da diversidade humana, da coisificação e da lógica da propriedade imbricada em todas as práxis, identidades, territórios, costumes, valores, relações, subjetividades e corpos, agindo para complexificar o processo do capital em práticas de hierarquização, dominação e apropriação que superam o nível da produção, mas o impulsionam a realizar níveis ainda maiores de alienação. Todo esse complexo alienado foi e é a substância do

desenvolvimento da unidade exploração-opressão nos territórios colonizados, sendo cada dia mais ampliado mundialmente, complexificado na revitalização do capital-imperialismo e na sua condição de aprofundamento da dependência.

Como demonstramos, a reprodução ampliada do capital já pressupõe as particularidades do processo de exploração. É preciso, antes de tudo, se perguntar se a “superexploração” é uma distorção da reprodução do capital, a partir de uma dinâmica cultural/ideológica, ou se é uma condição ontológica do capital, na construção da relação entre valor de troca da mercadoria força de trabalho pulverizada em sua complexidade alienada na unidade exploração-opressão, permitindo que frações da classe trabalhadora tenham seu valor rebaixado, por serem profundamente desumanizadas e, portanto, terem o trabalho socialmente necessário para sua reprodução alienados de modo particular.

Nessa direção, um ponto fundamental nessa análise é pensar o porquê e o que significa o valor da força de trabalho ser menor para alguns sujeitos do que para outros coletivos da classe trabalhadora. Qual a motivação e a materialidade para considerar parte da classe trabalhadora descartável e particularmente coisificada numa parte do globo capitalista e, em especial, apontando sujeitos específicos dos territórios dependentes. É o desenvolvimento das determinações ontológicas da unidade exploração-opressão que desvenda que as mediações da alienação promovem tais condições sendo elas constitutivas do capitalismo e não uma marca circunstancial.

Contudo, a Teoria Marxista da Dependência, costumeiramente trata a ideia de “superexploração” como uma dimensão central. Defende que, na dinâmica da dependência, os processos particulares de rebaixamento da classe trabalhadora desenvolvem processos de intensificação do ritmo de produção, do aumento da jornada de trabalho e da redução do acesso ao consumo por parte da classe trabalhadora o que “em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho” (MARINI, 2005, p. 157).

É verdade que a justa preocupação de Marini em lidar com a realidade concreta da periferia do capital o faz desenvolver uma leitura interessante da materialização da exploração do trabalho sob o jugo do imperialismo. Sua análise tem evidentes avanços no entendimento da escala global do capital como uma unidade dialética. Isto posto, este conceito e sua definição acabam por determinar problemas que não são meras derivações terminológicas dentro de uma reflexão teórica.

A primeira questão é apresentada por Carcanholo (2013) que, mesmo

concordando com os fundamentos da leitura mariniana, avança ao aprofundar os debates marxianos apontando a precisão da expressão “exploração da força de trabalho” em detrimento da "exploração do trabalho" como trata Marini. Sobre a categoria exploração o autor fala que:

O termo exploração em Marx tem um sentido mais amplo. Significa usar, utilizar, consumir ou explorar a capacidade que a mercadoria em questão possui de satisfazer a necessidade de quem a utiliza. Para sermos mais rigorosos, e já utilizando a teoria do valor de Marx, exploração significa consumir/realizar o valor de uso (a capacidade que uma mercadoria possui de, mediante as suas propriedades materiais/objetivas, satisfazer as necessidades humanas – nesse caso, as necessidades de valorização do capital) próprio da mercadoria em questão. Como os critérios de justiça e moralidade são também construídos historicamente e, na sociedade capitalista, eles estão subsumidos à lógica do valor mercantil, considera-se justo que: a) as mercadorias sejam compradas e vendidas pelos seus valores, isto é, que a troca de equivalentes seja a norma das relações mercantis; e b) quem compra uma mercadoria adquire o direito de utilizar como bem entender essa mercadoria, ou seja, de se apropriar do resultado do consumo do valor de uso da mercadoria. Marx é o único autor que consegue explicar a mais-valia (lucro) mesmo assumindo a troca de equivalentes como norma das relações mercantis. Isso significa que o capital, mesmo pagando um salário equivalente ao valor da força de trabalho, consegue apropriar-se de um valor excedente, a mais-valia. Essa última se explica, portanto, pela dialética da mercadoria força de trabalho (CARCANHOLO, 2013, p.197-198).

O autor recupera o debate marxiano para lembrar que toda mercadoria, inclusive a força de trabalho, é a unidade dialética de seu valor de uso e de seu valor. Que o seu valor é determinado pelo trabalho socialmente necessário para sua produção e reprodução e que, sendo uma troca entre equivalentes que propicia, por meio da exploração, uma produção de excedente, a categoria de superexploração da *força de trabalho* detém uma diferença e uma especificidade do capitalismo dependente:

a) se trata de uma categoria que não pode ser confundida com as distintas formas que existem no capitalismo para elevar a taxa de mais-valia (taxa de exploração), ainda que esta categoria só se possa materializar através justamente destas formas; e b) a superexploração da força de trabalho é uma categoria específica da economia dependente – portanto em um menor nível de abstração do que as leis gerais do modo de produção capitalista – ainda que, evidentemente, as distintas formas de elevar a taxa de exploração (mais-valia) sejam características de toda e qualquer economia capitalista (CARCANHOLO, 2013, p.198-199).

As interposições de Carcanholo adensam no campo convergente à Teoria da Dependência uma dimensão categorial mais precisa num esforço de desenvolver o superdimensionamento do capitalismo dependente diante da exploração da *força de trabalho* em caráter global. Este resgate crítico, no entanto, ainda permanece impreciso no desvendamento do caráter constitutivo do desvalor particular dos sujeitos oprimidos

pertencentes à classe trabalhadora e sua posição estratégica para a reprodução da dependência na impulsão do seu caráter exploratório.

Uma determinação decisiva para o desvendamento desse processo está na constatação de que uma das características fundamentais da dependência, que é a transferência de valores para as economias centrais, se realiza também pela expropriação como uma condição contínua do capital. Fontes (2010) também dialoga criticamente com o debate de Marini (2000), realizando uma contraposição sobre a ideia de superexploração como uma suposta característica definidora da lógica dos países dependentes. Analisando a tendência de ampliação de exploração na fase do capital-imperialismo mundializado, a autora coloca que:

[...] se há um truncamento estrutural, este não se limita às periferias, mas precisa ser explicado por circunstâncias internacionais complexas. Assim, situações eventuais (embora dramáticas) de rebaixamento do valor da força de trabalho não configuram necessariamente uma exceção periférica, mas podem expressar o processo desigual e combinado de expropriação do povo do campo (FONTES, 2010, p. 352).

Reconhecendo a tendência mundializada de agudização da exploração, Fontes, no entanto, defende parcialmente o uso crítico do conceito de Marini, afirmando que se ele “[...] não resolve a especificidade da subalternização da classe trabalhadora brasileira e da produção capitalista no Brasil, o conceito de superexploração evidencia, entretanto, de maneira forte, um problema de fundamental relevância para a compreensão do capital-imperialismo contemporâneo (FONTES, 2010, p. 355).

O pressuposto da “superexploração” de que há uma violação do valor da força de trabalho, portanto, um salário pago abaixo do valor de troca, resultaria também numa pressuposição de uma suposta distorção do modo de produção capitalista, já que as desigualdades da mercadoria força de trabalho são constitutivas de sua dinâmica global. No entanto, o valor universal da força de trabalho só existe em uma abstração liberal, formulação própria da economia política vulgar.

Desconsiderando essas questões, alguns autores apontam uma interpretação da obra de Marx buscando a categorização escondida, não nominada e até inconsciente da superexploração nos livros d’*O Capital*. Nascimento, Dillenburg e Sobral (2015) reforçam esta tese, buscando no debate marxiano uma suposta complexidade não explícita, e dizem: "defendemos também que apenas a teoria da exploração não seria coerente com a perspectiva revolucionária presente nesse livro, necessitando, portanto, também da teoria da superexploração". Correa e Carcanholo (2016, p.11) rechaçam esse argumento demonstrando

“a total inadequação do juízo de que o acento revolucionário da obra de Marx requer ou depende da categoria da superexploração”. Aqui, os autores trazem uma lente mais consistente se observarmos a “superexploração” não como uma categoria definidora de uma das particularidades do modo de produção capitalista, mas como um adjetivo conceitual e pormenorizado do processo de reprodução social que descrevemos e que aparece explicitamente no âmbito das economias dependentes, realizando o seu processo funcional para o desenvolvimento desigual e combinado do capital.

Em síntese, não se trata de um formalismo categorial, mas de buscar a concretude do processo. Quando Marx descobre que a essência do lucro não está num artifício realizado na esfera da circulação que, em tese, seria desenvolvido no ato do comerciante vender o produto por um preço maior do que seu custo, o autor supera a aparência e vai buscar na essência da produção o que faz o excedente econômico realmente existir. Desenvolvendo as mediações do trabalho socialmente necessário da mercadoria força de trabalho, superamos a esfera da sua circulação, ou seja, a compra via salário e, assim, buscamos as mediações e determinações de sua produção que, em suma, se realiza no complexo da reprodução social.

Como os economistas liberais não conseguem acessar a raiz do excedente econômico passam a acreditar que o lucro advém de um valor superior definido na circulação. Ao fazermos o mesmo exercício marxiano de nos voltarmos para a produção e desvendarmos a essência do valor no desenvolvimento produtivo da mercadoria força de trabalho, saímos da esfera aparente da realização do seu valor, precificado no salário, para analisar as determinações que conduzem a processos desiguais de “trabalho socialmente necessário” para sujeitos diversos dentro da classe trabalhadora. Por isso, chegamos na constituição distinta, por questões de território, gênero/sexo e sexualidade, raça/etnia, que vão realizando formas, meios, intensidades e custos distintos para a existência do sujeito trabalhador e para sua particular condição de inserção no mundo do trabalho o que, em última instância, incide no seu valor.

E é nesse momento que observamos que, inseridos na estrutura alienada da unidade exploração-opressão, na naturalização de relações e condições particulares de desigualdade e de desumanização, há um processamento desigual das condições de vida, de existência e de alternativas dos sujeitos diversos que precisam vender a sua força de trabalho para sobreviver. Esses processos históricos e socialmente desenvolvidos na materialidade da vida ampliam ou diminuem a necessidade social de investimento para que determinados sujeitos da classe trabalhadora existam, sobrevivam e, por fim, atuem na produção e na reprodução social.

Como demonstramos, o valor composto pelo tempo de trabalho socialmente necessário para que exista a mercadoria força de trabalho não é tem uma carga ou condição universal, absoluta e amorfa às condições particulares. A constituição da reprodução social da classe trabalhadora se processa atravessada pelas particularidades históricas onde se realiza a base da vida cotidiana de seus sujeitos. Já vimos também que essa classe trabalhadora não é abstrata, ela é composta de sujeitos diversos. Observamos, por fim, que a diversidade numa sociedade da alienação é realizada em sujeitos desiguais e isso incide na composição, na produção e na reprodução da mercadoria força de trabalho.

Na concretude dos processos de alienação, a mercadoria força de trabalho, a condição de sua compra e do usufruto de sua exploração, tem as particularidades e as distinções de qualquer outra mercadoria no mundo do capital (constitutiva de sua especificidade decisiva de gerar valor). Dito isto, na contemporaneidade, a conjunção do capitalismo mundializado, financeirizado, com a reestruturação produtiva, acumulação flexível e projeto político neoliberal, o fracionamento das mercadorias ampliam essa característica também para a força de trabalho, impulsionando ideologicamente um apelo individualista e falsamente empreendedor

Outro ponto comum e problemático nesses debates de recuperação de Marini se concentra na retomada da ideia de espoliação, perpetuando um anacronismo diante da atual fase do capital-imperialismo e de sua unidade totalizadora dos aspectos alienados de sua produção e reprodução em escala planetária. Fontes (2010) supera esta leitura e demonstra que o caráter espoliatório do “lado de fora” do mundo desenvolvido é uma dimensão superada pela constatação da expropriação como um fenômeno permanente no atual estágio capitalista.

Concordando com esta afirmação e dando um passo a mais em nossa síntese, demonstramos que a insistência na ideia da espoliação aliada a ideia da superexploração como violação do valor⁶¹ da força de trabalho proporcionam a manutenção de uma consequência analítica já velha e conhecida da América Latina, a ilusão do

61 Osorio (2018) para se contrapor a crítica de Claudio Katz (2017) sobre o conceito de Ruy Mauro Marini, chega a defender que a violação do valor é uma formulação presente e fundamental das formulações marxianas no Capital. “Mas o caminho que propõe Katz heterogeneiza pela superfície para homogeneizar o substancial. Assim homogeneiza estruturalmente a economia mundial, para apresentar diferenças entre economias, porque o valor da força de trabalho é mais alto em umas, médio ou mais baixo em outras. Mas, no substancial, falamos de uma única e mesma forma de capitalismo, somente com estratos diferenciados pelo montante de valor da força de trabalho. Mas, em sua perspectiva, a análise se empobrece se temos economias em que sua reprodução do capital repousa em violar o valor da força de trabalho.28 Ou se constatamos que as empresas multinacionais se assentam em economias determinadas, porque ali se superexplora, algo não difícil de entender se – como Katz o faz – falamos de Bangladesh ou Filipinas. E tudo isso tem consequências na reprodução e acumulação mundial do capital” (2018, p.198)

desenvolvimentismo como frente da resistência na melhoria das condições de exploração diante do imperialismo. Uma conclusão, sabemos, que é defasada e combatida (inclusive por Marini), mas que é ontologicamente conjugada com essas formulações, ainda que apareçam de modo parcial, circunstancial, ou até mesmo inconfesso ou não percebido pelos marxistas mais consistentes e signatários dessa leitura.

Esse impulso pela ideia de desenvolvimento produtivo particular em identidade com um projeto de soberania nacional, mesmo nas reflexões críticas, historicamente resguardou uma concepção estratégica com um pressuposto da necessidade de amadurecimento quantitativo do proletariado regionalizado para garantir uma luta anti-imperialista vitoriosa. No entanto, se é verdade inquestionável a necessidade de um projeto de soberania para a luta no interior do capitalismo dependente, é também fundamental apontar que o alto desenvolvimento das forças produtivas, a mundialização do capital, a internacionalização completa da dinâmica produção-consumo, além da tendência da proletarianização/precarização da classe trabalhadora em todas as práxis, opera as construções objetivas do caráter internacionalista da revolução enquanto possibilidade histórica real, não necessitando de etapas ou precedendo de amadurecimento material em regiões específicas.

Por fim, ampliando o debate para a unidade exploração-opressão, fica evidente de que a resistência anti-imperialista e uma radicalidade revolucionária se processa mais pela atuação unitária nas expressões de desumanização que fundamentam a desvalorização e exploração da diversa e desigual classe trabalhadora do que no apontamento superdimensionado de uma interferência na lei do valor da força de trabalho em espaços particulares.

A construção de um projeto complexo, com táticas concretas e instrumentos de luta coerentes em direção do poder popular perpassa pelo desenvolvimento estrutural da ruptura com o mais valor, num processo conectado e de construção concomitante com o enfrentamento das relações sociais que realizam às condições de potencialização da desumanização dos oprimidos. Por isso, se elas compõem estruturalmente o mundo do trabalho e se nos territórios dependentes explicitam sua agudização, o combate radical das opressões é um elemento incontornável da superação da dominação imperialista, da dependência econômica e, em suma, da lógica do capital.

Se a estratégia revolucionária hoje está menos consistente é mais pelas dificuldades atuais de construção de uma antítese política e uma prática unitária diante da tese material prevalecente da unidade exploração-opressão capitalista do que por baixo desenvolvimento produtivo de qualquer região específica do mundo capitalista.

O desafio de promover a conexão de todos os setores da reprodução social, conduzindo, aqueles da predominância material internacional, o proletariado mundializado, evidencia a urgência da supressão do reducionismo econômico frente aos complexos diversos da desumanização prevalente. Isso principia enfrentar o economicismo e também combater o culturalismo identitário que realiza ativamente o papel ideológico de fragmentação não somente de pautas e bandeiras, mas da atuação estatal na inclusão precarizada dos sujeitos oprimidos, sob as lentes do individualismo e seu discurso centrado no empreendedorismo, na representatividade liberal e no empoderamento particular que, em instância final, são expressões ideológicas da alienação e acobertam o protagonismo da expropriação de direitos como uma condição fundamental do capitalismo contemporâneo.

Em larga medida, também ganhou a arena teórica, interpretações do campo das opressões e da particularidade da questão social latino-americana focalizando as análises na ideia de “superexploração”. Por tudo que argumentamos aqui, insistimos que o processo histórico-descritivo desses trabalhos tem enorme contribuição, mas suas reflexões autocentradas numa defesa espelhada dos processos de alienação da unidade exploração-opressão por via de um conceito econômico, torna o caráter sintético sem muitas das determinações fundamentais.

O relato do processo de dependência e de suas trocas desiguais existentes no desenvolvimento do imperialismo retrata condições inegáveis da forma social de reprodução ampliada do capital e sua transferência de valor não pressupõe o caráter hiperbólico que o conceito de “superexploração” sugere. Tais desigualdades expressam as dimensões mais contundentes e complexas da exploração do trabalho e suas particularidades mundializadas na gênese e no desenvolvimento do complexo unitário da exploração-opressão.

Colocar os pés no chão da formação alienada da exploração dos diferentes sujeitos da classe trabalhadora escancara as bases da dominação pormenorizada na Teoria da Dependência. Sob essa lente, a observação da estrutura geopolítica internacional da ordem social burguesa e sua conformação econômica desigual, dependente e combinada supera os riscos politicistas quando buscam as mediações da unidade exploração-opressão no conteúdo substantivo da formação, do desenvolvimento e da complexidade da classe trabalhadora, de suas particularidades e de seus distintos desvalores na ordem do capital. As determinações territoriais e as questões de dominação político-econômicas promovidas no mundo do capital conduzem um movimento fértil para a reprodução social alienada na materialização de desigualdades fundamentadas em opressões históricas, presenciadas num formato complexo que tem como eixo fundamental moderno a luta de classes e suas diferentes formas de

expressões no capitalismo central e na periferia do sistema.

Por isso, o conceito de “superexploração”, postulante de grande apego em formidáveis estudos sobre o capitalismo dependente, acaba por circunscrever um prefixo que reduz a unidade exploração-opressão e sua complexidade na questão do valor-trabalho e da lei geral de acumulação capitalista em descrições parcialmente verdadeiras, mas que não acessam a essência de sua composição. Os debates da teoria marxista da dependência são certos na descrição, sobretudo quando analisam as desigualdades do mundo do trabalho e os diferentes sujeitos da unidade exploração-opressão. No entanto, a adjetivação “super” particulariza a exploração, mas não particulariza o valor da mercadoria força de trabalho e deixa uma lacuna material nesta equação.

A ênfase metodológica em dimensões particulares não pode distorcer conceitos da economia política para enquadrar as determinações numa teleologia pressuposta, oposto a isso, é preciso pelo rigor teórico identificar as mediações que realizam as diferenças processuais que continuam a totalidade. A desigualdade de condições de trabalho, da intensidade, do tempo e da natureza produtiva não desenvolvem uma violação do valor-trabalho, ao contrário disso, confirmam a sua lógica. Por isso demonstramos aqui que o valor da força de trabalho é também composto de violações fundamentais e são elas que permitem valores desiguais existirem, sendo eles funcionais e constitutivos do capitalismo.

Os aspectos diretos da exploração do trabalho podem ser o ponto de partida e de chegada da análise da unidade exploração-opressão, sobretudo nos territórios do capitalismo dependente, porém, jamais podem ser estudados sem profundas mediações da reprodução social, da complexidade da alienação e, em suma, precisam se distanciar enormemente de um enquadramento puramente econômico.

Por isso, o conceito aspeado de “superexploração”, conotativo, retomado como uma ênfase hiperbólica da unidade exploração-opressão vivenciada na produção-circulação da realidade do capitalismo dependente, inserida na dinâmica do imperialismo global, tem sua importância enquanto adjetivo e não como substantivo. Dessa forma, para nossa análise, o conceito só adiciona elementos importantes e relativamente novos, quando a ideia aparece somente como parte do predicado e não como o sujeito do processo analisado.

Isto posto, esta análise crítica do conceito de “superexploração” não se conclui na negação da contribuição qualitativa desses estudos, recuperando o seu legado, buscamos demonstrar que a dependência tem suas bases forjadas em um complexo processo de dominação muito mais sofisticado no âmbito da reprodução social ampliada e que o seu fundamento está na unidade exploração-opressão.

Assim, a síntese crítica ora exposta passa longe do reducionismo que, por exemplo, colocou que “superexploração” nada mais seria que a pobreza absoluta, como concluiu Cueva (1974). Ao contrário disso, o trato nesse momento é complexificador, demonstrando que aquilo que se adjetiva como “superexploração” é um processo material particular da realização da complexidade alienada da unidade exploração-opressão, materializada predominantemente, e com seu grau mais elevado de mediações, nos territórios de capitalismo dependente, determinando condições objetivas e subjetivas de desumanização da classe trabalhadora e, principalmente, dos sujeitos historicamente oprimidos inseridos nela, apontando sua tendência para o aprofundamento da alienação diante de todos os processos, sujeitos e espaços da reprodução ampliada do capital.

Nesse sentido, entendemos que o debate marxista da dependência pode colaborar com descrições e análises preciosas dos processos da unidade exploração-opressão em seus espaços territoriais de maior agudização. Estas formulações, quando adensadas pelos avanços de Fontes (2010, 2011), sobretudo em sua análise da expropriação contemporânea e sobre a atualidade do capital-imperialismo, ganham enorme potencialidade reflexiva se reunidas com descortinamento ontológico da alienação, pela particularidade da alienação colonial de Fanon (2008, 2010) e pelo entendimento da teoria da reprodução social de Arruzza (2015) e do feminismo marxista.

4.2.1.2. Fome de tudo: reprodução social alienada, expropriação permanente e a unidade exploração-opressão

*Sem fastio, com fome de tudo
Passando por cima de tudo e de todos
A fome universal sempre querendo tudo
E comem por inteiro a seu favor
Um pulo nessa imensidão de famintos
Sem leite nem pra pingar no expresso do dia
Não vejo a hora de comer já salivando
O estômago fazendo festa em alto volume
Daqui da fome dá pra ver o que acontece:
A fome tem uma saúde de ferro*

Nação Zumbi - Fome de Tudo

A evidência do superdimensionamento concreto da reprodução Social “*lato sensu*”, ou seja, da reprodução social desvendada pela teoria unitária, não está propriamente na suposta ideia de que não há diferença prática para o capitalismo global entre as práxis de produção direta de mercadoria e as outras práxis da reprodução da força de trabalho em sua função improdutiva, como, inclusive, recaem algumas formulações da teoria da reprodução

social que aqui recuperamos⁶². Embora Lukács defenda que na discussão ontológica:

emerge a diferença entre economia e outros complexos sociais. Naquela, o processo ontológico espontâneo cria uma homogeneização, um conceito de igualdade no interior da hierarquia que dele provém; o tempo de trabalho socialmente necessário como princípio da regulação emerge independente das representações (*Vorstellungen*) e vontades dos seres humanos. Ele é o produto do somatório espontâneo da sociedade acarretado pelas consequências causais das posições teleológicas no trabalho. No sistema jurídico, contudo, esses princípios de regulação são pores conscientes que devem determinar, como pôr, as factuais. É por isso que as reações sociais a ele têm de resultar qualitativamente distintas (LUKÁCS, 2018, p.193)

No entanto, tal constatação não impede de ampliar sua análise quando percebido a complexidade da reprodução social na sociedade capitalista, conduzindo em um ciclo dialético que supera, segundo as palavras do próprio Lukács, os preconceitos mecanicistas-vulgares decorrentes de interpretações rasteiras da obra de Marx:

Apenas pelo esclarecimento de tais questões podemos chegar a entender a reprodução social como um processo como um todo em suas autênticas determinações. Com isto devemos retornar ao nosso ponto de partida de que o ser social é um complexo composto por complexos, cuja reprodução está em múltipla e multifacetada interação com o processo de reprodução dos complexos parciais relativamente independentes, na qual, todavia, à totalidade corresponde sempre uma influência predominante no interior destas interações. Todavia, mesmo com essa constatação está o processo muitíssimo complicado, agora descrito, ainda longe de suficientemente caracterizado. Deve-se, sem considerar superado o até aqui explicado, ainda considerar a qualidade polar por último decisiva do complexo como um todo. Ambos os polos que dele delimitam os movimentos de reprodução, que o determinam em sentido positivo ou negativo, que destroem velhas barreiras e põem novas barreiras, são, de um lado, o processo de reprodução em sua totalidade tanto extensiva quanto intensiva e, de outro, os seres humanos singulares, cuja reprodução enquanto singular constitui a base ontológica da reprodução como um todo. (LUKÁCS, 2018, p. 227)

Entendemos que na dinâmica da reprodução social ampliada o caráter predominante permanece existindo para o modelo econômico do capital. Ele se reflete, inclusive, nas ações dos complexos da reprodução, que mesmo com relativa autonomia, permanecem com direção inequívoca do seu funcionamento orbitando à realização da mais valia.

Em algumas análises existe um esforço de demonstrar a equivalência do

62Nessa perspectiva Federici provoca criticamente a descrição “não-analítica” de Marx sobre a condição das mulheres na “assim chamada acumulação primitiva”: “Descobrir a centralidade do trabalho reprodutivo para a acumulação de capital também levou à pergunta de qual seria a história do desenvolvimento do capitalismo se não fosse compreendida do ponto de vista da formação do proletariado assalariado, mas do ponto de vista das cozinhas e quartos onde a força de trabalho é produzida diariamente, geração após geração” (FEDERICI, 2017, p. 105)

trabalho produtivo e do improdutivo a fim de sublinhar a importância da reprodução social para o capitalismo, colocando as práxis não-remuneradas como fundamentais para os processos de exploração da mais valia em escala reprodutiva societal. Um erro categorial econômico imprime uma falsa polêmica que, concretamente, é superada sem necessidade de voluntarismo, a partir do ponto de vista da análise da totalidade.

O trabalho improdutivo é tão somente aquele que não está diretamente articulado ao processo de formação do lucro via exploração do excedente produzido pela força de trabalho assalariada. O reducionismo qualitativo ou a falta de construção analítica substantiva ao longo da história não se dá, nem pela falta de percepção de uma suposta equivalência produtiva, e nem por essas atividades não serem fundamentais para a reprodução social do capital (incluindo a reprodução social da força de trabalho). O apagamento político e, portanto, também teórico, é o apagamento promovido pelo heterocispatriarcado e suas expressões conservadoras, sejam elas organicamente estruturadas com a defesa da ordem do capital, sejam as reproduções economicistas nas obras e nas lutas da classe trabalhadora.

A questão fundamental é que, entendendo a reprodução social unitária não como uma relação de identidade direta, mas como uma totalidade concreta, as particularidades na produção e reprodução da mercadoria força de trabalho são atravessadas substancialmente pelas questões do racismo e do heterocispatriarcado, pois:

uma relação de exploração sempre implica numa relação de dominação e alienação. Essas três relações nunca estão verdadeiramente separadas na crítica marxiana da economia política. A trabalhadora é antes de tudo um corpo que vive e pensa, submetido a formas específicas de disciplina que a remodelam. Como Marx escreve, o processo produtivo “produz” o trabalhador na mesma extensão que reproduz a relação de trabalho capitalista. Uma vez que todo processo de produção é sempre concreto – ou seja, caracterizado por aspectos que são historicamente e geograficamente determinados – é possível conceber cada processo produtivo como conectado ao processo disciplinar, que parcialmente constrói o tipo de sujeito que o trabalhador se torna (ARRUZZA, 2015, p. 53).

Precisar esta complexidade indivisível, muito distante de acobertar as determinações do capitalismo dependente e da particularidade de cada opressão no adensamento da exploração da classe trabalhadora em seus territórios, demonstra na realidade que a agudização da alienação e de suas formas de se realizar proporcionam um caráter sofisticado da unidade exploração-opressão que, mais do que funcional, e menos que uma violação da equivalência do valor de mercado, trata-se de uma condição estrutural do capitalismo global, concretizada em estágios superiores pela construção histórica de dominação imperialista, mas também assumindo o apontamento geral do modelo mais

profundo de coisificação, pauperização, hierarquização e violência para todos os explorados e oprimidos.

Por tudo que já demonstramos, em nossa análise, um dos limites teóricos da ideia de “superexploração”, dos debates do economicismo e das formulações idealistas, particularistas e pós-modernas está na ausência de entendimento da cadeia total do trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria força de trabalho, numa dinâmica irremediavelmente expansionista, própria da lei geral de acumulação que constitui e é constituída numa reprodução social alienada. Em poucas palavras: a construção unitária da reprodução da classe trabalhadora tem nas opressões um elemento importante para desenvolver processos de rebaixamento do valor de troca de determinados sujeitos, onde se cria na mesma mercadoria força de trabalho diferentes valores que são atravessados por particularidades históricas alienadas.

Essa construção histórica tem o componente da expropriação como uma cláusula originária das condições da moderna forma de realização da unidade exploração-opressão e também coaduna sua substância perene no processo de continuidade na descontinuidade da desumanização alienada que edifica cotidianamente os apartamentos históricos do ser social com a concretude de seus espaços de vida, com os saberes adquiridos e seus sentidos e significados, com suas realizações autênticas, com suas identidades diversas. O processamento violento do passado é base para a violência estrutural do presente, um recurso fundamental na dinâmica sociometabólica do capital para dilapidar as possibilidades de proximidade dos seres humanos com alternativas de realização que não sejam centradas na manutenção do lucro.

Portanto, insistimos que, nesse processo não há nenhuma violação artificial exterior no valor da força de trabalho, ao contrário, no capitalismo a violação é um dos componentes ontológicos do valor e de suas possibilidades desiguais. Não se trata de cravejar uma questão moral na dinâmica da exploração, mas de esmiuçar as determinações e os nexos causais decisivos na reprodução social da força de trabalho. As camadas de alienação do mundo da produção são, portanto, constituídas também da complexidade alienada promovida pelo heterocispatriarcado e pelo racismo realizados na reprodução social ampliada, onde, as práxis sociais são naturalizadas como não-remuneráveis, as violências se materializam como normais, os corpos são tratados como descartáveis e as pessoas são "naturalmente" coisificadas.

Em várias passagens desse texto, já vimos que as determinações descritas por Marx em “Assim chamada acumulação primitiva” descrevem processos de constituição da

unidade exploração-opressão moderna na apartação dos seres humanos sobreviventes do seu trabalho daquilo que é fundamental para sua realização, como a terra, o território, o espaço produtivo, os saberes e, obviamente, os instrumentos e matérias-primas, onde:

A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior [...] processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. [...] O ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista, foi a subjugação do trabalhador (MARX, 2013, p.786- 789).

Em sua condição histórica também observamos as reflexões de Federici (2017) que lançou luz sobre a condição da mulher neste processo, impulsionando uma análise que fica periférica nas reflexões marxianas, sendo um movimento de sucessivas violências de ordem física, material, simbólica e psicológica na construção de uma estrutura de dominação moderna, esta, fundamental para o desenvolvimento estrutural do capitalismo em detrimento de uma subalternização feminina, numa formatação diferente de qualquer outro momento histórico desde a divisão sexual do trabalho promovida no advento da propriedade privada.

Já recuperamos também o debate sobre o colonialismo, sobre a historiografia crítica do escravismo moderno, da luta antirracista revolucionária e sobre a formação do capitalismo dependente para revelarmos a centralidade da escravização dos povos africanos e os genocídios de povos originários ameríndios nesta articulação estrutural das condições posteriores da exploração burguesa, onde “o beneficiamento de matérias-primas coloniais deu origem a novas indústrias na Inglaterra, gerou mais empregos na navegação mercantil e contribuiu para a ampliação do mercado mundial e do comércio internacional” (WILLIAMS, 2012 [1944], p. 117) e a formação dos estados pós-colonização se estruturam na metamorfose do racismo e na complexificação do imperialismo na era do capitalismo monopolista como preconizaram Fanon (2008, 2010), Moura (1994) e tantos outros que elaboraram reflexões realizadas em diferentes espaços e tempos históricos.

Em *La alienación como teoría del poder en El Capital*, Landa (2018) realiza uma leitura da alienação como fundamento da dominação econômica do capitalismo mundializado, demonstrando a expropriação como constituição da desigualdade centro-periferia. Por isso, argumenta que a expropriação histórica e continuada não incide somente nos instrumentos e matérias-primas, mas na cisão de todos os processos concernentes às relações de produção. A expropriação do conhecimento se realiza de forma agressiva na realidade de alto desenvolvimento tecnológico, articulando em mais um elemento a

sedimentação de desigualdade planetária, seja na concentração industrial das mercadorias que serão realizadas, seja na possibilidade ou não de ocupação de postos de trabalho que exigem processos de alta complexidade seja, por fim, no acesso ao consumo desses produtos.

O ponto de partida do processo de desmembramento das condições de trabalho: a expropriação da terra e, conseqüentemente, das classes rurais; isto é, da primeira fonte de toda riqueza e, conseqüentemente, do valor de uso imediato do trabalho. Soma-se a isso o papel da inovação tecnológica que imprime sua fisionomia definitiva ao modo de produção capitalista ao permitir que se complete a expropriação definitiva das condições de produção. Para isso, a relação capital concede um uso à tecnologia e sua objetivação no processo produtivo: a máquina, que completará a expropriação das condições de produção deixando as classes trabalhadoras apenas com sua força de trabalho: os meios, o produto e o conhecimento do processo de produção são expropriados e objetivados na máquina. Além disso, o Estado como poder concentrado da sociedade permite tanto alavancar a violência originária e seu suporte, quanto disciplinar as subjetividades das classes trabalhadoras a partir do novo metabolismo que se configura com a mudança de dominação. Percorrendo o processo, observamos a clara diferenciação do padrão de poder centro-periferia ao determinar transformações que respondem a cada singularidade geohistórica. Assim, tanto a expropriação quanto a subordinação formal e real têm expressões particulares tanto no centro do sistema quanto em sua periferia. (LANDA, 2018, p. 288-289, tradução nossa).

A organização produtiva no processo de composição orgânica do capital de investimento em maquinário, capital constante, ao passo que sofisticada os procedimentos produtivos, impulsiona o distanciamento de determinados trabalhadores do conhecimento necessário para o desenvolvimento de funções estratégicas e direciona sua condução sob o controle de gerentes dos países centrais.

Esse processo de alienação total em que o modo de produção capitalista se desenvolve a partir de suas tendências iminentes, do ponto de vista do processo de produção/valorização do capital, se expressa como subordinação real, ou seja, como total dominação do capital constante, materialmente representada pela máquina, sobre o capital variável, ou seja, sobre a força de trabalho viva. A contradição imanente é óbvia: a concentração das condições de produção expropriadas das classes trabalhadoras e que atinge um clímax com a revolução tecnológica das máquinas introduzidas na indústria moderna, ao expropriar essa classe ao mesmo tempo a desvaloriza; mas ele não pode deixar de precisar da única coisa que não pode ser expropriada dele: a força viva do trabalho. Do ponto de vista subjetivo, essa expropriação se expressa como uma relação de dominação que estabelece de si mesma o fundamento a priori de toda produção, para a qual a subordinação da força de trabalho ao processo de produção capitalista se expressa como necessária para as classes trabalhadoras (LANDA, 2018, p.279, tradução nossa).

As mediações entre as dimensões do mundo do trabalho e os aspectos internos às relações cotidianas dos sujeitos diversos da classe trabalhadora se reforçam mutuamente, numa teia de retroalimentação de expressões de desigualdades. Em páginas anteriores exemplificamos nossos argumentos no processo de proletarização das mulheres sob a base do

heterocispatriarcado, mas, como já refletimos, o processo histórico de desigualdade alienada também se constrói em determinações da questão étnico-racial.

A formação racista que embasa e naturaliza violências e desumanização alça as possibilidades de distintas formas de exploração em dimensões quantitativas e qualitativas. Na medida esta realidade tem uma base estrutural, ela constrói e é construída por violências cotidianas, e por instituições do complexo reprodutivo que promovem, reforçam, reafirmam e aprofundam essa lógica, seja na propagação ideológica, seja em ações interventivas mais explícitas, como nas políticas do Estado.

Já sabemos que na mundialização do capital o histórico e contraditório escurecimento da força de trabalho assalariada ocorreu sobre o solo manchado pelo sangue escravizado dos seus ancestrais. Esta condição é decisiva para a desvalorização da força de trabalho negra na dinâmica do “trabalho livre”. Ela vai incidir nos processos de mais valia absoluta e relativa, na precarização e no pauperismo, na imposição de barreiras para o trabalho intelectual, na invisibilidade e no rebaixamento de sua presença nos espaços do mercado, na imposição de postos de trabalho socialmente tidos como degradantes, na marginalização de sua cultura, no acobertamento de abusos, assédios e outras formas de reprodução de poder fora do contratualismo formal.

Em "O racismo como arma ideológica de dominação" (MOURA, 1994b) estrutura às margens de mistificação da realidade, justificando a desigualdade, via individualismo e meritocracia, para um suposto préstimo e conquista de sucesso da branquitude nos espaços de trabalho, renegando o processo de marginalização dos sujeitos escravizados e de seus descendentes, desde a inclusão precarizada na lógica moderna até sua consequência reprodutiva no não acesso aos direitos civis, políticos e sociais promovidos na emancipação burguesa. A superficialidade conjuntural focaliza indivíduos isolados para apostar na formalidade da improvável mobilidade de classe, da possibilidade residual de acúmulo econômico e do acesso restrito aos bens de consumos, enquanto realiza o apagamento histórico da falta de condições básicas de subsistência, de moradia, de saúde pública, de educação formal, de dignidade.

Note-se que ambas as condições de promoção da expropriação, sejam as particulares do racismo burguês, seja do heterocispatriarcado moderno, não se processaram somente pelo uso de métodos explicitamente coercitivos, mas promoveram toda uma cadeia ideológica de valores que vilipendiaram processos do campo da reprodução social centrados nos costumes e regras vivenciadas pelos sujeitos. Essa construção vai desenvolvendo os complexos sociais modernos numa formatação abstrata de igualdade que se funda em uma

materialidade violenta e desigual.

A expropriação, portanto, não se limita à supressão direta dos meios de produção dos camponeses e trabalhadores do campo, mas envolvem os processos (incluindo o chamado direito consuetudinário) que provocam a submissão dos trabalhadores à lei geral da acumulação e criam a oferta necessária para a indústria urbana em desenvolvimento à época. E não se materializam somente pela violência, mas também por meio das leis capitalistas que constituem um veículo necessário à instituição das bases sociais para assegurar a acumulação (BOSCHETTI, 2017, p. 6)

Por isso é fundamental perceber que o processo de expropriação se deu num caráter material, como na apropriação compulsória das terras, mas também no plano das práxis espiritualizadas, apropriando-se ou sufocando identidades, culturas e representações sociais, espalhando um conteúdo alienado em práxis sociais diversas como a religião, a política, a filosofia, a ciência e o direito.

O desenvolvimento reprodutivo com sua carga ideológica cumpriu uma tarefa na direção da naturalização do processo de expropriação enquanto sedimentava não somente uma dominação econômica, mas uma hegemonia político-ideológica que, numa escala de complexos mais amplos, se realiza de maneira profunda num *ethos* alienado para reforço do modo de vida, dos valores e da identidade do sujeito dominador.

O processo de violência multifacetada como um recurso constante do processo de dominação da lógica burguesa para a mundialização do capital é baseado na unidade exploração-opressão, fincando seus pilares históricos na desigualdade colonial, fundando os princípios do imperialismo como fase superior do capitalismo e impondo distintas realidades de expressão da luta de classes dentro da universalidade da sociedade da exploração. Landa busca sintetizar:

Agora, o que quero destacar do que foi argumentado é, em primeiro lugar, a origem violenta dos diferentes processos históricos que convergem na acumulação primitiva no início do desenvolvimento do capitalismo como uma formação histórica que se tornará global. Em segundo lugar, é um desenvolvimento cuja expansão da relação capital é sustentada pela longa duração dessa acumulação. Terceiro, a multidirecionalidade do exercício desse poder como violência: não é uma violência unívoca, mas se apresenta com diferentes métodos e mecanismos (legais e ilegais), e como exercício factual do poder de diferentes classes dominantes (não apenas os burgueses) sobre as classes trabalhadoras, assim como os Estados-nação sobre outras sociedades e Estados não capitalistas. Quarto, o diferencial geral no exercício do poder segundo o padrão colonial centro-periferia. Dentro dessa generalidade encontramos várias particularidades: saques de minas na América, guerra comercial contra a China, etc. expropriação da terra do camponês, ou do instrumento e conhecimento do artesão, etc. Enfim, tudo isso constrói uma rede de relações de poder para a subordinação formal do trabalho vivo global (sempre marcada na diferencialidade colonial centro-periferia), que dará fisionomia progressiva à imposição do capitalismo como uma formação generalizada em todo o mundo (LANDA, 2018, p. 274, tradução nossa).

A ampliação global da violência originária, a multidirecionalidade do poder violento permanente diante de tudo que é supostamente distante da lógica capital-trabalho e a distinção centro-periferia são caracterizações de um conjunto de expressões de desumanizações que se sustentam na alienação moderna, conjugando formas de exploração-opressão.

A expropriação é, nesse sentido, uma construção histórica de relações sociais alienadas que perpetuam e promovem violentamente condições imediatas de opressão enquanto edificam conseqüentemente a estrutura de exploração moderna. Na dinâmica da expropriação dos territórios, da terra, da unidade doméstica como instância produtiva houve também a expropriação dos corpos, saberes e das identidades.

Na realidade colonial esse fenômeno tem dimensões ainda mais profundas, posto desenvolver uma oposição ideológica de promoção de uma identidade alienada como princípio mobilizador da naturalização da expropriação. Tal complexidade faz com que a estruturação da classe trabalhadora se desenvolva numa processualidade muito particular.

Com a passagem do colonialismo para o imperialismo (neocolonialismo), o racismo é remanejado em sua função instrumental. As metrópoles passam a ver as áreas coloniais como habitadas por povos indolentes, incuravelmente incapazes de criar uma poupança interna que os elevasse ao nível dos países brancos, que tinham estes predicados e se desenvolveram, ao contrário do mundo não-branco que, por esta razão, permanece subdesenvolvido (MOURA, 1994b, p. 5).

Como já relatamos, a formalização da liberdade pós-escravidão, depois de cumprido o seu papel na fase colonial, impulsiona um fator econômico de fôlego para a lei geral de acumulação capitalista, ao desenvolver o aspecto quantitativo do exército industrial de reserva, garantindo as possibilidades de diminuição relativa no investimento de capital variável inserido na composição orgânica do capital, posto a oferta de trabalho garantir tal condição. Na mesma esteira, a subjetividade jurídica também conduz a individualização da responsabilidade para reprodução da vida, determinando aos sujeitos a busca de toda e qualquer forma de trabalho para a garantia de acesso à parte da produção socialmente desenvolvida.

Como vemos, se, de um lado, os negros egressos das senzalas não eram incorporados a esse proletariado nascente, por automatismo, mas iriam compor a sua franja marginal, de outro, do ponto de vista ideológico, surgia, já como componente do comportamento da própria classe operária, os elementos ideológicos de barragem social apoiados no preconceito de cor. E esse racismo larvar passou a exercer um papel selecionador dentro do próprio proletariado. O negro e outras camadas não-brancas não foram, assim, incorporados a esse proletariado incipiente, mas foram compor a grande franja de marginalizados exigida pelo modelo do capitalismo

dependente que substituiu o escravismo (MOURA, 1988, p. 65).

O escoamento bárbaro de uma parcela do exército industrial de reserva na particularidade capitalista de territórios colonizados assume a explícita preferência pela descartabilidade de pretos, indígenas, migrantes regionais, absorvendo em primeira instância sujeitos oriundos do mundo capitalista amadurecido e identificados em sua subjetivação pelo *ethos* burguês. Contraditoriamente, se armas políticas inventadas pela burguesia podem se voltar contra ela, como Marx e Engels (1998, 2005) assim descreveram, esses setores absorvidos trazem consigo a experiência de organização política moderna e as centelhas de resistência na formatação de classe em si e de classe para si. Por isso também, há avanços na luta sindical e partidária nas primeiras décadas do século XX e, no mesmo processo, permanece quase inexistente a desnaturalização das opressões como uma pauta orgânica da libertação da exploração.

Ontem e hoje o racismo é estruturante e funcional, é cotidiano e é histórico, é constitutivo da exploração intensa da força de trabalho e do rebaixamento do seu valor, enquanto é promotor do estranhamento e da violência entre sujeitos da mesma classe, justificador da violência institucional, desumanizador da relação humana. Fontes (2009, p.1) nos diz que:

As expropriações contemporâneas correspondem à manutenção e expansão da clássica expulsão do campo dos trabalhadores rurais, mas, por resultarem de uma situação quantitativa e qualitativamente nova – o imperialismo multinacional – apresentam também aspectos originais. Os novos processos são homólogos aos momentos formadores do capitalismo, mas não idênticos.

A autora demonstra a presentificação da categoria expropriação e sua vitalidade na lógica do capital-imperialismo. Sob essa constatação, os processos da unidade exploração-opressão ganham uma determinação ainda mais importante no desenvolvimento das condições de vida dos sujeitos sobreviventes na sociabilidade do capitalismo atual. Tal fundamento, inspirado nos estudos da teoria marxista da dependência, mas, ao nosso ver, amadurecidos de rigor teórico, sublinham com maior exatidão o escalonamento territorial, étnico-racial, de gênero/sexo e sexualidade da mercadoria força de trabalho.

A questão ideológica do embranquecimento não foi somente uma política cultural endógena para o desenvolvimento do capitalismo dos territórios colonizados, mas a realização particular de aspectos da reprodução social alienada da dimensão imperialista como fase superior do capitalismo. A ampliação do mercado, a recomposição do exército industrial de reserva europeu, as políticas do Estado, a defesa de classe nas práxis científicas, filosóficas e políticas adensam as camadas de valores alienados que tornam a expropriação

uma dinâmica comum da história brasileira.

O racismo, portanto,

É um dos principais determinantes da posição dos negros e não brancos dentro das relações de produção e distribuição. Uma vez que o racismo (de forma similar ao sexismo) transforma-se em uma parte da estrutura objetiva das relações ideológicas e políticas do capitalismo, a reprodução da divisão racial (ou sexual) do trabalho pode ser explicada sem apelar para os elementos subjetivos como o preconceito. (GONZALEZ, 2018, p. 42)

O reforçamento das opressões ganha força em todos os aspectos da reprodução social. A expropriação além de material e valorativa é também estética. O *ethos* historicamente construído na unidade exploração-opressão tem o indivíduo da burguesia clássica e seus valores abstratos como modelo normalizador, normatizador, moralizador e compulsório de direção ética, estética, política e científica. Sobre a herança ideo-científica do processo racista, Moura (1994b) provoca:

Como se vê, essa antropossociologia era reflexo e rescaldo de uma competição sociopolítica entre as nações da Europa. Era, por isso mesmo, uma ciência eurocêntrica. Com a instalação e o dinamismo do sistema colonial e seu desdobramento imperialista, ela se estende ao resto do mundo e aí procura ter uma visão mais abrangente e sistemática, unindo todas as diferenças étnicas europeias em um bloco compacto – o branco –, que passa a se contrapor ao restante das populações não civilizadas, dependentes, e racialmente diversas das matrizes daquele continente. Não se cogita mais nas diferenças entre o nórdico, o alpino, o mediterrâneo, que passam a ser, de modo genérico, componentes da raça branca. E essa raça tinha por questões de superioridade biológica o direito de tutelar os demais povos (MOURA, 1994b, p. 4)

Os complexos de reprodução social promoveram o reforço do embranquecimento numa busca pelo reflexo do *ethos* burguês como valor universal, desenvolvendo materialmente o aprofundamento da unidade exploração-opressão no mundo do trabalho e nas práxis da reprodução. Este foi processo que permitiu, projetou e realizou marginalização, criminalização, patologização e invisibilidade de práticas, culturas e identidades⁶³.

A expropriação da diversidade ocorre na dissolução de sua base material, no desnudamento da organicidade do ser social e seu mergulho no fundamento alienado que objetiva violentamente a formação capitalista e sua centralidade na exploração, enquanto subjetiva o arquétipo do tipo humano: o ser burguês, europeu, branco, cis, heterossexual, familista, monogâmico, adulto, produtivo, judaico-cristão, liberal e defensor da razão formal-

⁶³Rememoremos uma passagem de Fanon que já utilizamos “Quando se percebe na sua imediatez o contexto colonial, é patente de que aquilo que fragmenta o mundo é primeiro o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias, a infraestrutura econômica é também uma superestrutura. A causa é consequência: alguém é rico porque é branco, alguém é branco porque é rico. É por isso que as análises marxistas devem ser ligeiramente estendidas, a cada vez que se aborda o problema colonial” (FANON, 2010, p. 56).

abstrata. O cerne ideológico que desenvolve o indivíduo simbólico nucleador de seu *ethos* expressa alegoricamente a complexidade do conjunto de ideias, práxis e complexos que constituem o processamento de mediações para manutenção da lógica do capital dentro de sua reprodução tão dinâmica, contraditória e tensionada.

A constatação da expropriação não somente nos alicerces primários do capitalismo, mas como conteúdo permanente de suas paredes maquiadas pela subjetividade jurídica, pela individualização da questão social, pelas circunstâncias das particularidades regionais de condições de vida melhor para uma parcela específica de trabalhadores por questão de identidade e território (como em parte da Europa dos anos 1950-1970) e, por fim, pela construção ideológica de naturalização das opressões concretiza a unidade exploração-opressão num nexo de mediação superior na evidência da unidade produção-reprodução que realiza o capitalismo contemporâneo. Fontes (2010) destaca que:

A imensa escala da concentração não resulta apenas na condensação da propriedade sob a forma da empresa, ou mesmo do conglomerado multinacional: transborda para todas as atividades da vida social e, onde não existem, precisa criá-las, como, por exemplo, através da expropriação de formas coletivas de existência para convertê-las em produção de valor (saúde, educação); da expropriação da própria condição biológica humana para convertê-la em mercadoria, já dominantes nos transgênicos e nas patentes de vida, mas apenas iniciando-se sobre a própria genética humana (p.203).

Os debates sobre expropriação de direitos evidenciam esta precisão analítica em dois sentidos, primeiro, ao aprofundar as reflexões sobre a perda de direitos na atual conjuntura, identificando algo mais preciso do que uma simples retirada formal de garantias e precisando esse fenômeno como construção estratégica da ordem do capital em seu atual estágio, ampliando as possibilidades de exploração, de disputa e sequestro do fundo público⁶⁴ e de dilapidação da superpopulação oriunda das consequências da lei geral de acumulação capitalista.

O segundo fator é ainda mais importante para nossa análise posto que os estudos que particularizam os processos de expropriação de direitos encontram os sujeitos marcados pelas opressões históricas como os principais atingidos pela jornada destrutiva da ordem sociometabólica do capital em seu âmbito político. Boschetti e Behring (2021) descortinando os sujeitos inseridos na marca de 12,6 milhões de desempregados(as) no Brasil no início da pandemia de covid-19, retomam dados estatísticos que demarcam o reforço conjuntural na expropriação entre os sujeitos que vivem o caráter mais agressivo da unidade

⁶⁴Sobre o debate do fundo público e as políticas sociais No Brasil Ver Salvador (2012), Boschetti E Teixeira (2019) e Salvador, Behring e Lima (2019).

exploração-opressão:

Esse dramático número encobre a condição de desigualdade de gênero e raça que atinge as mulheres e negros(as). Entre os(as) desempregados(as), 64,8% são pretos e pardos, conforme designação da PNAD/IBGE, enquanto os(as) que são brancos(as) correspondem a 34,2%. As mulheres são a maior parte (64,7%) da força de trabalho e também são maioria entre a população sem emprego —53,8%. A taxa de desemprego entre as mulheres foi de 13,1% contra 9,2% entre os homens. O nível da ocupação dos homens foi de 65%, enquanto o das mulheres foi de 46,2% (IBGE, 2019). Assim, as mulheres negras compõem a principal força de trabalho desempregada, precarizada e com baixos salários, o que revela a natureza estruturalmente racista e patriarcal do capitalismo brasileiro (Almeida, 2018) (BOSCHETTI; BEHRING, 2021, p.74)

As expropriações contemporâneas apontam sua agressividade para as camadas historicamente mais atingidas no complexo da exploração-opressão, confirmando que os processos históricos que sedimentam a carga ideológica da alienação impulsionam as possibilidades de agudização das desigualdades para determinados sujeitos sociais marcados por opressões históricas.

Nessa retroalimentação alienada, não somente o aspecto valorativo e ideológico, mas sua estrutura presente nas instituições e complexos sociais como, por exemplo, no Estado, tomam face de executores diretos destes processos de expropriação.

[...] o estado social desempenha duas funções principais. A primeira é a reprodução da força de trabalho, ou seja, o estabelecimento de condições para assegurar a capacidade de homens e mulheres de trabalhar “livremente”, o que é uma condição no processo de geração de mais valor. [...] a segunda função [...] é garantir diretamente a manutenção dos indivíduos e grupos sociais que não trabalham ou estão incapacitados para o trabalho: crianças, idosos, doentes, pessoas com deficiência, pessoas com transtornos mentais. As funções primordiais do Estado social são, portanto, tanto a reprodução da força de trabalho em condições de realizar um trabalho (ainda que não trabalhe), da futura força de trabalho (no caso das crianças e jovens), quanto à manutenção dos incapacitados ao trabalho temporário ou permanente (BOSCHETTI, 2016, p. 68-69).

Na condição contemporânea da expropriação de direitos, cada processo de realização do projeto ultraneoliberal atravessa a vida de explorados e oprimidos, diminuindo suas alternativas, sob a atuação deliberada do estado em transformação de uma parte desta função social reprodutiva em mercadorias e, na transferência do fundo público diretamente para o capital, onde, a multiplicidade de formas de aprofundamento das desigualdades se impõem aos sujeitos oprimidos no interior da classe trabalhadora com grau de maior intensidade e com a arma ideológica do moralismo conservador como recurso especial.

Diretamente no mundo do trabalho vivenciando a desvalorização salarial e os postos de trabalho mais precarizados, cotidianamente em suas relações interpessoais de

reafirmação desumanizada em processos de preconceitos, discriminação e violências diversas e, por fim, na atuação do Estado, confirmando os processos de subalternação, agindo ativamente em sua função de manutenção da ordem, como já citamos no aparelho repressivo, por exemplo.

O complexo estatal atua também na anulação dos sujeitos oprimidos, impulsionando a precarização, justificando políticas residuais e fragmentadas, naturalizando a lógica seletiva para os direitos cada dia mais escassos, produzindo a concorrência entre os explorados e oprimidos enquanto hipertrofia a carga financeira para os interesses especulativos, desenvolvendo a ampliação do manejo político diretamente orientado para o mais valor explorado na produção, agora potencializado monetariamente no fundo público como combustível do capital financeiro. Boschetti (2017, p.10), recupera a análise de Toussaint para tratar a dívida pública como alienação do Estado, onde:

[...] a supressão de direitos, bens e serviços públicos, os poderes públicos renunciam ao exercício de sua responsabilidade com os cidadãos, em favor da transferência de imensa parcela do fundo público para o sistema financeiro. Ocorre uma dialética interdependente entre as expropriações e a dívida pública, pois como esta se assenta no fundo público, e os governos contraem empréstimos para suas despesas ordinárias e extraordinárias, o pagamento dos juros, amortizações e do próprio capital da dívida, ela gera um aumento crescente de impostos. Por outro lado, sinaliza Marx, a sobrecarga de impostos requerida pela acumulação de dívidas contraídas pelos governantes obriga os governos a recorrer a novos empréstimos e assim sucessivamente. O compromisso com o pagamento de juros e amortizações leva os governos a aumentar impostos sobre a classe trabalhadora, mas também a reduzir investimentos em direitos e serviços públicos, provocando uma expropriação forçada da classe trabalhadora.

O fenômeno contínuo, contemporâneo e complexo de expropriação se realiza na ampliação de massas de trabalhadores/as em condições cada vez mais distantes de galgar resistência ao processo de precarização das condições de vida, ampliando assim, as possibilidades de aprofundamento do mais valor relativo e absoluto. Portanto, o processo potencializa a exploração da força de trabalho, ao passo que também aprofunda a dinâmica das opressões e seus rebatimentos no interior da classe explorada, amplificando tais condições entre sujeitos distintos, diversificando a massa populacional de reserva como uma mercadoria com distintos valores de troca, a saber, pelo tempo socialmente necessário para sua produção e reprodução onde, a depender dos seus corpos, identidades, territórios, esta dimensão social eleva ou rebaixa sua carga valorativa e, portanto, a sua precificação salarial e sua relevância, visibilidade e possibilidade de permanecer existindo.

Não menos importante, a constatação da expropriação de direitos e sua concentração em mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+ e imigrantes dos países

dependentes são condições que resplandecem o complexo alienado da exploração-opressão onde predominantemente se concentra a violência mais explícita sobre a classe trabalhadora.

No interior da classe explorada, o capital desfila sua desumanização pela expropriação continuada diante de sujeitos particulares sob um reforço que só existe pela permissão social de dominação, apropriação, coisificação e hierarquização de segmentos e de indivíduos marcados pela autorização alienada sobre seus corpos, culturas, identidades e representações sociais. Mais que uma funcionalidade, a opressão se realiza em unidade com exploração no contexto da expropriação como um elemento constitutivo de sua substância alienada, portanto violenta, numa relação essencialmente desumanizada.

Por tudo isso, as “expropriações secundárias” no campo dos direitos, isto é, àquelas que atingem as mediações de segunda ordem (MÉSZÁROS, 2011), buscam confiscar a vida da classe explorada, distanciam a classe trabalhadora do acesso da riqueza socialmente produzida, atingindo materialmente distintos sujeitos de sua composição em níveis de intensidade desiguais pelas dimensões socialmente construídas na confirmação das expropriações realizadas no passado e no presente sobre identidades periféricas ao modelo burguês de existir.

Mais uma vez se confirma que, se em termos abstratos, a ideologia liberal orienta a possibilidade de superação de desigualdades fora das dimensões formais do mundo do trabalho, a realidade material impõe a dinâmica contraditória de ampliação geral do capital aglutinada às condições de opressão. As crises inerentes ao capital, a necessidade de ampliação das massas trabalhadoras e os problemas circunscritos da elevação da superpopulação absoluta e relativa, sintetizam a precisão estrutural da dinâmica das opressões constitutivas à reprodução da exploração em sua dimensão ontológica.

Por isso, a expropriação esteve presente na formação originária colonizadora e, também, em sua vivacidade presente nos tempos de destrutividade mundializada. A retomada irônica e sarcástica de Marx sobre “acumulação primitiva” que critica a camada ideológica de falseamento meritocrático do suposto amadurecimento da transição capitalista pela capacidade de poupança, circulação, acumulação e desenvolvimento transitório da fase mercantilista da nascente burguesia, encobrindo as práticas violentas, o uso do Estado e a apropriação forçada, é uma crítica que revela uma dimensão permanente do capital-imperialismo no processo de aprofundamento alienado não somente na direção imediata da apartação força de trabalho e propriedade dos meios de produção, mas nas práxis cotidianas fundamentais para sua relação no estágio de reprodução ampliada do capital.

Se na linguagem burgo-eurocêntrica a palavra “primitivo” compõe não somente a

origem, mas também se relaciona com a ideia de barbárie, isto é, de irracionalismo e atraso, podemos recuperar o teor irônico de Marx e dizer que a dimensão “primitiva” do capital é uma constante, a primazia da sua capacidade de desumanizar territórios, populações, relações, identidades e corpos a fim da perpetuação do lucro constitui a sua essência.

A dilapidação de identidades substantivas é um recurso fundamental para o processo continuado de expropriação e da unidade exploração-opressão. O braço direto da violência cruza sua força com o desmembramento valorativo que questiona a existência e a pertinência dos sujeitos reais para garantir o sucesso da mão invisível do mercado.

Não se pode preservar o que não existe, portanto, para ampliar a lógica destrutiva material do capital é preciso dilapidar também às dimensões ideo-culturais e políticas. Assim, se os indígenas supostamente não mais existirem, sendo mortos ou sendo irreconhecíveis em sua identidade, se forem somente vistos como abstração exótica ao indivíduo cidadão moderno, enfim, se forem reconhecidos como algo do passado, se sua cultura e identidade tiverem sido superadas pela modernização capitalista, nessas condições, não faria sentido algum a manutenção ou a reparação do direito à terra, ao território⁶⁵ e à preservação de uma cultura supostamente morta.

Na mesma direção revisionista, se o camponês tiver sido um sujeito superado pela proletarianização do campo, se não mais houver a ideia da terra como base da sociabilidade particular e, portanto, não mais existir razão orgânica para um direito daquele que ali viveu e trabalhou numa sociabilidade considerada rudimentar, seria “irracional” e contraproducente para a lógica do capital a não absorção da terra e dos territórios. Não existindo motivações particulares é possível concluir o afogamento de todos os espaços numa condição de assalariamento precarizado sob a égide do modelo de acumulação flexível contemporânea. A destrutividade como um recurso contraditório da produção capitalista compõe a expropriação de uma dimensão ideológica para invisibilizar tudo que possa obstaculizar o lucro:

A desigualdade materialmente estabelecida pelo ato expropriador e legalmente prescrita precisa pressupor uma justificativa racional para a situação desigual que será estabelecida. Para tanto, a expropriação capitalista do espaço faz uso de sua dimensão linguístico-discursiva. Essa dimensão foi investigada recentemente por Backhouse (2015). Ao estudar a expropriação capitalista das áreas verdes (*grüne Landnahme*) no estado do Pará, a autora mostra que a introdução da figura retórica áreas degradadas (*degradierte Flächen*) em legislações de proteção ambiental foi essencial para justificar a transferência da propriedade rural de pequenos proprietários para grandes empresas. Trata-se aqui de um processo simbólico, em que o grupo social e o espaço a serem expropriados são retórica e discursivamente

65Lefebvre (2000) e Santos (2004) são autores importantes para pensarmos questões sobre território, identidade e as disputas que atravessam o espaço como uma totalidade que é constituída de contradições desumanizadoras sob a lógica do capital.

estabelecidos como um Outro prejudicado, inferiorizado e atrasado. Nesse processo, o discurso jurídico não é o único, mas um fator fundamental na concepção desse Outro (GONÇALVES, 2017 p.1055).

A alienação, isto é, a desumanização do outro, colocado como não humano, anti-humano ou sub-humano atravessa o apagamento do seu presente e do seu passado, utiliza de estereótipos, da reprodução de percepções animalizadas, da concepção do atraso diante da marcha civilizatória do capital. Revitalizar o *ethos* colonizador sob o véu do capital-imperialismo é um instrumento fundamental da alienação para o reforço ideológico do projeto burguês contemporâneo.

O ideário do progresso finca seus pés na alienação, impulsionando a coisificação das identidades, promovendo a desigualdade, a violência, a ausência de direitos em nome da ampliação da exploração. Esvaziados de sua história, de sua cultura e do reconhecimento social enquanto ser humano com particularidades, resta a fragilidade estrutural que oportuniza a dilapidação de territórios, de seus povos, de seus corpos.

A abstração liberal falseia o presente e o passado quando os alienam em suas mediações, jogando a desumanização histórica como um processo superado e encobrendo as expressões do presente com novas formas de manutenção da desumanização.

Em mais um exemplo desse processo: se a ideia de que “todos são iguais perante a lei” é tomada como crença, se a construção de desigualdade racial tiver supostamente sido um fato histórico superado após a escravidão e a identidade negra proporcionar um mero divisionismo que agride o equilíbrio humanitário da racionalidade da cidadania liberal, não faria sentido algum haver direitos de reparação histórica das cisões do racismo, assim, com todos os indivíduos sendo sujeitos de direitos, o suposto combate às violências racistas e a visibilidade de processos de desumanização coletiva seria pura ideologia interventora no sagrado direito individual.

O esvaziamento da história e a naturalização do direito burguês abstrai o fato que a legalidade capitalista foi processada historicamente para disciplinar e punir os sujeitos da classe trabalhadora, sobretudo, aqueles que estiveram deslocados do modo de vida da burguesia revolucionária. Marx demonstrou o aparato jurídico das “legislações sanguinárias” na construção moderna da Inglaterra, mas, além dela, a produção jurídico-penal por todo o mundo capitalista reforçou (e reforça) o conteúdo naturalizador da desumanização:

Quando o processo de repressão e criminalização dos grupos expropriados se completa, os indivíduos que pertenciam a esses grupos se acham suficientemente preparados para ingressar no sistema de troca de equivalentes. Em outras palavras: somente após o disciplinamento por meio do direito penal, o ciclo estável da

acumulação (D-M-D') pode ser normalizado. Uma vez normalizado, o direito passa a aparecer e funcionar de uma maneira diversa daquela manifestada na expropriação capitalista. Ele deixa de prescrever expressamente violência e desigualdade e adquire a estrutura da forma jurídica, isto é, a forma da igualdade e liberdade abstratas, que se encontra vinculada ao fetichismo da mercadoria para ocultar a apropriação do tempo de trabalho que não foi pago. Tudo isso, no entanto, é precedido pela violência jurídica e pela prescrição normativa da desigualdade conduzidas pela expropriação capitalista do espaço. Sistemáticamente, foi visto que reprodução sociojurídica da expropriação capitalista se desenvolve em três etapas: (a) a criação do Fora não-capitalista por meio de *othering*; (b) a privatização e (c) a repressão/disciplinamento pelo direito penal (GONÇALVES, 2017, p.1061-1062).

Contraponto à ideia de espoliação em Harvey (2010), Virgínia Fontes (2010) vai nos demonstrar que no atual estágio do capital não há lado de fora. O artifício de enxergar o outro fora de uma lógica que distorce o desenvolvimento centrado no lucro como sinônimo de busca emancipatória, trava sua condição alienada no esvaziamento da diversidade, da autonomia e da organicidade dos seres sociais.

O revisionismo histórico é um recurso ideológico da expropriação. O apagamento da resistência das particularidades no presente cumpre uma tarefa de afirmação da universalidade burguesa para confirmar a ampliação destrutiva do capital. Cada camada de fragilização da diversidade, organicidade e vivacidade dos sujeitos humanos, realiza o processo desumanizado que fragmenta e questiona construções históricas para impulsionar as possibilidades de apropriação do capital.

Por isso, aqui desnaturalizamos as desigualdades sociais reconhecendo o ser humano como um ser essencialmente social e histórico. Observamos que essa construção não se processa de modo abstrato, não advém de uma capacidade metafísica, não se trata de uma trajetória feita numa linha evolutiva e nem muito menos um conjunto de fatos espontâneos e coincidentes que se somaram para realizar determinados fenômenos desiguais.

A reprodução social do capital se agiganta em sua unidade exploração-opressão enquanto diminui o ser social em sua condição mais desumanizada. Alia o ontem e o hoje na expropriação continuada, promovendo as condições de perpetuação da exploração enquanto realiza tantas expressões de violência e desigualdades.

A natureza social da desigualdade suprassume a existência humana e limita sua individualidade em alternativas posicionadas em sua condição na unidade exploração-opressão. Constantemente observamos que as necessidades humanas e os limites sociais de sua efetivação atravessam a vida dos sujeitos da classe trabalhadora definindo suas possibilidades de existência, de resistência individual e de sobrevivência numa estrutura social forjada na desumanização.

Na madrugada do dia 19 de maio de 2022 a região metropolitana de São Paulo-

SP viveu a noite mais fria do ano, com sensação térmica próxima aos 4°C negativos, quando "os termômetros chegaram aos 6,4°C em Parelheiros e 8,5°C na região da Consolação" (CGESP, 2022)". Numa cidade repleta de prédios vazios⁶⁶ e de lojas abarrotadas de agasalhos, naquelas últimas 24 horas, no meio da rua, duas pessoas morreram de hipotermia.

Isaías de Faria, homem de 66 anos, foi um dos mortos. Segundo matéria da BBC News Brasil (SOUZA, 2022), Isaías faleceu no dia 18 de maio em frente ao Núcleo de Convivência São Martinho de Lima I, equipamento da Assistência Social de São Paulo que fornece alimentos para pessoas em situação de rua, no bairro Belém, na Zona Leste da capital paulista. Isaías buscava uma forma de se proteger do frio enquanto aguardava a distribuição de café da manhã:

Ele passou por uma triagem e pegou uma senha para tomar um café da manhã distribuído diariamente no local, por volta das 8h. Mas ele teve uma convulsão, caiu e morreu antes de fazer a refeição. Três horas depois, o corpo permanecia no local, isolado por algumas fitas e coberto por um lençol branco, ao lado de um chapéu e da mochila da vítima (SOUZA, 2022).

Desde que o ser social, com sua capacidade de satisfazer suas necessidades por meio do trabalho, conseguiu se afastar das barreiras naturais, não podemos dizer que seres humanos morrem de frio, mas sim, da falta de acesso às condições socialmente existentes de contê-lo. Embora a morte seja uma condição biológica, a causa da morte não é natural, ela se direciona para indivíduos de classe, raça/etnia, gênero/sexo/sexualidade e territórios específicos.

No exemplo em questão, não se trata de uma tragédia aleatória, mas uma construção social há muito tempo naturalizada. Em pesquisa acadêmica de mais de suas décadas, Drummond Jr. e Barros (1999) já tratavam das desigualdades socioespaciais na mortalidade em São Paulo e refletiam que:

[...] que nem a água, nem a umidade, nem o calor, nem os microrganismos e mosquitos são "em si" epidemiologicamente destrutivos, mas na sua interação com formas de exploração do ambiente podem desencadear processos deteriorantes para a saúde. Sob a lógica predominante do crescimento do lucro, o aumento da produção industrial pode levar à poluição do ar e da água, que vão se incorporar no consumo das classes urbanas como processos destrutivos. Da mesma forma, as mudanças climáticas como o calor ou o frio excessivo provocam impactos em populações carentes, em função de inadequações no vestuário ou moradia (p. 36-37)

A naturalização da "subvivência" humana dentro das contradições do mundo

⁶⁶Oliveira (2010, p.3) apontou que "O estado de São Paulo possui não apenas o maior déficit habitacional do país, mas também o maior número de domicílios vagos em condições de serem ocupados e em construção, cerca de 1 milhão e 378 mil domicílios (o número total de domicílios brasileiros vagos é de 6 milhões). O alto índice de imóveis vazios é quase que equivalente ao déficit estadual (1 milhão e 400 mil moradias)".

do capital é também a naturalização da morte socialmente construída que, ao passo que é tida como natural é, sobretudo, resultado do processo de desumanização. A lógica do capital vai afogando os sujeitos em condições alienadas, vivenciadas em todos os espaços. A maior metrópole do país apenas realiza a lógica proletarizada dos territórios, propagando o progresso como sinônimo do que é urbanizado e ele como um elemento próprio de desigualdades supostamente insuperáveis.

A cidade é construída por trabalhadores e trabalhadoras que não possuem aquilo que realizam. Alienados de suas potencialidades e impulsionados aos seus limites, quem ergue prédios e assenta as calçadas têm direito à rua da amargura. A cidade não é somente concreto e asfalto, mas as pessoas, os sujeitos individuais e coletivos com suas vivências, experiências, valores, limites e possibilidades. O espaço urbano que toma seu apogeu e maturidade a partir da modernidade e sua centralidade na exploração do trabalho e circulação de mercadorias, expressa aos olhos de todos as contradições de uma sociabilidade essencialmente desigual, ao passo que também naturaliza essas desigualdades.

Konder (2000), tratando do tipo humano burguês e sua relação com a cidade, expressa toda a sua cara de desumanização. A cidade nos aparece como um corpo vivo e descontrolado aos indivíduos que a habitam. Os muros visíveis ou invisíveis que demarcam a cidade dos ricos e a dos pobres são as cortinas do ódio de classe em concreto e a expressão continuada da expropriação.

Uma cidade é uma construção que, por sua própria natureza, precisa se fazer pela e para a coletividade. No entanto, os seres humanos que edificaram as grandes cidades modernas da sociedade burguesa trabalharam em condições marcadas por uma drástica desigualdade e usufruem da construção realizada em condições de uma desigualdade não menos drástica. Falta-lhes, por conseguinte, o cimento de uma solidariedade verdadeira e espontânea para poderem constituir uma autêntica comunidade. Na realidade, os de "cima" arregimentam os de "baixo", usam-nos como mão-de-obra, exploram nos, vigiam-nos e os temem. E os de "baixo", percebendo confusamente a situação, estão sujeitos a movimentos de ressentimento e revolta.

Quer dizer: a comunidade que criou a grande cidade e nela vive, não constituindo uma verdadeira comunidade, não se reconhece na sua criação "alienada", "estranhada". Em sua existência cotidiana, os homens se defrontam constantemente com os mais variados indícios desse problema, que permanece irresolvido. (KONDER, 2000, p. 67).

Os territórios e suas cisões por condomínios, as câmeras de segurança, os sinais de trânsito, suas grandes ausências de seres humanos reais nos espaços, preenchidos por seus automóveis devidamente engarrafados, um completo caos que vai cumprindo diversas funções: seja de moradia para os sujeitos explorados, de habitação das mercadorias e a realização de seu consumo, seja os próprios códigos mercadológicos envoltos à

sociabilidade dentro do grande território. A lógica desenvolvimentista do capital é capitalocêntrica e, por isso, a contradição e sobreposição urbana "capital x interior" impera em todo o país e traduz o desenvolvimento regional desigual mais amplo.

Numa trama de relações desumanizadas, os seres sociais estranham sua diversidade e se reconhecem como desiguais. As identidades alienadas desencontram as semelhanças enquanto identificam violências individuais e coletivas potencializadas na lógica da exploração. No belo e trágico filme *O Homem que Virou Suco* (1981), o "operário modelo" e o "poeta popular" são sujeitos idênticos e estranhos, nordestinos espremidos até o bagaço pela selva de pedra que transforma corpos de pele escura, corpos femininos e corpos vindos de outras partes dos territórios do país como mercadorias baratas, descartáveis e facilmente substituíveis. Deraldo, o poeta confundido com Severino, o operário modelo, são dois homens que têm a mesma cara, que têm a mesma sorte, que são reduzidos às suas condições de vida e de morte severina.

Mais uma vez, não por acaso, a discriminação é a síntese da alienação que consubstancia elementos do racismo estrutural, expressões da xenofobia, do ódio de classe oriundo de uma cultura da burguesia brasileira e sua essência dependente e autoritária. Os preconceitos e discriminações acompanham e compõem a complexidade da sociabilidade do capital, justificando desigualdades, reforçando condições alienadas, naturalizando a desumanização. As identidades forjadas no processo material da unidade exploração-opressão conduzem as relações do ser dominador e do ser dominado, desumanizando a vida do ser social, asfixiando as determinações para a manutenção da existência de sujeitos oprimidos e explorados.

Segundo relatos, Isaías de Faria, aquele que morreu no frio (e não de frio), tinha local para dormir, mas foi até o Centro de Convivência da prefeitura porque tinha fome. Foi a falta de recursos para adquirir alimentos que o fez ir até o local e se expor à temperatura crítica sob a qual não teve condição de sobreviver.

Em várias seções deste texto retomamos o tema da fome para ilustrar a complexidade entre o ser social, suas necessidades primárias, o afastamento das barreiras naturais e a produção social de desigualdades. A provocação não é gratuita, mas alarmante, reveladora sobre como tal condição atravessa a história do modo de produção que produz abundância.

A FAO (*Food and Agriculture Organization*), organização da União das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, estima que 3,8 bilhões de toneladas de alimento são produzidas em escala mundial a cada ano, no entanto, a fome e a insegurança

alimentar perseveraram numa escala aterradora. No seu relatório “*Sistemas alimentarios en América Latina y el Caribe*”, os pesquisadores apontam que:

Dois bilhões de pessoas não sabem se poderão ter comida suficiente em um determinado momento e deve, com alguma frequência, ter que reduzir a quantidade ou a qualidade do que comem. Três bilhões, quase quatro de cada dez habitantes do planeta, não têm capacidade para se alimentar saudavelmente. Mas, além disso, verifica-se que a alimentação e a agricultura que o produz, estão envolvidos em algumas das mais graves consequências da crise ambiental e climática do nosso tempo. Não é apenas mais do grau de acesso aos alimentos, mas da forma de produzi-los, processá-los, transportá-lo, comercializá-lo e consumi-lo, e seus efeitos planetários. Tudo Isso acaba compondo uma nova noção de segurança alimentar no Século XXI (SILVA et al., 2021, p. 4, tradução nossa)

A constatação que dialoga sobre a forma de produção e o não acesso ao consumo também aponta as desigualdades de gênero/sexo e raça/etnia. O estudo aponta que em 2019, a insegurança alimentar moderada ou grave na América Latina foi de 32,4% para as mulheres e 25,7% para os homens, ou seja, entre afetadas há quase 20 milhões de mulheres a mais do que o grupo masculino, a pesquisa destaca ainda que, na particularidade brasileira, a maioria dessas mulheres são negras.

A unidade exploração-opressão constitui não somente a substância do valor da força de trabalho como, a partir de sua realização junto ao caráter continuado de expropriação, atinge diretamente à redução das possibilidades de existência de determinados sujeitos.

A constituição da desumanização do ser social se expressa no quadro mais emblemático daquilo que é tido como necessidade básica de sobrevivência. As construções históricas alienadas atravessam territórios, particularidades e subjetividades reificando seu cotidiano sob uma estrutura social que protagoniza a desefetivação do ser. O ontem e o hoje se conjugam na experimentação de distintas formas de realizar o mesmo modo de produção que centraliza a exploração e constitui-se de diversas formas de opressão.

Em *A Fome* (1890), Rodolfo Teófilo (1953-1932), emerge no cotidiano de indivíduos que se apresentam em papéis desiguais num contexto bem específico de expressão da miséria no cenário nordestino, na segunda metade do Século XIX. Retratando a grande seca entre os anos 1877 e 1879. O autor nos revela a penosa vida dos sertanejos do interior do Ceará, centrando-se na escassez da família de Manuel de Freitas, protagonista do romance, que devido à estiagem ver-se obrigado a deixar suas terras e partir para a capital da província, enfrentando as intempéries da travessia em meio à milhares de miseráveis, num cenário de profundo terror e desumanização em disputa obstinada pela sobrevivência.

Algo marcante em todo o texto é o detalhamento da miséria recheada de cruzeza, a descrição do tom do desespero, a expressão do teor animalesco, a conjunção dos personagens sucumbidos pela fome. As condições sociais vão rebaixando as subjetividades sufocadas pelo processo de desigualdade, de uma vida alienada que transforma o mundo humano num mundo de fome. Um mundo contraditório, com possibilidade tecnológica de uma produção que satisfaça todo o gênero humano, mas subsumida à lógica da exploração.

Já debatemos que o fenômeno natural do número escasso e irregular de chuvas, a elevada temperatura, o solo arenoso são contingências que não explicam por si só a dimensão complexa vivida pelas classes populares naquele território. O entendimento dessas contradições não perpassa o determinismo geográfico que poderia ser utilizado para justificar o êxodo da família de Manuel Freitas para a capital. A ingerência política dentro de um processo de enfrentamento dos danos da seca é uma questão *sine qua non* para a propagação da miséria na zona rural e sua conexão com o apogeu contraditório dos centros urbanos na capital.

Esse processo se constrói historicamente. Ele faz parte de um projeto específico de desenvolvimento e é fruto de escolhas de investimento dos recursos públicos e privados em determinadas áreas territoriais que possam caracterizar mais lucro. A seca serviu à classe dominante como fomento à ampliação da desigualdade, alimentou uma indústria de manutenção econômica, politicamente irrigou o coronelismo oligárquico, abalizado por uma cultura que gestava o Estado imerso no clientelismo, na nevrálgica relação entre os interesses privados e a apropriação do que é público.

Nesse processo analítico fica evidente que a tessitura entre o universal e o particular, numa visão de totalidade, aprofunda a análise da maturação das contradições sociais, entendendo o processo de ascensão do capitalismo em escala global, mas trabalhando diretamente com as questões locais, os fatos singulares, o processo peculiar, a questão geográfica e seu protagonismo evidente na história.

Por ser expressão do complexo alienado da unidade exploração-opressão na realidade brasileira, *A Fome* é um romance para quem tem estômago, a revelação da alienação em sua condição mais absurda e, ainda assim, cotidianamente naturalizada, constantemente colocada pela ordem do capital como uma dimensão a-histórica, biológica e insuperável socialmente:

Não era um bicho, mas um homem que a fome reduzira a bicho [...] continuava a roer as unhas e a comer as escamas que se desagregavam da pele. Agora fitava o rosto de Carolina perto de si, completamente exposto e alumiado em cheio pela luz da fogueira. Percebia o tom daquela carnação, mas com apetite de besta afomeada. As narinas dilatam-se-lhe mais, fareja, sorve o cheiro daquela carne sadia, na qual

tem ímpetos de saciar a fome, de rasgá-lava dentada. O delírio aumenta [...] um fedor de carniça enche o quiosque (TEÓFILO, 2002, p. 61-63).

O relato repulsivo, a provocação naturalista diante da desumanização extrema encontra na naturalização da alienação seu aprofundamento contínuo no mundo do capital. A permanência das condições precárias de parte do mundo enquanto se cultiva exploração e se colhe opulência e desigualdade são fatos contrastantes com a normalização desse abismo alienado. Os argumentos a-históricos do fatalismo burguês resultam numa linha argumentativa irracionalista e reforçadora de suposições anti-históricas, decaindo em elucubrações cada dia mais abstratas para lidar com as contradições oriundas da relação capital-trabalho.

Discorrer sobre determinados processos históricos tendo como subsídio obras de ficção que se inserem no contexto daquilo que se pretende abordar, pode se revelar como uma ferramenta bastante útil do ponto de vista analítico, bem como evidenciar melhor entendimento no sentido de desvendarmos as categorias, as causas e as consequências relacionadas a esses processos.

Se os argumentos aqui expostos não fossem tão concretos estaríamos retratando uma história ficcional anacrônica, mas não. O frio e o calor, a fome e a sede determinando a vida e a morte de seres humanos numa estrutura social que tem condições objetivas de superá-las, assim como a seca e a enchente, enquanto problemas sociais, são todos processos que só existem pela condição proporcionada na alienação do capital.

A história é um complexo da sociabilidade humana numa dimensão coletiva da práxis de transformação da natureza, de transformação do próprio ser humano e de construção acumulação, tensão e complexificação de aprendizados sociais que se refletem na capacidade de satisfazer necessidades básicas de sobrevivência e de constituir dimensões inéditas quando comparada a outras espécies.

Observamos que, dentro dessa forma de existir, o ser social construiu a sua humanização objetiva e subjetiva nos processos contraditórios que desenvolveram também a sua desumanização socialmente posta. Afinal, o ser que antes limitado às barreiras naturais e que viveu sobre baixa capacidade de agir no mundo, pelas suas condições materiais (desenvolvimento das forças produtivas) e espirituais (como o conhecimento, as relações subjetivas e a cultura), foi construindo na ampliação do mundo humano a complexidade para alargar sua própria humanidade, enquanto também se enredava na transmutação de sua potencialidade de produção abundante para fins privados, gerando complexos objetivos e subjetivos em torno dessa lógica.

Por fim, observamos que nessa construção histórica que amplia a complexidade da subjetividade humana, realiza a sociabilidade do capital como uma complexidade que explicita desigualdades enquanto sufoca o potencial da diversidade, que objetifica e mercantiliza ações, reações e relações e que rebaixa sujeitos, corpos e expressões humanas.

Tal determinação possibilita uma base material que garante a descartabilidade de sujeitos que valem menos e, por fim, normalizam políticas coercitivas, naturalizam violências materiais, psicológicas e simbólicas e estruturam a coisificação e a apropriação não somente entre diferentes classes, mas nos processos subjetivos e relações interpessoais no interior das parcelas exploradas.

4.2.2. A natureza cuspada e escarrada: desigualdade diversa e diversidade desigual

*O rio concreto invadindo os edifícios
O nome, o muro
Circuito fechado
O olho aberto pra você dormir tranquilo
Ora, cara, não me venha com esse papo sobre a natureza
Cada um inventa a natureza que melhor lhe caia
Uma natureza que é a sua cara
Uma natureza cuspada e escarrada
Onde existe o dito natural e um animal perfeito mora
Onde a verdade é garimpada até não sobrar nada*

*Um Olho Aberto
Elza Soares*

A ideologia da sociabilidade burguesa estabelece um conjunto de valores que desfilam sob as condições de raça/etnia, gênero/sexo e sexualidade, garantindo as determinações alienadas de classe, incidindo na formação das identidades, propagando as percepções da cultura hegemônica e reproduzindo a lógica do mercado em cada momento histórico do capitalismo. Esse processo arremata a reprodução de processos vivenciados no mundo do trabalho, os entraves e as contradições na formação da consciência de classe, a desefetivação da diversidade humana e a naturalização das relações sociais centradas nas mercadorias.

Da ontologia religiosa aos idealistas do racionalismo moderno muitos são os que buscam revelar a importância das práxis espirituais. No caso destes, qualificam essas práxis como elementos predominantes do ser social, concluindo uma determinação valorativa que supostamente direcionaria a materialidade da vida e justificaria suas contradições. Provavelmente a máxima mais conhecida pelo senso comum ocidental é a da cosmovisão judaico-cristã que, entre tantas lições, nos ensina que “nem só de pão viverá o homem”, no

entanto, a ontologia do ser social demonstra que até o espírito tem base material.

O ser social é um ser potencialmente faminto de humanidade, um ser criativo, potencialmente diverso, humanizador de suas necessidades e de suas alternativas, portanto, um ser que tem fome de tudo, quanto mais complexo é, mais necessidades sociais cria e mais alternativas constrói.

Contudo, a particularidade histórica deste ser social vivente alienado na estrutura social que ele mesmo desenvolveu, o capitalismo, o conduz a expressões de inanição não somente físicas, mas também socialmente existente no tipo humano burguês como um ser eticamente irresolvido:

Tal como a vida está organizada, antes mesmo de poderem refletir, os sujeitos individuais se sentem postos numa arena que os obriga a enfrentar, na luta pela vida, exigências contraditórias. Precisam cultivar relações humanas verdadeiras para tentar superar a solidão, mas também precisam se servir utilitariamente das pessoas, manipulando-as, para alcançar os objetivos que a ideologia dominante define como essenciais: "vencer na vida".

Comovem-se com a recomendação cristã que pede a cada um que ame o próximo como a si mesmo, porém também não podem deixar de se sensibilizar com a chamada "lei do Gérson", que manda "levar vantagem" sempre, em tudo. Querem ser bons, no entanto precisam aprender a ser maus. Querem ser solidários, mas não conseguem deixar de ser egoístas. Um certo calculismo se infiltra, gélido, até mesmo na cálida intimidade dos afetos. Virtudes e vícios se misturam, qualidades e defeitos se confundem. Inteligência e esperteza se transformam em malandragem e matreirice. Generosidade vira burrice. O homem burguês é um ser eticamente irresolvido (KONDER, 2000, p. 28-29).

O esgotamento dos ideais de "liberdade, igualdade e fraternidade" decaem num rebaixamento moral individualista que se alimenta da construção estrutural ontologicamente desigual, concretamente contraditória e repleta de valores que naturalizam a desumanização do ser social, realizando uma ideologia fatalista e impulsionando a dinâmica da unidade exploração-opressão dentro de uma sociabilidade complexa produtora e reprodutora de subjetividades também complexas.

A individuação do ser e sua formação de consciência de personalidades ocorre em solo de maiores possibilidades sociais, quando há alto desenvolvimento das forças produtivas, mundialização das relações de produção e construção de contradições ideopolíticas autocentradas nos indivíduos. Konder coloca que a formação do indivíduo histórico do mundo burguês constitui níveis de sofisticação de costumes num estágio diferenciado

Pessoas mais autônomas são também mais complicadas, passam a ter maiores possibilidades de conflitos entre elas e também passam a ter maiores conflitos internos. A ética deixa de ser um conjunto de normas que a comunidade dita para os indivíduos (na origem, o termo vem de *ethos*, palavra grega que designa os costumes, isto é, uma pauta de conduta definida pela coletividade) e passa a ser um

conjunto de valores pelos quais o indivíduo optou e em nome dos quais ele pode ter que se insurgir contra sua própria comunidade (KONDER, 2000, p.14).

Da nossa argumentação ontológica pelo materialismo histórico e dialético, passando pelas particularidades históricas e pelos dados de realidade expressos nas estatísticas e nos depoimentos e casos específicos aqui recuperados, demonstramos a importância, dos valores culturais, das relações interpessoais, mas colocando tais questões com o pé no chão da história, como frutos da realidade concreta, como parte componente de complexos indissociáveis da vida humana em sua unidade produção e reprodução social.

Por isso, observamos que o atravessamento da reprodução social não conduz ao mero espelhamento da produção capitalista. Demonstramos também que sua atuação unitária e essencialmente alienada não se expressa por um artifício superior ou exterior ao processo produtivo que supostamente violaria a objetividade do valor-trabalho. Ao contrário, demonstramos que o caráter alienado, portanto, violento e desumanizador, é parte constitutiva do processo de produção e reprodução da força de trabalho e de suas desigualdades que incidem diretamente na capacidade de ampliação da exploração de diferentes sujeitos pertencentes à classe trabalhadora.

O *ethos* como a materialização valorativa do modo de ser hegemônico, conduzindo princípios, normas, percepções, desenvolvendo identidades e não identidades, promove as mediações objetivas e subjetivas entre as dimensões universais do modo de vida burguês e da existência individual de todos os sujeitos inseridos em sua sociabilidade, independente de qual classe, gênero/sexo, raça/etnia, geração ou território de origem. Se há uma universalização de um *ethos* particular, forjado historicamente pela expropriação, exploração e opressão, cada sujeito vai vivenciar condições e relações radicalmente distintas com tal conjunto constitutivo do cotidiano da reprodução social alienada. Por isso, o tipo humano burguês transcende o indivíduo da classe burguesa e se realiza na individuação dos sujeitos da sociabilidade do capital numa universalização naturalizadora dos seus valores:

Estamos convencidos de que não há burgueses sem burguesia; entendemos que a criação do modelo é obra de indivíduos que só puderam criá-lo porque eram representantes da classe. [...] Expliquemo-nos: uma coisa é o burguês, o proprietário dos grandes meios de produção, o industrial, o empresário, o banqueiro, o grande comerciante. Outra coisa é o tipo humano" que a burguesia, no exercício da sua hegemonia, permite que se desenvolva na sociedade.

Não se trata de uma "modelagem" do burguês feita pela burguesia (fenômeno que de fato existe, mas permanece restrito ao espaço da classe): trata-se de um condicionamento promovido, não pela burguesia, diretamente, mas pelo conjunto da sociedade burguesa, quer dizer, pelas características do "sistema" social estruturado sob a hegemonia da burguesia.

O comportamento do burguês como tal corresponde de maneira mais ou menos

direta aos grandes interesses da sua propriedade; já os movimentos do homem burguês como “tipo humano” apresentam uma enorme diversidade, uma riqueza bem mais surpreendente de contradições. (KONDER, 2000, p. 15).

Não há qualquer condição natural, sobrenatural ou meritocrática que faça o homem, o branco, o cis, o heterossexual, o europeu realizarem uma formação social de hierarquização, dominação e construção ideológica modeladora do tipo humano universal de um tempo histórico. Nenhuma dessas identidades possibilitam (ou possibilitaram) por si as condições de dominação do planeta, de hegemonização de valores e de normalização, normatização e compulsoriedade de sua forma de ser. São as construções materiais ao longo da história que vão edificando as possibilidades de fundamentação e reprodução social e é, de forma inexorável, o ser burguês que impõe a lógica universalizante que consubstancia todas essas outras condições, posto que é aquilo que o constitui que empreende a capacidade e necessidade de dominação.

Se a construção histórica pré-capitalista forjada no heterocispatriarcado impulsiona a materialidade histórica da formação da burguesia na Europa e se a formação da ideologia racista é condição central para o processo de dominação colonial, é com o alto desenvolvimento das forças produtivas da sociabilidade burguesa (potencialidade constitutiva desde seu surgimento e realizada no seu amadurecimento) é o piso onde se acimenta a estrutura de dominação, violência, expropriação, hierarquização e desumanização dos outros sujeitos distantes de sua lógica. É sobre essa base onde desfila o Estado moderno, a emancipação política, a subjetividade jurídica, a individualidade abstrata como um conjunto que permeia os limites civilizatórios da diversidade humana nos marcos do capital, encobrendo a dimensão ontológica de superarmos efetivamente as formas de exploração-opressão.

Esse *ethos* alimenta a naturalização ontologicamente constitutiva da vida cotidiana, num processo de internalização subjetiva da lógica da unidade exploração-opressão que é constituída pelos processos de dominação, coisificação, apropriação, hierarquização que são as características da complexidade alienada que desumaniza todos os espaços da vida social.

O *ethos* burguês desumaniza os valores dos sujeitos explorados e oprimidos. Essa desumanização espiritual ocorre em consonância com sua desumanização material e a sua retroalimentação estrutural define a forma como os indivíduos podem existir no mundo das mercadorias. Tal condição indica principalmente como a classe trabalhadora de cada particularidade pode viver, sobreviver e enfrentar as contradições capital-trabalho diante das fronteiras do seu modo de produção. A diversidade de meios, formas e intensidades de

realização da alienação atravessa a mundialização do capital capilarizando desigualdades e pressionando a vida dos sujeitos oprimidos.

Para aprofundar a constatação do racismo como uma expressão moderna da alienação, Silva (2012) analisa as questões históricas que aqui tratamos, sublinhando a formação originária do capitalismo com o processo de desumanização tal e qual Marx e Lukács desvendaram. Em *Racismo e Alienação*, Silva (2012) destaca a unidade do pensamento ideológico formado do processo de escravização com a ideia de raça prevalecida na modernidade onde, nesse processo de transição do feudalismo, o absolutismo mercantilista impulsionava a escravidão conjugando aspectos valorativos sob o julgo dos preceitos religiosos centrados na formação judaico-cristã:

As sociedades escravistas coloniais estabeleceram uma unidade organizativa interna altamente articulada, o que possibilitou a reprodução perfeita de seus elementos – claro que em cada colônia essa relação se deu de um modo particular. A estrutura de dominação, repressiva e universal, contava com o controle, a tortura, o direito e a religião, que justificavam a inferioridade do trabalhador escravizado e a alienação do escravo. Toda essa formação social escravista foi possível apenas sob o comando do capitalismo comercial. Na entrada no século XIX a consolidação do capitalismo industrial absolutizou a contradição entre trabalho livre e assalariado na Europa e trabalho escravo (com variadas formas) nas colônias das Américas e Antilhas. Esse processo levou as formações capitalistas industriais, em que a Inglaterra era a mais desenvolvida, a iniciarem um processo de luta contra a escravização, mantendo, no entanto, a desumanização do negro praticada em todas as esferas da vida (SILVA, 2012, p. 36-37).

O processo de escravização como marco constitutivo da construção do capitalismo realizou uma dominação que não buscou apenas o trabalho forçado, mas a construção de uma ideia de desumanização que apartava os sujeitos de sua história, de sua cultura e de sua religiosidade. O desenvolvimento alienado de um ser humano universal com determinada cor de pele, origem territorial, crença religiosa apontava diretamente para o sujeito não-humano na conformação identitária oposta aquela formulação.

A materialização da subalternização na dimensão produtiva não está apartada do rebaixamento da cultura dos sujeitos subalternizados. Cada particularidade dos grupos sociais mergulhados nesse processo tem um grau distinto de profundidade em sua construção social de marginalização de suas identidades em um nível de relativa proximidade com sua relevância produtiva na construção colonial. Silva (2012), nesse sentido, destaca que:

Como não conseguiam compreender as formas de cultos dos indígenas, julgavam que estes não possuíam religião e que, portanto, podiam ser facilmente catequizados. Multiplicou-se o número de missões – como eram conhecidos os aldeamentos. Com essa forma de intervenção a Igreja atrapalhava a escravização dos índios, até que os próprios aldeamentos foram assaltados e os índios capturados para o trabalho

escravo. Contudo, a insistente intervenção da Igreja, até mesmo com a emissão de bulas papais, e o nível de mortalidade dos indígenas influenciaram para que o Estado substituísse a mão de obra indígena, que não era produtivamente viável, pela dos africanos (p.39).

Se as distinções produtivas e culturais dificultaram a manutenção do projeto escravocrata dos povos originários do continente americano, foram desumanizados os elementos que perpassaram às particularidades produtivas das grandes comunidades socialmente existentes nos territórios pré-colombianos, a sua imensa diversidade cultural, até suas formas de resistência diante do projeto dominador e as condições produtivas e reprodutivas apontaram para a diáspora preta no oceano atlântico, o processo de sufocamento territorial, genocídio e etnocídio dos povos ameríndios constituíram uma parte significativa do projeto colonial.

Do outro lado do oceano, a escravização foi o cerne catalisador da dominação colonial sobre os territórios africanos, buscando uma engenharia escravocrata que também desenvolvia um conteúdo ideológico voltado para a justificação moral da importação de pessoas negras. Os colonizadores se apropriando dos conflitos particulares aos processos produtivos daquele continente, que obviamente vivenciava lógicas não burguesas, observaram uma condição que ampliava as possibilidades de dominação frente às suas próprias condições potencialmente mais agressivas em poder coercitivo, pelo poder armamentista, mas também em organização social mais unificada, gerando um processamento mercadológico mais estruturado a ser oportunamente utilizado diante da instabilidade gerada nas disputas internas de povos e comunidades africanas.

A mercantilização dos sujeitos oriundos do continente africano assume uma forma qualitativamente distinta as expressões escravistas que historicamente se processaram em conflitos particulares naquele continente. Enquanto os processos de escravidão em comunidades africanas ocorriam por questões de endividamento, o sequestro das populações pelo projeto burgo-europeu abarcava um caráter exterior e totalmente desvinculado de sua lógica produtiva.

Por isso, a escravidão moderna é distinta tanto do escravismo clássico grego, quanto de outras experiências nesse formato, pois seu amadurecimento é um processo constitutivo de um modo de produção outro na formação da sociedade burguesa. A ideia de raça é um projeto desenvolvido historicamente que amadurece as condições produtivas que garantem as possibilidades do capitalismo europeu.

Dessa forma, não se pode pensar em burguesia e no seu *ethos* sem pensar no desenvolvimento da escravização dos povos africanos e na violência contra os povos

originários dos territórios colonizados. Não se pode analisar a classe exploradora sem pensar na sua ideologia madura e no seu processo de desenvolvimento até seu apogeu de dominação. Como o capitalismo é uma relação social, não se pode pensar o dominador fora dessa mediação social complexa de dominação histórica.

A formação social das particularidades coloniais centradas no escravismo não está vinculadas a um modo de produção apartado da formação burguesa. Ela tem sua estrutura violenta, autoritária e desumanizada associada à formação e amadurecimento da estrutura do capital e de seu complexo de reprodução ampliada que se processou nos séculos de gestação do projeto de modernidade, sendo sua construção não somente de enriquecimento produtivo nos estados europeus, mas de sedimentação de um *ethos* universal de ser humano.

Sabemos que há importantes divergências nessa questão entre “modo de produção específico” ou “formação social”. Intérpretes da particularidade brasileira no campo do marxismo orientam suas análises para conclusões distintas. Nessa discussão, por exemplo, Prado Jr (1957), Fernandes (2006), Mazzeo (1989), e Ianni (1994), todos com diferenças analíticas, sedimentam os argumentos que aqui concordamos e reforçamos sobre a formação social do escravismo inserida no amadurecimento do capital⁶⁷.

Cada especificidade produtiva da violência racista colonial compõe uma mediação que embasou o solo da historicidade da revolução burguesa e seu projeto de modernidade e esse dado tem determinações decisivas para entender o *ethos* reprodutivo da unidade exploração-opressão. Se o presente ilumina o passado, isto é, se a realização complexa das determinações presentes nos aponta os processos fundamentais da construção histórica, não se trata de mero teleologismo demonstrar a construção do capitalismo pelas bases do escravismo colonial, como assim criticou Gorender (2016) diante da constatação de Prado Jr (1957, 2014) e outros que assim refletiram.

As leis relativamente autônomas que regeram o complexo produtivo racista e

67 Já Gorender (2016), por exemplo, conclui sua análise numa especificidade do modo de produção escravista. Diferente de Sodré (1964, 1976) que chega a essa conclusão aproximando a experiência colonial do escravismo clássico, Gorender argumenta que os seus fundamentos distanciados do trabalho livre não poderiam ser identificados dentro da esfera do capitalismo maduro, sendo, portanto, uma particularidade produtiva do mundo colonial, posto ter uma dinâmica particular própria na sua experiência de produção, circulação e consumo, onde se pode perceber relações de produção e forças produtivas igualmente específicas, em seu juízo, tal e qual Marx descreveu. Gorender desenvolveu uma descrição monumental da história da escravização, realizando um esforço metodológico muito importante, entendemos, no entanto, que nesta posição sua análise sobre modo de produção particular acaba por repetir problemas teóricos que perdem as mediações da construção do capitalismo e sua reprodução ampliada do capital. Se é fundamental entender as particularidades das formações escravistas, nesse processo, repetimos a posição que é fundamental que isso não esteja dissociado de sua centralidade para a formação da sociabilidade burguesa europeia.

colonial, onde se realizou a opressão e exploração racial, tem suas especificidades sem, no entanto, nunca romperem com a construção total da formação histórica de dominação burguesa. Ao contrário disso, cada processo particular de aprofundamento do racismo colonial realizou uma mediação complexa e contraditória de estruturação do amadurecimento estrutural do capitalismo e da formação do seu *ethos* burguês. O desenvolvimento desse processo não é linear, nem por um conjunto de fatos exteriores que possam ser julgados sob uma régua categorial apartada da relação universal-particular-singular.

Em nossa reflexão identificamos que o racismo tem uma base objetiva a partir da qual são geradas as ideias e preconceitos raciais. Portanto, as relações sociais e históricas desenvolvidas pelos homens são o fato gerador do pensamento que opera uma divisão racial entre os homens. Até agora vimos que no decorrer da história ocorreram conflitos, em geral oriundos da posse da terra, e particularmente em decorrência da dominação do homem pelo homem com a instituição do modo de produção escravista, mas esse escravismo antigo não estava ligado fundamentalmente a questões raciais e de cor. O escravismo moderno, porém, tem sua gênese na acumulação primitiva e uma de suas particularidades é a escravização de grupos sociais negros oriundos de nações africanas. A utilização de mão de obra escrava em tal período histórico certamente tem suas justificativas no plano do pensamento humano (SILVA, 2012, p. 43).

A complexificação do racismo moderno em sua substância alienada vai se desenvolvendo na materialidade enquanto se sofisticam as condições para sua naturalização. A racionalidade burguesa processa esta complexificação ideológica sob o argumento científico de raça enquanto amadurece sua abstração formal de igualdade liberal.

Nesse processo, a burguesia trouxe à luz do dia uma filosofia e uma ciência com características completamente novas. Tais elucubrações não eram simplesmente fruto da imaginação fecunda dos intelectuais burgueses ou fruto de sua vontade, mas a apreensão do real que faziam diante das imposições de sua filiação de classe e, por isso, aquela se limitava a esta. O processo histórico em que o capitalismo se desenvolveu trazia no seu interior algumas contradições. A primeira delas – que se caracteriza como imanente ao capitalismo – resumiu-se ao fato de, ao mesmo tempo e no mesmo processo, o trabalhador ser libertado da gleba e das corporações e, entretanto, ser inserido no regime de exploração balizado por uma crescente especialização do trabalho. Já a segunda consiste no processo em que o trabalhador é convertido em escravo nas Américas e Antilhas, ao passo que é libertado da gleba e das corporações na Europa. Tais contradições, operadas no mundo objetivo, se farão presentes em todo o edifício filosófico e científico da burguesia (SILVA, 2012, p. 45).

A racionalidade abstrata, reproduzindo seus limites alienados, busca em suas formulações responder suas contradições imanentes, apresentando soluções igualmente abstratas que imprimem uma substância contraditoriamente irracionalista em seu discurso de rigor científico. A formulação da ideia de raça é emblemática nesse processo.

Lukács argumenta que a velha teoria racista que se apoiava no ideal de raça pura a partir de quem pertencia à aristocracia em contraposição aos plebeus já não se sustenta. Ela tem de recuar ante a ciência, cujas descobertas mostram que não há, nem nunca houve em qualquer tempo histórico, uma raça pura. Os critérios científicos falham também totalmente quanto à determinação racial de um povo histórico ou de uma nação. Entretanto, o racismo dos primeiros tempos do capitalismo, ligado diretamente à escravização dos negros, não desapareceu inteiramente. Ele se amplia e até alcança sua máxima expressão no século XX com o nazismo, atingindo outras categorias sociais como diferenças religiosas e sexuais. Nas circunstâncias históricas, o racismo, baseado em teorias “científicas” falsas e até mesmo cínicas que sustentavam o ideal de raça pura ariana em detrimento da inferioridade de outros grupos humanos, serviu para dirimir conflitos sociais que culminaram na Segunda Guerra Mundial (SILVA, 2012, p. 56-57).

O racismo e a desigualdade racial são processos historicamente marcados em conjunção das diferentes práxis, para perpetuação de um projeto de dominação e complexificação de sua estrutura de exploração que se sofisticava sob suas formações sociais também constituídas de alienações históricas pré-capitalistas, expressando uma naturalização em diferentes níveis ideológicos, como no pensamento religioso e científico, apontando para a reprodução social das desigualdades materiais dessas esferas e de sua solidez na estruturação das classes sociais fundamentais ao mundo capitalista.

A raça é, portanto, uma categoria não natural. Ela é uma construção social, uma categoria política, um processo orientado para fins de dominação, desumanização, coisificação, apropriação e hierarquização, conforme temos caracterizado as expressões constitutivas da complexidade alienada da unidade exploração-opressão.

A “raça” não é uma condição biológica como a etnia, mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e processos de dominação e apropriação. Racializar uns e outros pela classificação e hierarquização revela-se inclusive uma técnica política, garantindo a articulação sistêmica em que se fundam as estruturas de poder. Racializar ou estigmatizar o “outro” e os “outros” é também politizar as relações cotidianas, recorrentes, em locais de trabalho, estudo e entretenimento – bloqueando relações, possibilidades de participação, inibindo aspirações, mutilando a práxis humana, acentuando a alienação de uns e outros, indivíduos e coletividades. Sob todos os aspectos a “raça” é sempre “racialização”, trama de relações no contraponto e nas tensões “identidade”, “alteridade”, “diversidade”, “desigualdade”, compreendendo integração e fragmentação, hierarquização e alienação (IANNI, 2004, p. 3)

Os grupos historicamente racializados sob o jugo do racismo moderno retomam esta categoria criticamente para desnaturalizá-la e apresentar a desigualdade concreta na contemporaneidade, fundamento estratégico para retirar o véu da emancipação política burguesa que tende a jogar para o passado sua explicitação irracionalista, enquanto perpetua as consequências históricas destas na atualidade da unidade exploração-opressão.

A ideia moderna de racialização do ser humano é uma materialização da trajetória da diversidade rebaixada à desigualdade. A diferença fenotípica não é uma

determinação para desigualdade por vias naturais, a construção de uma dimensão hierárquica sob a ideologia de raças distintas é uma construção social para referendar formas de dominação. Só o afastamento das barreiras naturais faz o ser social reconhecer sua diversidade, só a alienação faz com que ele a desumanize, construindo categorizações que a coloca em desiguais formas de existência. O racismo é, portanto, uma forma de sufocamento da diversidade do ser social.

O indivíduo alienante e alienado mantém, portanto, ao nível mais elevado da alienação racial, as suas características humanas. Isto é, o negro e o judeu não deixaram de ser participantes do gênero humano por conta do racismo pseudocientífico do Absolutismo ou do racismo reacionário do nazismo. Das suas consciências não foi arrancada essa humanização, mas as contradições imperantes na objetividade – a alienação racial propriamente dita – obscurecem a humanidade do outro em sua consciência. O racismo enquanto expressão ideológica da alienação operada a partir da base material de produção se apresenta para cada indivíduo de forma diferente, mediante sua posição de classe, por ser um fenômeno que atua incisivamente sobre as consciências como um fenômeno universal. Isto é, o racismo aparece como uma deformação ideológica da autoimagem do homem – deformação esta integrada organicamente ao processo de luta de classe instaurado no plano econômico, nas relações de trabalho. Por isso o escravo deveria sempre ser o não-branco, o não-ariano. Portanto, tanto o indivíduo branco da classe dominante quanto o não branco da classe dominada apresentam, do ponto de vista objetivo e subjetivo, os influxos da alienação racial. Entretanto, a comodidade do indivíduo da classe dominante se revela no fato de que sua autoalienação é condição necessária para a manutenção do seu status quo, de sua condição de classe. Sua autoalienação é potência para o seu domínio político-econômico no processo de luta de classes. (SILVA, 2012, p.101).

No capitalismo maduro há ainda camadas de desumanização que se aprofundam nesta condição, pois, para os sujeitos oprimidos, a luta por sobrevivência não significa somente a necessidade de vender a sua força de trabalho para garantir seu meio de sobrevivência. Significa também conseguir manter-se vivo para além do mundo do trabalho, proteger seu corpo, sua cultura e identidade que, não somente são apropriados pelo capital, como são rebaixados à uma condição sub-humana e, esta condição alienada, historicamente reforça a naturalização de sua descartabilidade expressa nas violências estruturais, institucionais e cotidianas.

Quando culturas são criminalizadas, quando prisões, manicômios e ruas são ocupadas por determinados corpos e identidades, quando os postos de trabalho mais degradantes são direcionados para determinados sujeitos e sem nenhuma condição de contratação e direitos, fica impossível tratar os processos de conjunção capital-trabalho sem perceber que a marginalização é uma estratégia de inclusão precarizada para fins de ampliação do processo de exploração e que tais condições só são possíveis pela sedimentação autorizada devido à

naturalização das opressões.

A maleabilidade entre produção e reprodução agudizada nos territórios dos países vitimados pelo processo de colonização e subalternizados no capital-imperialismo demonstra que os processos de unidade exploração-opressão e sua multiplicidade de violências e formas de desigualdades reproduzem condições de vida e trabalho que dificilmente poderiam retratar um estrato social chamado de lumpemproletariado como Marx⁶⁸ destacou no capitalismo europeu do século XIX.

Nas formulações marxianas o autor analisava o conteúdo reacionário promovido pela despolitização das massas marginais, àqueles sujeitos sobreviventes fora da dinâmica do trabalho produtivo, vivendo em condições distantes da moral burguesa e reconhecidos como sujeitos das "classes perigosas", como as pessoas em situação de rua, os criminosos e as prostitutas. Diante de toda a complexidade que aqui demonstramos é preciso contornar tal formulação, frente aos processos complexos da unidade exploração-opressão⁶⁹.

O moralismo burguês que, em primazia já parte da falsa equiparação de condições de sujeitos muito distintos, jamais poderia dar conta da precarização, marginalização e desumanização massiva dos sujeitos que viveram e vivem do trabalho nos espaços onde o racismo e o heteropatriarcado definiram expressivamente as desigualdades de condições de distintos sujeitos da classe trabalhadora nos territórios colonizados e no atual tempo histórico

68Vários são os textos que Marx não aprofunda o conceito, mas destaca o caráter periférico e o teor moralista frente aos sujeitos do chamado Lupém “Roués [rufiões] decadentes com meios de subsistência duvidosos e de origem duvidosa, rebentos arruinados e aventureiros da burguesia eram ladeados por vagabundos, soldados exonerados, ex-presidiários, escravos fugidos das galeras, gatunos, trapaceiros, lazzaroni [lazarones], batedores de carteira, prestidigitadores, jogadores, maquereaux [cafetões], donos de bordel, carregadores, literatos, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de tesouras, funileiros, mendigos, em suma, toda essa massa indefinida, desestruturada e jogada de um lado para outro, que os franceses denominam la bohème [a boemia]; com esses elementos, que lhe eram afins, Bonaparte formou a base da Sociedade 10 de Dezembro. Era ‘sociedade beneficente’ na medida em que todos os seus membros, a exemplo de Bonaparte, sentiam a necessidade de beneficiar-se à custa da nação trabalhadora. Esse Bonaparte se constitui como chefe do lumpemproletariado, porque é nele que identifica maciçamente os interesses que persegue pessoalmente, reconhecendo, nessa escória, nesse dejetos, nesse refúgio de todas as classes, a única classe na qual pode se apoiar incondicionalmente; esse é o verdadeiro Bonaparte, o Bonaparte sans phrase[sem retoques]” (MARX, 2011b, p. 91)

69Cinacchi (2020, p.14) recupera as formulações marxianas sobre lumpemproletariado fazendo uma revisão crítica para pensar o exercício profissional do serviço social, onde, nesse processo, sintetiza a complexidade brasileira para pensar a classe trabalhadora e as políticas sociais sem a reprodução moralista e reducionista promovida, inclusive, entre o marxismo vulgar: “Marx aglutina, de acordo com Linden (2016), o lumpemproletariado em camponeses deslocados, proletários desempregados, autoempregados, e profissões dúbias. A alocação de determinadas categorias profissionais na noção de lumpen ocorre a partir de uma marginalização não apenas do comportamento moral que uma ou outra ocupação terão (como no caso das prostitutas, por exemplo), mas pela própria marginalização de não se possuir um emprego formal (no caso, na fábrica), implicando em um não enquadramento do lumpemproletariado à classe trabalhadora, justamente por sua condição marginal, o que transparece em alguns momentos da obra marxianaengelsiana. No Brasil em que uma massa de milhões de desempregados que só tende a crescer com a ofensiva neoliberal, o que implicará em um contingente cada vez maior de pessoas vivendo na rua, o Serviço social não deve adotar a noção de *lumpenproletariat per si*”.

de mundialização do capital.

A realidade histórica demonstra que as margens que oprimem e marginalizam sujeitos colocam seus corpos e a sua força de trabalho no centro das possibilidades de exploração. Se estes sujeitos não se inserem nas condições clássicas da classe trabalhadora europeia do capitalismo do século XIX é tão mais pela vivacidade e complexidade daquela estrutura atualmente assumindo formas diversas de promover exploração do que por uma questão circunstancial.

A alienação e suas diferentes formas realização, o reforçamento e potencialização dos valores desumanizados e a materialização de condições marginais para determinados tipos humanos não retiraram esses sujeitos do processo produtivo do capital, ao contrário, os colocaram como peças centrais de condições de exploração intensificada pelo rebaixamento de suas identidades e, além disso, cumpriram também um papel no campo restrito da reprodução social, assumindo em seus corpos, em suas culturas e seus espaços o espectro de oposição ao *ethos* burguês, o arquétipo mobilizador das políticas do Estado para mistificação normatizadora e para a violenta frente à questão social envolta de processos de criminalização, patologização, moralização enquanto encobria a essência capital-trabalho.

Em suma, nunca foi possível no capitalismo dependente assumir uma separação mecânica entre *lumpen* e trabalhadores, pois, mesmo após o fim da escravização legal, a precarização, instabilidade, naturalização da informalidade no trabalho, o moralismo e as condições de pauperismo nunca foram somente condições periféricas, mas a perpetuação do ser social explorado-oprimido. Por isso, Fanon (1968, 2010), na contraposição da leitura conjuntural dos socialistas do século XIX, percebe uma construção revolucionária na fase superior do capitalismo do século XX, conseguindo realizar a leitura precisa da luta contra a alienação colonial dos “condenados da terra” que, ainda sendo *lumpen* do processo material e espiritual da sociabilidade burguesa e sua construção imperialista, consegue assumir um processo político pujante diante do *status quo*:

A constituição de um *lumpenproletariat* é um fenômeno que obedece a uma lógica própria, e nem a atividade dos missionários nem as prisões do poder central podem entravar-lhe a progressão. O *lumpenproletariat*, semelhante a uma rataria, apesar dos pontapés, apesar das pedradas, continua a roer as raízes da árvore. A favela consagra a decisão biológica do colonizado de invadir custe o que custar e, se for necessário, pelas vias mais subterrâneas, a cidadela inimiga. O *lumpenproletariat* constituído e pesando com todas as suas forças sobre a segurança da cidade, significa o apodrecimento irreversível, a gangrena instalada no coração do domínio colonial. Então os caftens, os cafajestes, os desempregados, uma vez invocados os direitos comuns, atiram-se na luta de libertação como robustos trabalhadores. Os ociosos, os desclassificados vão, através do canal da ação militante e decisiva, reencontrar o caminho da nação. Não se reabilitam em presença da sociedade colonial ou da moral

do dominador. Pelo contrário, admitem sua incapacidade de entrar na cidade de outro modo que não seja pela força da granada ou do revólver. Esses desempregados e esses sub-homens reabilitam-se diante deles mesmos e diante da história (FANON, 1968, p. 107).

Não existe uma despolitização ou um reacionarismo ontológico ao lupemproletariado, mas sim à ordem burguesa. Se ele se reproduz majoritariamente em todo o tipo humano dessa sociabilidade e se encontra condições favoráveis para impor sua lógica entre os despossuídos isso diz muito sobre como as condições mais profundas de desumanização não objetivam uma consciência "para si" e podem, ao contrário disso, reafirmar a lógica do dominador. Mais uma vez a precisa dialética freireana (1967) da relação de opressor-oprimido precisa ser recuperada, tanto para entender os reflexos da busca dos oprimidos para alcançar o status dos opressores, quanto para as análises reducionistas frente às supostas impossibilidades de mobilização radical de setores fora do mundo do trabalho formal.

A construção moralista da ideia de *lumpen* na ordem burguesa faz parte do aprofundamento social da alienação, uma forma ideológica de acobertar a expressividade da unidade exploração-opressão em determinados territórios e com determinados sujeitos. Quando se aprofundam as contradições numa conjuntura crítica para a ordem do capital a tendência de degradação das condições de vida e trabalho de toda a classe trabalhadora retira o véu moral desse processo e revela a barbarização alienada da decadência ideológica da burguesia que passeia sobre as irremediáveis contradições de sua estrutura produtiva.

Se a crise estrutural do capital aponta para uma *lupem*-proletarização de todos os sujeitos que precisam vender a força de trabalho e se esse é um fenômeno que vem disfarçado de pequeno-aburguesamento pela ideologia neoliberal e pelos valores do empreendedorismo, isso demonstra a sofisticação da reprodução social do capital que, enquanto criminaliza e barbariza a vida da classe trabalhadora, amadurece as dinâmicas mais desumanizadas, que incidem nas relações sociais desde o início do capitalismo, agora tomando novas formas de naturalização.

O desenvolvimento do racismo como alienação realiza objetivações e subjetivações desiguais (assim como o machismo e a LGBTQIAfobia). Condições de vida e de sobrevivência que são atravessadas pelo apartamento da diversidade humana em meios as hierarquizações para fins de dominação, aos processos de marginalização de corpos e culturas, às formas coercitivas de normalizar a identidade do tipo humano que configura o sujeito que detém as maiores alternativas de apropriação histórica.

Como já demonstrado, Fanon desvenda esse processo identitário alienado pelo

conceito de alienação colonial. Suas reflexões que, como já apontamos, superadas dialeticamente dos seus limites psicanalíticos e às trazemos para a ontologia sobre os pés de sua própria convicção revolucionária, revelam a subjetivação do racismo na desumanização relacional que epidermiza a exploração e coisifica a relação humana. Faustino (2019) dialogando com tais análises nos diz:

O que eu quero de destacar é que o racismo não é um simples ato de inferiorização e estigmatização dos povos não brancos no seio da sociabilidade capitalista, mas uma forma de estranhamento que interdita as possibilidades do reconhecimento das pessoas negras como seres humanos tanto em sua dimensão singular quanto humano-genérica. As contribuições de Frantz Fanon nos ajudam a pensar que, por um lado, a própria ordem mundial do capital é ininteligível – tanto do ponto de vista histórico quanto do ponto de vista geográfico – sem o equacionamento dos efeitos do colonialismo e do racismo para a sua universalização e consolidação. Por outro lado, apontam para a necessidade de pensarmos - quando investigamos os efeitos deletérios das atuais reconfigurações econômicas sob a sociabilidade e subjetividade humana – o quanto o racismo imprime uma distribuição desigual dos bens materiais, possibilidades de representação de si e do mundo, afeto, sofrimento, negação e, sobretudo da morte (FAUSTINO, 2019, p.91).

O não reconhecimento do outro como ser humano igual é o não reconhecimento de sua própria diversidade, é o rebaixamento da história humana à lógica da posse, da desumanização, da apropriação. A subjetividade do tipo humano burguês é rebaixada por suprimir o ser social à uma particularidade histórica de sua existência, esta, centrada em relações violentas e hierarquizadas. O racismo não somente constitui uma base de distinção de espaços de trabalho e de seus valores como também estrutura o lugar do negro em tudo que não é humano, uma subcultura, um subterritório, uma sub-identidade e uma sub-história para esta que é considerada sub-mercadoria força de trabalho.

Gonzalez (2018) vai tratar do “lugar do negro” e do “lugar do branco”, mostrando o não-lugar daquele que sofre o processo de alienação racial/colonial onde se impõe o caráter de desumanização no nível da produção, mas também na sua condição de vida cotidiana, silenciando, depreciando, apagando desejos, alternativas, resistências e sua história. Faustino (2019) dialoga com as reflexões de Fanon e Gonzalez com as formulações de Lukács e Mészáros, constatando que as relações individuais atravessam e são atravessadas numa unidade indivisível.

A busca por pertencimento no *ethos* considerado humano vai desenvolvendo uma identidade alienada, frígida em sua objetivação, desefetivada por princípio, pois não pode atingir sua intencionalidade já que, a origem de sua desumanização não está no fato de não ser branco, mas na estrutura social que desumaniza os negros. Racismo e heterocispatriarcado confirmam sua pujança no mundo da predominância econômica da

exploração do trabalho como uma substância indissociável que atravessa a produção enquanto se espalha por todas as práxis sociais alienadas.

O conceito de alienação colonial compõe com o de alienação sexual, apresentado no capítulo anterior, quando Lukács (2018) retrata os processos de desigualdades entre homens e mulheres, destacando, inclusive, a inferiorização feminina no âmbito da particularidade onde, mesmo um homem que, eventualmente possa ter consciência dos processos de exploração, reproduz em seu cotidiano expressões de desumanização do ser mulher. A composição de alienações coloniais e sexuais podem ser entendidas unitariamente na categorização de reprodução social como uma instância dos complexos dessa sociabilidade desumanizada.

A constatação desta produção valorativa e indissociável com os processos de exploração evidencia a formulação unitária de reprodução social que não circunscreve as desumanizações de raça/etnia, gênero/sexo e sexualidade apenas como um reflexo da esfera ideológica de uma autoimagem da produção social.

Pela análise da unidade, a carga valorativa expressa nos valores sociais têm uma composição formativa do ser social alienado que não se processa somente numa superestrutura. O racismo que compôs as origens históricas do capitalismo não é hoje apenas funcional para divisão da classe trabalhadora, mas um componente estrutural de sua desumanização, ocorrida expressamente na dilapidação dos negros e no não reconhecimento da diversidade como um competente humano pelos não-negros da classe explorada. Este processo amplia o manejo ideológico do poder do capital, mas não somente como um projeto teleológico orientado e sim como uma síntese de distintos complexos unidos e retroalimentados na inundação da coisificação humana que transborda por todos os âmbitos da vida.

Por óbvio, neste processo, há espectros teleológicos conduzindo tarefas importantes para a administração das contradições da unidade exploração-opressão. Os complexos do Estado e do desenvolvimento ideológico fazem parte de um processamento ativo e reativo que se arregimenta das expressões mais fortalecidas da alienação para proporcionar ao capital sua reprodução mesmo sob as conjunturas de crise econômica.

Em "A morte como força produtiva no capitalismo brasileiro", Costa e Mendes (2021) analisam a descartabilidade de corpos negros no mundo do capital. Os autores destacam a inerente produção de superpopulação pelas condições da lei geral de acumulação capitalista. O texto apresenta as contradições do Estado Burguês no enfrentamento da questão social e a força imponente diante da crise estrutural, onde o capital adiciona força em suas

alienações históricas, promovendo a carga desumanizadora sobre corpos e identidades demarcados pelas opressões.

Enquanto a morte como força produtiva no sistema colonial se atrelou sobremaneira ao trabalho escravo e, em momentos posteriores do desenvolvimento capitalista brasileiro, à necessidade de mão-de-obra pelas forças produtivas, no estágio presente, ela se refere à necessidade de eliminação de uma parcela excedente da classe trabalhadora que, apesar de funcional, dada sua quantidade e condições pode apresentar riscos ao sistema. Nesse percurso, epidemias, a SFT, e as reatualizações classistas, racistas continuam a conformar as mortes, atreladas à QS e nossos antagonismos. Aliado a isso, o que se altera de maneira mais explícita no presente é a intensificação desse processo morticida, o que nos indica a necessidade de o capital produzir mais mortes. Em suma, a morte de alguns(mas) possui mais valor do que suas vidas. Nisso, um vírus pode ser uma arma nas “mãos” do capital (COSTA; MENDES, 2021, p. 104)

Fazendo uma articulação do processo contínuo, complexificado e renovado do genocídio colonial e do que denominam de genocídio neoliberal, os autores retomam o debate do capitalismo dependente e da escravização para expor a descartabilidade dos corpos negros no passado e no presente.

Recolhendo informações do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), de 1988 a 2018, houve crescimento de 157,87% no número de mortes, saltando de 834.338 para 1.316.719 (no período, o crescimento populacional foi de 145,89%). É necessário esmiuçar tal panorama. Waiselfisz (2015) constatou que, de 1980 a 2014, 967.851 pessoas foram mortas por arma de fogo no país; um crescimento de 415,1% no número de vítimas, indo de 8.170 a 44.861. Segundo o Atlas da Violência 2019, em 2017, foram 65.602 homicídios, com média de quase 180 por dia e taxa de 31,6 por 100 mil habitantes (a maior da história). Destes, 35.3783 eram jovens (taxa de 69,9/100 mil hab.), 75,5% eram negros(as) (43,1/100 mil hab.), com crescimento de 33,1% desde 2007 (IPEA; FBSP, 2019). Ao todo, 5.159 decorreram de intervenções policiais (média de 14/dia), representando crescimento de 21% comparado ao ano anterior (FBSP, 2019) (COSTA; MENDES, 2021, p. 99-100)

Desvelando a essência autoritária do Estado Burguês e sua explicitação nas sociedades pós-coloniais do capitalismo dependente, os processos de emancipação política desenvolvidos pelas burguesias subsumidas ao imperialismo conduziram uma alternativa que abriu mão da necessidade histórica de um liberalismo romântico dos moldes da Revolução Francesa, cumprindo, assim, mais diretamente a construção de sua tarefa de administração da superpopulação da classe trabalhadora por um caráter diretamente violento. Em meio a dinâmica neoliberal, o racismo estrutural e o modelo de acumulação flexível transversalizam a mortalidade dos oprimidos.

Dialeticamente, podemos apontar que na agudização da exploração-opressão a desumanização catalisa seu caráter alienador para além da instrumentalização humana pela exploração e coisificação, apontando para sua descartabilidade, assim como ocorre com os

produtos mercadológicos no apogeu do modelo de acumulação flexível desde as últimas décadas do século XX, metamorfoseando o caráter de pessoas sub-humanas impostas aos oprimidos como sujeitos de desvalorização da força de trabalho, chegando à sua profundidade como sujeitos anti-humanos, passíveis de desaparecerem sem grandes problemas morais para o tipo humano burguês.

Neste momento do texto, centramos os argumentos na alienação colonial, assim como em outros tantos concentramos nossos exemplos nas expressões da alienação sexual pela questão do heterocispatriarcado. No entanto, essa separação expositiva só existe em condições analíticas, pois, a lógica fundamental da alienação surge em todos os processos e constituem uma retroalimentação desumanizadora que resguarda suas particularidades. Na concretude da vida os episódios violentos se atravessam, os sujeitos vivenciam as questões em sua inteireza e cada condição de alienação é um reforçamento da lógica do *ethos* burguês.

O racismo, o machismo, a misoginia, a LGBTQIAfobia vão instigar uma desigualdade que transcende a apropriação, desvalorização e dominação para a repulsa, ódio e apagamento dos sujeitos. Tal violência cotidiana referenda o usufruto desse processo na administração do excedente de força de trabalho inerente às contradições produtivas do capital e impulsiona a desefetivação na vida cotidiana. Como discorreremos no capítulo passado, Holanda (2005) aponta que:

Para Lukács, a efetiva igualdade das mulheres no trabalho e na família deve ser conquistada a partir do terreno específico no qual tem sido bloqueada, o da própria sexualidade. Isto implica não apenas lutar contra os impulsos alienantes derivados do homem, mas deve igualmente apontar em direção à própria autolibertação interior (p. 57).

Não existe uma desumanização parcial, uma “meia alienação”, uma coisificação setorizada do ser humano. Um ser desumanizado vive sua desumanização por inteiro. Na produção econômica, nos valores espirituais, nas relações cotidianas cada expressão de alienação e sua composição particular realiza processos de coisificação do ser social. A análise de suas dimensões particulares não elimina o caráter de totalidade.

Recobrando o debate sobre propriedade privada e gênese histórica da inferiorização da mulher, Fortes (2018) analisa as contribuições Marx, Engels e Lukács, retomando as reflexões marxianas sobre estudos antropológicos⁷⁰, autor destaca que:

⁷⁰Fortes (2018, p. 442-443) retomar os rascunhos daquela fase que tratamos no capítulo anterior e que deram substância para Engels escrever *A origem da família, do Estado e da propriedade privada*, “são as anotações e rascunhos deixados por Marx escritos entre os anos de 1880 e 82 por ocasião dos estudos realizados sobre obras antropológicas. Esses materiais investigativos foram reunidos pela primeira vez por Lawrence Krader e publicados em sua 1ª edição em inglês (1972) sobre o título de *The ethnological notebooks of Karl Marx*. Os

As investigações marxianas demonstram como não há a determinação unívoca da esfera econômica na condução da vida, mas o decurso histórico aparece como a síntese de múltiplas determinações oriundas das mais diversas esferas e dimensões da vida social. Os aspectos econômicos, condizentes aos processos de produção e reprodução material da vida, se enlaçam – determinando e sendo determinados – pelas outras dimensões da sociabilidade. Nesse sentido, pensar a organização social, a forma particular da constituição da família em diversas formações sociais, considerando inclusive a forma da reprodução material dessas sociedades, implica buscar estabelecer analiticamente as relações íntimas e reciprocidade existente entre as dimensões variadas da vida social, na qual as bases da reprodução material da sociedade atual como momento preponderante, esfera específica que cria o campo das possíveis realizações da sociedade (FORTES, 2018, p. 443).

Tal constatação não se desdobra apenas nos processos relacionados aos desenvolvimento produtivo pré-moderno, ao contrário, pois, as determinações herméticas do mundo do capital, cultivam suas raízes capilarizadas por todas as dimensões da sociabilidade, exigindo que seu desvendamento seja incorporado pelos elos de ligação unitária dos diferentes estágios do ser social em sua historicidade particular.

As questões oriundas da propriedade privada para a inferiorização do ser social mulher não estão num repositório do passado, mas numa constatação presente na lógica viva e desumanizada autocentrada na sociedade onde o momento predominante é a exploração que não se realiza sem todas as mediações e complexos constitutivos da complexidade alienada da unidade exploração-opressão.

Por isso, Lukács (2018) demonstrava que o avanço da mulher no mercado de trabalho e sua composição política na sociedade burguesa é um patamar superficial de progresso sob a alienação sexual historicamente construída. A ideia de cidadania é um avanço civilizatório se comparado às formas sociais rudimentares, mas, como já desenvolveu Marx (2010c) em *A Questão Judaica*, a emancipação política não promove as bases concretas de uma relação social efetivamente humano-genérica e, assim, a diversidade de gênero/sexo, permanecendo desumanizada, reproduz algo aquém da formalidade, um cotidiano de desigualdade e apropriação dos corpos, desejos e identidades, a subalternização da vida, o controle sobre a existência e sobre morte.

As violências normalizadas na sociedade heterocispatrilcar permanecem expressando a coisificação da mulher em formas de assédios, agressões, violações em tantos níveis que, em suma, a coloca como um ser menor, onde a estadia no espaço público, na mobilidade restrita das classes sociais e no ser político sob o jugo liberal, não promove a

rascunhos de Marx consistem em um volume com aproximadamente 400 páginas, compostos por excerto anotações diversas sobre sociedades pré-capitalistas e não ocidentais, baseadas fundamentalmente em estudos sobre obras de quatro etnólogos evolucionistas. São eles: Henry Sumner Maine, que estudou as relações sociais na antiga Irlanda; a obra do antropólogo Lewis Henry Morgan com dados relevantes sobre a vida dos nativos americanos, da organização social e familiar da Grécia e Roma antigas; os estudos de John Budd Phear acerca da aldeia camponesa no Ceilão e na Índia; a obra de John Lubbock a qual trata da origem da civilização”.

libertação de sua desumanização.

Por isso, assim como a luta antirracista pode desnaturalizar um processo alienado fundamental para o capital, a luta feminista pode impulsionar, além de questões urgentes das condições de vida das mulheres, o resgate da desnaturalização dos valores humanos desumanizados em sua essência alienada. Para Lukács, a libertação da mulher e o debate sobre alienação sexual desdobra questões ontológicas do afastamento de nossas barreiras naturais, da predominância da dimensão social e, portanto, da construção de alternativas emancipatórias das amarras do patriarcado. Nas palavras de Fortes (2018, p. 449)

Não se trata, portanto, apenas de conquistas pelos direitos e à igualdade no interior dos parâmetros ditados pela sociabilidade do capital. Em última instância, ao conferir ênfase à emancipação e reconquista da sexualidade por parte da mulher, a luta do movimento feminista traz para o centro da discussão o problema da formação da personalidade, da possibilidade da construção da subjetividade sobre formas efetivamente edificantes da individualidade. Sob a bandeira desse princípio a questão feminina se constitui como pedra de toque das condições limítrofes da sociabilidade do capital. A luta do movimento feminista ao se mover em suas intenções mais profundas para além dos limites impostos à realização do humano, não se rende ao critério do ter, ao princípio da igualdade da posse ou da propriedade, ou mesmo da equidade abstrata da política, mas põe a tônica no problema da formação da personalidade, na construção autêntica e consciente da própria subjetividade. [...] Nesse sentido, a dimensão social da questão feminina condiz com os preceitos que destacam a necessidade de uma revolução irrestrita, passível de modificar as bases da sociabilidade em vigor. A luta pela superação do estranhamento da mulher deve visar, em última instância, a produção autêntica da personalidade humana, erguida em meio ao campo de possíveis posto pelo desenvolvido do gênero humano como forma de realizar a emancipação que corresponda ao sentido humano exato: a emancipação das individualidades como apropriação das forças sociais postas a serviço do desenvolvimento humano (da mulher e do homem) como fim em si mesmo.

A superação da ordem sociometabólica do capital e sua radical condição centrada na posse é, portanto, a quebra de sua estrutura material e de suas formas de subjetivação que não percebem sua formação sob as bases das objetivações desumanizadas, que naturalizam a sua formação que é eminentemente social e que, em última instância, debilitam as potencialidades do ser social, suas alternativas e construções, suas percepções e identidades, sua direção transformadora em todos os níveis de existência, desde suas características primariamente tidas como naturais mas que, até mesmo estas, recobram realizações ontologicamente distintas pela práxis social.

A potência ontológica e radical das lutas contra a opressão se executam quando a particularidade de cada experiência de desumanização é percebida como uma barreira socialmente construída da diversidade como uma característica ontológica do ser social e, desta constatação, se constrói uma vinculação unitária para um projeto de sociedade que

supere os limites alienados, promovendo as condições de construção de alternativas concretas da construção de personalidades, relações e complexos emancipados onde as contradições socialmente existentes não sejam baseadas na desefetivação humana e, portanto, onde as necessidades sociais e a liberdade estejam coletivamente vinculadas.

Os obstáculos proporcionados pelo próprio ser humano em condições produtivas e reprodutivas de dominação e apropriação depreciam a consciência de sua substância diversa constitutiva de sua potencialidade social. Estes limites e todas as possibilidades inerentes ao ser social ficam ainda mais evidentes quando tratamos de questões de identidade de gênero e de orientação afetivo-sexual.

O sexo representa uma dimensão muda, de nível orgânico. A sexualidade está na passagem desse nível à dimensão não mais muda, do ser social. O indivíduo que, subjetiva e eticamente, faz escolhas conscientes a partir de seus atos de trabalho, tem na corporeidade e na sexualidade um importante meio de significar ou orientar tais escolhas. Disso decorre que a superação do mutismo implica no reconhecimento histórico e material de si mesmo, reconhecimento que passa pela consciência das relações que se situam no âmbito da sexualidade. (BONA JÚNIOR, 2012, p.40)

A complexificação dos afetos humanos se concretiza em alternativas conscientes de relações que ampliam a riqueza de sentimentos e sensações só existentes no contato social. Esse processo não tem gênero/sexo ou direção natural, afinal, as determinações fisiológicas, como já destacamos, além de não serem o ponto determinante, tem uma base socialmente ampliada e são modificadas socialmente.

Pela ontologia do ser social demonstramos que não há questões instintivas ou forças sobrenaturais que determinem direções e sentidos dos afetos, das preferências e desejos afetivo-sexuais. Se em condições primárias a experimentação do prazer do ser social era quase uma experiência reativa e, posteriormente, orientada para fins de procriação sob o jugo da ampliação reprodutiva de sua existência material, tal processo é paulatinamente modificado, com sentidos totalmente vinculados à esfera social. Neste estágio, as relações, sejam elas heterossexuais, homossexuais, bissexuais (ou qualquer outra forma definir orientação) são frutos da capacidade do ser social de se humanizar.

No entanto, a padronização das relações sobre um modelo reprodutivo que, como trabalhamos no capítulo anterior, tem conformação histórica com o advento da família monogâmica e da propriedade privada, realiza uma naturalização que se converte na desumanização, tanto do modelo normatizado, que toma contorno naturalizado como a única forma de relação e modelo de afeto, mas principalmente na marginalização, invisibilidade e moralização das expressões e relações que fogem deste postulado heterocispatriarcal.

As questões acerca das identidades de gênero iluminam ainda mais essas dimensões sob o olhar da ontologia do ser social. A famosa frase de Beauvoir “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (1967, p.11) é corriqueiramente recuperada nos debates do feminismo, mas sua radicalidade é universal para tudo que é humano. O ser homem e o ser mulher são construções históricas que não se processam em determinações biológicas. Quanto mais o ser social se complexifica, mais possibilidades ele tem de realização de suas alternativas sociais em suas formas diversas de identidade de gênero.

A criação de cultura é um dos pontos que atravessam as diferentes identidades por diversas particularidades sociais ao longo da história da humanidade, a elas se somam cada desenvolvimento que contorna as questões dos limites fisiológicos e impulsionam alternativas materiais de realização da(s) identidade(s) historicamente formada(s). O alto desenvolvimento das forças produtivas e sua complexidade de reprodução também ampliam condições e alternativas para expressão e formação de novas identidades e de seus meios de realização. O ser social complexifica sua identidade, realiza suas novas alternativas na cultura, cria condições de modificar e superar o que eram limites fisiológicos, busca a autenticidade social diante das suas experiências individuais e do acúmulo histórico coletivo.

A visibilidade das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais, travestis, transgêneros, queers, intersexuais, assexuais e todas as formas em construção de realização de orientações, identidades e expressões de gênero expõe a dinamicidade do ser social em construção de suas possibilidades diante do desenvolvimento sob as bases materiais e históricas no campo da particularidade. Cada letra e mudança na sigla LGBTQIA+ não é uma mera convenção linguística, mas reflexo de uma processualidade histórica de construção, desenvolvimento de novas formas de relação ou de reconhecimento da diversidade já existente, mas apagada pelos processos de alienação.

O preconceito, materializado em diferentes formas de discriminação, é uma realidade objetiva para amplos segmentos de homens e mulheres. Isso porque as diferenças no jeito de ser e viver têm significado uma arena fértil para a manifestação de múltiplas modalidades de opressão. Raça, etnia, gênero, orientação sexual e muitos outros itens compõem a agenda de questões que, historicamente, estão no alvo da intolerância, da não aceitação da diferença. As questões que provocam preconceito precisam ser problematizadas e desmistificadas, porque o preconceito, enquanto algo que dizima o humano, destitui os indivíduos sociais de sua autonomia e liberdade. Nestes termos, o debate em torno do preconceito favorece à argumentação e à reflexão crítica sobre a vida cotidiana, espaço-tempo no qual se materializam as expressões de discriminação e opressão. (MESQUITA; RAMOS; SANTOS, 2001, s/p.).

Tais identidades, orientações e expressões, no entanto, não processam uma

atuação política substantiva somente por existirem e serem moralmente rebaixadas pelo *ethos* burguês. Como já apontamos em outras dimensões, a alienação no âmbito da opressão cumpre tarefa ideológica nos processos de dominação moral, construindo um ideário falso do que é socialmente necessário enquanto rebaixa sujeitos da classe trabalhadora para funções precarizadas no mundo do trabalho e em outros complexos sociais.

A invisibilidade da diversidade sexual e de identidade de gênero sob os olhos da estrutura do capitalismo heterocispatrilial e racista determina a desumanização do ser diverso, conduzindo sua existência para um *ethos* marginal, considerado imoral, resultando na promoção da violência, da inclusão precarizada no mundo do trabalho, na produção de uma ideia de lupem-proletariado autocentrado na negação do *ethos* burguês como uma pseudo-antítese da moral burguesa. A alienação sexual que subjuga a mulher essencializa os corpos humanos, naturaliza preferências, desejos e práticas sob pena de autorização da violência, da criminalização, da patologização daquilo é diverso.

A desumanização da população LGBTQIA+ se traduz no seu apagamento estatístico. A dificuldade de institucionalizar as políticas de enfrentamento ao preconceito, expressões de violência e todas as formas de discriminação se retroalimentam da condução marginalizadora desses sujeitos (NOGUEIRA, 2018). A autorização à violência, a defesa do silenciamento e a condução para um moralismo privatizador da sexualidade não tradicional vão proporcionando a coisificação de uma parcela da humanidade que ou sufoca suas alternativas de busca pela realização de seus desejos, afetos e identidades ou as materializam sob o risco de morte ou “subvivência” em condições de precarização ou fetiche. Das poucas estatísticas que identificam essas desigualdades podemos perceber nessa síntese da Ong Fundo Brasil (2021):

33% das empresas do Brasil não contratariam para cargos de chefia pessoas LGBTQIA+;

41% das pessoas LGBTQIA+ afirmam terem sofrido algum tipo de discriminação em razão da sua orientação sexual ou identidade de gênero no ambiente de trabalho; 90% de travestis se prostituem por não terem conseguido nenhum outro emprego, até mesmo aqueles que têm boas qualificações.

Segundo o Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas – Promoção da Equidade e da Integralidade, cerca de 40% das mulheres que buscam o serviço de saúde não revelam sua orientação sexual. Entre as que revelam, 28% relatam maior rapidez do atendimento do médico e 17% afirmam que eles deixaram de solicitar exames considerados por elas como necessários.

Segundo a Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016, feita pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), 73% dos alunos LGBT's entrevistados já sofreram agressões verbais devido sua orientação sexual e 68% por conta de sua identidade de gênero, revelando como a escola pode ser um espaço hostil e violento para esses jovens (FUNDO BRASIL, 2021, *Online*).

Souza, D.K.R. (2020) destaca o rebaixamento do ser social na sociedade estranhada no tocante as suas formas de expressão sexual sob a lógica do capital, empobrecendo as possibilidades da diversidade humana:

O estranhamento do trabalho posto acima reflete no estranhamento da interconexão indivíduo-natureza, indivíduo-indivíduo e indivíduo-com outro indivíduo, tornando todas essas relações estranhadas. O que recai sobre as possibilidades de apropriação das objetivações emancipatórias e reflete diretamente na sexualidade, sendo que é através desse modo de ser sexual capitalista, que se produz também um estranhamento sexual. Ou seja, o empobrecimento da sexualidade, por uma apropriação consumista da sexualidade, empobrece o sentido da sexualidade para a individualidade e, assim, torna-se uma atividade estranhada, alheia, externa, com uma finalidade fechada em si e que reverbera sistemas de dominação (p. 147).

Palha (2021) sob uma perspectiva do transfeminismo marxista aponta a falsa polêmica entre identidade e classe, dissociando a formação identitária por uma perspectiva radical e emancipatória do chamado identitarismo, que trata da identidade como meio e fim das lutas sem buscar a ruptura com as relações sociais vigentes. A autora recupera o debate sobre a reprodução biológica da força de trabalho no capitalismo para tratar da normatização da associação de um corpo produtor de sêmen e um corpo capaz de engravidar.

A polarização homem/mulher, constituída pelas relações sociais derivadas da divisão do trabalho produtivo/reprodutivo, é interpretada pela ciência capitalista (dimensão ideal) no conceito dicotômico de “sexo”, como forma de sistematizar, catalogar e explicar diferenças naturais entre os corpos. Na forma de “fato natural”, as variações biológicas da espécie, dicotomizadas na noção de “sexo”, passam a ser tratadas como produtoras das relações de gênero. Eis uma inversão de determinações, que, consonante com o idealismo próprio da ideologia da sociedade burguesa, oculta as determinações e as mediações históricas e materiais do sistema de gênero, “subsumindo-as numa conclusividade substantiva e autônoma” (PALHA, 2021, p. 39)

A naturalização de uma relação que tem determinações eminentemente sociais apresenta o caráter contraditório que naturalizando o sexo descaracteriza sua substância social própria do ser humano. A transexualidade reverbera em suas formas de identidade uma luz social sobre o fetiche biologicista centrado no sexo que, mesmo em correntes feministas, é corriqueiramente dissociado do gênero.

A condição de subalternidade de pessoas trans é ainda muito naturalizada na sociedade, vista como algo autonomizado dos processos de dominação e exploração e enquadrada apenas como algo da esfera da cultura, inclusive por muitos estudos acadêmicos. Essa falta de acuidade visual em relação às reais condições de desigualdade social a que estão expostas as pessoas trans desistoriciza os processos de discriminação que sofrem e obstaculiza uma projeção de luta política

efetivamente emancipatória. Afinal, como sinaliza Marlise Vinagre Silva (2011), o tema requer um debate sobre a emancipação para além da cultura e, desse modo, exige um projeto político que vise à totalidade da vida social (MARINHO, 2018, p. 609).

O desenvolvimento de identidades que superam a naturalização de seus corpos, processando uma construção social, material e simbólica, por vezes, assumindo um caráter de transformação corpórea, revela nuances radicais na construção social de sexo/gênero enquanto uma unidade.

É nesse ponto que a ação transfeminista guarda imensa potência. Ainda que na dimensão mais imediata sua busca pela legitimação implique a afirmação do sistema de gênero, a ilegitimidade combatida apoia-se justamente no caráter social-social da relação sexo-gênero. Combater a ilegitimidade do gênero reivindicado por pessoas trans implica pôr sob os holofotes o que o fetiche encobre. Para os movimentos sociais de pessoas trans, o caráter socialmente determinado do sexo, bem como a natureza da sua relação com o gênero, ocupa papel central. A ação política transfeminista, independente de intencionalidade, impõe aos movimentos feministas e socialistas dispostos à aproximação a retomada e o destaque de uma chave teórica imprescindível para a construção de qualquer estratégia revolucionária que se pretenda anticapitalista e que esteja disposta a tratar o gênero com a seriedade que merece (PALHA, 2021, p. 40).

Por isso, que neste texto buscamos tratar as duas categorias associadas, não assumindo uma apartação entre a defesa do “gênero”, comum na tradição sociológica e nem a categorização separada e denominada de relações sociais de sexo, oriunda das intelectuais materialistas francófonas, pois, embora reconheçamos a sua fundamentação não naturalizadora, consideramos arriscada enquanto terminologia categorial para a expressão exata da complexidade do ser diverso e da desigualdade socialmente produzida.

Assim como a síntese entre a ideia de etnia como construção social e a recuperação crítica e política da noção de raça foram associados numa hifenização teórico-política alargadora da complexidade do entendimento do racismo e das lutas antirracistas, o desenvolvimento unitário de gênero/sexo (e sexualidade) promove uma ampliação similar na particularidade da temática.

Os limites da diversidade sexual na ordem social do capital e sua luta por visibilidade, legitimação e direito de existir demarcam as raízes heterocispatriarcais que contrastam com a potencialidade ontológica da diversidade humana, como nos apontou Santos (2018). As identidades contraditórias, frutos do processo de complexificação do ser social e realizadas desumanizadamente em estruturas alienadas fragmentam suas expressões e desenvolvem suas particularidades sob a centralidade nos modelos familiares tradicionais, impulsionando as possibilidades de coisificação, hierarquização e dominação do capital e do complexo estatal na moralização e controle dos corpos e identidades (MARINHO, 2021).

Para além do exemplo da particularidade de uma forma de opressão tal condição vai absorvendo toda a sociabilidade do capital. No apagamento das identidades substantivas e na busca pelo reconhecimento socialmente alienado na ordem burguesa, explorados e oprimidos encontram a sofisticação da ideologia burguesa para realizar espectros da diversidade na condição de consumidores. O ser alienado na busca pelo reconhecimento de sua humanidade procura a integração na cidadania do capitalismo neoliberal sob a expressão do poder de compra, acumulando experiências de visibilidade e autoafirmação no mercado.

Assim, o ser social sucumbindo em processos de antagonismos, desigualdades e defetivações busca tornar-se humano como “tipo humano burguês”. A alienação ideológica rebaixa a realização substantiva naturalizando o consumismo, enquanto a produção exploratória aprofunda as raízes das opressões, rebaixando a vida da maioria dos seres humanos e, de modo especial, daqueles que ousam vivenciar identidades fora do eixo naturalizado pela moral burguesa. Das violências cotidianas e institucionais, dos processos de cada opressão ao espaço do mercado, as identidades vão assumindo as fronteiras da sociabilidade burguesa como instância última e única possível.

As dimensões do heterocispatriarcado e do racismo se aprofundam valorativamente com determinações particulares no apogeu ideológico do capitalismo contemporâneo e no reordenamento precarizado do mundo do trabalho. As desigualdades históricas se perpetuam sob o amortecimento fetichizado do ideário neoliberal que se espalha no cotidiano dos indivíduos e acoberta a violência potencializada pela reestruturação produtiva das últimas décadas, assumindo a naturalização da lógica do mercado e da precarização do trabalho como condições insuperáveis, apostando numa falsa mobilidade de classe pela obtenção de mercadorias como inserção aproximada do *ethos* burguês.

O processo de consciência das determinações e dos antagonismos de classes vão assumindo um caráter ideológico subsumido à identidade alienada do tipo humano burguês contemporâneo forjado pela exacerbação do individualismo. Assim, explorados e oprimidos vão reproduzindo a cosmovisão ideológica numa caricatura identitária que afirma individualidades aparentes enquanto metamorfoseia a perpetuação das desigualdades do mundo do trabalho para mulheres, negros e LGBTQIA+ sob o véu do mito meritocrático.

Nas relações capitalistas os processos centralizados na unidade exploração-opressão não produzem apenas coisas, mas coisificam as pessoas e suas relações. As relações de produção, o antagonismo inerente a elas e o processo de reprodução social ampliada vai subjetivando formas de alienação que hipertrofiam o caráter desumanizado e a lógica de

apropriação que se concentra no *ethos* do mundo do capital:

o capitalismo não produz apenas as condições objetivas de produção, mas também as condições subjetivas de reprodução. Ou seja, paralelamente à produção de mercadorias, o capitalismo produz e reproduz incessantemente a sociedade moderna, que é ou representa condições subjetivas. E isso graças à dialética da produção e do consumo (SEGALES, 2018, p. 149, tradução nossa)

Marx nos lembra que a mercadoria é mais do que objeto material, mas um produto objetivado, exteriorizado, produzido numa relação de exploração e com intencionalidade de lucro, ela é “antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. (MARX, 2013, 113). A sociedade do capital transforma tudo em mercadoria, objetos, valores, sujeitos que se realizam na unidade de contrários entre os valores de usos subsumidos aos valores de troca.

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais (MARX, 2011, p. 148)

A unidade alienada produção-circulação-consumo tem sua dinâmica universalizando o princípio da apropriação. O fetichismo da mercadoria é tão somente a síntese de um processo multideterminado que fornece uma substância alienada nos desvalores sociais, materializados subjetivamente em sentimentos, sensações e percepções do ser social mergulhado numa lógica da acumulação. As necessidades sociais desumanizadas para além da matéria imediata também são forjadas no espírito do tipo humano burguês. Nessa sociabilidade os elos com o outro são forjados numa identificação alienada, numa conexão ontologicamente necessária mediada por uma formação social que a reduz ao interesse individualista.

Por isso, Marx (2011; 2013) demarca a dimensão material da alienação na sociabilidade madura do capital constituindo a naturalização do mundo social desumanizado pela sociedade da mercadoria, onde uma lógica fantasmagórica concentra todas as relações sociais pelos ditames do mercado e a sociabilidade toma forma desumanizada como relações entre coisas:

Já a forma mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não guardam, ao contrário, absolutamente nenhuma relação com sua

natureza física e com as relações materiais que derivam desta última. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (MARX, 2011, p. 148)

As expressões do campo das opressões existem na realidade e não são um mero conjunto de simbologias, percepções individuais e relações singulares. A alienação dilacera ideologicamente numa resistência e afirmação superficial, circunscrita na divisão fenomênica como realização da identidade. Outrossim, para a superficialidade burguesa, cada identidade advém com adjetivos particulares, sem conexão substantiva com a universalidade do ser social, um processo competitivo se instala para representação, reconhecimento e apropriação do que existe no mundo do capital, ou seja, ser, produzir e consumir mercadorias.

Quando consumimos mercadoria capitalista, ou seja, quando a faço parte de minha subjetividade, ou personalidade, o que estamos fazendo é tornar as relações sociais contidas na mercadoria capitalista parte de minha própria subjetividade, de nossa personalidade, de nosso eu. nosso ego. Ou seja, de seres humanos éticos, solidários ou comunitários, graças ao consumo desse tipo de mercadoria, estamos gradualmente nos tornando indivíduos egoístas e egocêntricos que buscam apenas o próprio bem-estar, ou seja, de terem sido um povo ou uma comunidade, gradualmente nos tornamos a sociedade moderna. E quanto mais modernos nos tornamos, menos estamos dispostos a dar nossas vidas pelo próximo, pela revolução, pela humanidade ou pela natureza (SEGALES, 2018, p.149-150, tradução nossa)

O fetichismo da mercadoria, este nexos constitutivo da alienação moderna na esfera da produção-circulação, realiza seu poder de universalizar toda práxis e relação social como uma relação coisificada, autocentrada na lógica da mercadoria. Assim, absorve também identidades e realiza sobre elas um processo de coisificação que transforma a hegemonia de suas expressões de resistência em possibilidade de lucro.

Se no campo aparente a igualdade de todos os indivíduos em sujeitos capazes e comprar e vender mercadorias, inclusive força de trabalho, posicionam todos num suposto mesmo patamar de possíveis detentores de propriedade, na prática, a necessidade de ampliação do capital realiza uma imposição social incontrolável para a hipertrofia do lucro e esta só é possível com a intensificação da exploração.

Sendo a exploração um processo necessário, irremediável e vital para o capitalismo, suas formas, meios e intensidades não podem ser teleologicamente controladas por escolhas

individuais, sob pena de perda de mercado, aumento de custo e falência diante da concorrência. Em condições do capitalismo monopolista, de imperialismo e de crise estas determinações se agudizam.

A construção ideológica desse processo direciona o caráter de setorização do consumo de mercadorias, mas também da mercadoria força de trabalho, onde a exploração está cada vez mais invisibilizada pela carga discursiva da meritocracia, individualismo, empreendedorismo, do incentivo ao crédito e do apelo ao mercado financeiro, tornando os sujeitos da classe trabalhadora “uma mescla de burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo.” (ANTUNES, 2018, p. 34).

A esconjuração da consciência de classe asfixia sua força na identidade alienada do "indivíduo empreendedor" mergulhado na precarização material contraditória às ilusões ideológicas de elevação de renda num mundo da financeirização, das *startups*'s, do comércio virtual, do setor produtivo determinado pela organização digital. Mais uma vez a unidade exploração-opressão percorre os espaços triviais dos valores culturais para retornar ao processo produtivo e atingir especialmente os sujeitos oprimidos realizando assim a essência do capital.

Nesta complexidade produtiva vários são os exemplos de aprofundamento da desumanização do trabalho e sua escala especial nos sujeitos oprimidos. A produção de mercadorias é pulverizada planetariamente, as fábricas dissolvem seus processos de trabalho e os serviços de circulação são desenvolvidos sob o argumento do “pequeno negócio”.

As mulheres assumem os postos de trabalho mais precários, a ultrarresponsabilização do ser trabalhadora encontra no espaço doméstico e nas mulheres o espaço e o sujeito histórico que vivencia a reprodução contínua de trabalho e suas expressões mais diversas de organização e formatação.

Em função da divisão sexual do trabalho, as mulheres já entram em desvantagem nas atividades remuneradas. Para agravar a situação, os postos de trabalho assumidos pelas mulheres são, hoje, os mais precários, como por exemplo: no setor informal (comerciantes, ambulantes, catadores de lixo, revendedoras em domicílio); no trabalho em domicílio; no trabalho terceirizado (empresas de limpeza, por exemplo); no setor de serviços (comércio, telemarketing); nos serviços mais precários (diaristas, por exemplo). A maioria destas mulheres, sobretudo nas áreas urbanas, estão desprotegidas socialmente (FERREIRA, 2007, p. 76)

É conhecido o processo de reformulação da produção fabril de roupas em cidades do interior do Brasil, por exemplo, onde as empresas deixam a condição clássica de contratação para comprar a produção de facções de costureiras. Assim, as grandes marcas impulsionam o

processo de fabricação, sem, no entanto, garantir o regime empregatício. Esse processo é justificado pela ideia de fabricação pessoal e compra da produção pela grande empresa e, em suma, efetua uma escala de trabalho regida pelas condições de vida das pessoas, sem qualquer assistência e direitos.

Para as mulheres costureiras, o trabalho domiciliar significa a realização do sonho por mais autonomia e liberdade, uma vez que podem decidir sobre suas rotinas de trabalho e, ao mesmo tempo, conciliar as atividades de cuidado dos filhos e demais familiares. No entanto, essa liberdade e autonomia é questionável na medida em que algumas passam a depender de contratantes para exercerem suas atividades e adquirirem renda. Além disso, o fato de o trabalho ser remunerado por produtividade faz com que elas acabem intensificando suas jornadas de trabalho, a qual, em alguns casos, chega a 14 e 16 horas diárias e até 18 horas diárias se somadas às atividades domésticas (BEZERRA; CORTELETTI; ARAÚJO, 2020, p.17)

Neste exemplo, mulheres assumem novamente a exclusividade dos espaços domésticos, mas, agora, levando para ele o trabalho abstrato para assumir o mesmo lugar da jornada contínua da reprodução social. Vivenciando concomitantemente as duas dimensões, cozinham o almoço enquanto costuram, ajudam nas tarefas escolares de seus filhos, organizam a casa e permanecem trabalhando até a hora de encontrarem com seus maridos para a realização de sua função sexual. Todos os gastos com energia elétrica, disposição de insumos e demais custos são de sua responsabilidade que, após intensa carga de trabalho, vende o que realiza para ser etiquetada por uma logomarca do grande capital e, finalmente, realizar sua mais valia em forma de lucro. Em entrevista para o *DigiLabour*, Abílio (2020 online) destaca que:

As características do trabalho tipicamente feminino estão se generalizando pelo mundo do trabalho. Ainda mais as características do trabalho tipicamente feminino negro. Hoje, o ápice da uberização, na verdade, repõe as características do que é o trabalho da mulher negra da periferia. Esse é o primeiro passo. E aquilo que era socialmente invisível, quando começa a se generalizar, e atingir outras classes, os brancos, os homens brancos, quer dizer, os homens brancos europeus, aí as pessoas começam a pensar em uma “tendência”. Ganha uma visibilidade e uma importância política que não tinha.

O neoliberalismo e o modelo de acumulação flexível que ao longo de seu aprofundamento desenvolveu uma ideia de “colaborador” em detrimento da consciência de trabalhador assalariado, no atual estágio, instrumentaliza o ciberespaço e o aprofundamento do desenvolvimento tecnológico na reorganização da exploração pela lógica do empreendedorismo. As plataformas e aplicativos digitais proporcionam artifícios de potencialização da exploração pulverizada e escalonada que impulsiona a concorrência dos indivíduos da classe trabalhadora e a falta de condições de trabalho.

Num outro caso emblemático, o entregador de mercadorias que antes era um empregado formal, hoje é regido pela demanda organizada por um aplicativo virtual que, a cada serviço,

desconta parte do preço estabelecido. Capataz de si mesmo, o sujeito vivencia uma jornada de trabalho extenuante, repleta de riscos e ausente de qualquer garantia.

Ser justintime significa que são transferidos ao trabalhador custos e riscos da atividade; que está desprovido de direitos associados ao trabalho, enfrentando também total ausência de garantias sobre sua carga de trabalho e sua remuneração. Nada está garantido. Ou seja, o trabalhador encontra-se à disposição da empresa, sem ter qualquer clareza ou controle sobre a forma como seu trabalho é disponibilizado e remunerado (ABÍLIO, 2019, p. 3).

O trabalhador vai desenvolvendo particularmente uma função estratégica no nível da circulação econômica e o faz incessantemente, impulsionado pelas possibilidades de ganhar mais quanto mais trabalha e pressionado pelo endividamento que toma conta de seu cotidiano, inclusive, existente no financiamento para compra do veículo em que realiza sua função.

O surgimento no espaço urbano dos *bikeboys* traz muito forte questões de raça, classe, gênero e juventude. Uma compreensão que a gente precisa ter é como essas formas de subordinação e gerenciamento vão se apropriando e organizando uma interseccionalidade de desigualdades que está operando no mundo sempre. E vão fomentando isso de novas formas. Por exemplo, hoje o jovem negro periférico se torna entregador do *iFood* de bicicleta. Por que de bicicleta? Ele está na ponta mais precária do precário. Ele está mais precário que o cara que é motoboy, que tem alguma condição de investir naquela atividade de outra forma. Então é a energia física dele, permanentemente. Aí há as hierarquias: o sonho do *bikeboy* é se tornar motoboy. E há reconfigurações. Há uma apropriação produtiva da condição do jovem negro periférico, colocando-o para trabalhar nessa condição. São essas características que possibilitam uma forma de gerenciamento e subordinação especificamente desse trabalho do *bikeboy*. Por outro lado, há a reconfiguração da profissão do motoboy. [...]. Então, são muitas coisas ainda para aprofundarmos: raça e gênero, como os algoritmos vão reproduzindo ou produzindo novas formas de racismo, desigualdades. A gente ainda tem chão para percorrer. (ABÍLIO, 2020 Online)

A intensificação da exploração-opressão mundial é, portanto, primeiro: combustível para a ampliação do capital administrar momentaneamente suas condições de crise de superprodução, aumentando a exploração em países dominados pelo imperialismo enquanto impulsiona o consumo nos territórios orgânicos da mais alta burguesia; segundo: alternativa de manobras sociais para melhorias situacionais de parcelas oprimidas e exploradas nos países desenvolvidos, administrando parcialmente as tensões de classes em suas particularidades; terceiro: condição e modelo de rebaixamento destas mesmas melhorias situacionais, posto articular globalmente a realização de riqueza entre produção-consumo e, em tempos de crise irremediável, considerar a ampliação da intensidade exploração-opressão para equacionar prejuízos.

A unidade exploração-opressão que se realiza a inteireza de sua desumanização na América Latina, no continente africano e em outras partes do planeta dominado pelo capital-imperialismo é o experimento cotidiano do padrão mais agudo das barreiras civilizatórias do capital. Sua destrutividade aprofunda quanto mais seja necessário para a garantia da ampliação das taxas de lucro e, por isso, a estrutura produtiva desde os anos de 1970 com o modelo de acumulação flexível e os arranjos denominados de toyotismo, mcdonaldização e uberização do trabalho vão realizando regressões sucessivas nos direitos, nas garantias trabalhistas e nas condições de vida e trabalho globalmente (ABÍLIO, 2019; CASTRO, 2020).

Ao contrário da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional digital, estamos presenciando o advento e a expansão monumental do novo proletariado da era digital, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do fim do trabalho na era digital, estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital. Em pleno século XXI. Mas esse quadro não se limita ao mundo asiático. Como os exemplos são abundantes, vale fazer uma referência direta à empresa norte-americana de comércio global Walmart, inspiradora da pejorativa denominação “walmartização do trabalho” para caracterizar a intensidade da exploração em suas diversas unidades. Segundo o sociólogo italiano Pietro Basso, a Walmart utiliza-se de elementos do taylorismo e do toyotismo, remunerando o trabalho sempre nos patamares mais baixos. Do taylorismo, diz Basso, a empresa busca sempre maior produtividade, através do uso de tecnologias conjuntamente com o parcelamento das tarefas laborativas. E do modelo japonês, o toyotismo, utiliza-se do *just-in-time*, tanto em seu espaço de trabalho quanto na sua enorme rede de fornecedores (ANTUNES, 2018, p. 35)

Esse processo que joga parte substantiva da classe trabalhadora dos países centrais na informalidade, na precarização e no vácuo social reflete parcialmente condições históricas já vividas por grande parte da classe trabalhadora, especialmente dos sujeitos e identidades historicamente oprimidas no capitalismo latino-americano, africano e asiático.

As teias ideológicas do capital vão constituindo uma complexidade para assumir um patamar ainda mais sofisticação no âmbito do estranhamento internalizado na lógica da unidade exploração-opressão por essa diversa e cindida classe trabalhadora.

Mais uma vez a lógica da propriedade privada se fortalece, arrojando condições estruturais para a desconjunção dos sujeitos explorados e oprimidos viventes e sobreviventes da lógica desumanizada, atuando em sua esfera particular dentro das condições estruturais que realizam em suas subjetividades o reflexo e a potencialização dessas desigualdades, dos valores de apropriação e coisificação e a incumbência do agir singularizado para garantia de continuidade da vida.

É o indivíduo que vende sua força de trabalho para buscar sobreviver. É ele quem

disputa com outros indivíduos de sua classe em busca de melhores condições de existência. Neste processo, é também o indivíduo que vivencia imediatamente a lógica da unidade exploração-opressão, naturalizando seus valores no cotidiano enquanto aquilo que é subjetivado em seu ser e objetivado em suas condições de trabalho tem a materialidade da vida social algo transcendente à sua singularidade: o processo universalizado na condição de classe e particularizado nas diversas formas e intensidades de realização da unidade exploração-opressão.

É próprio do individualismo burguês promover a concorrência, o estranhamento da própria vida e de suas capacidades, além da coisificação do outro e, ainda assim, cultivar a crença formal da possibilidade de superação individual dos seus problemas pela ascensão de classe. Os valores tradicionais das elites arcaicas, da burguesia subsumida ao capital-imperialismo e das camadas médias antenadas com a lógica neoliberal consubstanciam o mundo míope que não enxerga humanidade nem em si e nem no outro.

Assim, a normalização, a normatização e o protagonismo do *ethos* hegemônico pautam uma importância autocentrada em questões individuais enquanto produz reducionismos sobre o que é aparentemente alheio a si. Enquanto isso, na realização dos valores burgueses a ideologia realizada cotidianamente traça seus rascunhos e seus garranchos morais e estéticos mistificando as particularidades tão diversas dos territórios, identidades, grupos e culturas.

Portanto, desvendar o processo de constituição da exploração e da opressão é aprofundar a complexidade da formação e manutenção do capitalismo. O ser hegemônico burguês, que é branco, cis, hétero, adulto, europeu, judaico-cristão, liberal, familista, defensor da razão formal-abstrata, reverbera sua lógica para além de quem tem essas características e transforma diversidade em desigualdade, absorve desigualdades culturais da estrutura econômica e finca a sua alienação como natural, inclusive, na vida cotidiana e nas relações interpessoais.

4.2.2.1. Um mergulho no rio raso: exploração-opressão na vida cotidiana

*Contemplo o rio, que corre parado
E a dançarina de pedra que evolui
Completamente sem metas, sentado
Não tenho sido e eu sou, não serei, nem fui
A mente quer ser, mas querendo erra
Pois só sem desejos é que se vive o agora
Vêde o pé de ypê, apenas mente flora
Revolucionariamente*

As práxis mediadamente distantes do trabalho tem vinculação essencial com a desumanização fundante, mas assumem sua própria dinâmica alienada. A constituição da subjetividade, dos valores e das relações privilegiam o cotidiano como lócus da imediaticidade e da superficialidade extensiva. A realidade inexorável, objetiva, complexa e cheia de determinações pulveriza no cotidiano as condições prosaicas da desumanização naturalizada. Entre um ser humano inteiro e o inteiramente humano as relações particulares reproduzem a lógica da posse na universalização alienada “do ter” e “da troca” como as formas naturalmente possíveis das relações humanas.

O cotidiano é o espaço da naturalização, automação e heterogeneidade (LUKÁCS, 2018). Irremediável e insuprimível, o cotidiano, sendo o espaço onde a vida acontece é, numa sociedade alienada, o lócus privilegiado da desumanização na esfera da reprodução social. A complexidade alienada promove diversas formas de manifestação de desigualdades que geralmente não se apresentam com todas as suas determinações e nem sempre se conformam como um reflexo identificado com as tendências costumeiras da unidade exploração-opressão sendo, somente em sua essência, uma dimensão possível de ser entendida pelas condições estruturais da alienação material.

Numa sociedade fundada por uma desigualdade material que constitui uma complexidade reprodutiva impulsionadora de preconceitos, discriminações e violências, a busca por alcançar, refletir ou performar o *ethos* do dominador é um desejo subjetivo pela ocupação do lócus de poder, mas é também a busca pela sobrevivência imediata, a relação naturalizada diante da alienação colonial e da alienação sexual, o manejo acrítico intersubjetivo que esconde o poder da perpetuação estrutural que transforma até mesmo estas falsas alternativas em mercadoria, em ampliação da exploração, em diminuição das possibilidades de resistência efetiva diante de tudo que estrutura esse complexo alienado.

O ser da práxis que faz da fome fisiológica algo social, que faz da sua satisfação e da sua insatisfação algo histórico, também realiza sua fome espiritual, conduzindo em sua alienação a inópia de tudo que é humano, um apetite pela conexão com outro, mas reduzida a uma incessante insaciedade, posto a sua busca centrada no acúmulo, no controle, na apropriação, distanciando de uma relação substantiva. A coisificação experimentada em sua procura fragmentada e concretamente inesgotável precisa de valores sociais para dar sentido

à sociabilidade sem sentido.

Já se disse e vale a pena repetir, somos todos divididos, quando se aprofundam as cisões na sociedade, na teia das relações humanas, é inevitável que elas cresçam também dentro das pessoas. E a divisão interna acarreta desgaste e sofrimento nos indivíduos. A reação dos sujeitos em face dos sofrimentos, entretanto, pode variar muito. O indivíduo pode negar seu sofrimento para si mesmo e para os outros; pode encobri-lo com uma sucessão de pequenos prazeres; pode assumi-lo estoicamente; pode queixar-se dele. Pode considerar o sofrimento uma imposição do Destino, uma provação enviada por Deus, um castigo pelos pecados cometidos. E pode, ainda, consolar se com a ideia de que o "sistema" é totalmente confiável, de que modo amanhã será melhor do que hoje (KONDER, 2000, p. 111).

As dimensões espirituais, isto é, reprodutivas do ser social se materializam na subjetividade complexa, desenvolvida no capitalismo racista e heterocispatriarcado sob dilemas e contradições que intensificam as quebras entre a busca pela conexão com o outro e a realização de sua identidade social com o rebaixamento alienado de relações de apropriação e desumanização.

A fome de alimentos e a “fome de tudo” não estão separadas, devoram sentimentos, valores, concepções de vida, trabalho, amor, sexo, identidades. Cada possibilidade de ampliação de alternativas para efetividade do ser vem acompanhada com a sua desefetivação. Espalhada em todas as classes, indivíduos e relações, a lógica da propriedade privada formada na materialidade, perpetuada na sofisticação produtiva burguesa, determina sua realização particular na individuação, nos avanços e recuos da consciência subsumida à lógica da mercadoria.

A desumanização vai se realizando na autorização da violação dos corpos, do controle de suas alternativas, dos desejos e das aspirações até perpetuar a não percepção do que é violento e da invisibilidade de sua identidade alienada com o que parece ser a realização de afeto possível. Relações particulares vão assumindo uma vivência contraditória de expressões de poder, dominação e hierarquia que tem sua lógica própria, mas que dialogam com a estrutura e com as instituições mais tradicionais do complexo reprodutivo, condicionando no cotidiano a permanência da lógica do capital.

O ser social materializado no tipo humano burguês trata o outro como coisa, trata o que é diferente como objeto e também como objetivo a ser apropriado. Este ser trata suas aspirações individuais, desejos, afetos como fetiche mercadológico, transforma sua interação social imediata na realização das mediações do mundo da mercadoria, isto é, dos valores da alienação, da unidade exploração-opressão, do *ethos* hegemônico e, portanto, também dos valores racistas e heterocispatriarcais.

A naturalização de sentimentos, valores, expressões produz relações normalizadas e normatizadas, conduzidas em formas hierarquizadas, proporcionando a reprodução moral da autorização da perpetuação da coisificação do ser social. O controle, a apropriação, o consumo, a busca pelo outro se torna a busca pela alienação como a forma de realização mais comum. Kollontai (2000, p. 127) nos lembra que até mesmo o amor:

[...] não é de modo algum um assunto privado, que interessa unicamente a dois corações isolados, mas, pelo contrário, que o amor supõe um princípio de união de um valor incalculável para a coletividade, isto se evidencia no fato de que, em todos os graus de seu desenvolvimento histórico, a humanidade estabeleceu regras que determinavam quando e em que condições o amor era considerado legítimo (ou seja, quando correspondia aos interesses da coletividade), e quando teria de ser considerado como culpado (ou seja, quando o amor se encontrava em contradição com a sociedade)

Se os sentimentos e os valores são construções históricas, imersa nos valores burgueses, “a humanidade contemporânea vive sob o sombrio signo da paixão, sempre ávida a devorar o eu do outro” (KOLLONTAI, 2000, p.43). Nessas relações, a desumanização de sujeitos, suas identidades, culturas, corpos e subjetividades sucumbem aos limites da exploração-opressão e atravessam as percepções e alternativas individuais cotidianas embebidas em contradições entre o afeto humanizador e o desafeto alienado.

Em "Tudo é Rio" (MADEIRA, 2021, *E-book Kindle*) o amor, a posse ou a busca pela apropriação do outro são um conjunto indivisível. Prazer e sofrimento são indissociáveis, dor e sensibilidade parecem sinônimos e tudo porque o ser que busca o outro não chega até ele, mas ao seu próprio desejo de posse. O livro fala de Dalva e Venâncio, um casal que se conhece desde a infância e que acendem uma paixão cheia de intensidade, uma relação aparentemente harmoniosa com desejo mútuo de cuidado, mas numa sociabilidade forjada na desumanização, "felicidade em demasia é dívida que não se pode pagar. A conta viria".

No enredo, tudo muda com o nascimento do primeiro filho. Venâncio não consegue lidar com o ciúme e a perda da atenção da esposa. O homem observa Dalva amamentar seu filho e envolto de ódio por não ter mais a exclusividade daquele seio, agride a esposa, arremessa a criança e desvenda as sombras por trás da luminosidade daquele amor romântico. Venâncio, filho de José, um homem violento e controlador, que batia em seu filho e era abusivo com sua esposa, encontrara em Dalva e em sua família uma relação de afeto que desconhecia, agora, com o nascimento do seu filho encontra dentro dele o seu próprio pai, não de forma inconsciente, mas na realização cotidiana de uma lógica estrutural violência e heterocispatriarcal.

Venâncio voltara ao curso da violência que antes parecia intermitente e inofensiva nas

pequenas crises de ciúme. Para ele o assassinato do filho é a revelação da desumanização. A criança, objeto de afeto da mãe, morta; a mãe, o objeto de apropriação de Venâncio, subjetivamente despedaçada; Venâncio, o dominador encontrando na desumanização do outro a sua própria desumanização. O homem violento, buscando conquistar enquanto se perde e se despede das suas experiências mais genuínas de afeto. A mulher em luto, pelo filho, pelo matrimônio, pela realização da desefetividade da vida, por descobrir a violência no seu amor.

A trama não acaba aí, pois o rio transcorre em dores, ódios e amores tão intensos quando unos em suas contradições, em relações de humanos desumanizados, violentos ou violentados, presos às sombras da materialidade da vida, pessoas que subjetivam valores naturalizados pela condição social vigente. E é aí que Venâncio encontra Lucy, a puta⁷¹ mais famosa da cidade, uma mulher que se esforça para se libertar das amarras morais, que escolhe a condição de prostituta em busca de autonomia, de prazer e de exercício de poder enquanto vende seu corpo. Lucy, ao perceber em Venâncio o único homem que não a disputa, repara ali a necessidade de conquistar a atenção, o desejo, o sentimento que faz com que os homens da pequena cidade coloquem seus casamentos em risco.

Lucy quer capturar, obter, efetivar o afeto pela troca, pela transação do seu corpo. Mas Venâncio está quebrado por dentro, o físico permanece atuando como o ser masculino patriarcal, mas não é mais capaz de sentir para além de sua condição desumanizada. Dalva, a mulher violentada, vive a morte do filho, do amor e da perspectiva de humanidade e o rio de lágrimas disfarçado de cotidiano mistura amor, ódio, prazer, dor, violência, carinho, sexo, vida, morte num cotidiano alienado às relações de apropriação e desafeto.

A singularidade é uma dimensão não-linear, os processos particulares se realizam com muitas determinações, as relações avançam e retrocedem em conexões e desumanizações. No cotidiano, as violências são duras, as opressões estão definidas, mas os descaminhos são muitos, o maniqueísmo afogado pela multiplicidade de violências que se retroalimentam atinge muitos e as possibilidades e limites dos seres teleologicamente capazes de ação e reflexão, ora buscam ir além do que é a alienação, ora desefetivam-se nela.

No heterocispatriarcado essa desefetivação mútua é decisiva para a vida das

71“Putá. Não tem outro nome para Lucy. De profissão ela era puta mesmo. Trabalhava num puteiro, vivia num puteiro. Mas não era puta só por isso. Se só por isso fosse, podia outros nomes mais respeitosos, como meretriz ou prostituta. Era puta e pronto, que essa palavra, a seco, carrega um xingamento, que quem conhecia Lucy queria logo desabafar. Tinha um jeito baixo e arrogante de provocar todo mundo, esfregando o sexo sem censuras, descobrindo os seios e atirando palavras cruas encharcadas de lama. Uma beleza disputada a tapa pelos frequentadores dava a ela o poder de não bastar aos olhos: quem via Lucy queria degustar. Dizem que sabia fazer o diabo com um homem na cama. Enlouquecia qualquer um que passasse pelos seus cuidados. Não tinha um que não quisesse mais.” (MADEIRA, 2021, E-book Kindle)

mulheres:

Para o entendimento das formas de opressão vivenciadas pelas mulheres, partimos do pressuposto de que homens e mulheres vivem sob dadas condições objetivas e subjetivas que são produto das relações sociais. Isto significa que a construção social das respostas que dão às suas necessidades e vontades tem na sociabilidade sua determinação central ou, de outra forma, significa também que os indivíduos fazem a história, mas suas possibilidades de intervenção se efetivam na dialética relação entre objetividade e subjetividade, entre ser e consciência. Na sociabilidade do capital, as condições materiais se constituem num grande obstáculo que limita o desenvolvimento pleno e livre da individualidade. Considerando que o modo de pensar e agir é determinado na dinâmica complexa e contraditória entre sociabilidade e individualidade, podemos verificar a prevalência de indivíduos despotencializados em sua criatividade, em sua capacidade reflexiva, reproduzindo práticas que reiteram processos de alienação e de subalternidade (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p.12)

No romance ficcional que aqui tratamos, os conflitos entre o sentir e o ressentir, entre a visceralidade humana e a humanidade desumanizada, entre o que é material e espiritual, coloca o tom a vida amorosa humana, social, percebida num tom animalesco desde a epígrafe: “Ela me perguntou o quanto eu a amava. Reuni em vidro todos os humores vertidos: sangue, sêmen, lágrimas. Amo você tantos rios” (MADEIRA, 2021, E-book Kindle).

Como destaca Kollontai:

A época atual caracteriza-se pela ausência da arte de amar. Os homens desconhecem em absoluto a arte de saber conservar relações amorosas, claras, luminosas, leves. Não sabem todo o valor que encerra a amizade amorosa. O amor para os homens de nossa época é uma tragédia que destroça a alma, ou um vaudeville. É preciso tirar a humanidade desse atoleiro: ensinar aos homens a viver horas cheias de beleza, claras, sem grandes cuidados. A psicologia do homem não estará aberta para receber o verdadeiro amor, purificado de todos os seus aspectos sombrios, até que passe pela escola da amizade amorosa (2000, p. 43).

Se em *Tudo é Rio* o amor é água que não se pode controlar, se é esse um “monte de gostar” difícil de definir, se é esse "gostar de falar, gostar de tocar, gostar de cheirar, gostar de ouvir, gostar de olhar. Gostar de se abandonar no outro. O amor não passa de um gostar de muitos verbos ao mesmo tempo" (MADEIRA, 2021), sua realização num tempo histórico pautado pelo machismo baseado no heterocispatriarcado burguês, sedimenta às margens do rio que o direcionam para a humanização desumanizada, para a busca de si mesmo e do outro e, ainda assim, o risco de encontrar a unidade exploração-opressão.

Pretendemos conquistar a totalidade da alma do ser amado, mas, em compensação, somos incapazes de respeitar a mais simples fórmula do amor: acercarmo-nos do outro dispostos a dispensar-lhe todo o gênero de considerações. Esta simples fórmula nos será unicamente inculcada pelas novas relações entre os sexos, relações que já começaram a se manifestar e que estão baseadas também, em dois princípios novos: liberdade absoluta, por um lado, e igualdade e verdadeira solidariedade entre

companheiros, por outro. Entretanto, por enquanto, a humanidade tem que sofrer, ainda, a solidão moral e não há outro remédio senão sonhar com uma época melhor na qual todas as relações humanas se caracterizem por sentimentos de solidariedade, que serão possíveis por causa das novas condições da existência. A crise sexual é insolúvel sem que haja uma transformação fundamental da psicologia humana; a crise sexual só pode ser vencida pela acumulação de potencial de amor. Mas, essa transformação psíquica depende completamente da reorganização fundamental das relações econômicas sobre os fundamentos comunistas. Se recusarmos esta velha verdade, o problema sexual não terá solução (KOLLONTAI, 2000, p. 57).

Hooks (2010), teorizando sobre o amor, destacou que este substantivo foi muito melhor analisado quando visto como ação. O amor sendo uma práxis social revela as contradições em suas formas de expressão. Uma ação numa sociedade onde a reflexão também é alienada é atravessada e até mesmo estruturada pelo desamor, entendido aqui como a expressão sentimental de um processo de apropriação e dominação.

Assim, baseado na lógica da mercadoria, alicerçado no heterocispatriarcado e no racismo, aquilo que o *ethos* liberal chama de “amor-próprio” vai se transformando em sua condição alienada de “amor apropriado”. Condição da vida cotidiana do tipo humano burguês, para determinados sujeitos, a ideia de amor está mais ou menos próxima da possessividade ou da apropriação, do afeto desumanizado ou da humanização do desafeto, da coisificação do sentimento ou do sentimento pelas coisas.

O amor como uma construção histórica carrega os limites e as possibilidades de realização dos processos materiais que reproduzem as alienações históricas. Konder (2007, p. 10-11), em seu livro “Sobre o Amor”, nos lembra que:

Por mais arrebatadora que seja, a paixão jamais elimina completamente a participação da vontade do sujeito. Há momentos de “liberdade” no interior do processo que se realizam sob forte pressão de um sentimento vivido como “necessidade”. Não podemos alimentar uma visão “iluminista” de que uma boa argumentação, desenvolvida com os poderosos recursos da razão, modifica o panorama da consciência de pessoas arrebatadas pela paixão.

Coutinho (2020) em "Violências contra as mulheres e judicialização da vida privada: histórias que a gente não gostaria de saber" realiza entrevistas com mulheres vítimas de violência doméstica, levando em conta determinantes étnico-raciais, de gênero e de classe social, a autora expõe e analisa depoimentos que reproduzem a romantização do amor e a naturalização da maternidade na conjunção dos processos valorativos que a naturalização das violências no âmbito doméstico. A autora coloca que:

Dessa forma, quase todas as mulheres não apenas desejam, mas lutam para se enquadrar no modelo idealizado de satisfação afetiva. Essas narrativas parecem

convergir com o que teóricas feministas, as quais já haviam produzido teoricamente, com muita clareza, sobre a existência do amor romântico, sendo este, um amor pleno situado no —imaginário, que se configura na presença de um alguém —idealizado. De acordo com Martinez (2013) é no século XVIII, que se encontram as bases ideológicas do que denominamos de —Amor Romântico (COUTINHO, 2020, p.100).

Desnaturalizar as questões do mundo privado, colocados na vida burguesa como fora dos interesses sociais, retratam as expressões cotidianas de controle, violência e determinações sobre sujeitos historicamente oprimidos como as mulheres, sobretudo as negras, além da população LGBTQIA+. Os singularismos, os adjetivos sentimentais naturalizados, os arranjos moralizados e as relações alienadas escondem a essência da violência que expressa sua força na vida cotidiana.

Segundo o Atlas da violência do IPEA (2021) 3.737 mulheres foram assassinadas no ano de 2019 no Brasil, 66% deste número é composto por mulheres negras.

em 2009, a taxa de mortalidade entre mulheres negras era de 4,9 por 100 mil, ao passo que entre não negras a taxa era de 3,3 por 100 mil. Pouco mais de uma década depois, em 2019, a taxa de mortalidade de mulheres negras caiu para 4,1 por 100 mil, redução de 15,7%, e entre não negras para 2,5 por 100 mil, redução de 24,5%. Se considerarmos a diferença entre as duas taxas verificamos que, em 2009, a taxa de mortalidade de mulheres negras era 48,5% superior à de mulheres não negras, e onze anos depois a taxa de mortalidade de mulheres negras é 65,8% superior à de não negras (IPEA, 2021, p. 38).

Já havíamos apontado no primeiro capítulo sobre como o feminicídio no país é atravessado pela questão de raça e de classe. Do total de mortes violentas, 33,3% dos homicídios ocorreram dentro de suas residências. Tal fenômeno é só a questão mais grave e explícita de um conjunto de violências cotidianas, de valores que autorizam a subalternização de identidades e corpos, de processos de normalização de relações assimétricas, de objetificação, sexualização e perpetuação de discriminações históricas.

O relatório demonstra que 77% das vítimas de homicídio são negras no Brasil; 2.074 indígenas assassinados entre 2009 e 2019, crescendo 21,6% a taxa de mortalidade. Com dados oficialmente subestimados pela dificuldade de institucionalização da natureza da violência pelos órgãos competentes, o documento demonstra que 5330 casos de violência ocorreram contra homossexuais e bissexuais e 3967 contra transexuais e travestis. Com apenas esse Atlas da Violência e outros documentos que aqui já recuperamos poderíamos atravessar centenas de páginas indicando números de assédio e estupro de mulheres, de mortes violentas da população LGBTQIA+, do extermínio policial da juventude negra, do número superior do mesmo grupo encarcerados nas prisões, do aumento da morte de

indígenas, entre outras expressões de agudização da unidade exploração-opressão.

Mais que expressar o sangue derramado dos sujeitos desumanizados, o fundamental aqui é desvendar que tais corpos ceifados, as histórias particulares interrompidas e perda de vidas naturalizadas são parte de um ciclo maior de desumanização que perpetua a autorização da descartabilidade desses sujeitos e, antes disso, conduz relações cotidianas, inclusive entre quem pertence a estes grupos, onde se realizam os valores alienados que são produzidos sobre a base material predominante desta sociedade.

O cotidiano é uma instância fundamental para a perpetuação da lógica burguesa e desenvolvimento contínuo da exploração e da permanente hegemonização do seu *ethos*. Controlar corpos, culturas e relações. Direcionar desejos, ampliar ou diminuir alternativas. Realizar os elos desumanizados para a perpetuação da relação humana coisificada. O espaço do preconceito e da discriminação é a construção particular do rebaixamento do ser social, da limitação da sua diversidade, da condução de sua construção histórica ao empobrecimento imediato de suas possibilidades e reflexões dos poderes estruturais.

Se a unidade exploração-opressão é sobretudo relação, esta não se processa somente quando há as condições prioritárias imediatamente dadas de sua realização estrutural. Nem se constitui em uma equação mecânica entre sujeitos pertencentes aos papéis e identidades preestabelecidas por uma estrutura rígida. Obviamente, são as condições predominantes que conduzem a lógica de sua realização e, são também elas que compõem a regra desta relação. No entanto, a lógica da desumanização, transitando por todas as subjetividades, capilariza suas determinações estruturais em atitudes, juízos de valores e percepções que ultrapassam a conduta prévia dominador-dominado sobre representações tradicionais.

Vejamos como uma relação particular de uma dada sociedade faz a leitura racializada por determinantes fenotípicos e culturais bastante distintos. Um mesmo brasileiro lido como branco na particularidade racista de nossa estrutura nacional pode, a depender de seu tom de pele, ser considerado não-branco em determinados países da Europa. Tal fato não exclui sua identidade branca em um lugar onde se realiza expressões hierárquicas que aumentam suas alternativas de existência naquela estrutura racista, assim como não retira os riscos de sofrimento de preconceito se estiver naquele outro território, sendo alçado à uma leitura racializada num nível de subalternização.

Esta não é uma condição relativa promovida por dimensões aleatórias ou julgamento individual. Como já destacamos sobre as determinações da alienação colonial, o racismo como uma relação histórica compõe a construção social da ideia de raça para fins de dominação e, como uma construção social e não natural, sua estrutura é direcionada por

determinantes que se expressam com distinção em diferentes sociedades, à depender de vários fatores como sua formação sócio-histórica, a posição do seu Estado Nacional na ordem internacional do capital, além do nível de mobilização e debate sobre a discriminação étnico-racial e a mobilização política para o seu enfrentamento.

Esta relatividade aparente não retira a dimensão concreta do racismo. Ao contrário, ela explicita como a construção histórica desse processo complexo de desumanização ultrapassa as relações mais evidentes e se realiza em diversas particularidades, assumindo uma função social de hierarquização imediata, mas, em última instância, realizando sua precisão estrutural da história do capital que concentrou seus tentáculos sobre os povos de pele escura, especialmente os sujeitos sequestrados do continente africano e seus descendentes, além, obviamente, dos povos originários de outros territórios colonizados.

A lógica do racismo predominante nesta relação media tantos outros processos, inspirando atuações opressoras como no caso da xenofobia e outras formas de preconceitos regionais que transitam entre questões de raça/etnia, de identidade nacional e de supremacia imperialista para sedimentar a violência, dominação e marginalização de parcela da classe trabalhadora internacional.

Um outro ponto importante dessa complexidade está no fato de que, não sendo a consciência que determina o mundo, mas o contrário, o racismo em suas camadas distintas, estrutural, institucional e relacional-cotidiana tem seu caráter objetivo independente da consciência dos sujeitos envolvidos. Reconhecida criticamente na sua imediaticidade ou não, qualquer reprodução desumanizada promovida por questões históricas e estruturais de construção e divisão racializada que realize condutas de discriminação, dominação, apropriação e hierarquização, desde uma violência explícita até uma prática simbólica naturalizada é, ainda assim, uma expressão de racismo.

Vários são os exemplos de discriminações e preconceitos que num tempo histórico foram normalizados e após processos políticos que desnaturalizaram seu caráter violento passaram a ser socialmente repulsivos por uma consciência e atitude ética. De práticas contundentes até expressões linguísticas⁷², a objetividade do preconceito se encontra na

⁷²Lukács (2018, p. 579) diz: “As reações ao mundo exterior que assim surgem se referem, naturalmente, também à natureza; o rio torna-se, em regra, na vida cotidiana tão coisificado quanto o navio que nele segue. O quão indispensável é essa tomada de posição prático-intelectual para com a realidade mostra-se em que a linguagem — tanto mais intensamente, quanto mais variadamente serve ela como meio de comunicação social — expressa em formas coisais os processos por ela expressados. (Essa tendência já é discernível no papel mágico dos nomes e denominações.) O uso da linguagem em muitas esferas ideológicas (Direito, administração, mas também informação na imprensa etc.) intensifica permanentemente essa tendência e exerce semelhantes efeitos dirigidos ao tema do momento. A luta permanente, por exemplo, da linguagem política contra a do

função social que ele tem para a permanência da reprodução de desigualdade e isto se perpetua, em nível imediato, independe da percepção dos sujeitos ali envolvidos.

Assim, por exemplo, uma piada racista pode, em determinado caso, não encontrar no ouvinte um significado de violência sob sua percepção singular, ainda que ele seja negro. Isto, no entanto, não retira a condição racista da piada, mas confirma a profundidade da naturalização de seus fundamentos. A naturalização de opressões objetivas não nega sua concretude, mas sim, revela a sua força estrutural. Não é porque a escravidão dos negros na ascensão da sociedade burguesa foi um fenômeno legalizado, moralmente aceito e naturalizado cotidianamente que ele não tenha sido uma estrutura racista. A materialização da opressão não está somente em sua visibilidade imediata, mas em sua condição ontológica.

Voltando aos exemplos da complexidade de realização particular da unidade exploração-opressão e seu fundamento na posse, quando vivenciados distantes dos seus atores tradicionais e costumeiros que privilegiam sua complexidade alienada, mas sim, mediados pela reprodução da sua lógica em relações aparentemente distintas, basta pensarmos sobre a reprodução de valores e estruturas do heterocispatriarcado em relações homoafetivas.

Mesmo fora da relação particular homem-mulher as expressões modelares constituídas do âmago da estrutura familiar monogâmica, da reprodução do amor romântico burguês e dos processos reprodutivos da objetificação dos corpos, desejos e afetos, surgem em condutas entre homens e entre mulheres, transpassando formas de controle, abusos e outras formas de violências.

A retirada do sujeito imediatamente opressor ou oprimido da equação relacional mais comum não implica necessariamente na eliminação das práticas de alienação. A condição ontológica da complexidade alienada ontologicamente fundada na propriedade privada tem sua carga valorativa subjetivada enquanto lógica desumanizadora comum nas mais distintas relações do ser social em sua existência particular na sociedade burguesa.

Das expressões mais agudas da reprodução heterocispatriarcais em arranjos e relações fora dos seus modelos tradicionais, as manifestações de violência doméstica são também muito reveladoras. Em “O drama do 'armário duplo': a violência 'invisível' entre casais do mesmo sexo”, Castedo (2017) recupera alguns debates de pesquisadores sobre o tema:

um estudo divulgado em 2014 pela Escola Feinberg de Medicina da Northwestern University, de Chicago, que revisou pesquisas anteriores que sugeriam que entre

desenvolvimento cotidiano mostra o quanto é coisificadamente modificada a tomada de posição interior dos seres humanos para com os resultados imediatos de suas vidas, para com seus portadores e objetos”

25% e 75% de lésbicas, gays e transexuais já foram vítimas de violência doméstica, para concluir que “a falta de dados representativos e a subnotificação de casos de abuso pintam um quadro incompleto do panorama real, sugerindo taxas ainda mais altas (de abuso)”.

“A violência doméstica é exacerbada porque casais do mesmo sexo têm de lidar com o estresse adicional de pertencerem a uma minoria sexual. Isso leva a uma relutância em abordar questões ligadas a violência doméstica”, diz o psicólogo Richard Carroll, um dos autores do estudo.

Em outra pesquisa, do Centro de Prevenção e Controle de Enfermidades de Estados Unidos, que ouviu mais de 16 mil pessoas, o índice de mulheres lésbicas e homens gays que afirmaram ter sido vítimas de violência íntima (física, sexual ou psicológica) por parte dos companheiros ou ex-companheiros foi similar e, em alguns casos, superior ao de heterossexuais (CASTEDO, 2017, *Online*).

A constatação dessas expressões de desigualdades e violências não conduzem a uma determinação fatalista sobre nossa condição desumanizada. É verdade que os processos particulares da unidade exploração-opressão ocorrem porque numa sociedade alienada não há relações ou sujeitos que possam superar exclusivamente esta lógica em seus processos subjetivos, demonstrando que não há sujeito emancipado em um mundo não emancipado. No entanto, isso não significa concluir que as relações interpessoais serão rígidas, amorfas ao conservadorismo alienador, meras expressões de violências estruturais que sequer podem responsabilizar os sujeitos envolvidos.

Não se trata de uma abstração involucra em estagnação. Mas de uma redução qualitativa de alternativas de superação no campo singular diante de uma estrutura que determina os processos fundamentais de existência. Especialmente nesta temática, as reflexões sobre amor-camarada de Kollontai ganham um sentido fundamental sobre as possibilidades emancipatórias nas relações particulares diante da superação estrutural das condições de alienação.

Recuperando as reflexões que fizemos nos debates sobre individuação, personalidade e consciência, lembremos que ser da práxis pode construir alternativas particulares, direcionando sua teleologia e materializando suas práticas numa direção humano-genérica. Isto quer dizer que há espaço para a construção interpessoal de condutas que busquem desnaturalizar a desumanização experimentada em suas vivências, direcionando aproximações sucessivas para uma consciência pró-emancipação que reconheça as práticas, sentimentos e sensações de reprodução das expressões de alienação para, por fim, objetivar cotidianamente posturas que enfrentem estas condições.

Desta postura ética fundamental não se materializa, no entanto, uma condição de emancipação num tempo histórico estruturado pela desigualdade. A supressão da alienação tem suas fronteiras na estrutura social desigual onde se vivencia aquela particularidade e, por

fim, nas determinações sociais onde se processou a formação da consciência e da personalidade que, em movimento, pode avançar ou recuar em suas práticas e intencionalidades durante a vida cotidiana.

No exercício ético na particularidade, a práxis que desnatura a moral estabelecida, proporciona a consciência da desumanização, a intencionalidade de mudança e a busca na particularidade por condutas coerentes (BARROCO, 2009). Estes são os primeiros passos fundamentais, impulsionadores da busca para as determinações ontológicas desses fenômenos, mas, ainda assim, um espaço suprimido às pequenas possibilidades dos indivíduos. Tal práxis se potencializa quando suprassume as condições particulares para a organização coletiva de construção crítica diante do núcleo fundamental da estrutura alienada.

Um outro exemplo complexo, ainda nessa seara, se trata da desnaturalização da monogamia, reconhecendo sua inequívoca vinculação histórica como o heterocispatriarcado e com relações centradas numa lógica de posse. Dessa constatação se realiza politicamente a motivação de sujeitos ampliarem suas alternativas e vivenciarem outras formas de arranjos afetivo-sexuais. Nesses processos contemporâneos muitas são as denominações e suas organizações que vão desde as relações abertas, o poliamor e a ideia de amor livre. Não pretendemos nos estender em mais um exemplo, mas, importa refletir que mesmo nestes casos, inclusive naqueles que imputam nesta experiência um viés militante, não se elimina as contradições e processos de alienação.

É fato que numa sociedade emancipada, com produção e reprodução de relações sociais livres da alienação e de seus fundamentos, os processos de objetivação e de subjetivação terão constituído uma jornada complexa de suprassunção da forma como nos relacionamos, inclusive nas relações pessoais, ultrapassando os modelos, normas e costumes hoje hegemônicos e garantindo plenas condições de realização do ser social na diversidade de alternativas que ele poderá vivenciar afetivamente, sem as amarras da coisificação de si e do outro. Isso libertará o ser social dos enquadramentos e definições pré-estabelecidas de seus desejos, orientações e identidades, realizando a expressão da diversidade enquanto substância das práxis particulares e das suas relações⁷³.

⁷³Destacando a questão estrutural, Kollontai (2000, p. 57) diz que “por enquanto, a humanidade tem que sofrer, ainda, a solidão moral e não há outro remédio senão sonhar com uma época melhor na qual todas as relações humanas se caracterizem por sentimentos de solidariedade, que serão possíveis por causa das novas condições da existência. A crise sexual é insolúvel sem que haja uma transformação fundamental da psicologia humana; a crise sexual só pode ser vencida pela acumulação de potencial de amor. Mas, essa transformação psíquica depende completamente da reorganização fundamental das relações econômicas sobre os fundamentos comunistas. Se recusarmos esta velha verdade, o problema sexual não terá solução”.

Esta afirmação, porém, não pode se realizar numa estrutura social alienada. A priori, não há qualquer condição de se julgar um maior ou menor nível de relações afetivas emancipatórias pela quantidade de pessoas envolvidas. Não há também nenhum postulado ético que sirva para modelar um estágio superior de consciência por uma dimensão quantitativa, afinal, o cerne deste processo é qualitativo, importando mais como se relaciona e quais valores se concretizam nas relações e menos a quantidade de pessoas e suas identidades de gênero ou orientações sexuais.

Caminhando por esta complexidade, quando esses arranjos não tradicionais reivindicam a ideia da possibilidade de superação radical da alienação em sua particularidade, sua tendência é a realização do fetiche alienador, hipertrofiando artificialmente seu impacto de transformação e conduzindo uma teleologia alienada que busca não enxergar seus processos de reprodução da lógica social hegemônica. O voluntarismo particular, ao sufocar a crítica e a autocrítica em nome da libertação, acaba por aprisionar a práxis transformadora na naturalização própria da vida cotidiana.

Nestas apostas fetichizadas, por exemplo, quando circunscritas à ótica liberal, constituem a ideia de amor livre apartadas de uma práxis ética humano-genérica, desaguando numa reprodução da coisificação do outro sob o prisma da descartabilidade das relações, da não responsabilidade afetiva, da superficialidade dos arranjos, da chamada liquidez pós-moderna. O exercício da liberdade limitada à confirmação do ser liberal acaba por rebaixar iniciativas que têm intencionalidades emancipatórias, mas que materializam relações alienadas⁷⁴.

É claro que as relações mais ou menos identificadas com o *ethos* burguês, ou seja, com a identidade histórica do sujeito detentor dos meios de produção, homem, cis, branco, europeu, heterossexual, judaico-cristão e liberal, conduzem camadas que vão em grau maior ou menor influenciar nos desafios e reproduções dessa lógica, nas possibilidades e dificuldades de desnaturalização delas, nas alternativas interpessoais e nas influências e riscos de violências e outras formas de desumanização que são exteriores ao caso particular. Por exemplo, pelas questões do heterocispatriarcado, objetivamente, para além de suas

⁷⁴Segundo Kollontai (2000, p. 67), há três postulados subjetivos do tipo humano burguês que precisam ser estruturalmente superados: “Os três fatores fundamentais que deformam a psicologia humana são os seguintes: o egocentrismo extremado, a ideia do direito de propriedade dos esposos entre si e o conceito da desigualdade entre os sexos no aspecto psicológico e físico. Esses três fatores são os que travam o caminho que conduz à solução do problema sexual. A humanidade não encontrará solução para este problema até que haja acumulado em sua psicologia suficientes reservas de sensações depuradas, até que se haja apoderado de sua alma o potencial do amor, até que o conceito da liberdade no matrimônio e na união livre seja um fato consolidado, em suma, até que o princípio da camaradagem haja triunfado sobre os conceitos tradicionais de desigualdade e de subordinação nas relações entre os sexos. Sem uma reconstrução total e fundamental da psicologia humana é insolúvel o problema sexual”.

condutas afetivas privadas, um casal de mulheres lésbicas tem um risco efetivo de sofrer violência só por existirem enquanto tais, algo muito distinto da realidade de um casal heterossexual cis.

As retroalimentações alienadas entre os oprimidos vinculam sua existência cotidiana numa desumanização recíproca e não linear, onde as relações de hierarquia demarcam poder sob moldes de objetificação do outro, entrançando uma cadeia de valores sociais de apropriação e dominação que rebaixam o potencial do ser às condições alienadas. A conformação teórica mais precisa desta complexidade está em “O sofrimento do Homem burguês” que neste texto já dialogamos em demasia. Konder (2000) passeia por diversas práxis e complexos sociais onde o tipo humano da sociedade burguesa buscando sua realização esbarra em sua autoalienação.

A complexidade da unidade exploração-opressão pulveriza no cotidiano sua potência particular de desumanização. Várias são as condições objetivas que só são consistentes para sujeitos particulares. Há formas de violências que só as mulheres vivenciam ou podem vivenciar, algumas delas, só as mulheres negras, outras só as mulheres trans. Esses processos vão gerando camadas de complexidade das relações particulares que se tornam um âmbito permissivo para a reafirmação da alienação estrutural e que, lembremos, são determinantes na reprodução social da força de trabalho.

As construções desumanizadoras espriam em valores sociais discriminatórios numa disposição universal que transfigura a diversidade em formas de desigualdades. Homens gays sendo misóginos; mulheres que interpretam o feminismo por uma condição fisiológica reproduzem transfobia num campo chamado vulgarmente de “feminismo radical”; pessoas trans que, na construção de suas identidades, encontram as conformações simbólicas do heterocispatriarcado na performance da construção de gênero/sexo; a sexualização dos corpos das mulheres negras; a imputação da periculosidade e agressividade aos homens negros. Poderíamos preencher muitas páginas para circunscrever todas as manifestações de mutabilidade desumanizadora das particularidades. Importa aqui, principalmente, expressar que a lógica comum desses processos finca suas bases na alienação e suas formas de realização.

A desumanização aparentemente circunscrita à opressão na vida cotidiana não nega seu caráter unitário com a exploração, apenas demonstra a complexidade de mediações alienadas que se processam, inclusive, entre os opressores e entre os oprimidos. A constatação da realização da subjetivação do *ethos* burguês em todos os indivíduos independentemente de sua origem de classe só confirma a hegemonia burguesa.

A violência contra a mulher ocorrida no seio de uma família burguesa retrata as condições heterocispatriarcais de alienação no campo imediato e, além disso, realiza o aprofundamento de sua lógica que materialmente ocorre em condições quantitativas e qualitativas muito mais agravadas para as mulheres da classe trabalhadora, estas, sem as possibilidades e alternativas imediatas que os indivíduos da classe burguesa detêm para sua defesa.

A LGBTQIAfobia vivenciada entre pessoas da classe dominante é a reação violenta à agressão particular ao seu *ethos* constitutivo em sua forma clássica, portanto, uma expressão reacionária de desumanização intraclasse que invade o direito do indivíduo enquanto reproduz a lógica mais ampla de desumanização que aprofunda os valores e as práticas ainda mais agudas para os LGBTQIA+ que não detêm os meios de produção, que vivenciam as violências para se enquadrarem no *ethos* do outro, que sucumbem à desumanização do ser que oprime e que explora, na lógica que rebaixa sua diversidade e que coisifica sua força de trabalho.

A sociabilidade burguesa produz e reproduz o seu amor e o seu ódio. Se o amor do tipo humano burguês é uma construção contraditória que atravessa relações afetivo-sexuais, de amizades e os arranjos familiares, o ódio burguês, portanto, o ódio de classe, também se apresenta em sua complexidade, revelando preconceitos, discriminações e todas as formas de reforçamento de coisificação e apropriação da diversidade. A repulsa à condição de coisificação sem direcionamento político crítico, sem o ódio de classe desnaturalizado, revelado e orientado para a classe hegemônica, constitui-se na violência que aprofunda a alienação, assumindo os valores da classe exploradora e sufocando a possibilidade de um sentimento promotor da resistência e de oposição direcionada à estrutura social que promove as desigualdades.

Sem reforçamento coletivo que se oriente para a essência da formação social, o ser alienado transforma os sentimentos em instrumentos das desigualdades vivenciadas, em espelhamento do *ethos* burguês e em concorrência entre os seres explorados e oprimidos. Por isso também a vida cotidiana se realiza como lócus do individualismo burguês. Quando não há direção e sentido emancipatório coletivamente organizado, os indivíduos olham a pobreza, o desemprego, a violência, a falta de moradia digna, a luta diária pela sobrevivência individual, olham para a vida e a morte e enxergam “o outro” como empecilho.

Por todos esses atravessamentos ideológicos o ser trabalhador olha no espelho e odeia seu reflexo, pois enxerga sua imediatividade forjada na competição, na dominação, na coisificação e na naturalização de sua própria desumanização. Quer destruir sua condição

desigual, mas sem saber onde ela começa, onde se estrutura, onde se amplia e onde se manifesta realiza sua insatisfação nos marcos alienados da subjetivação burguesa, por isso, aponta o dedo para a imediatividade. O desespero e a desesperança viram o combustível moralista, individualista, segregatório e elitista entre setores explorados. Assim, a teleologia do tipo humano burguês serve ao pragmatismo da ordem do capital.

O ser humano que não se reconhece no que faz, em como vive e no que produz, que não se reconhece naqueles que comungam da mesma condição e que não tem como se reconhecer em quem o explora, repulsa as manifestações imediatas da alienação sob formas alienadas como a discriminação e o preconceito. Numa sociabilidade desumanizada os sentimentos desumanizados são a hegemonia. Numa sociabilidade de classes o ódio é essencialmente de classe. Não necessariamente ele tem teleologia, é organizado e aponta para a essência do que produz a desumanização. Pelo contrário, quando os processos privilegiam a naturalização é no cotidiano que o ódio se destila.

O ódio ao próximo, ao outro, ao diferente e a si mesmo, a sua forma de existir no mundo, a forma do mundo existir sobre si. A consolidação da desigualdade e o sufocamento da diversidade são elementos próprios da sociabilidade capitalista, marginalizando tudo que representa o ser explorado-oprimido, escondendo sua potencialidade revolucionária e a realização da sua diversidade substantiva.

A reprodução do “ódio de classe burguês” é o sufocamento do “ódio de classe contra a burguesia” e, cotidianamente, é a realização contraditória do desafeto do tipo humano burguês. Desde que ser trabalhador, isto é, desde que o ser que produz aquilo que tem utilidade social se transformou em um ser sucumbido à condição de exploração, sobrevivente nesse processo como ser individual, sem consciência de sua classe, o ódio que ele expressa é contra sua a própria condição:

De fato, em todos os grandes centros industriais da Inglaterra há um profundo antagonismo entre os proletários irlandeses e os ingleses. O trabalhador inglês comum odeia o trabalhador irlandês como um concorrente que rebaixa seu salário e seu padrão de vida; também alimenta contra ele antipatias nacionais e religiosas. É exatamente o mesmo modo como os brancos pobres dos estados sulistas da América do Norte se comportavam em relação aos escravos negros. Esse antagonismo entre os dois grupos de proletários no interior da própria Inglaterra é artificialmente mantido e alimentado pela burguesia, que sabe muito bem que essa cisão é verdadeiro segredo da preservação de seu próprio poder (MARX apud MUSTO, 2014, p. 275-276)

Das condições materiais às condições subjetivas a repulsividade cotidiana por uma vida desumanizada impulsiona a desefetivação e o ódio sem teleologia, sem reconhecimento do que produz a alienação que nos arregimenta. O ódio destilado e fermentado pelos

exploradores se espalha por todos nós, pelas nossas culturas e relações, pelas nossas crenças e afetos, pelos nossos sotaques, valores e identidades, pelas nossas revoltas sem projeto revolucionário. Diversos como seres sociais, desiguais como tipos humanos burgueses, identificados com o ódio e a repulsa fetichizada no mundo da mercadoria.

A expressão imediata incontestavelmente maior sobre os sujeitos oprimidos da classe trabalhadora, os processos de ampliação dos valores conservadores, preconceituosos, discriminatórios e naturalizadores do *ethos* burguês e, sobretudo, a constatação da substância unitária da exploração-opressão ontologicamente calcada na alienação complexificada e promotora de ampliação das condições de lucro do capital demonstram que esses debates não são desvios de uma síntese materialista e revolucionária.

Ao contrário do que supõe as defesas pós-modernas recuperadas no início deste capítulo, na sociedade capitalista o que se repete não é a diferença, mas a desigualdade. A identidade do capital se processa numa diversidade de formas de realizar a alienação. Seu momento predominante se encontra no âmago da propriedade privada dos meios de produção, mas por sua substância histórica, sua construção se capitaliza nas práxis sociais renovando seu estranhamento nos valores sociais e na subjetivação da coisificação que centraliza as relações humanas na sociedade burguesa.

Se a exploração-opressão é uma totalidade em si, ela é também uma particularidade histórica da humanidade em um momento específico, com relações de produção e reprodução peculiares que promovem sua possibilidade de existência e sua condição de centralidade. A unidade exploração-opressão é uma particularidade da produção da vida centrada na propriedade privada madura e complexificada nas raízes da sociedade do capital.

Sendo uma construção histórica esta unidade é uma síntese. A diversidade humana compõe uma potência ontológica substantiva, cada característica do ser social e de suas alternativas e possibilidades são constitutivas de sua construção coletiva, no entanto, a complexidade alienada rebaixa cada uma dessas características como adjetivos apartados, estes, possíveis de serem formatados, rotulados e precificados. São, portanto, expressões da ordem do capital como a universalidade da desigualdade.

A unidade exploração-opressão é uma totalidade dentro de outras totalidades, isto é, é um complexo formado por outros complexos que atuam com mediações interdependentes, leis sociais próprias e autonomia relativa. Isso significa que cada forma de realização de exploração e de opressão tem características particulares e, por isso, podem e devem ser analisadas em suas especificidades, onde, tais reflexões, por meio da abstração racional,

busca identificar os elementos prioritários de sua lógica de realização, conectando os aspectos especiais de cada epifenômeno com o âmago estrutural fundado na alienação da sociedade capitalista.

4.2.3. Rompendo margens forjando mares: notas sobre a luta social e a superação do ser desumanizado

*Mas como sopra o vento sobre o Mar Oceano!
Se eu morresse amanhã, só deixaria, só,
Uma caixa de música
Uma bússola
Um mapa figurado
Uns poemas cheios de beleza única
De estarem inconclusos...
Mas como sopra o vento nestas ruas de outono!
E eu nem sei, eu nem sei como te chamas...
Mas nos encontramos sobre o Mar Oceano,
Quando eu também já não tiver mais nome*

*Mario Quintana
Obsessão do mar oceano*

O reconhecimento da unidade do diverso como dimensão concreta e o desvendamento das desigualdades distintas com conexão unitária não são tarefas somente interpretativas, mas condição fundamental para a ação coletiva interessada e intensificada nas lutas sociais do capitalismo contemporâneo.

A simbiose entre a degradação das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora e o aprofundamento do conservadorismo, do moralismo e das posições discriminatórias, embora seja um fenômeno renovado e escrachado da atual conjuntura, não é exceção na história do capitalismo. Se a luta contra a exploração e as lutas contra as opressões não estiveram em unidade por diversos momentos, tal constatação revela a capacidade do capital de desenvolver sua complexidade alienada, revitalizando constantemente sua estrutura, enquanto processa formas de sofisticar seu aparato ideológico, impulsionando desigualdades, aprofundando os desafios das organizações coletivas.

Hoje, a luta por direitos e a luta radical precisam caminhar por um só percurso, do contrário, a primeira desvanece diante da necessidade destrutiva do capital, enquanto a segunda vai pairar inerte em principismos distantes da emergência vivida pela classe trabalhadora. Para que ambas não sucumbam à forma social do tipo humano burguês, os fundamentos da unidade exploração-opressão provam que a luta por igualdade e por diversidade carecem de identidade enquanto projeto.

Friedrich Hayek, em 1944 escreveu *O Caminho da Servidão* acusando os resultados

deletérios da intervenção estatal no mundo do capital, qualificando-a como uma ameaça à liberdade econômica e política, destruindo moralmente qualquer iniciativa de organização que propusesse a busca de direitos sociais. Além de antirrevolucionário, Hayek, sendo um crítico severo do reformismo, conjugava suas formulações teóricas recheadas de adjetivos reacionários em relação aos sujeitos pauperizados e àqueles que se organizavam nas lutas sindicais e partidárias.

Em 1947, período em que o *Estado de Bem Estar Social* se sedimentava em parte da Europa, Hayek tratava de amadurecer suas ideias acerca da economia e seus desafios contemporâneos e, para isso, buscava aliados que comungassem com seus ideais e princípios. Nesse momento temos a pedra angular do neoliberalismo. A “Sociedade Mont Pélerin”, organização dedicada nos ataques ao comunismo e aos defensores do keyneianismo nas esferas do “mundo capitalista”, preparava o terreno para um capitalismo mais rigoroso em seus princípios originários, mais duro, supostamente livre de regras sociais, redirecionando o papel estatal para os interesses individuais, impulsionando o mercado para a resolução do que era possível fazer diante da “irremediável natureza desigual” que é a vida em sociedade⁷⁵.

Para Hayek e seus correligionários, o suposto igualitarismo produzido pelo *Estado de Bem Estar* destruiria a liberdade dos cidadãos e a concorrência entre os mercados, fatores imprescindíveis para a prosperidade econômica, sendo a luta por igualdade um artifício violento contra a essência humana. Com suas propostas em ascensão, já em 1981, em entrevista para o período *El Mercurio*, Hayek comentava sobre a ditadura de Augusto Pinochet no Chile:

Como instituições de longo prazo, sou totalmente contra as ditaduras. Mas uma ditadura pode ser um sistema necessário para um período de transição. Às vezes é necessário que um país tenha por um tempo, alguma forma ou outra de poder ditatorial. Como você entenderá, é possível que um ditador governe de maneira liberal ... Minha impressão pessoal ... é que no Chile ... testemunharemos uma transição de um governo ditatorial para um governo liberal ... Durante essa transição, pode ser necessário manter certos poderes ditatoriais, não como algo permanente, mas como um arranjo temporário (HAYEK *apud* Freitas, 2019, *Online*)

A antipatia dos “novos liberais” por preceitos universais de direitos (inclusive as liberdades democráticas como princípios fundamentais⁷⁶), caso estes interferissem na

⁷⁵“qualquer atuação do poder público em nome da justiça destinada a aliviar a privação ou as necessidades de um indivíduo supõe uma alteração da sociedade livre e uma ingerência no âmbito da liberdade dos indivíduos, especialmente quando aquela supõe tirar de uns para dar a outros. (...) e quando um indivíduo não é capaz de satisfazer suas necessidades por meio de seus mecanismos, então deve confiar na bondade dos demais, em sua caridade, enquanto o poder político deve abster-se de toda intervenção (HAYEK *apud* PISÓN, 1998, p.189).

⁷⁶“a democracia em si mesma – como explicava incansavelmente Hayek – jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava, Hayek, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse. Nesse sentido, Friedman e Hayek podiam olhar com admiração a

ampliação dos lucros, foi suavizada nos anos 1950 e 1960 pela conjuntura de parte da Europa, que conduziu o Estado Social até seus princípios de esgotamento progressivo nas últimas décadas do século XX. No entanto, cada vez mais, aquele discurso ideológico cheio de juízos de valores acoplados ao projeto econômico agressivo, ganharia protagonismo na regressividade de direitos sociais, mas também na condução moral que buscou esfumar qualquer construção política centrada em pautas coletivas que evidenciasse um projeto de sociedade anticapitalista.

A carga moral dos formuladores do neoliberalismo e seu caráter consuetudinário com o conservadorismo não é circunstancial. Essa foi uma característica apresentada desde o reordenamento burguês após o levante de trabalhadores em 1848 na Europa, em sua construção bonapartista na França dos anos 1850 e, sobretudo, em toda a convivência contraditória e constitutiva com o escravismo nas colônias do capitalismo nos séculos de desenvolvimento das estruturas do capital (MOURA, 1994; FANON, 1968).

Fora dos discursos ideológicos da ordem, a barbárie contemporânea do capital demonstra novamente que não há liberdade sem igualdade e, muito menos, que não há nenhuma das duas sem a materialização da diversidade. Após décadas de aprofundamento neoliberal, as teses de Hayek se tornaram vitoriosas para a hegemonia burguesa, mas, além de serem uma derrota para a humanidade, são, também, a derrocada do indivíduo burguês enquanto abstração romântica de um ser promotor e defensor da liberdade.

A barbarização da vida no mundo capitalista demonstrou que a falsa oposição entre liberdade e igualdade é esvaziada de sentido, pois, o projeto neoliberal e sua consistência ultraliberal além de cumprir sua promessa de afastar o “pecado econômico da igualdade”, promoveu também o distanciamento da liberdade para a maioria dos seres humanos que hoje estão mergulhados nas impossibilidades materiais de suas vidas exploradas e oprimidas.

A conjuntura sobressalente pela crise estrutural do capital sufoca a diversidade humana, impetrando a violência das opressões históricas como um recurso cada vez mais incisivo para a perpetuação do lucro e da dominação burguesa. A alienação do capitalismo contemporâneo aprofunda a sociedade em suas desigualdades estruturais, colocando um abismo material na possibilidade de autonomia dos sujeitos, enquanto ataca até a sua abstração formal pela via de projetos políticos autoritários.

Nas condições estruturais do projeto de expropriação contínua, as táticas do Estado capitalista no âmbito das políticas sociais se concentram no combo da mercantilização e

experiência chilena, sem nenhuma inconsistência intelectual ou compromisso de seus princípios (ANDERSON, 1995, p. 19-20).

apelo ao consumo, da seletividade no acesso, do minimalismo nas garantias e do direcionamento ideológico individualista em cadeia associada com as dimensões tradicionais do moralismo e do familismo em suas condicionalidades (MOTA, 2015). Tais características compõem as esparrelas das ambições fatalistas das lutas sociais fragmentadas, ocupando o vazio de projeto de sociedade com o pragmatismo dos valores da ordem do capital e assumindo o que é residual como o horizonte possível.

A expropriação reforça suas bases tradicionais e as metamorfoseiam em trâmites multifacetados, no usufruto do Estado para a manutenção do poder econômico do capital, via absorção direta e indireta do fundo público, além da atuação agressiva sobre as condições de vida e trabalho dos sujeitos exploração e oprimidos.

As inequívocas dificuldades subjetivas de uma consciência emancipatória da classe trabalhadora contrastam com as condições objetivas de alto desenvolvimento das forças produtivas e mundialização do capital. Assim, ao passo que, por um lado se apresentam as condições materiais de construção de uma produção e socialização do trabalho igualitária, a partir de uma possível ruptura do modo de produção e da sociabilidade de classes, por outro, se arregimentam os processos de alienação que atravessam a vida de indivíduos e grupos naturalizando as condições da sociabilidade do capital.

Nos dilemas e nas polêmicas que questionam se toda defesa de direitos é necessariamente reformista, o debate sobre estratégia revolucionária e das táticas estabelecidas é primordial para evitar maniqueísmos e reducionismos, sejam eles sectários e esquerdistas, sejam eles de retórica conciliatória para justificativa do amortecimento da classe trabalhadora.

Se em *Sobre a questão Judaica*, Marx (2010c) nos apresenta os limites da esfera da luta no âmbito da emancipação política e a necessidade de uma ruptura para um processo emancipatório de toda a humanidade, no atual estágio societário e nas condições organizativas da classe com potencial revolucionário, a questão estratégica se interpõe nos desvios e os supostos atalhos da luta social frente aos direitos e políticas sociais nas perdas e conquistas dentro da ordem vigente.

Não há, portanto, como discutir a “questão dos direitos” sem perpassar o debate dialético sobre os complexos da produção e da reprodução social, das características do estado burguês, da luta imediata da classe trabalhadora e dos limites e possibilidades das políticas sociais no capitalismo contemporâneo em sua face (ultra)neoliberal.

Destarte, com os ataques aos direitos sociais, às liberdades democráticas e com o desmantelamento das políticas sociais, um panorama penoso se apresenta para os lutadores

sociais: como lutar por direitos e políticas sociais sem afirmar ou naturalizar os limites do estado burguês? Seria a luta por direitos um desvio de rota para a superação do capital? É possível abdicar de disputar as conquistas parciais numa conjuntura tão desfavorável?

Diante desse quadro, velhas e novas polêmicas surgem para os sujeitos coletivos que buscam enfrentar o debate classista. O questionamento de Rosa Luxemburgo (2011) “reforma ou revolução” ressurgem num cenário cheio de complexidades. As formulações políticas de Marx também se impõem na recuperação da leitura constituída nos fundamentos da organização proletária diante da burguesia, do Estado e da esfera formal, orientando a radicalidade necessária do movimento, a fim de não reproduzir os limites da democracia burguesa nem como etapa, nem como fim. A explicitação dos limites das políticas sociais nas *Glosas Críticas Marginais*⁷⁷, as severas críticas aos sociais-democratas e a suavização dos termos classistas no programa partidário em *Crítica ao programa de Ghota*⁷⁸ são manifestações daquilo já anunciado em *Sobre a Questão Judaica*, ou seja, o perigo do desvio que a aposta da centralidade politicista na esfera estatal configura, revelando uma dinâmica de derrota da classe com potencial revolucionário.

Nada disso, no entanto, referenda uma suposta leitura fatalista da luta política da classe trabalhadora frente aos direitos sociais, como, costumeiramente, tanto críticos quanto defensores de algumas correntes do marxismo atribuíram ao pensamento marxiano. A lógica que reduz a compreensão revolucionária de Marx a um processo abrupto, condicionado pela agudez do pauperismo é reducionista. Também é rasteira a conclusão da “anti-política” que reproduz a ideia de que Marx não conheceu uma sociedade civil amadurecida e, para utilizar os termos gramscianos, não teria sido capaz de identificar os determinantes da “guerra de posição” (GRAMSCI, 2000).

Tais interpretações não levam em conta a não abstração da política em Marx que em

77“O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder. Mais ainda, frente às conseqüências que brotam da natureza a-social desta vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, frente a estas conseqüências, a impotência é a lei natural da administração. Com efeito, esta dilaceração, esta infâmia, esta escravidão da sociedade civil, é o fundamento natural onde se apoia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo.” (MARX, 2010e, p. 59).

78Rememoremos o que disse Marx (2012, p.54): “Mas a “assistência estatal” em sentido lassalliano é, na melhor das hipóteses, apenas uma medida, entre tantas outras, para atingir o objetivo aqui designado com estas frouxas palavras: ‘para conduzir à solução da questão social’, como se, para nós, ainda houvesse uma questão social não resolvida na teoria! Quando, portanto, diz-se: ‘O Partido Operário Alemão luta pela supressão do trabalho assalariado e, com isso, das distinções de classe por meio da implementação da produção cooperativa na indústria e na agricultura, em escala nacional; apoia toda medida direcionada à consecução desse objetivo!’, nenhum lassalliano pode ter algo contra isso.”.

tantas oportunidades denunciou os limites do Estado Burguês, mas também não deixou de asseverar a necessidade de construir a organização a partir de pautas concretas da classe trabalhadora, assim como destaca na *Crítica ao Programa de Gotha* (quando defende alianças táticas sem prejuízo programático) ou quando no *Manifesto Comunista* explicita as ações do Estado⁷⁹.

Marx foi um militante político do seu tempo histórico. Além de um teórico que buscou desvendar os elementos determinantes da sociedade, foi um sujeito ativo na construção do Partido Comunista, agitador e propagandista do seu projeto, formulou análises conjunturais, construiu uma práxis política radical sem se desconectar da realidade. Nessa perspectiva, Lenin destaca:

O marxismo admite as mais diversas formas; além disso, não as "inventa", mas limita-se a generalizar, a organizar, a tornar conscientes as formas da luta das classes revolucionárias que aparecem por si mesmas no decurso do movimento. Inimigo absoluto de toda fórmula abstrata, de toda receita doutrinária, o marxismo exige que se preste atenção à luta de "massas", a qual, à medida que o movimento se estende, à medida que cresce a consciência das massas, à medida que as crises econômicas e políticas se acentuam, engendra procedimentos sempre novos e sempre mais diversos de defesa e de ataque. Por isto o marxismo terminantemente não renuncia a forma alguma de luta. O marxismo não se limita em caso algum às formas praticáveis e só existentes, num dado momento, admitindo a aparição inevitável de novas formas de luta, desconhecidas, dos militantes de um dado período ao mudar uma determinada conjuntura social. Neste sentido, o marxismo aprende, se assim se pode dizer, com a prática das massas, longe de pretender ensinar às massas as formas de luta inventadas por "sistematizadores" de gabinete. (LENIN, 1906 online).

Aquilo que em Lenin⁸⁰ aparece de modo aprofundado sobre os elementos de ampliação de uma consciência de classe revolucionária, que, de modo distinto, se revela

791. Abolição da propriedade em terra e aplicação de todos os aluguéis de terra para fins públicos. 2. Um imposto de renda pesado progressivo ou gradual. 3. Abolição de todo direito de herança. 4. Confisco das propriedades de todos os emigrantes e rebeldes. 5. Centralização do crédito nas mãos do Estado, através de um banco nacional com capital do Estado e um monopólio exclusivo. 6. Centralização dos meios de comunicação e transporte nas mãos do Estado. 7. Extensão de fábricas e de instrumentos de produção possuídos pelo Estado; levar o cultivo à terra inculca e a melhoria do solo em geral de acordo com um plano comum. 8. Responsabilidades iguais para todo trabalho. Estabelecer exércitos industriais, em especial para a agricultura. 9. Combinar as indústrias de agricultura com a de manufatura; abolição gradual das distinções entre cidade e campo, através de uma distribuição mais igual da população no país. 10. Educação gratuita para todas as crianças em escolas públicas. Abolição do trabalho infantil em fábricas do modo atual. Combinação de educação com produção industrial etc. (MARX; ENGELS, 1998, p. 42-43).

80[...] 1º) os marxistas, embora propondo-se à destruição completa do Estado, não a julgam realizável senão depois da destruição das classes pela revolução socialista, como resultado do advento do socialismo, terminando na extinção do Estado; os anarquistas querem a supressão completa do Estado, de um dia para o outro, sem compreender as condições que a tornam possível; 2º) os marxistas proclamam a necessidade de o proletariado se apoderar do poder político, destruir totalmente a velha máquina do Estado e substituí-la por uma nova, consistindo na organização dos operários armados, segundo o tipo da Comuna; os anarquistas, reclamando a destruição da máquina do Estado, não sabem claramente pelo que o proletariado a substituirá nem que uso farpa do poder revolucionário, pois repudiam qualquer uso do poder político pelo proletariado revolucionário e negam a ditadura revolucionária do proletariado; 3º) os marxistas querem preparar o proletariado para a revolução, utilizando-se do Estado moderno; os anarquistas repelem essa maneira de agir (LENIN, 2010, p. 133)

difusamente em Gramsci (2000) na composição entre as lutas políticas na sociedade hegemônica pela burguesia e a construção de instrumentos para ruptura em busca de outra hegemonia ou, ainda, que se destacam nas contribuições de Trotski⁸¹ na percepção da dimensão tática dentro de uma estratégia revolucionária, são elementos anunciados no “Marx político”, sujeito interessado na apreensão do real no campo teórico em busca de ações efetivas para a construção revolucionária.

Isso nos permite frisar que a concepção que acredita que o aprofundamento das expressões de desigualdades materiais oriundas da relação capital-trabalho são determinantes diretos da ruptura da classe trabalhadora como o sistema calcado na exploração da força de trabalho, acaba por reproduzir uma visão sem as mediações necessárias sobre o processo de consciência de classe. Nessa linha, a reprodução do que vulgarmente se chama de “quanto pior, melhor” aparece numa lógica inversa que, quanto mais políticas sociais efetivadas, menos os trabalhadores estariam mobilizados para lutar.

A regressão dos direitos, nos marcos burgueses, seja no âmbito material, seja no âmbito político, não somente não aumentam as possibilidades de organização da classe trabalhadora como, em alguns casos históricos, aprofundou a despolitização e o fatalismo como caminhos abertos para saídas autoritárias. À rigor, todas as estatísticas que recuperamos neste texto demonstraram que cada perda de direito causou a degradação de condições de vida de explorados e oprimidos sem, no entanto, se transformar necessariamente em agitação política revoltosa e muito menos em fortalecimento de uma organização revolucionária.

No atual estágio de crise estrutural, a vitalidade da formação e organização da classe trabalhadora diante do autoritarismo é uma necessidade urgente, não somente pela dimensão da inexorabilidade revolucionária, mas porque o projeto de destrutividade burguesa ataca a

81 "A tarefa do Partido Comunista é conduzir a revolução dos trabalhadores [...] para cumpri-la o Partido Comunista tem de se apoiar na maioria esmagadora da classe operária [...] Por isso é que o partido só pode alcançar isto permanecendo uma organização absolutamente independente com um programa claro e uma estrita disciplina interna. É por isso que o partido teve que romper ideologicamente com os reformistas e os centristas [...] Depois de assegurar uma completa independência e homogeneidade ideológica de suas fileiras, o Partido Comunista tem de lutar por ganhar pola junto à maioria da classe trabalhadora. Mas é óbvio que a vida de classe obreira não é suspensa durante o período preparatório para a revolução. Choques com os industriais, com a burguesia, com o poder estatal, por iniciativa dum lado ou de outro, seguem o seu curso costumeiro. Nestes choques — tanto quanto envolvam os interesses vitais de toda a classe trabalhadora, ou da sua maioria, ou desta ou aquela secção — as massas trabalhadoras sentem a necessidade da unidade de acção, da unidade para resistir aos ataques do capitalismo ou da unidade para tomar a ofensiva contra o capitalismo. Qualquer partido que se contraponha mecanicamente a esta necessidade de unidade na acção da classe obreira, será condenado polos trabalhadores.[...]Mas, afinal de contas, não rompemos nós com os reformistas? Sim, porque nós discordamos deles em questões fundamentais do movimento operário. E ainda assim buscamos o acordo com eles? Sim, em todos os casos em que as massas que os seguem estejam prontas a se engajarem em lutas comuns junto com as massas que nos seguem, e quando os reformistas, sejam compelidos, em maior ou menor grau, a se tornarem um instrumento desta luta (TROTSKY apud HALLAS, 1979, s.p).

sobrevivência de parcelas da população da classe trabalhadora diariamente. Os espaços políticos tradicionais como partidos e sindicatos, além dos movimentos sociais, têm suas condições de existência subtraídas no atual estágio de escalada antidemocrática. Tal condição diminui espaços formais de denúncia e de pressão institucional frente à mortalidade dos sujeitos oprimidos, garantindo complacência ideológica na ampliação da violência do estado e da capital.

Portanto, o que deve pautar o aumento de organização radical da classe é a organização estratégica e a construção tática de instrumentos que potencializem a consciência para uma perspectiva radical de outro projeto de sociedade, sem cair em noções de “desvios” ou “atalhos” por via da reprodução etapista ou da naturalização da esfera da emancipação política. Numa direção emancipatória, a luta cotidiana que busca afirmar a diversidade humana descortina questões reais da vida dos indivíduos da classe trabalhadora enquanto revelam a desumanização inerente da lógica do capital e de suas diferentes formas de violências.

Por tudo que aqui já apontamos, é óbvio que acreditar na possibilidade de uma escolha moral de controle coercitivo da autofagia do capital no campo das opressões é a mesma “ingenuidade” (leia-se projeto) reproduzida no mito das condições produtivas ecologicamente corretas, no capitalismo humanizado, no politicismo e no eticismo acobertando imediatamente uma essência econômica que não pode ser controlada por princípio de existência. Se há no mercado uma estrutura de reprodução da mercadoria força de trabalho que promove estratos desiguais, com valor menor e com maior capacidade produtiva, não faz sentido material algum que o capital abra mão deste recurso diante da concorrência e frente a sua necessidade inerente de ampliação.

Por isso, as lutas sociais organizadas, a pressão popular, as raízes da formação particular dentro da unidade exploração-opressão, as condições econômicas, e as necessidades conjunturais do capital disputam numa conjunção dialética que sintetiza maiores ou menores condições de vida em tempos e espaços históricos na sociedade do capital. Assim como é perceptível em estudos sobre política social, apenas em condições circunstanciais e temporárias, o nível de direitos pôde ser realizado em escalas universais para a classe trabalhadora em determinados países da Europa.

Na mesma direção, é razoavelmente possível que haja uma ampliação substantiva de direitos e de garantias que combatam expressões de racismo e violências e desigualdades heterocispatriarcais, estas, estão condicionadas à uma conjunção de fatores que vão desde a pressão organizativa dos sujeitos explorados e oprimidos até as possibilidades estruturais da

econômica do Estado-nação particular na ordem imperialista internacional.

Não é uma aleatoriedade, nem um cariz de superioridade civilizatória inata que direitos da mulher e da população LGBTQIA+ apareçam com um grau de maior relevância em alguns dos países do capitalismo central, estes, concentrados naqueles que tiveram um estágio de Estado de Bem Estar Social nos anos dourados do capitalismo europeu.

O arco de manejo social do capital em países desenvolvidos tem base histórica na unidade exploração-opressão e, no capitalismo contemporâneo, pode se materializar sobre o chão estrutural que aprofunda o abismo de direitos nos territórios pós-colonizados, dependentes e dominados pelo capital-imperialismo.

Frente às lutas sociais particulares de seus povos e territórios, sobre raízes históricas, a incidental política de equidade do Norte é edificada nos alicerces da política de desigualdade do Sul, ou seja, as possibilidades econômicas de realização regional de materialização da igualdade formal para gênero/sexo, raça/etnia e sexualidade em países desenvolvidos tem na acumulação internacional do capital sua saúde financeira estabelecida na intensificação de mulheres, negros, LGBTQIA+ e tantos outros explorados e oprimidos na periferia do capital.

Tal processo demonstra seus limites ao se deparar com a crise migratória internacional e a resposta xenofóbica como proteção alienada desta desigualdade naturalizada e historicamente construída (OLIVEIRA, PEIXOTO e GÓIS, 2017), . Sua fragilidade também surge na ampliação mais grave da própria crise estrutural do capital e a incidência econômica que utiliza da situação geral da classe trabalhadora internacional e das condições mundializadas de exploração e produção de mercadoria para rebaixar as condições de vida e trabalho dos sujeitos existentes nos territórios dos dominadores.

É fundamental nunca esquecer que não existe interesse público concreto e universal no Estado capitalista. O estado moderno existe e se realiza nas contradições de interesses particulares (ENGELS, 2006). Ainda que resguarde possibilidades de disputas, no capitalismo é, em essência, o comitê executivo dos interesses da burguesia, condutor da expropriação continuada, realizador reprodutivo da exploração-opressão.

Portanto, ele é também o complexo interessado na manutenção do *ethos* burguês. O Estado é um ponto central da imbricação da dominação e exploração, pois não sendo o aparato essencial de poder, mas o complexo como se expressa o poder no campo da reprodução social, desenvolve meios de garantir a normalização e a normatização dos valores, práticas e identidades hegemônicas e de sua centralidade na lógica da propriedade privada.

Obviamente, há possibilidades de resistência, busca de ampliação de direitos, formas de pressão para diminuição do pauperismo e pelo enfrentamento das expressões de desigualdades e violências da unidade exploração-opressão. Quando esse processo advém da organização política que atinge o capital, obrigando a realizar ações que desagravam sua lógica a um nível de manejo da manutenção dos seus lucros, há uma obrigação política de ampliação de direitos fruto da conquista reivindicatória (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

No atual estágio do capitalismo, o dismantelamento calcado tanto na repressão quanto na cooptação, assolam as condições de vida e trabalho e sobre elas sucumbe também a consciência militante, a práxis revolucionária e as relações em busca de uma ética emancipatória. Partir de pautas concretas da realidade dos sujeitos é a única forma possível para ampliar os processos de lutas sociais, sem sacralizar a ordem estabelecida, mas sem a construção condescendente com a naturalização dos espaços da hegemonia burguesa.

Por tudo que demonstramos nos debates sobre expropriação e unidade exploração-opressão, combater os desmontes dos direitos, nesse sentido, é uma emergência tática para a sobrevivência dos sujeitos da classe trabalhadora, sobretudo para aqueles que vivenciam agudamente as condições de opressão.

Para que isso seja possível, é necessário que o horizonte estratégico emancipatório esteja diretamente ligado às mediações táticas e, para isso, a defesa das políticas sociais precisa ser alicerçada na defesa da diversidade humana, no desvendamento das determinações do Estado, do capital e do trabalho assalariado e na ação pedagógica da luta política a fim do aprofundamento das condições subjetivas da consciência de classe em si e para si.

Esta consciência só pode ocorrer em sua materialidade no combate à autofagia alienada das desigualdades internalizadas pela reprodução das opressões e da exploração. Os princípios da unidade na diversidade caminham na luta contra os chamados privilégios e na materialização de direitos universais, ultrapassando o focalismo e a seletividade neoliberal, sem também perder do olhar crítico das particularidades dos sujeitos, de suas demandas e suas necessidades historicamente negadas no âmbito das diversas opressões.

É preciso, pois, defender os direitos e as políticas sociais não como expressões de etapas de um processo de ruptura, mas como elemento constitutivo da resistência e reorganização da classe trabalhadora, no apontamento de sua diversidade, levando em conta a disputa do fundo público e o caráter de geração de riqueza para o Capital e da apropriação do Estado na reprodução social do capitalismo e da própria força de trabalho.

A regressão de direitos e a imposição econômica do capitalismo do século XXI exige

dos sujeitos coletivos comprometidos com a emancipação humana uma visão certa, madura e estrategicamente firme dos limites da emancipação política, sem reducionismos e sectarismos, sem cair na condescendência minimalista e naturalizadora da reprodução da unidade exploração-opressão.

O desafio é imenso posto que nas crises, especialmente na crise estrutural, o voo ideológico da burguesia pousa necessariamente no ponto de aterrissagem de suas contradições essencialmente desiguais e autoritárias. A luta por direitos sem um projeto de sociedade mergulha nessas contradições, assumindo suas margens, embebendo ideologicamente no individualismo burguês, mergulhando nas dimensões do mercado, do consumo, da particularidade como instância privilegiada de resistência.

O mergulho ideológico burguês não cava um buraco para se rebaixar, ele salta dos penhascos de seus complexos sociais para sobreviver e fugir da possibilidade de diminuição das taxas de lucro. Um salto que em particularidades conjunturais, geográficas e para determinados sujeitos amortecem sua essência, chegando ao chão da história onde colide com a unidade de contrários da permanência da violência imperialista e das distintas formas de alienação para os sujeitos historicamente oprimidos.

Por isso, a pós-modernidade é a síntese da decadência ideológica da burguesia na crise estrutural do capital em sua expressão mais aguda no campo da política entranhada entre explorados e oprimidos (IASI, 2017). O reducionismo identitarista cumpre sua função ideológica no processamento da expropriação continuada do capital. A marcha expansionista vai alargando a distância entre a organicidade dos valores diversos dos sujeitos oprimidos e de sua complexidade, enquanto universaliza a lógica desumanizada e, assim, organiza formas, meios e conteúdos para ampliação da exploração, para a marginalização do que não é norma, para a coisificação do que é diferente.

A luta que submerge ao particularismo da ordem burguesa vivencia uma reatividade fatalista. Por elas, o combate ao moralismo responde aos valores sem ir à sua essência, reage à política conservadora no cotidiano sem realizar ações que busquem à quem ela serve, aposta na inclusão e representação da dinâmica alienada da reprodução social sem perceber o quanto se está incluído nela.

Dessa forma, a reação ao moralismo passa a ser o antimoralismo imediato e não a busca de uma ética transformadora, o ataque ao conservadorismo se rebaixa à reforma de instrumentos essencialmente conservadores da política burguesa, a ação diante da marginalização histórica se concentra na ilusão de chegar ao centro de uma estrutura marginalizadora por fundamento.

Por todas as determinações teóricas que apontamos até aqui, fica evidente que não são as identidades e a afirmação da diversidade que dividem o mundo e as lutas sociais, estas são consequências da exploração-opressão em seus diferentes estágios. Isto é, não é o feminismo que divide a classe trabalhadora, mas o heterocispatriarcado e o seu machismo, misoginia e LGBTQIAfobia. Não são as pautas étnico-raciais que causam cisões sociais e estranhamento entre sujeitos explorados, mas o racismo estrutural e suas derivações e violências cotidianas.

Por fim, não é a luta da classe trabalhadora que silencia a necessidade de afirmação da diversidade e das demandas do campo da opressão, mas sim, a naturalização da alienação nestes níveis de sociabilidade, rebaixando pessoas, relações, corpos e identidades, impulsionando uma visão obtusa sobre a materialidade e sua complexidade na ordem do capital.

Se é verdade que a absorção liberal de setores de todos essas lutas funcionam com bastante eficiência nas últimas décadas, cabe desenvolvermos a movimentação política para superação da alienação do trabalho, da alienação sexual e da alienação colonial, combatendo suas expressões imediatas, sem perder de vista (e nem jogar para um eterno devir) a quebra radical de suas estruturas.

Por isso, as indissociabilidades da unidade exploração-opressão e da reprodução social colocam desafios decisivos para as lutas sociais no capitalismo contemporâneo. Se romper a estrutura é o único caminho para a superação da desumanização, nas questões conjunturais, resistir diante dos ataques aos direitos, isto é, reagir contra a expropriação permanente e continuada, é se deparar com um dos tentáculos fundamentais da administração da crise do capital.

Se é necessário lutar por direitos sem direcionar a atuação pelos falsos atalhos da lógica burguesa, se estabelece conseqüentemente a precisão de uma estratégia anticapitalista que una as pautas concretas e a construção de um projeto de sociedade que não dissocie a reação aos ataques, a ação pela ampliação das condições de sobrevivência e a destruição dos fundamentos da sociabilidade burguesa que, em suma, é a superação da alienação do capital, do estado e do trabalho assalariado (MÉSZÁROS, 2011).

Não bastando as dimensões mais amplas, por tudo que aqui debatemos, observamos que o cotidiano é também desafiador. O reforçamento objetivo e subjetivo de relações alienadas e de reprodução da unidade exploração-opressão não estão ausentes dos espaços e instrumentos de luta social emancipatória. Os processos de hierarquização são os mais evidentes na construção política dos valores racistas e heterocispatriarcais, obstaculizando a atuação militante de trabalhadoras mulheres, sobretudo negras, além de trabalhadoras/es

LGBTQIA+.

As disputas, violências, preconceitos, discriminações, naturalizações de funções têm um grau de vitalidade nos valores reproduzidos e na condição objetiva dos sujeitos para sua atividade política. Quanto mais inseridos nos processos desiguais da unidade exploração-opressão, mais difícil é o tempo, o espaço e as condições de construção permanente dentro de organizações políticas, sejam partidos, sindicatos ou movimentos sociais.

As práticas de assédio, silenciamentos, ultrarresponsabilização e reforçamento de poderes estruturais atravessam o locus da resistência, posto que são também formados por sujeitos individuais e coletivos do tempo histórico forjado nas estruturas alienadas. Essas estruturas também alimentam possibilidades de instrumentalização das pautas nos espaços cotidianos, impulsionando a lógica concorrencial entre os sujeitos políticos, subalternizando o mérito fundamental para a concentração em interesses particulares.

Tal constatação estabelece a necessidade de práxis orgânicas de crítica e autocrítica, do exercício de coerência e de responsabilização ética materializada com a construção permanente de práticas e relações com o horizonte emancipatório, ampliando suas possibilidades do presente enquanto busca superar os seus limites para a ruptura que impede a construção do futuro.

Os desafios são muitos nesse processo. As armadilhas naturalizadoras ou principistas, punitivistas ou condescentes, individualizantes ou abstratas, politicistas ou estruturalistas, voluntaristas ou fatalistas. O movimento do real vai colocando contradições e incoerências, avanços e recuos, limites e possibilidades de difícil reconhecimento entre o otimismo da vontade, o pessimismo da razão e o realismo complexo da alienação.

No campo das instâncias particulares, tal postura ética precisa se concentrar em realidades concretas, sem idealizações dos sujeitos envolvidos, sem recair na mera culpabilização individualista, mas, também, sem a instrumentalização estrutural que absorve o caráter naturalizador das contradições e violências nas relações interpessoais, desresponsabilizando os sujeitos.

Numa dimensão substantiva da luta emancipatória responsabilizar é mais profundo do que culpar. A culpa pressupõe a desculpa, a comiseração ou a penalização individual. A culpa tem relação com moral, a responsabilização, com a ética. A primeira é individualista, a segunda, exige compromisso coletivo. A culpa é frágil e vem do enfrentamento imediato que não resulta em nenhuma ação coletiva e que perde a conexão com o debate de projeto de sociedade. A responsabilização deve ser política e real, vivenciada e processada na busca da superação de uma consciência alienada.

Nos espaços políticos, quebrar o ciclo da violência não requer a esquiva diante do conflito, mas o enfrentamento de sua raiz. Nesta direção, a ação anti-violenta não é um recuo, pode ser, inclusive, uma colisão eticamente alimentada por uma perspectiva emancipatória, chocando o ato violento em todas as suas dimensões, materiais e espirituais, objetivas e subjetivas.

A anti-violência é a violência da resistência coletiva, o enfrentamento da violência estrutural e a desnaturalização de seu fundamento na complexidade alienada da sociabilidade capitalista, racista e heterocispatriarcal. No cotidiano da luta política diante das opressões, a oposição da violência não é a passividade. A anti-violência política é a antítese, uma ação em sentido oposto, uma práxis transformadora, a visibilização do conflito em busca de uma síntese que se difere da tese - a violência - para superar a não violência do apassivamento e da permissividade diante da exploração-opressão.

A consciência militante embrenhada nas contradições cotidianas precisa cultivar a práxis revolucionária que assume a construção processual das condições subjetivas da classe trabalhadora em toda a sua diversidade, percebendo a não linearidade nos níveis de desnaturalização das alienações. Essa construção atravessa suas demandas imediatas e mediatas e uma perspectiva pedagógica. Ao passo que a tomada do controle das condições objetivas do capital permanece no horizonte prático, é preciso combater as reproduções de preconceitos, discriminações, violências e processos de subalternização numa postura ética de responsabilização coletiva onde, a cada episódio de afirmação da lógica do *ethos* burguês nos espaços de luta, seja também uma oportunidade de sua desnaturalização e enfrentamento.

Diante desse quadro, os desafios da disputa de hegemonia em terra arrasada se realizam na tarefa de não repetir os erros interpostos no rebaixamento de horizonte emancipatório, nem constituir uma análise meramente abstrata da conjuntura e, por fim, não reproduzir interpretações mecanicistas da ordem do capital. Para além do reformismo e do pragmatismo, para além do sectarismo e do esquerdismo, há que se buscar o chão da realidade, as frestas do cotidiano e impedir a degeneração do discurso classista e radical, buscando as mediações para seu enraizamento a partir de pautas concretas, do combate ao rebaixamento de nossa diversidade em condições de desigualdades e da luta permanente contra a desumanização naturalizada em todos os espaços da vida.

A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a cidadão, a pessoa moral. Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual,

nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” (forças próprias) como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política (MARX, 2010c, p. 54).

Os limites e contradições nos marcos do capitalismo e a real materialização da diversidade humana na suprassunção da estrutura alienada orientam a práxis política numa perspectiva dialética onde a demanda imediata não pode fazer sucumbir a direção radical para superar essa sociabilidade que desumaniza os sujeitos e suas relações.

Uma base social forjada na substância diversa do ser social será aquela que terá identidade com produção, relações, objetivações e subjetivações radicalmente opostas ao princípio do valor de troca e da alienação. A produção de coisas, de valores sociais, de relações e da vida cotidiana numa sociabilidade do valor de uso comum, parte das condições objetivas de gerar e socializar a abundância, sem a necessidade de acúmulo privado, produzindo alternativas diversas para os sujeitos como condição universal do ser social.

A realização de um projeto de sociedade que reconheça as bases produtivas como condição primária para materializar condições de igualdade e diversidade substantivas como unidade, nada tem a ver com postulados desenvolvimentistas, etapistas ou de supressão de práticas e culturas para a uniformização da vida cotidiana.

As bases concretas de usufruto da produção social humana impescindem de uma transformação concomitante do tipo humano social que a constrói, afinal, não há objetivação revolucionária sem a subjetivação revolucionária. Assim, as alternativas do usufruto não alienado do alto desenvolvimento das forças produtivas em relações de produção centradas no valor de uso permitem objetivamente a libertação das amarras do tempo e da forma de trabalho abstrato, retirando a necessidade da carga de trabalho excessiva e dos princípios concorrenciais da lei geral de acumulação capitalista, possibilitando que particularidades comunitárias convivam com suas diferenças produtivas e reprodutivas numa conformação social onde o único princípio inegociável é que a diversidade jamais seja sinônimo de desigualdade.

Uma sociedade emancipada não será formada por um conjunto de direitos acumulados, apropriados e compartimentados para cada demanda, mas sim numa concreticidade socializada onde cada demanda do ser tenha condição de efetividade plena dentro das alternativas sociais diversas materializadas numa estrutura social não alienada.

Se a luta por direitos hoje é fundamental para a sobrevivência de sujeitos explorados e oprimidos, diante da agressividade estrutural do atual estágio do capitalismo, se ela precisa estar inserida numa construção mais ampla de radicalidade para não se esvaír na alienação

conservadora, se ela pode ser uma fresta tática na batalha das ideias e na disputa da consciência por uma outra sociabilidade, significa que, em última instância, o horizonte de libertação da quebra da estrutura do capital é a superação também de uma lógica de acumulação de direitos para a construção de uma lógica da condição humana diversa, concreta, substantiva, livre e universal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqueles que reduzem a questão das opressões à figura tática da "cortina de fumaça", supostamente utilizada pelo o capital falsear a exploração com posições desumanizadoras das identidades dos oprimidos, não percebe que esta fumaça tem os corpos das mulheres, dos negros, dos indígenas e dos LGBTQIA+ da classe trabalhadora queimando como combustível material da produção de mais valia, da dependência diante do capital-imperialismo, do aprofundamento da sociabilidade barbarizada pela estrutura burguesa em crise.

Superar o mito de unicausalidade como predominância necessária ao debate classista é um desafio que vem sendo enfrentado por pesquisadoras/es e militantes diante de uma hegemonia histórica que vulgarizou o significado de ortodoxia dentro e fora da tradição marxista. Os debates de mulheres e homens, muitas vezes periféricos à centralidade acadêmica, evidenciaram a necessidade de reconhecer as possibilidades da diversidade humana como uma dimensão central do projeto revolucionário.

É nessa esteira que se apresenta a real ortodoxia revolucionária, ao perseguir o rigor do método que precisa a totalidade, a relação entre universalidade, particularidade e singularidade, a dimensão de contradição, da objetividade e do posicionamento político para a busca da transformação radical.

Com o objetivo de desvendar as determinações ontológicas da unidade exploração-opressão, em nosso estudo, percorremos um longo trajeto expositivo desde questões da imediaticidade, passando pela apresentação teórico-metodológica e as mediações fundamentais da complexidade alienada do ser social, recuperando reflexões sobre dimensões particulares, atravessando o mundo do trabalho e a cotidianidade dos sujeitos explorados e oprimidos nas estruturas sociais fundadas na propriedade privada.

Perpassamos pela paisagem conjuntural das questões de classe, raça/etnia, gênero/sexo e sexualidade, entabulando as primeiras determinações que evidenciaram que a unidade exploração-opressão é uma questão concreta e atual. Da análise de conjuntura aos dados estatísticos observamos o quadro hodierno que expressa dimensões quantitativas e qualitativas da desumanização socialmente construída que estrutura a sociabilidade do capital.

Em seguida, aprofundamos as reflexões acerca deste panorama, debatendo o conjunto diverso, plural e fundamental de militantes e intelectuais que ao longo da história aglutinaram análises críticas sobre a unidade exploração-opressão, enfatizando diferenças, particularidades históricas e materializações das opressões no modo de produção capitalista.

A partir do materialismo histórico e dialético aquelas/es que empreenderam seu trabalho intelectual em desvendar as questões do heterocispatriarcal e do racismo como determinações fundamentais da sociabilidade capitalista, arregimentaram elementos decisivos sobre a realidade social, chegando às determinações mais fundamentais quanto mais constituíram suas formulações por uma perspectiva unitária e ontológica.

Observamos que a formação social e histórica de territórios colonizados pela dominação burgo-europeia revela as determinações mais agressivas da unidade exploração-opressão. O aprofundamento da processualidade histórica e das diferentes particularidades da sociabilidade capitalista expõe a essência da alienação burguesa, sua base violenta e contraditória, permitindo uma análise para além de modelos abstratos.

Nessa direção, a desnaturalização radical das desigualdades sociais e tudo que é eminentemente humano pode ser constatada nos debates da ontologia do ser social. Com a construção de Marx, Engels e Lukács estabelecemos a base da construção social da complexidade humana, de seu potencial em direção da diversidade e de sua subsunção alienada às condições socialmente desiguais.

Por isso, mergulhamos na questão da ontologia, aprofundando reflexões sobre formação da individualidade e da consciência para, por fim, buscar a formação social da alienação no advento da propriedade privada. Enfim, demonstramos que, assim como o trabalho é a categoria fundante do ser social, a alienação é o fundamento da unidade exploração-opressão.

O trabalho concreto, princípio de humanização do mundo e da potencialidade do ser em direção à diversidade humana, tem a alienação socialmente construída, a partir do advento da propriedade privada, uma transmutação da base produtiva para um cerne desumanizado, onde os princípios dos complexos reprodutivos conduzem desigualdades sociais e suas naturalizações pautadas na dominação, coisificação, hierarquização e apropriação.

Nesse processo, o desvendamento dos complexos da reprodução social ampliada e do caráter ontologicamente unitário das expressões da alienação retratam o adensamento basilar para os argumentos interpostos nos debates sobre as opressões historicamente construídas em unidade com a exploração do trabalho na sociabilidade capitalista.

A unidade exploração-opressão é um complexo alienado formado por diversos complexos estruturados historicamente pela unidade classe-raça/etnia-gênero/sexo e sexualidade, reverberando outras expressões de relações alienadas em questões de identidade, determinações socioambientais, geracionais, territoriais, fundada na expressão particular

desumanizada da categoria ontológica do ser social, o trabalho, que na forma capitalista assume sua expressão abstrata.

Percebendo o caráter dinâmico, contraditório e relacional das opressões, observamos seu processamento no conjunto de formas da alienação socialmente construídas que tornam as diferenças humanas como fatores de desigualdades, alinhando singularidades sobre a base material reproduzida em valores e práticas desumanizadoras para a apropriação privada de sujeitos coletivos e individuais, coisificando corpos, culturas, identidades, representações e suas formas de existir.

A dinâmica das opressões estruturadas e realizadas em relações de poder, conduziram formações interpessoais assimétricas que cumpriram (e cumprem) em cada particularidade histórica funções sociais da estrutura dominante. A sua complexidade é atravessada pela sua unidade inerente com a exploração no desenvolvimento da sociedade burguesa, se espalhando por todas as relações, desenvolvendo sua substância na coisificação, apropriação, dominação, controle, hierarquização e autoridade, materializada no mundo do trabalho, atravessando a subjetividade do ser social e a formação da consciência.

As raízes escravocratas e coloniais do capitalismo, seu caráter atual imperialista, mundializado e necessariamente imbuído de seu traço expropriador permanente e contínuo afoga sujeitos, identidades, culturas, territórios e corpos nas condições alienadas da unidade exploração-opressão. A desigualdade planetária impulsiona a desumanização e os processos sociais alienados constituem fundamento para referenciar a violência, o pauperismo e as desigualdades internalizadas nos valores da mercadoria força de trabalho. Esta situação desemboca nas relações cotidianas, nos processos de vivências individuais e coletivas dos sujeitos historicamente oprimidos.

Nessa direção, no desenvolvimento histórico do capitalismo e de sua base racista e heterocispatriarcal, mais que uma funcionalidade, a opressão se realiza em unidade com exploração como um elemento constitutivo de sua substância alienada. A reprodução social ampliada antagoniza as classes sociais fundamentais enquanto subjetiva formas de alienação que hipertrofiam o *ethos* do tipo humano burguês, ou seja, a hegemonia material, social, política, moral, ideológica e estética do detentor dos meios de produção, homem, branco, cis, heterossexual, europeu, judaico-cristão, liberal, defensor da razão formal-abstrata e familista.

A ontologia do ser social nos demonstra que esta não é uma condição natural, mas sim uma forma naturalizada pela construção histórica e material do modo de produção e de sociabilidade alienada, centrada na propriedade privada dos meios de produção e na exploração da força de trabalho. A complexidade da reprodução ampliada desta sociabilidade

promove um conjunto de determinações desumanizadas que não se limitam ao mundo do trabalho.

Por tudo isso, destacamos as premissas sobre a totalidade e sua dinâmica entre o universal-particular-singular, as mediações entre momento predominante e as demais determinações e suas ênfases metodológicas, os fundamentos da historicidade, dinamicidade e sociabilidade, além das reflexões sobre a formação subjetiva.

Nos desafios críticos diante da unidade exploração-opressão na sociedade centrada na mercadoria, vimos que a diversidade humana compõe uma potência ontológica substantiva, cada característica do ser social e de suas alternativas e possibilidades são constitutivas de sua construção coletiva, no entanto, a complexidade alienada rebaixa cada uma dessas características como adjetivos apartados, estes, possíveis de serem formatados, rotulados e precificados.

A superação dessa lógica perpassa tanto pela desnaturalização do cotidiano, quanto pela construção de sua superação estrutural. Não há uma oposição entre os dois planos, mas uma unidade. Se não há uma apartação possível da construção da reprodução ampliada do capital, não há qualquer condição de lutas que desconectem de uma superação dialética que perpassam por todos os planos da vida. Superar o tipo humano burguês é superar a sociedade burguesa, quebrar a sua estrutura, suprassumir o seu *ethos*, construir a história no presente, realizar a coerência no desafio da contradição, buscar as alternativas na construção do ser da práxis, vivenciar a consciência dos limites do hoje sem o voluntarismo que o romantiza e sem o fatalismo que sufoca a construção do amanhã.

A luta social só tem sentido se estiver enraizada na vida e a discussão teórica só é efetiva se partir da realidade para promover ações transformadoras. Sufocar a reflexão e a luta contra toda forma de opressão sob o argumento dos prejuízos realizados pelas posturas mecanicistas, fragmentadas e instrumentalistas é um equívoco teórico, ético e político. Se toda necessidade humana é uma necessidade historicamente construída e sua superação precisa de condições concretas e ações concretas para se realizar, a necessidade de superação das opressões só pode ser concebida a partir do reconhecimento da existência histórica das opressões, da consciência de sua objetividade subjetivada, do combate tático e estratégico em suas estruturas e em suas particulares formas de realização.

O feminismo marxista e o antirracismo marxista anticolonial promoveram reflexões e ações contra a alienações do trabalho, sexual e colonial, imergindo na realidade diversa e desigual da classe trabalhadora. Encontraram ali os limites estruturais e a resistência política que as abstrações universais não conseguiam enxergar. Pela perspectiva materialista e radical

ampliaram sua análise em constatações estruturais, superando particularismos tão oportunos ao liberalismo burguês. Numa síntese pela ontologia do ser social se assevera que a realização da diversidade humana tem como princípio a destruição do tipo humano burguês e isso só pode ocorrer na construção de bases societárias que unificam as necessidades e as liberdades socialmente construídas.

Nos desafios cotidianos a luta de hoje e a luta de amanhã são indissociáveis. Num processo dialético de construção da consciência militante, a concretude das opressões e das formas de exploração são os pontos de partida para um desenvolvimento coletivo de permanente processo de desnaturalização das condições alienadas e de conexão com o potencial ontológico da diversidade humana que só pode ser realizada uma sociabilidade para além do capital. A luta pela superação do tipo humano burguês perpassa por todos os espaços da vida, pois a unidade exploração-opressão tem sua base estrutural se realizando na reprodução social ampliada da sociabilidade capitalista, numa retroalimentação alienada que constitui os desvalores da força de trabalho, as relações cotidianas desiguais, violentas e coisificadas.

É urgente o exercício pedagógico de coerência entre forma e conteúdo, entre estratégia e táticas, entre sentido e direção, entre sentido e significado. Entre o otimismo da vontade e o pessimismo da razão há de existir a concretude da realidade e suas determinações inexoráveis. Desvendar essa lógica e buscar estratégias e táticas que partam da vida concreta, buscando a formação de uma consciência de classe emancipatória e a construção de um projeto coletivo de superação da unidade exploração-opressão é o único caminho razoável no tempo histórico da crise estrutural do capital.

Se o cotidiano é o espaço da naturalização, automação e heterogeneidade é justamente a sua suspensão a atividade fundamental para caracterizar e desnaturalizar os aspectos das opressões normalizadas, buscando formas de enfrentamentos imediatos que se articulem com a luta histórica e estrutural que explicita como as manifestações aparentes, agora descortinadas, só existem e persistem por serem determinadas por uma estrutura social que, não somente permite sua existência, mas por que cada uma das opressões, articuladas às outras socialmente existentes, fazem parte daquilo que baseia e alimenta essa forma de sociabilidade desumanizada.

Quando iniciamos essa pesquisa nos riachos da imediatividade, passando por todos os rios e afluentes das particularidades das opressões, nunca tivemos a intenção de abarcar todo o oceano humano com as nossas mãos. Esse é um estudo conclusivo, mas não final. Sendo um trabalho de fundamento, ele se insere no conjunto de formulações para o permanente

desenvolvimento coletivo de estudos e pesquisas em busca da aproximação sucessiva com o real. Adensando determinações mais organizadas sobre o conceito de opressão e da categorização da unidade exploração-opressão, estamos convencidos que as investigações sobre cada mediação particular e suas manifestações diversas podem continuar aprofundando um caráter mais preciso sobre a complexidade de suas condições.

Encerramos essa jornada sabendo que ela é só mais uma diante de tantas trajetórias intelectuais que precisam ser construídas por tantos outros sujeitos que estão empenhados nessa empreitada. Chegamos a mais esse fim apontando outros inícios, meios e mediações, reconhecendo os processos com tamanha complexidade, direcionando as tarefas da práxis trabalho intelectual com rigor metodológico e compromisso coletivo.

Nos rios da desumanização social, as margens opressoras puderam ser reconhecidas e podem ser enfrentadas. Essa jornada ocorre numa luta com avanços e recuos em direção aos mares do que é diverso no oceano da humanidade genérica. Da luta revolucionária das comunistas do início do século XX, passando pelas revoluções haitiana e argelina, pela resistência aguerrida no Brasil e em toda a América Latina, pelas lutas das mulheres, dos indígenas, dos negros e LGBTQIA+ da classe trabalhadora, pela pedagogia freireana e pela pujança da ontologia do ser social, a radicalidade reafirma sua atualidade e tenta nos mostrar que rio é correnteza, mar é movimento. Diversidade e igualdade são também uma unidade, então, quando optarmos pela imensidão ontológica do oceano humano, liberdade não precisará "caçar jeito", pois sem margens estruturais para oprimir, a igualdade e o movimento do diverso será a própria liberdade.

Nessa exposição de ideias, posições, divergências, argumentações e achados da realidade, sabemos também que romper as margens das formatações acadêmicas, sufocadas pelo produtivismo, pelo especialismo e pelos focalismos dos compartimentos fragmentados pela ciência burguesa é também um exercício importante nesses rios que nos arrastam pela realidade concreta, instigando análises mais profundas, buscando o mergulho até o chão da história, pescando palavras com o cordel da sensibilidade e do compromisso metodológico, para escrevê-las da forma que sejam tão precisas e objetivas, quanto empáticas, criativas e mobilizadoras. Por isso, concluímos afirmando que:

Versando o riacho de um tempo voraz
Achei esse rio com vida e história
Vivendo em correntes da força ilusória

Das margens que oprimem seres marginais

Nas águas e no chão, no porto e no cais

Vi tal correnteza as ondas encontrar

E os seres diversos que foram nadar

Buscando alcançar o imenso oceano

Que é verdadeiro e realmente humano

Na luta, à galope na beira do mar

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Revista Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 1-11, nov. 2019. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242019000300041. Acesso em: 14 de junho de 2022.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização e a apropriação monopolizada do modo de vida da periferia: entrevista com Ludmila Costhek Abílio. **Digi Labour - Laboratório de Pesquisas**. 31 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://digilabour.com.br/2020/01/31/uberizacao-e-a-apropriacao-monopolizada-do-modo-de-vida-da-periferia-entrevista-com-ludmila-costhek-abilio/>. Acesso em: 18 de jun. 2022

AFONSO, Nathália. Dia da Consciência Negra: números expõem desigualdade racial no Brasil. **Agência Lupa**, Rio de Janeiro, 20.11.2019. Disponível em <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil>. Acesso em: 09 jun. 2022

AHMED, Nabil *et al.* **A Desigualdade Mata**. Reino Unido Grã Bretanha: Oxfam Internacional, 2022. Disponível em: <https://materiais.oxfam.org.br/relatorio-a-desigualdade-mata>. Acesso em: 14 jun. 2022.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALENCAR, José de. **Iracema**. 24ª Ed. São Paulo: Ática, 1991 [1865].

ALK, Howard. "The Murder of Fred Hampton" (O Assassinato de Fred Hampton). EUA, 1971, 88 min.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ÁLVARES, Lucas Parreira. As “tramas” do testamento: Morgan, Marx e Engels. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 09.04.2019. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2019/04/09/as-tramas-do-testamento-morgan-marx-e-engels>. Acesso em: 06 mai. 2022.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARMAND, Inessa. La obrera en la Rusia soviética. **Bulletin Communiste**, Paris, vol. 1, n. 17, p. 12-15, 8 de julio de 1920. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/armand/la-obrera-sovietica.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Thithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: Um Manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019

ARRUZZA, Cinzia. **Feminismo e marxismo entre Casamentos e divórcios**. Lisboa,

Portual: Edições Combate, 2010.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo, **Revista Outubro**, São Paulo, n. 23, p. 34-58, jan.-jul., 2015. Disponível em http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf Acesso em: 25 fev. 2022.

BARATA-MOURA, J. “Pensar aquilo que é” tarefa e problema da filosofia. **Vértice**. março/abril, n. 59, pp 77-81, 1994.

BARATA-MOURA, José. Mundialização e sociedade mundial. Apontamentos para uma posição ontológico-política do problema. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 2, p. 92-106, dez. 2015.

BARATA-MOURA, J. **Estudos sobre a ontologia de Hegel** – ser, verdade, contradição. Lisboa: Avante!, 2010.

BARATA-MOURA, J. **Materialismo e subjectividade**: estudos em torno de Marx. Lisboa: Avante, 1997.

BARATA-MOURA, J. **Totalidade e contradição**: acerca da dialética. Lisboa: Avante!, 2012.

BARBOZA, Edson Holanda Lima; MARIZ, Silviana Fernandes. No Ceará não tem disso não? Negacionismos e povos indígenas e negros na formação social do Ceará. **Revista Brasileira de História** [online], v. 41, n. 87, p. 111-134, jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v42n87-07>. Acesso em: 3 fev. 2022.

BARROCO, Maria Lúcia S. Os Fundamentos Sócio-Históricos da Ética. In: **CFESS/ABEPSS**. Capacitação em Serviço Social e Política Social - Módulo 2: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999. p. 119-136.

BARROCO, Maria. Lúcia. S. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 79, p. 27-42, set. 2004.

BARROCO, Maria. Lúcia. S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

BARROCO, Maria. Lúcia. S. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2007.

BARROCO, Maria. Lúcia. S. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. Curso de especialização à distância. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Abepss, 2009.

BARROSO, Milena Fernandes. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018.

BARROSO, Parsifal. **O Cearense**. 2ª Ed. São Paulo: Escrituras Editora; Instituto Myra Eliane, 2017 [1969].

BATISTA, Amanda *et al.* **Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no**

Brasil. Rio de Janeiro: Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), PUC-Rio, 2020. (Nota Técnica, n. 11). Disponível em: <https://ponte.org/wp-content/uploads/2020/05/NT11-An%C3%A1lise-descritiva-dos-casos-de-COVID-19.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2022.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** A experiência vivida (Vol. 2). 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em Contrarreforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social, fundamentos e história.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

BELCHIOR, A, C, F.. Apenas Um Rapaz Latino-Americano. Lado A / Faixa 1 / Gênero musical: Canção. *In: Alucinação.* LP.Nº Álbum: 6349 160. Philips. Ano: 1976

BERNSTEIN, Hilda. **For Their Triumphs and For Their Tears:** Women in Apartheid South Africa. International Defence & Aid Fund. Londre: 1975

BESSA, Braulio. Inumeráveis. 2020 In: Carvalho, Livia. Leia na íntegra o poema "Inumeráveis", do cordelista cearense Bráulio Bessa. **Diário do Nordeste.** 24 de Maio de 2020. <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/leia-na-integra-o-poema-inumeraveis-do-cordelista-cearense-braulio-bessa-1.2248744>. Acesso em: 24 de jan. 2022.

BESSA, Braulio. **Poesia com Rapadura.** CENE: Fortaleza, 2017.

BEZERRA, Antônio. **O Ceará e os Cearenses.** Fortaleza: Editora-Assis Bezerra, 1906.

BEZERRA, Elaine; CORTELETTI, Roseli de Fátima; ARAÚJO, Iara Maria de. Relações de Trabalho e Desigualdades de Gênero na Indústria Têxtil e de Confecções do Nordeste. **Caderno C R H,** Salvador, v. 33, p. 1-20, e020030, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/DV7yPJZn8QgZXcKYPtTk8jh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BEZERRA DE MENEZES, Adolfo. **A escravidão no Brasil e as medidas que convem tomar para extingui-la sem dano para a nação.** Rio de Janeiro : Typ. Progresso 1869 Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4782> Acesso em 16 de junho de 2022

BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Social Reproduction Theory:** Remapping Class, Recentering Oppression. London: Pluto Press, 2017

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social?. **Revista Outubro,** São Paulo, n. 32, p. 99-113, jan.-jul., 2019. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf. Acesso em: 25 jan. 2022.

BIGIO, Elias dos S. **Linhas Telegráficas e Integração de Povos Indígenas:** As estratégias Políticas de Rondon (1889-1930). 1996. 127f. Dissertação (Mestrado em História Política e Social do Brasil) - Universidade de Brasília, Brasília, 1996.

BIGIO, Elias dos Santos. A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990). **Revista de Estudos e Pesquisas – FUNAI,** Brasília, v.4, n.2, p.13-

93, dez. 2007.

BIHR, Alain. França: pela socialização do aparato de saúde. *In*: DAVIS, Mike, *et al.* (org.). **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020. p. 25-30.

BILAL, Usama *et al.* Inequalities in life expectancy in six large Latin American cities from the SALURBAL study: an ecological analysis. **Lancet Planet Health**, Londres, num. 4, vol. 1, e503-e510, dez. 2019. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanplh/article/PIIS2542-5196\(19\)30235-9/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanplh/article/PIIS2542-5196(19)30235-9/fulltext). Acesso em: 14 jun. 2022.

BOARINI, Maria Lúcia; YAMAMOTO, Oswaldo H. Higienismo e Eugenia: discursos que não envelhecem. **Psicologia Revista**, São Paulo, vol. 13, n. 1, p. 59-72, 2004. Disponível em: <http://www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/publicacoes-1/periodicos/lista-periodicos/higienismo-e-eugenia-discursos-que-nao-envelhecem>. Acesso em: 04. jun. 2022.

BONA JUNIOR, Aurélio. A ontologia de Lukács e a sexualidade em perspectiva emancipatória. **Filosofia e Educação** (Online), ISSN1984-9605—Revista Digital do Paideia. Volume 3, Número 2, Outubro de 2011 – Março de 2012

BOSCHETTI, I.; TEIXEIRA, S. O draconiano ajuste fiscal no Brasil e a expropriação de direitos da seguridade social. *In*: SALVADOR, E.; BEHRING, E.; LIMA, R. de L. de. (org.). **Crise do capital e Fundo Público**: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. Pgs 67-98. Cortez, 2019.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, 2015.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. Supressão de direitos no capitalismo: uma forma contemporânea de expropriação? *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO, 2017, Rio de Janeiro, **Anais eletrônicos** [...] Rio de Janeiro: NIEPMARX. 2017. Disponível em <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC44/mc441.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2022.

BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. *In*: BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriações e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018. p. 131-165.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **R.Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr. 2021

BRASIL. Senado Federal. **Relatório Final Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (Instituída pelos Requerimentos nos 1.371 e 1.372, de 2021)**. Aprovado pela Comissão em 26 de outubro de 2021. Disponível em : https://senadofederal-my.sharepoint.com/personal/cpipandemia_arquivos_senado_leg_br/Documents/Relat%C3%B3rio%20Final/Relatorio_Final_aprovado.pdf . Acesso em 16 de junho de 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Emenda Constitucional nº 06 de 20 de fevereiro de 2019**, que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. Disponível em:

www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1712459&filename=PEC+6/2019. Acesso em 22 de março de 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95**, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília-DF, 2016.

BREILH, Jaime. **Epidemiologia Crítica: ciência emancipadora e interculturalidade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

CADET, JEAN-JACQUES. O legado anticolonial do marxismo haitiano. **JACOBIN Brasil**, São Paulo, 04 jan. 2022. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2022/01/o-legado-anticolonial-do-marxismo-haitiano-novo>. Acesso: 21 jan. 2022.

COSTA, Lucas Carneiro; FELÍCIO, Caroline Duailibi; Costa, Francis Dávila Souza; Azevedo, Débora Rezende do Carmo. As propostas bolsonaristas para a educação brasileira. **Germinal: Marxismo E educação Em Debate**, Salvador, v. 13, n. 3, p. 275–305, dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/46781>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. **Trabalho, Educação e Saúde [online]**, v. 1, n. 11, p. 191-205, Epub 28 Feb 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000100011>. Acesso em: 16 jun. 2022.

CASTEDO, Antía. O drama do 'armário duplo': a violência 'invisível' entre casais do mesmo sexo. **BBC Mundo**, São Paulo, 5 mai. 2017. Disponível em <https://www.google.com/amp/s/www.bbc.com/portuguese/internacional-39791785.amp>. Acesso em: 8 de jun. 2022.

CASTRO, Viviane Vidigal de. As ilusões da uberização do trabalho: um estudo à luz da experiência de motoristas Uber. In: ENCONTRO ANUAL ANPOCS, 44, 2020, *evento on line*. **Anais [...]**. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/44-encontro-anual-da-anpocs/spg-7/spg34-1>. Acesso: 14 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA - IPEA. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CHANCEL, L.; PIKETTY, T.; SAEZ, E.; ZUCMAN, G. **World Inequality Report 2022**. Paris1; World Inequality Lab, 2022. Disponível em: https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2022/01/WIR_2022_FullReport.pdf . Acesso em: 31 jan. 2022.

CHASIN, José. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHILCOTE, Ronald H.. Transição capitalista e classe dominante no Nordeste. **Resenha**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo, EDUSP, 1991. 368 p.

CINACCHI, Giovanna Bueno. Das lumpenproletariat : população em situação de rua e Serviço Social. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 8.; ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 15., 2020, Vitória, ES, Brasil. **Anais**

eletrônicos [...]. Vitória: ENPS, 2020. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/33325/22038>. Acesso em: 23 mai. 2022.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M. de Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, Mirla. **Feminismo, Luta de Classes e Consciência Militante Feminista no Brasil**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CISNE, Mirla. Por um feminismo antirracista e anticapitalista: o debate entre interseccionalidade e consubstancialidade-coextensividade das relações sociais de sexo, raça/etnia e classe. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13. Florianópolis, 2017. **Anais Eletrônicos** [...] WWC17: Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499477389_ARQUIVO_Fazendogenero13.pdf. Acesso em: 16 jun. 2022.

CORRÊA, Alessandra. Quem foi o 'Messias Negro', líder dos Panteras Negras morto pela polícia e que agora é tema de filme. **BBC News Brasil**, Washington, 17 fev. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-56095921>. Acesso em: 16 jun. 2022.

CORRÊA, Hugo Figueira; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. **Revista da SEP**, Niterói, v. 44, p. 10-30, jun./set. 2016. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/192>. Acesso em: 16 jun. 2022.

COSTA, Gilmaísa. M. Lukács e a ideologia como categoria ontológica da vida social. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 9, p.1-13, 2006. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/009/09costa.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

COSTA, Gilmaísa. M. **Indivíduo e Sociedade**: sobre a teoria de personalidade em Georg Lukács. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

COSTA, Pedro Henrique Antunes da; MENDES, Kíssila Teixeira. A morte como força produtiva no capitalismo brasileiro. **Revista Fim do Mundo**, Marília, nº 4, jan/abr 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/view/10991>. Acesso em: 16 mai. 2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COUTINHO, Ana Rita Costa. **Violências contra as mulheres e judicialização da vida privada**: histórias que a gente não gostaria de saber. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/10014/2/Tese%20-%20Ana%20Rita%20Costa%20Coutinho.pdf>. Acesso em: 13 de jun. 2022.

CUEVA, Agustín. Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia (1974). Separata de: _____. Entre la ira y la esperanza y otros ensayos de crítica latinoamericana.

Fundamentos conceptuales Agustín Cueva. Selección de Alejandro Moreano. Bogotá: Siglo del Hombre; CLACSO, 2008. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D2042.dir/05problemas.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

CUNHA FIGUEIREDO JUNIOR, José Bento da. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Ceará pelo excellentíssimo senhor dr. José Bento da Cunha Figueiredo Junior.** 9 out. 1863. Disponível em: Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/166?terms&item_id=3118#?c=4&m=36&s=0&cv=0 Acesso em: 3 dez. 2020.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe.** Boitempo. São Paulo, 2016

DAVIS, Ângela. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Portal Geledés,** São Paulo, 12 jul. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angel>. Acesso em: 13 jun. 2022.

DELEUZE. G. **Diferença e Repetição.** Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Lisboa: Relógio d'Água, 2000.

DEMIER, Felipe. A lei do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky e a Revolução Russa. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO, 2017, Rio de Janeiro, Anais eletrônicos [...] Rio de Janeiro: NIEPMARX. 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC17/mc174.pdf>. Acesso em: 29 jan 2022.

DIÁRIO DO NORDESTE. Jaguaratama: a terra do medo. Fortaleza, 18 mar. 2008. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/jaguaratama-a-terra-do-medo-1.648647> . Acesso em: 27 jan. 2022.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. **LINKS DE ÓDIO:** Uma etnografia do racismo na Internet. 2005. TCC (Graduação em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2005.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. **Os anacronautas do teutonismo virtual:** Uma etnografia do neonazismo na Internet. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2008.

DIETRICH, Ana Maria. Organização política e propaganda nazista no Brasil (1930-1945): o nazismo tropicalizado. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina, PR. **Anais [...].** São Paulo: Associação Nacional de História, 2005. p. 1-8. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7120>. Acesso em: 16 jun. 2022.

DOMINGUES, Petrônio. MINERVINO DE OLIVEIRA: UM NEGRO COMUNISTA DISPUTA A PRESIDÊNCIA DO BRASIL. **Lua Nova:** Revista de Cultura e Política [online]. 2017, n. 101 [Acessado 16 Junho 2022] , pp. 13-51. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-013051/101>>. ISSN 1807-0175. <https://doi.org/10.1590/0102-013051/101>.

DRUMOND JR., Marcos; BARROS, Marilisa Berti de Azevedo. Desigualdades socioespaciais na mortalidade do adulto no Município de São Paulo. **Revista Brasileira de**

Epidemiologia [online], v. 2, n. 1-2, p. 34-39, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-790X1999000100004>. Acesso em: 21 mai. 2022.

DUARTE, Newton. Vigotski e a Pedagogia Histórico-Crítica: A Questão do Desenvolvimento Psíquico. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, SP, v. 24, n. 1, p. 19-29, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.14572/nuances.v24i1.2150>. Acesso em: 16 jun. 2022.

DUAYER, Mário. Apresentação. In: MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858, esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo/Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011

DURIGUETTO, Maria. L.; DEMIER, Felipe. Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. **Argumentum**, v. 9, n. 2, p. 8–19, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18315/argum.v9i2.17066>. Acesso em: 13 jun. 2022.

DUSSEL, Enrique. **Historia de la filosofia y filosofia de la liberación**. Bogotá: Nueva América, 1994.

DUSSEL, Enrique. **Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação**. São Paulo: Paulinas, 1997.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. Dossiê: Decolonialidade E Perspectiva Negra. **Soc. estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 51-73, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100004>. Acesso em: 16 jun. 2022.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 16. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ENGELS, F. Letters on Historical Materialism. To Joseph Bloch. [1890]. pp. 760-765. In: TUCKER, Robert C. (org.) **The Marx-Engels reader**. 2. ed. New York: W. W. Norton & Company, 1978. Traduzido por Vinicius Valentin Raduan Miguel (do Inglês para o Português) em 22 de setembro de 2009. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm> Acesso em 27 de fevereiro de 2022

ENGELS, F. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: RICARDO, Antunes (org). **A Dialética do Trabalho – Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ENGELS, F. Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. 1856. Ebook. Edição Kindle.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. Tradução Ciro Mioranza. 2. ed. rev. São Paulo: Escala, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 3 ed. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.07-223.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011

FALQUET, Jules. Rompendo o tabu da heterossexualidade, Acabar com a “diferença dos sexos”: contribuições do lesbianismo como movimento social e teoria política. **Cadernos de Crítica Feminista**, v. 4, n. 5, p. 8-31, dez. 2012. Disponível em:

<<http://julesfalquet.files.wordpress.com/2010/05/artport-romper-o-tabu-da-heterossexualidade.pdf>>. Acesso em: 05 Jul. 2019.

FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações**. Londrina, v. 13, n. 1-2, p. 121-142, jan./jun. – jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3290>. Acesso em: 16 jun. 2022.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Sá da Costa Editora; 1980.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUfba, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2010.

FANON, Frantz. Os intelectuais e os democratas franceses perante a Revolução Argelina. **Traduagindo** [online], 16 mai. 2021 (1957). Disponível em <https://traduagindo.com/2021/05/16/frantz-fanon-os-intelectuais-e-os-democratas-franceses-perante-a-revolucao-argelina>. Acesso em: 13 jun. 2022.

FANTÁSTICO. Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome. **G1**. São Paulo, 25 jul. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contr-a-fome.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2022.

FAUSTINO, Deivison. O mal-estar colonial: racismo e o sofrimento psíquico no Brasil. **Clinica & Cultura** v. 8, n. 2, jul-dez 2019, p. 82 - 94. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/clinicaecultura/article/view/14907#:~:text=racismo%20e%20o%20sofrimento%20ps%C3%ADquico%20no%20Brasil&text=O%20desafio%20que%20se%20confronta,subjetividade%20de%20negros%20e%20brancos>. Acessado em: 14 jun. 2022.

FAUSTINO, D. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. *Revista SER Social*, Brasília, v. 20, n. 42, jan./jul., p. 148-163, 2018. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14288. Aceso em: 16 jun. 2022.

FEDERICI, Silvia. **Capitalismo, reprodução e quarentena**. Tradução Tadeu Breda. 2020. Disponível em https://pospsi.com.br/wp-content/uploads/2020/09/TEXTOS_58-Silvia-Federici.pdf. Acesso em: 25 jan 2022.

FEDERICI, Silvia. Teorizando e politizando o trabalho doméstico. In: FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019. Parte I, p. 37-130.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**. São Paulo: Elefante editora, 2017.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Guanabara: 1987.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 5a edição. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERREIRA, Carla Cecilia Campos; FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. **DIALÉTICA DA**

QUESTÃO SOCIAL E A UNIDADE CLASSE, GÊNERO E RAÇA. *Temporalis*, Brasília (DF), v. 21, n. 42, p. 62-76, jul./dez. 2021. ISSN 2238-1856

FERREIRA, Verônica. Trabalho e previdência social na pauta da luta por direitos. *Cadernos de Crítica Feminista*, Recife, Ano I, n. 0, p. 74-82, dez. 2007.

FONTES, Virgínia. **Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo.** Virgínia Fontes. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005,

FONTES, Virgínia. Expropriações contemporâneas - um primeiro debate teórico. **CEMARX**. Unicamp. 2009. Disponível em https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/expropriacoes-contemporaneas.pdf. Acesso em 13 de junho de 2022.

FONTES, Virgínia. **O BRASIL E O CAPITAL-IMPERIALISMO: Teoria e história.** 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, crises e conjuntura. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017 <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.116>

FORTES, Ronaldo Vielmi. As três determinações fundamentais da análise lukacsiana do trabalho: modelo das formas superiores, prioridade ontológica e abstração isoladora. Crítica da ideia da centralidade do trabalho em Lukács. *Verinotio* - Revista *Online* de Filosofia e Ciências Humanas, v. 11, n. 22, p. 44-75, out. 2016 Disponível em: <http://www.verinotio.org/conteudo/0.275012145075027.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2022.

FORTES, Ronaldo Vielmi. Gênese social e atualidade dos processos de inferiorização da mulher em Marx, Engels e Lukács. *Revista Katályis*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 441-451, set./dez., 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p441/37957>. Acesso em: 16 mai. 2022

FRANCO, Marielle. **Na noite de 21 de fevereiro de 1965, no teatro Audubon Ballroom, Malcolm estava prestes a realizar um discurso quando três homens invadiram o palco e atiraram à queima-roupa. Ele tinha apenas 39 anos quando foi assassinado. #MalcomX.** Rio de Janeiro, 21, fev. 2018. Twitter: @mariellefranco. Disponível em: <https://twitter.com/mariellefranco/status/966431383609540610>. Acesso em: 23 jan. 2022.

FRANCO, Marielle. **Falar de raça é falar da dominação e escravização de um povo, do apagamento, silenciamento e retirada da sua humanidade. Falar sobre raça é falar sobre a desigualdade que estrutura a nossa sociedade até hoje.** Twitter: @mariellefranco. Rio de Janeiro, 21, nov. 2017. Disponível em: <https://twitter.com/mariellefranco/status/932988476856913920>. Acesso em: 23 de jan. 2022.

FRANCO, Marielle. **UPP – A Redução Da Favela A Três Letras: Uma Análise Da Política De Segurança Pública Do Estado Do Rio De Janeiro.** Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2014. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/2166/Marielle%20Franco.pdf;jsessionid=79E9D5BE93444057516F5AF7E83EC18D?sequence=1>. Acesso em: 1 fev. 2022.

FREDERICO, Celso. **A arte no mundo dos homens: o itinerário de Lukács.** São Paulo: Expressão Popular, 2013

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia - saberes necessários à prática educativa.** 25ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala.** 49ª Ed. São Paulo: Global, 2004.

FUNDO BRASIL. **As dificuldades enfrentadas pelas pessoas LGBTQIA+.** Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/as-dificuldades-enfrentadas-pelas-pessoas-lgbtqia>. Acesso em: 17 mai. 2022.

FURTADO, Vanessa. **Nó na Garganta.** Mad in Brasil: Ciência, Psiquiatria e Justiça Social. 2021. Disponível em: <https://madinbrasil.org/2021/04/no-na-garganta/>. Acesso em 03 de maio de 2022.

FURTADO, Vanessa; PINHEIRO, Paulo Wesley Maia. MÉTODO. Psicologia Histórico-Cultural e Ontologia do Ser Social: Vygotski e Lukács e a leitura onto-histórica da subjetividade. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, Uberlândia, v. 11, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCS-v11n1-2021-59392>. Acesso em: 13 jun. 2022.

G1. Ministério da Saúde diz que hidroxiclороquina é segura, mas vacinas não; nota técnica contraria OMS e cientistas. **G1.** São Paulo, 22 jan. 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/01/22/ministerio-da-saude-diz-que-hidroxiclороquina-e-segura-mas-vacinas-nao-nota-tecnica-contraria-oms-e-cientistas.ghtml>. Acesso em: 31 jan. 2022.

GAMBOA, Silvio Ancisar Sánchez. Pesquisa qualitativa: superando tecnicismos e falsos dualismos. **Revista Contrapontos**, Itajaí, SC, v. 3, n. 3, p. 393-405, 2003. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/735>. Acesso em: 14 jun. 2022.

GERMANO, Douglas. O que se cala. Canção. 3:30'. In: SOARES, ELZA. Deus é mulher. LP, CD, download digital, streaming, cassette. Deckdisc & Polysom . 2018.

CENTRO DE GERENCIAMENTO DE EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS DE SÃO PAULO - CGESP. Quinta-feira começa com muita nebulosidade e temperaturas baixas na Grande São Paulo. **Cegesp**, São Paulo, 19 mai. 2022. Disponível em: <https://www.cgesp.org/v3/noticias.jsp?id=42342> Acesso em: 14 de jun. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, estado e revolução.** São Paulo: Boitempo; Iskra, 2014.

GONÇALVES, Guilherme Leite. Acumulação primitiva, expropriação e violência jurídica: expandindo as fronteiras da sociologia crítica do direito. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, V. 8, N. 2, p. 1028-1082, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/28770>. Acesso em: 14 jun. 2022.

GONZALEZ, Lélia. A categoria Político-Cultural da Amefricanidade. *In: Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa.* São Paulo: Diáspora Africana, 2018a.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Org. Flávia Rios e Marcia Lima. São Paulo:Zahar, 2020. Edição do Kindle.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo:Diáspora Africana, 2018

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6.ed..São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

GORKI, Máximo. **A mãe**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. *E-book*.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 2. Os intelectuais. O princípio educativo, Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio.**Cadernos do cárcere**. v. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

GUILLAUMIN, Colette. Pratique du pouvoir et idée de nature. *In* : _____. **Sexe, race et pratique du pouvoir**. L'idée de Nature. Paris: Côté-femmes, 1992 [1978], p 13–48.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu [online]**, Campinas, v. 22, pp. 201-246, jun. 2004,. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000100009>. Acesso em: 14 jun. 2022.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 4ªed. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. Loyola: São Paulo, 2010.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. *In*: DAVIS, Mike, *et al.* **In: Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020, p. 13-23.

HORKHEIMER, Max. **Teoria Crítica: uma documentação**. Tradução de Hilde Cohn. São Paulo: Perspectiva, 2006

FREITAS, Luís Carlos. **Ditadura de transição: o terrorismo neoliberal**. Avaliação educacional - Blog do Freitas, Campinas, 26, out. 2019. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2019/10/26/ditadura-de-transicao-o-terrorismo-neoliberal>.

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2011. *E-book*.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social.**, São Paulo, v. 26, n.1, p.61-63, Jan./Jun 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNLNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2022.

HIRATA, Helena. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. **Cadernos de Crítica Feminista**. Recife, v. 3, n. 2, p.139-156, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/PcsfvS6CPpgQRZLRmdTzgxL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jun. 2022.

HOLANDA, Maria N. **Alienação e Ser Social: determinações objetivas e subjetivas**. Tese

(Doutorado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

HOOKS, Bell. Vivendo de Amor. **Portal Geledés**. São Paulo, 9 mar. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor>. Acesso em: 20 mai. 2022.

HOOKS, Bell.. **O feminismo é para todo mundo**: Políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

IAMAMOTO, Maria Villela. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, nº 3, 2001.

IAMAMOTO, Maria Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, Octávio. Questão Social. **C&TRÓPICO**, Recife, v. 17 n. 2, p.189-202, jul/dez, 1989.

IANNI, Octavio. A questão social. *In*: _____. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense. 1996. p. 87-112.

IANNI, O. Dialética das relações raciais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50 p. 21-30, 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ea/a/78rQndTBbYLBzHMdc3ygj4w/?lang=pt&format=pdf/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

IASI, Mauro. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

IASI, Mauro. **O dilema de Hamlet**. 1 Ed. São Paulo: Editora Viramundo, 2002.

IASI, Mauro Luis. **As Metamorfoses da Consciência de Classe**: O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IASI, Mauro. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017

IBGE. **Síntese de indicadores sociais** : uma análise das condições de vida da população brasileira : 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro : IBGE, 2018.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4 ed. Brasília: IPEA, 2011.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros**: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

KATZ, C. **Acieritos y problemas de la superexplotación**. 2017. Disponível em: [katz.lahaine.org/b2-img/ACIERTOSYPROBLEMASDELASUPERXPLORACION](http://katz.lahaine.org/b2-img/ACIERTOSYPROBLEMASDELASUPERXPLORACION.pdf). pdf. Acesso em: 17 mai. 2022.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estud.**— **CEBRAP**, São Paulo , n. 86, p. 93–103, Mar. 2010.

KIRALYFALI, Bela. GEORG LUKÁCS OR BERTOLT BRECHT?, **The British Journal of Aesthetics**, V. 25, 4, Pp. 340–348, AUTUMN 1985. <https://doi.org/10.1093/bjaesthetics/25.4.340> IN: Tradução de BIANCHI, Bruno. MEDIUM. 11 de maio de 2020. Disponível em <https://medium.com/katharsispodcast/kiralyfalvi-brecht-lukacs-43cf71c5fdd8>. Acesso em 31 de março de 2022.

KOLLONTAI, Aleksandra. **Marxismo e Revolução sexual**. São Paulo: Global editora, 1982.

KOLLONTAI, Aleksandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo, SP: Expressão Popular. 2000

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. Rio de Janeiro: Global, 1978.

KOLLONTAI, Alexandra. **Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

KOLLONTAI, Aleksandra. A mulher trabalhadora na sociedade contemporânea. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017. pp. 150-159.

KOLLONTAI, Aleksandra. A relação entre os sexos e a luta de classes. In: SCHNEIDER, Graziela (Org.). **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017b.

KOLLONTAI, Aleksandra. M. I Internacional de mulheres comunistas. In: SCHNEIDER, Graziela (Org.). **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética**. São Paulo: Boitempo, 2017c.

KONDER, Leandro. **Os sofrimentos do homem burguês**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

KONDER, Leandro. **Sobre o amor**. São Paulo, SP: Boitempo. 2007.

KONDER, Leandro. **Marxismo e Alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KONDER, Leandro. **A Questão da Ideologia**. Expressão Popular. São Paulo, 2020

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Trad. Célia Neves e Alderico Toríbio. 2 ed. Ed. Paz e Terra. 1976 ISBN-13:978-8577531127

KRENAK, Ailton. **O Amanhã não está à venda**. E-book. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. Reflexão sobre a saúde indígena e os desafios atuais em diálogo com a tese “Tem que ser do nosso jeito”: participação e protagonismo do movimento indígena na construção da política de saúde no Brasil. **Saúde Soc.** São Paulo, v.29, n.3, e200711, 2020. Disponível em <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2020.v29n3/e200711/pt> Acesso em 17 de maio de 2022

KRÚPSKAIA, Nadejda Konstantínovna. **A construção da pedagogia socialista**. São Paulo:

Expressão popular, 2017

KRÚPSKAIA, Nadejda Konstantínovna. Deve-se ensinar “coisas de mulher” aos meninos. In: SCHNEIDER, Graziela Schneider (org.). **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética: artigos, atas panfletos, ensaios.** Boitempo, São Paulo, 2017b

KRÚPSKAIA, Nadejda Konstantínovna. Guerra e maternidade. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). **A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética.** São Paulo: Boitempo, 2017c

LANDA, Roger. La alienación como teoría del poder en El Capital In: LANDA, Roger [et al.]. **El vuelo del Fénix El capital : lecturas críticas a 150 años de su publicación (1867-2017).** 1a ed . - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 259-290.

LEFEBVRE, H. A produção do espaço. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: **La production de l'espace.** 4. éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEITE, L. C. M. Encontro com Paulo Freire (entrevista). **Educação e Sociedade.** São Paulo, n. 3, p.47-75, maio 1979

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo.** Tradução Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.

LENIN, V.ladimir I. **O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010

LENIN, Vladimir. **As tarefas do movimento operário feminino na República dos Soviets.** 1919a. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/07/28.htm> (marxists.org) Acesso em: 19 nov. 2021.

LENIN, Vladimir. **A contribuição da mulher na construção do socialismo.** 1919b. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/07/28.htm> (marxists.org) . Acesso em: 15 set. 2021.

LENIN, Vladimir. **A Guerra de Guerrilhas.** (V. I. Lênin, Obras completas, t.X, pág. 80, ed. russa Publicado no "Proletari", n.º 5, 13 de Outubro de 1906. Disponível em : https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/30/luta.htm acesso em 16 de junho de 2022.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo.** Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LESSA, Sérgio. **Sociabilidade e Individuação.** Maceió: EDUFAL, 1995.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos Homens: trabalho e ser social.** São Paulo: Boitempo, 2002.

LESSA, Sérgio. **Para Compreender a ontologia de Lukács.** Unijuí, 2007

LESSA, Sérgio. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, Sérgio. **Mundos dos Homens: trabalho e ser social.** São Paulo: Instituto Lukács, 2012b.

LESSA, Sérgio. ALIENAÇÃO E ESTRANHAMENTO. **GESTO Debate,** Campo Grande, MS, v. 16, n. 01, p. 1-30, dez. 2018. Disponível em: https://cdn-cms.f-static.com/uploads/1154357/normal_5c12c51c50905.pdf. Acesso em: 04

mai. 2022.

LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Katálysis**, Florianópolis, n.10 (esp.), p. 37-45, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=en&nrm=iso . Acesso em 02 de dezembro de 2020

LODI-CORRÊA, Samantha. **Entre a pena e a baioneta: Louise Michel e Nadezhda Krupskaja**, educadoras em contexto revolucionários. 2016. 296 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/321601>>. Acesso em: 07 set. 2019.

LODI-CORRÊA, Samantha. **Nadezhda Krupskaja: uma estrela vermelha**. Uberlândia, MG: Navegando publicações, 2018.

LÖWI, Michael. **Neofascismo** : um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. A Terra é Redonda. 2019. Publicado em <http://www.bresserpereira.org.br/terceiros/2019/outubro/19.10-Neofascismo-e-Bolsonaro.pdf>

LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 652-664, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/MFzdwxBBBcNqHyKkckfW6Qn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 jun. 2022.

LUKÁCS, György **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. In: Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, Georg. A psicologia das massas em Freud. **Psicanálise & Barroco em revista: 219-224**, 2009.. Disponível em: www.seer.unirio.br/index.php/psicanalisebarroco/article/view/8815 Acesso em 15 de junho de 2022.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, György. **Marxismo e teoria da literatura**. 2ª.ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, György. . **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social volume 14.** ; [traduzido por Sergio Lessa e revisado por Mariana Andrade]. – Maceió : Coletivo Veredas, 2018.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para a ontologia do ser social** : obras de Georg Lukács volume 13 / Georg Lukács ; [traduzido por Sérgio Lessa e revisado por Mariana Andrade]. – Maceió : Coletivo Veredas, 2018b.

LUKÁCS, Gyorgy. **A Destruição da Razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020

LURIA, Alexander Romanovich. A atividade consciente do homem e suas raízes histórico-sociais. *In:* _____. **Curso de Psicologia Geral**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. I, 1979. p. 71-84.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma social ou revolução**. *In:* LOUREIRO, Isabel (org.). **Rosa Luxemburgo: Textos escolhidos (1899-1914)**, volume I. Tradução de Stefan Klein (alemão). São Paulo: UNESP, v. I, 2011

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultura. 1985

MACARIO, Epitácio. Praxis, gênero humano e natureza: notas a partir de Marx, Engels e Lukács. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 113, p. 171-191, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Q8P9G6nwkqfyfvFwxqqhQmv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MACIEL, Lucas Oliveira. A interseccionalidade de Carla Akotirene e o marxismo: apontamentos críticos a partir de Marx, Lukács e Chasin. **Práxis Comunal**, Belo Horizonte, v.2, n.1, p.125-150, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/praxiscomunal/article/view/20024>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MADEIRA, Carla. **Tudo é rio**. Rio de Janeiro: Record, 2021. *E-book*.

MANOEL, Jones; FAZZIO, Gabriel L. (orgs.). **Revolução africana: uma antologia do pensamento marxista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MANOEL, Jones. Lênin, a ruptura anticolonial do comunismo e o marxismo africano. **Germinal: Marxismo E educação Em Debate**, Salvador, n. 12, v. 22, p. 50–68, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/39069>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **La escena contemporánea**. Lima: Ed. Minerva, 1925.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Editorial de Amauta: Aniversário e balanço. **Amauta**, Lima, n. 17, Set. 1928. Traduzido por A. Ocampos. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mariategui/1928/09/aniversario.htm>. Acesso em: 16 jun. 2022.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Peruanicemos al Peru**. Lima: Ed Amauta, 1986.

MARIÁTEGUI, José Carlos. "Ponto de Vista Anti-imperialista". **NOVACULTURA.info**. 5 de jul. de 2021. Disponível em <https://www.novacultura.info/post/2021/07/05/mariategui-ponto-de-vista-anti-imperialista>. Acesso em: 08 jun. 2022.

MARINHO, Silvana. Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 602-610, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/DkGR4J9yWnXpBRwjpBpMd6r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MARINHO, Silvana. Relações de opressão-exploração da modernidade colonial: notas sobre

cidadania trans e emancipação. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 47, p. 248 - 264, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/56075>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da Dependência. *In*: TRASPADINI, R.; STEDILE, J.P. (org.). **Ruy Mauro Marini – Vida e Obra**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 137-180p.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Acción e Ideología**: Psicología Social desde Centroamérica. 12ª ed. San Salvador, El Salvador: UCA, 2012.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, Ligia Márcia. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED - GT FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO, 29., 2005, Caxambu, MG. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANPED, 2006. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT17-2042--Int.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

MARTINS, Mônica Dias. A pandemia expõe de forma escancarada a desigualdade social. **SECITECE**, 25 abr. 2020. Disponível em <https://www.sct.ce.gov.br/2020/04/25/a-pandemia-expoe-de-forma-escancarada-a-desigualdade-social/#:~:text=25%20de%20abril%20de%202020,prec%C3%A1rias%20das%20grandes%20cidades%20brasileiras>. Acesso em: 09, jun. 2022.

MARX, Karl. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana (Manuscritos Econômicos e Filosóficos 1844). *In*: FERNANDES, Florestan (org.). **Marx e Engels**. História. São Paulo, Ática, 1989.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo editorial, 2004.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2.ed. São Paulo, Boitempo, 2010b.

MARX, Karl **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010c.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política: livro I, v. 1, 27ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010d.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma de social” de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010e.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Trad. Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011b.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política: livro II, v. 3, 13ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. Trad. e notas de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. “A Irlanda e a classe trabalhadora inglesa”. *In*: MUSTO, Marcelo (org.). **Trabalhadores, uni-vos!**: antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo global de produção capitalista. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo, Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes F Feuerbach, B Bauer e Stirner, em do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. E-book. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **The civil war in the United States**, edited and with an Introduction by Andrew Zimmerman. New York: International Publishers, 2016

MASCARO, Alysson. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOS, Marcelo Bardaró. Ainda o sujeito histórico ou outros sujeitos? Notas introdutórias para o debate da esquerda socialista no Brasil. **Blog Junho**, 15 abr. 2017. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/ainda-o-sujeito-historico-ou-outros-sujeitos-notas-introductorias-para-o-debate-da-esquerda-socialista-no-brasil>>. Acesso em: 30 out. 2017.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil** – Origens da Autocracia Burguesa. Belo Horizonte: Ed. Oficina de Livros, 1989

MESQUITA, Marylúcia; RAMOS, Sâmya R; SANTOS, Silvana M. M. Contribuições à crítica do preconceito no debate do Serviço Social *In*: MUSTAFÁ, Alexandra M. (org.) **Presença Ética** vol. 1-anuário filosófico-social do GEPE-UFPE. Recife: UNIPRESS Gráfica e Editora do NE, 2001.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo, Boitempo editorial, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **O conceito de dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo, 2013

MÉSZÁROS, István. **O conceito de dialética em Lukács**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. *E-book*.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017. *E-book*

MICCO , Kirk de & Sanders, Chris. **Os Croods (The Croods)**. DreamWorks Animation & 20th Century Fox. EUA, 2013. Obra Audiovisual. Duração:98 min.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2007

MORAES, Betânia Moreira de. **As bases ontológicas da individualidade humana e o processo de individuação na sociabilidade capitalista: um estudo a partir do Livro Primeiro de O Capital de Karl Marx**. 2007. 161f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza-CE, 2007.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Pós-modernismo, marxismo e feminismo. **Blog da Boitempo**, São Paulo, 5 mar. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/03/05/pos-modernismo-marxismo-e-feminismo>. Acesso em: 10 dez. 2017.

MORAIS, Pâmela. LGBTfobia no Brasil: fatos, números e polêmicas. **Politize!**, Florianópolis, 5 out. 2018. . Disponível em <https://www.politize.com.br/lgbtfobia-brasil-fatos-numeros-polemicas>. Acesso em: 09 jun. 2022.

MORGAN, Lewis H. 1877. **Ancient Society**. Com prefácio de Elisabeth Tooker. Tucson, The University of Arizona Press, 1985.

MOTA, Ana Elizabete. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. **Configurações** [Online], v. 10, p. 1-13, 2012. Disponível em: <http://configuracoes.revues.org/1324>. Acesso em: 28 fev. 2018.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. 7 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2015.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1988.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988b.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. **Revista Princípios**, São Paulo, n. 34, p. 28-38, ago./out. 1994b. Disponível em: https://bibliopreta.com.br/wp-content/uploads/2018/01/O_racismo_como_arma_ideologica_de_dominacao_Clovis_Moura_-1.pdf. Acesso em: 16 jun. 2022.

MT ECONÔMICO. Mato Grosso lidera projeção econômica do país com previsão de crescimento de 4,97% no PIB em 2021. Cuiabá, 29 jul. Disponível em: <https://www.matogrossoeconomico.com.br/agronegocio-e-industria/mato-grosso-lidera-projecao-economica-do-pais-com-previsao-de-crescimento-de-497-no-pib-em-2021>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MUSTO, Marcello. *Karl Marx's Writings on Alienation* (M. Musto, Ed.). London: Palgrave Macmillan, 2021. *E-book*.

MUSTO, Marcello. **O velho Marx**: uma biografia de seus últimos anos (1881-1883). São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

MUSTO, Marcelo (org.). **Trabalhadores, uni-vos!**: antologia política da I Internacional. São Paulo: Boitempo, 2014.

NASCIMENTO, C. A.; DILLENBURG, F. F.; SOBRAL, F. M. Teoria da exploração e da superexploração da força de trabalho em O capital (Livro I) de Marx. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 40, p.107-131, fev./mai. 2015. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/108>. Acesso em: 15 jun. 2022.

NETTO, José P. Prólogo: elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José P. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, ABEPSS, Brasília, n.3, p.41-49, 2001. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

NETTO, José P. Introdução ao método da teoria social. *In*: CFESS. **Serviço Social: serviços e competências profissionais**. CFESS: Brasília-DF, 2009.

NETTO, José P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José P.. **Karl Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial. 2020. *E-book*.

NOGUEIRA, Leonardo. As determinações patriarcais-heterossexistas da sociedade capitalista. *In*: NOGUEIRA, Leonardo, HILÁRIO, Erivan, PAZ, Thaís T. e MARRO, Kátia (orgs.). **Hasteemos a bandeira colorida**: diversidade sexual e de gênero no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

O HOMEM que virou suco. Roteiro e direção de João Batista de Andrade. Produção de Assunção Hernandes. São Paulo: Embrafilme/Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, 1981. 90min, son., color.

OLDRINI, Guido. “Apresentação”. *In*: LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. (Tradução: Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes e Nélio Schneider). São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Rayane Noronha. **Serviço Social, Classe, Gênero e Raça**: tendências teórico metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária. 2021. 227f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Natal, RN, 2021.

OLIVEIRA, Nathalia Cristina. **Os movimentos dos sem-teto da Grande São Paulo (1995-2009)** / Dissertação (mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas; Campinas, S,:2010.

OLIVEIRA, Catarina Reis; PEIXOTO, João; GÓIS, Pedro. A nova crise dos refugiados na Europa: o modelo de repulsão- atração revisitado e os desafios para as políticas migratórias. **Revista Brasileira de Estudos de População** [online]. 2017, v. 34, n. 01 [Acessado 19 Junho 2022], pp. 73-98. Disponível em: <<https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0016>>. Epub Jan-Apr 2017. ISSN 1980-5519. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0016>.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

OSORIO, Jaime. SOBRE SUPEREXPLORAÇÃO E CAPITALISMO DEPENDENTE. **Caderno CRH, Salvador**, v. 31, n. 84, p. 483-500, Set./Dez. 2018. Disponível em <http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2019/01/Sobre-superexplora%C3%A7%C3%A3o-e-capitalismo-dependente.pdf> Acesso em 17 de maio de 2022

O SUL. Grupos neonazistas crescem 270% no Brasil em 3 anos. Porto Alegre, 17 jan. 2022. Porto Alegres - RS. Disponível em: <https://www.osul.com.br/grupos-neonazistas-crescem-270-no-brasil-em-3-anos>. Acesso em: 18 jan. 2022.

OTERO, Luis Manuel Rodríguez et al. Violencia en parejas transexuales, transgénero e intersexuales: una revisión bibliográfica. *Saúde e Sociedade* [online], v. 24, n. 3, p. 914-935, Epub Jul-Sep2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015134224>. Acesso em: 24 mai. 2022.

OXFAM. O vírus da fome: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto. **Comunicado de Imprensa OXFAM Brasil**, São Paulo, 8 jul. 2020. Disponível: <https://www.oxfam.org.br/especiais/virus-da-fome/#:~:text=At%C3%A9%2012%20mil%20pessoas%20podem,fome%20em%20um%20mundo%20faminto>. Acesso em: 25 mai. 2022.

PALHA, Amanda. TRANSFEMINISMO E CONSTRUÇÃO REVOLUCIONÁRIA. *In: Ciclo de debates "Por um feminismo para os 99%"*. São Paulo: Boitempo, 2021. Disponível em https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2021/03/por-um-feminismo-para-os-99_introducao-ao-pensamento-feminista-negro_textos-de-apoio.pdf. Acesso em: 16 mai. 2022.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1993.

PEREIRA, Laurindo Mékie. A questão regional no pensamento de Antonio Gramsci e Celso Furtado. **Topoi**, n. 18, p. 48-66, jan.-jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/NzRpsdS55KvSkhHbBKb59wR/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2022.

PERET, Eduardo. Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem. **IBGE Agência de Notícias**, Rio de Janeiro, 7 mar. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem>. Acesso em: 7 out. 2020.

PINHEIRO, Paulo Wesley Maia ; BOSCHETTI, Ivanete. Princípios metodológicos para o desvendamento da Unidade exploração-Opressão *In: NOVAIS, Liliane Capilé Charbel; SALVADOR, Evilásio. Política social e cooperação no centro-oeste brasileiro*. Embu das Artes, SP: Alexa Cultural, 2021. p.15-34.

PINHEIRO, Paulo Wesley Maia. **Serviço social e neoconservadorismo religioso: a**

percepção dos/as estudantes e os desafios para o projeto ético-político. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UECE, Fortaleza, 2013.

PINHEIRO, Paulo Wesley Maia. Nordestino, o povo que virou suco: ensaio sobre o nordeste e o preconceito regional como expressão do ódio de classe no Brasil. **LavraPalavra**, São Paulo, 17 mai. 2021. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2021/05/17/nordestino-o-povo-que-virou-suco-ensaio-sobre-o-nordeste-e-o-preconceito-regional-como-expressao-do-odio-de-classe-no-brasil>. Acesso em: 28 jan. 2022.

PISÓN, Jose M. **Políticas de bienestar**: un estudio sobre los derechos sociales. Madrid: Tecnos, 1998.

PRADO EVANGELISTA, Diogo. **Análise das determinações histórico-sociais do antagonismo entre indivíduo e gênero humano na sociedade burguesa**. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, 2019.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1957.

PRADO JR. Caio. **A Revolução Brasileira & a questão agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RANIERI, Jesus. **Alienação e Estranhamento em Marx**: Dos Manuscritos Econômico-filosóficos à Ideologia Alemã. 2000. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Campinas - UNICAMP, 2000.

RANIERI, Jesus. **Alienação e estranhamento**: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital. *In*: Conferência Internacional Karl Marx y los desafios del siglo XXI, 3., 2006, Havana, Cuba. Disponível em: https://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso06/conf3_ranieri.pdf. Acesso em: 08 mai. 2022.

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. II**. São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 05 mai. 2021.

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. I**. São Paulo, SP : Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2022.

RIBEIRO, Sâmbara Paula F. Lutas sociais contemporâneas: entre os desígnios pós-modernos e os imperativos da classe trabalhadora. *In*: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014, p. 102-118.

ROQUE, Sofia. Prefácio. *In*: ARRUZZA, Cinzia. **Feminismo e marxismo entre Casamentos e divórcios**. Lisboa, Portugal: Edições Combate, 2010.

SAFFIOTI, Heleith. **Mulher brasileira**: opressão e exploração. Rio de Janeiro: Achiamé,

1984.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SALVADOR, E. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **SERV. SOC. REV.**, Londrina, v. 14, n.2, p. 04-22, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/12263>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SANTOS, Milton. Entrevista. In: TENDER, Silvio. **Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá**. Rio de Janeiro, Caliban Produções Cinematográficas, 2004, (90 min.)

SANTOS, Milton. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 6. ed. São Paulo: Editora Record, 2004.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. **O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de orientação sexual**. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Política Social e diversidade humana: crítica à noção de igualdade de oportunidade. In: BOSCHETTI, Ivanete *et al.* **Capitalismo em crise: política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Silvana Mara de Maris dos. Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo. **Argum.**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 8-20, jan./abr. 2017.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista Katálysis** [online], v. 13, n. 1, p. 11-19, Epub 21 jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HqLvNHVzXPJkDYSchsb94hP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 6. São Paulo: Cortez, 2012

SANTOS, Leonardo Moreira dos. **Ludwig von Mises como arma política da extrema-direita brasileira**. 2018. 134f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma Abordagem Territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

SCHLESENER, Anita Helena; MASSON, Gisele. Política e educação: observações acerca de Inessa Armand - feminista, revolucionária e educadora.. **Germinal: Marxismo e Educação**

em Debate, Salvador, v. 12, n. 1, p. 88-98, ago. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/36883>>. Acesso em: 16 Jun. 2021.

SEFAZ-MT.. Marechal Rondon será homenageado nesta sexta-feira em Cuiabá. SECOM. **SEFAZ-MT**, Cuiabá, 16 jan. 2008. Disponível em: <http://www5.sefaz.mt.gov.br/-/marechal-rondon-sera-homenageado-nesta-sexta-feira-em-cuiaba>. Acesso em: 23 mai. 2022.

SEGALES. Juan José Bautista. Hacia un Marx del siglo XXI. El problema de la descolonización del pensamiento crítico contemporáneo. In: LANDA, Roger *et al.* **El vuelo del Fénix El capital** : lecturas críticas a 150 años de su publicación (1867-2017). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 121-152.

SILVA, N. P. da. **Modernização autoritária no Nordeste**. São Cristóvão (SE): Editora UFS, 2002.

SILVA, José Fernando S. **“Justiceiros” e violência urbana**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Uelber Barbosa. **Racismo e alienação**: uma aproximação à base ontológica da temática racial. São Paulo: Instituto Lukács, 2012

SILVA, Ivone Maria Ferreira. **Questão Social e Serviço Social no Brasil**. Cuiabá: Edufimt, 2014.

SILVA, Ana Paula Procópio. **O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura**. 2017. 268 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, J.G. *et al.* **Sistemas alimentarios en América Latina y el Caribe** - Desafíos en un escenario pos-pandemia. Ciudad de Panamá: FAO y CIDES, 2021. <https://doi.org/10.4060/cb5441es>

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Burguesia Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed.Civilização Brasileira, 1964.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SOUZA , Djonatan Kaic Ribeiro de. UMA PERSPECTIVA SOBRE SEXUALIDADE ATRAVÉS DA ONTOLOGIA DO SER SOCIAL. **REBER**. Cuiabá, v. 3, n.. 10, Abr. – Jun., 2020. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SOUZA, Diego de Oliveira . O caráter ontológico da determinação social da saúde. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 137, p. 174-191, jan./abr. 2020 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.207>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SOUZA, Felipe. As últimas horas de morador de rua que morreu na madrugada mais fria do ano em SP. **BBC News Brasil**, São Paulo, 18 mai. 2022. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61502198>. Acesso em: 21 mai. 2022.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de; TELES, Heloísa. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil. **Temporalis**, Vitória, v. 21, n. 42, p. 44-61,

jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36842#:~:text=Sem%20o%20intento%20de%20trazer,class%C3%A9s%20racismo%20estrutural%20e%20sexismo>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A Classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Perseu Abramo; Secretaria Municipal de Cultura; Brasiliense, 2010.

STÁLIN, Joseph. **Materialismo Histórico e Materialismo Dialético**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Global, 1987.

TADDEI, Paulo Eduardo Dias. **Marx e Freire: a exploração e a opressão nos processos de formação humana**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002..

TERTULIAN, Nicolas. Ontologia em Heidegger e em Lukács: fenomenologia e dialética. In: ROIO, Marcos Del. **György Lukács e a emancipação humana**. São Paulo: Boitempo, 2013.

TERTULIAN, Nicolas. Uma apresentação à Ontologia do ser social de Lukács. **Crítica marxista**, São Paulo, n. 2, p. 54-69, 1995. Disponível em: <http://afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Tertulian,%20Nicolas/Tertulian%20-%20uma%20apresentacao%20a%20ontologia%20de%20lukacs.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Xamã, 2000.

TOLEDO, Cecília (org). **A mulher e a luta pelo socialismo: clássicos do marxismo**. Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky. São Paulo: Editora José Luis; Rosa Sundermann, 2012.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijui, 2005.

TONET, Ivo. **Método científico** : uma abordagem ontológica. São Paulo : Instituto Lukács, 2013.

TORRES, C.A. **Pedagogia da luta: da pedagogia do oprimido à escola pública popular**. Campinas: Editora Papirus, 1997.

TORRES, C.A. Pedagogia do oprimido: revolução pedagógica da segunda metade do século. In: GADOTTI, M. (org.). **Paulo Freire: uma bibliografia**. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

TORRES, C.A.; FREIRE, P. **Diálogo com Paulo Freire**. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

TROTSKI, Leon. Tática. In: HALLAS, D. **Estratégia e Tática**. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/hallas/1979/troski/cap03.htm#i1> . 1979 s.p. Acesso em 21 de janeiro de 2017.

TROTSKY, Leon. **Como esmagar o fascismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

UEMORI, C. N. Escravidão, nacionalidade e “mestiços políticos”. Lutas sociais, São Paulo, v.11, n. 12, p. 85-97, jan./jul. 2004. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/revista/vol.11_12.html. Acesso em: 5 nov. 2021.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019. *E-book*.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. QUARTA AULA: A QUESTÃO DO MEIO NA PEDOLOGIA. tradução de Márcia Pileggi Vinha e Max Welcman. **PSICOLOGIA USP**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 681-701, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000400003>. Acesso em: 16 jun. 2022.

VYGOTSKI, Lev Semenovich. **A transformação socialista do homem**. 1930. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm>. Acesso em 11 jul. 2021.

VYGOTSKI, Lev Semenovich. Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade [online]**, v. 21, n. 71, pp. 21-44, 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000200002>>. Acesso em: 6 Jun. 2021.

VYGOTSKI, Lev Semenovich, L. S. **Obras escogidas I: Problemas teóricos y metodológicos de la psicología**. Madrid: Visor Distribuciones. 1991

VYGOTSKI, Lev Semionovich. La modificación socialista del hombre. *In: _____ La genialidad Y otros textos inéditos*. Buenos Aires: Almagesto 1998.

VYGOTSKI, Lev. Semenovich. **La Imaginación y el Arte en la Infancia**. Buenos Aires: Ediciones Akal, 2011.

VYGOTSKI, Lev Semiónovich. **Obras Escogidas - II: Pensamento y Lenguaje - Conferencias sobre Psicología**. Madrid: Antonio Machado Libros, 2015. *E-book*.

VYGOTSKI, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich. **Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

WOOD Adrian; RAJGURU, Nutan. Partido Panteras Negras pela auto-defesa. **Combate Classista Edições**. 2009. Disponível em <https://projetoaletheia.files.wordpress.com/2014/08/partido-panteras-negras-pela-auto-defesa.pdf>. Acesso em 25 de jan de 2022

ZETKIN. Clara. **Lênin e o Movimento Feminino**. 1920. Disponível in: <https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1920/mes/lenin.htm> Acesso em 12 de outubro de 2021

ZETKIN, Clara. **Como nasce e morre o fascismo**. São Paulo/ SP: Autonomia Literária: 2019.